UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Memorial Descritivo para Promoção à Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior

Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva

Uberlândia/MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586m
2025

Silva, Guilherme Jonas Costa da, 1976-
Memorial Descritivo para Promoção à Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior [recurso eletrônico] / Guilherme Jonas Costa da Silva. - 2025.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.me.2025.24
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia e Relações Internacionais. II. Título.

CDU: 378.124

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Memorial Descritivo para Promoção à Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior

Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva

Memorial apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como parte dos requisitos exigidos para a Promoção da Classe de Professor Associado IV - DE para a Classe de Professor Titular - DE da Carreira de Magistério Superior, conforme a Portaria do MEC Nº 982, de 03 de outubro de 2013, e a Resolução 03/2017, de 09 de junho de 2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Uberlândia/MG

2025

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

Membros Titulares Externos

Prof. Dr. Maurício Vaz Lobo Bittencourt (UFPR) – Presidente

Prof. Dr. Antônio José Alves Júnior (UFRRJ)

Prof. Dr. Marcelo José Braga (UFV)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, minha origem e meu destino. Os resultados registrados neste memorial não seriam possíveis sem o chão firme que vocês representam. Esta Conquista é Nossa !!!

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me guiar em cada passo desta jornada. Pela luz em momentos de dúvida, pelo conforto nos desafios e pela bênção de chegar até aqui, sou eternamente grato.

Agradeço à minha família, meu porto seguro e minha maior inspiração. À minha esposa Kelly Nassu, pelo amor, companheirismo e apoio incondicional em todos os momentos; aos meus filhos, Pedro e Matheus Guilherme, pela alegria e motivação que me dão diariamente; aos meus irmãos, Gabriel, Guilherme James e Guilherme Jorge, pela amizade e incentivo constantes; e aos meus pais, José Guilherme e Ana Janille, pelo exemplo de força, sabedoria e valores que guiaram minha vida. Sou profundamente grato a cada um de vocês por serem a base que me sustentou ao longo desta caminhada.

Registro minha gratidão à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) pela oportunidade de exercer o magistério superior, bem como pelo suporte institucional, pela infraestrutura adequada e pelo ambiente acadêmico acolhedor, que foram determinantes para a minha trajetória profissional.

Sou grato aos meus amigos, colegas e alunos da universidade, cuja convivência e colaboração tiveram papel decisivo no meu desenvolvimento profissional. Registro, ainda, meu agradecimento aos(às) secretários(as) do instituto e da pós-graduação em economia, em especial a Valdomiro da Silva Nunes, Sirlene Medrado Ferreira e Camila Lima Bazani.

Um agradecimento especial aos meus orientadores e co-orientadores, Prof. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, Prof. Jose Luís Oreiro, Prof. Luiz Fernando de Paula, Prof. Prof. Frederico Gonzaga Jayme Jr, Prof. Ricardo Machado Ruiz, Prof. Fernando Motta Correia e Prof. João Basilio Pereima Neto, principalmente, pelo apoio durante minha formação acadêmica.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à banca examinadora, composta pelos professores Maurício Bitencourt, Antônio José Alves Jr e Marcelo Braga, pela avaliação criteriosa deste memorial.

Agradeço a CAPES, CNPq e FAPEMIG pelo apoio financeiro ao longo da minha trajetória.

Resumo

Este memorial cumpre parte dos requisitos exigidos para a promoção da Classe de Professor Associado IV à Classe de Professor Titular na Carreira do Magistério Superior, em conformidade com a Portaria MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013, regulamentada pela Resolução nº 3/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia, de 9 de junho de 2017. Sua estrutura segue o disposto no Anexo 5, Roteiro para Elaboração do Memorial, da referida Resolução do Conselho Diretor. Considera-se, como horizonte temporal para a apresentação deste memorial, as atividades desenvolvidas ao longo de 21 anos de atuação no ensino superior, sendo 17 anos como servidor público concursado para o exercício da docência no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. As dimensões de análise que estruturam este memorial são: formação acadêmica; atividades de ensino; orientação e participação em bancas; atividades de pesquisa e extensão; atividades de produção intelectual; atividades de gestão; e premiações.
Por fim, são apresentados, nos anexos, os principais comprovantes das atividades realizadas no período em análise.

Palavras-chave: Memorial Descritivo; Professor Titular; Guilherme Jonas Costa da Silva; UFU.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Número de Artigos Publicados por Periódico 34

Gráfico 2 – Número de Artigos em Anais por Congressos/Eventos 49

Sumário

1. Introdução **10**

2. Formação Acadêmica **12**

3. Atividades de Ensino, de Orientação e Participação em Banca Examinadora **15**

3.1. Atividades de Ensino 15

3.2. Atividades de Orientação 17

3.3. Participação em Banca Examinadora 26

4. Atividades de Pesquisa e Extensão **28**

4.1. Projetos de Pesquisa em Andamento 28

4.2. Projetos de Pesquisa Concluídos 28

4.3. Projetos de Extensão 31

5. Atividades de Produção Intelectual **33**

5.1. Publicação de Artigo em Periódico Científico 35

5.2. Artigos Aceitos para Publicação em Periódico Científico 40

5.3. Publicação de Capítulo de Livro 41

5.4. Publicação de Trabalho em Anais de Reunião Científica 43

6. Atividades Administrativas e de Gestão **52**

6.1. Do Ensino à Extensão no PET Economia (2014–2020) 53

7. Premiações **65**

8. Considerações Finais e Perspectivas Futuras **67**

9. Anexos **69**

1. Introdução

Este Memorial atende a parte dos requisitos para a promoção da Classe de Professor Associado IV à Classe de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, em conformidade com a Portaria MEC Nº 982, de 3 de outubro de 2013, regulamentada pela Resolução Nº 3/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia, de 9 de junho de 2017. Sua estrutura segue o disposto no Anexo 5 (Roteiro para Elaboração do Memorial) da mesma Resolução.

Considera-se como horizonte temporal para a apresentação deste Memorial, o período correspondente aos 21 anos de atuação no ensino superior, dos quais 17 anos como servidor público concursado no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU).

O objetivo deste Memorial é sistematizar a minha trajetória acadêmica, marcada pelo compromisso com o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, em especial na Universidade Federal de Uberlândia.

Este Memorial está estruturado em seis seções, além desta Introdução, das Considerações Finais e dos Anexos. A segunda seção apresenta minha formação acadêmica nos níveis de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A terceira seção divide-se em três subseções: a primeira descreve as atividades de ensino, detalhando as disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação; a segunda apresenta as orientações no período, distribuídas entre monografias de graduação, trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado; a terceira subseção detalha as participações em bancas de defesa de mestrado e doutorado, bem como em outras bancas examinadoras.

Na quarta seção, relatam-se as atividades de pesquisa, com destaque para os projetos concluídos, vinculados às linhas de investigação em que atuo, seja na condição de coordenador ou de membro.

Na quinta seção, detalha-se a produção intelectual, incluindo artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e trabalhos em anais de eventos científicos.

Na sexta seção, intitulada "Atividades Administrativas e de Gestão", aborda-se, em ordem cronológica, a minha atuação em gestão no Instituto de Economia e Relações Internacionais, com ênfase na contribuição ao PET Economia.

A sétima seção dedica-se às premiações recebidas. Na sequência, a seção "Considerações Finais e Perspectivas Futuras" discute os resultados alcançados e aponta as perspectivas de minha trajetória profissional.

Por fim, os Anexos reúnem os principais comprovantes das atividades realizadas, bem como a versão atualizada do Currículo Lattes.

2. Formação Acadêmica

Proveniente de uma família de militares, tive a vocação para o serviço público despertada desde cedo, guiada pelos princípios da disciplina, dedicação e compromisso com o país. Meu avô materno, meu pai e meu tio (irmão de meu pai) serviram na Marinha de Guerra e, posteriormente, meu irmão ingressou na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM).

Com efeito, tenho um profundo respeito e admiração pela carreira militar e pelos valores que ela representa. Minha decisão, portanto, reflete não apenas a continuidade natural de uma história familiar, mas também uma escolha consciente, pautada por afinidade e propósito. Optei pelo curso de graduação em Ciências Econômicas com o objetivo de entrar no Quadro Complementar de Oficiais da Marinha de Guerra, aproveitando as oportunidades que as Forças Armadas oferecem a profissionais da área, inclusive para atuação na docência.

Assim, em 1997, ingresso no curso de ciências econômicas. Nos primeiros anos da graduação em ciências econômicas, fui bolsista de extensão no projeto "Assessoria Socioeconômica e Gerencial a Projetos de Assentamentos, de 1998 a 1999, sob a orientação do Prof. Dr. Ivan Tangino Moreira, um trabalho em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Participar desta atividade de extensão nos assentamentos rurais da Paraíba foi uma das experiências mais enriquecedoras de minha carreira, demonstrando que é possível retribuir à sociedade pela oportunidade de estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Os resultados foram apresentados nos Encontros de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, mas também na 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Porto Alegre/RS.

Este trabalho recebeu o Prêmio 'Elo Cidadão', concedido pela Universidade Federal da Paraíba e publicado na 'Série Extensão' em 1999, em reconhecimento à produtividade e à função social desempenhada junto aos assentamentos de Barra de Gramame e Gurugi II, no município do Conde/PB.

Durante a graduação, ainda pude ser bolsista de iniciação científica por dois anos, de 1999 a 2001, sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, no projeto

“Desempenho da Economia Paraibana e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991.

Neste projeto, que durou dois anos, fui responsável por analisar o "Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991". Os resultados do trabalho foram apresentados e publicados nos anais do VII e VIII encontros de iniciação cientifica da Universidade Federal da Paraíba, em 2000 e 2001. O meu trabalho foi premiado, bem como publicado na “8ª Edição da Série Iniciados”, que tem por objetivo premiar os melhores trabalhos desenvolvidos pelos jovens pesquisadores.

Em agosto de 2001, concluo o curso de graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o trabalho intitulado “Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991”, sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti. Como não havia concurso aberto para o Quadro Complementar de Oficiais da Marinha, decido estudar para a prova da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), com o objetivo de ingressar no mestrado em Economia, mantendo-me em preparação para o quadro de oficiais da marinha.

No final de 2001, tive a satisfação de ser aprovado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para a turma de mestrado do ano seguinte, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos na área e consolidar minha formação acadêmica. Em 2002, entro no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR, período no qual tive contato com professores excepcionais, cujo apoio e orientação foram decisivos para a escolha da carreira acadêmica.

Em agosto de 2004, obtive o título de Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a dissertação *"Poupança Externa, Controle de Capitais e Performance Macroeconômica: Teoria e Evidência"*, orientada pelo Prof. José Luís da Costa Oreiro. Em 2004, logo após a conclusão do mestrado, fui aprovado no Processo Seletivo para Professor Substituto na Universidade Federal do Paraná. Durante os seis meses de docência, minha forma de estudar mudou profundamente e tive a oportunidade de desenvolver habilidades que antes não possuía.

No ano de 2005, obtive aprovação em dois dos principais programas de doutorado em Economia do país, o da Universidade de Brasília (UnB) e o da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo optado por este último. Em 2008, antes da conclusão do doutorado, mas já com os créditos cumpridos, dou início à preparação para concursos públicos. No mesmo ano, apareceram dois concursos para professor na área de Macroeconomia, um na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o outro na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Em junho de 2008, fiz o concurso de Uberlândia (UFU), sendo classificado em primeiro e chamado para assumir imediatamente.

Já como docente, em 2009, concluo o Doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A tese, intitulada "Ensaios em Teoria da Firma Bancária: Estratégia de Localização, Dinâmica do Spread Bancário e suas Implicações em um Modelo Baseado em Agentes", foi orientada pelo Prof. Frederico Gonzaga Jayme Jr e coorientada pelo Prof. Ricardo Machado Ruiz.

Em 2024, dando continuidade à minha formação acadêmica, realizo um pós-doutorado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com foco em "Política Fiscal, Complexidade Econômica e Crescimento da Economia Brasileira", sob a supervisão dos professores Fernando Motta Correia e João Basílio Pereima Neto. Essa experiência contribuiu para consolidar meus conhecimentos em Macroeconomia e aprofundar meu domínio da linguagem de programação, especialmente no uso do *software* R.

3. Atividades de Ensino, de Orientação e Participação em Banca Examinadora

3.1. Atividades de Ensino

Minha trajetória como docente de ensino superior inicia-se em agosto de 2004, como professor substituto na Universidade Federal do Paraná, logo após a conclusão do mestrado em Economia na mesma instituição. Em 2008, ingresso como Professor Assistente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) mesmo antes de concluir o doutorado na UFMG. Desde então, tenho ministrado uma ampla variedade de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação:

3.1.1. Universidade Federal do Paraná (2004)

3.1.1.1. Graduação em Ciências Econômicas na UFPR

1. Economia
2. Estatística Econômica
3. Introdução a Econometria

3.1.2. Universidade Federal de Uberlândia (2008 - Atual)

3.1.2.1. Graduação em Ciências Econômicas na UFU

1. Economia Neoclássica I
2. Microeconomia I
3. Macrodinâmica I
4. Macrodinâmica II
5. Tópicos em Macrodinâmica
6. Macroeconomia II
7. Macroeconomia Moderna (Macroeconomia III)
8. Laboratório de Pesquisa em Economia I

3.1.2.2. Graduação em Administração de Empresas na UFU

1. Introdução a Macroeconomia

3.1.2.3. Graduação em Ciências Contábeis na UFU

1. Macroeconomia

3.1.2.4. Graduação em Relações Internacionais na UFU

1. Macroeconomia II

3.1.2.5. Pós-Graduação em Economia na UFU

1. Macroeconomia Pós-Keynesiana
2. Tópicos Especiais em Desenvolvimento I
3. Tópicos Especiais em Economia Aplicada I
4. Tópicos Especiais em Economia Aplicada II

3.2. Atividades de Orientação

Durante minha trajetória profissional, tive a honra de orientar muitos alunos em diferentes níveis de formação. Cabe destacar que foram realizadas e concluídas as seguintes orientações:

3.2.1. Iniciação Científica: 5 Orientações Concluídas

1. Altiellys Luiz dos Santos. A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades – Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com os Principais Parceiros Comerciais (Rússia, Índia, China e África do Sul) no Período Recente. 2016. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
2. Henrique Ferreira de Souza. Dinâmica do Spread Bancário no Brasil: Uma Análise Empírica dos Determinantes Macroeconômicos. 2012. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
3. Inês dos Santos Silva. Guerra Cambial e Competitividade do Setor Exportador Brasileiro no Período Recente: Avaliação e Proposição de Política a Partir da Teoria de Relações Internacionais. 2012. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
4. Matheus Silva de Paiva. Estratégia de Localização e Dinâmica Espacial do Setor Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Empírica. 2011. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
5. Lucas Machado Ferreira. Inserção Externa e Controles de Capitais no Brasil. 2010. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

3.2.2. Monografias: 42 Orientações Concluídas

1. Felipe Medeiros Buso. A Revolução da Moeda do BRICS: Da Subordinação à Soberania na Nova Ordem Mundial. 2025. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia

2. Lara Schiavon Menezes Damato de Araújo. Dependência e Assimetria na Relação Brasil-China no Período Recente: Uma Análise Empírica à Luz da Lei de Thirlwall (1997-2023). 2025. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
3. Henrique Bárbaro Ontivero Martins. Dinâmica da Dívida sob o Novo Arcabouço Fiscal da Economia Brasileira: Evidências Recentes a partir de Vetores Autorregressivos. 2025. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
4. Marcela Santos Galvão. Modelo de Crescimento Conduzido pelas Exportações dos Tigres Asiáticos: Algumas Lições para o Brasi. 2025. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
5. Lucas Gutierrez Viana. Modelos de Crescimento Econômico e Oferta de Crédito por Bancos Públicos e Privados: Uma Análise da Política Contracíclica Brasileira (2000-2024). 2025. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
6. João Gabriel de Paula. A Expansão dos BRICS e o Desafio à Hegemonia dos Estados Unidos: Teoria e Evidência da Nova Ordem Mundial. 2024. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
7. Ana Vitória Guimarães Barbosa de Sousa. Estratégias de Crescimento do Brasil e Coreia do Sul no Período de 1960-2022: Teoria e Evidências Empíricas. 2024. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
8. Gustavo Dias Duarte. Finanças Públicas Municipais de Ipameri/Go (2019-2022): Teoria, Modelo e Evidências Recentes. 2024. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
9. Richard Rodrigues de Souza Silva. The BRICS+ and the Genesis of the 'New Cold War': The Multilateralism of Interests within an Economic Group. 2024. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
10. Hugo Cardoso Rodrigues e Silva. Finanças Públicas de Minas Gerais: Uma Análise do Impacto do ICMS no PIB Estadual. 2022. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
11. Marina Carmagnani Lopes. Finanças Públicas Municipais: Características e Peculiaridades do Município de Bebedouro (SP) entre os Anos 2012 e 2018. 2021. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

12. Fabíola Sousa Oliveira. Finanças Públicas Municipais na Década de 2010: Uma Análise da Situação Fiscal e Financeira do Município de Franca/SP. 2021. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
13. Mariana Oliveira Galindo. O Papel do Capital Humano na Aceleração do Crescimento. 2020. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
14. Ramon Gabriel Rodrigues Marçal. O Modelo IS-PC-MR: Uma Análise para a Economia Brasileira. 2018. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
15. Bruna Vaz Morato. Infraestrutura Logística e Crescimento Econômico: Uma Análise Comparativa de Países Selecionados. 2017. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
16. Maria Victória Garcia Rosa. Política Fiscal e Monetária no Brasil: Uma Análise da Crise no Período Recente (2011-2016). 2017. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
17. Thábata Iarine de Alcantara Macedo. Reindustrialização: Um Debate. 2017. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
18. Altiellys Luiz dos Santos. A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades – Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com os Principais Parceiros Comerciais (Rússia, Índia, China e África do Sul) no Período Recente. 2016. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
19. Nathália de Paula Aquino e Melo. Produção e Exportação de Nióbio no Brasil: Uma Análise Alternativa. 2016. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
20. Lucas Machado Ferreira. A Economia Brasileira Pós-Crise Internacional: Um Estudo de Caso Usando Vetores Autoregressivos (VAR) e de Correção de Erros (VEC). 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
21. Vivian Ganim Oliveira. Infraestrutura Portuária e Dinâmica do Setor Exportador do Brasil: Uma Análise Empírica Recente. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

22. Vinícius dos Santos Abreu. Lei de Thirlwall: Teoria e Evidência Recente para os Estados Brasileiros. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
23. Alex Cotrim de Ávila. Polígono de Exportação: Uma Proposta Para Melhorar a Eficiência Logística no Brasil. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
24. Lauro de Souza Faria. Burocracia Para Exportação, Competitividade e Crescimento Econômico Brasileiro. 2014. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
25. Ana Paula Coutinho Viana. Dinâmica da Inflação na Economia Brasileira: Uma Análise Empírica por Vetores Autoregressivos. 2014. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
26. Inês dos Santos Silva. Guerra Cambial e Competitividade do Setor Exportador Brasileiro no Período Recente: Uma Avaliação a Partir da Teoria de Relações Internacionais. 2014. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
27. Benito Adelmo Salomão Neto. Política Tributária e Planejamento Urbano no Município de Uberlândia: Avaliação e Proposição de Política. 2014. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
28. Matheus Silva de Paiva. Estratégia de Localização Ótima do Setor Bancário Público: Uma Modelagem Alternativa. 2013. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
29. Natália Arduini Ribeiro. Tarifa Energética, Capacidade Utilizada e Demanda Industrial: Uma Análise Empírica. 2013. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
30. Renato César de Souza Júnior. A Crise na Zona do Euro: Origem, Desdobramentos e Conseqüências Futuras Para a Economia Brasileira. 2012. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
31. Ana Maruiah Oliveira e Silva. Spread Bancário, Oferta de Crédito e Crescimento da Economia Brasileira no Período Recente. 2012. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
32. Mariana de Melo Valadão. Estratégia Competitiva dos Bancos: uma Análise sobre Linhas de Crédito no Período Recente. 2011. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

33. Paulo Henrique Costa. Infra-Estrutura Portuária e Crescimento Econômico dos Estados Brasileiros no Período Recente. 2011. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
34. Elysa de Faria Batista. Abertura Comercial, Controle de Capitais e Crescimento Econômico na China: Teoria e Evidência Empírica. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
35. Livia Boaventura Menezes. Custos e Determinantes Econômicos dos Acidentes Rodoviários no Brasil: uma Análise com Dados em Painel. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
36. Rodrigo Brandão. Gastos Públicos com Infra-Estrutura de Transporte e Crescimento Recente da Economia Brasileira: uma Análise com Dados em Painel. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
37. Esdras Cardoso de Souza. O Setor Agropecuário de Minas Gerais na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
38. Eduardo Rosa da Silva. Os Desdobramentos da Crise do Subprime Para a Economia Brasileira em 2008-2009. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
39. Eduardo Araújo. Posição Financeira do Setor Público e Crescimento Recente da Economia Brasileira. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
40. Roberto Célio Alves. Regimes Cambiais, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico: Uma Análise com Dados em Painel Aplicada aos Países da América Latina. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
41. Evandro Bertoncello. Desempenho Recente da Balança Comercial Brasileira: Impactos da Abertura Econômica e da Política Cambial. 2004. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná
42. Flauzino Antunes Neto. História, Desenvolvimento e Potencialidades Econômicas do Município de Itapeva (SP). 2004. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná

3.2.3. Mestrado: 12 Dissertações Concluídas

1. Leone Gomes Silva. Complexidade Econômica e Distribuição de Renda dos Estados Brasileiros: Uma Análise Empírica (2003 - 2021). 2025. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
2. Kelmaisteis Wanderson Rodrigues Correa do Amaral. Dinâmica Macroeconômica, Receitas Tributárias e Fragilidade Financeira: Uma Análise Empírica Recente para a Cidade de Uberlândia/MG. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
3. Francielly de Fátima Almeida. Cadeias Globais de Valor, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico de Longo Prazo: Uma Abordagem Multissetorial. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
4. Guilherme Ferreira de Lima Júnior. Infraestrutura Multissetorial em um Modelo de Crescimento Conduzido pelas Exportações. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5. Mônica Heloisa Coutinho. A Lei de Thirlwall: Uma Teoria Sobre a Sua Origem. 2016. Dissertação (Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
6. André Mellini. Dinâmica da Dívida Pública Num Modelo *Stock-Flow Consistent* (SFC). 2016. Dissertação (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
7. Theo Santini Antunes. Dinâmica das Exportações, Progresso Tecnológico Induzido e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Passinetiana. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia

8. Matheus Silva de Paiva. Causação Cumulativa, Taxa de Câmbio Real e Progresso Tecnológico Endógeno em uma Abordagem Dinâmica de Mudança Estrutural Multilateral. 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
9. Rafael Uhrigshardt Milani. Taxa de Câmbio e Crescimento de Longo Prazo na Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
10. Helenise Sarno Santos. A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades – Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral Brasil – China. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
11. Livia Abrão Steagall Pirtouscheg. Taxa Básica de Juros, Competição Bancária e Spread nas Operações de Crédito Pessoal no Brasil: Uma Análise Teórica e Empírica. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
12. Anderson Carlos de Souza. Sistema Bancário Sob a Crise Internacional de 2008: O Caso Brasileiro. 2013. Dissertação (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

3.2.4. Orientações em Andamento: Dissertação de Mestrado

13. Carlos Gabriel da Roza Sousa. Dinâmica da Inflação no Brasil: Teoria e Evidências Recentes. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do

3.2.5. Doutorado: 6 Teses Concluídas

1. André Mellini. Complexidade Econômica, Integração Comercial e Crescimento Desigual dos Países. 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
2. Daisy Caroline Nascimento Pereira. Ensaios Sobre Desemprego, Capital Humano e Progresso Tecnológico. 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
3. Tatiana Silveira Camacho. *Financial and Payment Innovations: Cryptoassets, Instant Payments and Central Bank Digital Currencies*. 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
4. Kayo Cicero Quirino de Souza. Efeitos da Taxa de Câmbio na Produtividade da Economia Brasileira em um Modelo *Stock-Flow Consistent* (SFC). 2021. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
5. Cesar Ricardo Leite Piorski. Fragilidade Financeira, Ciclo Fiscal e Crise Municipal: Uma Análise dos Municípios Mineiros. 2020. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
6. Júlio Fernando Costa Santos. Ensaios sobre Crescimento, Restrição ao Balanço de Pagamentos, Distribuição de Renda em Abordagem *Stock-Flow Consistent* (SFC). 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

3.2.6. Orientações em Andamento: Tese de Doutorado

7. Paulo Miguel Vica. Concentração Setorial, Complexidade Econômica e Crescimento da África Subsaariana: Teoria e Evidências Recentes. Início: 2023. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).
8. Moisés Albino Nhanombe. Taxa de Câmbio, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico: Uma Análise Empírica dos Países da África

Subsaariana no Período Recente. Início: 2023. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).

3.3. Participação em Banca Examinadora

Minha participação em bancas examinadoras foi significativa, compreendendo:

3.3.1. Graduação

43 Bancas de Defesa de Monografia

3.3.2. Pós-Graduação

14 Bancas de Defesa de Dissertação de Mestrado

17 Bancas de Defesa de Tese de Doutorado

14 Exames de Qualificação de Mestrado

11 Exames de Qualificação de Doutorado

3.3.3. Banca de Comissões Julgadoras Concurso Público

1. Concurso Público para a Carreira do Magistério Superior, na Área de Conhecimento de Economia Brasileira, 2024. Universidade Federal do Paraná.
2. Concurso Público de Provas e Títulos Para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior na Área de Macroeconomia, 2014. Universidade Federal do Paraná.
3. Concurso Público de Provas e Títulos Para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior na Área de Macroeconomia, 2013. Universidade Federal do Paraná.
4. Concurso Público de Provas e Títulos Para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior na Área de Teoria Econômica, 2009. Universidade Federal de Goiás.

3.3.4. Banca de Comissões Científicas

1. Comissão Científica do 53° Encontro Nacional de Economia na Área 7 – Economia Internacional, 2025. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
2. Comissão Científica do 51° Encontro Nacional de Economia na Área 6 – Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições, 2023. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
3. Comissão de Análise e Julgamento do Prêmio CAPES de Tese Edição 2021. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
4. Comissão Científica do 47º Encontro Nacional de Economia na Área 6 – Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições, 2019. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
5. Comissão Científica do X Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2017. Associação Keynesiana Brasileira.
6. Comissão Científica do XXII Encontro Regional de Economia, 2017. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
7. Comissão Científica do XVIII Encontro Regional de Economia, 2013. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
8. Comissão Avaliadora do Prêmio Ruy Miller Paiva - Melhor Artigo da Revista SOBER, 2011. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
9. Comissão Avaliadora do Prêmio Ruy Miller Paiva - Melhor Artigo da Revista SOBER, 2010. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

4. Atividades de Pesquisa e Extensão

O desenvolvimento das atividades de pesquisa percorre de maneira consistente toda minha trajetória profissional, iniciando nos primeiros anos de formação de economista até os dias atuais. Minhas principais linhas de pesquisa incluem Macroeconomia, Crescimento e Desenvolvimento Econômico.

4.1. Projetos de Pesquisa em Andamento

1. **Padrão de Especialização Comercial, Complexidade Econômica e Crescimento Desigual no Brasil (2024 - Atual)**

Projeto de Pós-Doutorado (PPGE/UFPR)

Descrição: Hidalgo et al. (2007) e Hidalgo e Hausmann (2009) destacam que o crescimento e o desenvolvimento econômico dependem da capacidade de uma economia acumular competências necessárias para a produção de bens e serviços, especialmente os mais sofisticados e complexos. Contudo, os dados mostram uma expressiva heterogeneidade estrutural e produtiva, refletida na disparidade de produtividade entre regiões centrais e periféricas. Dessa forma, esta pesquisa busca compreender os determinantes da complexidade econômica e avaliar seus impactos nas desigualdades regionais.

4.2. Projetos de Pesquisa Concluídos

1. **Fragilidade Financeira, Crescimento e Desenvolvimento Econômico (2020-2024)**

Diretoria de Pesquisa (Dirpe/PROPP/UFU)

O presente trabalho tem por objetivo é analisar a heterogeneidade estrutural e produtiva da economia brasileira, bem como seus efeitos sobre o crescimento desigual e a desigualdade regional no país.

2. Growth Acceleration: A Theoretical and Empirical Analysis (2017-2019)

Diretoria de Pesquisa (Dirpe/PROPP/UFU)

Esta proposta de pesquisa tem como objetivo analisar um modelo teórico para a aceleração do crescimento. O modelo pioneiro de Silva e Hermida (2016), desenvolvido a partir dos trabalhos seminais de Thirlwall (1979) e Fagerberg (1988), apresenta novos achados, ao mostrar que a aceleração do crescimento de um país depende, fundamentalmente, de sua competitividade internacional, a qual é determinada pela capacidade de imitação e inovação tecnológica, além do crescimento da capacidade física de produção da economia e da aceleração da renda mundial. A proposta consiste em aprimorar o modelo, incorporando o papel do capital humano e da taxa de câmbio real.

3. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo dos Estados Brasileiros no Período Recente (2015-2017)

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio Financeiro.

De acordo com Thirlwall (1979), o crescimento de longo prazo de um país depende das elasticidades - renda das exportações e importações. O debate em torno dessa lei evoluiu para uma abordagem multissetorial, tal como desenvolvido por Araújo e Lima (2007). O objetivo é avançar no desenvolvimento do modelo matemático proposto originalmente por Araújo e Lima e analisar empiricamente a relação do Brasil com Rússia, Índia, China e África do Sul (BRIC's). A hipótese é que uma estratégia conduzida pelo setor industrial/manufatureiro pode melhorar o saldo comercial e o crescimento de longo prazo do Brasil. Esta pesquisa pretender contribuir para o debate em dois pontos fundamentais: i) desenvolvendo o modelo matemático que incorpora a taxa de câmbio real e o fluxos de capitais; e ii) apresentando uma nova abordagem das relações comerciais, que é inédita, portanto, uma contribuição em termos dos resultados a serem obtidos, podendo em alguma medida ajudar na construção de políticas mais eficientes, com intuito de reduzir o hiato do produto, da economia brasileira, em relação aos parceiros comerciais estratégicos do país.

4. **A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com os Principais Parceiros Comerciais (China, Estados Unidos e Argentina) no Período Recente (2013-2015)**

Projeto certificado pela empresa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 26/03/2015.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

De acordo com Thirlwall (1979), o crescimento de longo prazo de um país depende das elasticidades renda das exportações e importações. O debate em torno dessa lei evoluiu para uma abordagem multissetorial, tal como desenvolvido por Araújo e Lima (2007). Segundo esses autores, as análises setoriais possibilitam identificar aquele(s) setor(es) que pode(m) contribuir relativamente mais na estratégia de crescimento do país, basta que este priorize o(s) setor(es) com a(s) maior(es) razões das elasticidades-renda das exportações quando comparadas as elasticidades-renda das importações. O objetivo é analisar empiricamente a relação do Brasil com seus principais parceiros comerciais. Esta pesquisa pretender apresentar essa visão estratégica das relações comerciais que é inédita, portanto, uma contribuição em termos dos resultados a serem obtidos, podendo em alguma medida ajudar na construção de políticas mais eficientes, com intuito de reduzir o hiato do produto, da economia brasileira, em relação às principais economias do mundo.

5. **Análise dos Impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (2012 – 2012)**

Financiador(es): Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Auxílio Financeiro.

O trabalho tem por objetivo analisar a importância dos gastos com infraestrutura de transporte para o crescimento de longo prazo das regiões brasileiras, bem como dimensionar o potencial da infraestrutura de transporte para reduzir as desigualdades regionais no período recente.

6. **Os Pólos Econômicos do Estado de Goiás (2011 – 2011)**

Financiador(es): Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás - Cooperação.

O trabalho tem por objetivo demonstrar a existência e a localização de municípios considerados pólos econômicos regionais no Estado de Goiás, com o intuito de orientar as políticas públicas. Mais especificamente, pretende-se: i) avaliar se há clusters intersetoriais (e/ou intrasetoriais) significativos ou alguma recente formação destes nos Municípios do Estado de Goiás; ii) delimitar os pólos econômicos no Estado de Goiás e suas áreas de influência; e iii) caracterizar os municípios em termos de contribuição para a economia estadual.

7. **Governança Institucional das Cidades (2010 – 2011)**

Financiador(es): Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República - Bolsa.

O Projeto "Governança Institucional das Cidades" tem por objetivo criar instrumentos de coordenação entre as várias unidades da federação (união, estados e municípios) para planejar e operar a carteira de investimentos.

8. **A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: Transformações, Perfil e Desafios para as Políticas Públicas (2010 – 2011)**

O projeto tem a finalidade de analisar, sob uma perspectiva multidimensional, a evolução e o perfil da pobreza no Brasil, bem como formular proposições para seu enfrentamento. O projeto, inicialmente, focalizará três dimensões principais: (i) conceitual e metodológica; (ii) empírica, inclusive com estudo de caso; e (iii) a formulação de políticas.

4.3. Projetos de Extensão

A **Atividade de Extensão Educação Financeira** na qual sou coordenador, conta com a participação de professores, técnicos administrativos e alunos de graduação e pós-graduação em Economia. Em 2025, a ação teve como objetivo oferecer conhecimentos e ferramentas para a gestão responsável do orçamento pessoal e familiar, prevenção do endividamento, formação de poupança e realização de investimentos compatíveis com o perfil dos participantes. A metodologia combinou apresentações teóricas, oficinas, dinâmicas de

autoconhecimento financeiro e análise de casos práticos, complementadas por materiais digitais de apoio. Estruturada em cinco encontros, a iniciativa com discentes e membros da UNAI buscou capacitar os participantes, disseminar conhecimento e estimular o planejamento econômico.

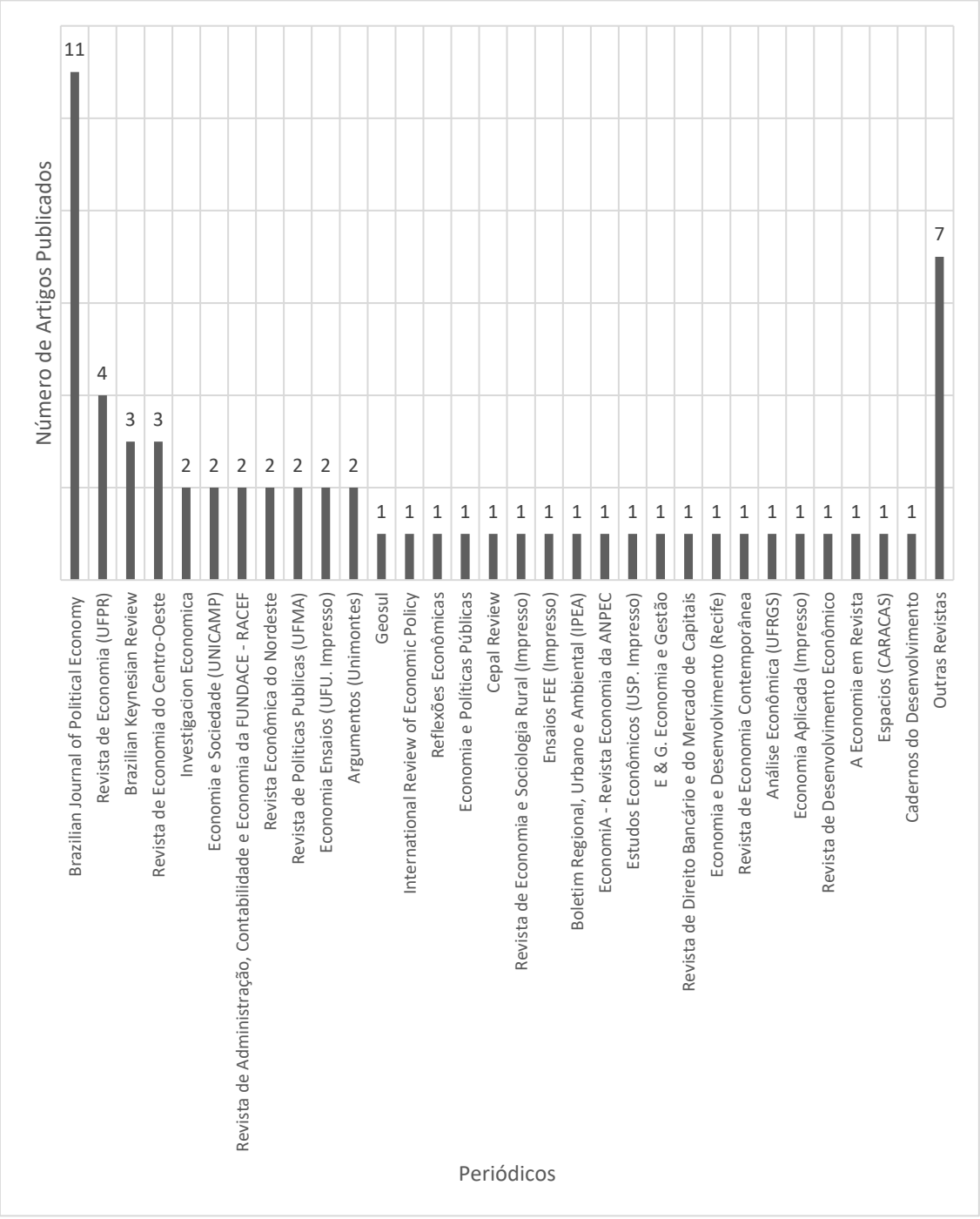
5. Atividades de Produção Intelectual

A minha produção acadêmica concentra-se nas áreas de macroeconomia do desenvolvimento. Os estudos combinam fundamentos teóricos keynesianos e estruturalistas com análises empíricas aplicadas, voltadas à compreensão da dinâmica das economias emergentes, em particular da economia brasileira. Os resultados têm sido publicados em periódicos nacionais e internacionais, refletindo uma trajetória contínua de pesquisa e contribuição para o debate sobre crescimento e desenvolvimento econômico.

Durante a minha carreira acadêmica, tive a oportunidade de publicar artigos em diversos periódicos científicos e de ser coautor de capítulos de livros, dos quais merecem destaque:

1. Brazilian Keynesian Review
2. Cepal Review
3. EconomiA – Revista de Economia da ANPEC
4. Ensaios FEE
5. Estudos Econômicos
6. International Review of Economic Policy
7. Investigación Económica
8. Revista Análise Econômica
9. Revista de Economia (UFPR)
10. Revista de Economia Aplicada
11. Revista de Economia Contemporânea
12. Revista de Economia e Sociologia Rural
13. Revista de Economia Política
14. Revista Economia e Sociedade
15. Revista Econômica do Nordeste

Gráfico 1 - Número de Artigos Publicados por Periódico



Fonte: Elaboração própria.

5.1. Publicação de Artigo em Periódico Científico

1. CAMACHO, T. S.; SILVA, G. J. C. Central Bank Digital Currencies (CBDCs) and Instant Payments: Alternatives to Global Digital Asset Markets for Brazil and India. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol.45, p.551 - 569, 2025.
2. MARTINS, H. B. O.; SILVA, G. J. C. Debt Dynamics under the New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Evidence from Vector Autoregressions. *Revista de Economia* (UFPR). Vol.46, p.1 - 20, 2025.
3. PEREIMA NETO, J. B.; SILVA, G. J. C.; PEREIRA, H. C. I.; BEZERRA, C. A. Mudança Estrutural Urbana e Complexidade em Curitiba: Seguindo Caminhos Próprios. *Revista de Economia* (UFPR). Vol.46, p.1 - 35, 2025.
4. NHANOMBE, M. A.; SILVA, G. J. C. Taxa de Câmbio Real Efetiva, Crescimento Econômico e Inflação: Evidências para Moçambique (1980-2022). *Geosul*. Vol.40, p.99 - 128, 2025.
5. PEREIRA, D. C. N.; SILVA, G. J. C. Technological Progress, Human Capital and Employment Rate. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol.45, p.86 - 103, 2025.
6. SILVA, G. J. C. 'Development Macroeconomics: A Keynesian Perspective' (Reseña). *Investigacion Economica*, Vol.83, p.209 - 216, 2024.
7. MELLINI, A.; SILVA, G. J. C. Economic Complexity and Elasticity Ratio: A Theoretical and Empirical Approach. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol.44, p.730 - 752, 2024.
8. CAMACHO, T. S.; SILVA, G. J. C. Instant Payments and Brazilian PIX: Lessons from the Indian Experience In the 2010's. *Brazilian Keynesian Review*. Vol.10, p.287 - 311, 2024.
9. SILVA, G. J. C.; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)sustainable Fiscal Regim. *International Review of Economic Policy*. Vol.6, p.50 - 68, 2024.
10. MELLINI, A.; SILVA, G. J. C. A Teoria dos Déficits Gêmeos em um Modelo *Stock-Flow Consistent* Dinâmico para uma Economia Aberta. *Brazilian Journal of Political Economy*. v.42, p.761 - 784, 2022.
11. SANTOS, J. F. C.; SILVA, G. J. C. An Alternative Algorithm for Mapping Stable Parameters in *Stock-Flow Consistent* (SFC) Models. *Brazilian Keynesian Review*. Vol.8, p.184 - 208, 2022.

12. PIORSKI, Cesar; SILVA, G. J. C. Risco de Crise Fiscal: Uma Análise para os Municípios de Minas Gerais a Partir do Modelo Painel Probit. *Economia e Políticas Públicas*. Vol.10, p.95 - 117, 2022.
13. LOPES, M. C.; SILVA, G. J. C. Crise Econômica, Fragilidade Fiscal e Gestão Eficiente no Período de 2012 e 2018: A Experiência Recente do Município de Bebedouro (SP). *Reflexões Econômicas*. v.6, p.44 - 61, 2021.
14. SOUZA, K. C. Q.; SILVA, G. J. C. Taxa de Câmbio Real e Produtividade da Indústria Brasileira: Teoria, Modelo e Evidências. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol.41, p.657 - 678, 2021.
15. OREIRO, J. L. C.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C. The Debate About Sraffian Supermultiplier Model and The Future of Heterodox Growth Models. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol.40, p.510 - 531, 2020.
16. ARAUJO, R. S. A.; PAIVA, M. S.; SILVA, G. J. C. Causação Cumulativa, Progresso Tecnológico Endógeno e Taxa de Câmbio em Uma Abordagem Dinâmica de Mudança Estrutural. *Economia e Sociedade* (UNICAMP). v.28, p.71 - 87, 2019.
17. SALOMAO, B. A.; SILVA, G. J. C. Consolidação Fiscal, Multiplicadores Fiscais e a Curva de Laffer Ampliada: uma Abordagem a partir das Receitas e Despesas Públicas. *Revista de Economia do Centro-Oeste*. Vol.5, p.35 - 48, 2019.
18. SALOMÃO NETO B. A.; SILVA, G.J.C. Desaceleração, Indústria e Demografia no Brasil: Uma Investigação Sobre a Estagnação da Economia Brasileira. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Vol.2, p.136 - 160, 2019.
19. SILVA, C. G. R. S.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA, F. F. The Irrationality of Petrobras' Divestments in Refining. *Brazilian Keynesian Review*. Vol.5, p.69 - 98, 2019.
20. SILVA, G. J. C.; PIRTOUSCHEG, L. A. S.; FAVARO, F. F. F. Bureaucracy, External Trade and Long-Term Growth in a Balance-of-Payments Constrained Growth Model. *A Economia em Revista*. Vol.26, p.79 - 93, 2018.
21. SILVA, G. J. C.; DIAS, D. B. Commodity Prices and Exchange Rate in Export-Led Growth Model: An Analysis of Bilateral Trade Between Brazil and China. *Revista de Economia* (UFPR). v.39, p.1 - 22, 2018.
22. CAMACHO, T. S.; SILVA, G. J. C. Criptoativos: Uma Análise do Comportamento e da Formação do Preço do Bitcoin. *Revista de Economia* (UFPR). Vol.39, p.1 - 26, 2018.

23. SILVA, G. J. C.; SILVA, I. S. Guerra Cambial e Competitividade do Setor Exportador Brasileiro no Período Recente: Uma Avaliação a Partir da Teoria de Relações Internacionais. *Revista de Políticas Públicas* (UFMA). Vol.22, p.485 - 524, 2018.
24. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C. Industry, Competitiveness, External Trade and Growth Acceleration. *Investigacion Economica*, Vol.77, p.94 - 124, 2018.
25. SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; BAPTISTA, L. N. A Lei de Thirlwall Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais. *Revista de Economia Política*. Vol.37, p.636 - 655, 2017.
26. ARAUJO, R. S. A.; PAIVA, M. S.; SANTOS, J. F. C.; SILVA, G. J. C. Economic Growth and Structural Change in a Multilateral Approach to the Balance-of-Payments Constrained Growth. *Revista de Economia Política*. Vol.37, p.894 - 915, 2017.
27. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; PIORSKI, C. R. L. Índice de Defasagem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos Municípios de Minas Gerais: Um Estudo de Caso para Uberlândia. *Espacios* (Caracas). Vol.38, p.25 - 39, 2017.
28. SANTOS, J. F. C.; SILVA, G. J. C. Transferências Unilaterais em um Modelo de Crescimento Conduzido Pelas Exportações: Uma Análise Para os Países Africanos a Partir de Simulações Computacionais. *RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*. Vol.8, p.81 - 96, 2017.
29. SILVA, G. J. C.; SOUZA, E. C. A Economia Agropecuária Mineira na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial. *Argumentos* (Unimontes). Vol.12, p.7 - 43, 2016.
30. SILVA, G. J. C.; ALMEIDA, F. F. Cadeias Globais de Valor em um Modelo Multissetorial de Crescimento: Uma Análise do Setor de Equipamento de Transporte. *Revista Econômica do Nordeste*. v.47, p.131 - 149, 2016.
31. SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.; NEDER, H. D. Investimentos em Infraestrutura de Transportes e Desigualdades Regionais no Brasil: Uma Análise dos Impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Revista de Economia Política*. Vol.36, p.840 - 863, 2016.
32. SILVA, G. J. C. Macroeoconomia do Desenvolvimento: Uma Perspectiva Keynesiana. *Cadernos do Desenvolvimento*. Vol.11, p.221 - 224, 2016.
33. SILVA, G. J. C.; MILANI, R. U. Taxa de Câmbio Real, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira no

Período Recente. *RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*. Vol.7, p.64 - 79, 2016.

34. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.; SANTOS, H. S. The Verdoorn-Kaldor-Thirlwall's Law: An Empirical Analysis. *Revista Econômica do Nordeste*. Vol.47, p.149 - 166, 2016.
35. SILVA, G. J. C.; PIRTOUSCHEG, L. A. S. Basic Interest Rate, Bank Competition and Bank Spread in Personal Credit Operations in Brazil: A Theoretical and Empirical Analysis. *Revista Economia da ANPEC*. v.16, p.32 - 45, 2015.
36. SILVA, G. J. C.; MOTTA, F.; SANTOLIN, R. S. Fluxo de Capitais e Crescimento Econômico de Longo Prazo: Teoria, Modelo e Evidências Recentes Para as Economias Emergentes. *Revista de Economia do Centro-Oeste*. Vol.1, p.2 - 25, 2015.
37. PAIVA, M. S.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C. Investimento em Infraestrutura Logística, Comércio Internacional e Crescimento Econômico de Longo Prazo: Uma Análise a Partir de Simulações Computacionais. *Revista de Economia do Centro-Oeste*. v.1, p.70 - 86, 2015.
38. SILVA, G. J. C.; MENEZES, L. B.; NEDER, H. D. Qualidade da Malha Rodoviária, Custos Econômicos Associados e Determinantes dos Acidentes de Trânsito no Brasil: Avaliação e Proposição de Política. *Revista de Políticas Públicas* (UFMA). Vol.19, p.327 - 247, 2015.
39. ROMANATTO, E.; ARRIEL, M. F.; SILVA, G. J. C. Aglomeração, Caracterização e Dinâmica Econômica Setorial dos Municípios do Estado de Goiás em 2008: Avaliação Empírica e Proposição de Política. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* (IPEA). Vol.1, p.95 - 113, 2014.
40. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.; SANTOS, H. S. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo dos Estados Brasileiros no Período Recente. *Argumentos* (Unimontes). Vol.9, p.201 - 224, 2014.
41. ORTEGA, A. C.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P. Transformações Recentes da Produção Agropecuária no Cerrado. *Ensaios FEE*. Vol.35, p.555 - 584, 2014.
42. SILVA, G. J. C.; VIANA, A. P. C.; TERRA, F. H. B. Uma Leitura Pós-Keynesiana da Dinâmica de Preços e da Política Monetária no Brasil Pós-Metas de Inflação: uma Análise por Vetores Autorregressivos. *Economia Ensaios* (UFU). Vol.29, p.133 - 158, 2014.
43. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais. *Economia e Sociedade* (UNICAMP). v.22, p.729 - 764, 2013.

44. SILVA, G. J. C.; COSTA, P. H. Infraestrutura Portuária, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico Brasileiro: Uma Análise Empírica Para o Período de 2006 a 2011. *Revista de Políticas Públicas* (UFMA). Vol.17, p.303 - 318, 2013.
45. SILVA, G. J. C.; SOUZA, E. C.; MARTINS, H. E. P. Dinâmica Espacial da Produção Agropecuária em Minas Gerais entre 1996 e 2006: Padrões de Distribuição, Especialização e Associação em Nível Municipal. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso). Vol.50, p.331 - 348, 2012.
46. SILVA, G. J. C.; SANTOLIN, R. S. Gastos Públicos e Crescimento Econômico Recente dos Estados Brasileiros. *Revista de Economia e Tecnologia*. Vol.8, p.19 - 38, 2012.
47. PAULA, L. F. R.; OREIRO, J. L. C.; SILVA, G. J. C.; SOUZA, G. Por Que as Taxas de Juros São Tão Elevadas no Brasil? Uma Avaliação Empírica. *Revista de Economia Política*. Vol.32, p.557 - 579, 2012.
48. OREIRO, J. L. C.; NAKABASHI, L.; SILVA, G. J. C.; SOUZA, G. The Economics of Demand-Led Growth. Theory and Evidence for Brazil. *Cepal Review*, Vol.106, p.151 - 168, 2012.
49. FERREIRA, L. M.; SILVA, G. J. C. Fluxo de Capitais, Valorização Cambial e a Ineficácia Recente dos Impostos Sobre Capitais Externos no Brasil. *Revista de Economia e Tecnologia*. Vol.7, p.49 - 58, 2011.
50. FERREIRA, L. M.; SILVA, G. J. C. Impactos da Crise do Subprime nos Setores Automobilístico e da Construção Civil do Brasil. *Economia Ensaios*. Vol.26, p.85 - 106, 2011.
51. SOUZA, E. C.; SILVA, G. J. C. Dinâmica Espacial e Formação de Clusters Significativos no Setor Agropecuário de Minas Gerais. *Revista de Economia e Tecnologia*. v.6, p.99 - 106, 2010.
52. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C. Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa. *Estudos Econômicos* (USP). Vol.40, p.617 - 649, 2010.
53. MOREIRA, B. D.; MARTINS, R. S.; SILVA, G. J. C. Perspectivas da Contribuição do Transporte Ferroviário à Eficiência da Distribuição de Combustíveis em Minas Gerais. *E & G. Economia e Gestão*. Vol.9, p.44 - 75, 2009.
54. SILVA, G. J. C. Controle de Capitais, Dinâmica das Exportações e Performance Macroeconômica das Economias Emergentes. *Economia e Desenvolvimento* (Recife). Vol.7, p.7 - 43, 2008.

55. GLEYCK, R; SILVA, G. J. C. Controle de Capitais e o Direito à Propriedade no Brasil: Reflexões Acerca da Garantia Constitucional à Propriedade Privada e do Interesse Nacional. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*. Vol.40, p.121 - 132, 2008.
56. SILVA, G. J. C. Inserção Externa Defensiva e Crescimento Econômico de Longo Prazo. *Revista de Economia e Tecnologia*. Vol.4, p.145 - 150, 2008.
57. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C. Crescimento Endógeno, Endividamento Externo e Controle de Capitais. *Análise Econômica* (UFRGS). Vol.1, p.161 - 182, 2006.
58. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SILVA, G. J. C.; ONO, F. H. Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário: Teoria e Evidência Recente. *Economia Aplicada*. Vol.10, p.609 - 634, 2006.
59. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R. Conversibilidade da Conta de Capital, Taxa de Juros e Crescimento Econômico: uma Avaliação Empírica da Proposta de Plena Conversibilidade do Real. *Revista de Economia Contemporânea*. Vol.1, p.231 - 261, 2005.
60. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SILVA, G. J. C. Por Uma Moeda Parcialmente Conversível: Uma Crítica a Arida e Bacha. *Revista de Economia Política*. Vol.24, p.223 - 237, 2004.

5.2. Artigo Aceitos para Publicação em Periódico Científico

1. MELLINI, A.; SILVA, G. J. C. External Insertion, Competitiveness, and the Growth of the Brazilian Economy (1999 - 2021): Theory and Empirical Evidences. *Revista de Economia Política e História Econômica*, 2026. (no prelo)

2. CAMACHO, T. S.; SILVA, G. J. C. Bitcoin Halvings and Institutional Investors: A Wavelet Analysis. *PSL Quarterly Review*, 2026. (no prelo)

3. NHANOMBE, M. A.; SILVA, G. J. C. Financial Integration, Capital Flows, and Exchange Rate Stability in Mozambique: Empirical Evidence with ARDL Models (1996-2023). *Revista de Economia Política e História Econômica*, 2026. (no prelo)

5.3. Publicação de Capítulo de Livro

Como coautor de livros, tenho buscado discutir questões de política econômica, crescimento e desenvolvimento econômico, articulando fundamentos teóricos com análises empíricas aplicadas ao contexto nacional. Essa produção reflete meu compromisso com a compreensão dos desafios estruturais do desenvolvimento brasileiro, aliando rigor analítico e relevância das políticas públicas sob uma perspectiva heterodoxa.

1. Agenda Brasil
2. Novo Desenvolvimentismo
3. Câmbio e Controles de Capitais
4. Sistema Financeiro
5. Sistema Financeiro e Política Econômica em uma Era de Instabilidade
6. A Crise Financeira Internacional
7. A Nova Cara da Pobreza Rural
8. Indústria, Crescimento e Desenvolvimento.

Durante minha trajetória acadêmica, tive a oportunidade de colaborar escrevendo os seguintes capítulos:

1. SILVA, G. J. C.; VALADAO, M. M. O Puzzle do Crescimento Sustentável do Crédito Imobiliário da Caixa Econômica Federal: Uma Análise com Vetores Autorregressivos In: **IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança**, Ed.1. São Paulo: Etcetera, 2015, V.I, p. 99 - 155.
2. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.; SANTOS, H. S. Indústria, Padrão de Especialização Comercial e Crescimento dos Estados Brasileiros no Período Recente: Uma Estratégia Multissetorial In: **Indústria, Crescimento e Desenvolvimento**, Ed.1ª. Campinas: Alínea, 2014, Vol.1, p. 175 - 196.
3. BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D. A Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem de Mensuração Multidimensional In: **A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional**, Ed.1ª. Brasília: IICA, 2013, Vol.17, p. 461 - 504.
4. TERRA, F. H. B.; SILVA, G. J. C. Crise na Europa? Políticas Econômicas Contracíclicas Para o Brasil In: **Sistema Financeiro e Política Econômica em uma Era de Instabilidade: Tendências Mundiais e Perspectivas Para a Economia Brasileira**, Ed.1ª. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2012, Vol.1, p. 153 - 159.

5. TERRA, F. H. B.; SILVA, G. J. C. Prevenir é Melhor do Que Remediar: Alternativas de Políticas Econômicas Pós-Keynesianas Para a Prevenção de Crises Financeiras In: **A Crise Financeira Internacional: Origens, Desdobramentos e Perspectivas**, Ed.1ª. São Paulo: Editora Unesp, 2012, Vol.1, p. 191 - 195.
6. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.; MARTINS, R. S. Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Crescimento: Uma Análise Para os Estados Brasileiros (1986-2003) In: **Prêmio IPEA-CAIXA-2007: Monografias Premiadas**, Ed.1ª. Brasília: IPEA, 2008, Vol.1, p. 163 - 186.
7. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R. Spread Bancário no Brasil: Uma Avaliação Empírica Recente In: **Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro**, Ed.1ª. São Paulo: Campus, 2007, Vol.1, p. 191 - 220.
8. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C. Taxa de Juros Convencional e Rentismo em um Modelo Pós-Keynesiano de Firma Bancária In: Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro, Ed.1ª. São Paulo: Campus, 2007, Vol.1, p. 23 - 44.
9. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R. Uma Avaliação Empírica da Proposta de Conversibilidade do Real In: **Câmbio e Controle de Capitais**, Ed.1ª. Rio de Janeiro: Campus, 2006, Vol.1, p. 105 - 124.
10. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R. Spread Bancário no Brasil: Determinantes e Proposições de Política In: **Novo Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social**, Ed.1ª. São Paulo: Manole, 2004, Vol.1, p. 347 - 378.
11. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SILVA, G. J. C. Fluxos e Controle de Capitais no Brasil: Avaliação e Proposição de Política In: **Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços**, ed.1ª. Rio de Janeiro: Manole, 2003, Vol.1, p. 65 - 115.
12. SILVA, G. J. C.; CAVALCANTI, G. A. Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o IDH: 1970-1991 In: Trabalhos Premiados Apresentados no XI Encontro de Iniciação Científica - **Série Iniciados**, Ed.1ª. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, V.9, p. 119 - 140.
13. FURTADO, A. P.; OLIVEIRA, A. L.; MORAIS, G. N.; SILVA, G. J. C.; BARBOSA, J. P.; SILVA, O. R.; EVANGELISTA, G. M.; MOREIIRA, I. T. Assessoria Sócio-Econômica a Projetos de Assentamento In: Trabalhos Premiados Apresentados no V Encontro de Extensão- **Série Extensão**, Ed.1ª. João Pessoa: Editora Universitária, 2000, Vol.21, p. 33 - 42.

5.4. Publicação de Trabalho em Anais de Reunião Científica

Nas minhas pesquisas, muitas em colaboração com coautores e orientandos, exploro os pilares da política econômica, do crescimento e do desenvolvimento, com foco na economia brasileira e em economias emergentes. Nesse sentido, busco apresentar estratégias para a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar desafios estruturais e promover um desenvolvimento sustentável.

1. SILVA, G. J. C.; ORSOLIN-TEIXEIRA, F. Industrial Policy, Economic Complexity and Regional Growth of the Brazilian Economy: The Challenge of the Lula III Government (2023-2026). In: **XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2025, Curitiba. Anais do XVIII Encontro da AKB, 2025.
2. VICA, P. M.; SILVA, G. J. C. Structural Change, Governance Quality, and Export-Led Growth: The Challenge of Economic Complexity in African Countries (2006?2020). In: **XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2025, Curitiba. Anais do XVIII Encontro AKB, 2025.
3. GOMES-SILVA, L.; SILVA, G. J. C. Economic Complexity and Income Inequality in Brazilian States: A Nonlinear Empirical Analysis (2003 - 2021). In: **XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2025. Anais do XVIII Encontro AKB, 2025.
4. SILVA, R. R. S.; SILVA, G. J. C. The BRICS+ and the Genesis of the 'New Cold War: The Multilateralism of Interests within an Economic Group. In: **53º Encontro Nacional de Economia**, 2025, São Paulo. Anais do 53º Encontro da ANPEC, 2025.
5. SILVA, G. J. C.; ORSOLIN-TEIXEIRA, F. Industrial Policy, Economic Complexity and Regional Growth of the Brazilian Economy: The Challenge of the Lula III Government (2023-2026). In: **53º Encontro Nacional de Economia**, 2025, São Paulo. 53º Encontro da ANPEC, 2025.
6. SILVA, G. J. C.; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim. In: **XXIX Encontro Regional de Economia**, 2024, João Pessoa / PB. Anais do XXIX Anpec Nordeste, 2024.
7. SILVA, G. J. C.; PINTO, V. H. S. ; CORREIA, F. M. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim. In: **XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2024, Maceió / AL. Anais do XVII Encontro AKB, 2024.

8. SOUZA, K. C. Q.; SILVA, G. J. C. New-Developmentalism in a Stock-Flow-Consistent Model for an Open Economy: Theory, Model, and Evidence Based on Computer Simulations. In: **XXIX Encontro Regional de Economia**, 2024, Maceió / AL. Anais do XXIX Anpec Nordeste, 2024.
9. SOUZA, K. C. Q. ; SILVA, G. J. C. New-Developmentalism in a Stock-Flow-Consistent Model for an Open Economy: Theory, Model, and Evidence Based on Computer Simulations. In: **XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2024, Maceió / AL. Anais do XVII Encontro da AKB, 2024.
10. NHANOMBE, M. A.; SILVA, G. J. C. Real Effective Exchange Rate, Economic Growth and Inflation: Evidence for Mozambique (1980-2022). In: **XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2024. Anais do XVII Encontro da AKB, 2024.
11. ALMEIDA, F. F. ; NAKABASHI, L.; SILVA, G. J. C. Determinants of Sectoral Participation in Global Value Chains: Some Empirical Evidence. In: **52º Encontro Nacional de Economia**, 2024, Natal/RN. Anais do 52º Encontro da ANPEC, 2024.
12. SILVA, G. J. C.; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim. In: **52º Encontro Nacional de Economia**, 2024, Natal/RN. Anais do 52º Encontro da ANPEC, 2024.
13. MELLINI, A.; SILVA, G. J. C. Complexidade Econômica e Crescimento Desigual dos Países: Uma Abordagem Teórica e Empírica a Partir da Lei de Thirlwall. In: **XXVI Encontro de Economia da Região Sul**, 2023, Curitiba. Anais do XXVI Encontro da Anpec Sul, 2023.
14. PEREIRA, D. C. N.; SILVA, G. J. C. Progresso Tecnológico, Capital Humano e Taxa de Emprego: Uma Análise Empírica a partir de Modelos P-ARDL no Período de 1960-2019. In: **XV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2022, Belo Horizonte. Anais do XV Encontro Internacional da AKB, 2022.
15. CAMACHO, T. S.; SILVA, G. J. C. Bitcoin, Finanças Corporativas e Grandes Players: Uma Abordagem Empírica Linear e Não-Linear. In: **XII Encontro Brasileiro de Finanças**, 2022, Vitória - ES. Anais do XII Encontro Brasileiro de Finanças, 2022.

16. SILVA, G. J. C.; CAMACHO, T. S. Pagamentos Instantâneos, Pix e Unified Payments Interface (UPI): Um Estudo de Caso. In: **VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**, 2022, Salvador - Bahia. Anais do VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2022.
17. AMARAL, K. W. R. C.; SILVA, G. J. C. Dinâmica Macroeconômica, Receitas Tributárias e Fragilidade Financeira: Uma Análise Empírica Recente do Estado de Pernambuco. In: **XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2020, São Paulo. Anais do XIII Encontro Internacional da AKB, 2020.
18. SOUZA, K. C. Q.; SILVA, G. J. C. Taxa de Câmbio e Produtividade da Indústria no Brasil: Uma Nova Abordagem Teórica e Empírica Para o Período Recente. In: **48º Encontro Nacional de Economia**, 2020. Anais do 48º Encontro Nacional de Economia, 2020.
19. SANTOS, J. F. C.; SILVA, G. J. C.; BAPTISTA, L. N. A Lei de Thirlwall Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais. In: **XIX Encontro da ANPEC SUL**, 2016, Florianópolis (SC). Anais do XIX Encontro de Economia da Região Sul, 2016.
20. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C. Industry, Competitiveness and External Trade: A Proposal to Growth Acceleration of Brazilian Economy. In: **XIX Encontro de Economia da Região Sul**, 2016, Florianópolis (SC). Anais do XIX Encontro da ANPEC SUL, 2016.
21. SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; BAPTISTA, L. N. A Lei de Thirlwall Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais. In: **XXI Encontro Regional de Economia**., 2016, Fortaleza (CE). Anais do XXI Encontro da Anpec Nordeste, 2016.
22. ALMEIDA, F. F.; SILVA, G. J. C. Cadeias Globais de Valor em um Modelo Multissetorial de Crescimento: Uma Análise do Setor de Equipamento de Transporte. In: **IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2016, São Paulo, SP. Anais do IX Encontro Internacional da AKB, 2016.
23. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C. Industry, Competitiveness and External Trade: A Proposal to Growth Acceleration of Brazilian Economy. In: **IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2016, São Paulo, SP. Anais do Encontro Internacional da AKB, 2016.

24. NEDER, H. D. ; SILVA, G. J. C. ; SANTOS, J. F. C. ; PIORSKI, C. R. L. . Índice de Defasagem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos Municípios de Minas Gerais: Um Estudo de Caso. In: **IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades**, 2016, Ituiutaba (MG). Anais do IV SINAPEQ, 2016.
25. BAPTISTA, L. N.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C. A Lei de Thirlwall Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais. In: **44° Encontro Nacional de Economia**, 2016, Foz do Iguaçu (PR). Anais do 44° Encontro da ANPEC, 2016.
26. LIMA JUNIOR, G. F.; SILVA, G. J. C. Investimento em Infraestrutura Rodoviária e Crescimento Econômico Setorial: Uma Análise Multissetorial dos Efeitos do Programa de Aceleração do Crescimento no Brasil. In: **44° Encontro Nacional de Economia**, 2016, Foz do Iguaçu (PR). Anais do 44° Encontro da ANPEC, 2016.
27. HERMIDA, C. C.; XAVIER, C. L.; SILVA, G. J. C. Fragmentação Internacional da Produção, Cadeias Globais de Valor e Crescimento Econômico: Uma Nova Abordagem Empírica. In: **44° Encontro Nacional de Economia**, 2016, Foz do Iguaçu (PR). Anais do 44° Encontro da ANPEC, 2016.
28. ANTUNES, T. S.; SANTOS, J. F. C.; PAIVA, M. S.; SILVA, G. J. C. Emprego Setorial, Produtividade Industrial e Crescimento Econômico de Longo Prazo em um Modelo Pós-Keynesiano com Mudança Estrutural. In: **XXI Congresso Brasileiro de Economia**, 2015, Curitiba (PR). Anais do XXI CBE, 2015.
29. MILANI, R. U.; SILVA, G. J. C. Taxa de Câmbio, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira. In: **XXI Congresso Brasileiro de Economia**, 2015, Curitiba (PR). XXI CBE, 2015.
30. SILVA, G. J. C.; DIAS, D. B. Taxa de Câmbio e Preço das Commodities num Modelo de Crescimento Conduzido Pelas Exportações. In: **VIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2015, Uberlândia (MG). Anais do VIII Encontro Internacional da AKB, 2015.
31. SILVA, G. J. C.; MILANI, R. U. Taxa de Câmbio, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira. In: **VIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2015, Uberlândia (MG). Anais do VIII Encontro Internacional da AKB, 2015.
32. ANTUNES, T. S.; SANTOS, J. F. C.; PAIVA, M. S.; SILVA, G. J. C. Emprego Setorial, Produtividade Industrial e Crescimento Econômico de Longo Prazo em um

Modelo Pós-Keynesiano com Mudança Estrutural. In: **43º Encontro Nacional de Economia**, 2015, Florianópolis (SC). Anais do 43º Encontro da ANPEC, 2015.

33. FAVARO, F. F. F.; SILVA, G. J. C. Bureaucracy, External Trade and Long-Term Growth in a Balance-of-Payments Constrained Growth Model. In: **43° Encontro Nacional de Economia**, 2015, Florianópolis (SC). Anais do 43° Encontro da ANPEC, 2015.
34. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.; SANTOS, H. S. The Verdoorn-Kaldor-Thirlwall's Law: An Empirical Analysis of the Export-Led Growth Strategy Multisectoral in the Brazil China Bilateral Relationship. In: **XI International Colloquium: Global Crisis and Changes of Paradigms: Current Issues**, 2014, Brasília - Brazil. Anais do XI International Colloquium, 2015.
35. SILVA, G. J. C.; TERRA, F. H. B. ; VIANA, A. P. C. Uma Leitura Pós-Keynesiana da Dinâmica de Preços e da Política Monetária no Brasil Pós-Metas de Inflação. In: **VII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2014, São Paulo (SP). Anais do VII Encontro da AKB, 2015.
36. MARTINS, H. E. P. ; SILVA, G. J. C. ; ORTEGA, A. C. Transformações da Produção Agropecuária no Cerrado: Distribuição Espacial e Especialização em Nível Municipal na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: **XVII Encontro Nacional de Economia Política**, 2012, Rio de Janeiro (RJ). Anais do XVII ENEP, 2012.
37. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D. ; BUAINAIN, A. M. Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem de Mensuração Multidimensional. In: **50º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2012, Vitória (ES). Anais do L Congresso da SOBER, 2012.
38. SOUZA, E. C. ; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P. Produção Agropecuária em Minas Gerais (1996 2006): Padrões de Distribuição, Especialização e Associação Espacial em Nível Municipal. In: **XIX Congresso Brasileiro de Economia**, 2011, Bonito (MS). Anais do XIX CBE.
39. SOUZA, E. C.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P. Produção Agropecuária em Minas Gerais (1996 2006): Padrões de Distribuição, Especialização e Associação Espacial em Nível Municipal. In: **XXXIX Encontro da Encontro Nacional de Economia**, 2011, Foz do Iguaçu (PR). Anais do XXXIX ANPEC, 2011.

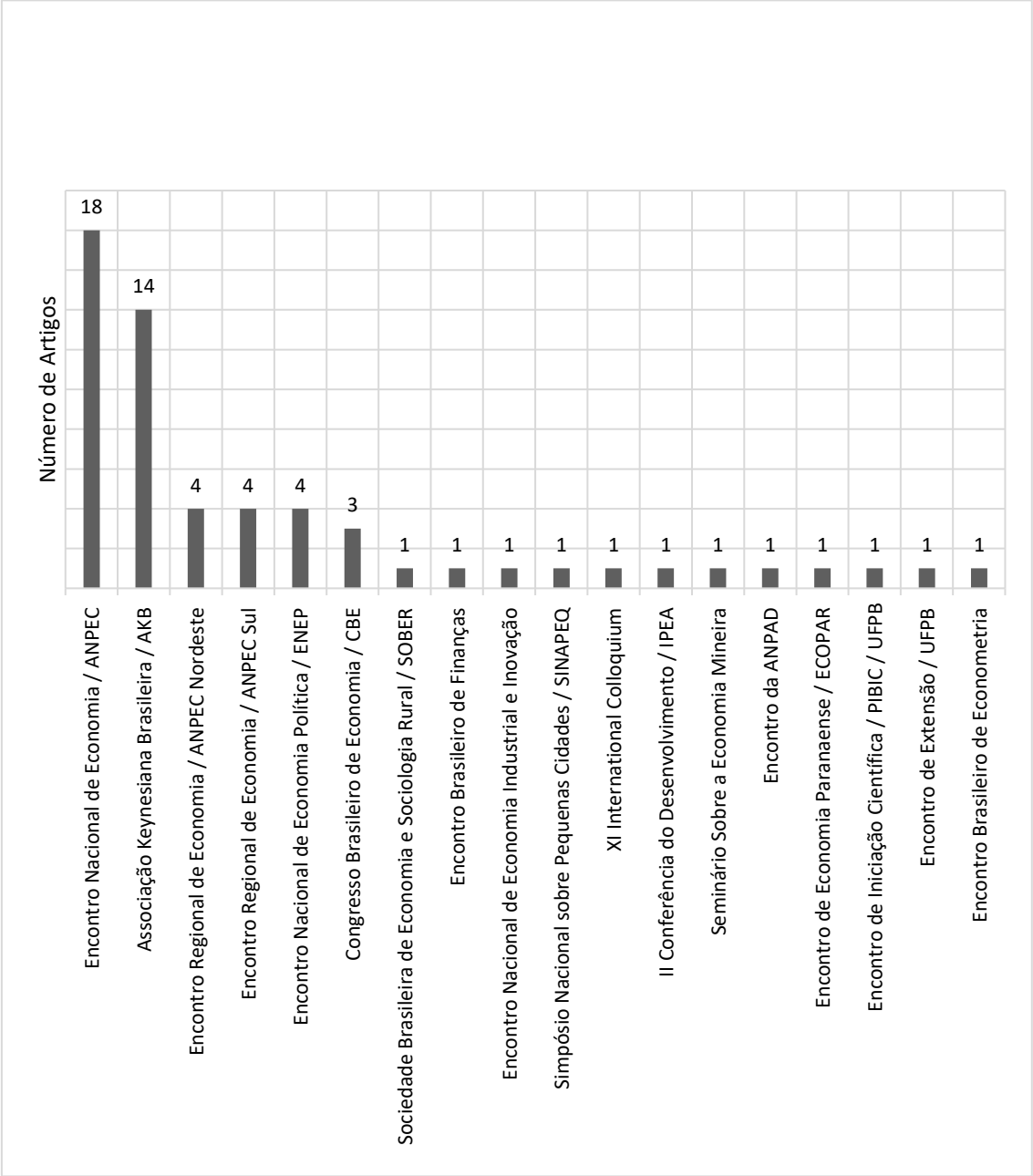
40. NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C. Rural Poverty in Brazil: a Multidimensional Measurement Approach. In: **Encontro Brasileiro de Econometria**, 2011, Foz do Iguaçu. Anais do XXXIII Encontro da SBE, 2011.
41. ROMANATTO, E.; ARRIEL, M. F.; SILVA, G. J. C. Aglomeração, Caracterização e Dinâmica Econômica Setorial dos Municípios do Estado de Goiás em 2008: Avaliação Empírica e Proposição de Política. In: **II Conferência do Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2011, Brasília (DF). Anais do II CODE / IPEA, 2011.
42. SOUZA, E. C.; SILVA, G. J. C. A Economia Agropecuária Mineira na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial. In: **XIV Seminário Sobre a Economia Mineira**, 2010, Diamantina (MG). Anais do XIV Seminário de Diamantina, 2010.
43. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais. In: **XXXVIII Encontro Nacional de Economia**, 2010, Salvador (BA). Anais do XXXVIII Encontro da ANPEC, 2010.
44. SILVA, G. J. C.; MOTTA, F.; SANTOLIN, R. S. Liberalização Financeira e Crescimento Econômico de Longo Prazo. In: **II Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2009, Porto Alegre (RS). Anais do II Encontro Internacional da AKB, 2009.
45. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C. Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa. In: **XXXVII Encontro da Encontro Nacional de Economia**, 2009, Foz do Iguaçu (PR). Anais do XXXVII ANPEC.
46. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C. Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa. In: **XIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2008, João Pessoa (PB). Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008.
47. OREIRO, J. L. C. ; SILVA, G. J. C. ; FORTUNATO, W. L. L. Gasto Público com Infra-Estrutura, Acumulação Privada de Capital e Crescimento de Longo Prazo. In: **XIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2008, João Pessoa. Anais do XIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2008.
48. SILVA, G. J. C.; FORTUNATO, W. L. L. Infra-Estrutura e Crescimento Regional: uma Avaliação do Caso Brasileiro no Período de 1985-1998. In: **XII Encontro de Economia da Região Nordeste**, 2007, Fortaleza (CE). Anais do XII Encontro da ANPEC-NE, 2007.

49. NEVES, A. L. ; PAULA, L. F. R. ; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; AMARAL, R. Q. . Por que o Custo do Capital no Brasil é Tão Alto? In: **XXXV Encontro Nacional de Economia**, 2007, Recife (PE). Anais do XXXV Encontro da ANPEC, 2007.
50. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SOBREIRA, R. Macroeconomic Determinants of Banking Spread In Brazil: An Empirical Evaluation. In: **XXXV Encontro Nacional de Economia**, 2007, Recife (PE). Anais do XXXV Encontro da ANPEC, 2007.
51. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; NAKABASHI, L.; LEMOS, B. P. A Macroeconomia do Crescimento Puxado pela Demanda Agregada: Teoria e Aplicações ao Caso Brasileiro. In: **XXXV Encontro Nacional de Economia**, 2007, Recife (PE). Anais do Encontro da ANPEC, 2007.
52. MARTINS, R. S.; SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G. Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Performance dos Estados Brasileiros: 1986-2003. In: **XXXI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração**, 2007, Rio de Janeiro (RJ. Anais do Encontro da ANPAD, 2007.
53. PAULA, T. H. P. ; AFONSO, M. A. C. ; SILVA, G. J. C.; BRITO, M. L. A. Um Modelo de Diferenciação das Taxas de Crescimento Regionais a Partir de Variáveis Financeiras. In: **XXXIV Encontro Nacional de Economia**, 2006, Salvador (BA). Anais do Encontro da XXXIV ANPEC, 2006.
54. OREIRO, J. L. C. ; PAULA, L. F. R. ; SILVA, G. J. C. Por uma Moeda Parcialmente Conversível: uma Crítica a Arida e Bacha. In: **IX Encontro Nacional de Economia Política**, 2004, Uberlândia (MG). Anais do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.
55. SILVA, G. J. C.; ONO, F. H. ; OREIRO, J. L. C.;PAULA, L. F. R. Conversibilidade da Conta de Capitais e seus Desdobramentos. In: **VII Encontro de Economia da Região Sul**, 2004, Maringá (PR). Anais do VII Encontro da ANPEC-SUL, 2004.
56. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C. Crescimento Endógeno, Endividamento Externo e Controle de Capitais. In: **XXXII Encontro Nacional de Economia**, 2004, João Pessoa (PB). Anais do Encontro da ANPEC, 2004.
57. SILVA, G. J. C.; ONO, F. H. Dinâmica Recente da Balança Comercial Paranaense. In: **II Encontro de Economia Paranaense**., 2003, Maringá (PR). Anais da II ECOPAR, 2003.

58. SILVA, G. J. C.; CAVALCANTI, G. A. Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991. In: **IX Encontro de Iniciação Científica**. 2001. João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB. Anais do IX Encontro do PIBIC, 2001.
59. SILVA, G. J. C.; BARBOSA, J. P.; MORAIS, G. N.; OLIVEIRA, A. L.; SILVA, O. R.; MOREIIRA, I. T.; EVANGELISTA, G. M. Assessoria Sócio-Econômica a Projetos de Assentamento. In: **V Encontro de Extensão**, 2000, João Pessoa (PB). Anais do IV Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2000.

Os artigos foram aceitos/apresentadas nos principais congressos nacionais, incluindo o Encontro Nacional de Economia (ANPEC), o Encontro Brasileiro de Econometria (SBE), o Encontro da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), o Congresso Brasileiro de Economia (CBE), o Encontro de Economia da Região Sul (ANPEC Sul), o Encontro de Economia da Região Nordeste (ANPEC Nordeste), o Encontro Nacional de Economia Industrial (ENEI) e Inovação e o Encontro Brasileiro de Finanças (EBFin).

Gráfico 2 – Número de Artigos em Anais por Congressos/Eventos



Fonte: Elaboração própria.

6. Atividades Administrativas e de Gestão

Na UFU, tive diversas funções administrativas e de gestão, mantendo, entretanto, a veia extensionista como elemento central de minha atuação, experiências que reforçaram meu compromisso social e a promoção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade:

1. Coordenador de Extensão: 08/2022 - 02/2023
2. Membro do Colegiado de Extensão: 08/2021 - 08/2023
3. Tutor do Grupo PET Economia: 09/2014 - 09/2020
4. Membro do CLAA - Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação dos Grupos PET (Programa de Educação Tutorial) da Instituição: 06/2015 - 05/2018
5. Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia: 06/2015 - 05/2017
6. Coordenador do Núcleo de Economia Aplicada: 06/2011 - 06/2013
7. Coordenador Substituto e Membro do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas: 06/2009 - 05/2011

O tópico seguinte detalha as ações desenvolvidas no período de setembro de 2014 a agosto de 2020, durante minha gestão do Programa de Educação Tutorial (PET) Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

6.1. Do Ensino à Extensão no PET Economia (2014–2020): Experiências e Aprendizados [1]

Resumo

O Programa de Educação Tutorial busca desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, de maneira articulada, permitindo uma formação global, além de propiciar o envolvimento de outros alunos e da comunidade interna e externa nessas ações (CLAA/PROGRAD/UFU, 2015). Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelo PET Economia da Universidade Federal de Uberlândia no período de 09/2014 a 08/2020, considerando a indissociabilidade das ações, buscaram consolidar as atividades de extensão e assegurar o compromisso social do programa. O objetivo deste capítulo é mostrar um pouco da história recente das atividades extensionistas desenvolvidas, desde a concepção a implementação das mesmas. Como resultado do trabalho desenvolvido, pode-se afirmar que as atividades deram mais visibilidade ao PET Economia, dentro e fora da universidade, além de assegurar o cumprimento dos três pilares da universidade.

1. Introdução

O Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal de Uberlândia, em particular, do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI/UFU), tem como propósito trazer inovações ao curso de Ciências Econômicas, propiciando aos seus membros uma nova experiência, voltada para o trabalho em equipe. O programa tem um compromisso com a formação dos discentes e com a sociedade de um modo geral, buscando integrar a comunidade acadêmica a local por meio de atividades que mudem a realidade do ambiente no qual está inserido.

De fato, a proposta do programa é desafiadora. Como um programa de educação composto por alunos pode ser capaz de transformar a realidade da comunidade à sua volta?

Em 2012, eu, Guilherme Jonas, como Professor do Curso de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, estava pensando nesta pergunta desafiadora, vi que poderia de alguma forma ajudar o PET Economia, já que tinha vivência em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esta experiência, em particular, na área de extensão, começou em 1998 na Universidade Federal da Paraíba, quando fui bolsista na graduação em economia de um projeto de extensão sob a orientação do professor Dr. Ivan Targino Moreira intitulado "Assessoria

[1] Inicialmente, agradeço os comentários da Professora Dra. Sabrina Queiroz e do ex-petiano Luís Fernando Bezerra, isentando-os, evidentemente, de erros e omissões remanescentes.

Socioeconômica a Projetos de Assentamento", que depois passou a ser "Assessoria Socioeconômica e Gerencial a Projetos de Assentamento". Este projeto gerou frutos acadêmicos e profissionais, inclusive, recebemos o Prêmio "Elo Cidadão" pela função social do projeto e pelos resultados alcançados em termos produtividade. Este projeto demonstrou que os professores e estudantes das universidades podem e são capazes de mudar o ambiente no qual estamos inseridos, por meio do ensino, da pesquisa e, principalmente, da extensão.

Com este espírito de querer fazer mais, vi que o trabalho desenvolvido no programa de educação tutorial do curso de economia poderia avançar neste sentido, ou seja, o PET Economia da UFU poderia ampliar o seu alcance, fazendo-se presente fora dos muros da universidade.

Assim, em 2012, pude participar do processo seletivo para tutor do programa, colocando o meu nome à disposição para assumir o programa. Naquela oportunidade, a professora Debora Nayhar Hoff, mais experiente e preparada, foi escolhida pelo Comitê Local de Avaliação e Acompanhamento (CLAA) para gerir o PET Economia/UFU. A experiência adquirida naquele processo seletivo me fez perceber que ainda não era o meu momento e que eu tinha muito a amadurecer antes de assumir tamanha responsabilidade, apesar de ter desenvolvido ao longo da minha carreira várias atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Concorrer, sem sucesso, ao processo seletivo para tutor me fez perceber que precisava evoluir em vários aspectos, além de poder identificar algumas qualidades necessárias a um Tutor do PET, quais sejam: visão inovadora; liderança; humildade; e persistência. A persistência é uma característica necessária para quem acredita nos seus objetivos e sonhos, mesmo sabendo dos enormes desafios. Assim, em 2014, fiz a inscrição para concorrer novamente à função de Tutor do Programa de Educação Tutorial, acreditando que tinha muito a contribuir.

Evidentemente, mais maduro e preparado para assumir o PET Economia/UFU, o resultado foi diferente. O plano de trabalho apresentado buscou consolidar a percepção de responsabilidade coletiva e o compromisso social do programa. Considerando o exposto, o objetivo deste capítulo é mostrar um pouco da história recente das atividades extensionistas desenvolvidas pelo grupo no período de 09/2014-08/2020.

Para atingir este objetivo, o capítulo foi dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a proposta de trabalho desenvolvida ao longo dos seis anos de

gestão. A seção seguinte discorre de forma sucinta sobre a estratégia adotada para levar a cabo as atividades sugeridas, bem como apresenta brevemente a evolução histórica das atividades de extensão do PET Economia e os resultados alcançados. Na quarta encontram-se alguns registros fotográficos dos petianos trabalhando nas atividades desenvolvidas pelo grupo no período em consideração. Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais.

2. A Proposta

A proposta de trabalho apresentada no processo seletivo para Tutor do PET estava focada, mas não limitada, na relação universidade-sociedade, haja vista que buscava promover e disseminar as atividades de extensão do PET Economia/UFU no município de Uberlândia e na região do triângulo mineiro, com o intuito de contribuir para o processo de transformação da realidade local. Esta proposta sagrou-se vencedora e os trabalhos foram iniciados no dia 01 de setembro de 2014.

De 2014 a 2017, o trabalho avançou no sentido de propor as seguintes atividades para o programa:

1. O Nivelamento em Matemática;
2. A Pesquisa e Assessoria em Finanças Pessoais;
3. A Pesquisa e Assessoria Econômica e Gerencial a Projetos de Assentamentos; e
4. O Grupo de Estudos da ANPEC.

No período de 2017 a 2020, a ideia era dar mais visibilidade às atividades desenvolvidas pelo programa, entrando no mundo das redes sociais, a fim de explorar novas possibilidades e alcançar um público maior. As atividades propostas para atingir estes objetivos foram:

1. O Pense Duas Vezes (P2X);
2. Economia nas Escolas ("Economiquês");
3. O Laboratório de Previsão de Séries Temporais; e
4. O Jornal do PET Economia com PETCast (PodCast do PET Economia).

Evidentemente, as atividades tradicionais continuaram sendo desenvolvidas com o mesmo empenho e dedicação, mas a ênfase passou a ser a extensão, em função das discussões interna e externas em torno destas atividades e a, consequente, Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que "Estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior

Brasileira e Regimentou o Disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que Aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024".

3. A Estratégia

A estratégia adotada pelo grupo para desenvolver as suas atividades de extensão de maneira organizada foi partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No sentido de preparar os membros do grupo para essas atividades de extensão, decidimos sempre iniciar os trabalhos com uma pesquisa coletiva, de modo que todos pudessem colaborar conjuntamente na elaboração dos materiais a serem utilizados por eles e pelas futuras gerações do programa.

3.1. Os Desafios Iniciais da Extensão do PET Economia de 09/2014-08/2017

A estratégia de preparar cada um dos integrantes do grupo para a atividade de extensão foi bem-sucedida e utilizada em praticamente todas as atividades extensionistas do PET Economia.

Os desafios do programa de educação tutorial que já eram grandes e aumentava à medida que o programa ganhava visibilidade dentro e fora da universidade. No sentido de contribuir para a consolidação do projeto pedagógico do curso, em 2014, concluímos a pesquisa coletiva intitulada "Reprovação nas Disciplinas de Matemática no Curso de Ciências Econômicas: Diagnóstico e Proposição de Ações de Combate a Retenção". Esta pode ser considerada a principal contribuição do Grupo PET Economia para reduzir os indicadores de reprovação, retenção e evasão no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia.

Esta pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário e dos dados coletados junto à secretaria do curso de Economia, no qual demonstramos que os elevados índices de reprovação e retenção nos períodos iniciais da graduação, nas disciplinas Matemática 1 e Matemática 2, impactavam fortemente os indicadores de evasão do curso de economia.

Os resultados da pesquisa mostraram ainda que o problema era fruto de vários fatores, dentre eles: i) o excesso de disciplinas por semestre; ii) o pouco tempo dedicado ao estudo das disciplinas de Matemática; iii) a dificuldade de aprendizado; iv) o ensino fundamental e médio deficientes; e v) a má qualidade dos professores de Matemática Básica 1 e 2.

Neste contexto, a atividade de nivelamento em matemática foi criada, no sentido de atenuar o problema, como uma atividade de reforço escolar nas disciplinas de Matemática para os ingressantes no curso, mas também para os egressos que estavam estudando para o Exame da ANPEC. Este nivelamento atendia uma demanda reprimida dos alunos, que tinham dificuldade de esclarecer as suas dúvidas com os professores e os monitores da faculdade de matemática. Esta pesquisa foi premiada pelo CLAA e, posteriormente, publicada na Revista Horizonte Científico, da Universidade Federal de Uberlândia, em função da qualidade do trabalho desenvolvido.[2]

Em 2015, com o agravamento da crise econômica brasileira, o PET Economia colocou em prática o Projeto de Educação Financeira, com o intuito de levar à comunidade interna e externa, as atividades desenvolvidas na Universidade, além de mostrar a importância do planejamento orçamentário. O objetivo da atividade era apresentar as noções básicas de educação financeira, demonstrando a pertinência de entender um pouco mais sobre finanças pessoais, o código de defesa do consumidor (direitos e deveres) e as estratégias de renegociação de dívidas.

Esta atividade gerou bons frutos, haja vista que foram realizadas várias palestras e minicursos dentro e fora da Universidade Federal de Uberlândia como, por exemplo: Universidade Estadual de Goiás, ONG's (Ação Moradia) e Empresas (Algar, TV Integração e Pentapharm).

Em 2016, o PET Economia tirou do papel o Projeto de Assessoria Econômica e Gerencial a Projetos de Assentamentos. O trabalho foi realizado em parceria com a Enactus, uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada a inspirar estudantes a transformar o mundo por meio da ação empreendedora[3]. Na oportunidade, pudemos entender a realidade dos assentamentos da região e ajudar a comunidade assistida, que tinha uma fábrica desativada de rapaduras e uma cooperativa pouco ativa naquele momento.

[2] SILVA, G. J. C. *et al.* Reprovação nas Disciplinas de Matemática no Curso de Ciências Econômicas: Diagnóstico e Proposição de Ações de Combate à Retenção. Horizonte Científico (Uberlândia), Vol. 8, Suplemento 2, P. 81-104, Dez/2014.

[3] O objetivo era estimular os alunos a aplicar suas habilidades empreendedoras de forma a gerar impacto positivo na sociedade.

3.2. A Consolidação das Atividades de Extensão do PET Economia no Contexto da Resolução CNE/CES de 2018

Com a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, o Triênio 2017-2020 pode ser considerado um marco para o Programa de Educação Tutorial no que tange as atividades de extensão, cobradas formalmente pelo Ministério da Educação e pelo Comitê Local de Avaliação e Acompanhamento (CLAA/PROGRAD/UFU).

A concepção da extensão, estabelecida na Resolução das Diretrizes Nacionais da Extensão, foi reforçada na Política de Extensão da UFU ressaltando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a prerrogativa do compartilhamento de conhecimentos na interação entre universidade e comunidade externa a ela. Mais especificamente, a Resolução Nº 25/2019 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia diz que:

Art. 1º A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é a atividade [...] que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade por meio da produção, da aplicação e do compartilhamento de conhecimentos.

Art. 2º São consideradas atividades de extensão as ações e intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à UFU e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Como o PET Economia/UFU desenvolvia atividades de extensão desde 2014, esta resolução reforçou a necessidade de estabelecer algumas diretrizes importantes para o aperfeiçoamento da extensão no âmbito do programa.

Neste sentido, em 2017, o PET Economia apresentou, em seu planejamento o "Grupo de Estudos da ANPEC", para atender uma demanda dos egressos do curso. A proposta desta atividade era aprofundar o conhecimento sobre os tópicos de economia que fazem parte da prova da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) (Microeconomia, Macroeconomia, Matemática, Estatística/Econometria e Economia Brasileira), já que alguns alunos (inclusive, petianos) e ex-alunos estavam imersos nos estudos dos conteúdos desta prova, que é utilizada como parte do processo de seleção para a entrada nos principais programas de pós-graduação em economia do país. O resultado da atividade foi muito satisfatório, já que dezenas de petianos, ex-petianos e discentes do curso de

economia que participaram desta atividade foram bem-sucedidos na prova e foram aceitos nos melhores programas de mestrado e doutorado do país.

Em 2018, o PET Economia inovou com o "Pense Duas Vezes" (P2X). A atividade foi pensada nos moldes de um programa britânico chamado *Intelligence Square*, que tem por objetivo trazer dois pontos de vista contrários sobre um mesmo tópico (geralmente, "temas polêmicos") para mostrar democraticamente aos ouvintes os seus principais argumentos. A ideia é que, no final da atividade, os participantes tenham condições de desenvolver um ponto de vista próprio e fundamentado com bons argumentos. O P2X contava com quatro debatedores, sendo dois favoráveis a determinado tema e dois contrários. Esta atividade pode ser considerada a que obteve o maior alcance e visibilidade para o PET Economia, principalmente, por ter conquistado a mídia local e a comunidade externa a universidade no período em questão.

Em 2018, o programa também tirou do papel a proposta de construir o "Laboratório de Previsões de Séries Temporais". Nesta atividade, os petianos realizavam previsões, para 2018 e 2019, de vários indicadores econômicos, tais como, inflação, câmbio, (des)emprego e crescimento do produto (agregado e setorial). A atividade proporcionou aos petianos um treinamento voltado à preparação de dados, ao tratamento estatístico e à linguagem de programação para a previsão de séries temporais em economia, que são fundamentais para a tomada de decisão sobre investimento e produção por parte das empresas.

Em 2019, o PET Economia elaborou um manual com algumas definições básicas da área de economia (Projeto "Economiquês"). Este manual tinha por objetivo subsidiar a atividade de extensão intitulada "Economia nas Escolas", que consistia numa visita dos petianos as escolas públicas da cidade de Uberlândia para apresentar de uma maneira lúdica e interativa alguns conceitos econômicos que fazem parte do cotidiano do brasileiro e a importância de compreendê-los no contexto atual de crise econômica.

Com esta atividade, pudemos apresentar em várias escolas esses conceitos básicos e como que eles impactam a gente no dia a dia, além de poder divulgar um pouco mais o curso de Ciências Econômicas da UFU, nos mesmos moldes das "Mostras de Cursos", com a diferença de que nós visitávamos as escolas da cidade. Esta atividade permitiu a troca de saberes e experiências com os estudantes, permitindo que o grupo aperfeiçoasse ainda mais o trabalho desenvolvido nas escolas.

Desde 2019, o PET Economia publicava regularmente alguns pequenos textos sobre economia em suas redes sociais com o objetivo trocar informações sobre a conjuntura e alguns conceitos econômicos que são fundamentais para a comunidade interna e externa a universidade, de maneira simples, objetiva e descontraída.

Por fim, em 2020, com o início da pandemia, novos desafios foram colocados para o PET Economia. O distanciamento social fez com que o PET Economia resolvesse entrar de cabeça no mundo das redes sociais, a fim de explorar novas possibilidades e alcançar um público maior.

Neste contexto, em 2020, o Jornal do PET Economia passou a ter um papel central em termos de atividade de extensão. A ideia foi integrar o Jornal com o PETCast (PodCast do PET Economia) para ampliar o alcance página do Facebook e Instagram do PET Economia, além de promover uma maior interação com a comunidade que tinha acesso às publicações, sendo elas da universidade ou não.

Do exposto, as atividades desenvolvidas pelo grupo no período de 09/2014 a 08/2020 avançaram no sentido de serem mais extensionistas, coletivas e integradoras, com destaque para as atividades de extensão, que passaram a ser peça central na estratégia de crescimento do PET Economia da UFU.

Para concluir, lembro que os resultados do trabalho desenvolvido pelo PET Economia não seriam possíveis sem a dedicação e o esforço de todos aqueles que passaram pelo programa de educação tutorial no período de 09/2014 a 08/2020.

4. Registro Fotográfico do Grupo e das Atividades Desenvolvidas

Figura 1 – Mural de Atividades de Extensão (09/2014 – 08/2020)

Fonte: Arquivos Internos do PET Economia UFU.

Figura 2 – Mural de Ex-Petianos (09/2014 – 08/2020)

MURAL DE EX-PETIANOS

PET-ECONOMIA UFU | 2014 - 2020

Sávio, Lucas, Gilberto, Matheus, Guilherme Jonas, Kelmaistens, José Luís Oreiro, Henrique, Mônica, Welber, Luís Gustavo, Magson, Ademir e Luana.

Jonatas, Henrique, Magson, César, Henrique, Welber Tomás, Marcus, Nícolas, Maria Carolina, Guilherme Jonas, Gilberto, Mônica, Luís Gustavo, Lucas e Bruna.

Jonatas, Welber, Henrique, Cesar, Guilherme Jonas, Matheus, Nicolas, Marcus, Henrique, Maria Carolina, Fernanda, Ana Laura, Mariana e Carol.

Jonatas, Cesar, Marcus, Henrique, Welber, Guilherme Jonas, Gabriel, Nicolas, Cairo, Matheus, Sarah, Kamila, Maria Carolina, Henrique, Carol, Ana Laura e Flávia.

Victor, Cairo, Breno, Guilherme Jonas, Nara, Sarah, Cesar, Michele, Luís Fernando, Matheus, Fernanda, Hellen, Iago, Mariana, Kamila, Felipe, Pedro, Henrique e Júlia.

Matheus, Sarah, Gustavo, Michele, Fernanda, Victor, Emanuel, Guilherme Jonas, Luís Fernando, Breno, Nara, Pedro, Kamila, Júlia, Iago, Gabriela, Rebeca, Yasmin, Poliane, Vitória, Hugo e Thiago.

Fonte: Arquivos Internos do PET Economia UFU.

5. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido no período de 09/2014 a 08/2020 foi resultado de um intenso processo de discussões internas, realizadas a partir do documento que dá as diretrizes gerais do Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação.

As discussões resultaram em algumas mudanças no planejamento que permitiram o amadurecimento do programa com o claro objetivo de tornar as atividades mais consistentes com as diretrizes no que tange as atividades de extensão e a ampliação do alcance do PET Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

Estas mudanças realizadas no rol de atividades desenvolvidas na segunda metade da década de 2010, deram visibilidade ao programa e aproximaram o PET Economia ainda mais da comunidade interna e externa.

6. Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). PROGRAD / CLAA. Manual de Regulamentação dos Grupos PET MEC e PET Institucional. [S. l.], 09 dez. 2015. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/manual_ufu_pet_2016-nova_versao.pdf. Acessado em: 16 09 2021.

JONAS, G. et al. Reprovação nas Disciplinas de Matemática no Curso de Ciências Econômicas: Diagnóstico e Proposição de Ações de Combate à Retenção. Horizonte Científico (Uberlândia), Vol. 8, Suplemento 2, P. 81-104, Dez/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário (CONSUN/UFU). Resolução Nº 25/2019. Estabelece a Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, e dá Outras Providências. [S. l.], 22 nov. 2019. Disponível em: http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2019-25.pdf. Acessado em: 16 09 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Relatórios do PET Economia (Vários Números). Disponível em: http://www.ieri.ufu.br/unidades/pet/programa-de-educacao-tutorial-economia. Acessado em: 16 09 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Portaria Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária. [S. l.], 18 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 16 09 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Lei nº 13.005/2014: O Novo Plano Nacional de Educação 2014-2024. [S. l.], 25 jun. 2014. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html. Acessado em: 16 09 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa de Educação Tutorial – PET. Portaria MEC Nº 976. [S. l.], 27 jul. 2010. Disponível em: http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_976_2010.pdf. Acessado em: 16 09 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Programa de Educação Tutorial – PET. Portaria MEC Nº 343. [S. l.], 24 abr. 2013. Disponível em: http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_343_2013.pdf. Acessado em: 16 09 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu). Manual de Orientações Básicas. [S. l.], 01 dez. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes. Acessado em: 16 09 2021.

7. Premiações

Durante minha carreira, alguns trabalhos foram premiados, o que evidencia meu compromisso com a pesquisa acadêmica e a extensão universitária.

Em 1999, o prêmio **Elo Cidadão**, concedido pelo Programa de Bolsas de Extensão da UFPB, destacou a relevância das atividades de extensão realizadas.

FURTADO, A. P. ; OLIVEIRA, A. L. ; MORAIS, G. N. ; SILVA, G. J. C. ; BARBOSA, J. P. ; SILVA, O. R. ; EVANGELISTA, G. M. ; MOREIIRA, I. T.. **Assessoria Sócio-Econômica e Gerencial a Projetos de Assentamento**. In: PROBEX / UFPB. (Org.). Trabalhos Premiados Apresentados no V Encontro de Extensão- Série Extensão. 1ª Edição. João Pessoa: Editora Universitária, 2000, Vol. 21, p. 33-42.

Dois anos depois, em 2001, meu trabalho de iniciação cientifica recebeu o prêmio **Jovem Pesquisador** pelo PIBIC/CNPq/UFPB, premiação que destacou o meu compromisso com a pesquisa desde o início da trajetória acadêmica.

SILVA, G. J. C.; CAVALCANTI, G. A. **Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o IDH: 1970-1991**. In: PIBIC / CNPQ / UFPB. (Org.). Trabalhos Premiados Apresentados no XI Encontro de Iniciação Científica - Série Iniciados. 1ª Edição. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, Vol. 9, p. 119-140.

Nos anos seguintes, algumas pesquisas passaram a ser reconhecidas em premiações de prestígio nacional. Em 2005 e 2006, tive a honra de conquistar o **2º Lugar na Categoria Artigo** no **XII e XIII Prêmio Brasil de Economia**, promovido pelo Conselho Federal de Economia (COFECON), evidenciando a consistência e a qualidade das minhas contribuições acadêmicas.

ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R. **Conversibilidade da Conta de Capital, Taxa de Juros e Crescimento Econômico: Uma avaliação empírica da proposta de Plena Conversibilidade do Real**. 2º Lugar na Categoria Artigo, XIII Prêmio Brasil de Economia, 2006.

OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SILVA, G. J. C. **Por uma Moeda Parcialmente Conversível: Uma Crítica a Arida e Bacha**. 2º Lugar na Categoria Artigo, XII Prêmio Brasil de Economia, 2005.

Em 2007, o **1º Lugar na Categoria Profissionais do Prêmio IPEA CAIXA** reforçou a relevância das análises e estudos aplicados em políticas públicas.

SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.; MARTINS, R. S. **Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Crescimento: Uma Análise Para os Estados Brasileiros (1986-2003)**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (Org.). Prêmio IPEA-CAIXA-2007: Monografias Premiadas. 1ª Edição. Brasília: IPEA, 2008, Vol. 1, p. 163-186.

Em 2008, o **2º lugar no I Prêmio SOF de Monografias (2007)**, concedido pela Secretaria de Orçamento Federal, consolidou a atuação na pesquisa aplicada e no estudo de finanças públicas.

FORTUNATO, W. L. L.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C. **Gasto público com infra-estrutura, acumulação privada de capital e crescimento de longo prazo: uma avaliação teórica e empírica para o Brasil (1985-2003)**. Ed. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal. Monografia Premiada (2º Lugar) – Prêmio SOF de Monografias, 2007, 62p.

Em 2014, a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança premiou o meu trabalho com o **2º Lugar na Categoria Profissionais do IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança**, reconhecendo seu impacto na área financeira e de crédito.

VALADÃO, M. M.; SILVA, G. J. C. **O Puzzle do Crescimento Sustentável do Crédito Imobiliário da Caixa Econômica Federal: Uma Análise com Vetores Autorregressivos**. In: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. (Org.). IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança. 1ª Edição. São Paulo: Etcetera, 2015, Vol. I, p. 99-155.

Essas premiações refletem a dedicação contínua, o compromisso com o trabalho acadêmico e o reconhecimento pelo esforço em desenvolver pesquisas, muitas vezes em contextos adversos.

8. Considerações Finais e Perspectivas Futuras

Este Memorial apresenta um pouco da minha trajetória profissional, ressaltando as principais contribuições no ensino, orientação, pesquisa, produção intelectual, extensão e gestão, com o intuito de demonstrar o meu compromisso com a docência e o impacto social de algumas das atividades desenvolvidas.

Durante a minha vida acadêmica, as atividades de ensino na graduação e na pós-graduação foram desenvolvidas com muita dedicação. Este esforço é reconhecido pelos discentes nas avaliações que fazem sobre as disciplinas que ministro.

Destaco também meu grande envolvimento com atividades de orientação, abrangendo todos os níveis de formação dos discentes, incluindo orientações de projetos de iniciação científica e de monografias de graduação. Além disso, tive a honra de orientar um grande número de alunos de mestrado e doutorado, muitos dos quais ocupam atualmente posições de destaque em instituições públicas de ensino superior, incluindo o Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Ressalto minha participação contínua em atividades de pesquisa e extensão desde 1998, início de minha atuação em projetos de extensão e iniciação científica. Atualmente, as pesquisas são conduzidas sob minha coordenação.

Considero ainda que possuo um número de publicações condizente, levando em conta tanto a quantidade quanto a qualidade dos resultados das pesquisas.

Destaco também meu engajamento na gestão do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, onde, ao longo de grande parte de minha trajetória, tive diversos cargos administrativos, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da unidade acadêmica.

Como perspectivas e desafios futuros, coloco a realização de um estágio de pós-doutoramento no exterior e a ampliação da publicação de artigos em periódicos científicos internacionais de grande impacto. Pretendo manter a mesma dedicação e compromisso com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que avanço no processo de internacionalização.

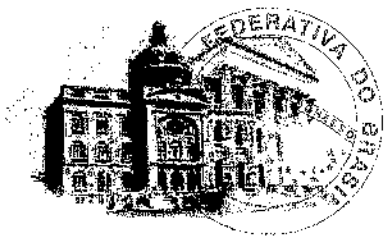
Do exposto e considerando as perspectivas futuras, tenho a convicção de que fiz a melhor escolha em 1997. Sinto-me realizado e honrado pela oportunidade de contribuir, por meio da educação superior pública, para o processo de transformação e desenvolvimento do nosso país.

9. Anexos

Os anexos deste memorial contêm os principais comprovantes das atividades realizadas ao longo da minha carreira, incluindo certificados de participação em publicações, eventos, premiações, entre outros documentos relevantes. Os comprovantes estão organizados de acordo com as seções apresentadas neste memorial, facilitando a verificação e validação das informações descritas.

Anexo 1: Comprovantes Formação Acadêmica

- Diploma de Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Diploma de Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- Diploma de Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Certificado de Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)



UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Certificado de Pós-Doutorado

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, confere a **Guilherme Jonas Costa da Silva**, nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 03 de novembro de 1976, portador da identidade nº 580764-6, o presente Certificado por haver apresentado em sessão pública no dia 03 de dezembro de 2024, a pesquisa de **Pós-Doutorado** no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, intitulada **"Padrão de Especialização Comercial, Complexidade Econômica e Crescimento Desigual dos Estados Brasileiros"**, realizada no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, sob o registro nº **698** do livro I da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

Prof.ª Drª. Edneia A.S.R. Cavalieri

República Federativa do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Clélio Campolina Diniz,
no uso de suas atribuições, confere a

Guilherme Jonas Costa da Silva

o grau de Doutor em Economia

e outorga-lhe o presente diploma, nos termos da legislação vigente.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2011.

Reitor

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Diretor(a) da Unidade

Diplomado(a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INCIPIT VITA NOVA
7 DE SETEMBRO DE 1927

APOSTILA
Assina o presente registro pela Diretora
Do Departamento de Registro e Controle
Acadêmico, a Servidora Sílvia Aparecida
Moreira. Mat. 106488

DIPLOMADO: Guilherme Jonas Costa da Silva

Filiação: José Guilherme Souza da Silva
Ana Janille Macêdo Costa da Silva

Data de Nascimento: 03 de novembro de 1976

Naturalidade: Rio de Janeiro / RJ

Nacionalidade: Brasileira

Documento de Identidade: 580.764-6

Órgão Emissor: Ministério da Marinha

Data da defesa: 17 de dezembro de 2009.
Curso de Pós-Graduação em Economia, nível Doutorado

Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008
Parecer CES/CNE 33/2008, de 29/04/2008)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Registro efetuado nos termos da
Lei Nº 9.394/96 de 20/12/1996 – Artigo 48 -- Parágrafo 1º
Número 8278 Livro RD. 2011/2
Proc. nº 23072. 034412/2010-85
Belo Horizonte, 08 novembro 2011

Kátia Cristina Aguiar
Diretora da Divisão de Registro de Diplomas

Ana Lúcia Ribeiro Diniz
Diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Setor de Expedição de Diplomas/PRPG

República Federativa do Brasil

Universidade Federal do Paraná

Diploma de Mestre

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, confere a **Guilherme Jonas Costa da Silva**, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, nascido a 03 de novembro de 1976, portador do Cartão de Identidade n.º 580.764-6, expedido pelo Serviço de Identificação do Ministério da Marinha do Rio de Janeiro, o grau de **Mestre**, obtido a 11 de agosto de 2004, no Curso de Pós-Graduação em **Desenvolvimento Econômico**, área de concentração em Políticas de Desenvolvimento, com os direitos e prerrogativas concedidos pelas leis brasileiras, inerentes a esse título.

Curitiba, 10 de dezembro de 2004

Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Registrados às fls. n.º **1565** n.º **5731** do

Livro **n.º VIII** de registros.

Curitiba, 10 de dezembro de 2004.

Prof. Dr. Nivaldo Eduardo Rizzi
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Curso Reconhecido pelo Parecer n.º **153/02, D.O.U. de 17 de julho de 2002,** de acordo com a avaliação da ***CAPES***

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Graduação
DAA - Divisão de Registro Geral

Por delegação de competência do D.A.U., Portaria nº 71 ,de 21/10/77, Portaria da SESU, nº 30, de 23/05/79, e nos termos da Portaria Ministerial nº 726, de 21/10/77.
Diploma registrado sob nº 5550 , no livro CPG-13 , Fls 197 , Proc. 60261/04-17
Apostila(s) anotada(s), nesta data , no termo do registro.
Curitiba, 27 de junho de 2005

Erivaldo Ferreira Taveira
Diretor da Divisão de Registro Geral

Por delegação de competência, de acordo com art. 6º do Decreto nº 83.937/79 e nos termos da Portaria nº 679 , de 30/11/99 do Reitor da UFPR.

Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

A P O S T I L A

Pelo presente, retificamos as denominações constantes no Diploma, referente a:

1. órgão de expedição da Identidade:
 - de expedido pelo Ministério da Marinha do Rio de Janeiro, para:
 " expedido pelo Ministério da Marinha".
2. data da obtenção do grau de Mestre:
 - de 11 de agosto de 2004, para:
 " 12 de agosto de 2004".

Curitiba, 02 de junho de 2005.

Prof. Dr. Nivaldo Eduardo Rizzi
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade Federal da Paraíba

Diploma

O Reitor da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de CIÊNCIAS ECONÔMICAS, em 11 de setembro de 2001, confere o título de BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS a GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA, brasileiro, nascido em 03 de novembro de 1976, em Rio de Janeiro, RJ, cédula de identidade n.° 580.764-6-MIN/M/RJ, e lhe outorga o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

João Pessoa, 21 de novembro de 2001.

Guilherme Jonas C. da Silva
Diplomado

Coordenador de Escolaridade

Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ESCOLARIDADE
SUBCOORDENAÇÃO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Registrado sob o n.° 212, do livro I-19, fls. 212, por delegação de competência, nos termos das Portarias do Departamento de Assuntos Universitários n.° 71, de 21/10/1977, e n.° 28, de 16/06/1978, e da Portaria da Secretaria do Ensino Superior n.° 30, de 23/05/1979.

Processo n.° 23051/ 2001 CODESC

João Pessoa, 07 de dezembro de 2001

Maria Gerusa Cavalcanti Brito Vieira
SUBCOORDENADOR

VISTO

Iguatemy Maria de Lucena Martins
PRÓ-REITOR

Curso reconhecido pelo(a) DECRETO N° 30236, de 04/12/1951, publicado(a) no D.O.U. de 19/12/1951

Isento de selo, de acordo com a alteração 58.ª à Lei n.° 3.519, de 30/12/1958

№ 5217

Anexo 2: Carreira Docente

- Carreira Docente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Departamento de Economia

DECLARAÇÃO:

Declaramos para os devidos fins, que **Guilherme Jonas Costa da Silva** participou do Teste Seletivo para a Carreira do Magistério Superior, para o preenchimento de vaga para a Classe de Professor Substituto neste Departamento, na área de Conhecimento: Economia, Matéria Específica: Teoria Econômica, sendo declarado **Habilitado**, logrando aprovação.

Por ser verdade firmamos a presente declaração. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná em Curitiba, 26 de agosto de 2004.

Prof. Luiz Antonio Lopes,
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº **5896** /PRHAE, DE **25** DE **AGOSTO** DE 2004.

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe é conferida pela Portaria nº 2.590, de 26 de setembro de 1997, considerando o que consta nas Leis nº 8.745/93 e 9.849/99 e de acordo com as Resoluções nº 72/91-CEP, 31/95-CEP e 26/96-CEPE, e ainda o contido no processo nº 40111/04-41,

RESOLVE:

I. Contratar GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA, como Professor Substituto, com salário correspondente à classe de Professor Assistente, nível I, no regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, a partir da assinatura do contrato, até 04 de setembro de 2004, na vaga decorrente da licença para tratamento de saúde de Suely Simões Alves Pinto.

II. Conceder o acréscimo salarial, de acordo com o artigo 1º, § 1º, alínea "a" da Lei nº 8.243/91, tendo em vista possuir o título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Publicado no Diário Oficial da União de 27/08/2004, Seção II, pág. 17

Vilson Kachel

Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Unidade de Recrutamento de Pessoal

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO, N.º 152/04, CELEBRADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA.

Ao(s) **05** dia(s) do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E QUATRO**, de um lado a Universidade Federal do Paraná, autarquia de regime especial, integrante da Administração Indireta da União, fundada em 19 de dezembro de 1912, regularmente inscrita no CGC/MF, sob n.º 75095679/0001-49, com sede à Rua XV de Novembro n.º 1299, nesta Capital de Curitiba - PR, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis, Sr VILSON KACHEL, doravante simplesmente denominado Contratante, e de outro lado, **GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA**, doravante denominado simplesmente Contratado, tendo em vista o disposto nas Leis n.º 8.745, de 10 de dezembro de 1993 e 9.849, de 26 de outubro de 1999, resolvem por este instrumento ADITAR a Cláusula Quinta – Vigência, do Contrato Administrativo por Tempo Determinado, constante do processo n.º **40111/04-41**, para vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

O presente contrato, terá vigência no período compreendido entre **05/09/04** a **31/01/05**.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

CURITIBA, 05 DE SETEMBRO DE 2.004.

CONTRATANTE _____
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CONTRATADO _____
GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA

1ª Testemunha _____
JOÃO MARIA DOS SANTOS

2ª Testemunha _____
CINTHIA DO ROCIO UPITIS MARLOCH REIS

R. Dr. Faivre, n.º 590, 4º andar, CEP 80060-140, Curitiba - PR
Fones: (041) 360-4520, 360-4521, 360-4523 - Fax: (041) 360-4523 - e-mail: urm.prhae@ufpr.br

UFPR
Ministério da Educação e do Desporto
Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Unidade de Recrutamento de Pessoal

TERMO DE CONTRATO N.º **152/04.**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO, AUTORIZADO PELO INCISO IV, DO ART. 2º, DA LEI N.º 8.745/93, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA.

Ao(s) **26** dia(s) do mês de **AGOSTO** do ano de **DOIS MIL E QUATRO,** de um lado a Universidade Federal do Paraná, autarquia de regime especial, integrante da Administração Indireta da União, fundada em 19 de dezembro de 1912, regularmente inscrita no CGC/MF, sob n.º 75095679/0001-49, com sede à Rua XV de Novembro, n.º 1299, nesta Capital de Curitiba - PR, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis, Sr. VILSON KACHEL, doravante simplesmente denominada Contratante e de outro lado **GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA**, doravante denominado simplesmente Contratado, tendo em vista o disposto nas Leis n.º 8.745, de 10 de dezembro de 1993 e 9.849, de 26 de outubro de 1999, resolvem celebrar o presente Contrato regido pelas disposições da precitada Lei, e mais cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto suprir necessidades da Contratante, temporárias e de excepcional interesse público, na área de Magistério Superior, admitindo-se o Contratado para exercer as funções de Professor **SUBSTITUTO**, junto ao **DEPARTAMENTO ECONOMIA, DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

Constituem-se obrigações do Contratado:

a) Ministrar aulas em nível de graduação;

b) Cumprir o horário que lhe for determinado por ato da Contratante, num total **20 (VINTE)** horas semanais;

c) Desempenhar os serviços com zelo, dedicação, presteza, eficiência e probidade.

Sub-Cláusula Primeira

O Contratado sujeitar-se-á às normas legais, estatutárias e regimentais no que concerne a:

- didática (conteúdo programático e currículos);
- calendários e avaliações didático - pedagógicos.

Sub-Cláusula Segunda

O Contratado compromete-se, sob pena de ficar sem efeito o presente pacto, a apresentar, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os documentos comprobatórios da sua titulação traduzidos oficialmente para língua portuguesa, bem como a prova de sua permanência legal no país, em situação que lhe permita a realização dos serviços avançados.

UFPR
Ministério da Educação e do Desporto
Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Unidade de Recrutamento de Pessoal

Sub-Cláusula Terceira

O Contratado compromete-se a prestar serviços em Curitiba, Estado do Paraná, ou onde a Contratante mantiver unidades descentralizadas, conforme determinação desta.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

A Contratante obriga-se a pagar, como retribuição mensal aos serviços prestados, o valor de **R$ 586,37 (QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS)**, até o décimo dia do mês subsequente; não importando eventuais antecipações do pagamento, ainda que se tornem habituais.

Sub-Cláusula Primeira

A retribuição a que se refere esta Cláusula corresponde à remuneração dos ocupantes da Classe de **ASSISTENTE, NÍVEL I, COM MESTRADO,** dos Quadros da Contratante, com direito aos reajustes nas mesmas épocas e bases.

Sub-Cláusula Segunda

A forma de pagamento será feita mediante depósito bancário, em agência local.

Sub-Cláusula Terceira

Serão descontados da retribuição mensal do Contratado, além do que for previsto em lei, os danos eventualmente causados à Contratante, assim como os prejuízos que esta deva ressarcir, por ação ou omissão (dolosa ou culposa) do Contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da atividade 319036.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência no período compreendido entre **26/08/04** à **04/09/04.**

Sub-Cláusula Única

Findo o prazo desta Cláusula, o Contrato estará rescindido de pleno direito.

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

Além dos casos previstos nos incisos I, II e parágrafo 2º do art. 12, da Lei n.º 8.745/93, o contrato poderá ser rescindido:

a) Por descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste Contrato;
b) Lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir o não cumprimento do conteúdo programático da disciplina ou execução do serviço nos prazos estipulados;
c) A desatenção das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores;

Ministério da Educação e do Desporto
Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Unidade de Recrutamento de Pessoal

d) O cometimento reiterado de faltas na sua execução.

Sub-Cláusula Única

O contrato somente poderá ser rescindido pelo contratado antes do término da vigência prevista na Cláusula Quinta, com 30 (trinta) dias de antecedência, sem direito a indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA - ACUMULAÇÃO

O Contratado, neste ato, firma declaração de que não exerce cargo ou emprego público em quaisquer das esferas da Administração Pública, salvo nos casos de acumulação lícita prevista no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA - PUBLICAÇÃO

A Contratante fará publicar em extrato, o presente contrato no Diário Oficial da União.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, **26** de **AGOSTO** de **2.004**.

CONTRATANTE _____
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CONTRATADO _____
GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA

1ª TESTEMUNHA _____
CINTHIA DO ROCIO UPITIS MARLOCH

2ª TESTEMUNHA _____
JOÃO MARIA DOS SANTOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2008

Nº Processo: 23089003809200741. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO-CNPJ Contratado: 01895314000162. Contratado : COLETA INDUSTRIAL FIMAVAN LTDA -Objeto: Prestação de serviços especializados de coleta e transporte do lixo comum e industrial gerado nas instalações da UNIFESP, site à Rua Loefgreen, 1.860, tendo sua destinação final nos aterros sanitários, autorizados pela CETESB. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Vigência: 20/02/2008 a 19/06/2008. Valor Total: R$14.080,00. Fonte: 112000000 - 2008NE900861. Data de Assinatura: 20/02/2008.

(SICON - 17/06/2008) 153031-15250-2008NE900006

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2008

Nº Processo: 23089000072200895. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO-CNPJ Contratado: 58720178000197. Contratado : HIDELMA HIDRAULICA ELETRICA E -MANUTENCAO LTDA. Objeto: A prestação do serviço de pintura predial interna e externa, conforme descritos no anexo III do Edital do Pregão Eletrônico 14/2008, bem como descritos na proposta comercial apresentada pela empresa constante às folhas 67 a 87 do Processo Administrativo nº 23089.000072/2008-95. Fundamento Legal: Lei 10.520 Vigência: 15/05/2008 a 14/08/2008. Valor Total: R$55.499,00. Fonte: 112000000 - 2008NE900978. Data de Assinatura: 15/05/2008.

(SICON - 17/06/2008) 153031-15250-2008NE900006

EDITAL Nº 231, DE 16 DE JUNHO DE 2008

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, usando das atribuições legais e estatutárias e considerando o que dispõem as Portarias nº 450 de 27 de dezembro de 2007 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Portaria nº 1.263 de 27 de dezembro de 2007 do Ministério da Educação, resolve homologar o Concurso Público de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, para consolidação da unidade acadêmica do Campus Diadema regulamentado pelo Edital nº 106/2008, publicado no Diário Oficial da União em 16 de abril de 2008, página 38, seção 3, conforme anexo.

Processo nº	Área	Vagas	Candidatos/Ordem de Indicação e Classificação
001880/2008-70	Botânica de Fanerógamas	01	Samantha Koehler; Maria Ana Farinaccio

O presente concurso terá validade de 1 (um) ano, a partir da publicação deste podendo ser prorrogado por igual período de acordo com os §§ 1º e 3º do Artigo 1º do Decreto nº 4.175 de 27/03/2002 e interesse da administração.

ULYSSES FAGUNDES NETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2008

Número da Concessão: 11/2006. Nº Processo: 23117001220200642. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIACNPJ Contratado: 21847546000152. Contratado : BARETTO S LANCHONETE E SELF -SERVICE LTDA. Objeto: Prorrogar a vigência por mais doze meses com reajuste de valor. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Vigência: 24/05/2008 a 24/05/2009. Valor Total: R$52.248,00. Data de Assinatura: 23/05/2008.

(SICON - 17/06/2008) 154043-15260-2008NE900027

PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS DIRETORIA DE PROVIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRA

EDITAIS DE 16 DE JUNHO DE 2008

O Diretor de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreira da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, por delegação do Reitor, por meio da PORTARIA/R/UFU/Nº 594, DE 29 DE MAIO DE 2006, nos termos do Edital nº 021/2008, publicado em 06 de Maio de 2008 no D.O.U., página 30, Seção 3, HOMOLOGA e torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pela Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, na seguinte área:

Homologação nº 045
Ciência Política
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01
CANDIDATOS APROVADOS:
1º lugar: Patrícia Vieira Trópia
2º lugar: Leonardo Barbosa e Silva
3º lugar: Alessandro André Leme
4º lugar: Marcelo Henrique Pereira dos Santos

O Diretor de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreira da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, por delegação do Reitor, por meio da PORTARIA/R/UFU/Nº 594, DE 29 DE MAIO DE 2006, nos termos do Edital nº 021/2008, publicado em 06 de Maio de 2008 no D.O.U., página 30, Seção 3, HOMOLOGA e torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pela Faculdade de Engenharia Elétrica, na seguinte área:

Homologação nº 041
Núcleo básico dos cursos de Engenharia Elétrica e de Engenharia Biomédica - Circuitos Elétricos, Eletromagnetismo, Eletrônica, Conversão de Energia, Sistemas de Controle e Linhas de Transmissão e Radiação.
Regime de Trabalho: 20 horas
Nº de vagas: 04
CANDIDATOS APROVADOS:
1º lugar: Ariel Silva de Morais
2º lugar: Ivan Nunes Santos
3º lugar: Augusto Wohlgemuth Fleury Veloso da Silveira
4º lugar: Fábio Vincenzi Romualdo da Silva
5º lugar: Marcos Ferreira Rezende
6º lugar: Jean Claude Richard
7º lugar: Luciano Xavier Medeiros

O Diretor de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreira da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, por delegação do Reitor, por meio da PORTARIA/R/UFU/Nº 594, DE 29 DE MAIO DE 2006, nos termos do Edital nº 021/2008, publicado em 06 de Maio de 2008 no D.O.U., página 30, Seção 3, HOMOLOGA e torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pela Faculdade de Engenharia Mecânica, na seguinte área:

Homologação nº 042
Fabricação/Usinagem
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 02
CANDIDATOS APROVADOS:
1º lugar: Rosemar Batista da Silva
2º lugar: Anderson Clayton Alves de Melo
3º lugar: André João de Souza
4º lugar: Luciano José Arantes
5º lugar: André Luís Beloni dos Santos

O Diretor de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreira da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, por delegação do Reitor, por meio da PORTARIA/R/UFU/Nº 594, DE 29 DE MAIO DE 2006, nos termos do Edital nº 021/2008, publicado em 06 de Maio de 2008 no D.O.U., página 30, Seção 3, HOMOLOGA e torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pelo Instituto de Ciências Agrárias, na seguinte área:

Homologação nº 043
Ética e Legislação Profissional na Agronomia
Regime de Trabalho: 20 horas
Nº de vagas: 01
CANDIDATOS APROVADOS:
1º lugar: Flávia Andréa Nery Silva
2º lugar: Carlos Ribeiro Rodrigues
3º lugar: Monalisa Alves Diniz da Silva
4º lugar: Adriana Oliveira Freitas
5º lugar: Lucélia Alves Ramos
6º lugar: Alcione da Silva Arruda
7º lugar: Juliana Araújo Santos Martins
8º lugar: Tatiana Michlovská Rodrigues

O Diretor de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreira da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, por delegação do Reitor, por meio da PORTARIA/R/UFU/Nº 594, DE 29 DE MAIO DE 2006, nos termos do Edital nº 021/2008, publicado em 06 de Maio de 2008 no D.O.U., página 30, Seção 3, HOMOLOGA e torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pelo Instituto de Biologia, na seguinte área:

Homologação nº 044
Botânica. Sub-área: Morfologia Vegetal
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01
CANDIDATAS APROVADAS:
1º lugar: Júlia Yamagishi Costa
2º lugar: Juliana Marzinek
3º lugar: Adriana Tiemi Nakamura

RENAN BILLA

EDITAL DE 17 DE JUNHO DE 2008

O Diretor de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreira da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, por delegação do Reitor, por meio da PORTARIA/R/UFU/Nº 594, DE 29 DE MAIO DE 2006, nos termos do Edital nº 021/2008, publicado em 06 de Maio de 2008 no D.O.U., página 30, Seção 3, HOMOLOGA e torna público o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pelo Instituto de Economia, na seguinte área:

Homologação nº 040
1) Macroeconomia
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01
CANDIDATOS APROVADOS:
1º lugar: Guilherme Jonas Costa da Silva
2º lugar: Vanessa da Costa Val Mendes
2) Econometria
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva
Nº de vagas: 01
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

RENAN BILLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2008

Nº Processo: 12894/08-23. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 34028316001002. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: A prestação, pela ECT a CONTRATANTE, do serviço de MALOTE,que consiste em coleta,transporte e entrega de correspondência agrupada conforme detalhamento apresentado no Anexo Operacional, que é parte integrante deste contrato. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 25 CP Vigência: 29/05/2008 a 28/05/2009. Valor Total: R$30.000,00. Fonte: 112000000 - 2008NE902363. Data de Assinatura: 29/05/2008.

(SICON - 17/06/2008) 153045-15224-2008NE900087

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 152/2006
Nº Processo: 19167/06-25. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 34028316001002. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: As partes decidem,de comum acordo,rescindir,a partir da data de assinatura do presenteinstrumento.Nada tem a reivindicaruma da outra dando-se ampla geral e recíproca quitação. Fundamento Legal: Art. 78,inciso I,II,III,IV, eVIII c/c 79,inciso I, da Lei 8666/93 Data de Rescisão: 29/05/2008.

(SICON - 17/06/2008) 153045-15224-2008NE900087

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 158/2006 que entre si firmarum o UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e a FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA com o objetivo de prorrogar a vigência do contrato original por idêntico. PROCESSO: 22024/06-46 FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8666/93 e suas alterações. DATA VIGÊNCIA DO TERMO: 08/06/2008 a 07/12/2008 .DATA DA ASSINATURA: 06/06/2008 SIGNATÁRIOS: Pela UFC- o Prof. JESUALDO PEREIRA FARIAS(Reitor em Exercício da CONTRATANTE), e FRANCISCO ANTONIO GUIMARÃES (Presidente da CONTRATADA)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2008

Número do Contrato: 148/2006. Nº Processo: 21900/06-53. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 05330436000162. Contratado : FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E -CULTURA. Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada por idêntico período. Fundamento Legal: lei 8666/93 e suas alteraçõesVigência: 06/06/2008 a 05/12/2008. Data de Assinatura: 06/06/2008.

(SICON - 17/06/2008) 153045-15224-2008NE900087

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2008

Número do Contrato: 149/2006. Nº Processo: 22027/06-34. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 05330436000162. Contratado : FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E -CULTURA. Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada por idêntico período. Fundamento Legal: lei 8666/93 e suas alteraçõesVigência: 06/06/2008 a 05/12/2008. Data de Assinatura: 06/06/2008.

(SICON - 17/06/2008) 153045-15224-2008NE900087

Anexo 3 - Atividades de Ensino, Orientação e Bancas Examinadoras na Graduação e Pós-Graduação

- Disciplinas Ministradas na Graduação e Pós-Graduação
- Orientações Concluídas e em Andamento na Pós-Graduação
- Participação em Bancas Examinadoras na Pós-Graduação
- Avaliação Docente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)

Data 25/09/2025
Hora: 09:56

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
Curso que ofertou:	115794BI - Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral								
2011 - 1° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	29	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2011 - 2° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	33	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 1° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	38	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 2° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	37	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	1	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	3	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 1° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	37	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	1	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	1	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILH	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
			ERME						
2019 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME1	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	I_GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Per. Esp.	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Per. Esp.	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	37	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	37	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 2° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	47	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 1° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	N	49	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 2° Semestre	GRI029	Macroeconomia II	RI	43	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva Julio Fernando Costa Santos

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2023 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	2	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	3	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	3	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	1	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	GRI051	Monografia II	GUILHERME	0	0	60	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	IERI32705	Trabalho de Conclusão de Curso I	GUILHERME	0	60	0	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
			CH neste Curso:		60	2400	2460	2796	

Curso que ofertou: 115870BI - Graduação em Administração: Bacharelado - Integral

2018 - 1° Semestre	IEUFU39701	Introdução a Macroeconomia	B	35	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 2° Semestre	IEUFU39701	Introdução a Macroeconomia	B	38	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU39701	Introdução a Macroeconomia	B1	40	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Semestre	IEUFU39701	Introdução a Macroeconomia	B1	23	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	IEUFU39701	Introdução a Macroeconomia	B	40	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	IERI31601	Introdução à Macroeconomia	B	39	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	IERI31601	Introdução à Macroeconomia	B	0	0	60	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
			CH neste Curso:		0	420	420	432	

Curso que ofertou: 1431BI - Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral

2008 - 2° Semestre	ECN73	Economia Neoclássica 1	N	30	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)

Data 25/09/2025
Hora: 09:56

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2008 - 2° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	37	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 1° Semestre	ECN73	Economia Neoclássica 1	N	44	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 1° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	35	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	17	1	0	30	30	300	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	L	0	0	30	30	300	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 2° Semestre	ECN73	Economia Neoclássica 1	N	42	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 2° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	30	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2009 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	17	3	0	30	30	300	Guilherme Jonas Costa da Silva
2010 - 1° Semestre	ECN73	Economia Neoclássica 1	N	41	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2010 - 1° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	46	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2010 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	GUI.JONAS	4	0	30	30	300	Guilherme Jonas Costa da Silva
2010 - 2° Semestre	ECN73	Economia Neoclássica 1	N	51	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2010 - 2° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	51	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2010 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	GUI.JONAS	5	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2011 - 1° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	46	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2011 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	GUI.JONAS	1	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2011 - 2° Semestre	ECN80	Macrodinâmica 1	N	52	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2011 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	GUILHERME	4	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	GUILHERME	4	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 1° Semestre	IEUFU41043	Macroeconomia II	N	22	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 1° Semestre	IEUFU41047	Laboratório de Pesquisa em Economia I	A	14	30	0	30	36	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH	3	0	30	30	300	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
			ERME						
2012 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	19	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH ERME	2	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	31	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH ERME	3	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	38	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILH ERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH ERME	3	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	33	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILH ERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH ERME	3	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	33	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILH ERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILH ERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH ERME	1	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	32	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILH ERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILH ERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	ECN99	Monografia	GUILH ERME	0	0	30	30	360	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2015 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	27	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	31	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	IEUFU41047	Laboratório de Pesquisa em Economia I	N	30	30	0	30	36	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	30	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	IEUFU41515	Macrodinâmica II	N	25	0	30	30	36	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	30	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	3	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	IEUFU41045	Macrodinâmica I	N	32	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	31	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	29	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILH	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
			ERME						
2018 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	35	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	3	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	29	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	24	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	1	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N1	27	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	I_GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERMEJONAS	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	33	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2020 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME1	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Per. Esp.	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	38	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Per. Esp.	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Per. Esp.	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	12	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Per. Esp.	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	26	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	15	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	IEUFU41053	Macroeconomia Moderna	N	24	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILH	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
			ERME						
2023 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	IERI39108	Tópicos em Macrodinâmica	N	10	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	1	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	IERI39108	Tópicos em Macrodinâmica	N	4	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	2	45	15	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	IEUFU41075	Monografia I	GUILHERME	0	45	15	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	IEUFU41084	Monografia II	GUILHERME	0	45	15	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
			CH neste Curso:		2445	3615	6060	11664	

Curso que ofertou: 1443BI - Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - Integral

2024 - 2° Semestre	IERI39203	Macroeconomia	I	33	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva Josiane Souza de Paula

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2025 - 1° Semestre	IERI39203	Macroeconomia	I	19	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva Josiane Souza de Paula
2025 - 2° Semestre	IERI39203	Macroeconomia	I	0	0	60	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
			CH neste Curso:	0	180	180	144		

Curso que ofertou: 32006012009D0 - Curso de Doutorado Acadêmico em Economia

2013 - 1° Semestre	PECC1013	Macroeconomia Pós-Keynesiana	D	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	D	4	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	D	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	DECO4	1	0	15	15		Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	D	2	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	D	7	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	D	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	GUILHERME	1	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	1	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	0	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 1° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	GUILHERME	1	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	1	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2018 - 2° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15		Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720		Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 1° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15		Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720		Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	0	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	3	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Per. Esp.	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	0	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	GUILHERME JONAS	0	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	3	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	3	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	1	0	720	720	720	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	GUILH	0	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
			ERME						
2024 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	0	0	720	720	864	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	0	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	GUILHERME	0	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720	864	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	0	0	15	15		Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	PECD1038	Estágio Docência na Graduação II	GUILHERME	0	0	15	15		Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	PECD1039	Tese de Doutorado	GUILHERME	2	0	720	720		Guilherme Jonas Costa da Silva
			CH neste Curso:		0	12120	12120	10188	

Curso que ofertou: 32006012009M0 - Curso de Mestrado Acadêmico em Economia

2012 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2012 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 1° Semestre	PECC1013	Macroeconomia Pós-Keynesiana	M	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	M	4	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2013 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERMEJ	2	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2014 - 2° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	M	5	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2014 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	M	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	2	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	M	5	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2015 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	M	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2016 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 1° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	M/D	6	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 1° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	1	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	M/D	5	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2017 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	2	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2018 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 1° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	M/D	12	0	60	60		Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	M/D	9	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2019 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	M/D	0	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	0	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
			ERME JONAS						
2020 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME JONAS	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Per. Esp.	PECC1035	Tópicos Especiais em Economia Aplicada I	M/D	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2020 - 1° Per. Esp.	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILH ERME	1	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2021 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME JONAS	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	PECD1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILH ERME JONAS	0	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME JONAS	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2022 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 1° Semestre	PECC1036	Tópicos Especiais em Economia Aplicada II	M/D	3	0	60	60	60	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME JONAS	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 2° Semestre	PECC1028	Tópicos Especias em Desenvolvimento I	M/D	7	0	60	60	72	Guilherme Jonas Costa da Silva
2023 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME	0	0	360	360		Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 1° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILH ERME	0	0	15	15	15	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH ERME	0	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILH ERME	0	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva
2024 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILH	1	0	360	360	360	Guilherme Jonas Costa da Silva

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Aulas ministradas nos anos de 2008 a 2025

Lotação Oficial: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Docente: Guilherme Jonas Costa da Silva Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Jornada de trabalho: Dedicação Exclusiva

Regime jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 31/07/2008 Dt. de aposentadoria: Dt de demissão: Dt. de desligamento:

Matrícula Siape: 1466030

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2025 - 1° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	0	0	15	15	18	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 1° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360	432	Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	PECC1037	Estágio Docência na Graduação I	GUILHERME	0	0	15	15		Guilherme Jonas Costa da Silva
2025 - 2° Semestre	PECM1030	Dissertação de Mestrado	GUILHERME	0	0	360	360		Guilherme Jonas Costa da Silva
			CH neste Curso:		0	9600	9600	8895	

CH Total deste Docente: 2505 28335 30840 34119

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23117.005801/2025-16

Interessado: Guilherme Jonas Costa da Silva

Declaro, para os devidos fins, que o **Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva**, lotado no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, docente do Programa de Pós-Graduação em Economia desde 2010, realizou as seguintes atividades até atualmente.

1) Orientações de Mestrado em Economia em andamento:

Carlos Gabriel da Roza Sousa - matrícula 12512ECO003 (05/2025 até atualmente)

2) Orientações de Doutorado em Economia em andamento:

Paulo Miguel Vica - matrícula 12313ECO004 (05/2024 até atualmente)

Moisés Albino Nhanombe - matrícula 12323ECO004 (10/2023 até atualmente)

3) Orientações de Mestrado em Economia concluídas:

Anderson Carlos de Souza - matrícula 11112ECO002 (03/2011 até 30/08/2013)

Lívia Abrão Steagall Pirtouscheg - matrícula 11212ECO009 (03/2012 até 21/02/2014)

Helenise Sarno Santos - matrícula 11212ECO007 (03/2012 até 27/02/2014)

Matheus Silva de Paiva – matrícula 11412ECO008 (03/2014 a 10/03/2015)

Rafael Uhrigshardt Milani - matrícula 11312ECO008 (03/2013 até 29/05/2015)

Theo Santini Antunes – matrícula 11412ECO012 (03/2014 até 22/02/2016)

Francielly de Fátima Almeida – matrícula 11512ECO003 (03/2015 até 16/01/2017)

Guilherme Ferreira de Lima Júnior – matrícula 11512ECO004 (03/2015 até 02/02/2017)

Mônica Heloisa Coutinho - matrícula 11612ECO008 (03/2016 até 09/12/2017)

André Mellini – matrícula 11612ECO001 (03/2016 até 05/02/2018)

Kelmaisteis Wanderson Rodrigues Correa do Amaral – matrícula 11912ECO007 (06/2019 até 30/04/2021)

Rodrigo Augusto Marques Weiss – matrícula 12112ECO008 (06/2021 até 06/06/2022)

Elaine Assunção Batista - matrícula 12212ECO005 (05/2022 até 11/04/2023)

Leone Gomes Silva - matrícula 12312ECO003 (05/2023 até 14/02/2025)

4) Orientações de Doutorado em Economia concluídas:

Julio Fernando Costa Santos– matrícula 11513ECO005 (03/2015 até 01/08/2017)

César Ricardo Leite Piorski - matrícula 11613ECO001 (03/2016 até 28/02/2020)

Kayo Cicero Quirino de Souza – matrícula 11713ECO007 (03/2017 até 25/02/2021)

Tatiana Silveira Camacho – matrícula 11813ECO007 (03/2018 até 29/08/2022)

Daisy Caroline Nascimento Pereira – matrícula 11813ECO003 (09/2018 até 30/08/2022)

André Mellini – matrícula 11913ECO002 (02/2022 até 24/03/2023)

Yuri Ribeiro Ganda – matrícula 12413ECO008 (05/2024 até 03/2025)

5) Coorientações de Mestrado em Economia concluídas:

Ana Carla Santos - matrícula 100702 (03/2009 até 29/11/2011)

Julienne de Jesus Andrade – matrícula 11412ECO003 (03/2014 até 24/03/2016)

6) Coorientações de Doutorado em Economia em concluídas:

Fernanda Ferreira Fernandes – matrícula 11213ECO005 (01/2015 até 31/03/2016).

7) Participação como membro de banca de Qualificação de Mestrado em Economia:

Ana Carla Santos - matrícula 100702 (22/12/2010)

Livia Nalesso Baptista - matrícula 11112ECO006 (08/03/12)

Anderson Carlos de Souza - matrícula 11112ECO002 (14/05/12)

Paulo Vinícius Menezes de Medeiros - matrícula 11212ECO011 (18/02/13)

Lívia Abrão Steagall Pirtouscheg - matrícula 11212ECO009 (28/03/13)

Helenise Sarno Santos - matrícula 11212ECO007 (13/03/13)

Henrique Rogê Batista - matrícula 11212ECO008 (28/03/13)

Rafael Uhrigshardt Milani – matrícula 11312ECO008 (11/03/2014)

Matheus Silva de Paiva – matrícula 11412ECO008 (16/01/2015)

Heldrino Joteminga Correia – matrícula 11412ECO002 (10/02/2015)

Douglas Dias Braz – matrícula 11412ECO001 (13/02/2015)

Julienne de Jesus Andrade – matrícula 11412ECO003 (23/02/2015)

Theo Santini Antunes – matrícula 11412ECO012 (24/02/2015)

Guilherme Ferreira de Lima Júnior – matrícula 11512ECO004 (08/03/2016)

Francielly de Fátima Almeida – matrícula 11512ECO003 (10/03/2016)

Weber Luiz Torniziello Filho – matrícula 11512ECO016 (22/03/2016)

André Mellini – matrícula 11612ECO001 (31/03/2017)

Mônica Heloisa Coutinho - matrícula 11612ECO008 (31/03/2017)

Matheus Rissa Peroni Ribeiro – matrícula 11712ECO006 (02/03/2018)

Valdecy Caetano de Sousa Júnior – matrícula 11812ECO014 (15/03/2019)

Kelmaisteis Wanderson Rodrigues Correa do Amaral – matrícula 11912ECO007 (01/06/2020)

Bibiana Pessôa Trevizan - matrícula 12212ECO002 (16/03/2023)

Vitor Hugo Santos Pinto - matrícula 12212ECO012 (30/03/2023)

Leonardo Bruno Afonso da Silva - matrícula 12212ECO008 (14/04/2023)

Leone Gomes Silva - matrícula 12312ECO003 (22/03/2024)

André Mateus Firmino da Silva - matrícula 12412ECO001 (27/03/2025)

Fabricio Neves Condé - matrícula 12412ECO004 (28/03/2025)

8) Participação como membro de banca de Qualificação de Doutorado em Economia:

Sabrina Faria de Queiroz - matrícula 94817 (06/04/2011)

Vinícius Spirandelli Carvalho - matrícula 11013ECO006 (30/04/12)

Maria Elza de Andrade - matrícula 11113ECO007 (25/02/13)

Vanessa de Paula Pereira - matrícula 11113ECO011 (28/06/13)

Camila do Carmo Hermida – matrícula 11213ECO001 (13/02/2014)

Edson Roberto Vieira – matrícula 11213ECO004 (20/02/2014)

Fernanda Ferreira Fernandes – matrícula 11213ECO005 (14/03/2014)

Teodulo Augusto Campelo de Vasconcelos – matrícula 11113ECO010 (21/07/2014)

Alzemar José Delfino – matrícula 11313ECO002 (09/04/2015)

Maria Inês Cunha Miranda – matrícula 11313ECO006 (29/01/2015)

Julio Fernando Costa Santos– matrícula 11513ECO005 (15/02/2017)

César Ricardo Leite Piorski - matrícula 11613ECO001 (29/03/2018)

Kayo Cicero Quirino de Souza – matrícula 11713ECO007 (28/03/2019)

Henrique Ferreira de Souza – matrícula 11713ECO006 (29/03/2019)

Tatiana Silveira Camacho – matrícula 11813ECO007 (27/05/2020)

Daisy Caroline Nascimento Pereira – matrícula 11813ECO003 (27/05/2020)

Paulo Miguel Vica - matrícula 12313ECO004 (12/03/2025)

Moisés Albino Nhanombe - matrícula 12323ECO004 (25/09/2025)

9) Participação como membro de banca de Defesa de Mestrado em Economia:

Ana Carla Santos - matrícula 100702 (29/11/2011)

Anderson Carlos de Souza - matrícula 11112ECO002 (30/08/13)

Lívia Abrão Steagall Pirtouscheg – matrícula 11212ECO009 (21/02/2014)

Henrique Rogê Batista – matrícula 11212ECO008 (26/02/2014)

Helenise Sarno Santos – matrícula 11212ECO007 (27/02/2014)

Paulo Vinícius Menezes de Medeiros – matrícula 11212ECO011 (11/04/2014)

Matheus Silva de Paiva – matrícula 11412ECO008 (10/03/2015)

Rafael Uhrigshardt Milani – matrícula 11312ECO008 (29/05/2015)

Theo Santini Antunes – matrícula 11412ECO012 (22/02/2016)

Julienne de Jesus Andrade – matrícula 11412ECO003 (24/03/2016)

Francielly de Fátima Almeida – matrícula 11512ECO003 (16/01/2017)

Guilherme Ferreira de Lima Júnior – matrícula 11512ECO004 (02/02/2017)

Mônica Heloisa Coutinho - matrícula 11612ECO008 (09/12/2017)

André Mellini – matrícula 11612ECO001 (05/02/2018)

Valdecy Caetano de Sousa Júnior – matrícula 11812ECO014 (19/02/2020)

Fellipe Suzuki – matrícula 11812ECO004 (28/05/2020)

Kelmaisteis Wanderson Rodrigues Correa do Amaral – matrícula 11912ECO007 (30/04/2021)

Leone Gomes Silva - matrícula 12312ECO003 (14/02/2025)

10) Participação como membro de banca de Defesa de Doutorado em Economia:

Sabrina Faria de Queiroz– matrícula 94817 (30/08/12)

Vinícius Spirandelli Carvalho – matrícula 11013ECO006 (26/05/2014)

Maria Elza de Andrade – matrícula 11113ECO007 (06/03/2015)

Vanessa de Paula Pereira – matrícula 11113ECO011 (19/03/2015)

Cristiane Aparecida de Cerqueira – matrícula 11113ECO002 (29/05/2015)

Edson Roberto Vieira – matrícula 11213ECO004 (25/11/2015)

Camila do Carmo Hermida – matrícula 11213ECO001 (29/02/2016)

Fernanda Ferreira Fernandes – matrícula 11213ECO005 (31/03/2016)

Maria Inês Cunha Miranda – matrícula 11313ECO006 (16/02/2017)

Julio Fernando Costa Santos– matrícula 11513ECO005 (01/08/2017)

Luzélia Calegari Santos Moizinho – matrícula 11613ECO006 (20/02/2020)

César Ricardo Leite Piorski - matrícula 11613ECO001 (28/02/2020)

Kayo Cicero Quirino de Souza – matrícula 11713ECO007 (25/02/2021)

Tatiana Silveira Camacho - matrícula 11813ECO007 (29/08/2022)

Daisy Caroline Nascimento Pereira - matrícula 11813ECO003 (30/08/2022)

André Mellini – matrícula 11913ECO002 (24/03/2023)

11) Supervisão de Estágio Docência:

2º semestre de 2014 – PECD1038 Estágio Docência na Graduação II (Doutorado, 15 horas)

2º semestre de 2015 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Doutorado, 15 horas)

1º semestre de 2016 – PECD1038 Estágio Docência na Graduação II (Doutorado, 15 horas)

2º semestre de 2016 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Doutorado, 15 horas)

1º semestre de 2017 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Mestrado, 15 horas)

1º semestre de 2018 – PECD1038 Estágio Docência na Graduação II (Doutorado, 15 horas)

2º semestre de 2018 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Doutorado, 15 horas)

1º semestre de 2019 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Doutorado, 15 horas)

Período Letivo Suplementar Excepcional 2020.3 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Mestrado, 15 horas)

2º semestre de 2021 – PECD1037 Estágio Docência na Graduação I (Doutorado, 15 horas)

2º semestre de 2024 – PECC1037 Estágio Docência na Graduação I (Doutorado, 15 horas)

12) Disciplinas ministradas nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Economia:

1º semestre de 2013 – PECC1013 Macroeconomia Pós-Keynesiana (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

2º semestre de 2013 – PECC1036 Tópicos Especiais em Economia Aplicada II (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

2º semestre de 2014 – PECC1035 Tópicos Especiais em Economia Aplicada I (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

1º semestre de 2015 – PECC1036 Tópicos Especiais em Economia Aplicada II (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

2º semestre de 2015 – PECC1035 Tópicos Especiais em Economia Aplicada I (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

1º semestre de 2016 – PECC1036 Tópicos Especiais em Economia Aplicada II (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

1º semestre de 2017 – PECC1036 Tópicos Especiais em Economia Aplicada II (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

2º semestre de 2017 – PECC1035 Tópicos Especiais em Economia Aplicada I (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

1º semestre de 2019 – PECC1035 Tópicos Especiais em Economia Aplicada I (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

2º semestre de 2019 – PECC1036 Tópicos Especiais em Economia Aplicada II (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

Período Letivo Suplementar Excepcional 2020.3 – PECC1035 Tópicos Especiais em Economia Aplicada I (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

1º semestre de 2023 – PECC1036 Tópicos Especiais em Economia Aplicada II (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

2º semestre de 2023 – PECC1028 Tópicos Especiais em Desenvolvimento I (Mestrado e Doutorado, 60 horas)

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar Santejo Saiani**, **Coordenador(a)**, em 07/10/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6726019** e o código CRC **76382947**.

Referência: Processo nº 23117.005801/2025-16 SEI nº 6726019

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

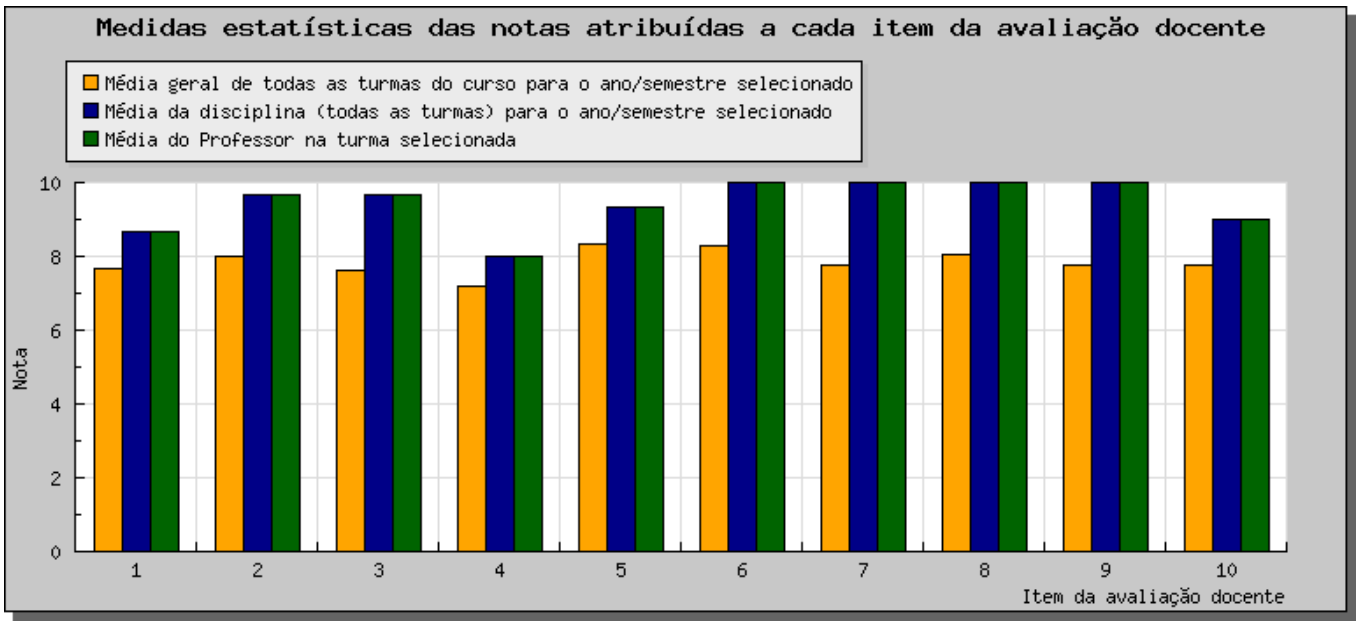
Curso: Graduação em Administração: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 3	
Código: IERI31601	**Disciplina**: Introdução à Macroeconomia	**Turma**: B	**Ano/Semestre**: 2025 / 1° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	7.67	8.67	8.67	1.53	7;10;9	9.00	9.20
2. Domínio do conteúdo programático	8.02	9.67	9.67	0.58	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	7.60	9.67	9.67	0.58	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.18	8.00	8.00	2.00	6;10;8	8.00	8.40
5. Assiduidade	8.34	9.33	9.33	1.15	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.31	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	7.77	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.06	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	7.78	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	7.75	9.00	9.00	1.00	10;9;8	9.00	9.20

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

No começo achei que ele seria aquele tipo de professor amargo, mas no fundo (e nem é muito) tem um bom coração. Provavelmente foi o professor mais aberto na questão de ouvir sugestões dos alunos e implementar mudanças no

decorrer do semestre.

Professor possui uma didática boa, o que facilita a compreensão. Reforça se os alunos estão entendendo o conteúdo e se prontifica a explicar novamente, caso necessário. Utiliza exemplos práticos, que ajuda na assimilação e aproximação da matéria. As aulas são bem dinâmicas, havendo boa interação entre o professor e os alunos.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Poderia melhorar a letra.

---

ser mais claro em suas explicações em sala de aula, passar listas para prova

---

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

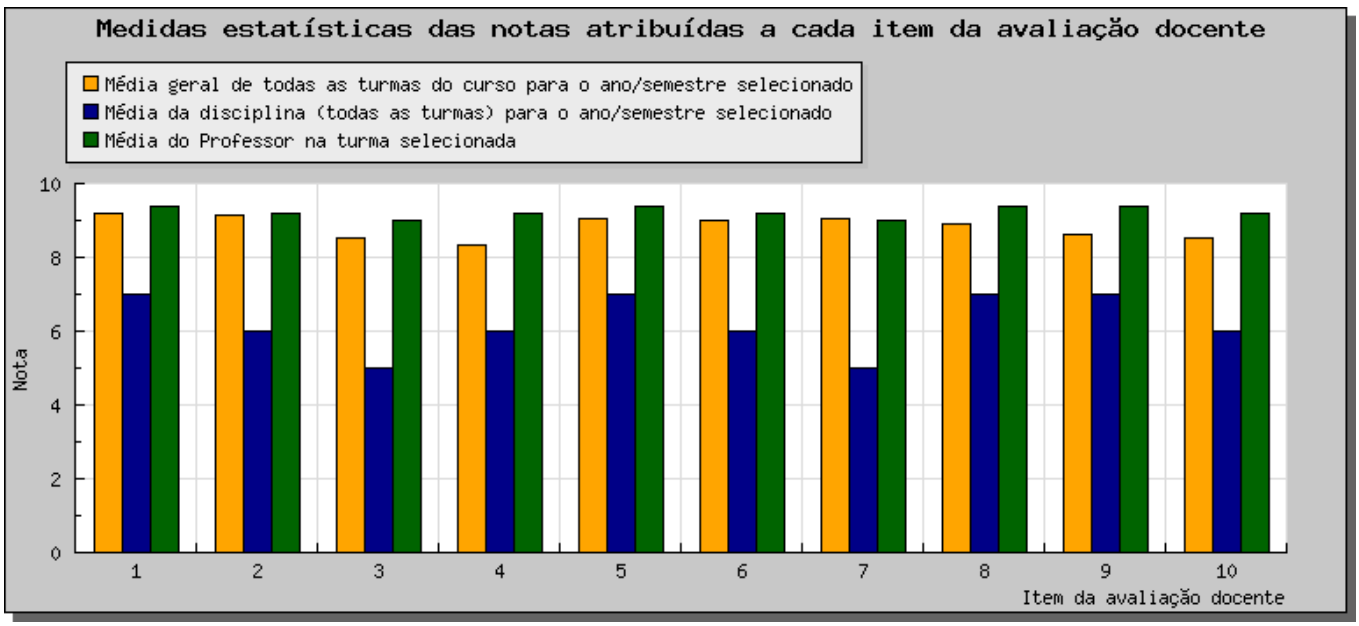
Curso: Curso de Mestrado Acadêmico em Economia		**Total respondentes**: 5	
Código: PECC1028	**Disciplina**: Tópicos Especias em Desenvolvimento I	**Turma**: M/D	**Ano/Semestre**: 2023 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	9.18	7.00	9.40	1.34	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	9.14	6.00	9.20	1.79	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.55	5.00	9.00	2.24	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	8.32	6.00	9.20	1.79	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	9.05	7.00	9.40	1.34	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	9.00	6.00	9.20	1.79	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	9.05	5.00	9.00	2.24	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.91	7.00	9.40	1.34	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.64	7.00	9.40	1.34	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.55	6.00	9.20	1.79	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Metodologia clara, explicita e moderna

Docente disponível, atencioso e está sempre disposto a esclarecer toda e qualquer dificuldade que o aluno venha apresentar durante as aulas e fora dela.

O professor Guilherme apresenta total domínio sobre o conteúdo que ele explica em sala de aula

---

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Continua assim

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Economia e Relações Internacionais
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br

COMUNICADO

Programa de Pós-Graduação em Economia - UFU		
Período Letivo Suplementar Excepcional 2020.3		
DESEMPENHO DOCENTE AVALIADO PELO CORPO DISCENTE		
Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva		
Disciplina: Tópicos Especiais em Economia Aplicada I		
		MÉDIA
01	Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	10,00
02	Sequência na abordagem do conteúdo programático	10,00
03	Clareza na exposição dos assuntos	10,00
04	Domínio do conteúdo ensinado	10,00
05	Utilização do tempo em sala de aula	10,00
06	Cumprimento do programa proposto	10,00
07	Metodologia do ensino e recursos didáticos utilizados	10,00
08	Assiduidade e pontualidade	10,00
09	Relacionamento professor/aluno	10,00
10	Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	10,00
11	Qualidade do atendimento ao aluno	10,00
12	Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	10,00
13	Divulgação de notas parciais/avaliação parcial do aluno	10,00
14	Motivação para cursar outra disciplina com o professor	10,00
MÉDIA GERAL		**10,00**
Autoavaliação		**MÉDIA**
01	Leitura antecipada de material para as aulas	8,00
02	Assiduidade e participação nos debates e seminários	8,00
03	Interesse e dedicação na realização de trabalhos em sala e extra sala	8,00
04	Aprendizado e aproveitamento das disciplinas	8,00
Número de alunos matriculados		3
Número de alunos que responderam		1
Percentual		33,33%

Comentários adicionais

“Gostaria de elogiar a coordenação e aos professores por toda dedicação e comprometimento com nosso semestre e por fazerem da melhor forma que podiam. Apesar de toda carga de estudos, os professores foram sempre muito solícitos e compreensivos com nossas dificuldades. Foi um semestre excelente, mesmo com todas as dificuldades por não estar no espaço físico da universidade.”
“O ensino remoto ficou muito parecido com o presencial, talvez esta abordagem traga um pouco mais de dificuldade para o aprendizado. uma possível solução poderia ser uma apresentação do conteúdo teórico off-line e uma aula presencial para discussões e opiniões acerca do conteúdo.”

25 de fevereiro de 2021

Ana Paula Macedo de Avellar
Coordenadora do PPGE

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Macedo de Avellar**, **Coordenador(a)**, em 26/02/2021, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2592559** e o código CRC **C4A5D2CD**.

Referência: Processo nº 23117.012188/2021-60 SEI nº 2592559

Programa de Pós-Graduação em Economia - UFU
Semestre: 01/2019
DESEMPENHO DOCENTE AVALIADO PELO CORPO DISCENTE

Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva
Disciplina: Tópicos Especiais em Economia Aplicada I

		MÉDIA
01	Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	9,17
02	Sequência na abordagem do conteúdo programático	9,50
03	Clareza na exposição dos assuntos	9,67
04	Domínio do conteúdo ensinado	9,83
05	Utilização do tempo em sala de aula	9,17
06	Cumprimento do programa proposto	9,17
07	Metodologia do ensino e recursos didáticos utilizados	9,17
08	Assiduidade e pontualidade	9,67
09	Relacionamento professor/aluno	9,83
10	Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	9,83
11	Qualidade do atendimento ao aluno	9,83
12	Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	9,83
13	Divulgação de notas parciais/avaliação parcial do aluno	9,33
14	Motivação para cursar outra disciplina com o professor	9,50

MÉDIA GERAL	9,54

Autoavaliação		MÉDIA
01	Leitura antecipada de material para as aulas	8,00
02	Assiduidade e participação nos debates e seminários	8,83
03	Interesse e dedicação na realização de trabalhos em sala e extra sala	9,17
04	Aprendizado e aproveitamento das disciplinas	9,17

Número de alunos matriculados	12
Número de alunos que responderam	6
Percentual	50,00%

Programa de Pós-Graduação em Economia - UFU
Semestre: 01/2019
DESEMPENHO DOCENTE AVALIADO PELO CORPO DISCENTE

Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva
Disciplina: Tópicos Especiais em Economia Aplicada I

Comentários adicionais
"Ambas as disciplinas ofertadas foram muito boas e agregou muito conhecimento!" (sobre as disciplinas "Economia Internacional" e "Tópicos em Economia Aplicada I")

Universidade Federal de Uberlândia
ANA PAULA MACEDO DE AVELLAR
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE/IERI
Portaria R nº 598/2019

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

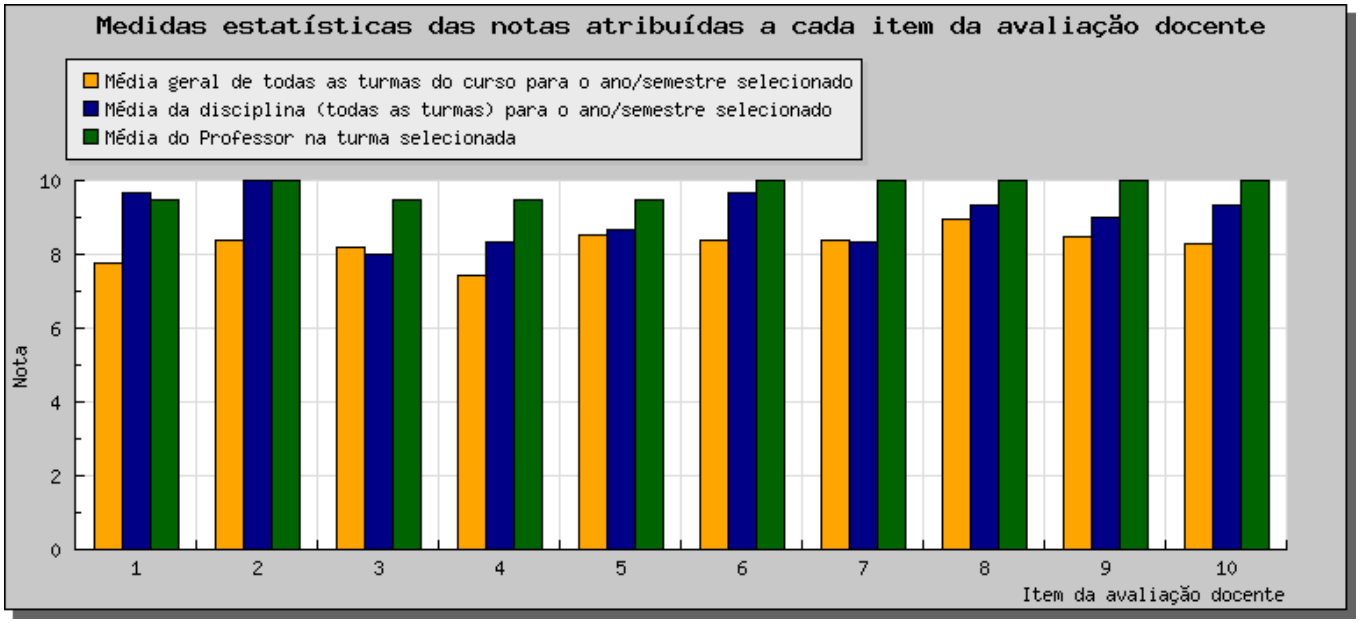
Curso: Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 2	
Código: GRI029	**Disciplina**: Macroeconomia II	**Turma**: RI	**Ano/Semestre**: 2023 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	7.75	9.67	9.50	0.71	10;9	9.50	9.60
2. Domínio do conteúdo programático	8.38	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.18	8.00	9.50	0.71	10;9	9.50	9.60
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.43	8.33	9.50	0.71	10;9	9.50	9.60
5. Assiduidade	8.51	8.67	9.50	0.71	10;9	9.50	9.60
6. Pontualidade	8.38	9.67	10.00	0.00	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.40	8.33	10.00	0.00	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.93	9.33	10.00	0.00	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.49	9.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.29	9.33	10.00	0.00	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Professor extremamente capacitado e paciente.

Didática impecável, avaliações justas e dentro do esperado

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Pelo pouco tempo de aula, não pude reparar aspectos negativos.

Foi embora no começo do semestre e deixou os alunos sem seu excelente ensino

---

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhuma, ótima aula. Um querido!

Nada, apenas voltar logo

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

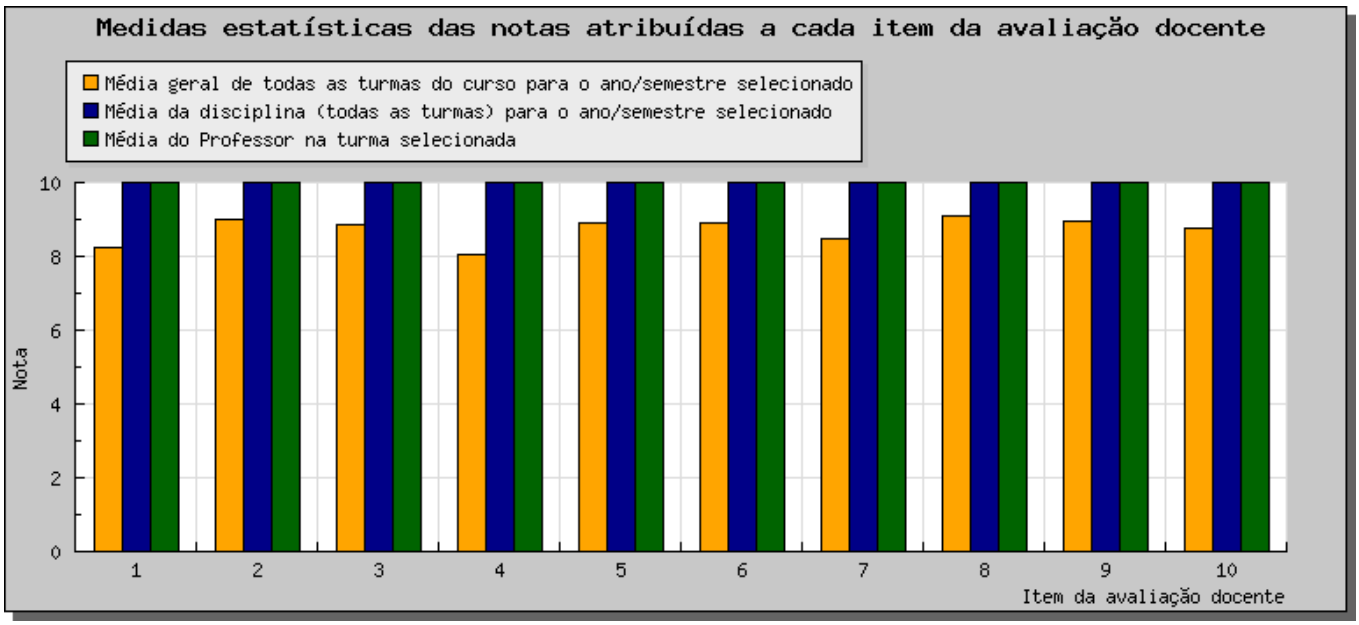
Curso: Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 5	
Código: GRI029	**Disciplina**: Macroeconomia II	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2023 / 1º Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.25	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.98	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.86	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	8.07	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.90	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.89	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.47	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	9.07	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.94	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.78	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Excelentes aulas, sempre atento às dificuldades dos alunos, avaliações completamente coerentes com o ensinado.

O prefesor Guilherme Jonas, se preocupa com o aprendisado dos alunos. dando assistencia tanto dentro, quanto fora da sala de aula. E ainda dispõe oportunidades para os alunos não se sairem tão prejudicados, referente as notas, mesmo que tenham aprendido o conteúdo.

O professor é extremamente solicito, e apesar de dar uma matéria bem difícil sua didática impecável ajuda todos os alunos a entenderem o conteúdo

---

O prof. Guilherme é excelente no ensino. O que não aprendi de economia nos semestres anteriores, consegui com ele.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

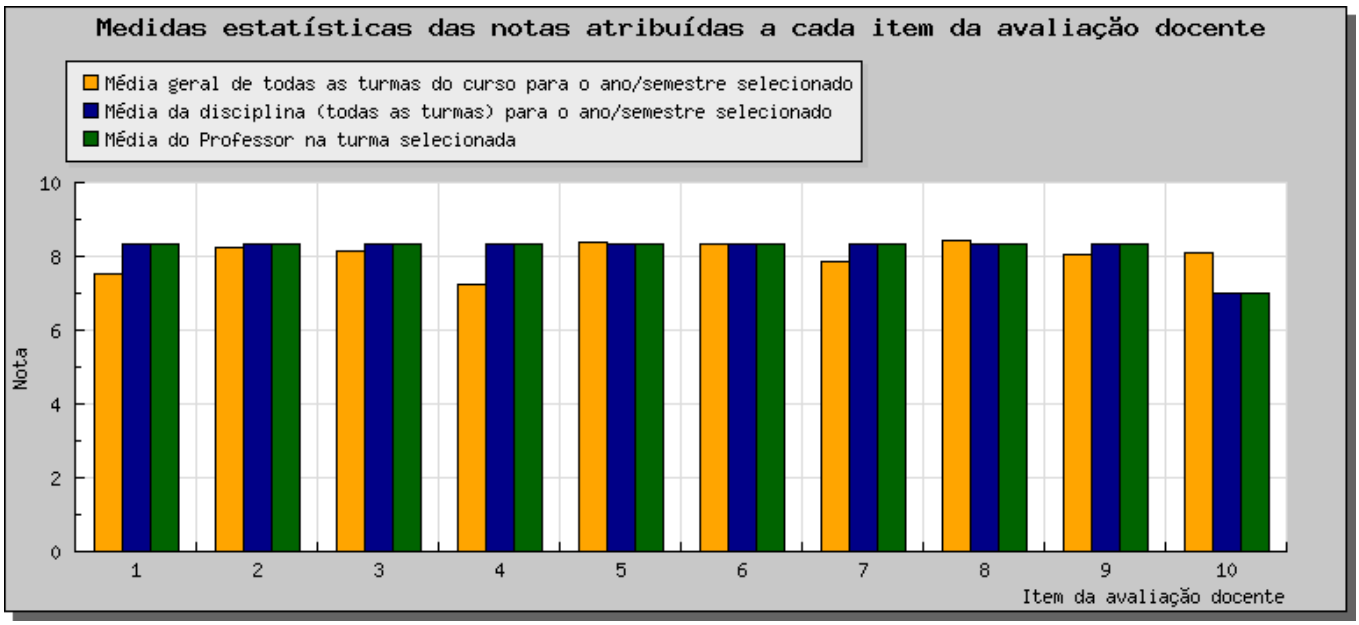
Curso: Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 3	
Código: GRI029	**Disciplina**: Macroeconomia II	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2022 / 2º Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	7.52	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.24	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.15	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.25	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.38	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.33	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	7.85	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.43	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.06	8.33	8.33	2.89	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.11	7.00	7.00	2.65	10;6;5	6.00	6.80

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

O professor se empenha no ensino da disciplina e se preocupa se os alunos estão realmente aprendendo, se dispondo a explicar e esclarecer todas as dúvidas. Possui uma boa didática e ensina bem.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h32

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

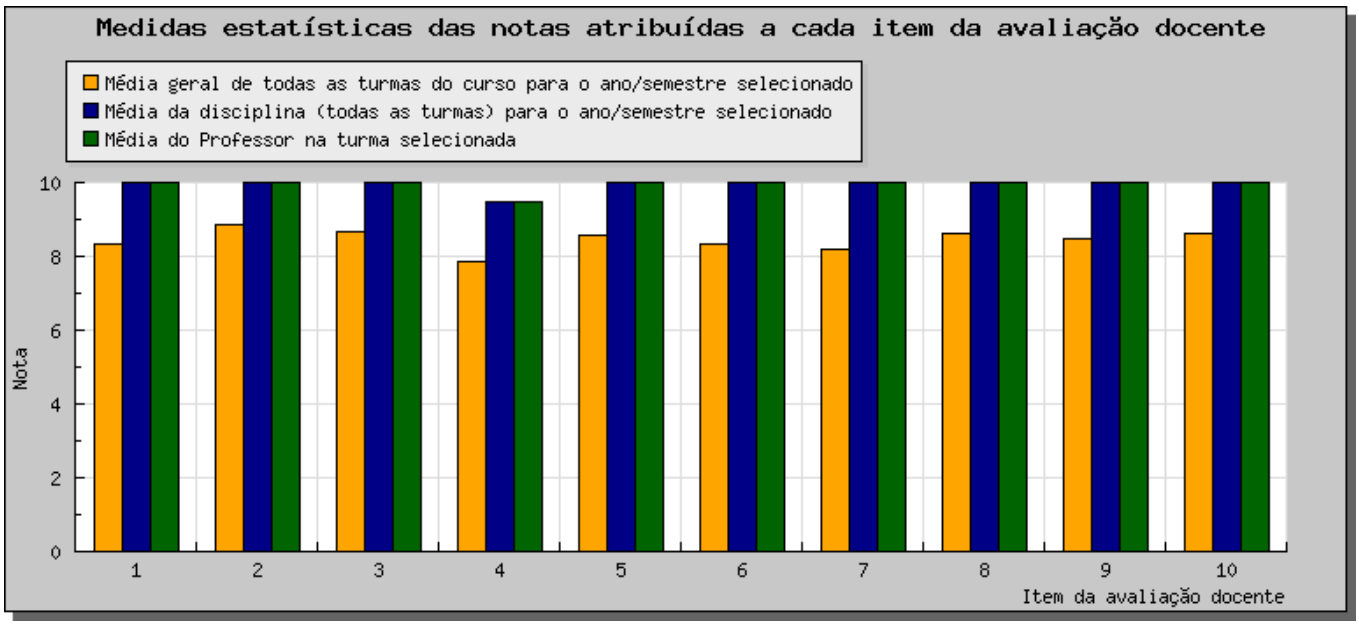
Curso: Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 2	
Código: GRI029	**Disciplina**: Macroeconomia II	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2021 / 2º Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.34	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.87	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.65	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.86	9.50	9.50	0.71	10;9	9.50	9.60
5. Assiduidade	8.56	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.34	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.19	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.62	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.49	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.62	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

O professor é extremamente solicito e preocupado com o aprendizado dos alunos.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h33

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

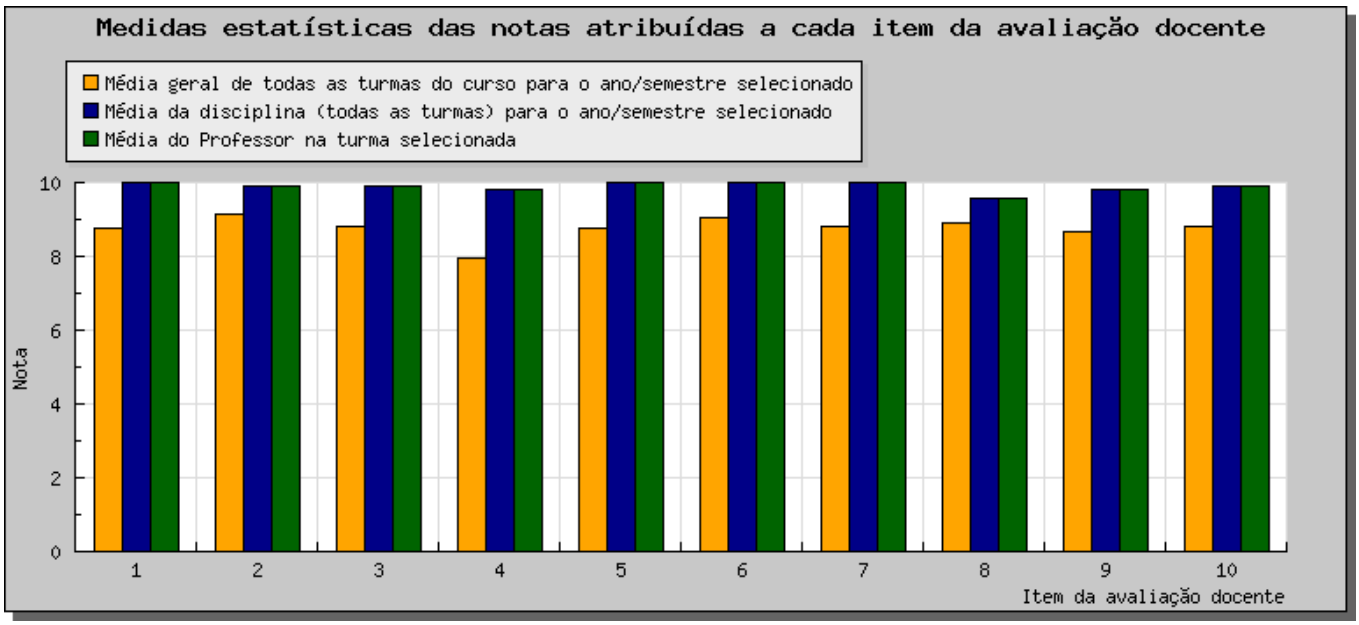
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 12	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2019 / 1° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.78	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	9.15	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.82	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.97	9.83	9.83	0.58	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.75	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	9.03	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.83	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.91	9.58	9.58	1.00	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.67	9.83	9.83	0.58	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.81	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

É um ótimo professor!

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h34

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

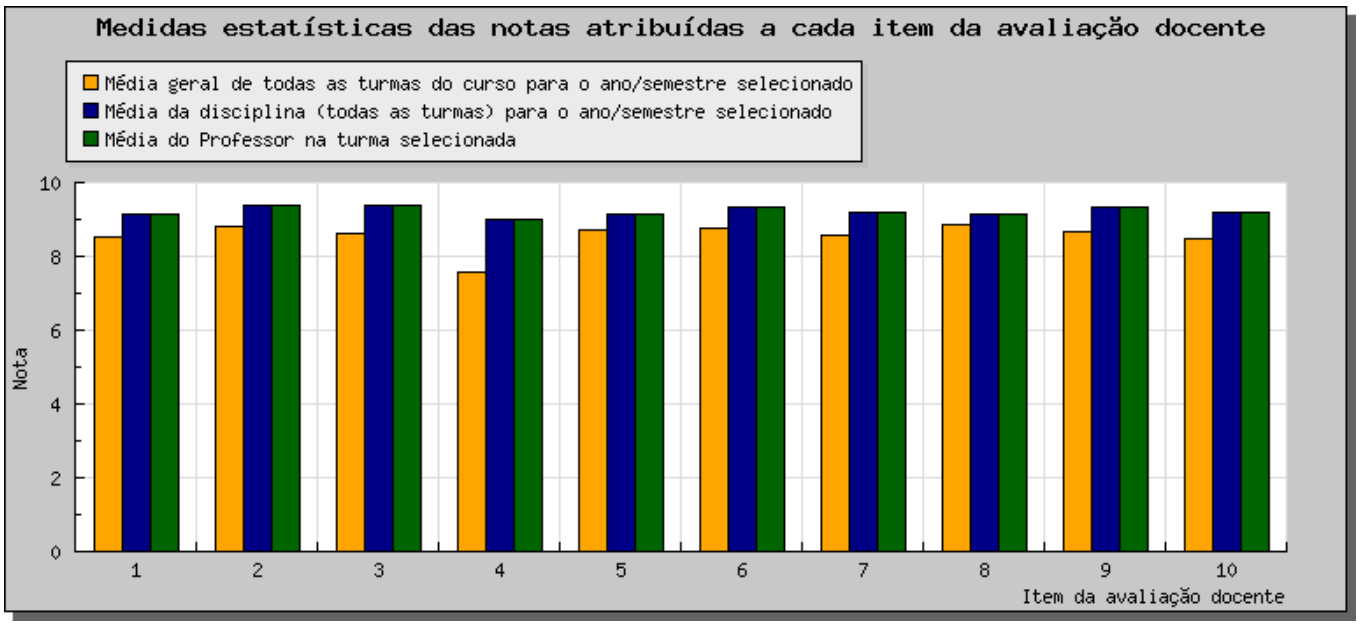
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 16	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2018 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.50	9.12	9.12	1.15	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.81	9.38	9.38	0.96	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.63	9.38	9.38	1.09	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.59	9.00	9.00	1.51	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.72	9.12	9.12	1.31	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.77	9.31	9.31	1.14	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.58	9.19	9.19	1.11	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.84	9.12	9.12	1.15	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.64	9.31	9.31	1.08	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.48	9.19	9.19	1.42	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Muito atencioso com os alunos que apresentam dúvidas.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h35

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

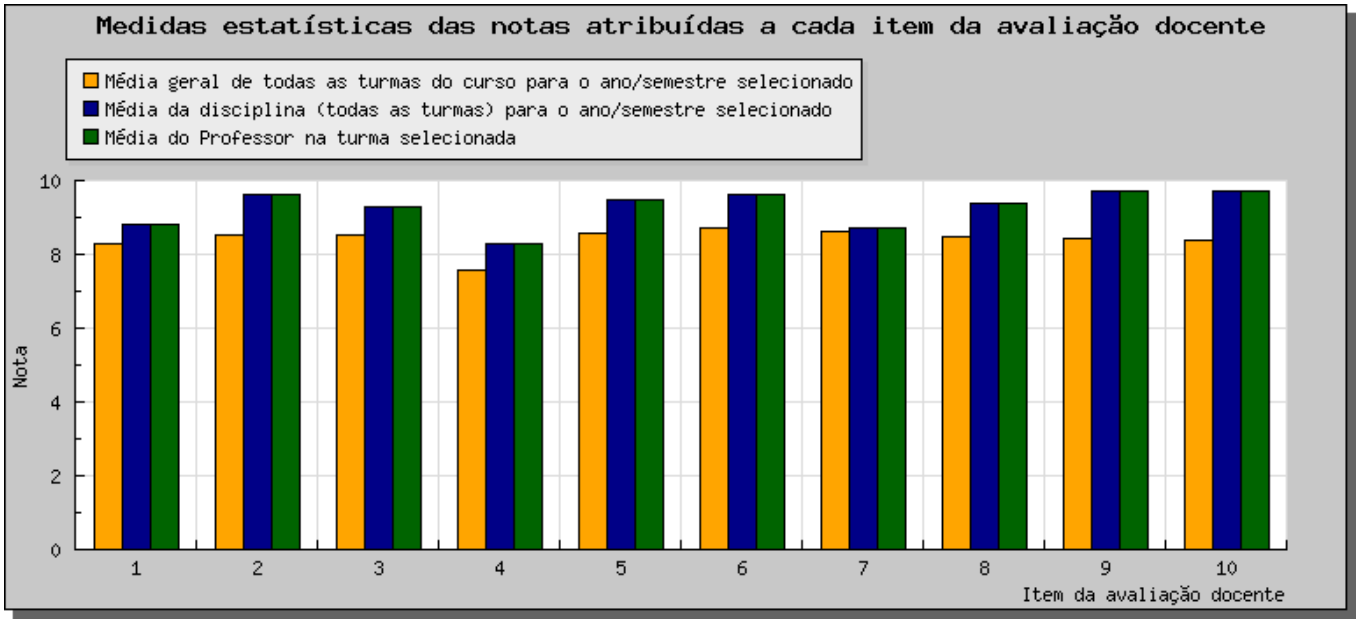
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 11	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2018 / 1° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.31	8.82	8.82	1.17	10	9.00	9.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.54	9.64	9.64	0.67	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.50	9.27	9.27	1.01	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.57	8.27	8.27	1.10	8	8.00	8.00
5. Assiduidade	8.57	9.45	9.45	0.69	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.72	9.64	9.64	0.50	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.61	8.73	8.73	1.68	9	9.00	9.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.49	9.36	9.36	0.81	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.44	9.73	9.73	0.65	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.40	9.73	9.73	0.47	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Aulas são super dinâmicas e ele tenta relacionar a matéria com a realidade.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Explica com muita pressa, o que para alguns é ruim, dado que tem pessoas que não conseguem acompanhar.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

O professor poderia ser mais atencioso quando faz derivações na lousa, tomando cuidado com o uso correto dos símbolos para não confundir os alunos.

Entregar as notas mais rápido.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h35

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

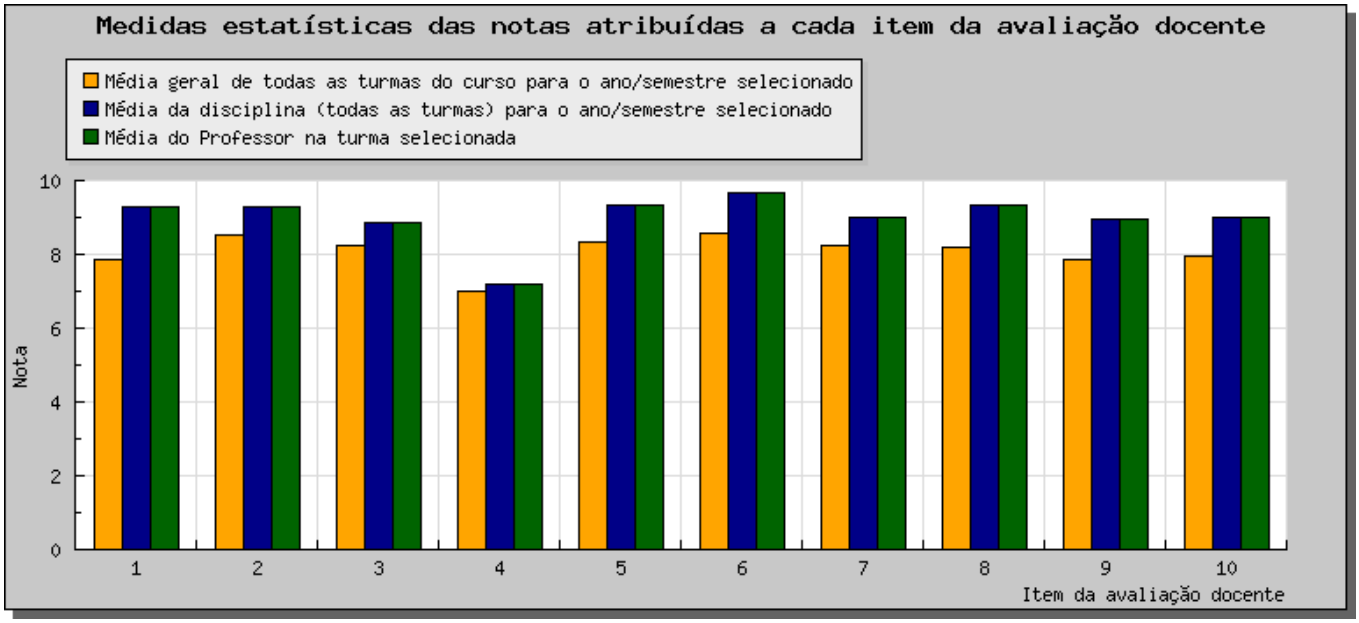
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 15	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2017 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	7.84	9.27	9.27	0.96	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.52	9.27	9.27	1.16	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.24	8.87	8.87	2.07	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.02	7.20	7.20	2.91	6;8;10;9	8.00	8.40
5. Assiduidade	8.34	9.33	9.33	1.23	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.57	9.67	9.67	0.82	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.22	9.00	9.00	1.77	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.17	9.33	9.33	1.68	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	7.87	8.93	8.93	1.87	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	7.95	9.00	9.00	1.85	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Domínio

É um ótimo professor!!!

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Fala muito rápido

Foca muito na AMPEC

O professor passa o conteúdo da matéria muito rápido e quando o cronograma esta apertado ele não retira a duvida dos alunos. A dinâmica da aula e ruim, uma vez que ele passa o conteúdo com muita pressa e muitas vezes sem paciência para tirar as duvidas dos alunos quando as mesma são básicas. Com isso acaba o conteúdo antes do cronograma proposto pela reitoria

---

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

O professor deveria ter menos pressa ao ministrar suas aulas

Poderia explicar as demonstrações com mais calma, não pulando nem um passo, pois muitos alunos ainda possuem dificuldade em álgebra

---

Professor, por favor, evite passar um conteúdo tão rápido. Macroeconomia é difícil e pouco intuitiva. Senti muita dificuldade e a dificuldade se tornou um desincentivo para mim (e outros alunos) para aprender a matéria

---

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h36

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

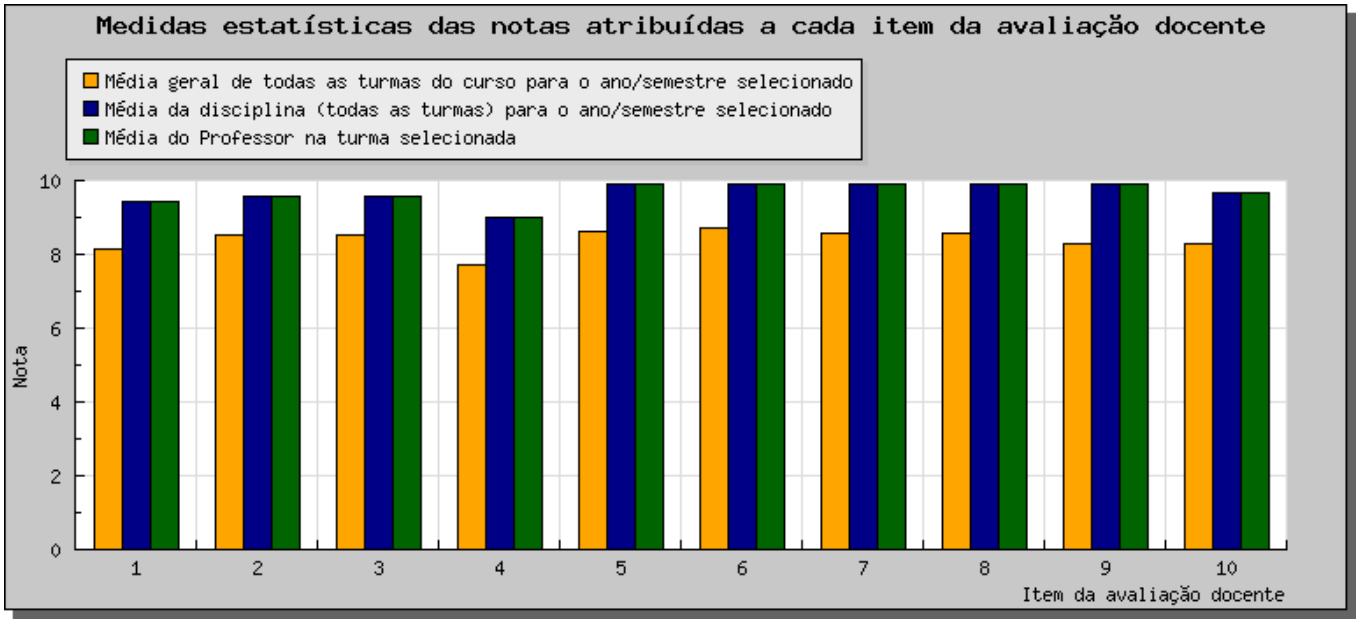
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 12	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2017 / 1° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.14	9.42	9.42	1.16	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.54	9.58	9.58	0.90	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.53	9.58	9.58	0.90	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.73	9.00	9.00	1.95	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.64	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.70	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.58	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.55	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.30	9.92	9.92	0.29	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.28	9.67	9.67	0.89	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Bom domínio do ensinado.

Explica muito bem, além de ser bem flexível com os alunos.

Um dos poucos professores que se preocupa se os alunos estão realmente aprendendo a matéria e se a turma está conseguindo acompanhar o ritmo das aulas. Tenta nos preparar para a ANPEC, um aspecto muito positivo.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Falta clareza, mas provavelmente por conta da matemática.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h38

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

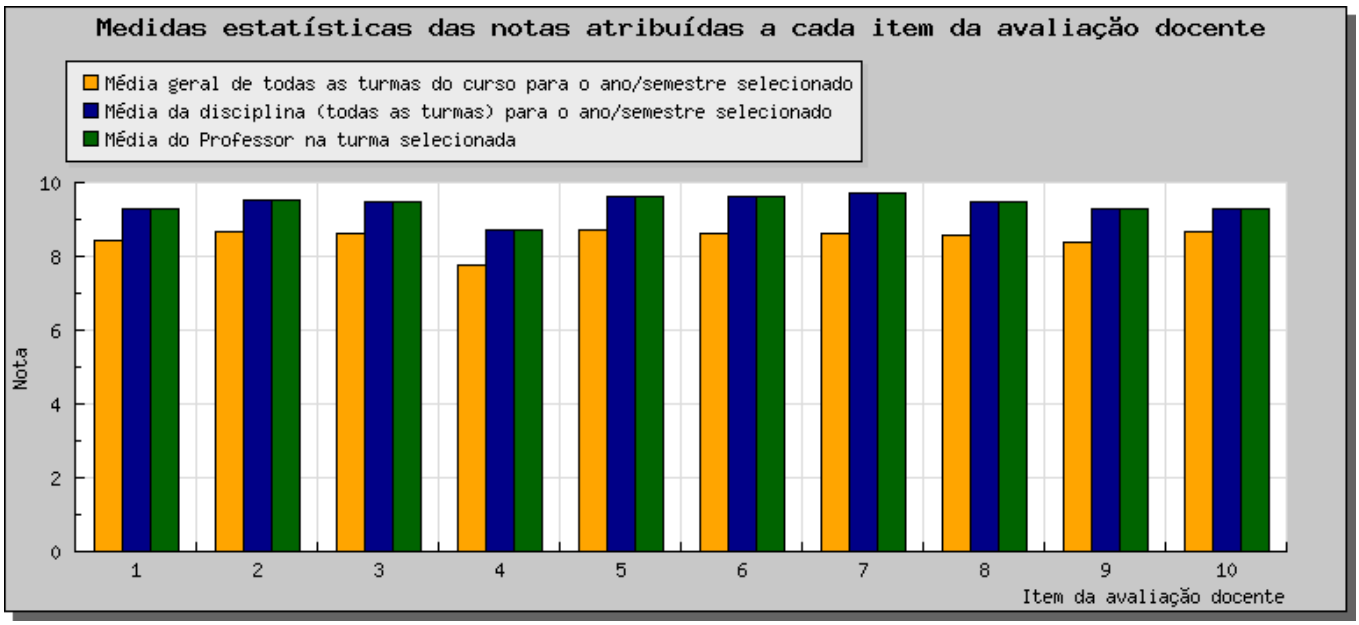
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 11	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2016 / 1° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.45	9.27	9.27	1.27	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.67	9.55	9.55	0.82	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.63	9.45	9.45	0.93	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.77	8.73	8.73	1.35	10	9.00	10.00
5. Assiduidade	8.70	9.64	9.64	0.50	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.63	9.64	9.64	0.67	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.60	9.73	9.73	0.65	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.58	9.45	9.45	0.93	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.37	9.27	9.27	1.10	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.67	9.27	9.27	1.10	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Professor extremamente dedicado, interessado, disponível. Atendia os alunos sem nenhuma preguiça, sempre com muita atenção e eficiência <3

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h40

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

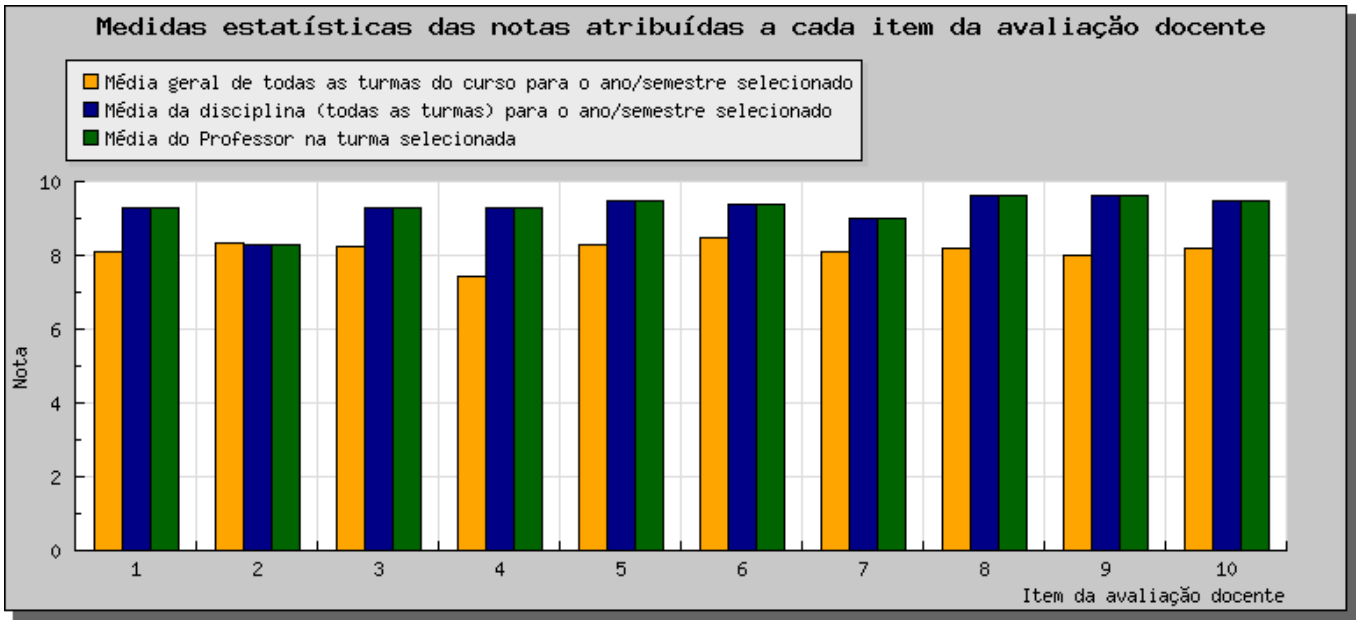
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 10	
Código: IEUFU41047	**Disciplina**: Laboratório de Pesquisa em Economia I	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2016 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.10	9.30	9.30	1.16	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.35	8.30	8.30	1.57	8	8.00	8.40
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.26	9.30	9.30	0.95	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.44	9.30	9.30	1.06	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.27	9.50	9.50	1.08	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.49	9.40	9.40	0.97	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.11	9.00	9.00	1.56	10	9.50	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.17	9.60	9.60	0.84	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	7.98	9.60	9.60	0.84	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.19	9.50	9.50	0.85	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h39

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

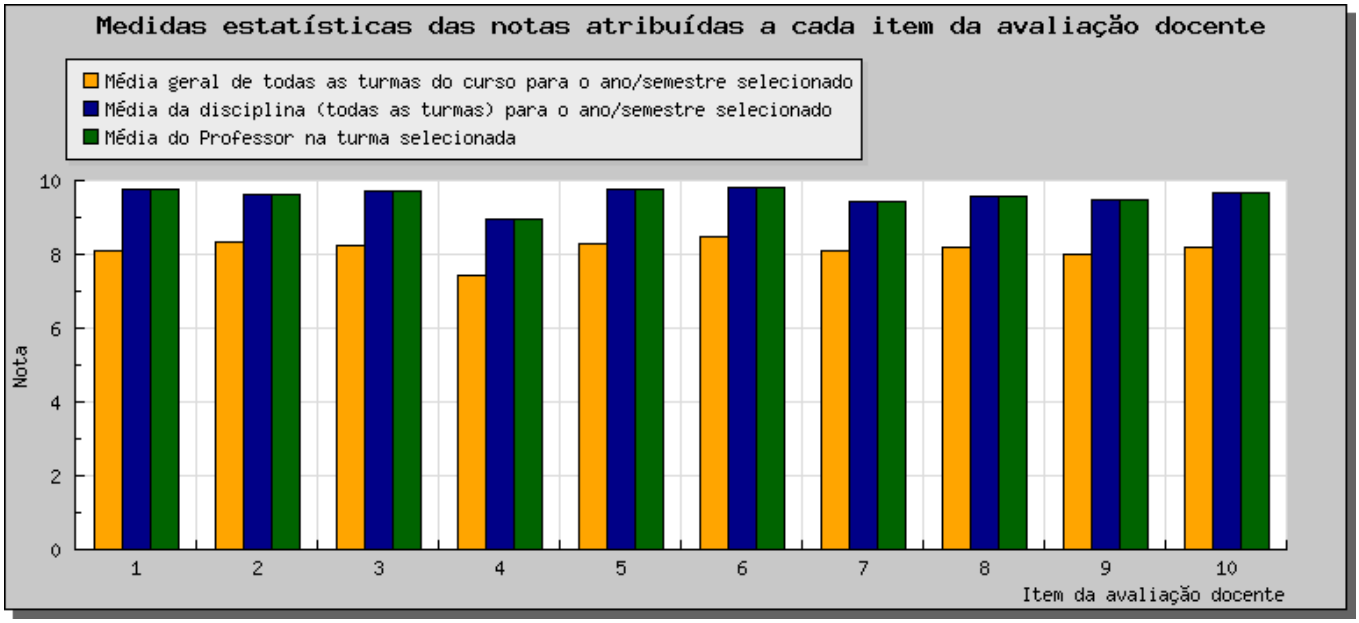
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 18	
Código: IEUFU41053	**Disciplina**: Macroeconomia Moderna	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2016 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.10	9.78	9.78	0.55	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.35	9.61	9.61	0.70	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.26	9.72	9.72	0.57	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.44	8.94	8.94	1.70	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.27	9.78	9.78	0.43	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.49	9.83	9.83	0.38	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.11	9.44	9.44	1.29	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.17	9.56	9.56	0.78	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	7.98	9.50	9.50	0.92	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.19	9.67	9.67	0.84	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Mito.

excelente professor

Professor extremamente dedicado e comprometido com seus alunos

---

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Dê a matéria de monetária.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h39

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

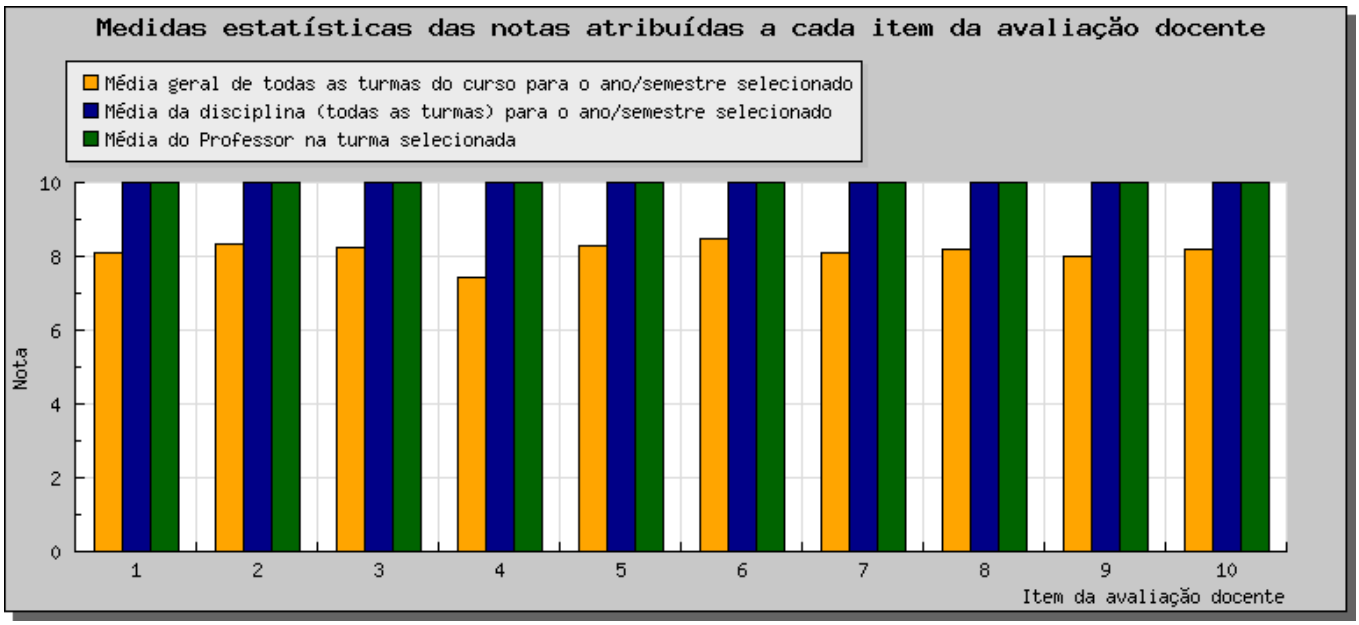
Curso: Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 2	
Código: IEUFU41515	**Disciplina**: Macrodinâmica II	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2016 / 2° Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.10	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.35	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.26	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.44	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
5. Assiduidade	8.27	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.49	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.11	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.17	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	7.98	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.19	10.00	10.00	0.00	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h40

Avaliação de Desempenho Docente

SAIR

Guilherme Jonas Costa da Silva

VOLTAR

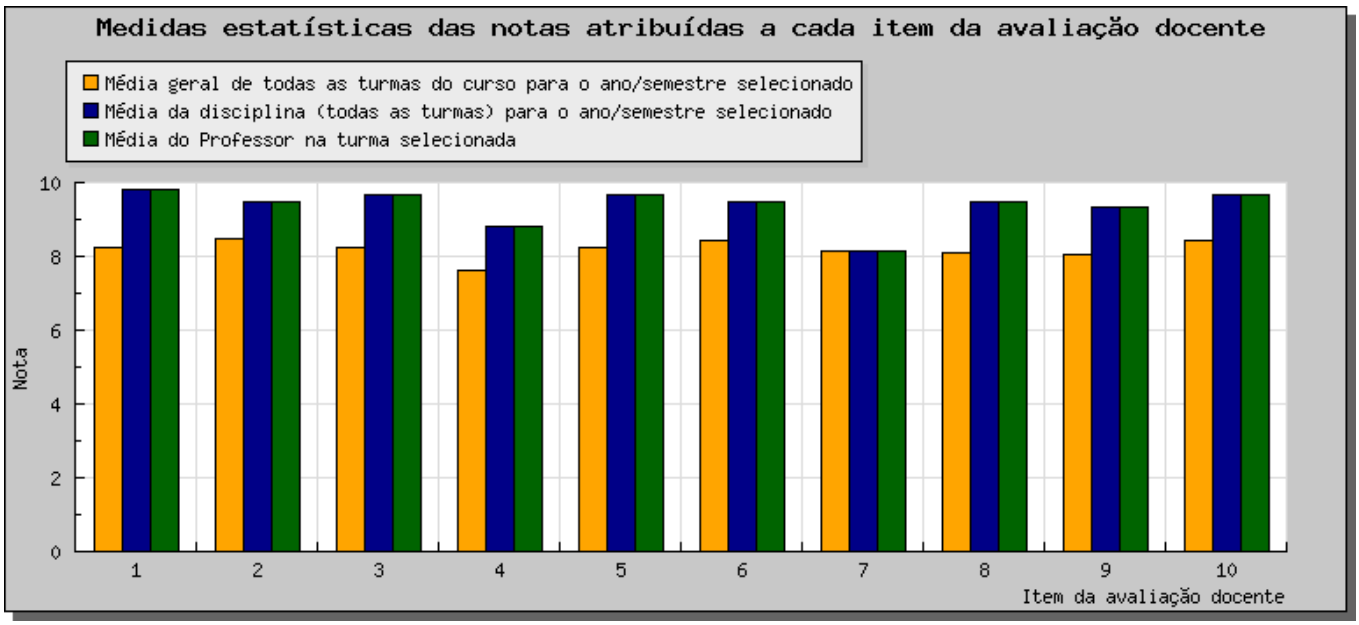
Curso: Graduação em Relações Internacionais: Bacharelado - Integral		**Total respondentes**: 6	
Código: GRI029	**Disciplina**: Macroeconomia II	**Turma**: N	**Ano/Semestre**: 2014 / 1º Semestre

Quadro 01: Medidas estatísticas das notas atribuídas a cada item da avaliação docente.

Item avaliado	MG	MD	MP	DP	MO	ME	P60
1. Apresentação do conteúdo programático e definição dos critérios de avaliação	8.26	9.83	9.83	0.41	10	10.00	10.00
2. Domínio do conteúdo programático	8.49	9.50	9.50	0.84	10	10.00	10.00
3. Seqüência na abordagem do conteúdo programático	8.23	9.67	9.67	0.82	10	10.00	10.00
4. Clareza na exposição dos assuntos	7.63	8.83	8.83	1.60	10	9.50	10.00
5. Assiduidade	8.22	9.67	9.67	0.52	10	10.00	10.00
6. Pontualidade	8.42	9.50	9.50	0.55	9;10	9.50	10.00
7. Divulgação dos resultados das avaliações dentro do prazo estipulado (até 20 dias após a aplicação da avaliação)	8.13	8.17	8.17	1.94	10	8.50	9.00
8. Cumprimento do horário de atendimento ao aluno	8.10	9.50	9.50	0.84	10	10.00	10.00
9. Qualidade do atendimento ao aluno	8.06	9.33	9.33	0.82	10	9.50	10.00
10. Coerência entre o ensinado e o exigido nas avaliações	8.42	9.67	9.67	0.82	10	10.00	10.00

Legenda

MG: Média geral de todas as turmas do curso para o ano/semestre selecionado **DP**: Desvio padrão do Professor na turma selecionada	**MD**: Média da disciplina (todas as turmas) para o ano/semestre selecionado **MO**: Moda na turma selecionada	**MP**: Média do Professor na turma selecionada **ME**: Mediana na turma selecionada	**P60**: Percentil 60% na turma selecionada



Transcrição das manifestações livres

Aspectos POSITIVOS do desempenho do professor

Professor extremamente claro em sua didática e disposto e desejo em ajudar seus alunos, mesmo aqueles que demonstram grande dificuldade com o conteúdo.

Aspectos NEGATIVOS do desempenho do professor

Nenhum.

Sugestões para melhorar o desempenho do professor

Nenhum.

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação
Universidade Federal de Uberlândia
Conteúdo gerado em 07/10/2025 13h42

Anexo 4 - Atividades de Pesquisa e Extensão

- Projetos de Pesquisa Concluídos e em Andamento
- Projeto de Extensão Concluído e em Andamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PROCESSO: 405187/2013-0

TERMO Nº: 2017/025024

TERMO DE DEPÓSITO

Pelo presente, de um lado como Depositante, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, Inovações e Comunicações - CNPq, fundação vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com sede no SHIS Quadra 01, Conjunto B-Bloco A ED Santos Dumont – Lago Sul SEINF – 1 – CEP: 71605-001, Brasília – DF, inscrito no C.G.C sob nº 33.654.831/0001-36, neste ato representado pelo Coordenador ANDERSON MALTA DA SILVA de acordo com a competência delegada através da PO-353/2016 e, de outro lado, como Depositários, solidariamente.

1° - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2° - GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA

tem , entre si, justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os depositários recebem neste ato em depósito do CNPq , os bens móveis infungíveis a seguir discriminados com seus valores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Os bens recebidos, em perfeito estado de conservação e funcionamento, deverão ser mantidos nesta condição, correndo a expensas dos Depositários, qualquer despesa nesse sentido.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – É de responsabilidade dos depositários os custos com a prestação dos serviços de assistência técnica, preventiva e corretiva para os bens recebidos em depósito.

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo do presente contrato é de cinco anos, contados a partir da data de sua assinatura, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando os bens descritos na cláusula primeira deverão ser restituídos ao CNPq/Depositante, em perfeito estado de funcionamento e de conservação, com todos os seus acessórios, os seus acréscimos, melhoramentos e aperfeiçoamentos.

SUBCLÁSULA PRIMEIRA- Independentemente do prazo previsto nesta cláusula, o CNPq/Depositante poderá exigir, a qualquer tempo, a restituição dos bens depositados, nas condições aqui estipuladas, sem que assista aos depositários qualquer direito de indenização ou retenção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA- Caso não haja manifestação formal dos depositários, com uma antecedência mínima de até sessenta dias corridos do encerramento, a vigência original desse Termo de Depósito estará automaticamente prorrogada por um novo período de cinco anos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA- Encerrado o prazo de dez anos, contado da data de assinatura deste Termo de Depósito, o CNPq/Depositante tomará as providências cabíveis no tocante à destinação final dos bens objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- Os Depositários ficam autorizados a utilizar os bens depositados exclusivamente na realização das atividades científicas.

CLÁUSULA QUARTA – Os bens depositados deverão ser registrados no almoxarifado do Primeiro depositário (Instituição) como "Bem de Terceiro – CNPq", sendo terminantemente vedada a sua transferência para outro local ou estabelecimento sem a prévia e expressa autorização do CNPq. No caso de anuência deste, todas as despesas decorrentes da transferência dos bens e os eventuais danos causados correrão por conta e risco exclusivo dos depositários.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA- Os bens depositados não poderão ser objetos de doação, cessão, permuta, venda ou negociação sob qualquer pretexto, sem a prévia e expressa autorização do CNPq/Depositante.

CLÁUSULA QUINTA- O presente Depósito é feito a título gratuito, não sendo devida pelo CNPq qualquer remuneração pelo mesmo, ficando, ainda, o CNPq expressamente dispensado do pagamento de quaisquer despesas que venham a ser feitas pelos Depositários com os citados bens, inclusive transporte, guarda, seguro, conservação e manutenção, e, ainda, dos prejuízos que porventura provierem.

CLÁUSULA SEXTA- Em face do disposto nas cláusulas terceira e quinta, renunciam os Depositários expressamente, neste ato, ao direito de retenção do depósito previsto no artigo 644 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SÉTIMA- Os depositários fornecerão ao CNPq, sempre que solicitado, as informações necessárias à verificação do uso dos bens e da sua localização, bem como do seu estado de conservação, facultadas, ainda, inspeções locais.

CLÁSULA OITAVA- Toda ocorrência envolvendo os bens depositados inclusive resultante de caso fortuito ou força maior, deverá, após a adoção das providências pertinente pelos Depositários, ser imediatamente comunicada ao CNPq por escrito, juntamente com a justificativa e a prova de suas causas.

CLÁUSULA NONA- A não restituição dos bens depositados, ao término do contrato ou quando exigida pelo CNPq, acarretará o ajuizamento da competente ação de depósito contra os Depositários, além de ficar autorizado o CNPq a promover, liminarmente, a busca e apreensão dos mesmos, tudo nos termos dos artigos 901 a 905 e seguintes do Código de Processo Civil.

SUBCLÁUSULA ÚNICA- Nos casos em que resultar para os Depositários a obrigação de ressarcir o CNPq do valor dos bens referidos na cláusula primeira, tal ressarcimento far-se-á com base na atualização da taxa SELIC ou de outro indexador que venha a substituí-lo, havida no período compreendido entre a data da assinatura deste contrato e da efetivação do ressarcimento. A adoção de tal critério far-se-á sem prejuízo de outras parcelas indenizatórias, que se assegurem ao CNPq plena reparação patrimonial.

CLÁUSULA DÉCIMA- Se, a qualquer tempo, durante a vigência deste instrumento, os bens depositados deixarem de ter utilidade para os Depositários, estes farão a devida comunicação ao CNPq, por escrito, que decidirá quanto à sua destinação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA- Até que se efetive a decisão do CNPq, ficarão os Depositários obrigados ao integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Aplica-se ao depósito ora contratado, o disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, além das normas em vigor no CNPq, que estabelecem as condições para concessão de auxílio, as quais os Depositários declaram conhecer.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- Fica eleito o foro de Brasília- DF para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente Termo de Depósito.

E por estarem as partes, assim, justas e contratadas, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo obrigando-se por si, herdeiros e sucessores.

Brasília-DF, 7 de abril de 2017

Anderson Malta da Silva
Coordenador de Recursos Logísticos - Substituto
PO n.º 363/2016

Pelo CNPq (Depositante)

Universidade Federal de Uberlândia
Paulo Roberto Perez
Coordenador da Divisão de Patrimônio
Portaria R Nº 1275/2012

1ª Testemunha
Nome Completo :
CPF Nº :

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Valder Steffen Júnior
Reitor

Pelo 1º Depositário (Instituição)
Assinatura com carimbo ou nome legível
e telefone

2ª Testemunha
Nome Completo : Cláudia Alves Rabelo Pereira
CPF Nº Divisão de Patrimônio
Universidade Federal de Uberlândia
siape 1123291 / CPF 404976226-34

Guilherme Jonas Costa da Silva
Pelo 2º Depositário (Pesquisador)
Assinatura com carimbo ou nome legível
e telefone 027.111.624-27

Débora Carvalho – débora.carvalho@cnpq.br

Telefone: (061) 3211-9461 ou 3211-9050

CNPq

Plataforma Integrada
Carlos Chagas

Pesquisador

- Avisos e Pendências
- Propostas e Pedidos
- Relatório Técnico e Prestação de Contas
  - No prazo
  - Prazo vencido
  - Em Análise no CNPq
  - Análise Finalizada
  - Designar Representante (facultativo)
  - Ajuda
- Seu Currículo Lattes
- Consultoria Ad hoc
- Termos de Concessão

Definir como página inicial

Execução do Projeto - 444317/2015-5

Organizador Financeiro | Movimentação Financeira | Relatórios Técnicos

Processo nº: 444317/2015-5 **Modalidade:** APQ

Pesquisador(a): Guilherme Jonas Costa da Silva

Vigência: 11/12/2015 a 31/12/2017(24 meses)

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Projeto: Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Cresc ...

Natureza de Despesa	Concedido R$	Liberado R$	Gasto R$	Saldo R$
Capital	R$ 3.535,17	R$ 3.535,17	R$ 0,00	R$ 3.535,17
Custeio	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Bolsa por Saldo Financeiro	R$ 0,00	R$ 0,00	---	---
Total devolvido ao CNPq *				R$ 0,00
Total	R$ 3.535,17	R$ 3.535,17	R$ 0,00	R$ 3.535,17

Divulgação de resultados de concessão de auxílio

Concedente: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Objetivo: Concessão de auxílio financeiro à pesquisa para a:
- Chamada Pública Chamada CNPq/ MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

Vigência: A partir da data de aceitação pelos beneficiários e pelo período de duração aprovada conforme detalhamento da planilha abaixo.

Nº Processo	Mod.	Duração	Beneficiário	Contrato	Custeio	Capital	Bolsa
442715/2015-3	APQ	24 meses	Jean Mac Cole Tavares Santos	Contrato inicial	10.000,00	9.000,00	0,00
442721/2015-3	APQ	24 meses	Dawisson Elvécio Belém Lopes	Contrato inicial	5.000,00	0,00	0,00
442742/2015-0	APQ	24 meses	Paulo Rogerio de Freitas Silva	Contrato inicial	2.997,00	6.000,00	0,00
442749/2015-5	APQ	24 meses	João Fábio Bertonha	Contrato inicial	10.800,00	6.000,00	0,00
442759/2015-0	APQ	24 meses	Silvia Cristina Yannoulas	Contrato inicial	4.174,00	1.435,00	0,00
442764/2015-4	APQ	24 meses	Aroldo José Abreu Pinto	Contrato inicial	3.534,00	2.500,00	0,00
442774/2015-0	APQ	24 meses	José Fernando Siqueira da Silva	Contrato inicial	5.600,00	0,00	0,00
442781/2015-6	APQ	24 meses	Eros Moreira de Carvalho	Contrato inicial	0,00	4.000,00	0,00
442791/2015-1	APQ	24 meses	Luiz Inacio Germany Gaiger	Contrato inicial	11.000,00	0,00	0,00
442795/2015-7	APQ	24 meses	André Gustavo Carvalho Machado	Contrato inicial	8.000,00	3.000,00	0,00
442844/2015-8	APQ	24 meses	Andres Zarankin	Contrato inicial	2.000,00	1.000,00	0,00
442864/2015-9	APQ	24 meses	Márcia Denise Pletsch	Contrato inicial	10.000,00	10.001,00	0,00
442872/2015-1	APQ	24 meses	Yanko Marcius de Alencar Xavier	Contrato inicial	10.000,00	3.000,00	0,00
442882/2015-7	APQ	24 meses	Gustavo Araújo Batista	Contrato inicial	1.000,00	5.000,00	0,00
442948/2015-8	APQ	24 meses	Astolfo Gomes de Mello Araujo	Contrato inicial	3.945,00	0,00	0,00
442950/2015-2	APQ	24 meses	Carlos Bauer de Souza	Contrato inicial	18.000,00	0,00	0,00
442953/2015-1	APQ	24 meses	Sebastiao de Sousa Almeida	Contrato inicial	15.000,00	0,00	0,00
442966/2015-6	APQ	24 meses	Edilhe da Silva Pereira	Contrato inicial	3.000,00	0,00	0,00
442968/2015-9	APQ	24 meses	Celi Regina Jardim Pinto	Contrato inicial	12.000,00	3.000,00	0,00
442989/2015-6	APQ	24 meses	Marcos Antonio de Moraes Xavier	Contrato inicial	9.046,00	5.350,00	0,00
443025/2015-0	APQ	24 meses	Klaus Peter Kristian Hilbert	Contrato inicial	4.000,00	1.000,00	0,00

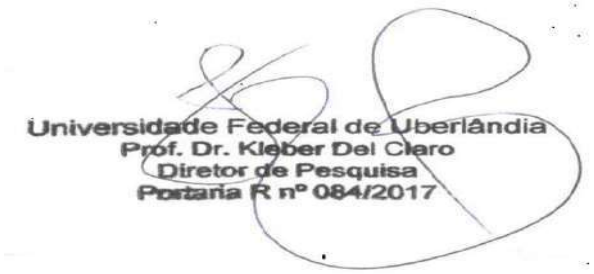
Nº Processo	Mod.	Duração	Beneficiário	Contrato	Custeio	Capital	Bolsa
444232/2015-0	APQ	24 meses	Mauro Parolin	Contrato inicial	4.800,00	2.000,00	0,00
444235/2015-9	APQ	24 meses	Adílio Renê Almeida Miranda	Contrato inicial	5.940,00	3.000,00	0,00
444239/2015-4	APQ	24 meses	Dalila Rosa Hallal	Contrato inicial	5.000,00	3.000,00	0,00
444260/2015-3	APQ	24 meses	Mário Mendonça de Oliveira	Contrato inicial	9.880,00	6.323,00	0,00
444267/2015-8	APQ	24 meses	Heitor Takashi Kato	Contrato inicial	6.000,00	0,00	0,00
444279/2015-6	APQ	24 meses	Carlos Alberto Etchevarne	Contrato inicial	3.000,00	1.000,00	0,00
444289/2015-1	APQ	24 meses	Rolf Hermann Erdmann	Contrato inicial	16.000,00	0,00	0,00
444293/2015-9	APQ	24 meses	Rousiley Celi Moreira Maia	Contrato inicial	5.000,00	3.375,00	0,00
444317/2015-5	APQ	24 meses	Guilherme Jonas Costa da Silva	Contrato inicial	0,00	3.535,17	0,00
444332/2015-4	APQ	24 meses	Vera Lúcia Lopes Cristovão	Contrato inicial	0,00	8.650,00	0,00
444338/2015-2	APQ	24 meses	Alexandre Fortes	Contrato inicial	8.000,00	11.000,00	0,00
444344/2015-2	APQ	24 meses	Silvia Helena Zanirato	Contrato inicial	10.500,00	1.000,00	0,00
444354/2015-8	APQ	24 meses	Carlos Olavo Quandt	Contrato inicial	9.000,00	3.500,00	0,00
444358/2015-3	APQ	24 meses	Thereza Cristina Cardoso Menezes	Contrato inicial	12.000,00	1.000,00	0,00
444359/2015-0	APQ	24 meses	Josimar Jorge Ventura de Morais	Contrato inicial	8.000,00	4.662,00	0,00
444375/2015-5	APQ	24 meses	Ana Lúcia Miranda Lopes	Contrato inicial	8.000,00	3.500,00	0,00
444377/2015-8	APQ	24 meses	Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	Contrato inicial	7.000,00	13.700,00	0,00
444388/2015-0	APQ	24 meses	Elisete Dahmer Pfitscher	Contrato inicial	8.000,00	3.500,00	0,00
444390/2015-4	APQ	24 meses	Daniel Schroeter Simião	Contrato inicial	11.000,00	0,00	0,00
444396/2015-2	APQ	24 meses	Ana Maria de Vasconcelos	Contrato inicial	4.174,00	2.668,00	0,00
444398/2015-5	APQ	24 meses	Juliane Feix Peruzzo	Contrato inicial	4.174,00	1.435,00	0,00
444416/2015-3	APQ	24 meses	Paulo Rogério Faustino Matos	Contrato inicial	0,00	3.535,17	0,00
444426/2015-9	APQ	24 meses	Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes	Contrato inicial	9.039,00	1.662,00	0,00
444441/2015-8	APQ	24 meses	Sandra Irene Momm Schult	Contrato inicial	11.840,00	1.640,00	0,00
444488/2015-4	APQ	24 meses	Cesar Zucco Jr	Contrato inicial	5.000,00	0,00	0,00
444493/2015-8	APQ	24 meses	Francisco Paulo Jamil Almeida Marques	Contrato inicial	4.000,00	3.375,00	0,00
444498/2015-0	APQ	24 meses	Maria Elvira Diaz Benitez	Contrato inicial	10.000,00	0,00	0,00
444503/2015-3	APQ	24 meses	Rivaldo Mauro de Faria	Contrato inicial	7.802,00	3.754,00	0,00
444506/2015-2	APQ	24 meses	Vania de Fátima Barros Estivalete	Contrato inicial	4.000,00	3.500,00	0,00
444509/2015-1	APQ	24 meses	Katya Mitsuko Zuquim Braghini	Contrato inicial	6.000,00	14.000,00	0,00

FORMULÁRIO DIRPE II/17

DECLARAÇÃO DE REGISTRO DE PROJETO DE PESQUISA

A Diretoria de Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, certifica que o projeto abaixo discriminado, está devidamente registrado nesta diretoria e na unidade acadêmica do coordenador. O projeto não tem nenhuma fonte de financiamento externo e tem o número de registro,

DIRPE/PSFE* Nº 0066/2017



Telefones: 55-34-3239- 4979 e-mail: secdirpe@propp.ufu.br

*Projeto Sem Financiamento Externo

Descrição do Projeto

Coordenador: Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva

SIAPE: 01466030

Unidade Acadêmica: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Área: Economia

Título do Projeto: Growth Acceleration: A Theoretical and Empirical Analysis.

Vigência: 07/2017 a 07/2019

Universidade Federal de Uberlândia

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3P - Campus Santa Mônica

38.400-902 - Uberlândia - MG - Telefone (34) 3239-4979 – propp@ufu.br

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os devidos fins, que ***Guilherme Jonas Costa da Silva,*** professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais, finalizou o projeto de pesquisa, sem financiamento, intitulado **"Growth Acceleration: a theoretical and empirical analysis.*"***, iniciado em 07/2017 e término em 03/2020.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Uberlândia, 3 de março de 2020.

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Kleber Del Claro
Diretor de Pesquisa
Portaria R nº 084/2017

FORMULÁRIO DIRPE II/19

DECLARAÇÃO DE REGISTRO DE PROJETO DE PESQUISA

A Diretoria de Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, certifica que o projeto abaixo discriminado, está devidamente registrado nessa diretoria e na unidade acadêmica do coordenador. O projeto não tem nenhuma fonte de financiamento externo e tem o número de registro,

DIRPE/PSFE Nº 0007/2020

Telefones: 55-34-3239- 4979 e-mail: dirpe@ufu.br

*Projeto Sem Financiamento Externo

Descrição do Projeto

Coordenador: Guilherme Jonas Costa da Silva

SIAPE: 1466030

Unidade Acadêmica: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Área: Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Título do Projeto: Fragilidade financeira, crescimento e desenvolvimento econômico

Vigência: 02/2020 a 02/2022

FORMULÁRIO DIRPE II/23

DECLARAÇÃO DE REGISTRO DE PROJETO DE PESQUISA

A Diretoria de Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, certifica que o projeto abaixo discriminado, está devidamente registrado nessa diretoria e na unidade acadêmica do coordenador. O projeto não tem nenhuma fonte de financiamento externo e tem o número de registro,

DIRPE/PSFE Nº 007/2020

Universidade Federal de Uberlândia
Murilo Vieira da Silva
Diretor de Pesquisa
Portaria nº 339/2021

Telefones: 55-34-3239- 4979 e-mail: dirpe@ufu.br

*Projeto Sem Financiamento Externo

Descrição do Projeto

Coordenador: Guilherme Jonas Costa da Silva

SIAPE: 1466030

Unidade Acadêmica: Instituto de Economia e Relações Internacionais

Área: Crescimento e desenvolvimento econômico

Título do Projeto: Fragilidade financeira, crescimento e desenvolvimento econômico

Vigência: 02/2020 a 02/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Av. Pref. Lothário Meissner, 632, - - Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR, CEP 80210-170
Telefone: 3360-5000 - http://www.ufpr.br/

Ofício nº 62/2023/UFPR/R/SA/PPGDE

Curitiba, 11 de outubro de 2023.

Para: Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva

Ref: Carta Convite

Prezado Prof. Guilherme Jonas,

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vem, por meio desta, oficializar o convite para a realização de seu estágio pós-doutoral, intitulado “Padrão de Especialização Comercial, Complexidade Econômica e Crescimento Desigual dos Estados Brasileiros”.

A pesquisa será realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a supervisão do Professor Fernando Motta Correia, no período de 01/02/2024 a 31/01/2025.
Consideramos que a pesquisa não apenas apresenta mérito científico no campo de estudos de “Economia Brasileira” e “Crescimento Econômico”, como também tem potencial de contribuições na área de “Desenvolvimento Econômico”, central para às pesquisas desenvolvidas na UFPR, motivo pelo qual antevemos um período frutífero de pesquisa durante seu estágio pós doutoral. Como usual no acolhimento de acadêmicos visitantes, não há previsão de pagamento de taxas pela utilização da infraestrutura da UFPR.

Atenciosamente,

Felipe Almeida
(José Felipe Araujo de Almeida)
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 – térreo
Jardim Botânico - Curitiba (PR) – Brasil
Cel. 41 988490012
E-mail. felipe.almeida@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente por **JOSE FELIPE ARAUJO DE ALMEIDA**, **COORDENADOR DO PROGRAMA DE PG EM DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**, em 11/10/2023, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida aqui informando o código verificador **6069040** e o código CRC **A7A2B236**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Av. Pref. Lothário Meissner, 632, - - Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR, CEP 80210-170
Telefone: 3360-5000 - http://www.ufpr.br/

DECLARAÇÃO

Processo nº 23075.000773/2025-84

Declaramos para os devidos fins que GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA, CPF 02711162427 ingressou em 01 de fevereiro de 2024 no Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, sob supervisão do Prof. Dr. Fernando Motta Correia. Durante o estágio, o discente cumpriu o cronograma estabelecido, apresentou a pesquisa intitulada "Padrão de Especialização Comercial, Complexidade Econômica e Crescimento Desigual dos Estados Brasileiros" em sessão pública realizada em 03 de dezembro de 2024 e completou os requisitos necessários para obtenção do certificado de Pós-Doutorado, conforme Resolução 16/18-CEPE/UFPR e Resolução 04/2018-PPGDE.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição.

Curitiba, 29 de janeiro de 2025.

Felipe Almeida
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico

Documento assinado eletronicamente por **JOSE FELIPE ARAUJO DE ALMEIDA**, **COORDENADOR DO PROGRAMA DE PG EM DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**, em 29/01/2025, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida aqui informando o código verificador **7455743** e o código CRC **E3D57327**.

1. Modalidade da Ação

Curso/Oficina - Atividade pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo a promover a formação continuada, o aperfeiçoamento e a disseminação de conhecimento, com critérios de avaliação definidos. (Curso, minicurso, oficina, etc.)

2. Apresentação do Proponente

Unidade Instituto de Economia e Relações Internacionais

Sub-Unidade Curso de Graduação em Ciências Econômicas

3. Identificação da Proposta

Registro no SIEX 35588 ***Ano Base*** 2025

Campus Campus Santa Mônica

Título

Educação Financeira

Programa Vinculado 1 Não Vinculado

Programa Vinculado 2 Não Vinculado

Área do Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

Área Temática Principal Educação

Área Temática Secundária Educação

Linha de Extensão Espaços de ciência

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 3. Saúde e bem-estar

Objetivo 12. Consumo e produção responsáveis

Atividade Curricular de Extensão Não

Código(s) da(s) Atividade(s) Curricular(es) de Extensão

-

Resumo / Objeto da proposta

O objetivo dessa atividade é auxiliar a comunidade, apresentando técnicas de como organizar suas finanças e utilizar a renda de forma racional para alcançar à tão desejada estabilidade financeira.

Palavras-Chave Orçamento Familiar ; Direito do Consumidor ; Renegociação de Dívida

Realização:

Início: 12/06/2025 ***Término:*** 23/09/2025 ***Carga Horária Realização:*** 10

Organização:

Início: 09/06/2025 ***Término:*** 23/09/2025 ***Carga Horária Organização:*** 30

Período de Inscrições: ***Início:*** 14/07/2025 ***Término:*** 23/09/2025

Status da Ação Deferida pela Unidade

Instância de Aprovação Instituto de Economia e Relações Internacionais - DIÓGENES MOURA BREDA

Data de Aprovação 15/09/2025 16:37:30

4. Detalhamento da Proposta

Justificativa

A ausência de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais tem contribuído para o aumento do endividamento e da instabilidade financeira familiar, comprometendo sua qualidade de vida. No contexto atual, torna-se fundamental desenvolver ações de educação financeira que possibilitem a organização do orçamento, o planejamento de gastos e a tomada de decisões conscientes. Neste sentido, a presente proposta visa oferecer conteúdos e atividades práticas voltadas à gestão financeira individual e familiar, de forma acessível e contextualizada.

Objetivo Geral

Promover a educação financeira de indivíduos e famílias, incentivando práticas de planejamento e gestão responsável dos recursos visando à melhoria da qualidade de vida.

Objetivos Específicos

1) Apresentar conceitos fundamentais de finanças pessoais e de elaboração do orçamento familiar;
2) Orientar sobre a identificação e o registro de receitas e despesas, diferenciando desejos de necessidades;
3) Discutir estratégias para prevenção do endividamento e para renegociação de dívidas existentes;
4) Incentivar a formação de poupança e a realização de investimentos compatíveis com o perfil do participante; e
5) Desenvolver habilidades para o consumo consciente e o uso responsável do crédito.

Metodologia

A proposta será desenvolvida por meio de encontros presenciais ou virtuais, organizados em módulos temáticos, utilizando linguagem simples e recursos visuais didáticos. As atividades incluirão:

1) Exposição teórica, com exemplos práticos;
2) Oficinas para elaboração de orçamento, balanço familiar e metas financeiras;
3) Dinâmicas e exercícios, para identificação de perfis financeiros e hábitos de consumo;
4) Estudos de caso sobre endividamento e alternativas de renegociação; e
5) Material de apoio em formato de apostila digital, com conteúdo complementar.

Classificação

- Presencial

- Até 30 horas

- Iniciação

Metas / Ações

Cinco reuniões com discentes para formação e organização dos cursos/oficinas;
Cinco reuniões com membros da Universidade Amiga do Idoso (UNAI).

Avaliação do Projeto

Aplicar um questionário no qual os participantes possam colaborar para o aperfeiçoamento da atividade de extensão.

Público Participante

Direto 12

Vagas 20

Público Almejado

12

20

Membros da Universidade Amiga do Idoso (UNAI).

Local de Realização Campus Santa Mônica - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

CEP 38408-100

Parceiros Internos

Não Possui

Parceiros Externos

Não Possui

Cronograma de Execução

20/08 - Gestão do orçamento familiar e perfis financeiros
27/08 - Golpes financeiros
03/09 - Investimentos e aplicações
10/09 - Temas adicionais e encerramento

Referências

CERBASI,G. Casais inteligentes enriquecem juntos. Ed. São Paulo: Gente Editora, 2004. 161 p.

CERBASI,G. Como organizar sua vida financeira [recurso eletrônico] : inteligência financeira pessoal na prática /Gustavo Cerbasi - Rio de Janeiro : Elsevier, 2012.

CERBASI,G. Dinheiro: os segredos de quem tem - como conquistar e manter sua independência financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. 140 p.

EKER, T. H. Os segredos da mente milionária / T. Harv Eker tradução Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

HOUSEL, M. A psicologia financeira: lições atemporais sobre fortuna, ganância e felicidade / Morgan Housel; tradução Roberta Clapp, Bruno Fiuza. – 1. ed. – Rio de Janeiro, RJ: Harper Collins Brasil, 2021.

5. Equipe de Trabalho

5.1. Coordenador(a) Responsável

Nome

GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA

E-mail institucional guilhermejonas@yahoo.com.br

Endereço Avenida João Naves de Ávila, 2121

Telefone (34) 9884-4526

Unidade Instituto de Economia e Relações Internacionais

Sub-Unidade Instituto de Economia

Categoria Magistério Superior, 1 e 2 graus

GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA

guilhermejonas@yahoo.com.br

Avenida João Naves de Ávila, 2121

(34) 9884-4526

Instituto de Economia e Relações Internacionais

Instituto de Economia

Magistério Superior, 1 e 2 graus

Total de horas de atuação na atividade 30

Atribuições

Formação, orientação e organização do curso/oficina

Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva ***Titulação Acadêmica*** Doutor

Área de Atuação PROFESSOR 3 GRAU

5.2. Demais Participantes da Equipe de Trabalho

Nome

SABRINA FARIA DE QUEIROZ

Forma de Participação Sub-coordenador(a)

Caracterização da Função

Organização e orientação do curso/oficina

Segmento Docente

Unidade IERI - Instituto de Economia e Relações Internacionais

Sub-Unidade IEUFU - Instituto de Economia

Departamento Economia

Titulação Doutor

Categoria Magistério Superior, 1 e 2 graus

E-mail institucional sabrinaqueiroz@ufu.br

Total de horas de atuação na atividade 10

Nome

VALDOMIRO DA SILVA NUNES

Forma de Participação Colaborador(a)

Caracterização da Função

Caracterização da Função

Palestra sobre Código de Defesa do Consumidor, Planejamento Previdenciário e Aposentadoria.

Segmento Técnico-administrativo

Unidade IERI - Instituto de Economia e Relações Internacionais

Sub-Unidade IEUFU - Instituto de Economia

Titulação Especialista

Categoria Classe D (PCCTAE)

E-mail institucional valdomiro.nunes@ufu.br

Total de horas de atuação na atividade 10

Nome

VITOR HUGO SANTOS PINTO

Forma de Participação Voluntário

Caracterização da Função

Organização e apresentação do curso/oficina

Segmento Discente

Unidade IERI - Instituto de Economia e Relações Internacionais

Sub-Unidade IEUFU - Instituto de Economia

Departamento Pós-graduação em Economia

E-mail institucional vitorpinto@ufu.br

Total de horas de atuação na atividade 10

Nome

VITÓRIA COUTINHO

Forma de Participação Voluntário

Caracterização da Função

Organização e apresentação do curso/oficina

Segmento Discente

Unidade IERI - Instituto de Economia e Relações Internacionais

Sub-Unidade IEUFU - Instituto de Economia

Departamento Graduação em Ciências Econômicas

E-mail institucional vitoria.coutinho03@ufu.br

Departamento Graduação em Ciências Econômicas

E-mail institucional vitoria.coutinho03@ufu.br

Total de horas de atuação na atividade 30

6. Orçamento Previsto

Fonte de Recursos Sem Financiamento - Atividade desenvolvida sem qualquer recurso financeiro.

6.1. Rubricas de Gastos

Sem Rúbricas de Gastos.

_____ , ____ ***de*** _____ ***de*** _____

_____

Assinatura do(a) Coordenador(a) Responsável pelo Projeto

_____

Assinatura do(a) Diretor(a) da Unidade

Anexo 5: Atividades de Produção Intelectual

- Artigos Publicados
- Capítulos de Livros
- Artigos de Jornal

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 45 No. 1 (2025)
Jan-Mar / 2025
Published December 27, 2024

Article

Modern services, real exchange rate and economic growth

Wallace Marcelino Pereira, Fabricio J. Missio, Frederico Gonzaga Jayme Jr.
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3562

View Article Abstract ▼

Consumer goods and services inflation in Latin America during the COVID-19 pandemic

Víctor Manuel Cuevas Ahumada, Ignacio Perrotini Hernández
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3580

View Article Abstract ▼

Latin American Structuralists and Inertial Inflation Theories

Hugo C. Iasco-Pereira, André Roncaglia, Marcelo Curado
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3644

View Article Abstract ▼

Global financial orders and credit rating agencies: disruptions and adaptations

Pedro Lange Machado
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3599

View Article Abstract ▼

Technological progress, human capital, and employment rate: an empirical analysis using P-ARDL models from 1960-2019

Daisy Caroline Nascimento Pereira, Guilherme Jonas Costa da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3472

View Article Abstract ▼

Putnam, Sen, and Smith: A critical reflection on the Neoclassical Economic Theory

Luiz Antonio de Oliveira Lima
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3666

View Article Abstract ▼

Contemporary industrial policy and challenges to South America and Brazil

Carlos Aguiar de Medeiros, Esther Majerowicz
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3638

View Article Abstract ▼

Comparative analysis of different heterodox interpretations about the end of the "Golden Age" of Western capitalism

Luciano Alencar Barros, Carlos Pinkusfeld Bastos
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3654.

View Article Abstract ▼

Artificial Intelligence in the development strategy of contemporary China

Célio Hiratuka, Antônio Carlos Diegues
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3636

View Article Abstract ▼

The Eloquent Silence: why are development theories silent about racism?

Silvio Luiz de Almeida, Leda Maria Paulani
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3686

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA DE ECONOMIA
Universidade Federal do Paraná

(https://revistas.ufpr.br/economia/index)

v. 46 n. 88 (2025)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88)

PUBLICADO: 2025-09-12

ARTIGOS

Intervenções não farmacológicas e cooperação da população: Uma análise à luz da Teoria dos Jogos
Non-Pharmacological Interventions and Population Cooperation: A Game Theory Perspective
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/86073)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.86073 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.86073)
Leonardo Köppe Malanski, Leonardo José Oliveira e Silva Rosalem, Cassia Kely Favoretto

Os diferentes níveis de coerência entre planos individuais nos escritos de Lachmann
The Different Levels of Coherence among Individual Plans in Lachmann's Writings
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/92850)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.92850 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.92850)
Paulo Hora de Andrade III

A influência do Sistema Nacional de Inovação no surgimento de Small Firms no Brasil
The Influence of the National Innovation System on the Emergence of Small Businesses in Brazil
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/96235)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.96235 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.96235)
Kimberly Montagner, Leonardo Flauzino de Souza

Previsão da taxa de mortalidade infantil no Ceará: uma abordagem com aprendizado de máquina
Prediction of the Child Mortality Rate in the State of Ceará: A Machine Learning Approach
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/97156)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97156 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97156)
Manoel Alexandre de Lucena, Marcos Antonio Carvalho Alves de Sousa Júnior, Eliane Pinheiro de Sousa

A macrodinâmica do capitalismo na perspectiva pós-keynesiana: considerações teóricas e implicações de políticas em contraponto ao Novo Consenso Macroeconômico
The Macrodynamics of Capitalism in the Post-Keynesian Perspective: Theoretical Considerations and Policy Implications as Opposed to the New Macroeconomic Consensus
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/97183)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97183 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97183)
Bruno Pacheco Heringer, Joelmir Pereira Lira

Duplo ônus e discriminação econômica de gênero: as mulheres perdem e perdem

Double Burden and Gender Economic Discrimination: Women Lose Twice

(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/97187)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97187 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97187)

Kleyton José da Silva Pereira de Siqueira, Vitória de Sá Silva, Sergiany da Silva Lima

Efeitos socioeconômicos da pandemia na desigualdade da distribuição da renda no Brasil

Socioeconomic Effects of the Pandemic of the Covid-19 on Income Distribution Inequality in Brazil

(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/97378)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97378 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97378)

Daniel da Silva Barros, Carina Diane Nakatane Macedo, Carlos Roberto Ferreira

O efeito da pandemia na inclusão laboral de trabalhadores de baixa renda: uma investigação empírica

The Effect of the Pandemic on Labor Inclusion of Low-Income Workers: An Empirical Investigation

(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/97400)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97400 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97400)

Rodrigo Monteiro da Silva

Debt Dynamics under the New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Evidence from Autoregressive Vectors

Dinâmica da dívida sob o novo arcabouço fiscal da economia brasileira: evidências a partir de vetores autorregressivos

(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/97992)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97992 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.97992)

Henrique Bárbaro Ontivero Martins, Guilherme Jonas Costa da Silva

Counterpoint Between Schumpeter's Democratic Method and Veblen's Thought For A Welfare State

Contraponto entre o método democrático de Schumpeter e o pensamento de Veblen para um Estado de bem-estar social

(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/99780)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i88.99780 (https://doi.org/10.5380/re.v46i88.99780)

Oz Solon Chovghi Iazdi, Rafael Medeiros Correia, Jonattan Rodriguez Castelli

PALAVRAS-CHAVE

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA DE ECONOMIA
Universidade Federal do Paraná

(https://revistas.ufpr.br/economia/index)

v. 46 n. 89 (2025)

DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89)

PUBLICADO: 2025-09-12

ARTIGOS

Candidatos empresários se tornam políticos melhores? Novas evidências para o Brasil
Do Business Candidates Make Better Politicians? New Evidence for brazil
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/89468)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89.89468 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89.89468)
Savio Luan da Costa Oliveira, Wallace Patrick Santos de Farias Souza, Jevuks Matheus de Araujo

Is There Any Synchronism Between the Business Cycles of Argentina and Brazil?
Existe alguma sincronização entre os ciclos econômicos da Argentina e do Brasil?
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/96994)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89.96994 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89.96994)
Alejandro Damián Jacoboo, Lautaro Clavero

Mudança estrutural urbana e complexidade em Curitiba: seguindo caminhos próprios
Urban Structural Change and Complexity in Curitiba: Following our Own Paths
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/98353)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89.98353 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89.98353)
João Basilio Pereima, Guilherme Jonas Costa da Silva, Hugo Carcanholo Iasco Pereira, Cicero Aparecido Bezerra

O papel da complexidade econômica para o desalinhamento e volatilidade cambial nos BRICS (1995 a 2021)
The Role of Economic Complexity in Exchange Rate Misalignment and Volatility in the BRICS (1995 to 2021)
(https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/99049)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89.99049 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89.99049)
Guilherme de Souza, Flávio Vilela Vieira

Composição setorial do produto, emprego e distribuição funcional da renda no contexto da desindustrialização da economia brasileira (2004-2014) (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/99236)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89.99236 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89.99236)
Guilherme Grandi, Fernanda Peron

Fluxos de capital subdeclarados da China para a Venezuela entre 2001 e 2021 (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/100188)
DOI: https://doi.org/10.5380/re.v46i89.100188 (https://doi.org/10.5380/re.v46i89.100188)

v. 40 n. 92 (2025): Geosul

Publicado: 2025-03-25

Editorial

Editorial - Geosul
Revista Geosul 01-12
PDF/A

Artigos

Desenvolvimento das forças produtivas da agricultura como o caminho da consolidação de premissas e teoria do Partido Comunista da China
Rubia Cristina Wegner, Marcelo Pereira Fernandes 13-39
PDF/A

O "novo normal" da China: análise e implicações para o Brasil e os estados brasileiros
Gilberto Libânio, Diana Chaib 40-66
PDF/A

Entre torres eólicas e fazendas solares: a presença do capital chinês na transição energética na região nordeste do Brasil
Monalisa Lustosa Nascimento, Alexandre Cesar Cunha Leite 67-98
PDF/A

Taxa de câmbio real efetiva, crescimento e inflação: evidências para Moçambique (1980-2022)
Moisés Albino Nhanombe, Guilherme Jonas Costa da Silva 99-127
PDF/A

Geosul, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. eISSN 2177-5230

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Platform & workflow by OJS / PKP

Matriz de indicadores para avaliação de programas de apoio à inovação: uma análise comparativa do Tecnova em Sergipe e Alagoas

Vanusa Maria de Souza Rito, José Ricardo de Santana, Bruno Setton Gonçalves 128-152

PDF/A

Políticas públicas territoriais: fundamentos conceituais para uma abordagem geográfica

Ivan Gomes da Silva Viana, Gilber Valério Cordovil 153-177

PDF/A

Economia costeira do Rio Grande do Sul: mensuração e perfil setorial

Daiane Henke, Rodrigo da Rocha Gonçalves, Cassius Rocha de Oliveira 178-206

PDF/A

A emergência dos Sete Povos das Missões: Formação Econômica e Social (F.E.S.) do COREDE Missões/RS

Daniel Claudy da Silveira, Silvio Cezar Arend, Cidonea Machado Deponti 207-237

PDF/A

O Apiário Zumbi dos Palmares e as novas dinâmicas socioterritoriais das relações campo-cidade e rural-urbano no espaço rural de União dos Palmares-AL

Mauricio Luiz dos Santos, Clélio Cristiano dos Santos 238-270

PDF/A

Migração haitiana para o Brasil: raízes históricas das expulsões e condições de inserção nas indústrias têxteis

Flavio Lima 271-301

PDF/A

Petróleo, Poluição e Desastre: Uma Análise das Marés Negras desde a Teoria dos Sistemas Mundo

Juliana Daisa de Sousa Hamad, Henry Iure de Paiva Silva, Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira 302-329

PDF/A

Geossistema do Alto Ribeirão: derivações antropogênicas no espaço-tempo

Pedro Henrique Ribeiro Gonçalves, John Marcos Amaro, Érico Porto Filho 330-358

PDF/A

Classificação hidrológica de solos brasileiros utilizando critérios do método do serviço de conservação do solo

Thaís Fernandes Juste; Marcelo de Miranda Reis, Igor da Silva Rocha Paz 359-383

PDF/A

Influência da reabertura do Canal do Linguado a partir de modelagem hidrodinâmica

João Luiz da Rocha Borin, Leonardo Romero Monteiro 384-408

PDF/A

Vol. 45 No. 3 (2025)
Jul-Sep / 2025
Published June 27, 2025

Article

Underdevelopment, development, and the Dutch disease: the seminal and still relevant theory of Celso Furtado

André Nassif
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3700

View Article Abstract ▼

Subnational government banks profitability in Brazil between 2003 and 2019

Daniel Diniz Oliveira, Lauro Gonzalez, Tiago Couto Porto
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3677

View Article Abstract ▼

Decolonial AI: A perspective on the imperialist states' colonizing quest for labor applied in the development of artificial intelligence

Jian Carlos de Melo
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3721

View Article Abstract ▼

What do we know about wealth inequality in Brazil?

Pedro Fandiño, Celia Kerstenetzky, Tais Simões
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3695

View Article Abstract ▼

The academic literature on fiscal policy in the aftermath of the 2008 crisis: a Keynesian resurgence?

Marcelo Fantaccini Brito
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3672

View Article Abstract ▼

Fiscal rules in Brazil: An analysis of the new fiscal framework

Fernando de Holanda Barbosa Filho, Mario Carvalho
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3715

View Article Abstract ▼

Narratives and economic policy: the construction of the fiscal agenda in the journalistic media in the period 2010-2015

Fabio Terra, Jamile Ulisses Pereira
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3719

View Article Abstract ▼

Regional monetary agreements: prospects and limits for Mercosur

Alexandre Jerônimo de Freitas, Marcelo Pereira Fernandes
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3579

View Article Abstract ▼

Central Bank Digital Currencies (CBDCs) and Instant Payments: alternatives to global digital asset markets for Brazil and India

Tatiana Silveira Camacho, Guilherme Jonas Costa da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3523

View Article Abstract ▼

The philosophical foundations of Keynes's taxonomy and its contribution to economic pluralism

Tainari Taioka
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3687

View Article Abstract ▼

Thorstein Veblen: The independent thinker whose contributions advanced a distinct tradition of heterodox economics

John Battaile Hall
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3640

View Article Abstract ▼

Asymmetric effects from exchange to inflation: evidence to Brazil via NARDL models

Benito Adelmo Salomão Neto, Thaís Guimarães Alves
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3679

View Article Abstract ▼

Patronos

Celso Furtado

Ignácio Rangel

Caio Prado Jr.

Roberto Simonsen

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por

MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

revistas UNAM (http://www.revistas.unam.mx/)

DOI: https://doi.org/10.22201/fe.01851667p.2024.327 (https://doi.org/10.22201/fe.01851667p.2024.327)

Published: 2023-12-14

Vol. 83 No. 327 (2024)

IN MEMORIAM, TONY THIRLWALL (21 APRIL 1941-8 NOVEMBER 2023) (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/87432)

John McCombie

3-5

PDF

EDITORIAL (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/87433)

Sara María Ochoa León, Nancy Ivonne Muller Durán, Ignacio Perrotini Hernández

6-8

PDF

ARTÍCULOS

FINANCIAL DEVELOPMENT, ENERGY CONSUMPTION AND ENVIRONMENTAL QUALITY IN DEVELOPING COUNTRIES (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/86235)

Hale Akbulut

9-29

PDF

RENEWABLE ENERGIES, ENVIRONMENT AND GDP INTERACTIONS IN LOW-INCOME COUNTRIES (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/85671)

Hafid Boudiaf

30-54

PDF

AN ODDITY IN THE HUMAN DEVELOPMENT INDEX (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/85909)

Carlos M. Urzúa, Jean Vilbert

55-79

PDF

DETERMINANTS OF THE PROBABILITY OF ECONOMIC LOSS IN THE MEXICAN AGRICULTURAL SECTOR
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/86398)

Saúl Basurto Hernández, Sandra Galván Vargas

80-113

PDF (Español)

EMPLOYMENT CHANGE IN TECHNOLOGY-BASED SECTORS IN MEXICO'S NORTHEAST-CENTRAL NETWORK, 2015-2020
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/85544)

Carlos Garrocho Rangel, Tania Chávez Soto, Iván Vilchis Mata

114-152

PDF (Español)

REGIONAL GAP IN SPENDING ON PUBLIC SECURITY AND CRIME IN BRAZIL
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/84855)

Fabrício Rios Nascimento Santos, Viviani Silva Lirio, Leonardo Chaves Borges Cardoso

153-179

PDF

AN ASSESSMENT OF THE PRODUCTIVE STRUCTURE THROUGH VALUE ADDED
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/86509)

Yuri Landa Arroyo

180-208

PDF (Español)

RESEÑA BIBLIOGRÁFICA

MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA KEYNESIANA, JOSÉ LUÍS DA COSTA OREIRO
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/87386)

Guilherme Jonas Costa da Silva

209-216

PDF

Language

English (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/user/setLocale/en_US?source=%2Findex.php%2Frie%2Fissue%2Fview%2F6272)

Español (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/user/setLocale/es_ES?source=%2Findex.php%2Frie%2Fissue%2Fview%2F6272)

Make a Submission
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/about/submissions)

SJR

(https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=6400153148&tip=sid&exact=no)

Keywords

Open Journal Systems (http://pkp.sfu.ca/ojs/)

Share on

(/#facebook) (/#twitter) (/#email) (/#whatsapp)

(https://www.addtoany.com/share#url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.unam.mx%2Findex.php%2Frie%2Fissue%2Fview%2F6272&title=Vol.%2083%20No.%20327

INVESTIGACIÓN ECONÓMICA, vol. 83, núm. 329, Verano 2024, es una publicación trimestral editada por la Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad Universitaria, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04510, México, Ciudad de México a través de la Facultad de Economía, Circuito Interior s/n, Ciudad Universitaria, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04510, México, Ciudad de México, Tel. 55 5622-2131. URL: https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie); correo electrónico: invecon@hotmail.com (mailto:invecon@hotmail.com)

Editor responsable: Ignacio Perrotini Hernández. Certificado de licitud de título: 4467; Certificado de licitud de contenido: 3623; Número de reserva: 295-90; ISSN impreso: 0185-1667; ISSN electrónico: 2594-2360.

Responsable de la última actualización de este número: Karina Navarrete Pérez, Coordinación de Publicaciones de la Facultad de Economía, Circuito Interior s/n, Ciudad Universitaria, Col. Copilco, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04510, México, Ciudad de México, fecha de la última modificación: 25 de junio de 2024.

La responsabilidad de los trabajos firmados es de sus autores y no necesariamente reflejan una posición oficial de la Facultad. Se autoriza la reproducción total o parcial de los textos aquí publicados siempre y cuando se cite la fuente completa y la dirección electrónica de la publicación.

Sitio implementado por el equipo de la Subdirección de Revistas Académicas y Publicaciones Digitales de la Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial (https://www.publicaciones.unam.mx/servicios/) de la UNAM (https://www.unam.mx/) sobre la plataforma OJS3/PKP (https://pkp.sfu.ca/software/ojs/).

(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/about/aboutThisPublishingSystem)

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 44 No. 4 (2024)
Oct-Dez / 2024
Published October 8, 2024

Article

Financial instability and climate change: new challenges for central banks

Luiz Henrique Bispo Santos, Eliane Cristina Araújo
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3617

View Article Abstract ▼

Reindustrialization in the sustainable development convention

Carmem Feijó, Fernanda Feil, Fernando Amorim Teixeira
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3626

View Article Abstract ▼

A study on the determinants of the real exchange rate misalignments

Francisco Eduardo Pires de Souza, Viviane Luporini
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3670

View Article Abstract ▼

Independence, the 1930s and developmentalism

Ivan Colangelo Salomão, Pedro Cezar Dutra Fonseca
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3649

View Article Abstract ▼

Harrod-Domar Dilemma, Thirlwall's Law and Green New Developmentalism

Chiara Grazini, Giulio Guarini, José Luis Oreiro
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3616

View Article Abstract ▼

"High-quality" economic development: China's conciliation between economic growth and environmental sustainability

Gilberto Libânio, Diana Chaib
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3618

View Article Abstract ▼

The BNDES' role in the Green Economy: institutional framework, disbursements and resource mobilisation (2010-2021)

Camila Franco Bartelega, Ana Rosa Ribeiro de Mendonça
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3614

View Article Abstract ▼

Economic complexity and elasticity ratio: a theoretical and empirical approach

André Mellini, Guilherme Jonas Costa da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3539

View Article Abstract ▼

Growing by decreasing

Andrei Cechin, José Eli da Veiga
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3619

View Article Abstract ▼

Bridging the gap between production and ecology: a multi-regional input-output analysis of current Brazilian and Chinese productive and ecological relations

Jan Klink, Gabriel Santos Carneiro, Bruno Castro Dias da Fonseca
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3623

View Article Abstract ▼

Sustainable development in China: the pathway of decarbonizing the energy mix

Isabela de Oliveira Garcia, Roberto Alexandre Zanchetta Borghi
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3620

View Article Abstract ▼

Considerations on currency reform in Germany after World War II

Judyta przyluska-schmitt, Dorota Jegorow, Tamás Szigetvári
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572024-3527

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

Vol. 10 No. 2 (2024): BKR

DOI: https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2

Published: 2024-12-17

Editorial-Summary

Editorial

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.392

I-XII

PDF (Português (Brasil))

Articles

The COVID-19 crisis and its initial impacts on emerging countries: an analysis based on the exchange rate pressure index

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.337

Adriano Sampaio, Mauricio Andrade Weiss, Paulo Van Noije
227-252

PDF

Regulation, Innovation and Coevolution in Financial Systems: An Analysis of the Impact of Restricted Effort Offering Regulation on Long-Term Financing in Brazil (2009 – 2021)

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.320

Ledson Luiz Gomes da Rosa, Norberto Montani Martins
253-286

PDF (Português (Brasil))

Instant payments and brazilian pix: lessons from the indian experience in the 2010's

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.336

Tatiana Silveira Camacho, Guilherme Jonas Costa da Silva
287-311

PDF

Preference for liquidity and financial investments of individuals in Brazil: an analysis by investor segments (2014-2021)

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.343

Roberto Rodrigues, Elisangela Araujo
312-340

PDF (Português (Brasil))

Keynesian and post-Keynesian models on banks in Africa

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.332

Jacob Tche
341-371

PDF

Modern Monetary Theory: Criticisms Through the Lenses of the Original Institutional Economics and the Non-Mainstream Macroeconomic Debate

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.341

Jan Klink, Gabriel Santos Carneiro, Bruno Castro Dias da Fonseca
372-393

PDF

The Twin Deficits and the New Cambridge Approach: estimating the private expenditure equation for Brazil (2001-2018)

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.366

Giuliano Manera Longhi, Adriano José Pereira, Paulo Ricardo Feistel

394-422

PDF

Capital controls: the recent reorientation of mainstream economics and the structuralist-Keynesian approach

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.351

Diego Garcia Angelico, Giuliano Contento de Oliveira

423-445

PDF (Português (Brasil))

Current Economic Issues

O que a análise dos tributos diretos no topo da distribuição nos informa sobre a desigualdade racial no Brasil?

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.370

João Pedro de Freitas Gomes, Ruth Pereira di Rada, Matias Rebello Cardomingo, Luiza Nassif-Pires, Clara Brenck

446-470

PDF (Português (Brasil))

PEC 65/2023 and the overlooked relationship between the Central Bank and the National Treasury

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.384

Larissa Naves Deus Dornelas

471-488

PDF (Português (Brasil))

Reviews

Industrialização e desindustrialização no Brasil: teorias, evidências e implicações de política

https://doi.org/10.33834/bkr.v10i2.380

André Roncaglia de Carvalho

489-495

PDF (Português (Brasil))

Make a Submission

Language

English

Português (Brasil)

Keywords

Open Journal Systems

Platform &
workflow by
OJS / PKP

2695-7035

I|R|E|P
International Review of Economic Policy

VNIVERSITAT DE VALÈNCIA

Vol. 6 Núm. 1 (2024)

PUBLICADO: 2024-07-10

ARTÍCULOS

Nuevo Consenso Macroeconómico, estancamiento y agenda económicos: el caso brasileño

Fernando Ferrari Filho, Fábio Henrique Bittes Terra
1-15

PDF

El verdadero 'puente hacia el futuro': desafíos y alternativas para la economía brasileña entre 2024 y 2026

Helder Lara Ferreira-Filho, Jefferson S. Fraga
16-34

PDF

Navegando los desafíos económicos y políticos: el tercer mandato de Lula en un mundo cambiante

Alessandro Donadio Miebach, Henrique Morrone, Henrique Morrone, Adalmir Marquetti, Adalmir Marquetti, Samuel Volkeis Leitew, Samuel Volkeis Leitew
35-49

PDF

El Nuevo Marco Fiscal de la Economía Brasileña: Teoría, Modelo y Evidencias Empíricas de un Régimen Fiscal (In)sostenible

Guilherme Jonas Costa da Silva, Vitor Hugo Santos Pinto, Fernando Motta Correia

50-68

PDF

Políticas industriales para revertir la desindustrialización prematura de la economía brasileña: una agenda para la discusión de políticas

Luiza Nascimento Evangelista de Sousa, José Luís da Costa Oreiro
69-88

PDF

El proyecto de Euro Digital. Implicaciones de Política Monetaria

Francisco del Olmo García, Carlos Fernando Rojas Traverso
89-111

PDF

ENVIAR UN ARTÍCULO

IDIOMA

English

Español

Català

Français (Canada)

Italiano

简体中文

Français (France)

Português (Portugal)

INFORMACIÓN

Para lectores/as

Para autores/as

Para bibliotecarios/as

PALABRAS CLAVE

ANTIPLAGIO (URKUND)

Envíe un correo electrónico adjuntando el documento a comprobar. En breve recibirá en su dirección de correo el informe de similitud llevado a cabo por el sistema antiplagio URKUND

Comprobar plagio

© 2024 UV. - Av. Blasco Ibáñez, 13. 46010 València. Espanya. Tel. UV: (+34) 963 86 41 00

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 42 No. 3 (2022)
Jul-Sep / 2022
Published August 17, 2022

Article

Managing Contagion: COVID-19, public health, and reflexive behavior

John B. Davis
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3405

View Article Abstract ▼

Productivity, investment and capital flow: the failure of growth with foreign savings in Brazil

Marcos Tostes Lamonica, Sergiany da Silva Lima
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3150

View Article Abstract ▼

Globalization, deglobalization and Brazil

Renato Baumann
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3357

View Article Abstract ▼

From the mainstream economics research frontier towards critical institutional political economy

Fernando García-Quero, Fernando López Castellano
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3334

View Article Abstract ▼

The evolution of thinking about the State in Peter Evans's view – a theoretical approach

Vinicius Peçanha
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3330

View Article Abstract ▼

A further deterioration of the Brazilian fiscal reaction in view of COVID-19

Eduardo Lima Campos, Rubens Penha Cysne, Alexandre L. Madureira

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3286

View Article Abstract ▼

Infrastructure, private expectations and investment

Jefferson S. Fraga, Marco Flávio da Cunha Resende
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3287

View Article Abstract ▼

Public banks and monetary policy: theory and some results based on state dependent local projections

André de Melo Modenesi, Nikolas Passos
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3280

View Article Abstract ▼

MERCOSUR in trade policy clusters: challenges and prospects

Alexandra Gennadyevna Koval, Ekaterina Konstantinovna Andrianova
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3288

View Article Abstract ▼

The role of capital movements in Latin American balance of payments in 1990-2019

Gustavo Burachik
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3355

View Article Abstract ▼

The twin deficit theory in a dynamic consistent stock-flow model for an open economy

André Mellini, Guilherme Jonas Costa da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3237

View Article Abstract ▼

Fiscal compliance and Behavioral Economics: an analysis of the influence of the decision context

Ana Carolina Astafieff da Rosa Costa, Morgana G. Martins Krieger, Yuna Fontoura
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3343

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por

MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

Vol. 8 No. 2 (2022): BKR

DOI: https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2

Published: 2022-12-29

Full Issue

- Full Issue

Editorial-Summary

Editorial

https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2.319

142-150

PDF (Português (Brasil))

Articles

The master's metamorphosis: Remarks on the intellectual Keynes' path

https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2.298

Frederico Mazzucchelli

151-183

PDF (Português (Brasil))

An alternative algorithm for mapping stable parameters in Stock-Flow Consistent (SFC) models

https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2.285

Júlio Fernando Costa Santos, Guilherme Jonas Costa da Silva

184-208

PDF (Português (Brasil))

Banking regulation in the United States after the world economic crisis of 2007/2008: economic immunity or false hopes

https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2.288

Daniela Freddo, Sulafa Nofal, Juliano Vargas

209-234

PDF

Current Economic Issues

Some remarks on the social and economic backsliding and the foreign sector stability

https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2.301

Miguel Carvalho, Vinícius Carneiro

235-247

PDF (Português (Brasil))

Argentina's new agreement with the IMF

https://doi.org/10.33834/bkr.v8i2.305

Marcelo Pereira Fernandes, Antonio José Alves Junior, Alexandre Jeronimo de Freitas, Rubia Christina Wegner

248-257

PDF (Português (Brasil))

Make a Submission

Language

English

Português (Brasil)

Keywords

Open Journal Systems

Platform &
workflow by
OJS / PKP

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 41 No. 4 (2021)
Oct-Dez/2021
Published November 11, 2021

Article

Government spending, the exchange rate and growth: empirical evidence for Latin America

Moritz Cruz, Josue Zavaleta
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3030

View Article Abstract ▼

Real exchange rate and Brazilian industry productivity in the long run: theory, model and evidence for the recent period

Kayo Cícero Quirino de Souza, Guilherme Jonas C. da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3158

View Article Abstract ▼

National Developmental State: the beginnings of historical-social procedurality and pioneering essays

Isaias Albertin de Moraes
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3233

View Article Abstract ▼

Methodological influence on Brazilian deindustrialization

Paulo César Morceiro
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3195

View Article Abstract ▼

Contractionary depreciations in Latin America during the 2000s

Martín Montané, Emiliano Libman, Guido Zack
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3196

View Article Abstract ▼

Why we need an allocative (and resourceful) welfare state

Celia Lessa Kerstenetzky

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3356

View Article Abstract ▼

The dynamics of industrial geographic distribution: evidence from Brazil (2002-2014)

Roberta de Moraes Rocha, José Ewerton Silva Araújo

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3112

View Article Abstract ▼

An assessment of the debates over income distribution and growth in the Neo-Kaleckian literature

Sulafa Nofal

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3165

View Article Abstract ▼

The reswitching of techniques and its epistemological implications: a deepening of criticism

Alain Herscovici

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3156

View Article Abstract ▼

Sraffa and the "laws of returns": an analysis of the 1925-1926 articles

José Maria Dias Pereira

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3216

View Article Abstract ▼

Debate

Retirements and pensions in Brazil: progressive or regressive?

Rodolfo Hoffamann

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3301

View Article Abstract ▼

Population aging and inequality – Reply to Hoffmann

Eliana Cardoso, Thais Peresh Dietrich, André Portela Souza

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3315

View Article Abstract ▼

Patronos

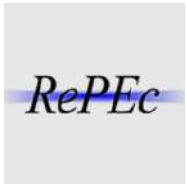
The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores



Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 40 No. 3 (2020)
Jul-Sep / 2020
Published June 22, 2020

Article

Walras in the light of Marx, Lacan and his own

Eleutério F. S. Prado
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-3128

View Article Abstract ▼

Dragon in the "backyard": China's investment and trade in Latin America in the context of crisis

Roberto Goulart Menezes, Milton Carlos Bragatti
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-2963

View Article Abstract ▼

Targeting economic development with science and technology parks and gateway cities: Schumpeterian possibilities of new developmental states in fostering local and global development

Patricia Alencar Silva Mello, Mario Gomes Schapiro, Nelson Marconi
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3114

View Article Abstract ▼

Developmentalism as a comparative-historical model: From Friedrich List to Bresser-Pereira

Walid Tijerina
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3123

View Article Abstract ▼

Friedrich List and Dutch Disease: two sides of the same coin?

Kunibert Raffer
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3118

View Article Abstract ▼

The debate about Sraffian Supermultiplier Model and the future of heterodox growth models

Jose Luís da Costa Oreiro, Guilherme Jonas Costa da Silva, Júlio Fernando Costa Santos
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3049

View Article Abstract ▼

Lights and Shadows: a Keynes's view on the left

João Sicsú
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3025

View Article Abstract ▼

Agriculture in Kazakhstan: effective financial management

Madina Uspambayeva, Altay Zeinelgabdin, Bazhan Turebekova, Aliya Rakayeva, Anvar Tulaganov, Timur Taipov
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/10.1590/0101-31572020-3127

View Article Abstract ▼

Citizen's basic income and Kenya

Eduardo Matarazzo Suplicy, Mônica Dallari
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3085

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

v. 10 n. 01 (2022): Revista Economia e Políticas Púlbicas

Publicado: 18-08-2022

Sumário

Sumário

Revista Economia e Políticas Públicas

pdf

Apresentação

03-07

pdf

Artigos

INSTITUTIONAL VOIDS: UMA ANÁLISE TAXONÔMICA DE SUA INFLUÊNCIA NA PARALISAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO BRASIL

Eduardo Henrique Andrade de Paula, Daniel Jardim Pardini

09-43

pdf

ANÁLISE ESPACIAL DO TRANSBORDAMENTO DE RENDA: RELAÇÃO ENTRE GESTÃO FISCAL E RENDA

Greice Morais Dalla Corte, Renata Cattelan, Cármem Ozana de Melo

45-69

pdf

DESIGUALDADE E TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTOS NO BRASIL E DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS

Luiz Antônio de Matos Macedo, Geraldo Antônio dos Reis

71-94

pdf

RISCO DE CRISE FISCAL: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS A PARTIR DO MODELO PAINEL PROBIT

Cesar Ricardo Piorski, Guilherme Jonas Silva

95-117

pdf

IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Henrique Vieira Gomes, Anna Karine Moitas, Sabrina Leitão Mainardi

119-138

pdf

AVALIAÇÃO DOS FATORES PSICOSSOCIAIS NA ACEITAÇÃO DE TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI) NA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Luiz Henrique Lima Faria, Eduardo Valentin Cozzer

139-156

pdf

PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPEs) EM COMPRAS DE UMA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

João Guilherme Magalhães, Felipe Fróes Couto, Ernane Neves de Paiva

157-182

pdf

O CONSUMO NA CIDADE DE SÃO PAULO EM CENÁRIO DE PANDEMIA: INVESTIGAÇÃO DO PERÍODO DE MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021

Natânia Silva Ferreira, Sueli de Sousa

183-207

RISCO DE CRISE FISCAL: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS A PARTIR DO MODELO PAINEL PROBIT

Cesar Ricardo Piorski
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Guilherme Jonas Silva
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

DOI: https://doi.org/10.46551/epp2021934

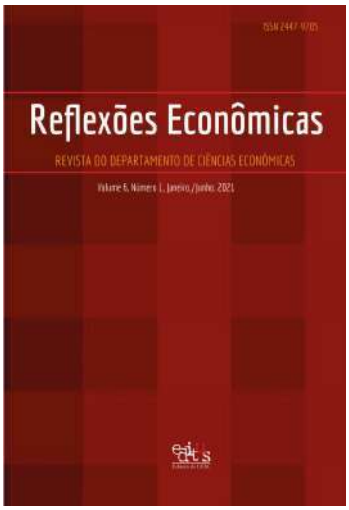
Resumo

Resumo

O presente trabalho tem como o objetivo calcular o risco de crise fiscal dos municípios do Estado de Minas Gerais, a partir de um conjunto de indicadores de receitas e despesas, tendo como referência o período 2002 a 2016, utilizando para isso a metodologia painel probit. Os resultados encontrados,apontam que percentuais elevados de despesas com juros e encargos, assim como as despesas com pessoal e seus encargos,contribuem positivamente para o aumento do risco de crise fiscal, ao passo que sob a ótica das receitas, apenas as receitas de capital contribuem para diminuir o risco de crise.Os resultados obtidos a partir do efeito marginal, apontam que a sensibilidade da variável mostra-se mais relevante que a proporção da mesma para explicar um quadro de crise fiscal.

Palavras-chave: Crise Fiscal, Finanças Públicas, Painel Probit.

Reflexões Econômicas



DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v6i1

Publicado: 2021-11-15

Artigos

40 ANOS DE ESTAGNAÇÃO

O BRASIL E ARMADILHA DE RENDA MÉDIA

Yasmin S. de Oliveira

1-25

PDF

EFICIÊNCIA TÉCNICA E DE ESCALA DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MESORREGIÃO SUL DO CEARÁ

Manoel Alexandre de Lucena, Eliane Pinheiro de Sousa

26-43

PDF

CRISE ECONÔMICA, FRAGILIDADE FISCAL E GESTÃO EFICIENTE NO PERÍODO DE 2012 E 2018

Experiência Recente do Município de Bebedouro (SP)

Marina Carmagnani Lopes, Guilherme Jonas Costa da Silva

44-61

PDF

PERFIL INDUSTRIAL DAS EXPORTAÇÕES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E A HIPÓTESE DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Leonardo Sangoi Copetti, Daniel Arruda Coronel

62-81

PDF

CUSTOS DE TRANSAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO TOMATE DE MESA

O CASO DOS PRODUTORES DE GOIANÁPOLIS – GO, BRASIL

José Wellington Abreu Pereira, Cleyzer Adrian da Cunha, Alcido Elenor Wander

82-94

PDF

DINÂMICA DA DEFASAGEM ESPAÇO TEMPORAL DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA DO FEIJÃO NOS MUNICÍPIOS CEARENSES ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2016

DEUSIMAR LIRA CAVALCANTE FILHO, KILMER COELHO CAMPOS, ALEXSANDRE LIRA CAVALCANTE

95-117

PDF

Idioma

Português (Brasil)

English

Español (España)

Français (Canada)

Enviar Submissão

QUALIS
2017-2020
B2

Palavras-chave

Open Journal Systems

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Edição Atual

ATOM 1.0

RSS 2.0

RSS 1.0

Google Academic

Platform & workflow by OJS / PKP

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas - Sistema de Bibliotecas

v. 28 n. 1 (2019)

Publicado em outubro 14, 2019

jan./abr. [65]

Apresentação

Daniela Magalhães Prates i-ii
Apresentação

PDF

Artigos

Octavio A. C. Conceição, Carlos Roberto Gabriani 1-23
Institucionalistas e pós-keynesianos: ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna

PDF

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho 25-29
Quarenta anos de Escola Francesa da Regulação: entre o marxismo e o institucionalismo histórico

PDF

André Roncaglia de Carvalho, João Machado Borges Neto 31-51
A economia monetária de Cantillon e o debate moderno entre ortodoxia e heterodoxia

PDF

Eduardo Angeli 53-70
Os usos do individualismo por James Buchanan

PDF

Ricardo Azevedo Araujo, Matheus Silva de Paiva, Guilherme Jonas Costa da Silva 71-87

Causação cumulativa, progresso tecnológico endógeno e taxa de câmbio real em uma abordagem dinâmica de mudança estrutural *

PDF

Ludmila Macedo Corrêa, Eduardo Costa Pinto, Marta dos Reis Castilho 89-122

Mapeamento dos padrões de atuação dos países nas cadeias globais de valor e os ganhos em termos de mudança estrutural

PDF

Virginia Laura Fernández, Marcelo Luiz Curado 123-151

Matriz de competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras

PDF

Elohá Cabreira Brito, Eliane Cristina de Araújo, Elisangela Luzia Araujo 153-175

Inter-relações entre a dívida pública e política monetária no Brasil: uma análise histórica

PDF

Carmem Feijo, Marcos Tostes Lamônica, Serigiano Silva Lima 177-200

Financial liberalization and structural change: the Brazilian case in the 2000s

PDF (English)

André Moreira Cunha, Marcos Tadeu Caputi Lélis, Pedro Perfeito da Silva, Lucas Ulguim Lopes 201-226

Ciclos financeiros e o comportamento do crédito no Brasil nos anos 2000: Financial cycles and the credit market in Brazil during the 2000s

PDF

Carlos Henrique Horn, Fernanda Feil 227-254

Instituições financeiras de desenvolvimento regional e os desafios do Sistema Nacional de Fomento

PDF

Luciana Pacheco Trindade Lacerda, Alexandre Nunes Almeida 255-283

Diferenciais de rendimento entre os setores de serviços e da indústria no Brasil: uma análise de decomposição

PDF

Resenha

Ademar Ribeiro Romeiro

285-289

Evitar o colapso ambiental requer o fim do capitalismo?

PDF

Signatário

Edição Atual

ATOM 1.0
RSS 2.0
RSS 1.0

Palavras-chave

Qualis 2017-2020

QUALIS A2

(cc) BY-NC

Econ. Soc., Campinas (SP) - ISSN 1982-3533.

Universidade Estadual de Campinas
Sistema de Bibliotecas / Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 - 1º andar - Biblioteca Central César Lattes
13089-859 - Campinas - SP

Cariniana Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital
Crossref doi ORCID turnitin

Platform & workflow by OJS / PKP

v. 5 n. 1 (2019)

Publicado: 2019-10-14

Editorial

Sumário e Expediente

pdf

Editorial

1

pdf

Artigos

Discriminação e Classificação da Exclusão Financeira a partir da Análise de Agrupamentos e Redes Neurais

José Leonardo Ribeiro Macrini, Roberto Salvador Santolin, Cinthia Rodrigues de Oliveira, Teofilo Henrique Pereira de Paula

2-19

pdf

Economia e Criminalidade: uma Análise de Dados em Painel das Mesorregiões de Minas Gerais no Período 2005-2007

Paula Andrea do Valle Hamberger, Vanessa Marzano Araujo, Ana Claudia Marques do Valle, DRA.

20-34

pdf

Consolidação Fiscal, Multiplicadores Fiscais e a Curva de Laffer Ampliada: uma Abordagem a partir das Receitas e Despesas Públicas

Benito Adelmo Salomão, Guilherme Jonas Costa Silva

35-48

pdf

Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura

Fernanda Machado Ferreira, Leandro Lombardi, Maico Roris Severino, Claudia Regina Rosal Carvalho, Flávia Rezende Campos

49-69

pdf

Enviar Submissão

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Open Journal Systems

Revista de Economia do Centro-Oeste [REOESTE] - ISSN: 2447-231X

Classificação Qualis Capes: B2 - Economia (Qualis 2017/2020)

Universidade Federal de Goiás

FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Campus Samambaia, n/nº. Goiânia-GO. CEP: 74.690-900. Tel.: (+55) 62-3521-1390

Indexadores:

Platform &
workflow by
OJS / PKP

REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – RDE

Ano XXI - V. 2 - N. 43 - Agosto de 2019

Sumário

EXPEDIENTE PDF

EDITORIAL PDF
Noelio Dantaslé Spinola

Número Completo

RDE - AGOSTO DE 2019 (PDF com Capa e Artigos) PDF

Artigos

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE IPIRANGA/PR PDF
Marcio Henrique Coelho, Suzana Aparecida Xavier, Marcio Marconato

O SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PDF
Mygre Lopes da Silva, Rodrigo Abbade da Silva, Daniel Arruda Coronel, Pascoal José Marion Filho

A ARTICULAÇÃO DOS FLUXOS ECONÔMICOS INTERESTATAIS REALIZADO PELAS CIDADES-GÊMEAS DE GUAJARÁ-MIRIM (RONDÔNIA) E GUAYARAMERÍN (BENI) PDF
Leonardo Luiz Silveira da Silva, Alexandre Magno Alves Diniz

VIÉS DE GÊNERO NO ACESSO E NA INTENSIDADE DE USO DA INTERNET PELA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E FATORES ASSOCIADOS (20052015) PDF
Raquel Rangel de Meireles Guimarães, Aline Cristina Cruz, Nayara Abreu Julião

UMA AVALIAÇÃO PARA MÉDIA COMPLEXIDADE DO PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS (PDR/MG) PDF
Suzana Quinet de Andrade Bastos, Bruno Silva Gomes, Rafaela Santos Bonioli

DESACELERAÇÃO, INDÚSTRIA E DEMOGRAFIA NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA PDF
Benito Adelmo Salomão Neto, Guilherme Jonas Costa da Silva

COMPLEXIDADE ECONÔMICA REGIONAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE DADOS DE EMPREGO PDF
Mayra Batista Bitencourt Fagundes, Ernani de Almeida Silva Júnior, Adriano Marcos Roodrigues Figueiredo, João Victor Machado

BUSCA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS COM BASE EM DADOS DE PATENTES: UM ESTUDO PROSPECTIVO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB) PDF
Liziene Quadro Siqueira, Luiz Antonio da Silva Gonçalves, Astria Dias Ferrão-Gonzales, Eduardo Muniz Santana Bastos

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL NORDESTINO PDF
Marcos Paulo Mesquita da Cruz, Vitor Hugo Miro Silva, Robério Telmo Campos, Celina Santos Oliveira, Arley Rodrigues Bezerra

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM MUNICÍPIOS RECEPTORES DE PARQUES EÓLICOS: UMA ANÁLISE COM ÍNDICES FIRJAN PDF
Silvia Helena Albuquerque Sales

Senha
Lembrar usuário
Acesso

IDIOMA
Português (Brasil)

CONTEÚDO DA REVISTA
Pesquisa
Todos
Pesquisar

Procurar
- Por Edição
- Por Autor
- Por título
- Outras revistas

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES
- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

COEXISTÊNCIA ENTRE O PASSADO E O FUTURO: TRANSFORMAÇÕES URBANO-ESTRATÉGICA DA PRAIA DO FORTE – BA PDF
Ana Licks Almeida Silva, Marcia M. Couto Mello, Joanna Lima de Almeida Minalez

ECOLOGIA POLÍTICA URBANA NO ESTUDO DA CIDADE SEGREGADA LATINO-AMERICANA PDF
Aura Luz Fernandez Abarca, Lucia Maria Moraes

PANORAMA DA VIOLÊNCIA EM SALVADOR E A TEORIA DO STATUS CRIMINÓGENO - UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE CRIMINAL PDF
Carlos Augusto Alves Marx, Carolina de Andrade Spinola, Laumar Neves de Souza, José Gileá de Souza

MOBILIDADE URBANA VIVENCIADA POR ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA (EJA) GOIÂNIA: ESTUDO DE CASO PDF
Sandra Sena, José Leopoldo Jardim Filho, Pedro Araújo Pietrafesa

TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA ENTRE EMPRESA/UNIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS PDF
Leonardo Guerra de Rezende Guedes, Fernanda de Freitas Santos

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

Diretórios, Bases de Dados e Indexadores

DESACELERAÇÃO, INDÚSTRIA E DEMOGRAFIA NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Benito Adelmo Salomão Neto, Guilherme Jonas Costa da Silva

Resumo

O Brasil apresentou uma notável redução das suas taxas de crescimento a partir da década de 1980. Vários trabalhos que avaliam o comportamento de longo prazo do produto da economia brasileira, apontam fatores como trabalho como elementos que explicam o crescimento das economias. Curiosamente a população econômica ativa dobrou no período em questão, e a economia brasileira apresentou baixas taxas de crescimento. A hipótese deste artigo é que uma mudança estrutural do mercado de trabalho, causada pela expansão demográfica, consiste em uma das causas da estagnação do crescimento econômico, uma vez que a geração de empregos no setor de serviços, cujos retornos de escala são decrescentes, superou em muito o emprego gerado no setor de manufatura. As estimações realizadas por MQO e GMM em séries de tempo, mostram que em geral, os efeitos do emprego industrial sobre o produto, é em média de duas a três vezes maior em relação ao emprego gerado nos serviços.

Palavras-chave

Crescimento; Emprego; Serviços; Indústrias; Solow

Texto completo: PDF

Vol. 5 No. 1 (2019)

DOI: https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1

Published: 2019-09-21

Full Issue

- PDF

Editorial-Summary

Editorial-Summary

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.207

1-17

PDF (Português (Brasil))

Articles

Determinants of consumer confidence and monetary policy dynamics in Brazil

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.165

Rafaela Maiara Caetano, Cleomar Gomes da Silva

18-42

PDF (Português (Brasil))

External shocks and financial imbalances: an interpretation of the Brazilian crisis

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.167

Martin Branco Kirsten, Henrique Morrone

43-68

PDF (Português (Brasil))

The irrationality of Petrobras' divestments in refining

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.176

Cássio Garcia Ribeiro, Guilherme Jonas Costa da Silva, Francielly de Fátima Almeida

69-98

PDF

Debt patterns of the peripheral economies of Europe: from the increased growth post-implementation of the Euro to the Great Recession

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.182

Yasmim Dalila Barbant, Leonardo Flauzino de Souza

99-125

PDF

The theoretical basis of the CGIL's analysis of the Italian economic decline

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.184

Guglielmo Forges Davanzati, Nicolo Giangrande

126-153

PDF

Current Economic Issues

The anacronic economic agenda of the Bolsonaro Government

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.200

Ricardo Carneiro

154-173

PDF (Português (Brasil))

Why economic recovery is the slowest in Brazilian history?

https://doi.org/10.33834/bkr.v5i1.204

Manoel Carlos Pires, Bráulio Borges, Gilberto Borça Jr.

174-202

PDF (Português (Brasil))

Make a Submission

Language

English

Português (Brasil)

Keywords

Open Journal Systems

Platform &
workflow by
OJS / PKP

Publicado: 2018-12-13

Artigos

200 ANOS DE MARX: CONTRIBUIÇOES AO PENSAMENTO ECONOMICO

Rosalina Lima Izepão, Eloha Cabreira Brito (Autor)

1-11

PDF

CRESCIMENTO E EVOLUÇÃO DOS SUICÍDIOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS: UTILIZANDO DURKHEIN E ECONOMETRIA ESPACIAL

André Cutrim Carvalho, David Ferreira Carvalho (Autor)

12-24

PDF

MEDIDAS INSTITUCIONAIS E ESTÍMULOS INOVATIVOS AO SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS: um estudo entre os anos 1950-2014 à luz das políticas públicas brasileiras.

William José Borges, Silvio Antonio Ferraz Cario, JOSE PAULO DE SOUZA (Autor)

25-41

PDF

Vinte Anos de Regulação no Setor de Telecomunicações Brasileiro

Robson Luis Mori (Autor)

42-50

PDF

AS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: uma análise para a região Nordeste do Brasil com relação ao perfil dos beneficiários

Thais Andreia Araujo de Souza (Autor)

51-65

PDF

ALOCAÇÃO EQUITATIVA NA SAÚDE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA

Rafaella Stradiotto Vignandi, Mateus Boldrine Abrita (Autor)

66-78

PDF

Bureaucracy, External Trade and Long-Term Growth in a Balance-of-Payments Constrained Growth Model

Guilherme Jonas Costa da Silva, Lívia Abrão Steagall Pirtouscheg, Fernanda Ferreira Fernandes Fávaro (Autor)

79-93

PDF

Progresso tecnológico e distribuição de renda em Nicholas Kaldor e Celso Furtado: lições para Brasil

Fabricio Jose Missio, Hugo Carcanholo Iasco Pereira (Autor)

94-105

PDF

Open Journal Systems

Creative commons

Idioma

English

Português (Brasil)

Español (España)

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Platform &
workflow by
OJS / PKP

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA DE ECONOMIA
Universidade Federal do Paraná

(https://revistas.ufpr.br/economia/index)

v. 39 n. 68 (2018)

(https://revistas.ufpr.br/economia/issue/view/2832)

PUBLICADO: 2019-07-08

ARTIGOS

Análise exploratória da produção de conhecimento na região Sul do Brasil e as relações universidade-empresa (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/48892)

Vanessa Parreiras Oliveira, Tulio Chiarini, Márcia Siqueira Rapini, Pablo Felipe Bittencourt

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/48892/38874)

Simbiose entre indústria e serviços intermediários: a mudança na dinâmica setorial contemporânea brasileira (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/61145)

Adilson Giovanini, Marcelo Arend

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/61145/38875)

Teoria das áreas monetárias ótimas: uma análise de cluster e redes neurais artificiais para o Mercosul (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67884)

Luiz Carlos Ribeiro Neduziak

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67884/38876)

Criptoativos: Uma Análise do Comportamento e da Formação do Preço do Bitcoin (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67885)

Tatiana Silveira Camacho, Guilherme Jonas Costa da Silva

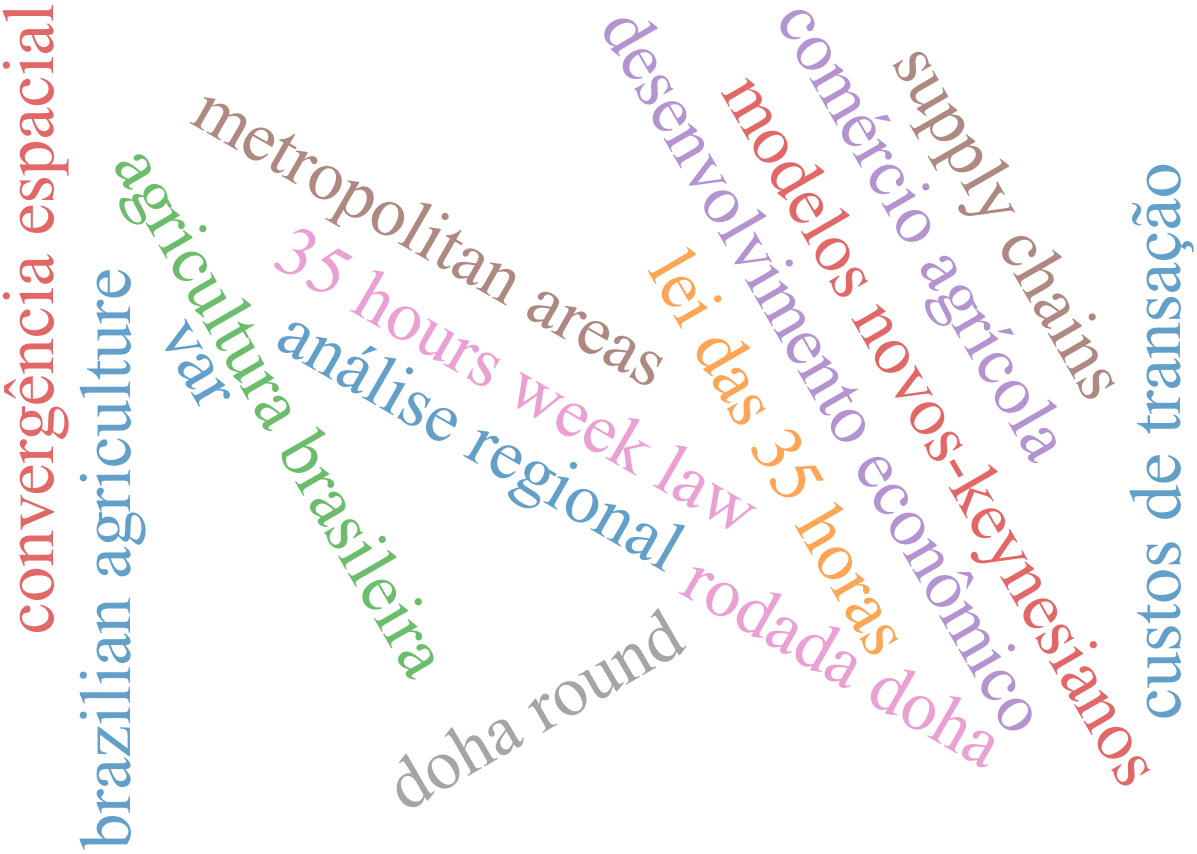
PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67885/38877)

Dinâmica econômica, bolhas especulativas e transformações estruturais: das inovações tecnológicas à instabilidade financeira (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67886)

Luciano Ferreira Gabriel, Jefferson Fraga

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67886/38878)

PALAVRAS-CHAVE



IDIOMA

English (https://revistas.ufpr.br/economia/user/setLocale/en_US?source=%2Feconomia%2Fissue%2Fview%2F2832)

Español (España) (https://revistas.ufpr.br/economia/user/setLocale/es_ES?source=%2Feconomia%2Fissue%2Fview%2F2832)

Português (Brasil) (https://revistas.ufpr.br/economia/user/setLocale/pt_BR?source=%2Feconomia%2Fissue%2Fview%2F2832)

ENVIAR SUBMISSÃO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ABOUT/SUBMISSIONS)

Revista de Economia
ISSN 0556-5782 | e-ISSN 2316-9397

Indexadores (Bases, diretórios e portais)
ARDI (https://www.wipo.int/ardi/en/) | BASE (https://www.base-search.net/Search/Results?type=all&lookfor=%220556-5782%22&ling=0&name=&thes=&refid=dcresen&newsearch=1) | Cite Factor (https://www.citefactor.org/journal/index/7849/revista-de-economia#.YMopc6hKiHs) | Diadorim (https://diadorim.ibict.br/handle/1/884) | Dimensions (https://app.dimensions.ai/discover/publication?and_facet_source_title=jour.1142893&search_mode=content&search_text=%22revista%20de%20economia%22&search_type=kws&search_field=full_search&order:aggr=mean) | ERIH PLUS (https://kanalregister.hkdir.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info.action?id=473934) | EZB | Genamics (https://genamics.com/) | Google Scholar (https://scholar.google.com.br/citations?user=5VC8-gMAAAAJ&hl=pt-BR&authuser=1) | ISSN (https://portal.issn.org/resource/ISSN/2316-9397) | Journal 4-free (http://www.journals4free.com/link.jsp?l=18802534) | Latindex (https://www.latindex.org/latindex/ficha?folio=30632) | LivRe (https://livre2.cnen.gov.br/Inicial.asp) | OAJI (http://oaji.net/journal-detail.html?number=10814) | Open Air | Periódicos CAPES (https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=CAPES_SFX_OPEN110978984075691&vid=CAPES_V3&search_scope=default_scope&tab=default_tab&lang=pt_BR&context=L) | REDIB (https://redib.org/Record/oai_revista6185-revista-de-economia) | ROAD (https://road.issn.org/) | Sherpa Romeo (https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/40510) | Socol@r | Sumários (https://www.sumarios.org/revista/revista-de-economia-0) | World Wide Science (https://worldwidescience.org/)

Platform &
workflow by
OJS / PKP
(https://revistas.ufpr.br/econ

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA DE ECONOMIA
Universidade Federal do Paraná

(https://revistas.ufpr.br/economia/index)

v. 39 n. 70 (2018)

(https://revistas.ufpr.br/economia/issue/view/2834)

PUBLICADO: 2019-07-12

ARTIGOS

Industrialização e ideias econômicas no Paraná entre 1950 e 1970 (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67901)
Leonardo Antonio Santin Gardenal, Guilherme Grandi

ARQUIVO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67901/38917)

O papel das exportações e do Sistema Nacional de Inovação no crescimento econômico do Brasil (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67902)
Luciano Ferreira Gabriel, Fabrício Missio

ARQUIVO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67902/38918)

Commodity Prices and Exchange Rate in Export-Led Growth Model: An Analysis of Bilateral Trade Between Brazil and China (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67903)
Guilherme Jonas Costa da Silva, Douglas Dias Braz

ARQUIVO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67903/38919)

Determinantes da duração do Ministro da Fazenda no Brasil de 1994 a 2017 a partir de um modelo Weibull (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67905)
Amanda Nakata, Diogo de Prince Mendonça, André Roncaglia de Carvalho

ARQUIVO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67905/38920)

Fragmentação internacional da produção e sofisticação das exportações: uma análise a partir dos fluxos de comércio do Mercosul entre 1994 e 2012 (https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/67906)
Kaio Glauber Vital da Costa

ARQUIVO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ARTICLE/VIEW/67906/38921)

PALAVRAS-CHAVE

IDIOMA

English (https://revistas.ufpr.br/economia/user/setLocale/en_US?source=%2Feconomia%2Fissue%2Fview%2F2834)

Español (España) (https://revistas.ufpr.br/economia/user/setLocale/es_ES?source=%2Feconomia%2Fissue%2Fview%2F2834)

Português (Brasil) (https://revistas.ufpr.br/economia/user/setLocale/pt_BR?source=%2Feconomia%2Fissue%2Fview%2F2834)

ENVIAR SUBMISSÃO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/ECONOMIA/ABOUT/SUBMISSIONS)

Revista de Economia
ISSN 0556-5782 | e-ISSN 2316-9397

Indexadores (Bases, diretórios e portais)
ARDI (https://www.wipo.int/ardi/en/) | BASE (https://www.base-search.net/Search/Results?type=all&lookfor=%220556-5782%22&ling=0&name=&thes=&refid=dcresen&newsearch=1) | Cite Factor (https://www.citefactor.org/journal/index/7849/revista-de-economia#.YMopc6hKiHs) | Diadorim (https://diadorim.ibict.br/handle/1/884) | Dimensions (https://app.dimensions.ai/discover/publication?and_facet_source_title=jour.1142893&search_mode=content&search_text=%22revista%20de%20economia%22&search_type=kws&search_field=full_search&order:aggr=mean) | ERIH PLUS (https://kanalregister.hkdir.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info.action?id=473934) | EZB | Genamics (https://genamics.com/) | Google Scholar (https://scholar.google.com.br/citations?user=5VC8-gMAAAAJ&hl=pt-BR&authuser=1) | ISSN (https://portal.issn.org/resource/ISSN/2316-9397) | Journal 4-free (http://www.journals4free.com/link.jsp?l=18802534) | Latindex (https://www.latindex.org/latindex/ficha?folio=30632) | LivRe (https://livre2.cnen.gov.br/Inicial.asp) | OAJI (http://oaji.net/journal-detail.html?number=10814) | Open Air | Periódicos CAPES (https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=CAPES_SFX_OPEN110978984075691&vid=CAPES_V3&search_scope=default_scope&tab=default_tab&lang=pt_BR&context=L) | REDIB (https://redib.org/Record/oai_revista6185-revista-de-economia) | ROAD (https://road.issn.org/) | Sherpa Romeo (https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/40510) | Socol@r | Sumários (https://www.sumarios.org/revista/revista-de-economia-0) | World Wide Science (https://worldwidescience.org/)

Platform &
workflow by
OJS / PKP
(https://revistas.ufpr.br/econ

v. 22 n. 1 (2018): POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: configurações, dilemas e perspectivas contemporâneas

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1

Publicado: 2018-06-28

Expediente

Expediente

Editor da Revista Políticas Públicas

PDF

Editorial

Editorial

Raimunda Nonata do Nascimento Santana, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa

15-20

PDF

Artigos - Dossiê Temático

AGENDA GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS CULTURAIS: ascensão e mudanças na policy image do Plano Nacional de Cultura

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p21-41

Samira Chedid, Ana Cláudia Niedhardt Capella

21-41

PDF

CULTURA, PATRIMONIALIZAÇÃO E DESIGUALDADE NO BRASIL E NA ÁFRICA AUSTRAL

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p41-62

Antonio Evaldo Almeida Barros

41-62

PDF

DEIXA A GIRA GIRAR: proteção e preservação do patrimônio cultural das religiões afro-brasileiras

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p63-86

Maria Inês Caetano Ferreira, Walkyria Chagas da Silva Santos

63-86

PDF

DESAFÍOS DE LAS POLÍTICAS CULTURALES EN LA CONSTRUCCIÓN DE PAZ: consideraciones sobre multiculturalidad e interculturalidad

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p87-110

Monica Cristina Moreno-Cubillos

87-110

PDF

DE SOFTWARE PARA AUDIOVISUAL: as infl uências da Abragames na formulação de políticas públicas culturais para jogos digitais no Brasil

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p111-136

Pedro Santoro Zambon, Juliano Maurício de Carvalho

111-136

PDF

DO DIREITO CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p138-154

Patrícia Silva Dorneles, Claudia Reinoso Araújo de Carvalho, Ana Cecília Chaves Silva, Vânia Mefano

138-154

PDF

EXPERIÊNCIAS E CRIAÇÕES DE POLÍTICAS CULTURAIS NO PONTO DE CULTURA RECREIO DAS ARTES, SOBRAL-CE

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p155-172

Fátima Regina Portela de Menezes

155-172

PDF

ENTRE COPACABANA E MARQUÊS DE SAPUCAÍ: os rumos dos incentivos culturais no Rio de Janeiro

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p173-196

Mauro Macedo Campos, Luiza Oliveira Marquezine

173-196

PDF

NO MORE OF THE SAME: the rise and fall of multiculturalism in Brazil

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p197-216

Livio Sansone

197-216

PDF

O VALE CULTURA NA VISÃO DE GESTORES DE EMPRESAS DE UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p217-236

Ana Clara Ferreira Marques, Maria Glória Dittrich, Micheline Ramos de Oliveira, Flávio Ramos

217-236

PDF

POLÍTICA CULTURAL EM TEMPO DE CRISE: o Ministério da Cultura no Governo Temer

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p239-260

Alexandre Barbalho

239-260

PDF

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL: perspectiva histórica

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p259-284

Arkley Marques Bandeira

259-284

PDF

RAÇA E GÊNERO NO CAMPO PÚBLICO DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL BRASILEIRO: mapeamento de policy makers

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p285-306

Eloiza Mara Silva

285-306

PDF

REDES E ATIVISMO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: a construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p307-330

Luciana Conrado Martins, Oswaldo Gonçalves Junior

307-330

PDF

UMA ANÁLISE DA INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA A PARTIR DO PROGRAMA CULTURA VIVA: perspectivas pela Companhia Quartum Crescente

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p331-356

Renan Gustavo Magalhães

331-356

PDF

Entrevista

ESTADO, GOVERNOS E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL - ENTREVISTA ESPECIAL COM Lia Calabre

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p357-362

Antonio Evaldo Almeida Barros

357-362

PDF

Resenha

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello (Orgs.). Políticas Culturais: conjunturas e territorialidades. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e Observatório Itaú Cultural, 2017.

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p363-370

Aldina da Silva Melo

363-370

PDF

Artigos - Temas livres

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL: um instrumento de controle e participação social

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p371-394

Marcus Vinicius Gonçalves da Silva, Amanda Cristina Pasqualini Peron, Marcio Eduardo Zuba, Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza, Décio Estevão do Nascimento, Marília de Souza

371-394

PDF

ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p397-415

Roberto de Sousa Miranda, Luis Henrique Herminio Cunha

397-415

PDF

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NOS INSTITUTOS FEDERAIS

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p415-442

Amanda Marques de Oliveira Gomes, Guiomar de Oliveira Passos

415-442

PDF

CONTRADICCION CAPITAL-TRABAJO Y CUESTION SOCIAL EN EL PROYECTO NEOLIBERAL

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p445-465

Olga Pérez Soto, Arelys Esquenazi Borrego

445-465

PDF

ESTADO, PLANEJAMENTO E FUNDO PÚBLICO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p465-482

Isabela Ramos Ribeiro

465-482

PDF

GUERRA CAMBIAL E COMPETITIVIDADE DO SETOR EXPORTADOR BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE: uma avaliação a partir da Teoria de Relações Internacionais (TRI)

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p486-524

Guilherme Jonas Costa da Silva, Inês dos Santos Silva

486-524

PDF

MICRODADOS RAIS E ESTUDOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p523-544

Valdenice Portela Silva, Marcus Eugênio Oliveira Lima
523-544

PDF

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS QUILOMBOS NO BRASIL: da Colônia ao Governo Michel Temer

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p545-564

Cássius Dunck Dalosto, João Augusto Dunck Dalosto
545-564

PDF

POLÍTICAS SOCIAIS HABITACIONAIS RURAIS NO SUL DE SANTA CATARINA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p565-596

Juliane Possamai Gonçalves, Miguelangelo Gianezini, Dimas de Oliveira Estevam
565-596

PDF

RESERVA DE VAGAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: refl exões sobre a verifi cação de fenótipo para os autodeclarados pretos e pardos

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p597-613

Reijane Pinheiro da Silva, Cássia Araújo Moraes Braga
597-613

PDF

Open Journal Systems

Enviar Submissão

Idioma

English

Español (España)

Français (Canada)

Italiano

Português (Brasil)

Palavras-chave

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Edição Atual

ATOM 1.0

RSS 2.0

RSS 1.0

ARTIGOS MAIS LIDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E REPARAÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA: políticas de igualdade racial e educação
1349

QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL
1139

ENSAIO INICIAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: indicações políticas para a política de assistência social
1118

ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS INCENTIVADOS PELA LEI DE INCENTIVO À CULTURA
948

HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução: Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2018. 144 p.
833

FAMILISMO E POLÍTICA SOCIAL: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira
563

CAIO PRADO JUNIOR. “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Colônia”
554

SENTIDO E VALOR DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE MAX WEBER
490

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O SENTIDO HISTÓRICO DA PANDEMIA COVID 19
485

A ADMISSIBILIDADE DA TORTURA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA
443

AJUSTE FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora
413

REDUÇÃO DE DANOS E SUA POTENCIALIDADE COMO FERRAMENTA ANTIRRACISTA NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
412

MULHERES E DIREITOS HUMANOS: uma perspectiva normativa acerca do enfrentamento da violência de gênero
405

O DOMÍNIO DA NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO DETERMINANTE DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO
394

A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS GLOBAIS NA ÍNDIA
384

FREITAS, Luis Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.
381

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições para o debate
377

POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI
366

POLITICAS PÚBLICAS PARA DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES: situação atual e Educação como alternativa
361

Expediente
352

LivRe Periódicos de livre acesso
Cariniana Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital

Platform & workflow by OJS / PKP

revistas UNAM (http://www.revistas.unam.mx/)

DOI: https://doi.org/10.22201/fe.01851667p.2018.306 (https://doi.org/10.22201/fe.01851667p.2018.306)

Publicado: 2018-12-17

Vol. 77 Núm. 306 (2018)

ARTÍCULOS

GROWTH THEORY AS AN UNWANTED CHILD OF MACRO-DYNAMICS (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/67802)

Lionello F. Punzo

3-20

PDF

A SFC POLITICAL BUSINESS CYCLE: KALECKI'S 1943 MODEL REVISITED (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/67907)

Eloy Fisher

21-43

PDF

¿DEBE LA FED REACCIONAR ANTE LA INFLACIÓN DE LOS ACTIVOS FINANCIEROS? (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/67932)

Nancy Muller Durán

44-73

PDF

FURTADO VS. PREBISCH: A LATIN AMERICAN CONTROVERSY (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/67908)

Pedro Cezar Dutra Fonseca, Ivan Colangelo Salomão

74-93

PDF

INDUSTRY, COMPETITIVENESS, EXTERNAL TRADE AND GROWTH ACCELERATION (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/68003)

Guilherme Jonas Costa da Silva, Camila do Carmo Hermida

94-124

PDF

ETHOS ECONOMICUS

ARISTÓTELES Y NIETZSCHE: LA ÉTICA EN EL TRABAJO ACADÉMICO Y CIENTÍFICO
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/article/view/67931)

Eduardo Loría

125-134

PDF

Idioma

English (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/user/setLocale/en_US?source=%2Findex.php%2Frie%2Fissue%2Fview%2F4897)

Español (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/user/setLocale/es_ES?source=%2Findex.php%2Frie%2Fissue%2Fview%2F4897)

Enviar un artículo
(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/about/submissions)

SJR

(https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=6400153148&tip=sid&exact=no)

Palabras clave

Open Journal Systems (http://pkp.sfu.ca/ojs/)

Compartir en

(/#facebook) (/#twitter) (/#email) (/#whatsapp)

(https://www.addtoany.com/share#url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.unam.mx%2Findex.php%2Frie%2Fissue%2Fview%2F4897&title=Vol.%2077%20N%C3%BAm

INVESTIGACIÓN ECONÓMICA, vol. 83, núm. 329, Verano 2024, es una publicación trimestral editada por la Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad Universitaria, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04510, México, Ciudad de México a través de la Facultad de Economía, Circuito Interior s/n, Ciudad Universitaria, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04510, México, Ciudad de México, Tel. 55 5622-2131. URL: https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie (https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie); correo electrónico: invecon@hotmail.com (mailto:invecon@hotmail.com)

Editor responsable: Ignacio Perrotini Hernández. Certificado de licitud de título: 4467; Certificado de licitud de contenido: 3623; Número de reserva: 295-90; ISSN impreso: 0185-1667; ISSN electrónico: 2594-2360.

Responsable de la última actualización de este número: Karina Navarrete Pérez, Coordinación de Publicaciones de la Facultad de Economía, Circuito Interior s/n, Ciudad Universitaria, Col. Copilco, Alcaldía Coyoacán, C.P. 04510, México, Ciudad de México, fecha de la última modificación: 25 de junio de 2024.

La responsabilidad de los trabajos firmados es de sus autores y no necesariamente reflejan una posición oficial de la Facultad. Se autoriza la reproducción total o parcial de los textos aquí publicados siempre y cuando se cite la fuente completa y la dirección electrónica de la publicación.

Sitio implementado por el equipo de la Subdirección de Revistas Académicas y Publicaciones Digitales de la Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial (https://www.publicaciones.unam.mx/servicios/) de la UNAM (https://www.unam.mx/) sobre la plataforma OJS3/PKP (https://pkp.sfu.ca/software/ojs/).

(https://www.revistas.unam.mx/index.php/rie/about/aboutThisPublishingSystem)

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 37 No. 3 (2017)
Jul-Sep / 2017
Published February 26, 2020

Article

Dutch Disease-cum-financialization booms and external balance cycles in developing countries

Alberto Botta
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a01

View Article Abstract ▼

On the explanation for the quasi-stagnation of the capitalist economy in Brazil

Eleutério F. S. Prado
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a02

View Article Abstract ▼

Transforming natural resources into industrial advantage: the case of China's rare earths industry

Carlos Aguiar de Medeiros, Nicholas M. Trebat
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a03

View Article Abstract ▼

Marxist economic theories and the Great Recession

Alex Wilhans Antonio Palludeto, Rogerio P. de Andrade
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a04

View Article Abstract ▼

Towards an intellectual history of evolutionary economics: competition and struggle versus cooperation and mutual aid

John Hall, Svetlana Kirdina-Chandler
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a05

View Article Abstract ▼

Law and Economic Institutionalism: notes on a promising research agenda

Diogo R. Coutinho
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a06

View Article Abstract ▼

Understanding and overcoming the "positive profits with negative surplus-value" paradox

Gustavo Daou Lucas, Franklin Serrano
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a07

View Article Abstract ▼

Impact of economic growth on international reserve holdings in Brazil

Mohammad Kashif, P. Sridharan, S. Thiyagarajan
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a08

View Article Abstract ▼

Pension reform and fully funded complimentary regime

Lena Lavinas, Eliane de Araújo
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a09

View Article Abstract ▼

The Multi-sectoral Thirlwalls Law with capital flows: an analysis of the national export plan (2015-2018) using computational simulations

Guilherme Jonas C. da Silva, Júlio Fernando Costa Santos, Lívia Nalesso Baptista
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a10

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

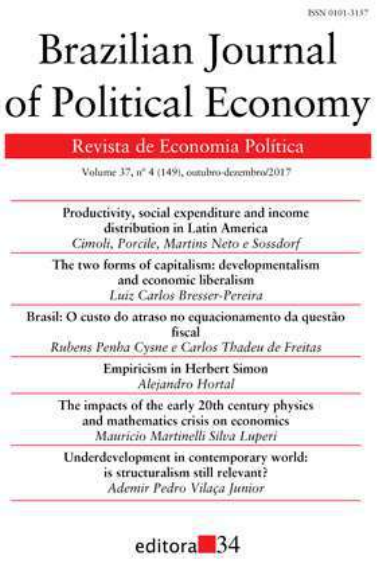
BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View



Vol. 37 No. 4 (2017)
Oct-Dec / 2017
Published February 26, 2020

Article

Productivity, social expenditure and income distribution in Latin America

Mario Cimoli, Gabriel Porcile, Antonio Martins Neto, Fernando Sossdorf
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a01

View Article Abstract ▼

The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a02

View Article Abstract ▼

Brazil: The cost of delaying fiscal consolidation Brazil: The cost of delaying fiscal consolidation

Rubens Penha Cysne, Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a03

View Article Abstract ▼

Empiricism in Herbert Simon: "Administrative Behavior" within the evolution of the Models of Bounded and Procedural Rationality

Alejandro Hortal
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a04

View Article Abstract ▼

The impacts of the early 20th century physics and mathematics crisis on contemporary economics discourse

Mauricio Martinelli Silva Luperi
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a05

View Article Abstract ▼

Underdevelopment in contemporary world: is structuralism still relevant?

Ademir Pedro Vilaça Junior
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a06

View Article Abstract ▼

The dynamic intensity of CO2 emissions: empirical evidence for the 20th century

Diego Carneiro , Guilherme Irffi
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a07

View Article Abstract ▼

The political economy of reforms and the present Chinese transition

Elias Jabbour, Alexis Dantas
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08

View Article Abstract ▼

Recent dynamics of Brazilian inflation in different environments of forward-looking expectations

Elano Ferreira Arruda, Maria Thalita Arruda Oliveira, Ivan Castelar
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a09

View Article Abstract ▼

Dismemberment of Municipalities: Impacts on the Municipal Legislative

Enlinson Mattos, Lucas Garcez
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a10

View Article Abstract ▼

Regional distribution of the National System of Innovation actors and economic development: an international comparison

Ulisses Pereira dos Santos
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a11

View Article Abstract ▼

The impact of the Chinese exchange policy on foreign trade with the European Union

Ana Cardoso, António Portugal Duarte
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a12

View Article Abstract ▼

Economic growth and structural change in a multi-sector and multilateral approach to balance-of-payments constrained growths

Ricardo Azevedo Araújo, Mateus Silva de Paiva, Júlio Fernando Costa Santos, Guilherme Jonas Costa da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a13

View Article Abstract ▼

Debate

Comments on the paper "The exchange rate as an instrument of economic development"

Rodolfo Hoffmann
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a14

View Article Abstract ▼

The exchange rate as an instrument of economic development: a dialogue with Professor Rodolfo Hoffmann

Lauro Mattei, Guilherme de Oliveira, Thaís Scaramuzzi

Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a15

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Brazilian Journal of Political Economy
Q2 Economics, Econometrics and Finance... best quartile
SJR 2023 0.32
powered by scimagojr.com

RePEc Google Scholar AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION ELSEVIER Scopus SciELO

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

ISSN 0798 1015

REVISTA ESPACIOS

Vol. 38 (Nº 46) Ano 2017. Pág. 25

Índice de defasagem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos Municípios de Minas Gerais: um estudo de caso para Uberlândia (MG). Brasil

Depreciation index of Urban Predial and Territorial Tax (IPTU) of Minas Gerais Municipalities: a case study for Uberlândia (MG)

Henrique Dantas NEDER 1; Julio Fernando Costa SANTOS 2; Guilherme Jonas Costa da SILVA 3; Cesar Ricardo Leite PIORSKI 4

Recebido: 21/05/2017 • Aprovado: 23/06/2017

Conteúdo

1. Introdução
2. Finanças Municipais em Minas Gerais: Uma Reflexão
3. Revisão da Literatura
4. Metodologia
5. Resultados
6. Conclusões
Referências bibliográficas

RESUMO:
Os tributos municipais representam, em média, 5% de todas as receitas municipais. A justificativa da baixa participação reside na dificuldade dos municípios de pequeno e médio porte em atualizar sua planta imobiliária. O presente artigo realizou um ensaio de *Web Scraping* para comparar valores de mercado com valores da planta de imóveis de Uberlândia. A defasagem mostra há valores defasados entre seis a vinte vezes. A conclusão aponta que Web Scraping pode ser utilizado para solucionar o caso desses municípios.
Palavras-chave: Tributos Municipais, Planta de Valores, *Web Scraping*.

ABSTRACT:
Municipal taxes represent, on average, 5% of all municipal revenues. The reason for the low participation lies in the difficulty of small and medium municipalities in updating their land value. The present article carried out a Web Scraping test to compare market values with values of the real estate plan of Uberlândia. The discrepancy shows there are values lagged between six and twenty times. The conclusion points out that Web Scraping can be used to solve the case of these municipalities.
Keywords: Municipal Taxes, Land Valuation, Web Scraping.

1. Introdução

A Constituição Federal Brasileira de 1988, cuja essência veio a manifestar-se somente com a consolidação da estabilidade macroeconômica, verificada a partir do plano real, ainda em 1994 e,

ISSN: 2178-7638

RACEF

Revista de Administração, Contabilidade e Economia da **Fundace**

v. 8, n. 1 (2017)

DOI: https://doi.org/10.13059/racef.v8i1

Sumário

Artigos

Editorial PDF
Janaina de Moura Engracia Giraldi, Jorge Henrique Caldeira de Oliveira

Ensino, produção leiteira e desenvolvimento local: um estudo sobre a região oeste de Santa Catarina PDF
Norival João Cenci, Júlio Adriano Ferreira dos Reis, Antonio Zanin, Sandra Salazar da Rosa

Um estudo do disclosure tributário nas empresas do setor de telecomunicações PDF
Kamyr Gomes de Souza, Lucimar Antônio Cabral de Ávila, Marcelo Tavares

La competitividad de mercadotecnia y la gestión del conocimiento en la mipyme del sector retailing en Celaya, México PDF
Emigdio Larios-Gomez

Perfil de aplicação dos recursos arrecadados pela tributação ambiental no Ceará PDF
Lorena Aragão Feitosa, Fábio Marquesan, Denilson Pereira da Silva

Impactos da convergência contábil em índices econômicos e financeiros nas empresas baianas nos períodos de 2003 a 2007 e 2010 a 2014 PDF
Luís Oscar Silva Martins, Paulo Henrique de Oliveira dos Santos

Transferências unilaterais em um modelo de crescimento conduzido pelas exportações: uma análise empírica para os países africanos PDF
Júlio Fernando Costa Santos, Guilherme Jonas Costa da Silva

Gerenciamento de canais de marketing turístico: uma abordagem de logística inversa para empresas de hotelaria na região do circuito do ouro em Minas Gerais PDF
Eduardo Bomfim Machado, Rogério Naves Rezende, Wendel Alex Castro Silva

ISSN: 2178-7638

A ECONOMIA AGROPECUÁRIA MINEIRA NA DÉCADA DE 1990: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA ESPACIAL

Guilherme Jonas Costa da Silva[1]
Esdras Cardoso de Souza [2]

Introdução

A agricultura e a pecuária sempre foram pilares importantes de sustentação da dinâmica da economia brasileira. Com o tempo houve grandes mudanças que culminaram em uma melhoria no padrão de produção do setor agropecuário do país. Esta melhoria está disseminada no campo desde a década 1970, podendo ser observadas pelo uso mais intensivo de tecnologias no processo produtivo, mais especificamente, pelo uso de máquinas agrícolas modernas, adequação de novas culturas ao clima e ao solo, entre outros fatores, que acarretaram em um aumento significativo da produtividade. Ademais, os incentivos governamentais com planejamento econômico específico também contribuíram para a melhoria da competitividade do setor agropecuário brasileiro. (SOUZA, SILVA e MARTINS, 2011)

O aumento da produtividade tem implicações diretas no Produto Interno Bruto Agropecuário (PIB Agropecuário), já que este é a soma de tudo o que se produz no setor de um determinado país ou região. A mudança no padrão de produção do setor agropecuário brasileiro melhorou

1 Professor Adjunto do Instituto de Economia e Tutor do Grupo PET Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: guilhermejonas@yahoo.com.br.

2 Economista pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: esdrascs@gmail.com.

a competitividade de alguns estados, notadamente, dos estados de Minas Gerais e Paraná. A propósito, conforme destacado pela literatura teórica e empírica, os ganhos de produtividade no setor agropecuário do país e, em particular, do Estado de Minas Gerais, decorreram basicamente do uso mais intenso de novas tecnologias no meio rural, do aumento da profissionalização e dos incentivos às pesquisas direcionadas para o setor.[3] Essa nova configuração da economia agropecuária mineira consolidou o estado como um dos maiores produtores setoriais do país, principalmente de leite, café, batata inglesa e feijão. (CRUZ, 2008)

O trabalho tem por objetivo compreender o comportamento do produto agropecuário de Minas Gerais, resultado das mudanças estruturais recentes nas práticas produtivas do estado de minas gerais. Na seqüência, pretende-se desenvolver uma análise econométrica espacial com o intuito de apresentar os determinantes da produtividade setorial do estado em 1995.

A escolha do Estado de Minas Gerais se deve ao fato de ser um dos maiores produtores agropecuários do país também a observação deste salto tecnológico na década de 1980. Assim, o período analisado se refere ao ano de 1995 em função dessa mudança estrutural nas práticas de produção do setor agropecuário mineiro e da indisponibilidade de algumas variáveis centrais para análise que aparecem no censo agropecuário de 1995, mas não constavam no censo de 2006.

A análise econométrica espacial restrita ao ano de 1995 é importante por compreender um período posterior às mudanças nas práticas de produção do setor agropecuário brasileiro e do Estado de Minas Gerais, que se consolidaram no final da década de 1980, com a incorporação dos estudos dos solos brasileiros e adaptações genéticas de plantas e animais ao clima tropical. Com efeito, acredita-se que as conclusões econométricas

3 Para maiores detalhes, consultar Silva *et alii* (2005) e Guilhoto et alii (2007).

espaciais não são comprometidas, em função do ano em consideração ser posterior aos principais eventos que moldaram o setor agropecuário mineiro e brasileiro aos padrões atualmente praticados.

A hipótese do trabalho é que existe uma natureza multidirecional do padrão de interação no setor agropecuário dos municípios mineiros, já que todos os municípios beneficiam e são beneficiados pela relação econômica que existe entre os produtores municipais, produzindo notórios efeitos espaciais que geram externalidades positivas para todas as economias locais envolvidas. Mais especificamente, as relações econômicas intermunicipais dentro do estado, implicam em uma formação de *clusters* [4] significativos no setor agropecuário, que determinam o maior dinamismo nos municípios das regiões mais produtivas.

Para alcançar o objetivo e testar a hipótese lançada, o artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se a evolução recente do setor agropecuário brasileiro, que passou por mudanças consideráveis, inclusive de cunho estrutural, incorporando práticas que alavancaram a produção setorial. Na seção seguinte, discute-se algumas especificidades do setor agropecuário do Estado de Minas Gerais, no qual são apresentados as regiões mais produtivas, os principais produtos da pauta estadual e sua importância no cenário nacional. A quarta seção está dedicada a apresentar a metodologia empírica do trabalho, a base de dados utilizada e os resultados encontrados na análise econométrica espacial. O último capítulo, a título de conclusão, apresenta algumas sugestões que poderiam ser adotadas para aumentar a produção do setor agropecuário estadual.

4 *Cluster* é uma palavra que tem origem inglesa e significa aglomerado ou agrupamento econômico, por exemplo, de produtores ou empresas inter-relacionadas setorialmente numa determinada área geográfica. Os agentes constituintes desse agrupamento econômico afetam e são afetados pelos demais membros do aglomerado, propiciando a todos aqueles pertencentes ao grupo uma força econômica capaz de alavancar, inclusive, os produtores dos municípios circunvizinhos, ainda que estes sejam menos dinâmicos no setor em consideração. Maiores informações, consultar PORTER (1999) e LINS (2000).

A Evolução Recente do Setor Agropecuário Brasileiro

As mudanças que ocorreram na agricultura e pecuária brasileira moldaram a estrutura produtiva do setor nos padrões que podem ser observados atualmente. O Brasil saiu da condição de colônia primário exportadora, para um país em desenvolvimento, com um mercado interno claramente estabelecido e industrializado, mas mantendo a forte ligação com a agropecuária, que ainda é considerada um dos pilares da economia brasileira.

Para que a estrutura produtiva do setor primário brasileiro se tornasse um modo de produção mais dinâmico, foi necessária uma mudança estrutural no setor, rompendo com o padrão colonial de monocultura. Após tal ruptura, práticas modernas começaram a ser implantadas conjuntamente com um aumento contínuo de máquinas agrícolas e insumos nos campos, possibilitando um considerável aumento na produtividade do setor agropecuário brasileiro.

Esse aumento na produção e na produtividade pode ser observado mais fortemente nas regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Como Minas Gerais é parte importante da região sudeste, recebeu impactos diretos das mudanças estruturais do setor agropecuário brasileiro, tendo sua produção aumentada e tornando-se um dos estados com maior representatividade no cenário nacional.

As Mudanças Recentes na Agropecuária Brasileira: 1930 – 60

As décadas anteriores a de 1930 no Brasil, foram marcadas por uma monocultura agro-exportadora, baseada no cultivo do café. No início do século XX, mais especificamente em 1929, o mundo passava por uma crise de superprodução, levando vários países à recessão.

No entanto, a crise não afetou somente países *desenvolvidos*. O Brasil

sofreu os impactos causados pela recessão dos países demandantes dos produtos primários brasileiros, como o café. A situação era que a produção de café havia crescido quase cem por cento no período entre 1925 e 1929, elevando as receitas para os produtores, mas a crise desacelera a demanda pelo café e aborta esse ciclo virtuoso de crescimento no Brasil. Entretanto, os cafeicultores precisavam continuar plantando, ainda que a conjuntura econômica se mostrasse desfavorável (FURTADO, 1984, p. 186-189).

Este fato denotava a fragilidade da economia brasileira, que dependia basicamente da monocultura agro-exportadora. Contudo, cenário internacional estimulou o aquecimento do mercado interno brasileiro, fazendo com que a pauta de produtos primários fosse ampliada. Este período (1930-1945), é marcado pelo início tardio da indústria nacional, em função do pouco espaço na economia brasileira em decorrência da dependência do país à economia cafeeira (DALLA`ACQUA, 1985, p.64).

Com o passar dos anos a indústria brasileira cresce a ponto de se tornar o centro da economia, e a dependência das indústrias com respeito a agricultura inicia uma nova etapa, em que o setor se torna responsável pela liberação de mão-de-obra para as manufaturas nascentes, suprindo a indústria de matérias-primas e alimentos, e ainda sendo responsável pelo processo de substituição de importações. Nas palavras de Dall`Acqua:

> Desde que o setor manufatureiro cresceu a uma taxa média anual de 11,2%, durante 1932-39, o setor agrícola deve ter sido capaz de responder satisfatoriamente aos requerimentos industriais. [...] A resposta da agricultura foi firmemente enraizada na estrutura da economia primário-exportadora sobre a qual a industrialização por substituição de importações toma lugar. . (DALLA`ACQUA, 1985, p.66)

Essa prática permanece nos decênios de 1930-40. As décadas seguintes marcaram a consolidação do mercado interno brasileiro e a

industrialização se firma com a internalização da produção de bens de capital e insumos básicos. Após essa fase, observa-se na agropecuária brasileira uma mudança estrutural, com a industrialização do meio rural, modificando o padrão de acumulação no campo, tornando-o mais produtivo, com uma pauta maior de produtos e uma capacidade produtiva ampliada em decorrência do uso de modernas práticas agrícolas, impulsionando assim, os complexos agroindustriais (GRAZIANO, 1998 p. 5).

As Mudanças Ocorridas Durante as Décadas 1970, 80 e 90.

No início da década de 1970, os países menos desenvolvidos passavam por um problema que até hoje aflige muitas regiões, problema este que envolve uma série de linhas de estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo os protagonistas da "história" o ser humano e o território em que este habita.

Na época, a "fome" era um grande problema em vários países, inclusive no Brasil. A diminuição desta se tornou uma meta dos governos e um dos elementos fundamentais no combate a fome no mundo era o aumento da produção de alimentos. Nesse sentido, inicia-se uma busca por elementos que contribuíram para se aumentar a produtividade e a produção de alimentos em todo o mundo.

Diversos foram os esforços para o desenvolvimento e a disseminação de modernas práticas agrícolas, de manejo, uso de herbicidas, fungicidas, máquinas agrícolas, mudança genética de plantas que aumentasse a produtividade, com o intuito de adequar às diferentes regiões do planeta. Esse movimento ficou conhecido como *Revolução Verde* (SANTOS, 2006).

O objetivo central dessa "revolução" era proporcionar aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento o aumento da produção agrícola. Segundo Santos (2006):

> O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. (Santos, 2006, p.1)

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) nasce na década de 1970, em meio a uma relativa abertura comercial, com crescimento acelerado da população e da renda, tendo por objetivo fomentar a pesquisa para melhorar e impulsionar a agricultura brasileira. A abertura para o mercado externo demonstrou que, sem investimento o país estaria fadado a ser pouco produtivo. Assim, a EMBRAPA marca uma nova fase, na qual se modifica a estrutura do setor agrícola no Brasil, já que as propostas da "Revolução Verde" foram incorporadas no momento em que a produtividade do país aumentava fruto dos primeiros resultados das pesquisas acerca das especificidades do solo brasileiro, do clima, da pluviometria e das estações, fatores estes que possibilitaram um melhor desenvolvimento da agropecuária no país, engajando ciência e tecnologia a regiões consideradas inóspitas e apresentando resultados significativos[5].

A Tabela 1 prova que o nível de mecanização (uso de tratores), aumentou significativamente a partir da década 1970. Observa-se que o uso de tração animal se extingue sendo substituídos pela tração mecânica, denotando-se assim uma reestruturação do meio rural brasileiro que possibilitou um ganho de produtividade e um aumento na produção, fatores estes perseguidos pela nova conjuntura da produção primária no país.

5 www.embrapa.gov.br

Tabela 1 - Tratores e Arados Existentes nos Estabelecimentos Agropecuário Recenseados — 1920-1985

Anos Censitários	Tratores	Arados			
		De Tração Animal	De Tração Mecânica	De Disco	De Aiveca
1920	1,706	-	-	-	141,196
1940	3,380	-	-	39,455	408,101
1950	8,372	-	-	54,576	659,683
1960	61,345	-	-	130,397	846,704
1970	165,870	1,718,041	160,884	-	-
1975	323,113	1,758,051	335,909	-	-
1980	545,205	1,677,408	559,169	-	-
1985	652,049	-	-	-	-

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil: IBGE (1990)

A Tabela 2 apresenta o aumento do número de bovinos e aves nos decênios de 1970-80, com destaque para o ano de 1985 que exclui a criação pessoal residente, denotando um aumento da profissionalização no meio rural, impondo uma escala produtiva de maior envergadura.

Tabela 2 - Efetivos de Bovinos, Suínos e Aves nos Estabelecimentos Agropecuário

Anos Censitários	Efetivos		
	Bovinos	Suínos	Aves (1)
1920	34,271,324	16,168,549	52,940,010
1940	34,457,576	16,849,570	62,912,437
1950	47,088,595	23,034,108	77,830,259
1960	57,101,682	29,348,000	159,269,195
1970	79,683,429	33,475,657	228,978,672
1975	102,386,373	36,461,138	300,457,884
1980	118,711,094	33,594,337	429,068,122
1985	127,643,292	30,067,116	429,732,435

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil: IBGE (1990)

(1) Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos; patos, marrecos e gansos; perus e codornas.

(2) Exclusive criação do pessoal residente. (3) Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Essa mudança estrutural no setor agropecuário brasileiro,

introduzida em 1970, revolucionou o meio rural dos estados produtores até os dias atuais, inclusive Minas Gerais, com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias que proporcionaram uma melhor adequação de culturas aos solos, adaptações biológicas, que em conjunto, proporcionaram um aumento do produto interno bruto setorial.

Dinâmica Espacial do Setor Agropecuário Mineiro em 1995

Especificidades do Setor Agropecuário Mineiro.

A integração do estado de Minas Gerais com São Paulo e com a região Centro-Oeste dá indícios de que a formação sócio-econômica estadual transcendeu as delimitações geográficas naturalmente formadas. As regiões do Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são a prova de que a dinâmica particular setorial não se deu apenas pelas próprias forças do estado, mas por um caráter regionalista apregoado na iniciativa de expansão para regiões centrais do país (GUIMARÃES, 2004).

Evidentemente, o estado de Minas Gerais absorveu parte das mudanças ocorridas na dinâmica do setor agropecuário brasileiro. Com efeito, essas mudanças possibilitaram que o estado apresentasse avanços interessantes na sua produção total.

A Tabela 3 demonstra que, dentre os estados da região sudeste do Brasil, Minas Gerais tem ocupado a segunda maior produção agropecuária, com 28% da produção total da região em 1991 e saltando para 34% do total produzido em 1995.

Tabela 3 - PIB Agropecuário Total em Bilhões de Reais – Sudeste

Estados	1991 (R$)	1991 (%)	1992 (R$)	1992 (%)	1993 (R$)	1993 (%)	1994 (R$)	1994 (%)	1995 (R$)	1995 (%)
Espírito Santo	2.04	5.36	2.24	4.98	2.47	5.53	3.72	6.00	2.08	7.18
Minas Gerais	10.89	28.60	10.58	23.53	11.63	26.06	19.34	31.18	9.91	34.20
Rio de Janeiro	1.46	3.83	1.31	2.91	1.20	2.69	2.18	3.51	1.15	3.97
São Paulo	23.69	62.21	30.83	68.57	29.33	65.72	36.78	59.30	15.84	54.66

Fonte: Dados IPEADATA - Elaboração Própria

*Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional

Para se ter uma noção da importância que a produção agropecuária mineira alcança, basta notar que na década de 1990, a economia mineira ocupou pelo menos a terceira colocação dentre todos estados do país.

Tabela 4 - PIB Agropecuário Total em Bilhões de Reais - Principais Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste

Região	Estados	1991	1992	1993	1994	1995
Sudeste	São Paulo	23.69	30.83	29.33	36.78	15.84
Sudeste	Minas Gerais	10.89	10.58	11.63	19.34	9.91
Sul	Rio Grande. S	10.79	12.42	12.65	18.98	12.92
Centro Oeste	Mato Grosso	2.38	2.57	2.28	7.34	3.87

Fonte: Dados IPEADATA - Elaboração Própria

*Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional

Desta forma, pode-se concluir que Minas Gerais é uma das regiões mais produtivas na agropecuária brasileira, já que aproximadamente 60% do produto agropecuário das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste no período de 1991-95 são explicados pela produção dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 32%, 16% e 14,7%, respectivamente.

No tocante aos principais produtos agrícolas, Cruz (2007) ressalta que a pauta mineira de produtos agropecuários apresenta uma ampla

variedade e com graus consideráveis de importância no cenário nacional, dentre os quais se destacam: batata inglesa, café e feijão. A área total de plantio aproxima-se dos 4,1 milhões de hectares e cerca de 500 mil produtores rurais. O autor destaca ainda a pecuária de leite, detentora da maior produção nacional, a produção de aves com aproximadamente 89.218.663 cabeças; a de bovinos com 21.403.680 cabeças; já a produção de suínos e ovos com uma expressividade reduzida.

As Tabelas 5 e 6 destacam a liderança estadual na produção de café e leite, que possuem uma importância relativamente elevada para as famílias brasileiras e para as exportações do país.

A Tabela 5 demonstra que, dentre os estados produtores de café no Brasil, Minas Gerais é o líder absoluto dessa fruta. No período de 1991-93, o percentual do total produzido em terras mineiras dividido pelo total produzido no país, aumentou de 38% para 44% e, nos anos seguintes, passou para 50% do total produzido no país. Comportamento da produção de leite é similar. A Tabela 6 deixa claro o quão superior é a produção de leite no estado de Minas Gerais, produção esta que se concentram nas regiões do Triângulo Mineiro, Sul de Minas e Alto Paranaíba, comprovadas por meio de dados a cerca da localização das bacias leiteiras no interior do estado. Os dados da Tabela demonstram ainda que, além da produção mineira ser muitas vezes superior à produção dos principais estados produtores de leite do país, se coloca de maneira crescente no período de 1991-95.

Tabela 5 - Produção Total de Café: Principais Produtores 1991-95 (Em Toneladas)

Estados	1991	1992	1993	1994	1995
Minas Gerais	1,179,203	1,106,061	1,155,266	1,237,268	931,983
São Paulo	475,200	372,840	432,000	409,200	205,200
Paraná	403,844	206,760	193,444	163,981	20,083
Bahia	120,004	120,857	64,785	134,258	91,116
Mato Grosso	47,501	33,298	24,882	14,508	18,059
Brasil	3,040,763	2,588,745	2,557,518	2,614,578	1,860,269

Fonte: Dados IPEADATA - Elaboração Própria

Tabela 6 - Produção Total de Leite no Brasil: Principais Produtores 1991-95 (Em Bilhões de Litros)

Estados	1991	1992	1993	1994	1995
Minas Gerais	4.31	4.50	4.52	4.57	4.76
São Paulo	1.97	2.02	2.04	2.00	1.98
Goiás	1.16	1.27	1.40	1.40	1.45
Paraná	1.24	1.27	1.36	1.42	1.57
Rio Grande. S	1.48	1.60	1.58	1.62	1.71
Brasil	15.07	15.78	15.59	15.78	16.47

Fonte: Dados IPEADATA - Elaboração Própria

Ademais, a produção mineira de leite representa aproximadamente 30% da produção nacional, sendo um percentual relevante, pois movimenta não apenas o comércio do leite em natura, mas também o comércio de produtos agroindustriais que têm o leite como sua matéria-prima fundamental.

Distribuição Espacial da Agropecuária Mineira em 1995

O objetivo desta subseção é descrever a distribuição espacial da produção agropecuária em 1995. Segundo Almeida (2004), uma análise exploratória dos dados espaciais parece apropriada, já que as variáveis que determinam o produto interno bruto do setor podem apresentar interações espaciais multidirecionais que beneficiam a própria dinâmica setorial. A

análise espacial trata diretamente de efeitos decorrentes da dependência espacial e heterogeneidade espacial.

A dependência espacial, segundo Almeida (2004), significa que o valor de uma variável de interesse numa certa região depende do valor dessa variável nas regiões vizinhas *j*. O objetivo da construção dos pesos é encontrar novas variáveis, as defasagens espaciais (*spatial lags*), tanto para a variável dependente quanto para as variáveis explicativas e para os termos de erro do modelo. As novas variáveis incorporam a dependência espacial através da média dos valores dos vizinhos. Por isso, cria-se uma nova variável que é a média ponderada dos vizinhos (os elementos da matriz de pesos que não são zero).

Anselin (1988) argumenta que a heterogeneidade espacial se manifesta quando ocorre instabilidade estrutural no espaço, fazendo com que haja diferentes respostas, dependendo da localidade espacial. A conseqüência é a possibilidade de provocar a instabilidade estrutural sobre os resultados da regressão, causando a perda da eficiência e, em alguns casos, estimativas viesadas e inconsistentes.

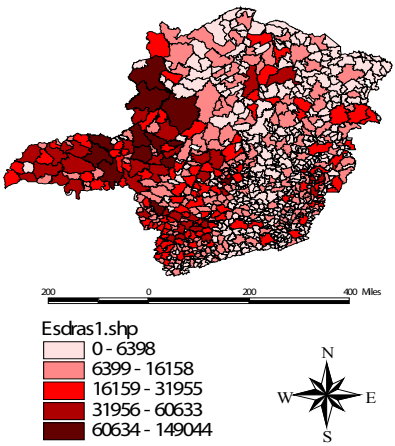
Em princípio, será apresentada a distribuição espacial da atividade agropecuária no estado de Minas Gerais em 1995 e, na seqüência, o comportamento das variáveis apontadas pela literatura como explicativas do produto agropecuário. Na Figura 1 encontra-se a produção setorial mineira, concentrada fundamentalmente no oeste do estado, que se subdivide em três macrorregiões denominadas Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Sul de Minas. A produtividade elevada dessas regiões é explicada pela concentração de diversas variáveis, que possuem uma relação direta com a produção agropecuária. A literatura destaca as seguintes variáveis explicativas:

PIB Agropecuário Mineiro = f (Area Plantada Total, Crédito para Comercialização, Custeio e Investimento, Pessoal Ocupado, Terras

Inaproveitáveis, Terras Irrigadas, Terras Produtivas Não Utilizadas, Total de Tratores e Despesas com Salários Agropecuários)

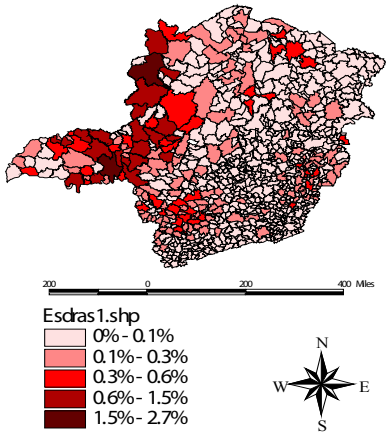
Tomando-se por base as variáveis apontadas pela literatura, de fato observa-se na Figura 2 que a distribuição espacial se assemelha bastante com a distribuição espacial da área plantada total no estado.

Figura 1 - Distribuição da Produção Agropecuária Total de Minas Gerais (Em Bilhões de Reais – 1995)



Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.

Figura 2 - Distribuição da Área Plantada Total em Minas Gerais (Em Percentuais – 1995)



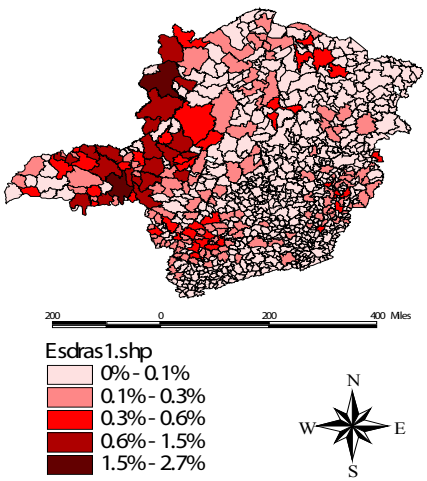
Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.

É notório que o acesso ao crédito é fundamental, pois muitos agricultores e pecuaristas precisam constantemente de financiamento ou refinanciamento para se manter no mercado. Os motivos dessa necessidade são variados, mas principalmente se devem as incertezas inerentes a qualquer mercado, ao clima e as pragas, não refutando a hipótese de ampliação da capacidade produtiva. Além disso, o crédito disponibilizado pelo governo brasileiro apresenta um custo relativamente baixo. Assim, acredita-se que os locais em que o acesso ao crédito é maior devem ter um

produto setorial também mais elevado. Os dados mostram que as regiões do centro, sul e centro-oeste do estado destinam um volume maior de crédito na atividade agropecuária. Aparentemente, o crédito para comercialização tem um padrão de distribuição mais próximo ao da produção agropecuária, o que não implica em dizer que a explica (figura 3 e 4).

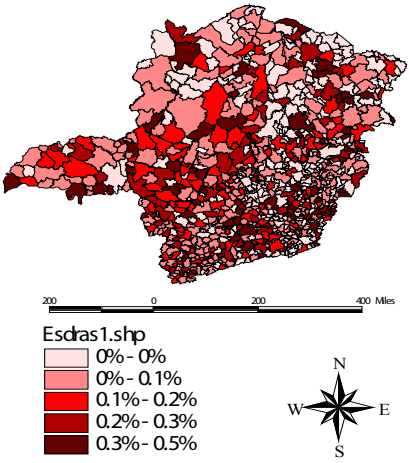
Na seqüência, torna-se necessário apresentar as regiões onde existe uma concentração maior das despesas e de mão-de-obra envolvida com a atividade agropecuária. As Figuras 5 e 6 demonstram que, apesar do pessoal ocupado no setor agropecuário mineiro está principalmente no norte do estado em 1995, as despesas não são proporcionais, ou seja, a mão de obra utilizada é pouco qualificada. Entretanto, as despesas com salários agropecuários estão concentradas nas regiões mais produtivas, ainda que a quantidade de trabalhadores empregados no setor seja menor, sinalizando que o capital humano é mais qualificado e os gastos com estes concentram-se nas regiões mais produtivas.

Figura 3 - Distribuição do Crédito Rural para Comercialização em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)



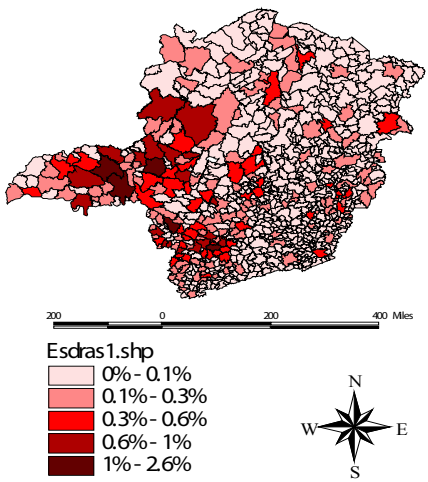
Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.
Elaboração Própria.

Figura 4 - Distribuição do Crédito Rural para Investimento em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)



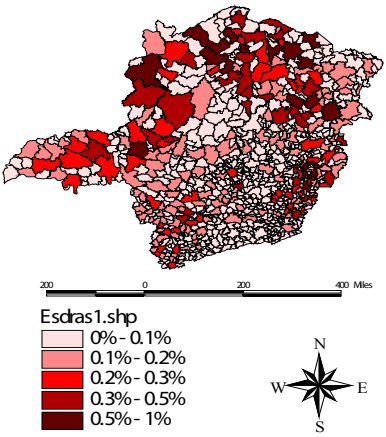
Fonte: Dados IPEADATA,

Figura 5 - Distribuição das Despesas com Salários Agropecuários em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)



Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.
Elaboração Própria.

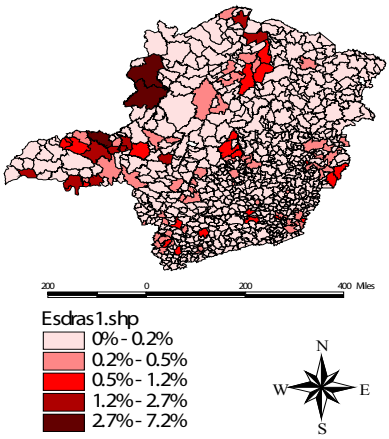
Figura 6 - Distribuição do Pessoal Ocupado com Atividade Rural em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)



Fonte: Dados IPEADATA,

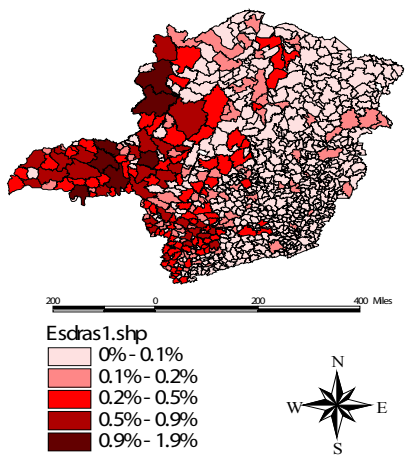
Evidentemente, a produção e a produtividade da terra podem ser aumentadas por diversos fatores, como pela irrigação e/ou uso tratores nas propriedades. Os locais que utilizam mais intensamente as tecnologias podem apresentar ganhos marginais de produção (figura 7). Os resultados demonstram que a distribuição espacial das terras irrigadas e tratores empregados têm um comportamento similar ao das despesas com salários (assistência técnica e capital humano) no setor agropecuário (figuras 8).

Figura 7 - Distribuição das Terras Irrigadas em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)



Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.

Figura 8 - Distribuição do Total de Tratores Utilizados em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)

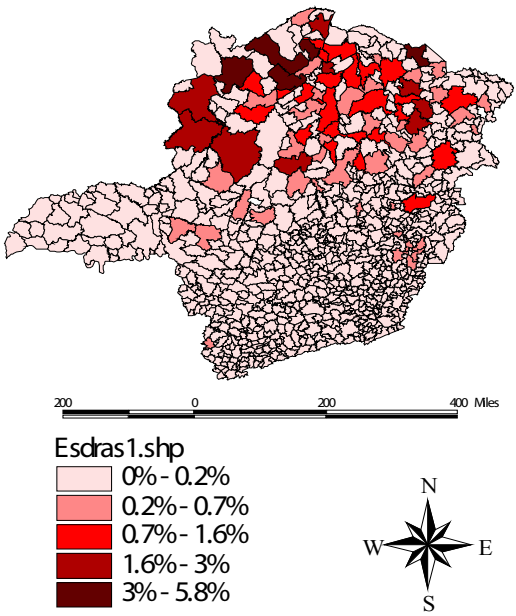


Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.

Em suma, as principais variáveis explicativas sinalizam que as macrorregiões denominadas Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Sul de Minas concentram parte significativa da produção setorial. E mais, em função das maiores despesas com capital humano mais qualificado, são também as regiões mais produtivas do Estado de Minas Gerais.

Finalmente, com respeito ao aproveitamento das terras produtivas, de acordo com dados do IPEADATA e IBGE, o Norte de Minas tem o maior percentual de terras produtivas não utilizadas e, conseqüentemente, um índice de pobreza mais elevado, já que grande parte da população trabalha no setor, mas sem obter recursos em função principalmente dos constantes períodos de seca. A Figura 9 evidência e corrobora a teoria de Silva *et all* (2006), que mostra em seu trabalho o quanto as regiões de Minas Gerais são desiguais.

Figura 9 - Distribuição das Terras Produtivas Não Utilizadas em Minas Gerais - (Em Percentuais – 1995)



Fonte: Dados IPEADATA, Elaboração Própria.

Contudo, acredita-se que esta seja uma situação reversível, com políticas direcionadas para a região com o intuito de melhorar técnicas e práticas de irrigação, o que dinamizariam a economia regional.

Análise Econométrica Espacial do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário Mineiro em 1995

Metodologia

A econometria espacial é a subárea da econometria que trata da dependência espacial e da heterogeneidade espacial nos modelos

econométricos. A hipótese do trabalho é que existe uma natureza multidirecional do padrão de interação da produção agropecuária de Minas Gerais. Nesse caso, as técnicas econométricas convencionais são insuficientes para analisar a variável objeto de estudo, já que pode gerar um modelo viesado, por exemplo, em função da omissão de variável relevante. A metodologia empregada tem por objetivo entender o comportamento das variáveis no espaço, sendo capaz de identificar e tratar a heterogeneidade espacial, bem como diagnosticar, controlar e analisar a dependência espacial em determinadas regiões.

Em locais que apresentam dependência e heterogeneidade espacial, é necessário adequar o modelo, mas para que se tenha uma modelagem correta, a Análise Exploratória dos Dados Espaciais (AEDE) é fundamental segundo Pinheiro (2006) *apud* Rabelo; Parré & Alves (2007).

Autocorrelação e a Estatística *I de Moran Global*

A Estatística Global do Indicador de Moran tem por objetivo mensurar a autocorrelação espacial, pois através desta estatística pode-se obter o padrão exato de associação presente nos dados de um determinado local (i) com respeito a média ponderada dos valores da vizinhança (j), estabelecendo-se as defasagens espaciais ou *lags* espaciais.

O cálculo do indicador é dado pela seguinte fórmula:

$$I = \frac{n}{\sum\sum w_{ij}} \frac{\sum\sum w_{ij}(y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum (y_i - \bar{y})^2}$$

com $-1 < I < 1$ e média E(I) = [1/*n*-1]. A letra *n* refere-se ao número de observações, no caso deste trabalho são de 853 municípios; A letra *y* é

a variável objeto de análise, ou seja, produção agropecuária mineira; já as letras *i* e *j*, são os locais distintos onde há observação desta mesma variável *y*, no qual os valores atribuídos a um determinado município (i) dependem dos valores dos vizinhos imediatos (j), de modo que $y_i = f(y_j)$, estabelecendo-se assim um grau de interação entre os distintos municípios *i* e *j*; Finalmente, a variável *w* é o critério de vizinhança estabelecido para duas regiões distintas, mais especificamente, é a matriz de peso dos municípios *i* e *j*. (ALMEIDA, 2004).

Observe que, se a estatística apresentar um valor negativo, indica que os fatores observados não são homogêneos, caso contrário, se apresentar um valor positivo, sinaliza que há homogeneidade entre os valores, e assim uma ligação espacial. Essa estatística discutida refere-se à análise global, entretanto, o resultado global muitas vezes é conseqüência de um resultado local. Com efeito, deve-se analisar adicionalmente a estatística local de associação espacial.

Autocorrelação e a Estatística *I de Moran Local*

A Estatística Local do Indicador de Moran será intensamente utilizada no trabalho para diagnosticar os graus de associações presentes no setor agropecuário do Estado de Minas Gerais. Este é calculado da seguinte forma:

$$I_i = \frac{\left(y_i - \overline{y_i}\right)\sum w_{ij}\left(y_j - \overline{y}\right)}{\sum\left(y_j - \overline{y}\right)^2 / n} = z_i \sum w_{ij} z_j$$

Os termos z_i e z_j são variáveis padronizadas e o somatório sobre a variável *j* indica que somente os vizinhos diretos de um determinado município são de fato considerados na análise, atendendo assim o sentido

de ser local. Essa estatística demonstra a significância do agrupamento existente em determinado local decompondo o indicador global em quatro tipos de padrões de associação local. Essa estatística *I de Moran Local* está indicando o grau de associação existente entre o valor de uma variável *i* em um determinado local e a média da outra variável nos municípios circunvizinhos (ANSELIN *et al*., 2003, p.7 *apud* ALMEIDA, 2004, p. 11).

Análise de Clusters Espaciais

Segundo Almeida (2004), essa análise é definida pela seguinte fórmula:

$$b = \frac{y' Wy}{y' y}$$

Novamente, a variável de interesse é a variável *y*, dessa forma, ao se analisar a dispersão (*scatter*) do I de Moran, pode-se chegar à defasagem e aos agrupamentos presentes na análise. A variável *Wy* é a defasagem espacial da variável dependente. Com efeito, a estatística I é o determinante da inclinação da regressão de *Wy* sobre *y,* de modo que o sinal positivo do coeficiente implica em correlação positiva, caso contrário, há correlação negativa.

A teoria econométrica espacial discute quatro tipos de associação linear, quais sejam:

1. *High – High* (Alto-Alto): Significa que os municípios que compõe este *cluster* (agrupamento), bem como seus vizinhos, apresentam valores altos no tocante a variável em questão;
2. *Low – Low* (Baixo – Baixo): Significa que os municípios que compõe este *cluster* (agrupamento), bem como seus vizinhos, apresentam valores baixos no tocante a variável em questão;

3. *High – Low* (Alto – Baixo): Situação na qual a unidade ou um determinado agrupamento espacial apresenta(m) valor(es) alto(s), mas os valores da variável em estudo nos municípios circunvizinhos são baixos;
4. *Low – High* (Baixo-Alto): Situação na qual a unidade ou um determinado agrupamento espacial apresenta(m) baixo(s) valor(es) em relação à variável de interesse, mas os valores da variável em estudo nos municípios circunvizinhos são altos.

Análise Exploratória e Base de Dados

A Análise Exploratória dos Dados Espaciais (AEDE) tem por objetivo descrever a distribuição espacial, compreender os padrões de associação espacial (*clusters* espaciais), verificar a existência e as formas de instabilidade espacial. Os dados utilizados na análise, foram extraídas do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA)[6]. As variáveis selecionadas estão em níveis municipais e restritas ao ano de 1995, por corresponder a um período posterior as mudanças estruturais, consolidadas na década de 1980. Ademais, a indisponibilidade de alguns dados centrais para análise impossibilitaram uma análise comparativa. Entretanto, conforme destacado anteriormente, o fato da análise ser realizada apenas para 1995, não compromete os resultados, já que o período em consideração é posterior às transformações estruturais consolidadas na década de 1980. A Tabela 7 mostra as variáveis selecionadas, bem como os seus códigos e fontes:

6 www.ipeadata.gov.br

Tabela 7 – Definição das Variáveis

Código da Variável*	Nome da Variável	Fonte
PIB95	Produto Interno Bruto Agropecuário Municipal	IPEADATA
PEC95	Produção Pecuária	IPEADATA
APT95	Area Plantada Total	IPEADATA
CRCO95	Crédito Rural para Comercialização	IPEADATA
CRCU95	Crédito Rural para Custeio	IPEADATA
CRCI95	Crédito Rural para Investimento	IPEADATA
PEOC95	Pessoal Ocupado na Atividade Agropecuária	IPEADATA
TEIR95	Total de Terras Irrigadas	IPEADATA
DSAG95	Despesas com Salários Agropecuários	IPEADATA
TTU95	Total de Tratores Utilizados	IPEADATA

Fonte: Elaboração Própria.
*Nota: O número 95, ao final dos códigos das variáveis representam o ano de 1995.

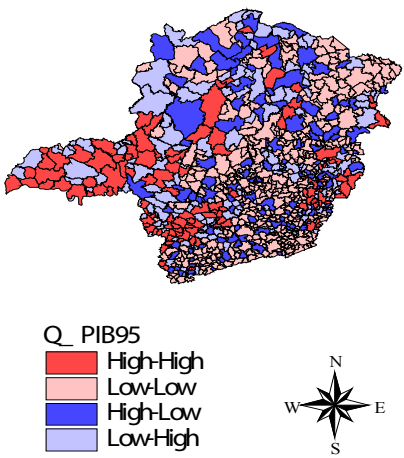
A análise do setor agropecuário mineiro demonstra que a produção se concentra principalmente nas regiões do Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A microrregião de Araguari, Uberlândia e Uberaba formam um *cluster* significativo, já que apresenta um nível elevado de autocorrelação espacial global positiva (classificação *high-high* ou alto-alto), fato ratificado pelo Indicador de Associação Espacial Local.

A Figura 10 demonstra que as unidades espaciais que compõem as áreas em vermelho possuem valores elevados no tocante à produção agropecuária em 1995. Note que a região do Alto Paranaíba, mais especificamente, as microrregiões de Unaí, Paracatu, Buritis e João Pinheiro no Alto Paranaíba apresentam o mesmo padrão. No Sul de Minas, destacam-se as microrregiões de Poços de Caldas, Cássia, Itapecerica, Formiga e Alfenas.

A Estatística *I de Moran Local*, indicada na Figura 11, também tem grande importância para a análise, por evidenciar o grau de significância de determinados *clusters*. Pelo Indicador Local de Associação Espacial (LISA), as principais microrregiões produtoras foram as de Araguari e Uberlândia. O estado apresenta uma produção relativamente elevada no

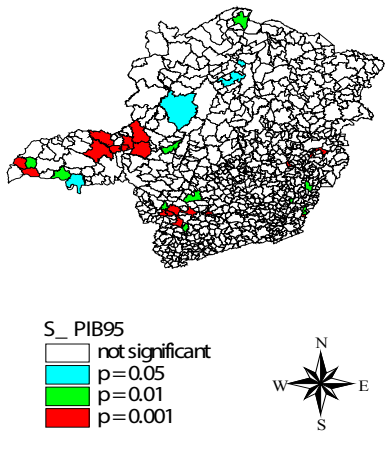
setor agropecuário, mas apenas alguns municípios são responsáveis pela maior parte da produção setorial. Esses resultados também ressaltam a elevada desigualdade regional setorial no estado.

Figura 10 – Mapa de Autocorrelação Espacial da Variável PIB Agropecuário no Estado de Minas Gerais: 1995



Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no *Space Stat* e Visualizados no Arcview GIS 3.2

Figura 11 – Indicador Local de Associação Espacial (LISA) da variável PIB Agropecuário no Estado de Minas Gerais: 1995



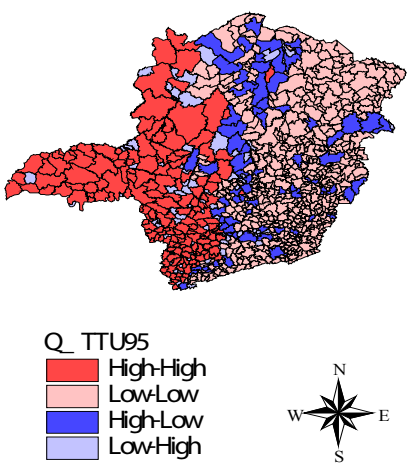
Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no *Space Stat* e Visualizados no Arcview GIS 3.2

Para evitar uma análise exaustiva das variáveis explicativas da produção agropecuária estadual, selecionam-se apenas algumas destas. As variáveis consideradas na análise foram: *Total de Tratores*; *Terras Irrigadas*; e *Crédito Rural para Comercialização*. As figuras a seguir apresentam os indicadores de Moram Global e Local. Estes sinalizam que a distribuição espacial da produção agropecuária estadual está, de alguma forma, relacionada às variáveis que influem à produtividade setorial, quais sejam, o total de tratores e terras irrigadas. As tecnologias empregadas e a

mecanização do setor aparentemente explicam esses ganhos marginais de produção. Em particular, com respeito ao uso de irrigação artificial seja por gotejamento, pivô central ou canhão de irrigação, todas proporcionam um aumento da produtividade, pois a quantidade de água é adequadamente controlada, com um aproveitamento maior no período de frutificação das plantas.

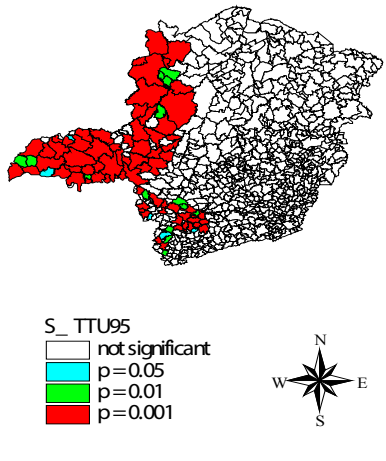
Por fim, no tocante a variável crédito rural, em especial o crédito rural para comercialização, pode-se observar que apresentou *clusters* significativos nas regiões Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Figura 12 – Mapa de Autocorrelação Espacial do Total de Tratores de Minas Gerais: 1995



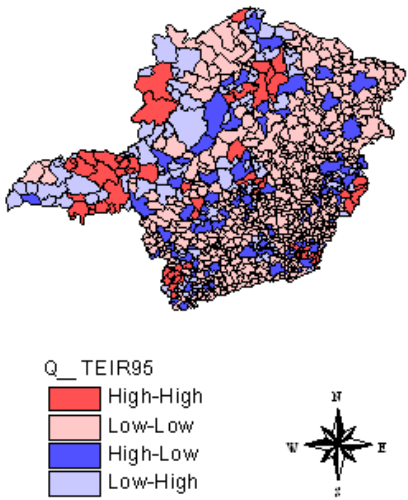
Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no Space Stat e Visualizados no Arcview GIS 3.2

Figura 13 – Indicador Local de Associação Espacial (LISA) do Total de Tratores no Estado de Minas Gerais: 1995



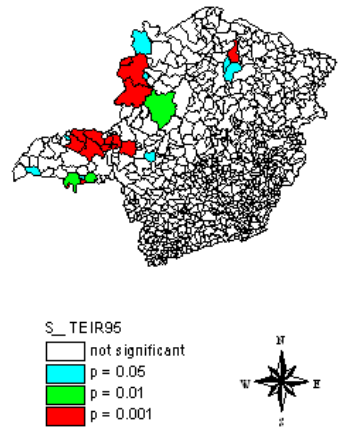
Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no Space Stat e Visualizados no Arcview GIS 3.2

Figura 14– Mapa de Autocorrelação Espacial do Total de Terras Irrigadas de Minas Gerais: 1995



Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no Space Stat e Visualizados no Arcview GIS 3.2

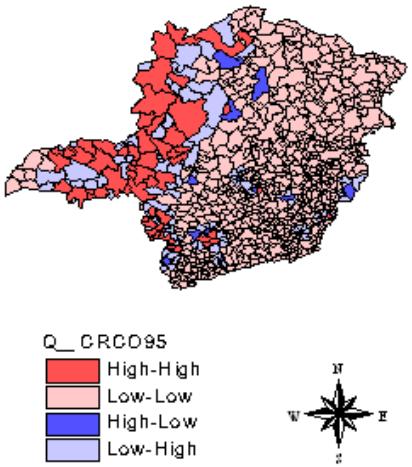
Figura 15– Indicador Local de Associação Espacial (LISA) do Total de Terras Irrigadas no Estado de Minas Gerais: 1995



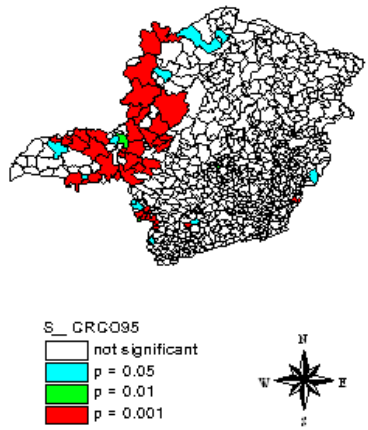
Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no Space Stat e Visualizados no Arcview GIS 3.2

Figura 16 – Mapa de Autocorrelação Espacial do Crédito Rural para Comercialização de Minas Gerais: 1995

Figura 17 – Indicador Local de Associação Espacial (LISA) do Crédito Rural para Comercialização no Estado de Minas Gerais: 1995



Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no Space Stat e Visualizados no Arcview GIS 3.2



Fonte: Base de dados IPEADATA. Mapas Gerados no Space Stat e Visualizados no Arcview GIS 3.2

Resultados

Inicialmente, serão apresentadas as estatísticas descritivas (Tabela 8) e, em seguida, as estimações propriamente ditas. Na Tabela 9, estão os resultados da estatística I de Moran para cada variável usada na amostra. As estimações provam que há autocorrelação espacial significativa ao nível de 1%. Esse resultado confirma a suspeita apresentada na seção anterior, de que há dependência espacial nas variáveis selecionadas.

Tabela 8 – Estatísticas Descritivas

Variável	Média	Desvio-Padrão	Assimetria	Kurtosis
PIB95	13931.97	22.466.4	4,869,177	4,280,561
PEC95	23498.96	36.261.95	4,222,771	2,719,512
APT95	5,206,885	9.126.15	5,514,295	488,882
CRCO95	3,379,015	1,319,529	4,726,446	2,692,484
CRCU95	2,384,267	2,650,604	108,433	3,155,992
CRCI95	1,782,356	2,582,325	1,562,895	4,473,409

PEOC95	2344.72	2,549,232	2,599,279	129,694
TEIR95	273281.6	1,108,732	1,066,882	1,424,515
TTU95	1,051,196	1,774,697	3,738,198	2,225,859
DSAG95	1,314,393	2,234,136	4,902,056	4,256,501

Fonte: Elaboração Própria a Partir do IPEADATA.
Nota: Os Resultados Foram Extraídos do Software Space Stat 1.9

Tabela 9 – Teste para Autocorrelação Espacial

Variável	I de Moran	Desvio-Padrão	Z-Value	Probabilidade
PIB95	0.09552465	0.021042	4,595,424	0.000004*
PEC95	0.05975555	0.021042	2,895,559	0.003785*
APT95	0.4142351	0.021042	19,741,595	0.000000*
CRCO95	0.2783373	0.021042	13,283,284	0.000000*
CRCU95	0.06157656	0.021042	2,982,100	0.002863*
CRCI95	0.1204085	0.021042	5,777,986	0.000000*
PEOC95	0.05483716	0.021042	2,661,821	0.007772*
TEIR95	0.146523	0.021042	7,019,036	0.000000*
TTU95	0.4931512	0.021042	23,491,948	0.000000*
DSAG95	0.2922607	0.021042	13,944,972	0.000000*

Fonte: Elaboração Própria a Partir do IPEADATA
Nota: Os Resultados Foram Extraídos do Software Space Stat 1.9
*Significativo a 1%, **Significativo a 5%, *** Significativo a 10%

A Tabela 10 apresenta o Modelo MQO Espacial. As evidências sinalizam que são poucas as variáveis estatisticamente significativas, notadamente, o *Total de Terras Irrigadas* e as *Despesas com Salários Agropecuários*. A Tabela 11 mostra o teste de normalidade dos erros (Jarque-Bera), que rejeita a hipótese nula de erros normais. No entanto, a amostra é suficientemente grande e os eventuais problemas causados pela ausência de normalidade, não comprometeram os resultados.

O diagnóstico apresentado sinalizou que existe heterogeneidade espacial e heteroscedasticidade no modelo, problemas estes que serão devidamente corrigidos. As estatísticas denotam ainda uma dependência espacial no termo de erro, o que significa a presença de endogeneidade. Em outras palavras, uma ou mais variáveis explicativas podem estar

correlacionadas com o termo de *erro*. Neste caso, a variável endógena é o pessoal ocupado no setor agropecuário. Segundo Almeida (2004, Cap. 5, 8p), quando o problema de endogeneidade se faz presente, o modelo MQO torna-se viesado e inconsistente. Para contornar esse problema, a literatura indica o uso de variáveis instrumentais. No caso da econometria espacial, as variáveis instrumentais são as defasagens espaciais das variáveis (defasagem espacial da variável pessoal ocupado no setor).

Ademais, a estatística de teste LM (Multiplicador de Lagrange) indicada na Tabela 11 demonstra que existe também alguma dependência espacial do tipo *lag*. Tal evidência é importante para o trabalho, já que prova a fragilidade da econometria convencional para a análise em questão, podendo gerar conclusões equivocadas. Assim, confirma-se a suspeita de que a econometria espacial é a metodologia mais apropriada para as análises realizadas, possibilitando a obtenção de resultados não tendenciosos e consistentes.

Tabela 10– Estimação Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) – Espacial

Variável	Coeficientes	Desvio-Padrão	T-Value	Probabilidade
CONSTANTE	7,409	10,003,300	2,985,856	0,000000*
APT95	-0.25822	0.1436	-1,797,267	0,072651***
CRCO95	-84,386	631,302	-1,336,698	0.181682
CRCU95	345,611	282,877	1,221,772	0.222135
CRCI95	163,957	300,037	0.893128	0.584897
PEOC95	0.209841	0.2930	0.546456	0.132229
TEIR95	0.00236176	0.0008	2,891,505	0.003932*
TTU95	113,127	889,091	1,272,395	0.203583
DSAG95	305,177	0.5189	5,881,138	0.000000*

Fonte: Elaboração Própria a Partir do IPEADATA
Nota: Os Resultados Foram Extraídos do Software Space Stat 1.9
*Significativo a 1%, **Significativo a 5%, *** Significativo a 10%

Tabela 11 – Diagnóstico do Modelo MQO Espacial

NORMALIDADE DOS ERROS	
Jarque-Bera	113805285287*
HETEROCEDASTICIDADE	
Koenker-Bassett	803094522*
DEPENDÊNCIA ESPACIAL	
I de Moran (erro)	2100421**
LM (erro)	3770698***
Lm Robusto (erro)	0.256141
Kelejian-Robinson (erro)	52877994*
LM (*lag*)	5361975**
LM Robusto *(lag*)	1.847.417
LM (SARMA)	5618115***

Nota: Os resultados foram extraidos do software SPACE STAT 1.9
*significativo a 1%, **significativo a 5%, *** significativo a 10%

Na Tabela 12 apresenta-se o modelo SAR IV (2SLS) com Regime Espacial (*Dummy* Regiões Produtivas - DRP) e Correção do Problema da Heterocedasticidade. [7] Os resultados demonstram que melhorou o ajuste do modelo, eliminando o problema da instabilidade estrutural (heterogeneidade espacial) e controlando a heterocedasticidade. As variáveis consideradas importantes pela literatura se tornaram significativas como, por exemplo, área plantada total, terras irrigadas e despesas com salários agropecuários, notadamente, nas regiões mais produtivas. Todavia, vale ressaltar que o total de tratores empregados na agropecuária mineira não apresentou significância estatística, provavelmente em função da sua importância reduzida para o setor pecuário, pois são utilizados apenas para a reforma de pasto.

7 Na econometria espacial, os instrumentos das variáveis são as próprias defasagens espaciais médias. Mais especificamente, a variável instrumental é a média dos valores observados de uma determinada variável nos municípios circunvizinhos.

Tabela 12 – Modelo Espacial do Tipo *Lag* por Variáveis Instrumentais (IV – 2SLS) com Regime Espacial (*Dummy* Regiões Produtivas) e Correção do Problema da Heterocedasticidade

Discriminação	Coeficientes	Desvio-Padrão	Z- Value	Prob
W_PIB95	0.0794576	0.0848252	0.936722	0.348902
CONSTANT_0	7209.88	1479.04	4874720	0.000001*
APT95_0	0.444142	0.426209	1042076	0.297377
CRCO95_0	-53273	119657	-0.445215	0.656164
CRCU95_0	180887	330903	0.546648	0.584621
CRCI95_0	296302	384518	0.770580	0.440956
TEIR95_0	0.00228506	0.002215	1031630	0.302246
TTU95_0	148288	173368	0.085534	0.931837
DSAG95_0	0.723824	102517	0.706051	0.480157
PEOC95_0	0.338644	0.555272	0.609870	0.541948
CONSTANT_1	6386.62	3088.96	2067565	0.038681**
APT95_1	-0.375436	0.157831	-2378717	0.017373**
CRCO95_1	-11575	738654	-1567037	0.117106
CRCU95_1	877107	554944	1580532	0.113985
CRCI95_1	156625	485011	0.322930	0.746748
TEIR95_1	0.00259443	0.000888284	2920719	0.003492*
TTU95_1	198151	135514	1462213	0.143683
DSAG95_1	391367	0.611346	6401731	0.000000*
PEOC95_1	-1267	143196	-0.884801	0.376264
Número de Observações	853			
Variável Dependente	Produto Interno Bruto Agropecuário de Minas Gerais (PIB95)			
Variável Endógena	PEOC95_0 PEOC95_1			

Mudança Estrutural - Diferentes Inclinações Determinado pela Variável DRP (GRUPOS DRP_0 DRP_1)

Variáveis Instrumentais: Defasagens Espaciais Médias das Variáveis

Fonte: Elaboração Própria.

Nota: As estimações Foram Extraídas do *SpaceStat* 1.91

*Significativo a 1%;**Significativo a 5%;***Significativo a 10%

Em suma, as evidências explicam a maior produção das regiões do Triângulo Mineiro, Alto do Paranaíba e Sul de Minas. Os municípios

responsáveis pela maior produção agropecuária no estado apresentam alguma sinergia que resultam em externalidades espaciais positivas e, portanto, ganhos de produtividade na região em que estes se situam.

Considerações Finais

O trabalho demonstrou que o setor agropecuário tem um papel importante na dinâmica da economia mineira, em função disso o objetivo do trabalho foi contribuir para o debate em torno dos determinantes da produção agropecuária e da evolução setorial recente.

A hipótese central do trabalho é que há certa dependência espacial nas estratégias produtivas no estado de Minas Gerais. Os resultados econométricos provaram que os fatores espaciais (dependência espacial ou estratégias produtivas interdependentes), os fatores tecnológicos (irrigação) e as despesas com salários no setor agropecuário (assistência técnica e capital humano) afetaram positiva e significativamente a dinâmica setorial.

A análise econométrica identificou alguns *clusters* setoriais significativos a partir do Indicador Local de Associação Espacial (LISA). A significância deste indicador no período em consideração implica em dizer que, existem externalidades positivas multidirecionais da produção agropecuária nos municípios de algumas mesoregiões do Estado de Minas Gerais que devem receber maior atenção por parte do setor público, para que desenvolva e estimule novos ingressos naquele(s) pólo(s) agropecuário(s) de crescimento.

Estes resultados são úteis tanto para o setor público como para o privado, pois ambos podem se beneficiar dessas informações. O setor privado por saber os locais em que economia está mais aquecida. O setor público, por identificar as regiões mais e menos dinâmicas no estado, podendo elaborar políticas específicas para intensificar as externalidades

locais nas regiões dinâmicas ou atenuar os problemas nas regiões menos produtivas.

Ademais, as evidências são contundentes, há no estado uma grande desigualdade setorial, com destaque para a região Norte de Minas, que possue terras agricultáveis, mas que não são usadas eficientemente pela quase ausência de incentivos governamentais, como políticas assistenciais, políticas de irrigação e políticas creditícias específicas para investimento, custeio e comercialização, o que torna essas terras menos produtivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. Curso de Econometria Espacial Aplicada. Piracicaba – SP, Ed. ESALQ, 2004.

ANSELIN, L. "Spatial Externalities, Spatial Multipliers and Spatial Econometrics", International Regional Science Review, 26, p. 153-166, 2003.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. Geographical Analysis. Vol. 27 (2), p. 93-115. 1995.

ANSELIN, L. Spatial Econometrics: methods and models. Boston: Kluwer Academic, 284 p, 1988.

BALSAN, C. (2006). Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, 1(2), 123-151.

CONCEIÇÃO, P. H. Z. Análise da produtividade e mudança técnica na agricultura brasileira: período de 1955/1994. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP, Piracicaba, 1998. 65 p.

CRUZ, A. C. Composição do Agronegócio no Estado de Minas Gerais. Disponível em http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=796. Acesso em 20 dezembro 2008.

DALLA`ACQUA, F. M. Relações entre agricultura e indústria no Brasil 1930 – 60. Goiânia – GO, Revista de Economia Política, vol. 5, n 3, julho – setembro/ 1985.

ELESBÃO, I. O Espaço Rural Brasileiro em Transformação. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, Vol. XLII, pp. 47-65, 2007.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: http://www.embrapa.br

FURTADO, C. Monteiro. Formação Econômica do Brasil. São Paulo - SP, Ed. Companhia Editora Nacional, 1984.

GUILHOTO, J.; AZZONI. C., SILVEIRA, F.; ICHIHARA, S.; DINIZ; B.; MOREIRA, G. PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados Brasília: MDA, 2007, 172 p. - (NEAD Estudos; 19).

GUIMARÃES, E. N. A Influência Paulista na Formação Econômica e Social do Triângulo Mineiro. In: Anais do XI Seminário Sobre a Economia

Mineira. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF. Acessado em: 16 de Março de 2009.

IBGE – Censo Agropecuário do Brasil 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br

LEITE, F. C. T. Caracterização dos Diretores das Escolas de Agrícolas de Educação Profissional de Nível Técnico e de Suas Percepções a Cerca da Agricultura e do Meio Rural. Disponível em http://coralx.ufms.br/revce/revce/200501/a10.htm. Acesso em 5 dezembro 2008.

LINS, H. N. (2000) *Clusters* Industriais, Competitividade e Desenvolvimento Regional: da Experiência à Necessidade de Promoção. Estudos Econômicos, São Paulo, 30(2): 233-265.

ORTEGA, A. C. Territórios Deprimidos: Os Desafios Para as Políticas de Desenvolvimento Rural. In Campinas, Ed. Alínea, Cap. 7, 2008.

PORTER, M. E. (1999). Competição: Estratégias Competitivas Essenciais. Rio Janeiro: Campus, 1999.

RABELO, T. C.; PARRÉ, J. L.; ALVES, A. F. Efeitos espaciais na produção de soja no Estado do Paraná. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. Conhecimentos para a agricultura do futuro. Brasília: SOBER, 2007.

ROCHA, L. E. V.; LEITE, W. T. A. Transformações Recentes do Agronegócio: Uma Análise de Indicadores de Comércio Exterior no Período de 1996 a 2006. Revista de Economia e Agronegócio, Vol. 5, N° 3, São João Del Rei – MG, Ed. EFSJ, 2007.

SANTOS, D. M. M. Revolução Verde. Disponível em: http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXTO-86.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

SILVA, H.; RESENDE; A.; ROSA, C.; SIMÕES, R. Dinâmica Agropecuária e Urbanização: Uma Análise Multivariada para Minas Gerais, 1995-2000. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A140.pdf. Acesso em: 10 janeiro 2009.

SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp - Instituto de Economia, 1998. 217p.

SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. Nova economia, Belo horizonte.

7(1):43-81, 1997.

SILVA, J. G. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre – RS, Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SOUZA, E. C. ; SILVA, G. J. C. ; MARTINS, H. E. P. . Produção Agropecuária em Minas Gerais (1996 2006): Padrões de Distribuição, Especialização e Associação Espacial em Nível Municipal. In: XIX CBE, 2011, Bonito. XIX Congresso Brasileiro de Economia.

ZOCCAL, R.; ASSIS, A. G.; EVANGELISTA, S. R. M. Distribuição Geográfica da Pecuária Leiteira no Brasil. Disponível em http://www.cnpgl.embrapa.br/nova/publicações/circular/CT88.pdf. Acesso em 11 de Janeiro de 2009.

2016: Suplemento Especial, homenagem ao Prof. Werner Baer

Edição completa

PDF

Artigos

Percepção dos agricultores familiares de Garanhuns - PE quanto a possíveis dificuldades de acesso ao PRONAF B

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.406

Alexandre Augusto Alves Guedes, Daniela Moreira de Carvalho

14-30

PDF

Reforma agrária e concentração fundiária: uma análise de 25 anos de reforma agrária no Brasil

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.407

Sebastião Neto Ribeiro Guedes, Renato Ribeiro Fleury

31-44

PDF

Análise da política nacional de desenvolvimento regional (2003-2010) sobre a economia do Nordeste

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.408

Sarah Regina Nascimento Pessoa, Ana Maria Rita Milani

45-60

PDF

Eficiência técnica das escolas públicas dos estados do Nordeste: uma abordagem em dois estágios

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.409

Josué Nunes devAraújo Júnior, Wellington Ribeiro Justo, Roberta de Moraes Rocha, Sónia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes

61-73

PDF

Estrutura produtiva ou escolaridade? Uma análise dos fatores explicativos da desigualdade de renda entre as regiões Sudeste e Nordeste por quantil para o período entre os anos de 1970 e 2010

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.410

Rodrigo Oliveira, Raul da Mota Silveira Neto

74-91

PDF

Os gastos públicos e seus impactos na pobreza no Brasil

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.411

Andréa Ferreira da Silva, Jair Andrade Araujo

92-108

PDF

Decompondo o diferencial regional de salários entre Sudeste e Nordeste: uma aplicação da abordagem quantílica incondicional

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.412

Vitor Hugo Miro Couto Silva, João Mário Santos de França

109-129

PDF

Cadeias globais de valor em um modelo multissetorial de crescimento: uma análise do setor de equipamento de transporte

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.413

Guilherme Jonas Costa da Silva, Francielly de Fátima Almeida

130-149

PDF

A lei de Verdoorn-Kaldor-Thirlwall: uma análise empírica

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.414

Guilherme Jonas Costa da Silva, Henrique Dantas Neder, Helenise Sarno Santos

149-166

PDF

Modelo liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.415

Carlos Américo Leite Moreira, Romênia Virgínia Pimentel Borba

167-180

PDF

Banco de ideias

Werner Baer: um artífice do desenvolvimento

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.405

Yoni Sampaio

11-13

PDF

Banco do Nordeste

Idioma

Deutsch

English

Español (España)

Français (Canada)

Italiano

Português (Brasil)

Português (Portugal)

Palavras-chave

Indexadores

Google Acadêmico

Índice h5	Mediana h5
8	13

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Open Journal Systems

Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, Ceará, Brasil, e-ISSN: 2357-9226

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 36 No. 4 (2016)
Oct-Dec / 2016
Published October 1, 2016

Article

Piketty in the light of Pasinetti and Foley: Income distribution, economic growth and financial fragility

Marwil Dávila-Fernández, José Luis Oreiro
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n04a01

View Article Abstract ▼

Critical notes on Thomas Pikettys The Capital in the XXI Century

Rosa Maria Marques, Marcel Guedes Leite
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a02

View Article Abstract ▼

Exchange rate misalignment, exchange rate volatility and economic growth: an analysis for the Brazilian economy

Flávio Vilela Vieira, Aderbal Oliveira Damasceno
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a03

View Article Abstract ▼

Exchange rate as economic development device

Lauro Mattei, Thaís Scaramuzzi
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a04

View Article Abstract ▼

National innovation system and external constraint on growth

Marco Flávio da Cunha Resende, Daniela Almeida Raposo Torres
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a05

View Article Abstract ▼

The role of transnational corporations in the international insertion of Brazilian manufactures in the context of productive restructuring

Adriano José Pereira, Ricardo Dathein
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n04a06

View Article Abstract ▼

Economic raptures, political legitimacy: an analysis of 1987 foreign debt moratorium

Ivan Salomão, Pedro Cezar Dutra Fonseca
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a07

View Article Abstract ▼

The new developmentalism: an institutional contribution

Herton Castiglioni Lopes
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n04a08

View Article Abstract ▼

Local multiplier of industrial employment: Brazilian mesoregions (2000-2010)

Guilherme Macedo, Leonardo Monasterio
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n04a09

View Article Abstract ▼

Transport infrastructure investment and regional inequalities in Brazil: an Analysis of the impacts of the Growth Acceleration Program (PAC)

Guilherme Jonas Costa da Silva, Humberto Eduardo de Paula Martins, Henrique Dantas Neder
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a10

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO
Centro Internacional CELSO FURTADO de Políticas para o Desenvolvimento

v. 11, n. 19 (2016)

Edição completa

Ver ou baixar a edição completa PDF

Sumário

Editorial

Editorial | Nº 19 PDF 7-9
Carmem Feijó

Artigos

Evolução do empenho inovativo das ETS no Brasil, ao longo dos anos 2000 PDF 11-32
Liliane Cordeiro Barroso, Lia Hasenclever, Antônio Correa de Lacerda

Desenvolvimento econômico e provisão de bens e serviços públicos: aspectos teóricos deste debate PDF 35-55
Bruno Rodas Oliveira, Carlos Pinkusfeld Bastos

Atuação regional da firma bancária em um contexto de elevada desigualdade regional. O caso do Brasil: 2000-2012 PDF 57-80
Leonardo Dondoni Dutra, Júlio Cesar Albuquerque Bastos

Um "Macarthismo hidráulico" contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o Senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963) PDF 83-102
Valdênio Freitas Meneses

Inovação Sustentável: uma crítica ao conceito de sustentabilidade PDF 105-115
Álvaro Maia Batista

Entrevistas

Intérpretes do pensamento desenvolvimentista PDF 204-219
General Joubert de Oliveira Brízida

Resenha

Macroeconomia do desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana | José Luis Oreiro PDF 221-224
Guilherme Jonas Costa da Silva

Qual Desenvolvimento?

O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade PDF 117-128
Pedro Cezar Dutra Fonseca

Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do Estado PDF 131-143
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese PDF 145-165
Luiz Carlos Bresser-Pereira

Debate crítico: Novo Desenvolvimentismo

O novo-desenvolvimentismo e seus críticos PDF 167-179
José Luis Oreiro, Nelson Marconi

Crítica ao novo-desenvolvimentismo PDF 181-189
Marcos de Barros Lisboa, Samuel Pessoa

A regressão industrial e o pequeno crescimento possibilitam aumentar os salários, quando a produtividade encontra-se estagnada? Comentários aos artigos de Pessoa, Lisboa, Oreiro e Marconi. PDF 191-202
Pierre Salama

ISSN: 2447-7532

ISSN: 2178-7638

RACEF

Revista de Administração, Contabilidade e Economia da **Fundace**

v. 7, n. 2 (2016)

DOI: https://doi.org/10.13059/racef.v7i2

Sumário

Artigos

Editorial PDF
Janaina de Moura Engracia Giraldi, Jorge Henrique Caldeira de Oliveira

Relação entre saneamento básico no Brasil e saúde da população sob a ótica das internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica PDF
Júlia Gallego Ziero Uhr, Mariana Schmechel, Daniel de Abreu Pereira Uhr

Benchmarking de práticas de excelência através da teoria da resposta ao item PDF
Marcos Ronaldo Albertin, Marcos Charles Pinheiro Baltazar, Heráclito Lopes Jaguaribe Pontes, Kayle Marreiro Barroso

Gestão de Carteiras:os benefícios da diversificação mundial no mercado acionário PDF
Alberto Shigueru Matsumoto, José Luiz Barros Fernandes, Paulo Henrique Gonçalves Ferreira

Redes Interorganizacionais de cooperação para a internacionalização: o caso Brazilian Cattle PDF
Gustavo Barbieri Lima, Dirceu Tornavoi de Carvalho, Orliene Maciel Guimarães, Mirna de Lima Medeiros

Taxa de Câmbio Real, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira no Período Recente PDF
Guilherme Jonas Costa da Silva, Rafael Uhrigshardt Milani

Desafios da Gestão em Rede para Desenvolvimento de Soluções Inovadoras de Aplicativos Corporativos em Telefonia Móvel PDF
Leonardo Kenji Ribeiro Kitajima, Luciano Thome Castro

Rotatividade de professores universitários: o caso de um campus fora da sede PDF
Wender Rodrigues de Siqueira, Luciene Cândida Ferreira Alves

Análise comportamental da evidenciação de riscos corporativos nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor bancário durante o período de 2010 a 2012 PDF
Isabela Torres Leite, Rosângela Venâncio Nunes, Charles Washington Costa de Assis, Nayana de Almeida Adriano, Rita de Cássia Fonseca

Aplicação do TDABC (Time-Driven Activing-Based Costing) em laboratório de próteses dentárias: um estudo de caso PDF
Rodney Wernke, Sabrina Farias, Ivone Junges, Antonio Zanin

ISSN: 2178-7638

2016: Suplemento Especial, homenagem ao Prof. Werner Baer

Edição completa

PDF

Artigos

Percepção dos agricultores familiares de Garanhuns - PE quanto a possíveis dificuldades de acesso ao PRONAF B

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.406

Alexandre Augusto Alves Guedes, Daniela Moreira de Carvalho

14-30

PDF

Reforma agrária e concentração fundiária: uma análise de 25 anos de reforma agrária no Brasil

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.407

Sebastião Neto Ribeiro Guedes, Renato Ribeiro Fleury

31-44

PDF

Análise da política nacional de desenvolvimento regional (2003-2010) sobre a economia do Nordeste

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.408

Sarah Regina Nascimento Pessoa, Ana Maria Rita Milani

45-60

PDF

Eficiência técnica das escolas públicas dos estados do Nordeste: uma abordagem em dois estágios

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.409

Josué Nunes devAraújo Júnior, Wellington Ribeiro Justo, Roberta de Moraes Rocha, Sónia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes

61-73

PDF

Estrutura produtiva ou escolaridade? Uma análise dos fatores explicativos da desigualdade de renda entre as regiões Sudeste e Nordeste por quantil para o período entre os anos de 1970 e 2010

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.410

Rodrigo Oliveira, Raul da Mota Silveira Neto

74-91

PDF

Os gastos públicos e seus impactos na pobreza no Brasil

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.411

Andréa Ferreira da Silva, Jair Andrade Araujo

92-108

PDF

Decompondo o diferencial regional de salários entre Sudeste e Nordeste: uma aplicação da abordagem quantílica incondicional

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.412

Vitor Hugo Miro Couto Silva, João Mário Santos de França

109-129

PDF

Cadeias globais de valor em um modelo multissetorial de crescimento: uma análise do setor de equipamento de transporte

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.413

Guilherme Jonas Costa da Silva, Francielly de Fátima Almeida

130-149

PDF

A lei de Verdoorn-Kaldor-Thirlwall: uma análise empírica

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.414

Guilherme Jonas Costa da Silva, Henrique Dantas Neder, Helenise Sarno Santos
149-166

PDF

Modelo liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.415

Carlos Américo Leite Moreira, Romênia Virgínia Pimentel Borba
167-180

PDF

Banco de ideias

Werner Baer: um artífice do desenvolvimento

DOI: https://doi.org/10.61673/ren.2016.405

Yoni Sampaio
11-13

PDF

Banco do Nordeste

Idioma

Deutsch

English

Español (España)

Français (Canada)

Italiano

Português (Brasil)

Português (Portugal)

Palavras-chave

Indexadores

Google Acadêmico

Índice h5	Mediana h5
8	13

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Open Journal Systems

Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, Ceará, Brasil, e-ISSN: 2357-9226

ScienceDirect

EconomiA

Open access

Volume 16, Issue 1

Pages 1-144 (January–April 2015)

Download full issue

Previous vol/issue Next vol/issue

Regular Articles

Research article *Open access*

Structure and asymptotic theory for nonlinear models with GARCH errors

Felix Chan, Michael McAleer, Marcelo C. Medeiros

Pages 1-21

View PDF Article preview

Research article *Open access*

Beating the market with small portfolios: Evidence from Brazil

André A.P. Santos

Pages 22-31

View PDF Article preview

Research article *Open access*

Basic interest rate, bank competition and bank spread in personal credit operations in Brazil: A theoretical and empirical analysis

Guilherme Jonas Costa da Silva, Lívia Abrão Steagall Pirtouscheg

Pages 32-45

View PDF Article preview

Research article *Open access*

The replacement of payroll tax by a tax on revenues: A study of sectorial impacts on the Brazilian economy

Wilton Bernardino da Silva, Nelson Leitão Paes, Raydonal Ospina

Pages 46-59

View PDF Article preview

Research article *Open access*

FEEDBACK

Efficiency of municipal legislative chambers

Alexandre Manoel Angelo da Silva, Roberta da Silva Vieira, Angelo José Mont'alverne Duarte

Pages 60-75

View PDF Article preview

Research article *Open access*

Human capital demand in Brazil: The effects of adjustment cost, economic growth, exports and imports

Joilson Dias

Pages 76-92

View PDF Article preview

Research article *Open access*

Bidding behavior in a symmetric Chinese auction

Mauricio Benegas

Pages 93-110

View PDF Article preview

Research article *Open access*

Vertical tax competition in Brazil: Empirical evidence for ICMS and IPI in the period 1995–2009

Rodolfo Herald da Costa Campos, Roberto Tatiwa Ferreira, Rafael Kloeckner

Pages 111-127

View PDF Article preview

Research article *Open access*

The Brazilian exports of labor-intensive goods in the 2000s: An analysis using the Constant Market Share Method

Flávio Benevett Fligenspan, Marcos Tadeu Caputi Lélis, André Moreira Cunha, Rômulo Viana Clezar

Pages 128-144

View PDF Article preview

Previous vol/issue Next vol/issue

ISSN: 1517-7580

Copyright © 2024 National Association of Postgraduate Centers in Economics, ANPEC. Production and hosting by Elsevier B.V. All rights are reserved, including those for text and data mining, AI training, and similar technologies.

ELSEVIER

All content on this site: Copyright © 2025 Elsevier B.V., its licensors, and contributors. All rights are reserved, including those for text and data mining, AI training, and similar technologies. For all open access content, the relevant licensing terms apply.

RELX™

v. 1 n. 1 (2015)

Publicado: 2015-03-04

Artigos

Sumário e Expediente

Sumário e Expediente .

PDF

Editorial

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles F.

1

PDF

Fluxo de capitais e crescimento econômico de longo prazo: teoria, modelo e evidências recentes para as economias emergentes

Guilherme Jonas C. da Silva, Fernando Motta Correia, Roberto S. Santolin

2-25

PDF

Canal do preço dos ativos no Brasil: caso das LFTs

Felipe Medeiros, Eliane Araújo

26-41

PDF

Capital Social e Desenvolvimento Econômico: Aspectos teóricos

Patrícia Andrade de Oliveira e Silva

42-59

PDF

Uma análise das etapas constitutivas do capitalismo e apontamentos sobre a contemporaneidade

Grasiela Cristina da Cunha Baruco

60-80

PDF

Uma aplicação da Lei de Okun no Brasil (1996-2013)

Jaqueline Moraes Assis Gouveia, Paulo Ricardo Feistel

81-90

PDF

Enviar Submissão

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Open Journal Systems

Revista de Economia do Centro-Oeste [REOESTE] - ISSN: 2447-231X

Classificação Qualis Capes: B2 - Economia (Qualis 2017/2020)

Universidade Federal de Goiás

FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Campus Samambaia, n/nº. Goiânia-GO. CEP: 74.690-900. Tel.: (+55) 62-3521-1390

Indexadores:

Platform &
workflow by
OJS / PKP

v. 1 n. 2 (2015)

Publicado: 2015-12-01

Artigos

Sumário e Expediente

Equipe Editorial .

1

PDF

Concentrações espaciais do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): o caso de Goiás

Guilherme Resende Oliveira, Marcos Fernando Arriel, Alex Felipe Rodrigues

2-18

PDF

Área de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia: limites e possibilidades

Mygre Lopes da Silva, Daniel Arruda Coronel, Rodrigo Abbade da Silva

19-34

PDF

O debate Gudin/Simonsen paralelo ao debate do cálculo econômico socialista

Rafael Galvão Almeida

35-53

PDF

Brasil e Argentina nos anos 1990: dois exemplos comparados de dolarização

Luiz Eduardo Souza, Maria de Fátima Silva do Carmo Previdell

54-69

PDF

Investimento em infraestrutura logística, comércio internacional e crescimento econômico de longo prazo: uma análise a partir de simulações computacionais

Matheus Silva de Paiva, Guilherme Jonas C. da Silva, Júlio Fernando Costa Santos

70-86

PDF

Enviar Submissão

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Open Journal Systems

Revista de Economia do Centro-Oeste [REOESTE] - ISSN: 2447-231X

Classificação Qualis Capes: B2 - Economia (Qualis 2017/2020)

Universidade Federal de Goiás

FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Campus Samambaia, n/nº. Goiânia-GO. CEP: 74.690-900. Tel.: (+55) 62-3521-1390

Indexadores:

Platform &
workflow by
OJS / PKP

Revista de Políticas Públicas

v. 19 n. 1 (2015): CRISE ATUAL DO CAPITALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: balanço e perspectivas continentais

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1

Publicado: 2016-06-16

Editorial

EDITORIAL

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p12-16

Raimunda Nonata do Nascimento Santana, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa

12-16

PDF

Artigos - Dossiê Temático

PARIS NA ERA DO IMPERIALISMO GLOBAL: o jornal, a rua e o supermercado

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p17-39

Flávio Bezerra de Farias

17-39

PDF

O BRASIL NO SÉCULO XXI NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p41-60

Alba Maria Pinho de Carvalho, Eliana Costa Guerra

41-60

PDF

ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA EUROPA E BRASIL: mecanismos de garantia da qualidade

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p61-75

Cleber Augusto Pereira, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo, Maria de Lourdes Machado

61-75

PDF

A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO MODELO DE COALIZÕES DE DEFESA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p77-90

Victor Manuel Barbosa Vicente

77-90

PDF

BREVE BALANÇO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: análise comparativa Brasil e Portugal a partir da experiência das residências terapêuticas

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p91-102

Rachel Gouveia Passos, Sílvia Portugal

91-102

PDF

CRISE CAPITALISTA E POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA: tendências atuais pertinentes à saúde mental brasileira

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p103-115

Elizangela Samara da Silva, Viviane Guedes Gonçalves de Moura

103-115

PDF

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma proposta para o fortalecimento da participação popular no licenciamento de atividades petrolíferas no Brasil

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p117-131

Noa Magalhaes Pinto, Carlos José Saldanha Machado, Rodrigo Machado Vilani

117-131

PDF

LO QUE NOS DEJÓ EL TIEMPO: politica asistencial e integracion social

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p133-144

Ximena Baraibar

133-144

PDF

POLÍTICAS DE SAÚDE NOS PAÍSES DO MERCOSUL: um retorno à universalidade?

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p145-156

Vera Maria Ribeiro Nogueira, Helenara Silveira Fagundes, Celmira Bentura Alonso, Elizabeth Ortega Cerchiaro, Jorge Hugo Centeno, Nora Margarita Jacquier, Stella Mary Garcia Aguero, Maria Del Carmen Garcia

145-156

PDF

PARA UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA PÚBLICA: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p157-171

Liliana Gracia Hincapié

157-171

PDF

SOJICULTURA E MERCADO DE TERRAS NA AMAZÔNIA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p173-185

Solange Maria Gayoso da Costa

173-185

PDF

UTILIZAÇÃO PRIVADA DE DINHEIRO PÚBLICO: alguns apontamentos sobre a gestão dos recursos do Sistema S

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p187-203

Deribaldo Santos, Geisiane Cristina Pereira da Silva

187-203

PDF

Entrevista

ENTREVISTA ESPECIAL COM ALEX OLIVEIRA DE SOUZA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p204-207

Flávio Bezerra de Farias

204-207

PDF

Resenha

RESENHA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p208-210

Flávio Bezerra de Farias

208-210

PDF

Artigos - Temas livres

ESTUDO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: região do Pantanal do Corixo Grande, Cárceres/MT

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p211-221

Célia Regina da Silva Taques Barros, Renato Blat Migliorini, Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta

211-221

PDF

INCLUSÃO SUBORDINADA DE ASSENTAMENTOS RURAIS À CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO ESTADO DE GOIÁS

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p222-236

Sheila Marli de Melo Rezende, Dinalva Donizete Ribeiro

222-236

PDF

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p237-250

Desirée Cipriano Rabelo

237-250

PDF

MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: a relação entre professores e Diretrizes da Educação do Campo em Cascavel

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p251-265

Jaqueline Zdebski da Silva Cruz, Maria Lidia Sica Szymanski
251-265

PDF

O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO FEDERAL E A EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM DEZEMBRO: estratégia de planejamento orçamentário?

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p267-279

Marco Antonio Alves, João Henrique Pederiva
267-279

PDF

POLÍTICAS AMBIENTAIS: uma análise do Governo Federal e do Cariri Ocidental

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p281-301

José Irivaldo Alves O. Silva, Marivaldo Gomes Alcântara
281-301

PDF

PRIMEIRA INFÂNCIA E POBREZA NO BRASIL: uma análise integrada a partir de indicadores em saúde, educação e desenvolvimento social

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p303-314

Rosane Luzia de Souza Morais, Alysson Massote Carvalho, Lívia de Castro Magalhães, Priscilla Avelino Ferreira Pinto
303-314

PDF

PROMOÇÃO DA SAÚDE: concepções que permeiam o ideário de gestores do Sistema Único de Saúde

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p315-326

Carine Vendruscolo, Letícia de Lima Trindade, Karen Cristina Jung Rech, Lucimare Ferraz, Ivete Maroso Krauzer
315-326

PDF

QUALIDADE DA MALHA RODOVIÁRIA, CUSTOS ECONÔMICOS ASSOCIADOS E DETERMINANTES DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO BRASIL: avaliação e proposição de política

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p327-347

Guilherme Jonas Costa da Silva, Lívia Boaventura Menezes, Henrique Dantas Neder
327-347

PDF

Open Journal Systems

Enviar Submissão

Idioma

English

Español (España)

Français (Canada)

Italiano

Português (Brasil)

Palavras-chave

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Edição Atual

ATOM 1.0

RSS 2.0

RSS 1.0

ARTIGOS MAIS LIDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E REPARAÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA: políticas de igualdade racial e educação
1349

QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL
1139

ENSAIO INICIAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: indicações políticas para a política de assistência social
1118

ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS INCENTIVADOS PELA LEI DE INCENTIVO À CULTURA
948

HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução: Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2018. 144 p.
833

FAMILISMO E POLÍTICA SOCIAL: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira
563

CAIO PRADO JUNIOR. “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Colônia”
554

SENTIDO E VALOR DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE MAX WEBER
490

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O SENTIDO HISTÓRICO DA PANDEMIA COVID 19
485

A ADMISSIBILIDADE DA TORTURA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA
443

AJUSTE FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora
413

REDUÇÃO DE DANOS E SUA POTENCIALIDADE COMO FERRAMENTA ANTIRRACISTA NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
412

MULHERES E DIREITOS HUMANOS: uma perspectiva normativa acerca do enfrentamento da violência de gênero
405

O DOMÍNIO DA NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO DETERMINANTE DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO
394

A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS GLOBAIS NA ÍNDIA
384

FREITAS, Luis Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.
381

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições para o debate
377

POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI
366

POLITICAS PÚBLICAS PARA DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES: situação atual e Educação como alternativa
361

Expediente
352

LivRe Periódicos de livre acesso
Cariniana Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital

Platform & workflow by OJS / PKP

AGLOMERAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA SETORIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS EM 2008: AVALIAÇÃO EMPÍRICA E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICA

Eduiges Romanatto[1]
Marcos Fernando Arriel[2]
Guilherme Jonas Costa da Silva[3]

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, salienta-se que não existem trabalhos valendo-se das informações estatísticas, bem como de metodologias de análise econômico-espacial para o caso dos municípios goianos.

Assim, este artigo consiste em identificar e caracterizar os municípios-polos regionais em Goiás, bem como apresentar seu raio de influência, inicialmente por meio da formação de áreas de mercado, conforme proposto por Lemos *et al.* (2003), na tentativa de estruturar uma nova divisão do estado, considerando uma hierarquização dos polos.

Na sequência, pretende-se gerar alguns indicadores sintéticos que representam o perfil dos municípios a partir dos dados do produto interno bruto (PIB) municipal de 2008 e classificar cada um dos 246 municípios segundo o seu perfil em grupos homogêneos. Para tanto, emprega-se técnicas estatísticas multivariadas de análise fatorial para criar os indicadores sintéticos, bem como a técnica de identificação dos grupos com características semelhantes, segundo a produção de riqueza do município.

Essas análises buscam a identificação dos *clusters* consolidados e também daqueles que estão em formação, fundamental para a atuação dos gestores da política regional.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em quatro seções. Na segunda, desenvolve-se uma caracterização dos municípios do estado de Goiás. Na terceira, apresenta-se um debate em torno da formação e consolidação dos municípios-polos regionais

1. Gerente de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas do Instituto Mauro Borges –Segplan-GO, e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail*: tgromanatto@yahoo.com.br.
2. Gerente de Estudos Socioeconômicos e Especiais do Instituto Mauro Borges – Segplan-GO, e mestre em Planejamento e Desenvolvimento Territorial pela Pontífica Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). *E-mail:* marcosarriel@ig.com.br.
3. Professor adjunto do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFMG) e doutor em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG. *E-mail:* guilhermejonas@yahoo.com.br.

no estado de Goiás em 2008. Na quarta, o debate volta-se para as transformações recentes das características das atividades econômicas do estado de Goiás. Por fim, na última seção apresentam-se as considerações finais.

2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS EM TERMOS DE VALOR AGREGADO (VA) DO PIB

O estado de Goiás tem apresentado ganhos de participação na produção gerada no país nos últimos anos, com elevação substancial do seu PIB. Parte deve-se à integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria, bem como à emergência de novas atividades industriais (setor automotivo) atraídas pelas políticas de incentivos fiscais, praticadas por Goiás a partir de meados da década de 1980 (Arriel, 2010). Com isso, a participação do PIB goiano no Brasil, que era de 2,05% em 1995, passou para 2,48% em 2008. Quanto às taxas de crescimento, Goiás cresceu 69,9%, em termos reais, entre 1995 e 2008, enquanto o Brasil cresceu 46,98% nessa comparação (Segplan-GO, 2010).

Conforme Paschoal (2009), o primeiro programa de incentivo fiscal em Goiás foi o Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), instituído pela Lei nº. 9.489, em 1984 e, sendo no ano 2000, substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), que preconizava, de forma direta, a geração de empregos por meio da Lei nº. 13.591.

Concomitante aos incentivos fiscais havia, também, planos de desenvolvimento regional implantados em Goiás como, conforme Pires e Ramos (2009), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro – 1975); o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB, 1979) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer – 1985). Além destes, foi instituído também o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em 1989.

Esses planos de desenvolvimento e de incentivos fiscais buscavam atrair atividades industriais, principalmente alimentícias, buscando gerar oportunidades no estado de Goiás, já que a agropecuária moderna e concentrada na produção de grãos e na pecuária de corte contava – e ainda conta – com altos níveis de produtividade.

Assim, com a ajuda de alguns programas de desenvolvimento e outros de incentivos fiscais, ocorreu crescimento da participação da economia goiana no cenário nacional. Atualmente, de acordo com Oliveira e*t al.* (2010), Goiás mostra-se bastante integrado à economia regional e nacional, sobretudo àqueles estados da região Centro-Sul, nos quais se tem uma relação de fluxo de comércio em torno de 40%, tanto para compras quanto para vendas.

3 FORMAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS MUNICÍPIOS-POLOS REGIONAIS NO ESTADO DE GOIÁS EM 2008

3.1 Identificação e consolidação dos municípios-polos regionais em Goiás

Inicialmente, para identificar a formação de polos regionais em Goiás, foi calculado o índice de terciarização (It). O It, proposto por Lemos *et al.* (2003):

> (...) indica, por um lado, a capacidade de carregamento do conjunto das atividades econômicas de uma região pelos serviços ofertados especificamente por uma dada localidade, o polo. Na terminologia de Christaller (1966) [1933], trata-se de "bens centrais", produzidos apenas no "lugar central de ordem superior", ou seja, não produzidos nas localidades de "ordem inferior".

> A "capacidade de carregamento" deste lugar central seria medida por sua oferta de serviços necessários para atender à demanda do conjunto das atividades produtivas de toda a região. Assim, um polo com maior capacidade de oferta de serviços possui maior capacidade de "carregamento" ou sustentação da produção regional de bens, quer sejam bens agrícolas, minerais ou industriais. Por outro lado, o It é um índice da capacidade de transbordamento da oferta desses serviços para outras localidades, que são atraídas por esse "lugar central de ordem superior" para o consumo de seus serviços. Ou seja, a "capacidade de transbordamento" mede a capacidade da oferta de serviços de atrair demanda no espaço, enquanto a "capacidade de carregamento" mede a capacidade da oferta de sustentar a demanda regional (Lemos *et al.*, p. 671, 2003).

O It "permite estabelecer uma relação de proporcionalidade relativa entre as atividades básicas e complementares que delineiam a estrutura econômica de uma localidade" (Guimarães e Faria, p. 8, 2006). Para aqueles municípios cujo It seja mais representativo, maior será a potencialidade do município de polarizar o seu entorno. Da mesma forma, quando o It for menos representativo, indica que o município apresenta um baixo nível de influência regional ou baixa capacidade de absorver a própria renda que gera em sua economia, bem como polarizar os demais municípios ao seu entorno.

Para o cálculo do It foi utilizado a base de dados do PIB dos municípios goianos, referente ao ano de 2008 e, em seguida, foi necessário aplicar o conversor logarítmico para evitar a supervalorização de localidades pouco representativas, chamando, assim, de índice de terciarização ajustado – It* (Lemos *et al.*, 2003).

Depois da análise do It*, foi calculado o índice potencial de integração entre os municípios. Para tal fim foi utilizado o princípio da física de atração dos corpos, adaptado ao modelo econômico, em que a força de atração de uma unidade central, o polo, possui uma força de atração com as demais localidades em uma magnitude diretamente proporcional às suas massas de renda e inversamente proporcional ao quadrado das distâncias.

Isso posto, os municípios que obtiveram resultados do It* superior a 0,1 possuem maior concentração populacional, fato que está nitidamente ligado ao setor de serviços, conforme tabela 1.

Outro fato que chama a atenção é a localização desses municípios – a maior parte situa-se na região metropolitana de Goiânia e no entorno do Distrito Federal.

TABELA 1
Indicadores de polarização e produção dos municípios goianos com maior capacidade de polarização (2008)

Municípios	Agropecuária (R$ mil)	Indústria (R$ mil)	Serviços (R$ mil)	VA (R$ mil)	PIB (R$ mil)	População	PIB per capita (R$)	It	VTc	It*
Águas Lindas de Goiás	1.580	64.675	364.373	430.628	457.265	139.804	3.271	5,50	0,08	0,42
Anápolis	36.828	1.944.672	2.576.234	4.557.734	6.265.480	331.329	18.910	1,30	0,57	0,73
Aparecida de Goiânia	5.421	792.347	2.643.353	3.441.121	3.873.756	494.919	7.827	3,31	0,47	1,55
Catalão	173.499	1.367.691	1.232.274	2.773.464	3.348.904	79.618	42.062	0,80	0,40	0,32
Goiânia	19.777	2.811.005	13.529.910	16.360.692	19.457.328	1.265.394	15.377	4,78	0,95	4,54
Itumbiara	104.313	631.688	1.049.248	1.785.248	2.047.097	91.843	22.289	1,43	0,28	0,40
Jataí	347.708	514.851	815.110	1.677.669	1.860.945	85.491	21.768	0,94	0,26	0,25
Luziânia	169.651	596.801	865.180	1.631.631	1.805.535	203.800	8.859	1,13	0,26	0,29
Novo Gama	1.334	49.923	244.887	296.144	315.149	87.558	3.599	4,78	0,05	0,25
Planaltina	29.168	39.285	254.462	322.914	341.635	79.162	4.316	3,72	0,06	0,21

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Agropecuária (R$ mil)	Indústria (R$ mil)	Serviços (R$ mil)	VA (R$ mil)	PIB (R$ mil)	População	PIB per capita (R$)	It	VTc	It*
Rio Verde	443.270	1.167.637	1.632.661	3.243.569	3.615.987	158.818	22.768	1,01	0,45	0,45
Santo Antônio do Descoberto	9.120	27.858	162.654	199.632	210.678	57.908	3.638	4,40	0,04	0,16
Senador Canedo	6.841	187.102	1.744.585	1.938.527	2.304.014	75.297	30.599	9,00	0,30	2,68
Trindade	35.795	189.954	361.939	587.688	644.772	102.870	6.268	1,60	0,10	0,16
Valparaíso de Goiás	137	62.507	469.971	532.615	579.169	120.878	4.791	7,50	0,09	0,70

Fonte: Segplan-GO/IMB.
Elaboração dos autores.

O caso da região metropolitana é explicável pelo processo de conurbação da capital com outros municípios, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. No caso de Senador Canedo, tal resultado é decorrente da localização de um centro de distribuição de combustíveis, não havendo nenhum outro tipo de serviço representativo. Assim, para fins de análise será considerada a capital Goiânia como representante de um polo, dada a interdependência entre os municípios ao seu entorno.

A elevada participação das localidades do entorno do Distrito Federal deve-se à proximidade com a capital federal, Brasília, que faz delas praticamente cidades-dormitório, com baixo desenvolvimento da atividade industrial e agrícola, como é o caso de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, entre outras. Cabe destacar que nessa região a localidade de Luziânia é a única que possui uma atividade de serviços mais complexa, o que oferece suporte para atividades industriais instaladas naquele município. Mas, de um modo geral, estes municípios devem ser considerados em análise conjunta com Brasília, pois são fortemente polarizados pela capital federal.

Os municípios do interior goiano que se destacam em relação ao It* são Anápolis, Rio Verde, Jataí, Catalão e Itumbiara.

O município de Anápolis é o principal polo industrial do interior e se destaca pelos serviços em educação e saúde. Deve-se considerar também que, devido ao notável número de indústrias no município, torna-se possível o surgimento de serviços de apoio. Além de ter o 2º maior PIB do estado de Goiás (R$ 6,3 bilhões), consolida-se cada vez mais como um polo logístico por excelência. Situa-se estrategicamente no cruzamento de dois eixos rodoviários importantes, a BR-153 e a BR-060, é parte importante do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e está no ponto de integração da Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia Centro Atlântica. Esta infraestrutura de transportes relacionada com o Distrito Agroindustrial e o Porto Seco (Estação Aduaneira Interior) formatam um nó estratégico de distribuição de cargas de abrangência nacional e internacional. Além disso, está prevista a adequação do aeroporto civil de Anápolis para aeroporto de cargas. Porém, o extravasamento maior do setor de serviços é prejudicado pelo fato da localidade estar entre dois polos – Goiânia e Brasília –, o que reduz a capacidade de polarização do município.

Rio Verde tem apresentado um forte crescimento industrial e uma expansão populacional, em conjunto com a expansão de oferta de serviços, principalmente depois da chegada da Perdigão, no final da década de 1990, que gerou uma concentração (geográfica e setorial) de empresas e instituições as quais, em sua interação, geraram capacidade de inovação e conhecimento especializado. Ou seja, gerou-se um chamado "*agricluster*", que gira em torno de uma das maiores companhias de alimentos (especialmente carnes de aves e suínos) do país.

A expansão do setor industrial provocou crescimento no setor de serviços tanto para atender necessidades das empresas locais, quanto para o atendimento das necessidades da população.

Jataí também é um dos destaques porém, assim como Rio Verde, em função da localização em uma região com baixa densidade populacional e com municípios separados por distâncias consideráveis, vê-se limitado em sua capacidade de polarização. No caso de Rio Verde, há uma polarização maior de localidades do Sudoeste; em Jataí os serviços são, em sua essência, para consumo local, apresentando uma fraca polarização. Fatos que pesam negativamente no Sudoeste Goiano são a baixa densidade populacional e as elevadas distâncias entre as sedes municipais. O município é um dos mais expressivos em nível nacional na agropecuária, sendo que o setor agroindustrial ganhou força com instalação de grandes indústrias processadoras de grãos, carnes e leite e na área sucroenergética. No setor de serviços, o principal é o educacional, que conta com quatro instituições de ensino superior: o Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT); o Campus Universitário da Universidade Federal do Goiás (UFG); a Unidade Universitária da Universidade Estadual de Goiás (UEG); e o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Jataí (IFET-GO).

Catalão é um dos municípios que tem apresentado os mais significativos indicadores de crescimento industrial do estado. A localização e as riquezas minerais do município foram fatores decisivos para a atração de empresas de grande porte, nos ramos de mineração e montagem de veículos e máquinas agrícolas, constituindo polo mineroquímico (minérios importantes, como o fosfato e o nióbio) e metalmecânico. Há ainda que se destacar que no aspecto educacional Catalão possui três instituições de ensino superior. Também, apresenta um bom crescimento do setor de serviços, mas possui ainda uma capacidade limitada de polarização, pois além da força atrativa de Goiânia e Brasília, o município está em uma área próxima a Uberlândia (MG), que é um polo regional considerável de serviços.

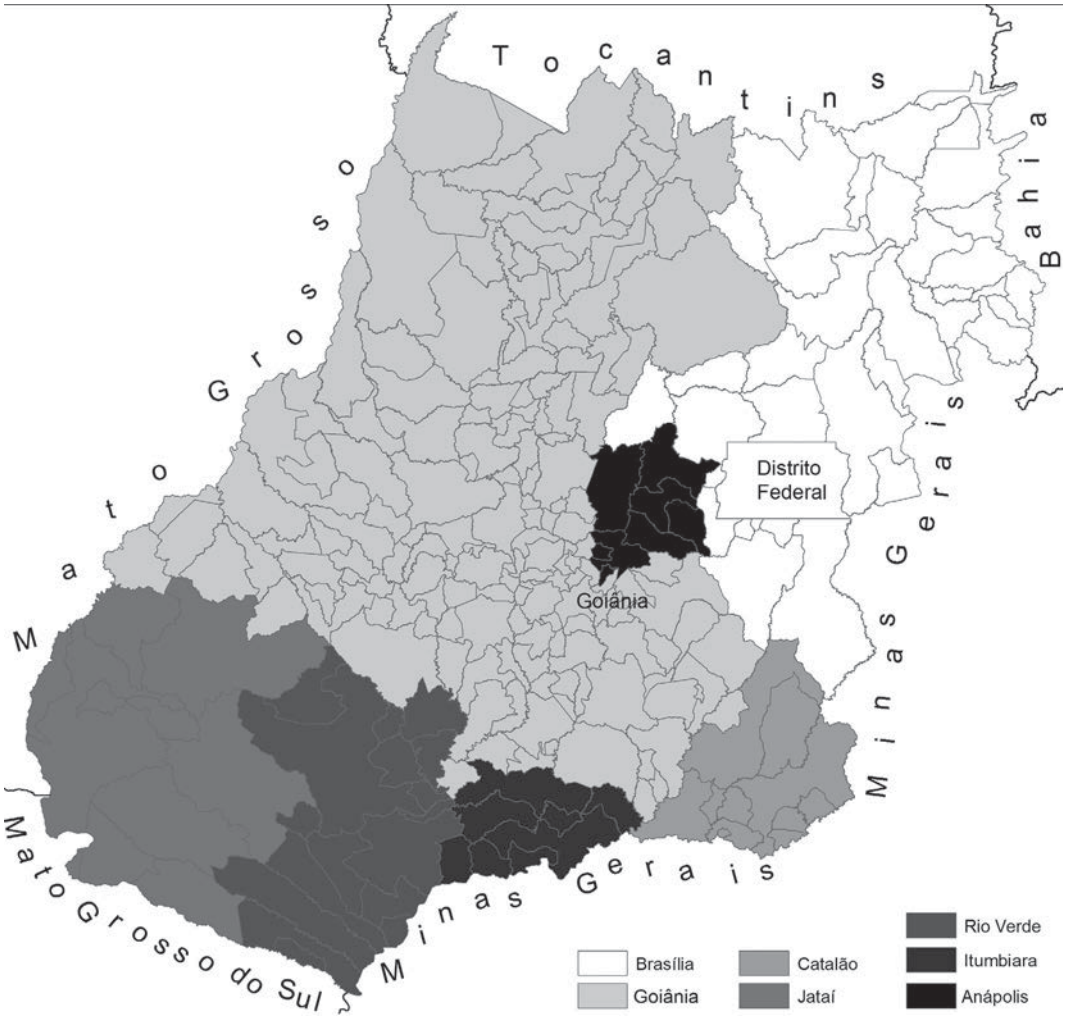
Itumbiara foi um dos primeiros municípios a atrair indústrias no estado, graças à sua localização e à expansão da agropecuária na região. O fácil acesso ao Sul e ao Sudeste do país e sua ligação com o Sudoeste de Goiás facilitam o escoamento da produção. Além de bem localizado, o município possui um bom Distrito Agroindustrial (Diagri), que também contribui para a produção, a expansão e a instalação de novas indústrias. O município se destaca no avanço do segmento industrial, contando com grandes plantas industriais. Sua localização, na divisa do estado com Minas Gerais, recebe grande influência de municípios daquele estado, sobretudo de Uberlândia, o que dificulta a sua capacidade de polarizar.

Após a identificação dos municípios com capacidade de polarização, foi feito um exercício para a delimitação do seu raio de influência. Com base nos dados do valor adicionado dos municípios e utilizando o princípio da física de atração dos corpos, adaptado ao modelo econômico, verificou-se que os municípios goianos estão sob a influência de Goiânia e Brasília, mas que os municípios de Anápolis, Catalão, Itumbiara, Jataí e Rio Verde também exercem certa influência em um conjunto, mesmo que pequeno, de municípios.[4]

Os municípios identificados como polos e sua distribuição espacial no estado de Goiás estão apresentados na figura 1. Percebe-se que grande parte da área do estado é polarizada com maior força por Brasília, que se estende do entorno ao Nordeste Goiano, e outra extensa área polarizada fortemente por Goiânia. Os demais municípios da figura também são polos e exercem influência na área onde estão localizados, mas em uma intensidade menor que Brasília e Goiânia.

4. Este trabalho não teve como objetivo traçar a hierarquização destes polos, o que será desenvolvido em trabalhos futuros.

FIGURA 1
Municípios classificados como polos regionais e seu raio de influência



Fonte: Segplan-GO/IMB.
Elaboração dos autores.

Analisando a polarização em Goiás (figura 1), observa-se uma vasta área polarizada por Brasília, que se estende do entorno ao Nordeste Goiano, e uma outra extensa área polarizada fortemente por Goiânia. Nestas regiões não se observa a presença de polos representativos. A força de atração das demais cidades é pequena, havendo apenas enclaves, como Niquelândia e Minaçu, além de parques industriais tradicionais, como Goianésia e Jaraguá, porém com baixa geração de externalidades.

3.2 Dependência Espacial das atividades econômicas nos municípios do estado de Goiás em 2008

A análise da área de polarização dos municípios goianos parece indicar que existe uma natureza multidirecional do padrão de interação dos municípios em torno de um determinado setor econômico. Para testar essa hipótese, desenvolve-se uma análise espacial dos dados, haja vista que esta possibilita também a identificação de alguma dependência espacial intermunicipal no estado de Goiás.

Anselin (1988) define a dependência espacial como "o valor de uma variável de interesse numa certa região depende do valor dessa variável nas regiões vizinhas j". Segundo Anselin (2003), a autocorrelação espacial é a forma estimável da dependência espacial, sendo que esta autocorrelação pode ser local ou global.

Segundo Almeida (2004), a estatística I de Moran Global mede a autocorrelação espacial (dependência espacial), já que permite obter o padrão exato de associação presente nos dados de um determinado local (i) com respeito à média ponderada dos valores da vizinhança (j), estabelecendo-se as defasagens espaciais, ou *lags* espaciais. A natureza global da covariância também implica na existência de um multiplicador espacial autorregressivo (SAR) no processo. Nesse caso, um choque no erro em qualquer das unidades será transmitido para todas as outras unidades do sistema.

A estatística I de Moran Local está indicando o grau de associação existente entre o valor de uma variável i em um determinado local e a média da outra variável nos municípios circunvizinhos (Anselin *et al.,* 2003, p. 7 *apud* Almeida, 2004, p. 11). Anselin (1995, p. 94) sugere que o indicador local de associação espacial será qualquer estatística que satisfaça duas exigências:

1) Um indicador dá, para cada observação, uma indicação da significância dos *clusters* espaciais de valores similares em torno das observações de um município ou região.

2) O somatório dos *Local Indicators of Spatial Association* (Lisa), para todas as observações de um município ou região, é proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global.

Na prática, a estatística I de Moran é o determinante da inclinação da regressão de *Wy* sobre *y,* de modo que o sinal positivo do coeficiente implica em correlação positiva; caso contrário, há correlação negativa. A análise espacial discute quatro tipos de associação linear, quais sejam:

1) *High-high* (alto-alto): significa que os municípios que compõe este *cluster* (agrupamento), bem como seus vizinhos, apresentam valores altos no tocante à variável em questão.

2) *Low-low* (baixo-baixo): significa que os municípios que compõe este *cluster* (agrupamento), bem como seus vizinhos, apresentam valores baixos no tocante à variável em questão.

3) *High-low* (alto-baixo): situação na qual a unidade ou um determinado agrupamento espacial apresenta(m) valor(es) alto(s), mas os valores da variável em estudo nos municípios circunvizinhos são baixos.

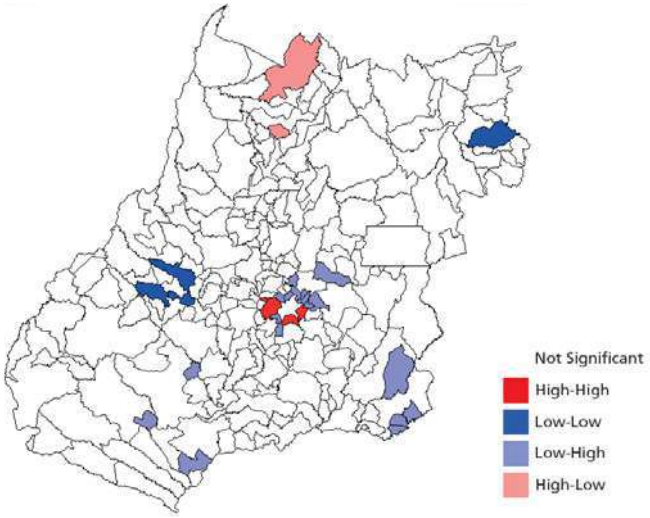
4) *Low-high* (baixo-alto): situação na qual a unidade ou um determinado agrupamento espacial apresenta(m) baixo(s) valor(es) em relação à variável de interesse, mas os valores da variável em estudo nos municípios circunvizinhos são altos.

A estratégia de análise espacial para a identificação dos *clusters*[5] (ou polos setoriais dinâmicos) foi localizar os municípios ou as microrregiões significativas e integradas, que tenham pelo menos um dos municípios com elevada produção setorial. No tocante à base de dados, utilizou-se o valor agregado setorial municipal do estado de Goiás de 2008.

Para identificar os polos setoriais dinâmicos e suas inter-relações, desenvolve-se uma análise espacial multivariada (Lisa Multivariado) – resultados apresentados nas *figuras 2 e 3* e resumidos na *tabela 2.*

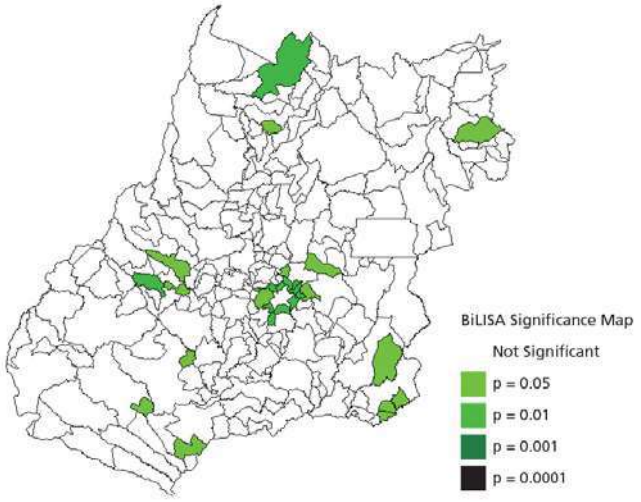
5. O *cluster* pode ser entendido, nessa análise, como uma concentração de valores similares em municípios relacionados entre si em uma determinada área geográfica, na qual o Lisa é significativo.

FIGURA 2
Setor industrial: PIB – estatística local do indicador de Moran (Lisa)



Fonte: Valores Agregados Setoriais Municipais (2008).
Elaboração dos autores.

FIGURA 3
Setor industrial: PIB – mapa de significância



Fonte: Valores Agregados Setoriais Municipais (2008).
Elaboração dos autores.

TABELA 2
Polos industriais dinâmicos no estado de Goiás (2008)

Goiás	Microrregiões significativas (*high-high* e *low-high*)
	Goiânia-Anápolis
	Catalão
	Rio Verde

Fonte: Valores Agregados Setoriais Municipais (2008).
Elaboração dos autores.

A significância desses indicadores para as variáveis em consideração implica em dizer que há um *cluster* persistente ao nível de significância apontado, e mais, que deve receber maior atenção por parte do setor público. Conforme apresentado anteriormente, a análise espacial multivariada apresentou evidências de que o estado de Goiás possui três microrregiões dinâmicas no setor industrial, quais sejam: as microrregiões de Rio Verde, Catalão e metropolitana de Goiânia-Anápolis.

A integração intra ou intersetorial é uma maneira de testar a hipótese de que existe uma relação positiva e significativa entre os municípios do estado de Goiás. Em outras palavras, pretende-se testar a hipótese de que os insumos e produtos do setor industrial beneficiam ou não o próprio setor,[6] bem como os demais setores econômicos. Este processo cooperativo gera emprego, renda e contribui para o maior dinamismo econômico setorial em uma determinada região do país. Para verificar esta hipótese, observam-se principalmente os padrões alto-alto (*high-high*) e baixo-alto (*low-high*) de associação local.

Inicialmente, note que Goiânia-Anápolis e Catalão interagem no setor industrial (intrassetorial) com várias cidades circunvizinhas, promovendo um grande fluxo recíproco de insumos e produtos finais, gerando um alto nível de renda que fica distribuída nos municípios vizinhos, como apresentado nas áreas em vermelho (padrão de associação caracterizado como alto-alto).

As cidades da região metropolitana de Goiânia, tais como, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianira e Palmeiras de Goiás também se beneficiam por sua localização próxima à capital do estado. Anápolis, por sua vez, possui um importante polo industrial, beneficiada por uma localização privilegiada, ao formar o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, além de apresentar uma excelente infraestrutura econômica e tecnológica. A cidade de Catalão, também identificada pela análise espacial se destaca, principalmente, pela indústria de transformação e pela mineração.

No tocante à integração intersetorial (setores industrial e agropecuário e setores industrial e serviços), percebe-se que os destaques são novamente as regiões de Catalão e metropolitana de Goiânia-Anápolis. Estes resultados sinalizam que o setor industrial também fornece e adquire insumos e produtos finais dos setores agropecuário e de serviços, demonstrando o potencial de dinamismo interno do estado de Goiás.

A análise demonstrou, ainda, que existem dois *clusters* em formação no estado de Goiás; o primeiro, na cidade de Porângatu (agroindústria e indústria de serviços), mas que não está beneficiando significativamente as cidades circunvizinhas; e o segundo, liderado pela cidade de Rio Verde, que beneficia os municípios vizinhos (Jataí, Santa Helena de Goiás e Aparecida do Rio Doce). Acredita-se que estes *clusters* podem, e devem, ser estimulados por políticas públicas voltadas para atender às necessidades do setor agroindustrial local. Rio Verde, na microrregião do Sudoeste do estado de Goiás, é considerado um polo do agronegócio, no qual dinamiza vários municípios em sua volta. Essas cidades formam um polo agroindustrial, com excelente potencial de crescimento. Rio Verde não apresentou significância, mas é um polo agroindustrial em formação, cujo padrão de associação local é definido como baixo-alto (low-high). Isto indica que Rio Verde tem incorporado a seu polo agroindustrial as cidades vizinhas supracitadas, mas ainda não é um *cluster* consolidado. O estado, em geral, e a região de Quirinópolis, em particular, estão se especializando na produção de cana-de-açúcar e de etanol, visando à expansão do setor nos próximos anos.

6. Em outras palavras, existem indústrias que fornecem e adquirem insumos do próprio setor nessas regiões.

Em suma, o *cluster* formado pela região metropolitana de Goiânia-Anápolis é fundamental, por fazer parte do eixo econômico Goiânia-Anápolis-Brasília. O setor industrial está integrado aos demais setores econômicos considerados nesta análise. Em Goiânia, os setores econômicos que mais se destacam são o comércio varejista, as indústrias de alimentos e de roupas e os serviços. Segundo Castro (2009), Anápolis é uma cidade industrial, que tem sua economia voltada para a indústria de transformação, a indústria de medicamentos, o comércio atacadista, a indústria automobilística e também a educação.

Além disso, na microrregião de Catalão, há evidências de que o setor industrial também está integrado ao setor agropecuário, bem como com o próprio setor industrial. No entanto, as análises rejeitaram a hipótese de haver alguma relação significativa do setor industrial com o setor de serviços em Catalão. Os segmentos minerometalmecânico são os destaques e a cidade sedia o Distrito Mineroindustrial (Dimic) de propriedade do governo estadual, com grandes montadoras instaladas no local, tais como John Deere e Mitsubishi. Destacam-se, ainda, as empresas Mineração Catalão, Copebrás e Fosfértil que, além de terem plantas extratoras, contam com plantas industriais (Sepin, 2011).

4 DINÂMICA ECONÔMICA SETORIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS EM 2008: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA

4.1 Aspectos preliminares

Como as atividades econômicas goianas vêm transformando as características do estado e, por consequência, dos seus municípios, fez-se uma caracterização destes, baseando-se no Valor Adicionado (VA) por setor de atividade de cada município e seus respectivos pesos nos VAs específicos do PIB municipal para 2008.

Para gerar essa caracterização, utilizou-se de técnicas estatísticas multivariadas, mais especificamente, análise fatorial e análise de agrupamentos ou *clusters.* A importância está em compreender melhor o perfil produtivo dos municípios goianos, além da constatação de qual atividade econômica – agropecuária, indústria ou serviços (sendo que desta última é possível separar a atividade de administração pública) – responde pela geração do maior VA, ou mesmo da importância dessa atividade municipal no estado.

4.1.1 A análise fatorial

Para entender o relacionamento entre um grande número de variáveis, os estatísticos desenvolveram técnicas capazes de representar, de modo sintético, grande conjunto de dados numéricos. Muito utilizadas são as "análises de componentes principais e as análises de fatores", técnicas que trabalham juntas. Em havendo um grande número de variáveis – a maioria delas correlacionadas –, elas podem ser reduzidas a um nível gerencial, estudando-se as relações entre conjuntos de muitas variáveis inter-relacionadas e representando-as em termos de alguns fatores fundamentais.

Conforme Hair Jr. *et al.* (2009), a análise fatorial é uma técnica estatística multivariada de interdependência cujo propósito principal é definir a estrutura inerente entre as variáveis na análise. A análise dessas estruturas fornece o conjunto de variáveis fortemente inter-relacionadas, conhecido como fatores. Esse novo conjunto de variáveis (fatores) é considerado representante da dimensão dos dados.

Na extração dos fatores, deve-se considerar a melhor combinação linear entre as variáveis. Há alguns métodos para extrair essa combinação. Neste trabalho levou-se em

consideração o método das componentes principais com o critério de rotação *varimax.*[7] Dessa maneira, extraiu-se um número reduzido de fatores e os escores fatoriais finais de cada sujeito da amostra – para o trabalho aqui desenvolvido, municípios. Os autovalores, maiores que a unidade, foram utilizados como critérios de determinação do número de fatores a serem considerados.

4.1.2 A análise de *clusters* ou agrupamento

A análise de *clusters* ou agrupamento é uma técnica de estatística multivariada, com a finalidade principal de agrupar objetos com base em características semelhantes em um conjunto de variáveis ou, a partir da estrutura dos dados, alocar as observações em grupos com características semelhantes (Hair Jr. *et al.*, 2009). A análise de agrupamento é feita por meio dos escores fatoriais extraídos das observações pela análise fatorial.

Nessa técnica, quando itens (unidades ou casos) são agrupados, a proximidade é usualmente indicada por alguma espécie de distância. A utilizada neste trabalho é o quadrado da distância Euclidiana, comumente usada na busca de um critério de similaridade. Para os procedimentos de agrupamento foi utilizado o método das K-médias. Conforme Bussab *et al.* (1990), esse método de partição fornece indicações precisas para agrupar objetos. É um critério que privilegia a homogeneidade dentro do grupo e heterogeneidade entre os grupos. Ele leva em consideração à soma dos quadrados residuais baseado na análise de variância. Assim, quanto menor for este valor, mais homogêneos são os elementos dentro de cada grupo e melhor será a partição.

4.1.3 As variáveis consideradas

As variáveis utilizadas no estudo se referem aos municípios goianos e são obtidas a partir do PIB municipal 2008, divulgado pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan-GO), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e tem como objetivo verificar o perfil da produção do município segundo o setor de atividade e o peso dessa produção no total do município e no estado de Goiás. As variáveis consideradas no estudo são apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1
Variáveis consideradas para caracterizar o perfil da produção do município segundo o setor de atividade

Porcentagem do VA da agropecuária do município no total do VA do município.
Porcentagem do VA da indústria do município no total do VA do município.
Porcentagem do VA dos serviços do município, exceto de administração pública, no total do VA do município.
Porcentagem do VA dos serviços de administração pública do município no total do VA do município.
Porcentagem do VA da agropecuária do município no total do VA da agropecuária do estado.
Porcentagem do VA da indústria do município no total do VA da indústria do estado.
Porcentagem do VA dos serviços do município, exceto de administração pública, no total do VA do estado.
Porcentagem do VA dos serviços de administração pública do município no total do VA do estado.

Fonte: Segplan-GO/IMB.

7. Conforme Chaves Neto (2010), às vezes não é fácil interpretar os carregamentos originais e, então, é usual fazer uma rotação dos carregamentos até que uma "estrutura simples" seja alcançada e tenha a mesma habilidade para reproduzir a matriz de covariância ou de correlação original.

4.1.4 Resultados estatísticos e discussões

Com a finalidade de reduzir a dimensionalidade das variáveis, aplicou-se a análise fatorial por meio do método dos componentes principais. Obtendo-se, desse modo, indicadores sintéticos (escores fatoriais). O município de Goiânia foi excluído da análise, pois seu perfil é diferenciado em relação aos outros 246 municípios do estado.

Desse modo, obtiveram-se três fatores que explicam 79,6% da variabilidade total dos dados. A escolha do número de fatores deu-se a partir do número de autovalores da matriz de correlação maiores do que a unidade, já que um autovalor pequeno contribui pouco na explicação das alterações das variáveis originais[8] (tabela 3).

TABELA 3
Resultados da análise fatorial

Fator	Autovalor	Variância explicada (%)	Variância acumulada (%)
1	3,41	42,6	42,7
2	1,70	21,3	63,8
3	1,26	15,8	79,6

Fonte: Segplan-GO/IMB.
Obs.: 1. Os dados estão ortogonalizados com a rotação *varimax*.
2. Exclusive Goiânia.

Os resultados da análise fatorial podem ser interpretados por meio das "cargas fatoriais", que são medidas de correlação entre o fator extraído da análise e as variáveis originais. Estas cargas estão na tabela 4.

TABELA 4
Carga fatorial das variáveis
(Em %)

Variável	Fator 1	Fator 2	Fator 3
VA dos serviços do município, exceto de administração pública, no total do VA do município.	0,66	-0,45	-0,04
VA dos serviços de administração pública do município no total do VA do estado.	0,87	0,12	0,16
VA dos serviços de administração pública do município no total do VA do município.	0,00	-0,79	-0,19
VA da agropecuária do município no total do VA da agropecuária do estado.	0,36	0,70	-0,12
VA da agropecuária do município no total do VA do município.	-0,46	0,45	-0,72
VA da indústria do município no total do VA do município.	0,04	0,21	0,97
VA da indústria do município no total do VA da indústria do estado.	0,65	0,41	0,46
VA dos serviços do município, exceto de administração pública, no total do VA do estado.	0,91	0,26	0,16

Fonte: Segplan-GO/IMB.
Obs.: exclusive Goiânia.

A partir dos resultados apresentados na tabela 4, os fatores podem ser interpretados da seguinte maneira:

- fator 1 – esse fator expressa maior peso dos serviços sem administração pública, tanto nos municípios quanto no estado, bem como da indústria do município no respectivo VA do estado. Valores altos neste indicador significam que os serviços, sem administração pública, têm importância tanto nos municípios como no estado, bem como o VA industrial do município têm importância no estado;

8. Os resultados foram obtidos com o *software* Statgraphics XV.I.

- fator 2 – produção representativa no município de serviços de administração pública ou de agropecuária no estado. Expressa uma forte correlação positiva do VA da agropecuária do município no total do VA agropecuário do estado e uma correlação negativa com as percentagens do VA dos serviços de administração pública no município. Altos valores neste fator significam maior produção em agropecuária nos municípios, e valores baixos apontam para uma maior participação do VA da administração pública no município;
- fator 3 – produção representativa em agropecuária ou indústria no município. Expressa uma forte correlação positiva do VA da indústria do município com o total do VA dos municípios, e uma correlação negativa com as porcentagens do VA da agropecuária no município. Altos valores neste fator significam que o município tem maior produção em indústria, e valores baixos apontam para uma maior porcentagem do VA da agropecuária.

4.2 Análise dos agrupamentos

Com a finalidade de identificar grupos homogêneos de municípios segundo os três fatores gerados pela análise fatorial, utilizou-se a técnica de análise de agrupamentos, com o objetivo de identificar padrões de similaridades existentes entre os elementos do conjunto de informações. Os municípios foram agrupados adotando-se, como critério de proximidade, o quadrado da distância Euclidiana, e para procedimentos de agrupamento, o método das *K-médias*.

Para se determinar o número de agrupamentos que melhor traduz as similaridades e diferenças entre as variáveis da análise, criaram-se partições de dois a dez grupos, observando-se os ganhos percentuais na variabilidade dos grupos. Juntando essa análise com a interpretação de cada um dos agrupamentos gerados, optou-se pela partição formada por seis agrupamentos. Com tais critérios, os agrupamentos finais e as médias dos fatores para cada grupo estão apresentados na tabela 5.

TABELA 5
Valores médios dos escores fatoriais, por agrupamentos

Fatores	Agrupamentos						Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	
Fator 1	0,25	-0,81	4,22	0,32	-0,28	-0,39	
Fator 2	-0,41	0,66	1,72	-1,63	1,37	0,0004	
Fator 3	0,22	2,69	0,70	0,06	-0,84	-0,45	
Total de municípios	72	17	8	23	31	94	245

Fonte: Segplan/IMB-GO.
Obs.: exclusive Goiânia.

Os grupos formados podem ser denominados conforme o perfil dos municípios que os compõe.[9] O grupo 1, o qual denomina-se de *multissetorial*, contém municípios que combinam os vários aspectos, ou seja, serviços, com e sem administração pública e agropecuário e indústria; no grupo 2 são municípios que apresentam *indústria relevante no município;* o grupo 3 possui *serviços e indústria com relevância no estado;* o grupo 4 tem predominância da administração pública, mas com alguma significância dos serviços que não os de administração pública, assim denomina-se *de administração pública e outros serviços*; o grupo 5 é caracterizado pela *agropecuária;* e o grupo 6 é caracterizado pela agropecuária,

9. Para ver a característica de cada um dos municípios goianos, veja o trabalho técnico de Romanatto, Oliveira e Arriel (2011).

mas com alguma significância tanto dos serviços de administração pública quanto os de não administração pública e, assim, denomina-se de *agropecuária e serviços (administração pública e outros)*. O quadro 2 resume as informações.

QUADRO 2
Número de grupos, descrição e perfil

Grupo	Perfil
Grupo 1: municípios considerados multissetoriais com combinação de várias atividades.	Multissetorial.
Grupo 2: municípios com perfil industrial com pequena relevância na economia estadual, mas com grande na municipal.	Indústria com relevância no município.
Grupo 3: municípios com perfil de serviços e indústria com relevância na economia estadual.	Serviços e indústria com relevância no estado.
Grupo 4: municípios com atividade econômica limitada, sendo a administração pública o fator determinante da economia municipal, mas com alguma significância de outros serviços que não os de administração pública.	Serviços de administração pública e outros serviços.
Grupo 5: municípios com perfil agropecuário e com relevância na atividade agropecuária do município e na do estado.	Agropecuário.
Grupo 6: municípios com dependência econômica da atividade de agropecuária e de serviços, sendo os serviços equilibradamente distribuídos entre administração pública e outros serviços.	Agropecuário e serviços (administração pública e outros).

Elaboração dos autores.

O número de municípios desses grupos, os aspectos gerais relacionados com o PIB e a população são colocados na tabela 6 e no gráfico 1.

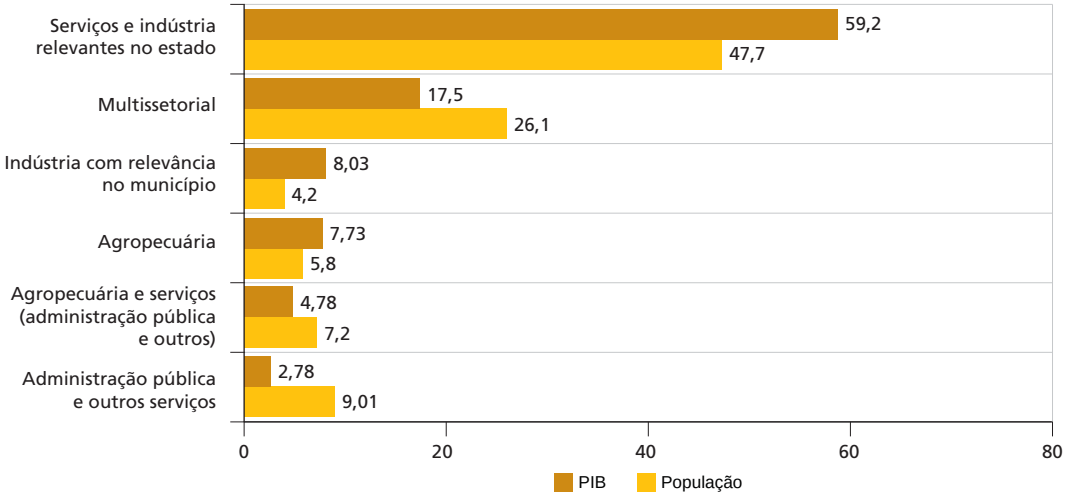
TABELA 6
Número de municípios, população, PIB total e *per capita*, segundo agrupamentos

Grupos	Número de municípios	PIB total		População		PIB *per capita* (R$)
		(R$ mil)	(%)	Habitantes	(%)	
Administração pública e outros serviços	23	2.093.272	2,78	526.364	9,01	3.976,85
Agropecuária	31	5.822.152	7,73	339.203	5,8	17.164,21
Agropecuária e serviços (administração pública e outros)	94	3.596.785	4,78	420.576	7,2	8.552,05
Indústria com relevância no município	17	6.042.104	8,03	244.381	4,2	24.724,12
Multissetorial	72	13.141.561	17,5	1.527.963	26,1	8.600,71
Serviços e indústria relevantes no estado	9	44.579.046	59,2	2.786.509	47,7	15.998,17
Total geral	**246**	**75.274.921**	**100**	**5.844.996**	**100**	**12.878,52**

Fonte: Sepin/Segplan-GO.
Elaboração dos autores.
Obs.: nesta tabela, pelas suas características, incluiu-se Goiânia no grupo *serviços e indústria relevantes no estado*.

GRÁFICO 1
Participação do PIB e da população, segundo agrupamentos

(Em %)



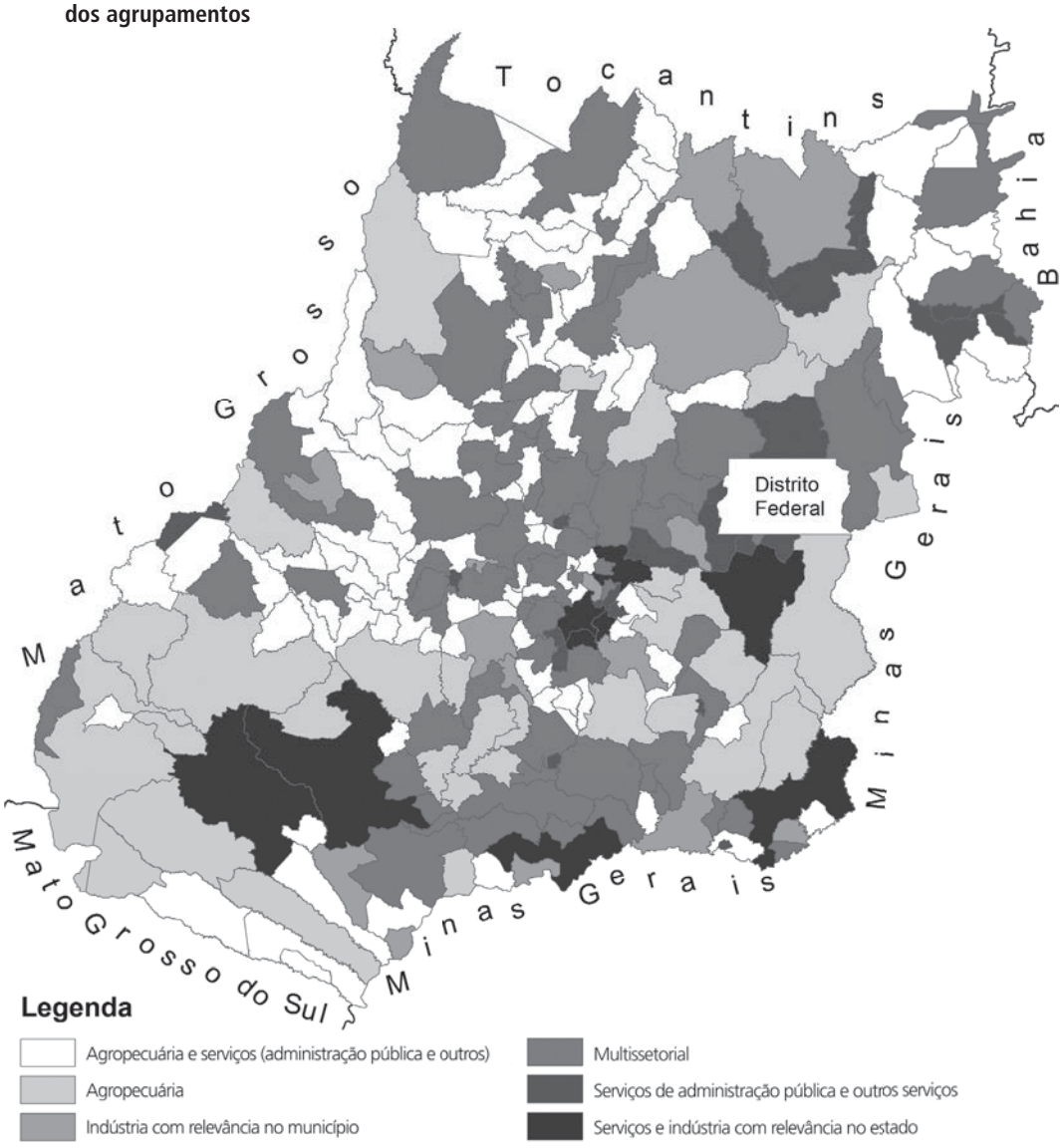
Fonte: Sepin/Segplan-GO.
Elaboração dos autores.
Obs.: Goiânia consta no grupo *serviços e indústria relevantes no estado*.

Percebe-se que a maior parte dos municípios goianos tem perfil de economia ligado à agropecuária e à administração pública, porém esses municípios representam apenas 4,8% do total do PIB e 7,2% da população total (gráfico 1) e têm um PIB *per capita* de R$ 8.552, bem abaixo da média do estado, que é de R$ 12.879. Normalmente são municípios pequenos e que dependem de transferências de recursos de outros entes da Federação para execução e oferta de serviços públicos, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, possuem arrecadação própria não significante.

O grupo que possui maior peso, tanto na composição do PIB (59,22%), quanto da população (47,67%), é o de indústria e serviços relevantes no estado, porém é o que apresenta o menor número de municípios, 9 (incluso Goiânia). Neste grupo, essas duas atividades, além de terem grande participação no VA total dos municípios têm, também, relevância no VA total dessas atividades no estado.

A distribuição espacial dos seis grupos apresenta-se na figura 4.

FIGURA 4
Distribuição espacial dos seis grupos de municípios goianos conforme caracterização (perfil) dos agrupamentos



Elaboração dos autores.
Imagem reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação (nota do Editorial).

Em resumo, da análise estatística multivariada observou-se que o estado de Goiás apresenta 9 municípios (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Catalão, Jataí, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Senador Canedo e Itumbiara), dos 246 com características de economias mais desenvolvidas. Estas economias possuem um peso maior tanto na composição do PIB estadual, 59,2%, quanto no percentual da população, 47,7%. As evidências também demonstram que a participação da riqueza desses municípios no total estadual é maior do que a participação na população total, comprovado pela média do PIB *per capita* de R$ 15.998, maior do que a média do estado. Com efeito, a concentração da renda gerada no estado está em poucos municípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi identificar e caracterizar os municípios-polos regionais em Goiás, bem como apresentar seu raio de influência. Para tanto, utilizou-se o índice de terciarização e algumas técnicas de análises multivariadas.

Do índice de terciarização, constatou-se que no estado de Goiás existem duas regiões com maior aglomeração de população e oferta de serviços, que são a região metropolitana de Goiânia e o entorno do Distrito Federal. A área metropolitana da capital do estado conta com importantes municípios, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, mas foi considerada Goiânia como representante de um polo, dada a sua capacidade de atração. Do mesmo modo, no entorno do Distrito Federal também foi considerada Brasília como polo, dada a forte capacidade de polarização da capital federal. Embora estes dois polos exerçam grandes influência entre os municípios goianos, foi possível identificar outras cinco cidades localizadas no Centro-Sul de Goiás com média capacidade de polarização, são elas: Anápolis, Rio Verde, Jataí, Catalão e Itumbiara. Constatou-se, também, que há uma vasta área polarizada por Brasília, que se estende do entorno ao Nordeste Goiano, e uma outra extensa área polarizada fortemente por Goiânia, envolvendo o oeste, norte e Nordeste Goiano. Nestas regiões não se observa a presença de polos representativos. A força de atração das cidades é pequena, havendo municípios com baixa população e parques industriais tradicionais.

Da análise estatística multivariada, observou-se que o estado de Goiás apresenta nove municípios que podem ser considerados polos devido à sua força econômica e capacidade de atração, tanto de população quanto de valor adicionado industrial e de serviços. Porém, os referidos municípios podem ser reduzidos a cinco: Goiânia, Anápolis, Catalão e Rio Verde como economias com maior densidade em termos dos setores industriais e de serviços no estado de Goiás e, em menor escala, Itumbiara. Por que isso? Porque Aparecida de Goiânia e Senador Canedo são vizinhos de Goiânia e se beneficiam de externalidades da capital; Luziânia tem seu desempenho como reflexo do Distrito Federal; Jataí usufrui de externalidades de Rio Verde, confundindo-se com este; e Itumbiara figura entre os municípios com uma economia mais complexa, que foi reforçada recentemente pela chegada da Suzuki, em 2011, e que consolidará o município como um dos polos econômicos do estado de Goiás.

Assim, apesar da economia goiana crescer acima da média do conjunto dos estados da Federação, a concentração de renda é notória, considerando as características de produção baseadas nos VAs dos seus municípios.

Além disso, a maioria dos municípios goianos tem sua economia dependente das atividades de agropecuária e administração pública (148 municípios de 246), mas representam apenas 15,3% do total do PIB do estado e 22% da população total. Percebe-se que a participação da riqueza não acompanha a da população, indicando o porquê desses municípios possuírem um PIB *per capita* de R$ 6.264 em média; portanto, bem menor que a média do estado, de R$ 12.879.

Como os governos sempre apontam, como um de seus objetivos, reduzir as diferenças regionais no estado, percebe-se que terão um trabalho árduo pela frente, dada a concentração da riqueza em poucos municípios. Assim, políticas de desenvolvimento regional deverão estimular as potencialidades locais, haja vista que esta pode ser uma estratégia para atenuar este problema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. **Econometria espacial aplicada**, p. 130. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) – Universidade de São Paulo (USP), 2004.

ANSELIN, L. Spatial externalities, spatial multipliers and spatial econometrics. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 2, p. 153-166. Philadelphia, apr. 2003.

_____. Local indicators of spatial association – Lisa. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115. Columbus, apr. 1995.

_____. **Spatial econometrics**: methods and models, p. 284. Boston: Kluwer Academic, 1988.

ARRIEL, M. F. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana – 1999-2007**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Departamento de Ciências Econômicas, 2010. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=762>. Acesso em: 5 dez. 2010.

CASTRO, J. Anápolis, progresso e desenvolvimento, um estudo econômico sobre a cidade centenária. **Revista de Economia da UEG**, v. 5, n. 1. Anápolis (GO), jan.-jun. 2009.

CHAVES NETO, A. Análise multivariada aplicada à pesquisa. **Notas de Aula**. Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010.

GUIMARÃES, E. N.; FARIA, G. A. **Integração e desenvolvimento regional**: uma proposta de regionalização em Minas Gerais. 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A026.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2010.

HAIR JR., E. J.; BLACK, C. B.; BABIN, B. J.; TATHAN, L. R. **Análise multivariada de dados**, 6 ed. Bookman, 2009.

LEMOS, M. B., DINIZ, C. C., GUERRA, L., MORO, S. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003.

OLIVEIRA, D. V.; MARQUES, D. F.; ROMANATTO, E.; ARRIEL, M. F. As relações do comércio interestadual do estado de Goiás em 2009. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 16. Goiânia, dez. 2010.

PASCHOAL, J. A. R. O papel das políticas públicas de incentivos e benefícios fiscais no processo de estruturação industrial de Goiás 2000-2008. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 12. Goiânia, dez. 2009.

PIRES M. J. S.; RAMOS, P. Implicações do processo de modernização na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás. *In:* SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **47º Congresso**, Porto Alegre, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Secretaria de Planejamento**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. **Secretaria de Planejamento**. Disponível em: <http://www.goiasindustrial.com.br/w3/index.php/distritos-industriais>. Acesso em: 20 abr. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2011.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE GOIÁS. Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas. ***Ranking* dos Municípios Goianos – 2009**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos – 2008.** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SEGPLAN. Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. Gerência de Contas Regionais e Indicadores. **Produto Interno dos Municípios**, 2008.

PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO COMERCIAL, MUDANÇA ESTRUTURAL E CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO DOS ESTADOS BRASILEIROS NO PERÍODO RECENTE♣

Guilherme Jonas Costa da Silva[1]
Camila do Carmo Hermida[2]
Helenise Sarno Santos[3]

Introdução

A questão do crescimento pode ser considerada uma das mais antigas e importantes da ciência econômica[4]. Para explicar a razão das taxas de crescimento diferenciadas entre países capitalistas avançados, Kaldor (1988) apresentou uma série de "leis" ou generalizações empíricas, que também são aplicáveis aos países em desenvolvimento. A primeira lei afirma que existe uma forte relação da produção manufatureira e o crescimento do PIB real. A segunda lei, conhecida como Kaldor-Verdoorn, revela que há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade no setor manufatureiro e o crescimento da produção manufatureira, como resultado de rendimentos crescentes. A terceira lei de Kaldor salienta que,quanto mais rápido for o crescimento da produção do setor manufatureiro, maior a taxa de transferência de trabalhadores dos demais setores para o setor manufatureiro, e consequentemente, maior a produtividade e o crescimento do país.

A partir dessas Leis de Kaldor, têm-se as bases da teoria do crescimento liderado pela demanda agregada,que leva em consideração a existência de restrições advindas da estrutura produtivae impedem a expansão sustentável da demanda de forma compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Com efeito, no longo prazo, acredita-se que são as condições de demanda que determinam o nível de produção e emprego, de modo que a disponibilidade de fatores de produção e o ritmo de progresso tecnológico se adaptam ao crescimento da demanda.

Para Thirlwall (1979), o crescimento de longo prazo de um país depende das elasticidades-renda das exportações e importações. O debate em torno dessa lei evoluiu para uma abordagem multissetorial, tal como desenvolvido por Araújo e Lima (2007). Segundo

♣Os autores gostariam de agradecer o apoio financeiro do CNPq durante o desenvolvimento desta pesquisa. Evidentemente, quaisquer erros ou omissões remanescentessão de nossa inteira responsabilidade.
1Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.
[2] Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia.
[3] Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia.
[4]Thirlwall (2005)

esses autores, as análises setoriais possibilitam identificar aquele(s) setor(es) que pode(m) contribuir relativamente mais na estratégia crescimento econômico de longo prazo do país, bastando que as políticas públicas priorizem o(s) setor(es) com a(s) maior(es) razões das elasticidades-renda das exportações quando comparadas as elasticidades-renda das importações. Essesapontamentos encontram maior respaldo quando relacionados com argumentos da abordagem neoschumpeteriana, que explicam detalhadamente o porquêdas diferenças das elasticidades entre os países.

Assim, este trabalho buscará analisaras relações comerciais bilateraisdo Brasil (dos estados brasileiros) com a Argentina e os Estados Unidos, já que eram os principais parceiros comerciais da economia brasileira no período de 1995-2010. A ideia é avaliar a hipótese de que a indústria é o setor mais dinâmico e extrair lições para melhorar o padrão de especialização comercial do país. Neste trabalho, os modelos dinâmicos foram estimados por GMM *System*.

Para atingir o objetivo apresentado e testar a hipótese lançada, o trabalho está estruturado em cinco seções, além dessa introdução. Na segunda seção, apresenta-se uma revisão da literatura pós-keynesiana. Na sequência, faz-se uma revisão dodebate neoschumpeteriano sobre padrão de especialização comercial e crescimento de longo prazo. Na quarta seção desenvolve-se uma análise empírica da relação comercial bilateral do Brasil com a Argentina e os Estados Unidos. Na quinta seção, a atenção volta-se para o diagnóstico a fim de extrair algumas lições, para aperfeiçoar a estratégia de crescimento de longo prazo da economia brasileira. Por fim, na última seção, têm-se as considerações finais.

Indústria eCrescimento do Produto: Uma Abordagem Pós-Keynesiana

O objetivo da teoria do crescimento econômico é analisar o comportamento das variáveis que determinam o nível de crescimento do produto de uma economia e, assim, contribuir para a compreensão do porquêde algumas sociedades crescerem muito mais rápido do que outras.

Para Kaldor (1957), no longo prazo, são as condições de demanda que determinam o nível de produção e emprego, de tal modo que a disponibilidade de fatores de produção e o ritmo de progresso tecnológico se adaptam ao crescimento da demanda. A ideia é que, se houver demanda, as firmas irão responder por meio de um aumento da capacidade produtiva.

Thirlwall (2005, p. 43) argumenta que "inúmeros dados históricos empíricos sugerem que há algo de especial na atividade da indústria e, particularmente, na atividade manufatureira". Nesse sentido, Kaldor (1966)pode ser consideradopioneiro na identificação da indústria como o motor do crescimento econômico de longo prazo, quando afirmou que existe uma relação causal entre o crescimento do produto e o crescimento da produtividade industrial, de modo que o setor industrial operaria com retornos crescentes de escala, influenciando o crescimento da produtividade de toda a economia.

Thirlwall (1979) avançou em relação ao modelo de Kaldor ao mostrar que as taxas de crescimento econômico diferem entre países devido às restrições à expansão da demanda provocadas pelo balanço de pagamentos, que estão relacionadas a diferentes elasticidades-renda da exportação e da importação. Esse modelo incorporou as restrições externas criadas pelas necessidades de importação das economias ao crescimento de longo prazo, o que ficou conhecido como modelo de crescimento restringido pelo balanço de pagamentos.

Assim, encontra-se no balanço de pagamentos a restrição para a expansão da demanda. De acordo com Thirlwall, a taxa de crescimento de um país será restringida pelo tamanho de sua elasticidade-renda das importações em relação ao ritmo de expansão de sua exportação:

$$g_y = \left(\frac{x}{\pi}\right) = \left(\frac{\varepsilon}{\pi}\right) g_z \quad (1)$$

em que g_y é a taxa de crescimento do produto;x é a taxa de crescimento das exportações; ε é a elasticidade-renda das exportações;π é a elasticidade-renda das importações; e g_z é o crescimento da renda mundial.

Recentemente, Araújo e Lima (2007) apresentaram uma abordagem multissetorial da "Lei de Thirlwall" (LTMS). Os autores defendem a tese de que a superação da restrição externa passa pela modificação da estrutura produtiva, que é possível por duas vias: 1) por uma alteração da produtividade através de políticas de incentivo à tecnologia e inovação; 2) pela taxa de câmbio real, que afeta a estrutura de custos relativos, podendo baratear a produção, ao passo que, reduz o salário real, conferindo vantagem competitiva via preço. Mas se houver uma apreciação do câmbio real, tem-se um aumento do salário real, que aumenta o custo de produção, fazendo com que o país deixe de exportar e passe a importar estes produtos.(ARAUJO; LIMA, 2007)

Aanálise setorial pretende obter as elasticidades-renda das exportações edas importações, por fator de agregação, para explicar quais são os segmentos mais dinâmicos. Os setores dinâmicos são aqueles que apresentam uma razão das elasticidades-renda das exportações e importações maiores do que um. A Lei de Thirlwall, derivada num contexto multissetorial passinettiano[5], como realizada por Araújo e Lima (2007), postula que a taxa de crescimento *per capita* de um país está diretamente relacionada às elasticidades-renda das exportações setoriais multiplicadas pela taxa de crescimento da economia mundial e inversamente relacionada às elasticidades-renda setoriais das importações, conforme apresentado na equação abaixo:

$$g_y = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} \xi a_{ni} a_{in} \varepsilon_i}{\sum_{i=1}^{n-1} a_{ni} a_{in} \pi_i} (g_z)$$

(2)

A equação é o primeiro resultado importante do modelo de Araújo e Lima (2007), que mostra a relação entre a taxa de crescimento da renda *per capita* na economia brasileira g_y e dos parceiros comerciais g_z, onde *i*=1,2, Argentina ou Estados Unidos.

Desta equação, conclui-se que a taxa de crescimento da renda *per capita* da economia brasileira é diretamente proporcional ao crescimento das exportaçõese inversamente proporcional ao crescimento das importações. Portanto, o perfil da pauta comercial e da estrutura produtiva da economia definirá a razão das elasticidades expostas na equação e, consequentemente, a taxa de crescimento da economia. No entanto, tal concepção kaldoriana/keynesiana não denota os motivos para as assimetrias dos setores produtivos, ou seja, não endogeniza as elasticidades-renda da demanda por exportações e importações. Nesse sentido, os neoschumpeterianos avançam ao procurar mostrar que o padrão de crescimento de uma economia está relacionado com o padrão de especialização comercial e tecnológico.

Padrão de Especialização, Competitividade e Crescimento de Longo Prazo

Para os pós-keynesianos/kaldorianos e neoschumpeterianos, o padrão de especialização das economias possui um papel ativo, que pode determinar a trajetória de crescimento dos países. Conforme apresentado na seção anterior, os modelos pós-keynesianos, baseados em Kaldor (1966), partem da hipótese de retornos crescentes de escala na indústria e postulam a importância das exportações do setor manufatureiro em relação aos demais setores para o crescimento econômico dos países. Dessa forma, fica claraa

[5]Passinetti (1981).

importância do padrão de especialização comercial ou da estrutura das exportações para essa vertente, uma vez que produtos com maior valor agregado permitiriam uma redução da restrição externa ao crescimento.

Schumpeter e os autores neoschumpeterianos também destacam o papel do padrão de especialização comercial para o crescimento de uma economia. Entretanto, demonstram que essarelação caminha na mesma direção do padrão de especialização tecnológico, na medida em que o desenvolvimento tecnológico e a mudança técnica são fundamentais para ampliação da competitividade dos países.(DALUM, LAURSEN e VILUMSEN, 1996)Assim, avançam no debate ao procurar mostrar os motivos para as diferenças das trajetórias intersetoriaisde crescimento, por meio de um aprofundamento da análise das características do paradigma e da trajetória tecnológica de cada indústria,comoo grau de *apropriabilidade, oportunidade e cumulatividade tecnológica*.

Nesta perspectiva teórica, um padrão de especialização comercial dinâmicoé baseado na exportação de setores nos quais se identifique: maiores possibilidades de apropriação de lucros monopólicos advindos da inovação, maiores oportunidades de introdução de inovaçõese do aproveitamento das externalidades positivas geradas pela cumulatividadedo conhecimento ao longo do processo de produção. (DOSI; PAVITT; SOETE, 1990)

Assim, os neoschumpeterianos/evolucionistas reconhecem a importância da competitividade tecnológica de um país e da tecnologia para ampliar a produtividade dos setores. Além disso, salientam o fato de que a demanda por bens com maior teor tecnológico cresce mais rapidamente relativamenteaos demais, o que revela que a especialização em atividades de alta tecnologia fornece relativamente maiores oportunidades para o crescimento setorial sustentável.

Uma contribuição teóricafundamental para o debate está presente no trabalho de Fagerberg (1988), o qual parte das explicações keynesianas do crescimento com restrição de divisas e valida os preceitos neoschumpeterianos, aoincorporar o papel da oferta por meio da competitividade tecnológica, para discutir o porquêdas taxas de crescimento dos países diferirem.Tomando a capacidade tecnológica como endógena ao modelo – dependente do grau de difusão da tecnologia advinda de outros países da fronteira tecnológica, do crescimento da capacidade física e da taxa de crescimento da renda mundial -, Fagerberg (1988) encontra uma equação que determina o *market share* das exportações[6] como função de

[6] A mesma relação é válida para as importações.

fatores tecnológicos (escopo, capacidade de imitação, inovação tecnológica), da capacidade de produção física, do crescimento dos preços relativos e da demanda externa.

O autor adota como ponto de partida no modelo a hipótese de crescimento com equilíbrio no balanço de pagamentos de Thirlwall (1979) e, em seguida, insere a competitividade por meio de medidas de *market share* das exportações e das importações. Os resultados indicam queo diferencial das elasticidades-renda entre os países e, consequentemente, das possibilidades de crescimento no longo prazo, dependemda capacidade de inovação e de exploração dos benefícios das novas tecnologias desenvolvidas, assim como da capacidade de imitação, pelos países que não estão na fronteira tecnológica, por meio da difusão de tecnologia internacional. Ademais, concebe-se que tais diferenças não são facilmente superáveis, dada a existência de direitos de propriedade, informação imperfeita, escassez de infraestrutura, dificuldades de adaptação e absorção de novos produtos por parte das empresas, que dificultam a difusão da informação entre os países (FAGERBERG,1988).

Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo: Algumas Evidências

Para entender o padrão de especialização atual e apresentar uma proposta de mudança estrutural ao país, torna-se necessário estimar as elasticidades-renda setoriais das demandas por exportações e importações dos estados brasileiros com os principais parceiros comerciais da economia brasileira no período em análise, quais sejam Argentina e EUA.

Os modelos econométricos convencionais têm como principal problema a ocorrência comum de estimativas inconsistentes devido à existência de variáveis omitidas quando estas são correlacionadas aos regressores contidos nas equações. Estas variáveis seriam, em sua maioria, aquelas que frequentemente não podem ser medidas e que não estão disponíveis nos bancos de dados, mas ao mesmo tempo são variáveis relevantes e que também ajudam a explicar o comportamento da variável dependente.

Com efeito, o uso dos modelos de dados em painel vem a ser uma alternativa adequada a este problema. A disponibilidade de dados para a mesma unidade de observação ao longo de um período determinado permite corrigir de certa forma a inconsistência da estimativa de parâmetros dos modelos.

Uma Análise Multissetorial da Relação Comercial Bilateral do Brasil com a Argentina

As estimações foram realizadas por meio do GMM-System, procedimento que estima a equação em nível e utiliza os *lags* da diferença das variáveis explicativas como

instrumentos.Este estimador visa contornar alguns dos potenciais problemas neste tipo de análise, como a heteroscedasticidade nos painéis e a endogeneidade das variáveis.

A validade dos resultados, obtidos nas estimações, está subordinada às condições de autorregressividade. As estimativas são válidas neste método, mesmo sob condição de autorregressão de primeira ordem, AR(1), mas não de segunda, AR(2). Ademais, emprega-se o teste de Hansen (1982),que testaa validade dos instrumentos utilizados.

A tabela 1apresenta a razão das elasticidades-renda setoriais na relação comercial com a Argentina. Os resultados indicam que todos os setores são dinâmicos no sentido de Thirlwall, sendo as elasticidades-renda estatisticamente significativas, ao nível de 1%. Note que os três setores em consideração apresentaram uma razão das elasticidades-renda(elasticidade-renda das exportações/elasticidade-renda das importações) maior do que um, demonstrando que o país tem vantagem na relação comercial bilateral com a Argentina. Contudo, o setor industrial se destacou por apresentar uma razão das elasticidades-renda maior que os demais, com 1,544, enquanto que os setores produtores de básicos e semimanufaturados apresentaram razão das elasticidades 1,33 e 1,31, respectivamente.

Tabela 1–Razão das Elasticidades-Renda Setoriais das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com a Argentina

	Básicos	***Semimanufaturados***	***Manufaturados***
Elasticidades–Renda das Exportações	0,768	0,914	0,857
Elasticidades–Renda das Importações	0,574	0,697	0,555
$\frac{\varepsilon}{\pi}$	1,337	1,311	1,544

Fonte: Elaboração própria a partir do Stata 12

Em suma, os resultados empíricos da razão das elasticidades-renda das exportações e importações na relação bilateral do Brasil com a Argentina demonstraram que todos os setores apresentaram vantagens competitivas no período em consideração, mas a indústria manufatureira pode ter um papel central na estratégia de crescimento econômico do país, já que é o setor mais dinâmico e competitivo da economia brasileira.

De um lado, os estudos recentes de comércio apontam que o Brasil ainda apresenta um padrão de especialização fortemente intensivo em produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, ou seja, sua competitividade ainda está muito

atrelada à noção de vantagens comparativas. Por outro lado, estudos como os de Gouvêa e Lima (2009) e Romero *et al.* (2011), apontados na revisão da literatura, sinalizam a grande concentração de produtos de baixa elasticidade-renda da demanda na pauta exportadora brasileira e elasticidades-renda de importação mais elevadas, sobretudo nos setores de alta tecnologia, o quedefine um caráter perverso ao padrão de especialização comercial do Brasil e restringe suas possibilidades de crescimento no longo prazo. Entretanto, a análise da relação bilateral Brasil-Argentina,a partir das estimações das elasticidades-renda das exportações e das importações,revelou um perfil de especialização diferenciado, marcado por elevadas razões das elasticidadesnos três setores e por uma razãodas elasticidades ainda mais elevadano conjunto de subsetores que compõem o setor de manufaturados.

A partir dessa constatação, cabe aqui verificar de maneira mais aprofundada(desagregada) quais subsetores dentro do setor de manufaturados tem apresentado um melhor desempenho em termos da razão das elasticidades-renda.Em paralelo, deve-se verificar a composição setorial das exportações do Brasil para a Argentina, de acordo com a intensidade tecnológica dos setoresna média do período 1995-2010. Para tanto, utilizou-se a metodologia desenvolvida pela *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE, 2013) queclassifica os códigos de produtos comercializados em 20subsetores ou ramos de atividade (*International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* – ISIC) e tambémde acordo comparâmetros tecnológicos (como gastos em P&D, número de patentes, intensidade dos fatores de produção), agrupando os ramos ou subsetores da indústria em cinco grupos: produtos não industriais, produtos industriais de baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica.

Atabela2apresenta as estimações das elasticidades-renda da demanda por exportações e por importações para os 20 subsetores ou ramos na relação bilateral Brasil-Argentina e a sua composição relativa na pauta exportadora e importadora. Nota-se que todas as elasticidades foram estatisticamente significativas. Além disso, é possível verificar que a razão das elasticidades é maior do que a unidade para todos os subsetores exportadores da indústria manufatureira, exceto Equipamentos para Ferrovia e Transporte. Isso denota uma relação comercial superavitária do Brasil em relação à Argentina, apesar de o Brasil e a Argentina serem as duas economias com maior base industrial do Mercosul e, portanto, apresentarem uma forte interdependência no comércio de tais subsetores.

De acordo com a tabela 2, os cinco subsetores da Indústria Manufatureira que apresentaram maiores razões entre as elasticidades-renda da demanda por exportações e por importações foram,na sequência: “Aeronáutica e Aeroespacial”, de alta intensidade

tecnológica; “Alimentos, Bebidas e Tabaco”, com intensidade tecnológica baixa; “Produtos não industriais”; “Construção e Reparação Naval”; e “Produtos de Petróleo Refinado e Outros Combustíveis”,de média-baixa intensidade tecnológica.

O ramo da indústria manufatureira “Aeronáutica e Aeroespacial” apresentou a maior elasticidade-renda das exportações e uma das menores elasticidades-renda das importações na análise dos subsetores. Isso resultou na maior razão estimada para a relação bilateral entre Brasil e Argentina na indústria manufatureira, $\varepsilon/\pi = 4{,}419$, o que na verdade reflete o caso emblemático de ganho de competitividade em setores de alta tecnologia auferido pelo Brasil no período recente. O subsetor de Aeronaves é um dos mais salientados nas análises empíricas sobre mudança estrutural na economia brasileira, pois representa um caso de sucesso em termos de desempenho competitivo obtido através do “fortalecimento do binômio empresa nacional (Embraer [Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A] e seus fornecedores locais)/planejamento público (desenvolvimento tecnológico e financiamento).” (COUTINHO; HIRATUKA; SABATINI, 2005) .

A Embraer atua em três segmentos específicos de mercado: comercial, defesa e aviação executiva. Esta é atualmente a terceira maior fabricante de aeronaves civis, representando um exemplo de êxito de entrada em um oligopólio fechado dominado por empresas norte-americanas e europeias.

Tabela 2. Estimações das elasticidades-renda dos subsetores da Indústria Manufatureira da Argentina

	SUBSETOR/RAMO	Elasticidade Renda das Exportações	Elasticidade Renda das Importações	Razão das Elasticidades	Part. no total das Exportação	Part. No total das Importação	Part. das Exportações no total	Part. das Importações no total	Intensidade Tecnológica
							Transações Comerciais do Subsetor		
1	Aeronáutica e Aeroespacial	0,956*	0,216*	4,42	0,13%	0,00%	74,12%	25,88%	Alta
		(0,030)	(0,000)						
2	Alimentos, Bebidas e Tabaco	0,896*	0,403*	2,22	2,53%	10,39%	22,92%	77,08%	Baixa
		(0,025)	(0,132)						
3	Produtos não Industriais	0,968*	0,515*	1,88	0,69%	0,03%	41,19%	58,81%	Não industrial
		(0,006)	(0,131)						
4	Construção e Reparação Naval	0,932*	0,508*	1,84	0,01%	0,01%	24,25%	75,75%	Média-Baixa
		(0,015)	(0,150)						
5	Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis	1,029*	0,621*	1,66	1,63%	13,46%	13,30%	86,70%	Média-Baixa
		(0,009)	(0,093)						
6	Produtos Químicos, Excl. Farmacêuticos	0,936*	0,589*	1,59	15,81%	16,96%	55,09%	44,91%	Média-Alta
		(0,017)	(0,119)						
7	Têxteis, Couro e Calçados	0,954*	0,608*	1,57	5,70%	2,28%	75,92%	24,08%	Baixa
		(0,028)	(0,097)						
8	Produtos Metálicos	0,018*	0,012*	1,49	9,40%	2,76%	81,10%	18,90%	Média-Baixa
		(0,002)	(0,001)						
9	Outros Produtos Minerais Não-Metálicos	0,957*	0,647*	1,48	1,56%	0,36%	84,98%	15,02%	Média-Baixa
		(0,022)	(0,111)						
10	Maquinas e Equipamentos Mecânicos, n. e.	0,981*	0,701*	1,4	9,65%	4,52%	72,39%	27,61%	Média-Baixa
		(0,010)	(0,088)						
11	Produtos Manufaturados n.e. e Bens Reciclados	0,947*	0,683*	1,39	1,15%	0,28%	84,18%	15,82%	Baixa
		(0,017)	(0,094)						
12	Equipamentos de Radio, TV e Comunicação	1,023*	0,753*	1,36	4,85%	0,54%	86,15%	13,85%	Alta
		(0,034)	(0,074)						
13	Farmacêutica	0,864*	0,679*	1,27	1,42%	1,67%	51,87%	48,13%	Alta
		(0,071)	(0,118)						
14	Borracha e Produtos Plásticos	0,965*	0,772*	1,25	4,19%	3,47%	60,63%	39,37%	Média-Baixa
		(0,013)	(0,066)						
15	Material de Escritório e Informática	0,951*	0,768*	1,24	1,60%	0,05%	95,98%	4,02%	Alta
		(0,007)	(0,071)						
16	Maquinas e Equipamentos Elétricos n. e.	0,950*	0,792*	1,2	3,62%	1,91%	70,75%	29,25%	Média-Alta
		(0,026)	(0,058)						
17	Veículos Automotores, Reboques e Semi-Reboques	0,920*	0,782*	1,18	30,24%	38,39%	50,49%	49,51%	Média-Alta
		(0,025)	(0,058)						
18	Instrumentos Médicos de Ótica e Precisão	0,936*	0,797*	1,18	0,81%	0,69%	62,10%	37,90%	Alta
		(0,026)	(0,049)						
19	Madeira e Seus Produtos, Papel e Celulose	0,938*	0,821*	1,14	4,43%	2,14%	72,32%	27,68%	Baixa
		(0,024)	(0,063)						
20	Equipamentos para Ferrovia e Transporte	1,029*	1,038*	0	0,58%	0,08%	87,05%	12,95%	Média-Alta

	(0,010)	(0,016)		
SOMA			*100,00%*	*100,00%*

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos pelo software Stata 12. Obs.:
(1) As variáveis dependentes e explicativas estão expressas em logaritmo. Os erros-padrão estão em parênteses.
(2) *significante a 1%; **significante a 5%; ***significante a 10%.
(3) As estimativas[3] não apresentam condição de autorregressão de primeira ordem, AR(1) e de segunda, AR(2).

De acordo com Goldstein (2002), desde os anos 70, a empresa procurou estabelecer laços de cooperação com parceiros estrangeiros, via coprodução e medidas de licenciamento. Além disso, inseriu-se no processo de fragmentação da produção de aviões, importando um grande aporte de peças e componentes de fabricantes mais competitivos, com os quais desenvolveu interações fortes de longo prazo, que proporcionaram vantagens competitivas à empresa na concepção e montagem das aeronaves. Por outro lado, o segmento de "Aeronaves" obteve forte investimento na capacitação de fornecedores locais, reduzindoa quantidade de componentes importados que influenciavam negativamente no saldo da balança comercial. Com efeito, o desempenho da Embraer provou a viabilidade do país em adquirir competitividade nesses setores, via um enorme esforço público de formação de recursos humanos com um apoio considerável do governo durante anos e através de elevados investimentos em P&D associados ao *design* e à tecnologia incorporada a seus produtos (KUPFER, 2003; GOLDESTEIN, 2002).

A literatura neoschumpeteriana denota o elevado grau de apropriabilidade, cumulatividade e oportunidade tecnológica em setores de alta tecnologia, como o ramo "Aeronáutica e Aeroespacial", o que implica em maiores oportunidades de crescimento. Por outro, a literatura empírica evidencia os ganhos de competitividade do Brasil no mercado internacional de aeronaves. Entretanto, conforme apresentado na tabela 2, a participação das exportações do subsetor no total exportado para a Argentina é a mais baixa de toda a indústria manufatureira - apenas 0,13% -, demonstrando que tal relação comercial pode e deve ser mais estimulada a fim de contribuir para a superação da restrição externa do país.

O subsetor"Alimentos, Bebidas e Tabaco"apresentou a segunda maior razão das elasticidades-renda, 2,223. Embora seja caracterizado como de baixa intensidade tecnológica, é preciso deixar claro que as estimações foram realizadas apenas para os produtos classificados como manufaturados dentro de cada subsetor ou ramo industrial. Vale dizer, "fabricação de produtos alimentícios e bebidas" e "fabricação de produtos do fumo".Assim, o conjunto de subsetores avaliados em tal grupo foi aquele com maior teor tecnológico ou com maior nível de processamento industrial na cadeia produtiva de alimentos, o que pode justificar a elevada elasticidade-renda das exportações.Em outras palavras, os resultados das estimações das elasticidades sugerem que há segmentos dinâmicos, no sentido de Thirlwall (1979), dentro do referido subsetor, que podem possibilitar maiores oportunidades de crescimento do produto dos estados brasileiros.

O Brasil, entretanto, apresenta uma relação comercial deficitáriacom a Argentina dentro deste subsetor, já que do total das transações comerciais de "Alimentos, Bebidas e

Tabaco", apenas 22,92% foram de exportações, contra 77,08% de importações. Além disso, a participação no total exportado pela indústria brasileira é de apenas 2,53%, contra 10,39% das importações. Isso revelaque a pauta de importação brasileira advinda da Argentina é mais focada em segmentos manufaturados com maior nível de processamento, dentro do subsetor alimentos e bebidas, do que a pauta de exportação. Dessa forma, uma mudança estrutural no sentido de aprimoramento das estruturas tecnológicas do subsetor pode contribuir para uma maior sofisticação do padrão de especialização da indústria e para uma melhor inserção comercial externa do país no longo prazo.

A análise do resultado das elasticidades dos "Produtos não industriais" sugere as mesmas observações apontadas para o caso do subsetor de alimentos. Ainda que a maior parte da produção seja compostapor produtos agrícolas e *commodities* intensivas em recursos naturais[7],o subsetor apresentou uma elevada elasticidade-renda das exportações, 0,968, em relação à elasticidade-renda das importações, 0,515. Sabe-se que o Brasil apresenta vantagens comparativas nesses produtos não só em relação à Argentina,mastambém em relação à maioria dos seus parceiros comerciais. Ademais, o peso da Argentina como destino das exportações brasileiras desse subsetor é bem reduzido quando comparado a destinos como China, Estados Unidos e União Europeia.Note ainda que a participação no total exportado no período é de apenas 0,69%, sugerindo a necessidade de ampliação das exportações desse subsetor para o mercado Argentino. Entretanto, como ressaltadopelos neoschumpeterianos, tais produtos possuem trajetórias tecnológicas restritas, emais,seus preços são voláteis e tendem a crescer a taxas menores no comércio internacional, vis-à-vis,aqueles com algum grau de conteúdo tecnológico. Por isso, apesar de potencializarem o crescimento do produto do país se forem estimulados na relação bilateral com a Argentina, deve-se priorizar a exportação de produtos com maior nível de processamento.

O quarto subsetor com maior elasticidade-renda da demanda foi "Construção e reparação naval", consideradoum setor de média-baixa intensidade tecnológica.A análise da composição das exportações demonstra uma participação pífia de apenas 0,01% e um grande volume de importações, 75,75%, relativamente às exportações, 24,25%.De acordo com dados do Sinaval (Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore*), o Brasil está atualmente com uma demanda crescente de encomendas de navios petroleiros, graneleiros e plataformas de petróleo, sobretudo após as descobertas do pré-sal e o

[7] Alimentos (frutas, frutos do mar, grãos, laticínios, ovos e etc.), petróleo bruto e seus derivados também no estado bruto, couro e peles, pedras preciosas, matéria de origem animal e vegetal, óleos e sementes de frutos oleaginosos, fertilizantes e adubos de origem mineral, cortiça e madeira, borracha em seu estado bruto, minérios metálicos, cimento, cal, amianto e materiais de construção em geral, refratários e carvão e coque.

consequente aquecimento na exploração *offshore* de petróleo e gás.No entanto, os dados sinalizam uma estratégia de importação em detrimento da produção doméstica.

Do mesmo modo, o subsetor de produtos de petróleo refinado e outros combustíveis demonstrou ser dinâmico no sentido Thirlwall, porém apresentou um grande déficit comercial no período analisado - cerca de 13,30% das transações comerciais eram exportações, enquanto 86,70%constituíam-se de importações. Considerando uma estratégia de crescimento conduzido pelas exportações (*à la* Thirlwall) e a elevada razão das elasticidades encontrada para estes dois subsetores supracitados,defende-seum aumento dos investimentos voltados para a exportação setorial dos estados brasileiros para a Argentina.

No grupo das atividades de média tecnologia merecem destaqueas atividades de produção de veículos automotores, reboques, semirreboques, que compõem, com ampla distância das demais participações relativas, a maior parcela das exportações (30,24%) e das importações (38,39%)da indústria manufatureira para a Argentina. Além disso, apresentou-se dinâmico em termos de razão das elasticidades e mostrou uma relação bastante equilibrada em termos de saldos comerciais com a Argentina(50,49% de exportações contra 49,51%).

Esses resultados estão associados ao processo de reestruturação industrial pelo qual passou o subsetor de veículos automotores, com a vinda de novas montadoras multinacionais para o Brasil nos anos 1990. Além disso, tal subsetor foi beneficiado por programas de suporte específicos, por um grande volume de investimentos voltados para a sua modernização tecnológica e por uma política automotiva que obrigou as empresas brasileiras a exportarem para obter crédito de importação. (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997)Ademais, o elevado fluxo de comércio de veículos de ambos os lados deve-se, dentre outros fatores, aos acordos comerciais específicos que o Brasil e a Argentina têm no subsetorem questão e a própria instituição do Mercosul. (DE NEGRI, 2010)

Uma Análise Multissetorialda Relação Comercial Bilateral do Brasil com os EUA

A tabela 3apresenta a razão das elasticidades-renda setoriais na relação comercial com os EUA. Os resultados revelam quetodos os setores são dinâmicos no sentido de Thirlwall, sendo novamente as elasticidades-renda estatisticamente significativas, ao nível de 1%. Note que o setor de produtos manufaturados apresenta a maior razão das elasticidades, demonstrando que o país tem vantagem na relação bilateral com os Estados Unidos neste setor.

Tabela 3–Razãodas Elasticidades-Renda Setoriais das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com osEUA

	Básicos	***Semimanufaturados***	***Manufaturados***
Elasticidades–Renda das Exportações	0,957	0,976	0,942
Elasticidades – Renda das Importações	0,731	0,815	0,681
$\frac{\varepsilon}{\pi}$	1,310	1,197	1,384

Fonte: Elaboração própria a partir do Stata 12

Em suma, assim como no caso do parceiro comercial anterior, os resultados empíricos observados na relação bilateral do Brasil com os EUA também demonstraram que todos os setores apresentaram vantagens competitivas no período de 1995-2010, e mais, indicaram que a indústria manufatureira é o setor mais dinâmico e competitivo da economia brasileira.

Os resultados das estimações das elasticidades-renda das exportações e importações dos subsetores para a relação comercial bilateral Brasil-Estados Unidos foram positivos e significativos estatisticamente,de acordo com a abordagem teórica da "Lei de Thirlwall Multissetorial". À exceção dos produtos metálicos, todos os demais subsetores mostraram-se dinâmicos no sentido Thirlwall, com a razão das elasticidades superiores à unidade. Em outras palavras, os produtos manufaturados dos diversos subsetores ou ramos produtivos contribuíram para a superação da restrição externa do país no período de 1995 a 2010.

A partir da tabela 4, torna-se possível verificar queos cinco subsetores da Indústria manufatureira que apresentaram maiores razões das elasticidades-renda demanda por exportações e por importações foram: 1º) "Aeronáutica e Aeroespacial" (alta tecnologia); 2º) "Alimentos, Bebidas e Tabaco" (Baixa tecnologia); 3º) "Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis" (média-baixa tecnologia); 4º) "Produtos não industriais" (não industrial); e, 5º) "Máquinas e Equipamentos Mecânicos" (média-baixa tecnologia).

Apesar destes subsetores serem considerados dinâmicos na abordagem de Thirlwall, como já explicitado na análise para a Argentina, alguns desses apresentam um baixo dinamismo tecnológico intrasetorial: "Alimentos, Bebidas e Tabaco"; "Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis"; e "Produtos não industriais". Assim, políticas comerciais

de estímulo aos subsetores exportadoresdevem dar ênfase aos segmentos de maior valor agregado ou com maiores possibilidades de desenvolvimento tecnológico dentro de cada um desses subsetores.

O subsetor de aeronaves, em particular, apresentou uma baixa elasticidade-renda por importações dos Estados Unidos, 0,216, e uma elevada elasticidade-renda das exportações, 0,961, resultando na maior razão das elasticidades dentre todos os subsetores da indústria manufatureira. Além disso, dentre todos os subsetores classificados como de alta intensidade tecnológica, esse foi o único que apresentou uma participação na pauta exportadora relativamente maior do que a importadora. Contudo, tal relação comercial ainda aparece levemente deficitária no período - aproximadamente 47% do total comercializado por esse subsetor com os Estados Unidos são exportações, contra 53% de importações -, o que pode sinalizar que ainda há uma dependência de importações de peças e componentes de fornecedores norte-americanos durante o processo produtivo de aeronaves pela Embraer. Nesse sentido, Oliveira (2008, p.4) aponta que "[...] embora a Embraer seja uma grande exportadora, o volume de importações é significativo. Muitos dos elos importantes da cadeia aeronáutica são provenientes de empresas instaladas no exterior, tais como: sistemas de voo, sistemas hidráulicos, turbinas, sistemas de *software* embarcado, material composto (de várias características), entre outros, são oriundos de firmas normalmente localizadas em países como EUA, Canadá e União Europeia (em especial a França)."

Ainda que o indicador de composição das exportações não seja capaz de fornecer dados precisos sobre o valor adicionado na relação bilateral com os Estados Unidos, ao ponto de entender-se qual o grau de dependência da indústria brasileira, a relevância estratégica do subsetor, por seu alto teor tecnológico e pela elevada razão das elasticidades-renda,sinalizam a necessidade de continuidade de políticas industriais,de estímulo à inovação, e comerciais focalizadas, principalmente no desenvolvimento dos subsetores com o perfil exportador desejado pelo país.

Os subsetores "Alimentos, bebidas e tabaco", "Produtos de petróleo refinado e combustíveis" e "Produtos não industriais", embora tenham apresentado elevadas razões das elasticidades e superávits nos fluxos comerciais com os Estados Unidos no período 1995-2010, não compõem uma parcela significativa no total comercializado. A participação dos três subsetores em conjunto compreende aproximadamente 10% das exportações e 4% das importações da indústria manufatureira. Isso se verifica ainda mais fortemente no que tange aos produtos não industriais, os quais não alcançam 0,5% de participação no comércio.

Esse resultado é interessante, já que o conjunto de produtos que compõem este subsetor é formado basicamente por*commodities* e, os Estados Unidos sãoum dos principais parceiros comerciais em alguns desses produtos exportados pela economia brasileira. Por exemplo, o país pode ser consideradoo segundo maior importador de café e suco de laranja - duas *commodities* agrícolas nas quais o Brasil tem liderança de mercado desde 2011 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012). Como a amostra é formada apenas pelos produtos manufaturados dentro do subsetor de produtos não industriais, tais dados revelam que, quando se trata de *commodities* com um maior nível de processamento, nossa relação comercial com os Estados Unidos é ínfima.

O subsetor "Máquinas e equipamentos mecânicos, n.e."apresentou razão das elasticidades de 1,51, além de ser um setor representativo na composição das exportações e das importações, mas tem-se observado um déficit comercial significativo no período em consideração, na ordem de 30,5%, demonstrando uma dependência das importações advindas dos Estados Unidos. Isso é problemático em termos de dinamismo econômico, pois esse é um subsetor caracterizado por alta complexidade de tecnologia aplicada no processo de fabricação, que em conjunto com os gastos em P&D,transformam-no em gerador e difusor de progresso tecnológico para outras indústrias. (ERBER, 2000)

Tabela 4 - Estimações das elasticidades-renda dos subsetores da Indústria Manufatureira dos Estados Unidos

	SUBSETOR/RAMO	Elasticidade Renda das Exportações	Elasticidade Renda das Importações	Razão das Elasticidades	Part. no total das Exportações	Part. No total das Importações	Part. das Exportações no total	Part. das Importações no total	Intensidade Tecnológica
							Transações Comerciais do Subsetor		
1	Aeronáutica e Aeroespacial	0,961*	0,216*	4,44	11,30%	9,16%	46,83%	53,17%	Alta
		(0,025)	(0,000)						
2	Alimentos, Bebidas e Tabaco	0,979*	0,532*	1,84	6,50%	1,09%	80,92%	19,08%	Baixa
		(0,018)	(0,077)						
3	Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis	0,984*	0,560*	1,76	4,07%	3,19%	51,17%	48,83%	Média-Baixa
		(0,006)	(0,110)						
4	Produtos não Industriais	0,994*	0,583*	1,71	0,01%	0,05%	17,21%	82,79%	Não industrial
		(0,011)	(0,154)						
5	Maquinas e Equipamentos Mecânicos, n. e.	0,980*	0,651*	1,51	11,22%	14,47%	37,25%	62,75%	Média-Baixa
		(0,010)	(0,088)						
6	Equipamentos para Ferrovia e Transporte	1,005*	0,675*	1,49	0,53%	0,75%	36,80%	63,20%	Média-Alta
		(0,009)	(0,146)						
7	Produtos Manufaturados n.e. e Bens Reciclados	0,987*	0,666*	1,48	2,46%	0,74%	69,96%	30,04%	Baixa
		(0,007)	(0,098)						
8	Têxteis, Couro e Calçados	0,892*	0,608*	1,47	13,37%	0,79%	91,76%	8,24%	Baixa
		(0,025)	(0,097)						
9	Produtos Químicos, Excl. Farmacêuticos	0,921*	0,630*	1,46	6,69%	23,03%	17,95%	82,05%	Média-Alta
		(0,019)	(0,063)						
10	Borracha e Produtos Plásticos	0,990*	0,752*	1,32	3,15%	2,92%	44,28%	55,72%	Média-Baixa
		(0,011)	(0,064)						
11	Farmacêutica	0,949*	0,729*	1,3	0,69%	4,63%	8,67%	91,33%	Alta
		(0,021)	(0,105)						
12	Instrumentos Médicos de Ótica e Precisão	1,001*	0,782*	1,28	0,81%	6,77%	8,69%	91,31%	Alta
		(0,006)	(0,058)						
13	Veículos Automotores, Reboques E Semi-Reboques	1,016*	0,797*	1,27	11,37%	3,81%	68,57%	31,43%	Média-Alta
		(0,015)	(0,049)						
14	Construção e Reparação Naval	1,017*	0,801*	1,27	0,38%	0,09%	31,17%	68,83%	Média-Baixa
		(0,030)	(0,105)						
15	Material de Escritório e Informática	1,022*	0,810*	1,26	0,72%	5,82%	7,63%	92,37%	Alta
		(0,012)	(0,064)						
16	Maquinas e Equipamentos Elétricos n. e.	0,996*	0,792*	1,26	3,64%	6,40%	32,29%	67,71%	Média-Alta
		(0,008)	(0,058)						
17	Equipamentos de Radio, TV e Comunicação	0,997*	0,793*	1,26	5,60%	8,86%	32,78%	67,22%	Alta
		(0,015)	(0,073)						
18	Outros Produtos Minerais Não-Metálicos	1,033*	0,822*	1,26	4,03%	0,86%	75,37%	24,63%	Média-Baixa
		(0,052)	(0,057)						
19	Madeira e Seus Produtos, Papel e Celulose	0,930*	0,821*	1,13	6,11%	1,83%	69,70%	30,30%	Baixa
		(0,020)	(0,063)						
20	Produtos Metálicos	0,001*	0,012*	0,05	7,33%	4,78%	53,16%	46,84%	Média-Baixa
		(0,000)	(0,000)						
	SOMA				100,00%	100,00%			

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos pelo software Stata 12. Obs.:(1) As variáveis dependentes e explicativas estão expressas em logaritmo. Os erros-padrão estão em parênteses.(2) *significante a 1%; **significante a 5%; ***significante a 10%.(3) As estimativas[3] não apresentam condição de autorregressão de primeira ordem, AR(1) e de segunda, AR(2).

Assim, os resultados das estimações das elasticidades-renda das exportações e importações dos subsetores para a relação comercial bilateral Brasil-Estados Unidos não se mostraram muito diferentes daqueles apresentados na relação com a Argentina. Nota-se, ainda, que quatro dos subsetores mais dinâmicos são exatamente os mesmos nas relações bilaterais com a Argentina e os EUA, quais sejam: “Aeronáutica e Aeroespacial”; “Alimentos, Bebidas e Tabaco”; Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis” e “Produtos não industriais”.

Contudo, do total do volume exportado desses quatro subsetores brasileiros para os dois países, 84,6% foram destinados aos Estados Unidos e apenas 15,4% foram exportados para a Argentina, em média,no período de 1995-2010. Ademais, a participação das exportações desses subsetores sobre o total comercializado da indústria manufatureira brasileira para os Estados Unidos foi maior em relação à pauta bilateral com a Argentina. Assim, pode-se concluirque a relação bilateral do Brasil com os Estados Unidosfoi muito mais concentrada nos setores que apresentaram elevadas razões das elasticidades do que no comércio com a Argentina, o qual se concentrouno setor de veículos automotores – subsetor que ocupa apenas a 17ª posição no *ranking*das razões das elasticidades.

Indústria Como Motor do Crescimento de Longo Prazo: Diagnóstico e Lições Para a Economia Brasileira

A análise desenvolvida neste capítulo indicou os subsetores mais dinâmicos no sentido de Thirlwall da economia brasileira nas relações bilaterais com os Estados Unidos e a Argentina. Os resultados demonstraram que quatro setores considerados mais dinâmicos nas relações bilaterais do Brasil com a Argentina e com os EUA foram os mesmos, quais sejam “Aeronáutica e Aeroespacial”; “Alimentos, Bebidas e Tabaco”; Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis” e “Produtos não industriais”.

Os subsetores da indústria manufatureira de baixo conteúdo tecnológico apresentaram razões das elasticidades-renda elevadas, pois a análise foi centrada nos segmentos com maior nível de processamento da cadeia de produção. No entanto, a participação das exportações destes segmentos foi baixa no total exportado pela indústria e/ou revelaram-se deficitárias em termos de saldo comercial, tanto na relação comercial com a Argentina quanto com os Estados Unidos.

No caso da relação bilateral com os Estados Unidos, os subsetores de alta tecnologia apresentaram um volume de importações muito superior ao de exportações, com exceção do setor “Aeronaves e Aeroespacial”, que apresenta um ligeiro déficit comercial.

Assim, defende-se que a economia brasileira deve melhorar a participação das exportações nos subsetores industriais que apresentaram as maiores razões das elasticidades-renda das exportações e importações, para aumentar os ganhos provenientes da relação comercial com seus principais parceiros no período em consideração, em particular, com relação à Argentina e os EUA. A expansão comercial supracitada possibilitará um aumento da competitividade internacional, a redução da vulnerabilidade da economia a choques externos e o relaxamento da restrição externa ao crescimento econômico.

Ademais, tornam-se fundamentais as políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior, que direcionam-se para o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras nos subsetores mais dinâmicos, promovendo o incremento das exportações e a criação de oportunidades de trabalho, a priori, mais qualificado.

No mesmo sentido, recomenda-se estimular através de investimento a expansão e melhoria da infraestrutura logística direcionada para os subsetores nos quais o país tem maiores vantagens competitivas, que são aqueles com maiores razões entre as elasticidades, cujas externalidades positivas se espalharão por toda economia. Portanto, internalizar partes das cadeias produtivas desenvolvidas no exterior pode reduzir as importações de peças e componentes e, consequentemente, aumentar a razão das elasticidades, como no caso da indústria automotiva na relação bilateral com a Argentina ou como no caso da indústria aeronáutica na relação bilateral com os Estados Unidos.

Para Kupfer (2003), em geral, as políticas deveriam priorizar a expansão do comércio internacional nos segmentos mais dinâmicos e, para tanto, torna-se necessário também realizar uma reforma tributária, de modo a garantir a maior eficácia no uso dos recursos públicos na elaboração de políticas e concessão de benefícios ou subsídios e minimizar as distorções com impactos sobre a estrutura produtiva.

Considerações Finais

A hipótese apresentada no capítulo é de que a indústria é o setor mais dinâmico, por apresentar a maior razão das elasticidades e retornos crescentes de escala. Para testar a hipótese lançada, realiza-se uma análise econométrica, usando dados em painel, para o período de 1995-2010. Os resultados confirmaram a hipótese lançada neste trabalho,de que a indústria é o setor mais dinâmico.

A análise do padrão de especialização da indústria demonstrou que os subsetores mais dinâmicos apresentam uma relação comercial perversa, com um volume de importações

superior ao de exportações. Com efeito, torna-se fundamental realizar uma mudança na estratégia de crescimento dos estados brasileiros no sentido de melhorar a forma de inserção no comércio internacional do país, priorizando a ampliação da participação das exportações nos subsetores industriais que apresentam as maiores razões das elasticidades-renda e nos segmentos dos setores manufaturados, inclusive de baixa intensidade tecnológica,com maior valor agregado, o quemaximizaráos ganhos provenientes do comércio exterior da economia brasileira com seus principais parceiros. Do exposto, conclui-se que a mudança estrutural do país passa por uma alteração da composição setorial das exportações e importações para promover o crescimento sustentado da economia.

A abordagem neoschumpeteriana ressalta que a produção nacional de tecnologia é particularmente central para o desenvolvimento econômico dos países, tanto nas cadeias produtivas tecnologicamente mais complexas quanto, também, nas etapas produtivas da produção de setores tradicionais, uma vez que pode significar um alívio da restrição externa. As perdas de dinamismo nos subsetores de maior intensidade tecnológica ena produção de produtos processados dentro dossetores de baixa tecnologia agravam a restrição externa e afetam negativamente a balança comercial. Assim, deve-se melhorar a participação do país, principalmentenos segmentos mais sofisticados do processo produtivo dos subsetores, já quereduziria a necessidade de importação desses bens, independente da intensidade tecnológica.

Em suma, a análise desenvolvida neste trabalho pode ser peça fundamental numa mudança na estratégia de crescimento dos estados brasileiros, já que permite ao *policy maker* saber exatamente quais são os subsetores manufatureiros mais dinâmicos na relação bilateral com os parceiros comerciais, em particular, com a Argentina e os Estados Unidos. Entretanto, os resultados aqui expostos também são um convite para trabalhos futuros com análises ainda mais desagregadas dos produtos manufaturados que compõem os subsetores“Aeronáutica e Aeroespacial”; “Alimentos, Bebidas e Tabaco”; Produtos de Petróleo Refinado e Combustíveis” e “Produtos não Industriais”, a fim de: i) compreender especificamente quais são as camadas ou segmentos que têm se mostrado mais dinâmicos;ii)identificar onde o país tem ganhado e perdido participação no total comercializado pela indústria; e iii) por fim, aperfeiçoar a estratégia de crescimento conduzida pelas exportações da economia brasileira.

Referências

ALICEWEB2. **Portal de Análises das Informações de Comércio Exterior**, 2013. Disponivel em: <http://aliceweb2.mdic.gov.br/>. Acesso em: 11 março 2013.

ARAUJO, R. A.; LIMA, G. T. A Structural economics-dynamics approach to balance-of payments constrained growth. **Cambridge Journal of Economics**, 2007, p. 755-774.

ARAUJO, R. Cumulative Causation in a Structural Economic Dynamic Approach to Economic Growth and Uneven Development. **MPRA (Munich Personal RePEc Archive)**, v. Vol. 24, March, 2011 p. 1-24.

BARROS, J.R.M. E GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de economia política**, vol. 17(2), nº 66, São Paulo, Centro de Economia Política, abril-junho, 1997.

BRITTO, G.; ROMERO, J. P. Modelos Kaldorianos de Crescimento e suas Extensões Contemporâneas. **Texto para discussão nº 440, Cedeplar, UFMG**, Setembro 2011, p.01-35.

CARBINATO, D. D. A. Crescimento econômico e estrutura produtiva no Brasil: análise das relações entre padrão setorial e restrição externa. **III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, São Paulo, 11 a 13 Agosto 2010, p.1-18.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Progreso técnico y cambio estructural en América Latina.** Nações Unidas, 2008.

CIMOLI, M. Heterogeneidad structural, asimetrías tecnológicas y crecimiento em América Latina, **MPRA Paper**, n. 3832, 2005.

COUTINHO, L.; HIRATUKA, C.; SABBATINI, R. O desafio da construção de uma inserção externa dinamizadora. In: Ana Célia Castro; Antonio Licha; Helder Queiroz Pinto Jr.; João Saboia. (Org.). **Brasil em desenvolvimento**, v.1: economia, tecnologia e competitividade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005, p. 271-314.

DALUM, B; LAURSEN, K.; VERPAGEN, B. **Does specialization matter for Growth?**Open Access publications from Maastricht University, Maastricht University, 1996.

DALUM, B; LAURSEN, K.; VILLUMSEN, G. **The long term development of OCDE export specialization patterns: de-specialization and "stickiness"**. DRUID, Working Paper nº96-14, 1999.

DE NEGRI, J. A. A cadeia de valor global da indústria automobilística no Brasil. In: PROCHNIK, V. (Org.). **La inserción de América Latina em las cadenas globales de valor.** Red Mercosur de Investigaciones Económicas: Uruguai, 2010, p.199-238.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. **The economics of technical change and international trade.** Londres: Harvester Wheatsheaf, 1990.

ERBER, F. **Perspectivas da América Latina em ciência e tecnologia:** Parcerias Estratégicas, 2000.

FAGERBERG, J. Why growth rates differ. In: DOSI, G. *et al* (Org.). **Technical change and economic theory.** London: Pinter Publishers, 1988.

GOLDSTEIN, A. Embraer: de campeón nacional a jugadorglobal.**Revista de la Cepal,** nº 77, 2002.

GOUVÊA, R. R. **Padrão de especialização produtiva e crescimento econômico sob restrição**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Economia), 2010.

GOUVÊA, R. R.; LIMA, G. T. Structural Change, Balance-of-Payments Constraint and Economic Growth: Evidence from the Multi-Sectoral Thirlwall's Law. **Anpec**, n. Encontro XXXVII, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2013. Disponivel em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 23 Junho 2013.

KALDOR, N. A. Model of Economic Growth. **The Economic Journal, Vol. 67, No. 268**, Dezembro 1957, p. 591-624.

KALDOR, N. **Causes of the Slow Rate of Growth of the United Kingdom**. Cambridge: [s.n.], 1966.

KALDOR, N. **Strategic factors in economic development**. Ithaca, NY: New York State School of Industrial and Laubour Relations : Cornell University, 1967.

KALDOR, N. The role of effective demand in the short run and the long run. In: BARRÉRE, A. (.). **The Foundations of Keynesian Analysis**. London: MacMillan Press., 1988.

KUPFER, D.; FRISCHTAK, C.R., FERREIRA, P.C. e HAMDAM, G.; CASSIOLATO, J.E.; LAPLANE, M. Dossiê Política Industrial**. Econômica**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 2, dezembro, 2003.

LALL, S. The technological structure and performance of developing country manufactured exports, 1985-98. **Oxford Development Studies**, vol. 28, nº 3, 2000.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Economia brasileira em perspectiva.** Seção Especial Economia Verde. Secretaria de Política Econômica. 15ª edição, abril, 2012, 175p. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva> Acesso em: mar./2014.

MORENO-BRID, J. C. Balance-of-Paymens Constraines Economic Growth: The case of Mexico. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, 1998, p. 413-433.

MORENO-BRID, J. C. **On Capital Flows and the Balance-of-Payments-Constraint Growth Model:** A Theoretical and Empirical Analysis. [S.l.]: Metroeconomica, v. 54 (2), 2003.

OLIVEIRA, L. G. **Relatório Setorial Preliminar**.FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, nº12, 2008. Disponível em: <http:// www.finep.gov.br>. Acesso em: 20/10/2008.

PASINETTI, L. [1981], *Structural Change and Economic Growth: a Theoretical essay on the dynamics of the wealth of nations*, Cambridge University Press.

QUEIROZ, P. W. V. D. *et al*. A Lei de Thirlwall Multisetorial: um teste empírico para a economia brasileira entre 1962-2008 e uma análise da estrutura produtiva nos governos Lula. **XIV Encontro de Economia da Região Sul - Anpec Sul**, Santa Catarina, Junho, 2011.

ROMERO, J.; SILVEIRA, F.; JAYME JR. F.G. (2011) Mudança estrutural, Sistema Nacional de Inovações e Restrição do Balançode Pagamentos: teoria e implicações de política. Series Working Paper BNDES/ANPEC nº 17.

SANTOS H. S. (2014). A Lei de Thirlwall Multissetorial:Uma Proposta Alternativa de Análise a Partir da Relação Bilateral Brasil-China. *Dissertação de Mestrado. Minas Gerais:* IE/UFU, 2014. 94p.

SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development.** Cambridge: Harvard University Press, 1934.

SINAVAL - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E *OFFSHORE*. SINAVAL **Informa mensal**. Jan/Fev, 2013. Disponível em: <http://www.sinaval.org.br/sim.php>. Acesso em mar./2014.

SMITH, A. (1776). A RIQUEZA DAS NAÇÕES. Coleção Os Economistas. Abril SA. São Paulo, 1983.

SOARES, C. O Modelo de Balanço de Pagamentos Restrito e Desindustrialização: Teoria e Evidências para o Caso Brasileiro. **Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília**, Brasília, 2012, p. 1-170.

SOARES, C.; TEIXEIRA, J. R. A LEI DE THIRLWALL MULTISSETORIAL: NOVAS EVIDÊNCIAS PARA O CASO BRASILEIRO. **Encontro Nacional de Economia**, Porto de Galinhas, 2012.

THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly**, 1979, p. 44-55.

THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. **PSL Quarterly Review, vol. 64 n. 259**, Roma, 2011, p. 429-438.

THIRLWALL, A. P.; HUSSAIN, M. N. **The Balance of Payments Constraint, Capital Floes and Growth Rate Diferences between Developing Countries**. Oxford Economic Papers: New Series, 1982.

THIRWALL, A. P. **A Natureza do crescimento econômico:** Um referencial alternativo para compreender o desenho das nações. Brasília: Ipea, 2005.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. [S.l.]: The MIT Press, 2002.

WORLDBANK. **Working for a World Free of Poverty**, 2013. Disponivel em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 11 Março 2013.

YOUNG, A. A. (1928) Increasing Returns and Economic Progress.Economic Journal, Vol. 38, nº 152 (Dec., *1928*), pp. 527-542.

Ensaios FEE

v. 35, n. 2 (2014)

Sumário

Construção do homo economicus e a sua necessária desconstrução PDF
Róber Iturriet Avila

Sociedade, desenvolvimento e o papel estratégico do Estado: uma reflexão sobre o surgimento da Governança Pública. PDF
Taisa Dias, Silvio Antonio Ferraz Cario

Mudança estrutural e evolução da dinâmica intersetorial na economia brasileira, no período de baixa inflação PDF
Julia de Medeiros Braga

O Parceiro Comercial é Relevante? Uma análise do padrão de especialização ambiental do comércio exterior da indústria brasileira PDF
Maria Cecília Junqueira Lustosa

Da privatização à (re)estatização do sistema previdenciário argentino PDF
Rosa Maria Marques

Habitação social em debate: uma aproximação ao Programa Minha Casa, Minha Vida PDF
Hoyêdo Nunes Lins, Geovana de Medeiros Corrêa

Determinantes da permanência na condição de pobreza crônica na Cidade de Porto Alegre: aplicação do Modelo Logit Multinomial PDF
Reisoli Bender Filho, Izete Pengo Bagolin

Mensurando a carga tributária incidente sobre a cadeia vitivinícola do Rio Grande do Sul PDF
Adilson Giovanini, Clailton Ataídes de Freitas

OPEN JOURNAL SYSTEMS

AJUDA DO SISTEMA

USUÁRIO
Login
Senha
Lembrar usuário
Acesso

IDIOMA
Selecione o idioma
Português (Brasil)
Submeter

CONTEÚDO DA REVISTA
Pesquisa
Escopo da Busca
Todos
Pesquisar

Procurar
Por Edição
Por Autor
Por título
Outras revistas

TAMANHO DE FONTE

Estrutura produtiva e multiplicadores de impacto intersetorial do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (Corede Sul) do Rio Grande do Sul: uma análise de insumo-produto PDF
Pedro Henrique Leivas, Flávio Tosi Feijo

Transformações Recentes da Produção Agropecuária no Cerrado: Cadeias Produtivas e Clusters na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba PDF
Antonio César Ortega, Guilherme Jonas Costa da Silva, Humberto Eduardo de Paula Martins

Resenha

O fato e a arte de regionalizar PDF
Theo Soares de Lima

ISSN 1980-2668

Transformações Recentes da Produção Agropecuária no Cerrado: Cadeias Produtivas e Clusters na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Antonio César Ortega, Guilherme Jonas Costa da Silva, Humberto Eduardo de Paula Martins

Resumo

Resumo
O objetivo do trabalho é analisar as transformações recentes na produção agropecuária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em função do pioneirismo dessa região no processo de expansão e consolidação do setor agropecuário no cerrado brasileiro, que vem contribuindo para a tendência crescente de sua participação na produção agropecuária estadual e nacional. São analisadas mudanças recentes na distribuição do PIB agropecuário em nível municipal e a especialização econômica dos municípios na produção agropecuária, bem como nos principais produtos do setor. Os produtos que mais se destacaram foram aqueles que fazem parte de importantes cadeias agroindustriais, quais sejam, o café, a soja e a cana-de-açúcar, que são voltados para o mercado internacional ou para mercados nacionais mais dinâmicos.

Palavras-chave: Produção Agropecuária; Cerrado; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

TÍTULO EM INGLÊS
Recent changes in agriculture and livestock farming in Cerrado: an analysis of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba Region

Abstract
This paper aims to analyze the recent changes in agriculture and livestock farming in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba Region, due to the pioneering nature of this Region in the process of expansion and consolidation of the agriculture and livestock sector in the Brazilian Cerrado. This Region has a growing trend of participation in the state and national agriculture and livestock farming. The study analyzes recent changes in the distribution of agricultural GDP at the municipal

OPEN JOURNAL SYSTEMS

AJUDA DO SISTEMA

USUÁRIO

Login
Senha
Lembrar usuário
Acesso

IDIOMA

Selecione o idioma
Português (Brasil)
Submeter

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa
Escopo da Busca
Todos
Pesquisar

Procurar
Por Edição
Por Autor
Por título
Outras revistas

TAMANHO DE FONTE

level and economic specialization of municipalities in agriculture and livestock farming and its main products. The most relevant agricultural products are those participating in important agroindustrial chains, such as coffe, soybeans and sugarcane, which are targeted at international or dynamic national markets.

Key Words Agriculture and Livestock Farming; Cerrado; Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba.

Classificação JEL: R12, C21.

Artigo recebido em jul. 2012 e aceito para publicação em maio 2014.

Palavras-chave

Produção Agropecuária; Cerrado; Especialização Econômica; Cadeias Produtivas; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Texto completo:

PDF

ISSN 1980-2668

economia
ensaios

v. 29 (2014): Número Especial - Associação Keynesiana Brasileira

Publicado: 2014-12-23

Apresentação

Apresentação - Associação Keynesiana Brasileira

José Luis Oreiro

PDF

Apresentação - Organizador do número especial Revista Economia Ensaios - AKB

Fábio Henrique Bittes Terra

PDF

Editorial - v. 29 (2014): Número Especial - Associação Keynesiana Brasileira

Marisa dos Reis Azevedo Botelho, Ana Paula Macedo de Avellar

PDF

Artigos

Rising Income Inequality, Increased Household Indebtedness, and Post-Keynesian Macrodynamics

Mark Setterfield

PDF

The Economics of Control Fraud

Robert E. Prasch

PDF

Funcionalidade dos sistemas financeiros e o financiamento a pequenas e médias empresas: o caso do crowdfunding

Norberto Montani Martins, Pedro Miguel Bento Pereira da Silva

PDF

Decisões de investimento e indicadores contábeis: uma análise da condição financeira e do IDE das transnacionais mais relevantes para o Brasil

Silas Thomaz da Silva, Marcelo Sartorio Loural

PDF

O debate Keynes-Tinbergen: relato histórico de uma controvérsia sobre a origem da econometria

Rafael Galvão de Almeida

PDF

Investimento, estrutura produtiva e inserção externa: breves considerações teóricas sobre padrões sustentados de crescimento de economias em desenvolvimento

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi

PDF

Estratégias de desenvolvimento nos BRICs: Uma análise Insumo-Produto

Nelson Marconi, Guilherme R. Magacho, Igor L. Rocha

PDF

Uma Leitura Pós-Keynesiana da Dinâmica de Preços e da Política Monetária no Brasil Pós-Metas de Inflação: uma Análise por Vetores Autorregressivos

Guilherme Jonas C. da Silva, Ana Paula Coutinho Viana, Fábio Henrique Bittes Terra

PDF

Open Journal Systems

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Palavras-chave

Revista **Qualis B2**, área Economia, quadriênio 2017/20.

ISSN: 1983-1994

Platform &
workflow by
OJS / PKP

SciELO Brasil

pt_BR

Economia e Sociedade

Publicação de: **Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Publicações**
Área: Ciências Sociais Aplicadas Versão impressa ISSN: 0104-0618
Versão on-line ISSN: 1982-3533

Todos | Buscar | Métricas

Atual

Periódicos / Economia e Sociedade / Sumário

Sumário

Economia e Sociedade, Volume: 22, Número: 3, Publicado: 2013

Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx
Sabadini, Mauricio de Souza

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro
Curado, Marcelo

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

Especialización tecnológica, captura y formación de competencias bajo integración de mercados: comparación entre Asia y América Latina
Ruiz, Ana Urraca

Resumo: EN ES **Texto:** ES **PDF:** ES

Um modelo dinâmico de macroeconomia aberta com metas de inflação, conflito distributivo e equilíbrio na conta corrente
Drumond, Carlos Eduardo Porcile, Gabriel

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

A inflação brasileira na década de 2000 e a importância das políticas não monetárias de controle

Braga, Julia de Medeiros

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais

Silva, Guilherme Jonas Costa da Jayme-Jr., Frederico G.

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil

Vaz, Daniela Verzola

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

Déficit de acesso a serviços de saneamento ambiental: evidências de uma Curva Ambiental de Kuznets para o caso dos municípios brasileiros?

Saiani, Carlos César Santejo Toneto Junior, Rudinei Dourado, Juscelino Antonio

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil

Proni, Marcelo Weishaupt

Resumo: EN PT **Texto:** PT **PDF:** PT

RESENHA

A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade

Saviani Filho, Hermógenes

Texto: PT **PDF:** PT

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Publicações
Rua Pitágoras, 353 - CEP 13083-857, Tel.: +55 19 3521-5708 - Campinas - SP - Brazil
E-mail: publicie@unicamp.br

Acompanhe os números deste periódico no seu leitor de RSS

SciELO - Scientific Electronic Library Online
Rua Dr. Diogo de Faria, 1087 – 9º andar – Vila Clementino 04037-003
São Paulo/SP - Brasil
E-mail: scielo@scielo.org

Leia a Declaração de Acesso Aberto

Revista de Políticas Públicas

v. 17 n. 2 (2013): A QUESTÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: o debate contemporâneo

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2

Publicado: 2015-08-01

Editorial

A QUESTÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: o debate contemporâneo

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
285-288

PDF

Artigos - Dossiê Temático

CONSEQUÊNCIAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS de crianças e adolescentes: reflexões a partir da implantação da Usina de Belo Monte

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p289-302

Assis Costa Oliveira
289-302

PDF

INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA, DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: uma análise empírica para o período de 2006 a 2011

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p303-318

Guilherme Jonas Costa da Silva Silva, Paulo Henrique Costa

303-318

PDF

NEODESENVOLVIMENTISMO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: uma questão ausente?

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p319-327

Josiane Cristina Cardoso da Silva

319-327

PDF

O APOIO DO ESTADO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR: a experiência do Prime no Brasil

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p328-338

Darcon Sousa, Roberto Veras de Oliveira

328-338

PDF

O DESENVOLVIMENTO E AS DESIGUALDADES NOS MUNICÍPIOS MARANHENSES: do desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p339-350

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati, Paulo Dabdab Waquil

339-350

PDF

O ESTADO "FINANCEIRAMENTE FORTE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO": custos e benefícios da "Mão Invisível"

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p351-361

Fagner Cordeiro Dantas

351-361

PDF

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A NOVA FACE DAS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p362-366

Alba Tereza B. de Castro

362-366

PDF

POLITICAS SOCIALES Y PROYECTODOS DE SOCIEDAD: crisis, neoliberalismo y reconfiguración “neodesarrollista” em Argentina em El siglo XXI

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p367-388

Silvia Fernández Soto

367-388

PDF

Entrevista

A QUESTÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS - ENTREVISTA ESPECIAL COM RODRIGO CASTELO

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p389-393

Raquel Raichelis

389-393

PDF

Resenha

RESENHA POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p394-401

Franci Gomes Cardoso

394-401

PDF

Artigos - Temas livres

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise do Programa de Volta Para Casa

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p402-413

Andréia Cristina Barreto, Raquel Garcia Gonçalves

402-413

PDF

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ÓTICA DOS USUÁRIOS

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p414-423

Lucimare Ferraz, Maria Elizabeth Kleba, Fátima Ferratti, Natacha Luana Pezzuol Frank

414-423

PDF

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: o significado das entidades beneficentes no contexto do SUAS no Distrito Federal

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p424-435

Janaína Lopes do Nascimento Duarte

424-435

PDF

PLANIFICACIÓN Y DESSARROLLO EM LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: em rol del Consejo de Planificación Regional de Educación Superior em la implementación de las Politicas Educativas

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p436-445

Giselle González

436-445

PDF

POLITICA HABITACIONAL E O CAPITAL PRIVADO EM PRESIDENTE PRUDENTE- SP

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p446-454

Sibila Corral de Arêa Leão Honda

446-454

PDF

REPONSABILIDADE SOLIDÁRIA: um importante instrumento para as políticas públicas ambientais

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p455-466

Robson Ivan Stival, Belmiro Valverde Jobim Castor, Valdir Fernandes Fernandes

455-466

PDF

SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO COMO DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICÊNCIA INTELCTUAL E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v17n2p467-477

Renato Barboza Barboza

467-477

PDF

Open Journal Systems

Enviar Submissão

Idioma

English

Español (España)

Français (Canada)

Italiano

Português (Brasil)

Palavras-chave

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Edição Atual

ARTIGOS MAIS LIDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E REPARAÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA: políticas de igualdade racial e educação
1349

QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL
1139

ENSAIO INICIAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: indicações políticas para a política de assistência social
1118

ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS INCENTIVADOS PELA LEI DE INCENTIVO À CULTURA
948

HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução: Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2018. 144 p.
833

FAMILISMO E POLÍTICA SOCIAL: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira
563

CAIO PRADO JUNIOR. “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Colônia”
554

SENTIDO E VALOR DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE MAX WEBER
490

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O SENTIDO HISTÓRICO DA PANDEMIA COVID 19
485

A ADMISSIBILIDADE DA TORTURA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA
443

AJUSTE FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora
413

REDUÇÃO DE DANOS E SUA POTENCIALIDADE COMO FERRAMENTA ANTIRRACISTA NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
412

MULHERES E DIREITOS HUMANOS: uma perspectiva normativa acerca do enfrentamento da violência de gênero

405

O DOMÍNIO DA NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO DETERMINANTE DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO
394

A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS GLOBAIS NA ÍNDIA
384

FREITAS, Luis Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.
381

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições para o debate
377

POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, processos e constructos no século XXI
366

POLITICAS PÚBLICAS PARA DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES: situação atual e Educação como alternativa
361

Expediente
352

LivRe Periódicos de livre acesso

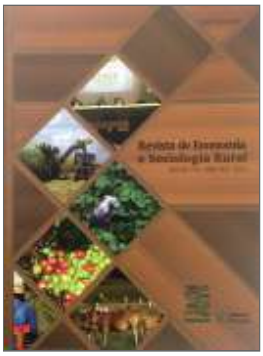
Cariniana Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital

Platform & workflow by OJS / PKP

Revista de Economia e Sociologia Rural

https://revistasober.org/ed/5cf7fac90e8825152658d25b

Acervo



50(2), 2012 abr-jun

ARTIGO ORIGINAL

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200001
vol.50 n2, 207-222, 2012

Pacta sunt servanda versus the social role of contracts: the case of brazilian agriculture contracts

Christiane Leles Rezende; Decio Zylbersztajn

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200002
vol.50 n2, 223-242, 2012

Falta de garantias e falhas de coordenação: evidências do sistema agroindustrial da carne bovina

Silvia Morales de Queiroz Caleman; Decio Zylbersztajn

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200003
vol.50 n2, 243-262, 2012

Álcool combustível no Brasil e path dependence

Pery Francisco Assis Shikida; Bruno Benzaquen Perosa

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200004
vol.50 n2, 263-284, 2012

A influência de fatores econômicos, institucionais e sociais na inserção de agroindústrias rurais em Santa Catarina

Silvio Santos Junior; Paulo Dabdab Waquil

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200005
vol.50 n2, 285-300, 2012

Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras

Davi Rogério de Moura Costa; Fabio Ribas Chaddad; Paulo Furquim de Azevedo

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200006
vol.50 n2, 301-318, 2012

Importância das cooperativas de crédito para fornecedores de cana-de-açúcar: um estudo de caso

Carlos Andrés Oñate; Roberto Arruda de Souza Lima

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200007
vol.50 n2, 319-332, 2012

Dinâmica demográfica e uso da terra no cerrado brasileiro: reflexões a partir da experiência do Padap

Mauro Augusto dos Santos; Alisson Flávio Barbieri; Gilvan Ramalho Guedes; Carla Jorge Machado; José Alberto Magno de Carvalho

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200008
vol.50 n2, 333-350, 2012

Produção agropecuária em municípios de Minas Gerais (1996-2006): padrões de distribuição, especialização e associação espacial

Guilherme Jonas Costa da Silva; Esdras Cardoso Souza; Humberto Eduardo de Paula Martins

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009
vol.50 n2, 351-370, 2012

Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006)

Carlos Enrique Guanziroli; Antonio Marcio Buainain; Alberto Di Sabbato

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200010
vol.50 n2, 371-382, 2012

Turismo rural, empreendedorismo e gênero: um estudo de caso na comunidade autônoma da Galiza

Mª Isabel Dieguez-Castrillon; Ana Gueimonde-Canto; Ana Sinde-Cantorna; Lidia Blanco-Cerradelo

ARTIGO ORIGINAL

PDF SciELO Resumo

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/INDEX)

v. 8 n. 3 (2012)

DOI: https://doi.org/10.5380/ret.v8i3 (https://doi.org/10.5380/ret.v8i3)

PUBLICADO: 2012-11-14

VERSÃO COMPLETA

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 8, N° 3 (2012) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29867)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29867/19342)

INFORMAÇÕES DO VOLUME

Informações do Volume (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29881)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29881/19355)

NOTA DO EDITOR

Editorial (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29868)

João Basílio Pereima

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29868/19343)

MACROECONOMIA

Gastos públicos e crescimento econômico recente dos estados brasileiros (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29870)

Guilherme Jonas Costa da Silva, Roberto Salvador Scatolin

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29870/19345)

Crescimento e tendência de queda da acumulação de capital no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29871)

João Basílio Pereima

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29871/19346)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento financeiro e reflexões sobre o "modelo brasileiro" de financiamento (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29872)

Armando Dalla Costa, Elson Rodrigo de Souza-Santos

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29872/19347)

Despesas municipais no sul do Brasil: uma abordagem via painel de dados (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29873)

William Gledson e Silva, Jonilson de Souza Figueiredo, Francisco Danilo da Silva Ferreira, Luís Abel da Silva Filho

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29873/19348)

Há diferenças entre as pautas de exportação e importação do estado do Espírito Santo? (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29874)

Matheus Albergaria de Magalhães, Victor Nunes Toscano

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29874/19349)

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Universities as knowledge producers for economic development: how is Brazil allocating resources in the production of new relevant knowledge for innovation? (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29875)

Tulio Chiarini, Karina Pereira Vieira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29875/19350)

Breves reflexões sobre a desconexão entre a pesquisa científica e a inovação tecnológica no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29876)

Edmeire Cristina Pereira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29876/19351)

Dimensões latentes da competitividade da micro e pequena indústria de transformação no Brasil: uma análise multivariada para o estado de Minas Gerais (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29877)

Flávio de Oliveira Gonçalves, Marco Túlio Aniceto França, Rodrigo Gomes Marques Silvestre

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29877/19352)

OPINIÃO E RESENHA

A ideia de Brasil moderno, de Octávio Ianni (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29879)

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29879/19353)

ENCARTE: ANÁLISE MENSAL

Análise Mensal [Agosto de 2012] (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29882)

João Basílio Pereima, Fernando Motta Corrêa, Ronald Conceição, Antônio Luiz Costa Gomes, Caroline Pruss, Matheus Teixeira, Gislaine Joyce Pereira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29882/19356)

Análise Mensal [Setembro de 2012] (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29884)

João Basílio Pereima, Fernando Motta Corrêa, Alexandre Porsse, Ronald Conceição, Antônio Luiz Costa Gomes, Caroline Pruss, Matheus Teixeira, Gislaine Joyce Pereira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29884/19358)

Análise Mensal [Outubro de 2012] (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29885)

João Basílio Pereima, Fernando Motta Corrêa, Ronald Conceição, Antônio Luiz Costa Gomes, Caroline Pruss, Matheus Teixeira, Gislaine Joyce Pereira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29885/19359)

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/29880)

Antônio Luiz Gomes, Caroline Pruss, Matheus Teixeira de Almeida, Gislaine Joyce Pereira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/29880/19354)

INFORMAÇÕES

Para Leitores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/readers)

Para Autores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/authors)

Para Bibliotecários (https://revistas.ufpr.br/ret/information/librarians)

PALAVRAS-CHAVE

IDIOMA

Deutsch (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/de_DE?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1433)

English (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/en_US?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1433)

Español (España) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/es_ES?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1433)

Français (Canada) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/fr_CA?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1433)

Italiano (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/it_IT?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1433)

Português (Brasil) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/pt_BR?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1433)

ENVIAR SUBMISSÃO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ABOUT/SUBMISSIONS)

A **Revista Economia & Tecnologia (RET)** conta com o apoio financeiro e institucional da Fundação Araucária.

ISSN 2238-4715 [*impresso*] / ISSN 2238-1988 [*on-line*]

Platform & workflow by OJS / PKP (https://revistas.ufpr.br/ret/al

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 32 No. 4 (2012)
Oct-Dec / 2012
Published October 1, 2012

Article

Coping with globalization: Asian versus Latin American Strategies of development, 1980-2010

Atul Kohli
Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Why interest rates are so high in Brazil? An empirical evaluation

José Luis Oreiro, Luiz Fernando de Paula, Guilherme Jonas Costa da Silva, Rafael Quevedo do Amaral
Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Alternative banking: Theory and evidence from Europe

Kurt Von Mettenheim, Olivier Butzbach
Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

The Institutional pillars of the foreign exchange policy and industrialization in Brazil in the 1930s.

Cesar Rodrigues Van der Laan, André Moreira Cunha, Pedro Cezar Dutra Fonseca
Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Democracy and efficiency: hard relations between politics and economy

Maria Rita Loureiro, Fernando Luiz Abrucio
Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Exchange rate pass-through inflation and wage differentials in late-industrializing economies: the Mexican case

Teresa S. Lópes, Quadalupe Mantéy, Luis Quintana
Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

The industrial equilibrium exchange rate in 2000: an estimation

Nelson Marconi

Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Theory of functional finance and the role of fiscal policy: A post-keynesian critique to the new consensus macroeconomics.

Gabriel Caldas Montes, Rômulo do Couto Alves

Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

The internationalization of Spanish companies

Lídia Ruppert, Mario Augusto Bertella

Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Notes

A graphic explanation on how a tax on exports neutralizes the Dutch disease without costs to exporters

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Brazilian Journal of Political Economy

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

CEPAL
REVIEW

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

UNITED NATIONS

ECLAC

Nº 106
APRIL • 2012

Portrait of the economist as a young man: Raúl Prebisch's evolving views on the business cycle and money, 1919-1949 — 7
ESTEBAN PÉREZ CALDENTEY AND MATÍAS VERNENGO

Care: the missing link in economic analysis? — 23
CORINA RODRÍGUEZ E.

Inflation targeting works well in Latin America — 37
JOSÉ GARCÍA-SOLANES AND FERNANDO TORREJÓN-FLORES

The performance of Chinese and Brazilian exports to Latin America, 1994-2009 — 55
MARCOS TADEU CAPUTI LÉLIS, ANDRÉ MOREIRA CUNHA AND MANUELA GOMES DE LIMA

The country brand trap — 75
RODRIGO BERRÍOS AND RODRIGO SAENS

Peru: integration, sectoral specialization and synchronization with international gross domestic product cycles — 89
MARIO D. TELLO

The evolution of opportunities for children in Chile, 1990-2006 — 107
DANTE CONTRERAS, OSVALDO LARRAÑAGA, ESTEBAN PUENTES AND TOMÁS RAU

Chile: building a computable general equilibrium model with an application to the Bío Bío region — 125
CRISTIÁN MARDONES P.

The economics of demand-led growth. Theory and evidence for Brazil — 151
JOSÉ LUÍS OREIRO, LUCIANO NAKABASHI, GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA AND GUSTAVO JOSÉ GUIMARÃES E SOUZA

Brazil: the international financial crisis and counter-cyclical policies — 169
TITO BELCHIOR SILVA MOREIRA AND FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ISSN 0251-2920

CEPAL

REVIEW

ECONOMIC
COMMISSION FOR
LATIN AMERICA
AND THE CARIBBEAN

UNITED NATIONS

ECLAC

Nº 106
APRIL • 2012

CEPAL

REVIEW

ECONOMIC
COMMISSION FOR
LATIN AMERICA
AND THE CARIBBEAN

ALICIA BÁRCENA
Executive Secretary

ANTONIO PRADO
Deputy Executive Secretary

OSVALDO SUNKEL
Chairman of the Editorial Board

ANDRÉ HOFMAN
Director

MIGUEL TORRES
Technical Editor

UNITED NATIONS

ECLAC

ISSN 0251-2920

The *cepal Review* was founded in 1976, along with the corresponding Spanish version, *Revista de la cepal*, and is published three times a year by the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean, which has its headquarters in Santiago, Chile. The *Review*, however, has full editorial independence and follows the usual academic procedures and criteria, including the review of articles by independent external referees. The purpose of the *Review* is to contribute to the discussion of socio-economic development issues in the region by offering analytical and policy approaches and articles by economists and other social scientists working both within and outside the United Nations. The *Review* is distributed to universities, research institutes and other international organizations, as well as to individual subscribers.

The opinions expressed in the signed articles are those of the authors and do not necessarily reflect the views of the organization. The designations employed and the way in which data are presented do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the secretariat concerning the legal status of any country, territory, city or area or its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries.

A subscription to the *cepal Review* in Spanish costs US$ 30 for one year (three issues) and US$ 50 for two years. A subscription to the English version costs US$ 35 or US$ 60, respectively. The price of a single issue in either Spanish or English is US$ 15, including postage and handling.

The complete text of the *Review* can also be downloaded free of charge from the ECLAC web site (**www.cepal.org**).

This publication, entitled the cepal Review, is covered in the Social Sciences Citation Index (ssci), published by Thomson Reuters, and in the Journal of Economic Literature (jel), published by the American Economic Association

To subscribe, please apply to ECLAC Publications, Casilla 179-D, Santiago, Chile, by fax to (562) 210-2069 or by e-mail to publications@eclac.cl. The subscription form may be requested by mail or e-mail or can be downloaded from the Review's Web page: http://www.cepal.org/revista/noticias/paginas/5/20365/suscripcion.pdf.

United Nations publication
ISSN 0251-2920
ISBN 978-92-1-221061-2
e-ISBN 978-92-1055361-2
LC/G. 2518-P
Copyright © United Nations, April 2012. All rights reserved.
Printed in Santiago, Chile

Requests for authorization to reproduce this work in whole or in part should be sent to the Secretary of the Publications Board. Member States and their governmental institutions may reproduce this work without prior authorization, but are requested to mention the source and to inform the United Nations of such reproduction. In all cases, the United Nations remains the owner of the copyright and should be identified as such in reproductions with the expression "© United Nations 2012" (or other year as appropriate).

Articles

Portrait of the economist as a young man: Raúl Prebisch's evolving views on the business cycle and money, 1919-1949 7
Esteban Pérez Caldentey and Matías Vernengo

Care: the missing link in economic analysis? 23
Corina Rodríguez E.

Inflation targeting works well in Latin America 37
José García-Solanes and Fernando Torrejón-Flores

The performance of Chinese and Brazilian exports to Latin America, 1994-2009 55
Marcos Tadeu Caputi Lélis, André Moreira Cunha and Manuela Gomes de Lima

The country brand trap 75
Rodrigo Berríos and Rodrigo Saens

Peru: integration, sectoral specialization and synchronization with international gross domestic product cycles 89
Mario D. Tello

The evolution of opportunities for children in Chile, 1990–2006 107
Dante Contreras, Osvaldo Larrañaga, Esteban Puentes and Tomás Rau

Chile: building a computable general equilibrium model with an application to the Bío Bío region 125
Cristián Mardones P.

The economics of demand-led growth. Theory and evidence for Brazil 151
José Luís Oreiro, Luciano Nakabashi, Guilherme Jonas Costa da Silva and Gustavo José Guimarães e Souza

Brazil: the international financial crisis and counter-cyclical policies 169
Tito Belchior Silva Moreira and Fernando Antônio Ribeiro Soares

Guidelines for contributors to *cepal Review* 183

Explanatory notes

The following symbols are used in tables in the *Review*:

… Three dots indicate that data are not available or are not separately reported.

(–) A dash indicates that the amount is nil or negligible.
A blank space in a table means that the item in question is not applicable.

(-) A minus sign indicates a deficit or decrease, unless otherwise specified.

(.) A point is used to indicate decimals.

(/) A slash indicates a crop year or fiscal year; e.g., 2006/2007.

(-) Use of a hyphen between years (e.g., 2006-2007) indicates reference to the complete period considered, including the beginning and end years.

The word "tons" means metric tons and the word "dollars" means United States dollars, unless otherwise stated. References to annual rates of growth or variation signify compound annual rates. Individual figures and percentages in tables do not necessarily add up to the corresponding totals because of rounding.

The economics of demand-led growth. Theory and evidence for Brazil

José Luís Oreiro, Luciano Nakabashi, Guilherme Jonas Costa da Silva and Gustavo José Guimarães e Souza

ABSTRACT

This article describes the theory of demand-led growth and provides evidence that a demand-led growth regime exists in the Brazilian economy. Based on the methodology developed by Atesoglu (2002), econometric tests of this hypothesis show that almost 85% of the growth rate of real gdp in the period 1990-2005 is explained by demand-side variables, mainly exports and government consumption. As the current fiscal crisis rules out fiscal expansion, Brazil's only option is to adopt an export-led growth model. The article also shows that the maintenance of undervalued real exchange rate is a major determinant of export growth in developing countries such as Brazil.

KEYWORDS

Economic growth, development models, supply and demand, exchange rates, exports, econometric models, macroeconomics, Brazil

JEL CLASSIFICATION

E12, C1, F43

AUTHORS

José Luís Oreiro, Associate Professor of Economics at the University of Brasília and Researcher at the National Council for Scientific and Technological Development. joreiro@unb.br

Luciano Nakabashi, Associate Professor of Economics at the University of São Paulo, FEA-RP/USP and Researcher at the National Council on Scientific and Technological Development. luciano.nakabashi@gmail.com

Guilherme Jonas Costa da Silva, Associate Professor of Economics at Universidade Federal de Uberlândia (UFU). guilhermejonas@yahoo.com.br

Gustavo José Guimarães e Souza, PhD Candidate at the University of Brasilia and Professor at the Catholic University of Brasilia. gustavojgs@gmail.com

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/INDEX)

v. 7 n. 2 (2011)

(https://revistas.ufpr.br/ret/issue/view/1341)

DOI: https://doi.org/10.5380/ret.v7i2 (https://doi.org/10.5380/ret.v7i2)

PUBLICADO: 2011-06-30

VERSÃO COMPLETA

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 7, N° 2 (2011) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26813)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26813/17778)

INFORMAÇÕES DO VOLUME

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 7, N° 2 (2011) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26815)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26815/17780)

NOTA DO EDITOR

Editorial (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26814)

Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26814/17779)

MACROECONOMIA

Modelos fundamentais de moeda (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26816)

Luis Araujo

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26816/17781)

Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26836)

Mário Jorge Mendonça

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26836/17801)

Macroeconometria e a estrutura a termo de taxas de juros: problemas (ainda) em aberto (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26817)

Márcio Poletti Laurini

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26817/17782)

O impacto da política de desenvolvimento produtivo no consumo aparente e nos níveis de bem-estar: uma análise de equilíbrio geral computável (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26818)

Daniel Arruda Coronel, André Filipe Zago de Azevedo, Antônio Carvalho Campos

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26818/17783)

Saldos comerciais e "doença holandesa" no Brasil no período recente (2002-2008) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26819)

Clésio Lourenço Xavier, Michael Gonçalves da Silva

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26819/17784)

Fluxo de capitais, valorização cambial e a ineficácia recente dos impostos sobre capitais externos no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26820)

Lucas Machado Ferreira, Guilherme Jonas Costa da Silva

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26820/17785)

Panorama macroeconômico da economia global (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26821)

Luciano Luiz Manarin D´Agostini

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26821/17786)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Geração de renda, emprego e impostos no agronegócio dos estados da região sul e restante do Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26822)

Umberto Antônio Sesso Filho, Joaquim José Martins Guilhoto, Rossana Lott Rodrigues, Antônio Carlos Moretto, Magno Rogério Gomes

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26822/17787)

Características do professor brasileiro do ensino fundamental: diferenças entre o setor público e o privado (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26823)

Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26823/17788)

A estrutura fundiária dos principais municípios canavieiros do Paraná: uma análise comparativa (1995-2006) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26824)

Jonhey Nazario Lucizani, Rejane Aparecida Bianchini, Werner Engel, Pery Francisco Assis Shikida

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26824/17789)

Uma reflexão teórica sobre a seleção de problemas públicos municipais para a gestão governamental (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26825)

Saimelyn Aileen Forteza Rojas, Hugo Maximiliano Pons Duarte

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26825/17790)

Reflexões sobre 'O Império do Efêmero', de Gilles Lipovetsky (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26826)

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26826/17791)

Relações entre instituições, capital humano e acumulação de capital físico nos municípios brasileiros (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26827)

Gilberto da Silva Barros Neto, Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26827/17792)

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Biocombustíveis: uma análise da evolução do biodiesel no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26828)

Cíntia Letícia Sallet, Augusto Mussi Alvim

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26828/17793)

Política de ciência, tecnologia e inovação no Brasil após 2000: contrapondo reflexões e indicadores (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26829)

Christian Luiz da Silva, Nádia Solange Schmidt Bassi, Fabiana Ieis

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26829/17794)

Emprego formal na indústria têxtil catarinense: localização, caracterização, diferenças e semelhanças entre as mesorregiões (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26830)

Luís Abel da Silva Filho, Silvana Nunes de Queiroz

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26830/17795)

Reflexões sobre o comportamento do consumidor e o cartão de crédito no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26831)

Adriana Sbicca, André Luiz Fernandes

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26831/17796)

Economia criativa: novas oportunidades baseadas no capital intelectual (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26832)

Armando Dalla Costa, Elson Rodrigo de Souza-Santos

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26832/17797)

OPINIÃO E RESENHA

O que determina o número de candidatos em uma eleição? (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26833)

Mauro Rodrigues

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26833/17798)

Capital humano e câmbio (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26834)

Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26834/17799)

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26835)

Antônio Luis Costa Gomes, Patrícia Keiko Ramos, Késia Oliveira da Paixão

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/26835/17800)

INFORMAÇÕES

Para Leitores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/readers)

Para Autores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/authors)

Para Bibliotecários (https://revistas.ufpr.br/ret/information/librarians)

PALAVRAS-CHAVE

IDIOMA

Deutsch (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/de_DE?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1341)

English (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/en_US?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1341)

Español (España) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/es_ES?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1341)

Français (Canada) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/fr_CA?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1341)

Italiano (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/it_IT?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1341)

Português (Brasil) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/pt_BR?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1341)

ENVIAR SUBMISSÃO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ABOUT/SUBMISSIONS)

A **Revista Economia & Tecnologia (RET)** conta com o apoio financeiro e institucional da Fundação Araucária.

ISSN 2238-4715 [*impresso*] / ISSN 2238-1988 [*on-line*]

Platform & workflow by OJS / PKP (https://revistas.ufpr.br/ret/al

economia
ensaios

Vol. 26 No. 1 (2011)

Published: 2013-04-04

Apresentação

Apresentação

Marisa dos Reis Azevedo Botelho, Ana Paula Macedo de Avellar

PDF (Português (Brasil))

Artigos

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA: uma análise do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2008

Diogo Signor, Solange Regina Marin

PDF (Português (Brasil))

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL: o surgimento do empresário schumpeteriano gaúcho

Ana Costa

PDF (Português (Brasil))

Desindustrialização e Reprimarização da Economia Brasileira Contemporânea num Contexto de Crise Financeira Global: Conceitos e Evidências

David Ferreira Carvalho, André Cutrim Carvalho

PDF (Português (Brasil))

O Fenômeno da Desindustrialização: uma análise do caso brasileiro na década de 2000

Renato Nataniel Wasques

PDF (Português (Brasil))

Impactos da Crise do Subprime nos Setores Automobilístico e da Construção Civil do Brasil: Uma Análise Empírica a Partir de Vetores Auto-Regressivos (2003-2009)

Lucas Machado Ferreira, Guilherme Jonas Costa da Silva

PDF (Português (Brasil))

Resenhas de livros

Resenha - Industrial policy after the crisis - seizing the future

Ricardo José dos Santos

PDF (Português (Brasil))

Open Journal Systems

Language

English

Español (España)

Português (Brasil)

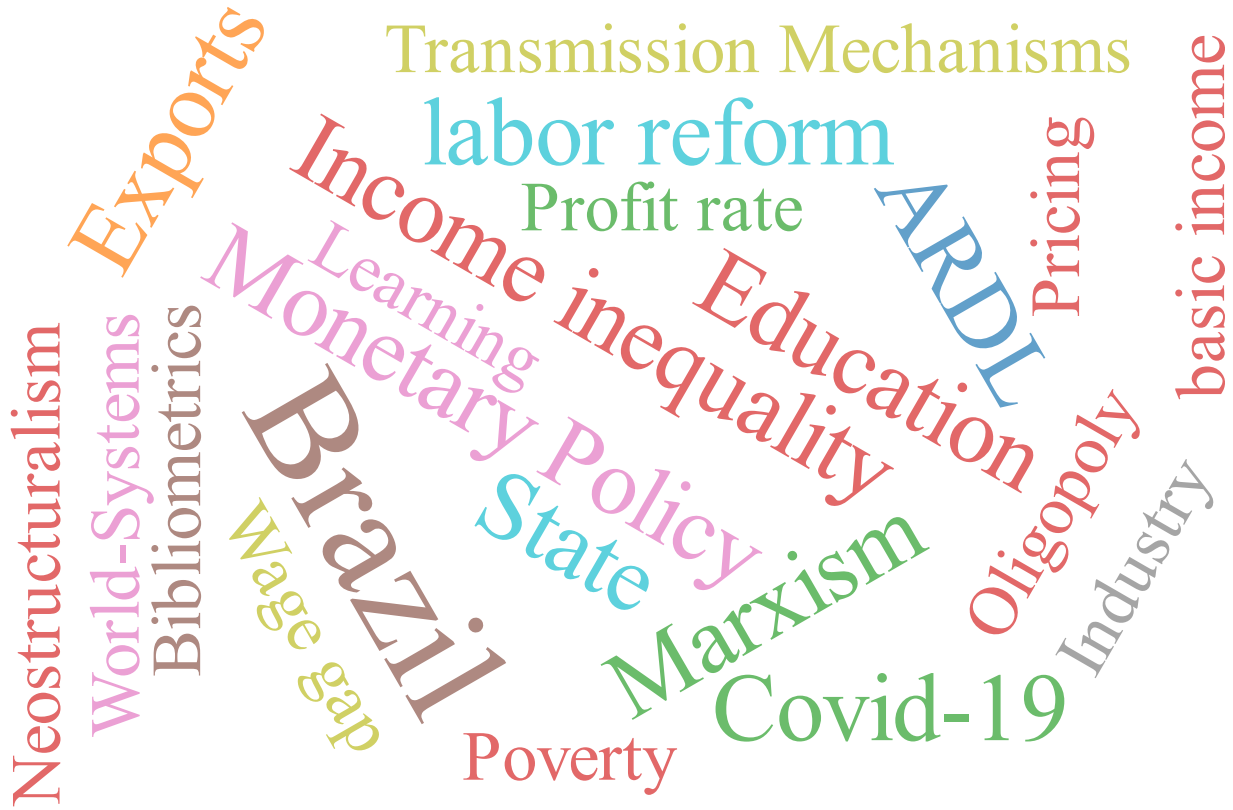
Information

For Readers

For Authors

For Librarians

Keywords



Revista **Qualis B3**, área Economia, quadriênio 2013/16.

ISSN: 1983-1994

Platform &
workflow by
OJS / PKP

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/INDEX)

v. 6 n. 1 (2010)

DOI: https://doi.org/10.5380/ret.v6i1 (https://doi.org/10.5380/ret.v6i1)

PUBLICADO: 2010-03-31

VERSÃO COMPLETA

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 6, Nº 1 (2010) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27014)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27014/18010)

INFORMAÇÕES DO VOLUME

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 6, Nº 1 (2010) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27015)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27015/18011)

NOTA DO EDITOR

Editorial (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27016)

Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27016/18012)

MACROECONOMIA

Uma agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27017)

José Luis Oreiro, Luiz Fernando de Paula

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27017/18013)

Perspectivas para o mercado de títulos de dívida no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27018)

Luiz Fernando de Paula, João Adelino de Faria

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27018/18014)

O quão pequeno é o investimento público no Brasil: evidências preliminares a partir de comparações internacionais (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27019)

Bráulio Santiago Cerqueira, Manoel Carlos de Castro Pires

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27019/18015)

Controles de capitais são necessários? (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27020)

João Basilio Pereima, Alexandre Hideki Maeda Joboji, Ana Luiza Clemente de Abreu Valério

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27020/18016)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico no Brasil (1995-2004) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27021)

Fabrício J. Missio, Frederico G. Jayme Jr., Ana Maria H. C. de Oliveira

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27021/18017)

Modelo de previsão de insolvência para cooperativas de crédito (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27022)

Michel Alexandre

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27022/18018)

O crescimento brasileiro é sustentável? (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27023)

Adalmir Marquetti

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27023/18019)

Determinantes da felicidade: dados individuais de Maringá-PR (2007-2009) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27024)

Joilson Dias, Florian Immanuel Schumacher, Daniela Serrante de Almeida

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27024/18020)

Dinâmica espacial e formação de clusters significativos no setor agropecuário de Minas Gerais (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27025)

Esdras Cardoso de Souza, Guilherme Jonas C. da Silva

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27025/18021)

O hiato tecnológico entre a economia brasileira e a norte-americana no período 1982-2003: evidências empíricas (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27026)

Carlos Eduardo Frohlich, Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27026/18022)

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Estratégias tecnológicas na Argentina, Brasil e México (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27027)

Fernanda De Negri

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27027/18023)

O financiamento das empresas inovadoras: alternativas para discussão (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27029)

Luiz Martins de Melo

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27029/18025)

Exposição à competição informal e esforço de inovação das empresas industriais brasileiras (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27030)

Luis A. Esteves

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27030/18026)

Impactos da agricultura no meio ambiente: principais tendências e desafios (Parte 2) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27031)

Mauricio Vaz Lobo Bittencourt

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27031/18027)

A internacionalização dos bancos brasileiros: os casos de Itaú/Unibanco e Banco do Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27032)

Armando Dalla Costa, Elson Rodrigo Souza-Santos

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27032/18028)

OPINIÃO E RESENHA

O conceito de tecnologia por Álvaro Viera Pinto (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27033)

Daniel Arruda Coronel, José Maria Alves da Silva

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27033/18029)

Ilusões do desenvolvimento: ilusões da prática da docência (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27034)

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão, Denise Maria Maia

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27034/18030)

Câmbio e crescimento (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27035)

Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27035/18031)

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27036)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27036/18032)

INFORMAÇÕES

Para Leitores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/readers)

Para Autores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/authors)

Para Bibliotecários (https://revistas.ufpr.br/ret/information/librarians)

PALAVRAS-CHAVE

IDIOMA

Deutsch (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/de_DE?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1354)

English (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/en_US?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1354)

Español (España) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/es_ES?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1354)

Français (Canada) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/fr_CA?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1354)

Italiano (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/it_IT?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1354)

Português (Brasil) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/pt_BR?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1354)

ENVIAR SUBMISSÃO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ABOUT/SUBMISSIONS)

A **Revista Economia & Tecnologia (RET)** conta com o apoio financeiro e institucional da Fundação Araucária.

ISSN 2238-4715 [*impresso*] / ISSN 2238-1988 [*on-line*]

Platform &
workflow by
OJS / PKP
(https://revistas.ufpr.br/ret/al

v. 40 n. 3 (2010)

PUBLICADO: 30-09-2010

The locational implications of management and production fragmentation

Carlos Eduardo Lobo e Silva, Geoffrey J. D Hewings

515-533

PDF (INGLÊS)

Os efeitos dos choques reais e nominais sobre as taxas de câmbio no Brasil

Emerson Marinho, Marcelo Teixeira

535-559

PDF

Relativizando o Leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros

Felipe Pereira Loureiro

561-585

PDF

A hipótese da curva de Kuznets ambiental global: uma perspectiva econométrico-espacial

Terciane Sabadini Carvalho, Eduardo Almeida
587-615

PDF

Eficácia dos controles de capitais no Brasil: uma abordagem teórica e empírica alternativa

Guilherme Jonas Costa da Silva, Marco Flávio da Cunha Resende
617-649

PDF

Proposta metodológica de cobrança pelo uso dos recursos hídricos usando o valor de Shapley: uma aplicação à bacia do rio Paraíba do Sul

Gil Bracarense Leite, Wilson da Cruz Vieira
651-677

PDF

Custos de oportunidade para alocação de efluentes nas áreas plantadas de cana na bacia do rio Pirapama

Bruna da Nóbrega Germano, Márcia Maria Guedes Alcoforado de Moraes, Francisco de Sousa Ramos
679-711

PDF

Avaliação das exigências técnicas às exportações Brasileiras de alimentos por árvores de classificação multivariadas

Rosane Nunes Faria, César Augusto Taconeli, Carlos Tadeu dos Santos Dias
713-736

PDF

Resenha bibliográfica

Leonardo Monteiro Monasterio
737-742

PDF

ENVIAR SUBMISSÃO

IDIOMA

English

Português

INFORMAÇÕES

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Atualizado em 02/08/2024

Platform & workflow by OJS / PKP

"

Publicado: 24-09-2009

Pré-textuais

Pré-textuais

Economia & Gestão E&G
3

PDF

Apresentação

Apresentação

Economia & Gestão E&G
8

PDF

Artigos

Sobre la constitución del saber administrativo DOI 10.5752/P.1984-6606.2009v9n20p9

Juan Pablo Román
9-18

PDF

Aplicação do Modelo Return On Quality a Clientes de uma Empresa do Setor Metalúrgico DOI 10.5752/P.1984-6606.2009v9n20p19

Sandra Maria da Silva, Wesley Vieira da Silva, Paulo de Paula Baptista

19-44

PDF

Perspectivas da Contribuição do Transporte Ferroviário à Eficiência da Distribuição de Combustíveis (Álcool, Diesel e Gasolina) em Minas Gerais DOI 10.5752/P.1984-6606.2009v9n20p45

Bruno César de Melo Moreira, Ricardo Silveira Martins, Guilherme Jonas Costa da Silva

45-72

PDF

Relações Internas e Conversa Estratégica nas Pequenas e Médias Empresas DOI 10.5752/P.1984-6606.2009v9n20p73

Edmilson Lima

73-88

PDF

Representações sociais do trabalho em um quadro de expectativa da primarização: Um estudo em uma instituição de ensino superior DOI 10.5752/P.1984-6606.2009v9n20p89

Luiz Alex Silva Saraiva, Silvana de Oliveira Faria Vianna

89-113

PDF

TAM e Azaléia: processos de transição em empresas familiares DOI 10.5752/P.1984-6606.2009v9n20p114

Roberto Minadeo, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo, Clara Márcia Ribeiro

114-140

PDF

Da Poltrona do Executivo

Entrevista com Matusalém e Oséas Sócios-proprietários do Restaurante Matusalém – Belo Horizonte - MG

Denise de Castro Pereira, Liliane de Oliveira Guimarães, Mônica Diniz Victorino Gontijo

137

PDF

Reflexões / Ensaios

Sobre la constitución del saber administrativo.

Juan Pablo Román

Sobre os Autores

Sobre os Autores

Economia & Gestão E&G

165

PDF

Português

English

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Platform & workflow by OJS / PKP

REVISTA economia e desenvolvimento

Vol.7 n.1 (2008) Revista Economia & Desenvolvimento

REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

PUBLICADO: 2008-12-20

ARTIGOS

CONTROLE DE CAPITAIS, DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES E PERFORMANCE MACROECONÔMICA DAS ECONOMIAS EMERGENTES: LIÇÕES DE UM MODELO DE CRESCIMENTO COM RESTRIÇÃO NO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Guilherme Jonas Costa da Silva

PDF

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS: AMÉRICA LATINA E ÁSIA

Janaína Gonçalves, Ricardo Schmidt Filho

PDF

POLÍTICA MONETÁRIA E A DETERMINAÇÃO DA FUNÇÃO REAÇÃO DO BANCO CENTRAL BRASILEIRO

Fernando Motta Correia, Rafael Quevedo do Amaral

PDF

OPTIMAL MONETARY RULES IN A CONTEXT OF FISCAL DISEQUILIBRIUM: EVIDENCE FROM BRAZIL (1996:I - 2007:I)

Charles Lima de Almeida, Tito Belchior S. Moreira, Geraldo da Silva e Souza

PDF

PRIMEIRO EMPREGO E REEMPREGO: ANÁLISE DE INSERÇÃO OCUPACIONAL E DURAÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL METROPOLITANO

Paulo Aguiar do Monte, Tarcisio Patrício de Araújo, Roberto Alves de Lima

PDF

ISSN 1517-9354

Platform & workflow by OJS / PKP

Este periódico está indexado nas bases:

Controle de capitais e o direito à propriedade no Brasil: reflexões acerca da garantia constitucional à propriedade privada e do interesse nacional

Data

2008-04

Autores

Souza, Ranidson Gleyck Amâncio e
Silva, Guilherme Jonas Costa da

Editor

Revista dos Tribunais

Palavras-chave

Direito de propriedade, Brasil., Função social da propriedade, Brasil., Transferência de capital, controle, Brasil., Princípio constitucional, Brasil., Intervenção do Estado na economia, Brasil., Condições econômicas, Brasil., Direito e economia, Brasil.

Citação

Revista de direito bancário e do mercado de capitais, v. 11, n. 40, p. 121-132, abr./jun. 2008.

URI

https://bd.tjdft.jus.br/handle/tjdft/27818

Coleções

Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais

Página do item completo

PESQUISA

Catálogo on-line da Biblioteca
Proview-RT
Minha Biblioteca
Fórum Conhecimento Jurídico
Consórcio BDJUR

SERVIÇOS E PRODUTOS DA BIBLIOTECA

Últimas aquisições - Livros

Últimas aquisições - Revistas
Revistas Jurídicas - Sumários

ESCOLA DE FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

Bem vindo à Escola
Ambientação
Cursos previstos
Cursos à distância sem tutoria

MEMORIAL

Linha do Tempo
Acervo Artístico
Exposições e Eventos
Premiações
Processos Históricos

ACESSO À INFORMAÇÃO

Institucional
Relações Institucionais
Serviço de Informação ao Cidadão SIC
Atendimento Virtual
Alô TJ

REDES SOCIAIS

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
E-mail: biblioteca.digital@tjdft.jus.br
Telefone 61 31036130

Política de privacidade - Termo de uso

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

(https://acervodigital.ufpr.br)

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PERIÓDICOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
(HTTP://REVISTAS.UFPR.BR/)

REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/INDEX)

v. 4 n. 3 (2008)

DOI: https://doi.org/10.5380/ret.v4i3 (https://doi.org/10.5380/ret.v4i3)

PUBLICADO: 2008-09-30

VERSÃO COMPLETA

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 4, N° 3 (2008) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27370)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27370/18224)

INFORMAÇÕES DO VOLUME

Revista Economia & Tecnologia (RET), Vol. 4, N° 3 (2008) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27375)

RET *

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27375/18228)

NOTA DO EDITOR

Editorial (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27376)

Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27376/18229)

ARTIGOS

Efeitos da apreciação cambial na poupança interna: analise teórica e evidências para o Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27372)

Paulo Gala

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27372/18225)

Efeitos do câmbio, juros e do crescimento mundial sobre as exportações da indústria brasileira (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27373)

Luciano Nakabashi, Márcio José Vargas da Cruz, Fábio Dória Scatolin

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27373/18226)

Câmbio, juros e inflação: a difícil tríade e o crescimento (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27374)

João Basilio Pereima, Geraldo Augusto Staub Filho

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27374/18227)

Inflação, nível de atividade e setor externo: o desempenho dos principais indicadores da economia brasileira (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27378)

Guilherme R. S. Souza e Silva

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27378/18230)

Especialização da estrutura produtiva e crescimento econômico sob restrição externa: uma análise com dados em painel (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27381)

Gilberto Tadeu Lima, Veridiana Ramos Carvalho

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27381/18231)

Políticas Comerciais: uma Revisita à Guisa da Literatura (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27382)

Claucir Roberto Schmidtke, Pery Francisco Assis Shikida

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27382/18232)

O impacto no emprego formal do programa Paraná 12 meses: vilas rurais (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27383)

Joilson Dias, Karen Bettinardi Couto, Maria Helena Ambrosio Dias

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27383/18233)

Análise do movimento dekassegui em Londrina (Paraná) (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27384)

Rodrigo Alves da Cunha, Katy Maia

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27384/18234)

Crescimento, câmbio e importações no Brasil e Paraná (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27385)

Claudia Lacerda Martins, Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27385/18235)

A política de financiamento à inovação no Brasil (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27386)

Solange Corder

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27386/18236)

Interação Universidade-Empresa: o quê as universidades têm a ganhar? (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27387)

Luciano Martins Costa Póvoa

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27387/18237)

A produção brasileira de biodiesel: o caso da Brasil Ecodiesel (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27388)

Junior Ruiz Garcia, Armando Dalla Costa

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27388/18238)

Execução orçamentária e ajuste fiscal: o papel dos mecanismos de contingenciamento dos gastos públicos (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27389)

Fernando Motta Correia

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27389/18239)

Crise Financeira e seus Impactos sobre a economia brasileira (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27390)

Marcelo Curado, Luciano Nakabashi

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27390/18240)

A política monetária no Brasil e a atual retração de crédito (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27391)

Rafael Camargo de Pauli

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27391/18241)

OPINIÃO E RESENHA

Inserção externa defensiva e crescimento econômico de longo prazo (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27392)

Guilherme Jonas Costa da Silva

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27392/18242)

Questionando a desigualdade (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27393)

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27393/18243)

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos (https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27394)

Carlos Eduardo Frohlich, Claudia Lacerda Martins, Geraldo Augusto Staub Filho, Leonel Toshio Clemente, Rafael Camargo de Pauli

PDF (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ARTICLE/VIEW/27394/18244)

INFORMAÇÕES

Para Leitores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/readers)

Para Autores (https://revistas.ufpr.br/ret/information/authors)

Para Bibliotecários (https://revistas.ufpr.br/ret/information/librarians)

PALAVRAS-CHAVE

IDIOMA

Deutsch (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/de_DE?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1364)

English (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/en_US?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1364)

Español (España) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/es_ES?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1364)

Français (Canada) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/fr_CA?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1364)

Italiano (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/it_IT?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1364)

Português (Brasil) (https://revistas.ufpr.br/ret/user/setLocale/pt_BR?source=%2Fret%2Fissue%2Fview%2F1364)

ENVIAR SUBMISSÃO (HTTPS://REVISTAS.UFPR.BR/RET/ABOUT/SUBMISSIONS)

A **Revista Economia & Tecnologia (RET)** conta com o apoio financeiro e institucional da Fundação Araucária.

ISSN 2238-4715 [*impresso*] / ISSN 2238-1988 [*on-line*]

Platform & workflow by OJS / PKP (https://revistas.ufpr.br/ret/al

v. 24 n. 45 (2006): março de 2006

Publicado: 2009-10-14

Artigos

CENTRAL BANK INDEPENDENCE AND ECONOMIC GROWTH: AN ANALYSIS OF THE LINK BETWEEN THEM

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10842

Helder Ferreira de Mendonça

PDF

INVESTIMENFOS EM CAPITAL HUMANO NO BRASIL: UM ESFUDO SOBRE RETORNOS FINANCEIROS PRIVADOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10844

Paulo Tiago Cardoso Campos, Eduardo Pontual Ribeiro, Stefano Florissi

PDF

TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE CURSOS DE ECONOMIA: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA PARA A CIDADE DE PORTO ALEGRE-RS

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10846

Edson Gonçalves de Oliveira, Pery Francisco Assis Shikida, Débora da Silva Lobo

PDF

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PAPEL DO ESTADO

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10848

Antônio Ernani Martins Lima

PDF

VANTAGENS COMPARATIVAS NO COMÉRCIO EXTERIOR DA AGROINDÚSTRIA PARANAENSE: 1989-2001

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10849

Tatiana Diair Lourenzi Franco Rosa, Alexandre Florindo Alves

PDF

ANALISE DA EFICIÊNCIA TÉCNICA NA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL, 1988-2000

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10851

Augusto Mussi Alvim, André Carraro, Adelar Fochezatto

PDF

VIABILIDADE ECONÔMICA DO ARMAZENAMENTO DE SOJA NA PROPRIEDADE RURAL: VANTAGEM COMPETITIVA VIA REDUÇÃO DE DESPESAS E BENEFÍCIOS PARA A ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10853

Alternar Carlos Cristiano, Fábio da Silva Rodrigues, José Paulo de Souza

PDF

CRESCIMENTO ENDÓGENO, ENDIVIDAMENTO EXTERNO E CONTROLES DE CAPITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM MODELO MACRODINÂMICO PÓS-KEYNESIANO

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10855

Guilherme Jonas Costa da Silva, José Luís da Costa Oreiro

PDF

EVOLUÇÃO SETORIAL DO ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 2002 E 2020: DO PASSADO AO FUTURO COM O MÉTODO DELPHI

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10857

Duilio de Avila Bêrni, Adalmir Antonio Marquetti, Fábio Cándano Peixoto

PDF

MULTINATIONAL ENTERPRISES AND THE INTERNALIZATION OF R&D: ARE THERE INTRA-FIRM R&D NETWORKS?

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10859

Frederico Rocha, Ana Urraca Ruiz

PDF

TENDÊNCIAS RECENTES DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10861

Luiz Fernando de Paula, Maria Beatriz L. Marques

PDF

DESIGUALDADE DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO: ESTUDO COMPARATIVO PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL

DOI: https://doi.org/10.22456/2176-5456.10862

Rosana Ribeiro, Henrique Neder

PDF

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Idioma

English

Español (España)

Português (Brasil)

Indexadores

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Revista Análise Econômica
ISSN 0102-9924 / e-ISSN 2176-5456

Platform &
workflow by
OJS / PKP

economia aplicada; economia; econometria; economia do trabalho; economia da educação; capital humano; políticas sociais; crescimento econômico

v. 10 n. 4 (2006)

PUBLICADO: 2006-12-01

e tecnológica em Minas Gerais

Eduardo Gonçalves
481-502

PDF

Simulação dos efeitos concorrenciais da fusão Copene-Braskem

Arthur Barrionuevo Filho, Cláudio Ribeiro Lucinda
503-522

PDF

Desconexão no sistema de inovação no setor saúde: uma avaliação preliminar do caso brasileiro a partir de estatísticas de patentes e artigos

Catari Vilela Chaves, Eduardo da Motta e Albuquerque
523-539

PDF

Importações brasileiras de leite: impactos micro e macroeconômicos

Dione Fraga dos Santos, Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros
541-559

PDF

Comércio e meio ambiente: políticas ambientais e competitividade no âmbito da ALCA

Flavio Tosi Feijó, André Filipe Zago de Azevedo
561-587

PDF

Dinâmica das exportações da América Latina: economias de escala ou dumping recíproco?

Jaime Jordán, José Luiz Parré
589-607

PDF

Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente

Acessibilidade

uiz Fernando de Paula, Guilherme Jonas Costa da Silva, Fábio Hideki Ono
609-634

Libras

Navegação por face

ENVIAR SUBMISSAO

IDIOMA

English

Español

Português

eISSN: 1980-5330

ISSN: 1413-8050

Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

email: revecap@usp.br

Platform &
workflow by
OJS / PKP

Acessibilidade

Libras

Navegação por face

Rev. Econ. Contemp., v. 9, n. 2, mai./ago. 2005

PUBLICADO: 2018-08-28

ARTIGOS

Conversibilidade da conta de capital, taxa de juros e crescimento econômico: uma avaliação empírica da proposta de plena conversibilidade do Real

Fábio Hideki Ono, Guilherme Jonas Costa da Silva, José Luis Oreiro, Luiz Fernando de Paula

PDF

How efficient are pension fund managers in Chile?

Armando Barrientos, Aziz Boussofiane

PDF

Comparative advantage, economic growth and free trade

Julio Lopez Gallardo

Esforço tecnológico da indústria de transformação brasileira: uma comparação com países selecionados

Graziela Ferrero Zucoloto, Rudinei Toneto Júnior

PDF

Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil

Samuel Kilsztajn, Manuela do Carmo, Gustavo Toshiaki Lopes Sugahara, Erika Lopes, Sonia Petrohilos

PDF

A lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil

Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira

A “derrota da lei de Say”: elementos teóricos fundamentais e algumas implicações metodológicas e dinâmicas

Ricardo Ramalhete Moreira

PDF

RESENHAS

Fraudes inocentes e o saber convencional - a economia do nosso tempo

Eneuton Pessoa de Carvalho

PDF

Amazônia: receita energética para o desenvolvimento sustentável

Sério de Mattos Fonseca

PDF

IDIOMA

English

Português (Brasil)

Español (España)

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Avenida Pasteur, 250 / sala 114
Palácio Universitário, campus da Praia Vermelha Rio de Janeiro
RJ
Brasil
CEP 22290-240
+55 -21-39385242
rec@ie.ufrj.br

Platform &
workflow by
OJS / PKP

Browse Issues: Vol. 45 No. 1 (2025) Jan-Mar / 2025 View

Vol. 24 No. 2 (2004)
Apr-Jun / 2004
Published April 1, 2004

Article

Recent controversies on capital controls

Fernando J. Cardim de Carvalho, João Sicsú
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1620

View Article Abstract ▼

Foreign savings and macroeconomic performance: an analysis from a dynamic nonlinear model of capital accumulation and external indebtedness

José Luís Oreiro
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1621

View Article Abstract ▼

Deuda externa, crescimento y sostenabilidad

Roberto Frenkel
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1622

View Article Abstract ▼

The myth of convertibility

Luiz Gonzaga Belluzzo, Ricardo Carneiro
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1624

View Article Abstract ▼

For a partially convertible currency: A critique to Arida and Bacha

José Luís Oreiro, Luiz Fernando de Paula, Guilherme Jonas C. da Silva
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1623

View Article Abstract ▼

Economic development and the resumption of the classical approach to surplus

Franklin Serrano, Carlos Medeiros
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1625

View Article Abstract ▼

Gap between Public and Private Wages and Wages Determination in the Public Sector

Nelson Marconi
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1626

View Article Abstract ▼

Productive accumulation and the contemporary capitalism

José Ricardo Tauile, Luiz Augusto Estrella Faria
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1627

View Article Abstract ▼

Analyzing the economic impact of sustainable development programs in the Brazilian Amazon

Drew Nelson
Brazilian Journal of Political Economy
https://doi.org/10.1590/0101-31572004-1628

View Article Abstract ▼

Patronos

The Brazilian Journal of Political Economy counts with the support of the following corporations:

Itaú

BRESSER asset management

Revista de Economia Política - ISSN 1809-4538
Rua Araripina, 106 - 05603-030 - São Paulo - Brazil

Indexadores

Website produzido por
MULTIMEDIA DESIGN STUDIO

Anderson Cavalcante,
Fernanda Feil e Caio Vilella
(Org)

Hyman Philip Minsky & John Maynard Keynes

Contribuições contemporâneas

GRADUS EDITORA

Sumário

Introdução **7**

JOHN MAYNARD KEYNES (AND ME!): A CONTRIBUIÇÃO SEMINAL DE HYMAN P. MINSKY PARA O PARADIGMA DA INSTABILIDADE DO CAPITALISMO 13

Giuliano Contento de Oliveira

FINANÇAS E FRAGILIDADE FINANCEIRA: conexões e interpretações 23

Elton Eustáquio Casagrande

A RELEVÂNCIA DA OBRA DE MINSKY PARA O ENTENDIMENTO DA INSTABILIDADE FINANCEIRA INDUZIDA PELO CLIMA **37**

Luiz Henrique Bispo Santos

Eliane Cristina Araújo

EXPLORANDO O MOMENTO MINSKY CLIMÁTICO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E DOS FATORES RELEVANTES DE ANÁLISE. 51

Caetano M. Mascarenhas

A HIPÓTESE DA INSTABILIDADE FINANCEIRA E CONSUMO CONSPÍCUO: CICLOS ECONÔMICOS MINSKY-VEBLEN **63**

Rafael Duregger

Hugo Iasco Pereira

Felipe Almeida

ACELERADOR FINANCEIRO E FRAGILIDADE FINANCEIRA: DO NOVO CONSENSO À HIPÓTESE DE MINSKY 79

Nikolas Passos

André Modenesi

INSTABILIDADE FINANCEIRA E CRESCIMENTO LIDERADO PELAS FINANÇAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O CASO DE UMA ECONOMIA ABERTA 91

Bernardo Pádua Jardim de Miranda

Fabrício José Missio

MINSKY, RESTRIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA E HIERARQUIA INTERNACIONAL DE MOEDAS 103

Ernani Teixeira Torres Filho

Fernando Amorim Teixeira

A NOVA TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: Uma Proposta de Convergência Teórica 117

César Ricardo Leite Piorski

Guilherme Jonas Costa da Silva

UMA ANÁLISE MINSKYANA DA DÍVIDA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL 135

Fernando Ferrari Filho

Volnei Piccolotto

CICLO ENDÓGENO E CRISE CLIMÁTICA: A CONTRIBUIÇÃO DE MINSKY PARA UMA CONVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 147

Carmem Feijó

Fernanda Feil

Anderson Cavalcante

10

A NOVA TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:
Uma Proposta de Convergência Teórica

César Ricardo Leite Piorski[1]
Guilherme Jonas Costa da Silva[2]

1 INTRODUÇÃO

Por décadas, os municípios brasileiros lutaram para ter uma maior autonomia em relação ao governo federal. Com a Constituição de 1988, conquistaram o *status* de entes federativos, assegurando uma maior autonomia política, financeira, administrativa e legislativa. Entretanto, a responsabilidade destes entes pós-1988 aumentou significativamente, inclusive, passando a ser cobrados por melhorias na qualidade de vida e no desenvolvimento municipal, em particular, no que tange a saúde, educação, saneamento básico, ordenamento territorial, entre outras coisas. (Santos e Nazareth, 2017)

A maior autonomia ampliou a desigualdade municipal, haja vista que os municípios de pequeno porte possuem restrições fiscais que são resultado da sua maior dependência em relação aos recursos provenientes dos governos estaduais e federais, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). As receitas tributárias dos municípios mais ricos foram bastante impactadas pela instabilidade econômica da economia brasileira, mas as cidades menores sofreram relativamente mais.

Com efeito, o crescimento econômico dos municípios menores ficou comprometido, o que dificultou ainda mais o fechamento das contas, já que os recursos eram insuficientes para atender a demanda crescente por serviços públicos, dada a ampliação da expectativa de vida da população e a elevada urbanização no período em consideração.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), algumas restrições à capacidade de endividamento municipal foram impostas, o que reduziu ainda mais o grau de liberdade na gestão de suas receitas. As crises econômicas enfrentadas pelo país nos últimos anos acabaram se alastrando para os demais entes federativos,

1 Economista, Consultor Econômico Especializado em Organização e Reestruturação Financeira, com Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia. O autor agradece o apoio CAPES. E-mail: cesarpiorski@gmail.com.

2 Professor Associado IV na Universidade Federal de Uberlândia, Doutor em Teoria Econômica pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG) e Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. E-mail: guilhermejonas@yahoo.com.br.

IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança

Crescimento sustentável do crédito imobiliário: análise de cenário com custo de captação de poupança e de mercado

Segurança jurídica e custos de transação no crédito imobiliário

IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança

IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança

Crescimento sustentável do crédito imobiliário: análise de cenário com custo de captação de poupança e de mercado

Segurança jurídica e custos de transação no crédito imobiliário

ABECIP

2015 © Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
ISBN 978-85-60910-06-9

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização da Abecip.

Os trabalhos publicados não traduzem a opinião da Abecip. Sua publicação obedece ao propósito de ampliar o diálogo com a sociedade e promover um intercâmbio de ideias, visando à adaptação de melhores práticas rumo ao desenvolvimento sustentável do País.

Realização:

Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485 – 13° andar – Torre Norte – Jd. Paulistano
CEP 01452-921 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3286-4855
www.abecip.org.br

Coordenação:

Zuleica Ferreira Passini

Produção editorial e gráfica:

Et Cetera Editora
Fones: (11) 3565-0226 / 3565-0231
www.etceteraeditora.com.br
etcetera@etceteraeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

4° Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança. — São Paulo : ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, 2015.

Vários autores.
Bibliografia

1. Crédito imobiliário – Brasil 2. Financiamento imobiliário – Brasil 3. Poupança e investimento.

15-09474 CDD-332.720981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Crédito imobiliário : Economia financeira 332.720981
2. Crédito imobiliário brasileiro : Economia financeira 332.720981

Sumário

Apresentação 7
Octavio de Lazari Junior

Prefácio 9
Sérgio Darcy da Silva Alves

TEMA I – CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO: ANÁLISE DE CENÁRIO COM CUSTO DE CAPTAÇÃO DE POUPANÇA E DE MERCADO

1° colocado

Securitização com originação segura, como alternativa de *funding* para o crescimento sustentável do crédito imobiliário no Brasil . . . 15
Herbert Henrique Nobrega Padilha

2° colocado

O *puzzle* do crescimento sustentável do crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal: uma análise com vetores autorregressivos . . . 99
Guilherme Jonas Costa da Silva
Mariana de Melo Valadão

TEMA II – SEGURANÇA JURÍDICA E CUSTOS DE TRANSAÇÃO NO CRÉDITO IMOBILIÁRIO

1° colocado

Acesso ao crédito imobiliário como meio de efetivação do direito à moradia sob a ótica da análise econômica do direito 159
Andréa Queiroz Fabri

2° colocado

Crédito imobiliário e preço dos imóveis: o impacto do aumento da segurança jurídica 209
Marina Moreira de Aguiar

Indústria, Crescimento e Desenvolvimento

Flávio Vilela Vieira | org.

Alínea
EDITORA

DIRETOR GERAL
Wilon Mazalla Jr.

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Marídia R. Lima

COORDENAÇÃO DE REVISÃO E COPYDESK
Alice A. Gomes

REVISÃO DE TEXTOS
Bruna Oliveira Gonçalves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Fabio Diego da Silva
Patrícia Lagoeiro

CAPA
Paloma Leslie

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

ISBN 978-85-7516-724-3

Todos os direitos reservados ao

Grupo Átomo e Alínea

Rua Tiradentes, 1053 - Guanabara - Campinas-SP
CEP 13023-191 - PABX: (19) 3232.9340 e 3232.0047

www.atomoealinea.com.br

Impresso no Brasil

Apoio Cultural

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia

Sumário

Introdução 7

Parte I.
A Indústria Brasileira:
panorama, estrutura, setores e estudos de casos 11

Capítulo 1
Panorama da Indústria Brasileira nos Anos 2000 13
Ana Paula Avellar, Aderbal Oliveira Damasceno e Luciana Carvalho

Capítulo 2
Arranjos Industriais Centrados na Sustentabilidade:
entendendo os ecossistemas industriais 29
Debora Nayar Hoff, Martha Andrea Brand,
Jessé Morais Pacheco e Rodrigo Octávio Pereira Marquez Júnior

Capítulo 3
Condução da Política Monetária e Dinâmica dos Setores Industriais no Brasil.....57
Cleomar Gomes da Silva e Fabrício de Assis Campos Vieira

Capítulo 4
Evolução da Participação das Micro e Pequenas Empresas na
Estrutura Industrial Brasileira nos Anos 2000 71
Marisa dos Reis A. Botelho e Graciele de Fátima Sousa

Capítulo 5
Desempenho da Indústria Automobilística e Desindustrialização no Brasil 93
Michele Polline Veríssimo

Capítulo 6
Desempenho Recente da Indústria Brasileira do Aço 123
Germano Mendes de Paula

Parte II.
Indústria, Crescimento, Desenvolvimento,
Padrão de Especialização e Desigualdade de Renda:
Brasil, estados e municípios brasileiros 141

Capítulo 7
Padrão de Especialização Comercial do Brasil no Início do Século XXI 143
Clésio Lourenço Xavier e Daniela Fernanda Yamane

Capítulo 8
Indústria, Padrão de Especialização Comercial e Crescimento dos
Estados Brasileiros no Período Recente: uma estratégia multissetorial 175
Guilherme Jonas Costa da Silva,
Camila do Carmo Hermida e Helenise Sarno Santos

Capítulo 9
Industrialização, Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico:
algumas evidências para os municípios brasileiros 197
Carlos César Santejo Saiani e Bruno Benzaquen Perosa

Parte III.
Indústria, Crescimento e Desenvolvimento: Coréia do Sul e BRICS 227

Capítulo 10
Indústria e Crescimento Econômico na China:
uma análise comparativa com o Brasil, Índia, Rússia e África do Sul 229
Flávio Vilela Vieira

Capítulo 11
A Coreia do Sul sob uma Perspectiva Histórica e Empírica:
uma análise voltada para o crescimento econômico 255
Thaís Guimarães Alves

Sobre os autores 279

IICA

SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A nova cara da Pobreza Rural

Desenvolvimento e a Questão Regional

Volume 17

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Representação do IICA no Brasil

SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A Nova Cara da Pobreza Rural: desenvolvimento e a questão regional

VOLUME 17

Organizadores da Série
Carlos Miranda e Breno Tiburcio

Organizadores dos Textos
Antônio Márcio Buainain e Cláudio Dedecca

Brasília – Fevereiro/2013

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2013

A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional do IICA
está sob licença de Creative Commons Atribución-
No Comercial-Compartir Igual 3.0 Unported.
Disponível em formato PDF em www.iica.int

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no Website institucional http://www.iica.int

Coordenação editorial: Carlos Miranda
Copidesque: Valentina Pereira Buainain
Diagramação: Patricia Porto
Leiaute da capa: Patricia Porto
Foto da capa: Regina Santos
Impressão: Gráfica e Editora Executiva Ltda.

A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional / Carlos Miranda e Breno Tiburcio (Organizadores da Série); Antônio Márcio Buainain e Cláudio Dedecca (Organizadores dos Textos) Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17)
540 p., 15 x 23 cm

ISBN 978-92-9248-452-1

1. Desenvolvimento rural 2. Pobreza 3. População rural 3. Políticas 4. Setor publico 5. Desenvolvimento econômico e social 6. Desenvolvimento regional 7. Brasil I. Miranda, Carlos II. Tiburcio, Breno III. Buainain, Antonio Marcio IV. Dedecca, Claudio V. IICA VI. Título

AGRIS
E50

DEWEY
339.46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - CONTRIBUIÇÕES PARA A AGENDA DA POLÍTICA DE COMBATE À POBREZA RURAL 19
(Cláudio Salvadori Dedecca)

CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA: VELHAS E NOVAS CARAS 33
(Régis Borges de Oliveira)

1. Introdução 33
2. Pobreza: conceitos e mensuração 35
2.1 Aspectos metodológicos 36
3. A situação da pobreza na América Latina 37
4. A pobreza nos países da América Latina 42
4.1 A pobreza monetária 42
4.2 Pobreza e insegurança 45
5. Conclusões 52

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DA POBREZA RURAL NO BRASIL: ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS 57
(Antônio Márcio Buainain, Cláudio Salvadori Dedecca, Henrique Dantas Neder)

1. Introdução 57
2. Metodologia 58
3. Indicadores de pobreza 60
4. Quem são os pobres rurais no Brasil? 67
5. Evolução recente dos indicadores de privação 93
6. Inserção produtiva e perfil de rendimentos da população pobre rural 97
7. Conclusões 108

CAPÍTULO III - DINÂMICA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA, SITUAÇÃO REPRODUTIVA E POBREZA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ESTRUTURAL 111
(Francisco de Assis Costa)

1. Introdução 111

2. Sociedade e economia rural na Amazônia: dimensão, timing e abrangência 113

2.1 Trajetórias tecnológicas: uma abordagem dinâmica e multidimensional da dimensão agrária na Amazônia 114

2.2 A diversidade estrutural na Amazônia e seus agentes: o ponto de partida das trajetórias 117

2.3 Modos de produção, paradigmas e trajetórias tecnológicas na Amazônia .. 119

3. Situação reprodutiva e condição de pobreza: uma problematização empírica .. 124

3.1 Situação reprodutiva e pobreza – uma observação pelas médias das categorias de trabalhadores nas formas de produção camponesas e patronais 124

3.2 Evolução da situação reprodutiva dos camponeses entre os Censos e as implicações numa ótica de pobreza 126

4. Situação reprodutiva e pobreza no contexto das trajetórias tecnológicas 129

4.1 Evolução da situação reprodutiva e variações nas médias de renda *per capita* nas trajetórias camponesas e as implicações gerais numa ótica de pobreza 129

5. Mobilidade entre trajetórias camponesas e situações reprodutivas: indicações de tempo e lugar da pobreza 133

6. Determinantes das diferenças nas situações reprodutivas 145

6.1 Determinantes internos às unidades produtivas 146

6.2 Determinantes externos – relações de mercado 150

6.3 Determinantes externos – fragilidade da base natural 161

6.4 Determinantes externos – política de crédito 162

7. Assalariados rurais e pobreza 168

7.1 Evolução da situação reprodutiva dos trabalhadores assalariados nos estabelecimentos patronais entre os Censos e as implicações gerais numa ótica de pobreza 168

7.2 Situação reprodutiva de domicílios dos assalariados e as trajetórias patronais 169

8. Conclusões e recomendações de política 171

8.1 Conclusões 171

Anexos 176

CAPÍTULO IV - DINÂMICAS AGRÍCOLAS, ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E POBREZA RURAL NO NORDESTE DO BRASIL: ESPECIFICIDADES REGIONAIS NOS CASOS DA CANA-DE-AÇÚCAR, DA FRUTICULTURA IRRIGADA E DA SOJA 183
(Ramonildes Alves Gomes e Roberto de Sousa Miranda)

1. Introdução 183

2. A Zona da Mata e a cara da pobreza no complexo sucroalcooleiro 185

2.1 A presença da cana-de-açúcar na Zona da Mata do Nordeste 187

2.2 Diversificação e potencialidades produtivas na Zona da Mata do Nordeste 191

3. Os vales úmidos nos sertões secos: a irrigação e os polos de fruticultura 193

3.1 A construção de territórios dinâmicos e globalizados 195

3.2 Os pobres nos vales úmidos do semiárido 196

3.3 A especialização regional e os impactos sobre a pobreza 199

4. Agricultura no cerrado nordestino: o complexo da soja 201

4.1 O agronegócio no Cerrado e a geração de postos de trabalho 202

4.2 Do eldorado nordestino da soja à ampliação dos bolsões de pobreza 204

5. Considerações finais 207

CAPÍTULO V - POBREZA RURAL E DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO: RESISTÊNCIA, REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO 217
(Antônio Márcio Buainain e Junior Ruiz Garcia)

1. Introdução 217

2. A Região Nordeste e o Semiárido Brasileiro: aspectos socioeconômicos 219

3. A realidade social do semiárido: alguns indicadores 241

4. Transformações recentes na sociedade e na economia do Semiárido 249

5. Políticas de combate à pobreza rural: algumas reflexões 270

6. Estratégias para o enfrentamento da pobreza rural no semiárido brasileiro: algumas conclusões e recomendações 285

CAPÍTULO VI - NOVAS CARAS DA POBREZA DE ORIGEM RURAL NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES, PERFIL E AS ESPECIFICIDADES DA REGIÃO SUDESTE 307
(José Sidnei Gonçalves e Sheila Pereira Gonçalves)

1. Introdução 307

2. As novas caras da pobreza de origem rural na região sudeste: evolução e diferenças entre o rural, o urbano e o agropecuário 312

3. As novas caras da pobreza de origem rural na região sudeste: os pobres rurais comparados com os pobres urbanos 329

4. Políticas públicas de intervenção direta na realidade da pobreza rural na região sudeste do brasil no período 2001-2009 336

5. A guisa de conclusão: crescimento e pobreza de origem rural 345

CAPÍTULO VII - AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS E SOCIOCULTURAIS DA POBREZA RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL 355
(Paulo D. Waquil)

1. Introdução 355

2. Transformações recentes no sul do Brasil 356

3. Características e evolução do quadro da pobreza rural no sul do Brasil 362

4. Pobreza rural: uma comparação de diferentes abordagens 363

5. Pobreza como insegurança alimentar: uma análise comparativa entre o rural e o urbano 369

6. Pobreza como vulnerabilidade da população rural em situações de seca: um estudo de caso no município de Santo Cristo, RS 375

7. Pobreza rural e raça no Brasil meridional: um estudo de caso na comunidade de São Miguel dos Pretos 379

8. Migração, envelhecimento das populações rurais e a importância das aposentadorias rurais para a redução da pobreza 381

9. Exclusão social e pobreza: um diagnóstico no estado de Santa Catarina 384

10. Fatores determinantes da pobreza rural e urbana em Santa Catarina 386

11 Pobreza como escassez dos meios de produção: uma análise nas comunidades rurais pobres no Paraná 388

12. Políticas de combate à pobreza rural: algumas recomendações 390

CAPÍTULO VIII - ESPECIFICIDADES DA POBREZA RURAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL 399
(Pedro Abel Vieira)

1. Introdução 399

2. A região Centro-Oeste 401

3. As principais transformações no Centro-Oeste 404

4. A dinâmica do produto 411

4.1 O setor agrícola 419

4.2 O setor industrial 432

4.3 O setor de serviços 437

5. A dinâmica social 439

5.1 População 439

5.2 Renda 446

5.3 Educação 450

6. Considerações sobre a pobreza rural no Centro-Oeste 453

7. Sugestões de políticas para mitigação da pobreza rural no Centro-Oeste 455

CAPÍTULO IX - A POBREZA RURAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM DE MENSURAÇÃO MULTIDIMENSIONAL 461
(Antônio Márcio Buainain, Guilherme Jonas Costa da Silva e Henrique Dantas Neder)

1. Introdução 461

2. Pobreza multidimensional: uma análise a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen 463

3. Pobreza multidimensional: contribuições metodológicas 464

3.1 A Teoria da Resposta aos Itens (IRT) 465

3.2 O Modelo de Rasch: a passagem das aplicações gerais para a pobreza multidimensional 467

4. Pobreza multidimensional: aplicações para o Brasil rural 470

4.1 Uma apresentação descritiva das insuficiências multidimensionais 470

4.2 Aplicações do modelo de Rasch para a identificação das dimensões de pobreza rural no Brasil 472

5. Considerações finais 487

Anexos 489

CAPITULO X - POBREZA RURAL: PONTOS PARA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS 505
(Antônio Márcio Buainain, Cláudio Salvadori Dedecca, Henrique Dantas Neder)

André de Melo Modenesi, Daniela Magalhães Prates,
José Luís Oreiro, Luiz Fernando de Paula e
Marco Flávio da Cunha Resende (orgs.)

Prefácio de **Luiz Gonzaga Belluzzo**

Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade

Tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira

ELSEVIER

CAMPUS

Associação Keynesiana Brasileira

André de Melo Modenesi, Daniela Magalhães Prates,
José Luís Oreiro, Luiz Fernando de Paula e
Marco Flávio da Cunha Resende (orgs.)

Sistema financeiro e política econômica em uma era de instabilidade

Tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira

ELSEVIER

Associação Keynesiana Brasileira

CAMPUS

SUMÁRIO

Sobre os autores v

Associação Keynesiana Brasileira xvii

Apresentação xix
Luiz Fernando de Paula
Marco Flávio da Cunha Resende

Prefácio xxvii
Luiz Gonzaga Belluzzo

PARTE I SISTEMA FINANCEIRO E CRISE: LIÇÕES E PERSPECTIVAS

I.1. Crises Financeiras: Lições e Soluções para a Retomada do Crescimento

1 Lições sobre crises financeiras 5
Roberto Frenkel

2 Interpretações alternativas sobre a crise econômica: a luta pelo futuro 15
Thomas I. Palley

3 Estratégia nem *wage-led* nem *export-led*, mas novo-desenvolvimentista 26
Luiz Carlos Bresser-Pereira

I.2. Origens, Desdobramentos e Soluções para a Crise do Euro

4 Seis lições extraídas da crise europeia 35
Jan Kregel

5 A "tragédia grega" no contexto da crise do euro 41
Philip Arestis

6 **A crise da dívida soberana da área do euro e a depressão dos anos 2010** 49
Fernando Cardim de Carvalho

7 **A economia política da crise do euro** 56
José Luis da Costa Oreiro

8 **A crise europeia e os limites do ajuste deflacionário** 64
Giuliano Contento de Oliveira
Simone Silva de Deos
Paulo José Whitaker Wolf

9 **Do Tratado de Maastricht à crise financeira: origem e desdobramentos da crise na área do euro** 72
Maria Cristina Penido de Freitas

10 **Crise do euro: origem, desdobramentos e a nova ordem financeira global** 80
Karla Vanessa B. S. Leite
Paulo Fernando M. B. C. Filho

I.3. Tendências e Perspectivas da Regulação do Sistema Financeiro Mundial

11 **O *Shadow Banking System* no "pós-crise"** 91
Maryse Farhi
Daniela Magalhães Prates

12 **Basileia III: longe de uma panaceia** 96
Rogério Sobreira
Tarciso Gouveia da Silva

13 **Crise e funcionalidade do sistema financeiro** 105
Luiz Paulo Fontes de Rezende
Fernanda Faria Silva
Marco Crocco

14 **Regulação do mercado financeiro e controle dos fluxos especulativos de capitais: novas tendências ou a permanência de propostas?** 111
Vanessa da Costa Val Munhoz

PARTE II A POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL APÓS A CRISE

II.1. Mudanças Recentes na Gestão da Política Macroeconômica no Brasil

15 Uma nova política econômica? 123
André de Melo Modenesi
Norberto Montani Martins
Rui Lyrio Modenesi

16 A política monetária brasileira e suas recentes reespecificações: uma análise pela ótica da coordenação 132
Carmem Aparecida Feijó
Arthur Batista de Sousa

II.2. Desdobramentos Possíveis e Respostas de Política Relativas à Economia Brasileira Face à Crise

17 Será que as políticas econômicas implementadas no Brasil em resposta à crise financeira internacional podem ser consideradas keynesianas? 145
André Moreira Cunha
Fernando Ferrari Filho

18 Crise na Europa? Políticas econômicas contracíclicas para o Brasil 153
Fábio Henrique Bittes Terra
Guilherme Jonas Costa da Silva

PARTE III TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

III.1. Restrição Externa, Crises Econômicas e Concentração de Renda

19 Câmbio real e mudança estrutural: perspectivas para o Brasil 165
Fabricio J. Missio

20 **Vulnerabilidade externa e fragilidade financeira nos BRICS: indicadores não convencionais para uma análise comparativa** 171
Eliane Cristina de Araujo
Márcio Silva de Araujo
Miguel Bruno

21 **A redução da pobreza na América Latina num contexto de crise econômica mundial** 181
Lauro Mattei

III.2. Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira

22 **Dilemas da política econômica no Brasil** 191
Luiz Fernando de Paula
Manoel Carlos de Castro Pires

23 **Há insuficiência de poupança nacional para o aumento do investimento no Brasil?** 201
Marco Flávio da Cunha Resende

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

origens, desdobramentos e perspectivas

Fernando Ferrari Filho e
Luiz Fernando de Paula
(Orgs.)

editora
unesp
DIGITAL

© 2012 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C949

A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas / organização Fernando Ferrari Filho, Luiz Fernando de Paula. – 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

Formato: Digital
ISBN: 978-85-68334-94-2

1. Crise financeira global, 2008-2009. 2. Crise econômica. 3. Crises financeiras. 4. Relações econômicas internacionais. 5. Livros eletrônicos. I. Ferrari Filho, Fernando. II. Paula, Luiz Fernando de, 1959-.

17-39163

CDD: 338.542
CDU: 338.124.4

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Material com direitos autorais

[IX] Sumário

[V] Autores
Apresentação **[1**
Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula

Parte 1 – ENTENDENDO A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL **[7**

1 Crise e recuperação da confiança **[9**
Luiz Carlos Bresser-Pereira

2 Crise e deflação de ativos: por quê? **[13**
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

3 A contemporaneidade de Minsky **[17**
Simone Deos

4 Entendendo a recente crise financeira global **[21**
Fernando José Cardim de Carvalho

5 A exaustão do paradigma de crescimento da economia norte-americana **[29**
Thomas Palley

6 *Double Dip*: a recuperação econômica em questão **[35**
Maryse Farhi

[X] 7 Quatro crises do sistema mundial e o futuro do "novo Brasil" **[41**
Gary Dymski

8 A crise econômica internacional em 2010: uma avaliação no meio do caminho **[49**
Fernando José Cardim de Carvalho

9 A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira

Material com direitos autorais

internacional **[53**
Maryse Farhi, Daniela Magalhães Prates, Maria Cristina Penido de Freitas e Marcos Antonio Macedo Cintra

10 Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso **[61**
Jennifer Hermann

11 Os derivativos e a crise de crédito **[69**
Rogério Sobreira

12 Regulamentação bancária, gestão de riscos e gestação da desordem financeira **[75**
Ana Rosa Ribeiro de Mendonça

13 Crescimento da dívida pública dos PIIGS e movimentos especulativos **[79**
Vanessa Petrelli Corrêa

14 A tragédia grega e a crise na zona do euro **[85**
Philip Arestis

15 Euro, pensar o impensável **[91**
Luiz Carlos Bresser-Pereira

16 A crise na Europa e os dilemas da Espanha **[95**
José Luis Oreiro

[XI] Parte II – DESDOBRAMENTOS E CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE **[101**

17 A crise das finanças desregulamentadas: o que fazer? **[103**
Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula

18 Proteção natural e regulação das instituições financeiras pós-Basileia II **[107**
Jan Kregel

19 A superação da crise pelo pleno emprego **[115**
José Carlos de Assis

20 Menos "arquitetura" financeira e mais banco "funcional" **[123**
Carlos Rodríguez Fuentes e Fernanda Faria Silva

Parte III – A CRISE NO BRASIL E AS RESPOSTAS DE POLÍTICA ECONÔMICA **[129**

21 A crise financeira brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira *à la* Minsky **[131**

Material com direitos autorais

José Luís Oreiro e Flávio Basilio

22 Preferência pela liquidez e a natureza da "crise" brasileira **[137**
Luiz Fernando de Paula

23 Evolução recente do câmbio no Brasil: momento Minsky **[143**
Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala

24 A crise está aí, e agora? **[147**
Guilherme Jonas Costa da Silva e Marco Flávio da Cunha Resende

25 O efeito-contágio da crise global sobre os países emergentes **[151**
Daniela Magalhães Prates

[XII] 26 Expectativas e políticas fiscais na América Latina: uma perspectiva a partir das publicações da Cepal sobre a crise financeira de 2008 **[155**
Elton Eustáquio Casagrande

27 O papel dos bancos públicos e a experiência brasileira recente **[163**
Ana Rosa Ribeiro de Mendonça e Simone Deos

28 A relevância da atuação dos bancos públicos federais brasileiros diante dos impactos da crise financeira internacional **[169**
Carlos Eduardo Carvalho, Giuliano Contento de Oliveira e Ângela Cristina Tepassê

29 (In)consistência macroeconômica **[175**
José Roberto Afonso

30 Câmbio, investimento, poupança e conta-corrente no Brasil **[181**
Marco Flávio da Cunha Resende

31 Determinantes macroeconômicos da inflação: implicações para a política monetária **[187**
André de Melo Modenesi e Eliane Cristina de Araújo

32 Prevenir é melhor que remediar: alternativas de políticas econômicas keynesianas para a prevenção de crises financeiras **[191**
Fábio Henrique Bittes Terra e Guilherme Jonas Costa da Silva

33 Uma proposição de política cambial para a economia brasileira **[197**

Material com direitos autorais

Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula

34 Liquidez internacional pós-crise e controle de capitais: a taxação via IOF pode conter os influxos financeiros especulativos no Brasil? **[203**
Vanessa da Costa Val Munhoz

Material com direitos autorais

Prêmio IPEA-CAIXA 2007

Monografias premiadas

SUMÁRIO

7

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 11

CATEGORIA PROFISSIONAIS

TEMA 1 – MECANISMOS PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

1º LUGAR
SERGIO LUIZ DE MORAES PINTO
PROPOSTA E AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTRA A DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: A SOCIEDADE DE PARTICIPANTES 23

2º LUGAR
MARIA ARAÚJO PARREIRAS
LEONARDO DE MOURA PERDIGÃO PAMPLONA
POLÍTICAS ESTRUTURAIS E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL 67

MENÇÃO HONROSA
LUCAS ROOSEVELT FERREIRA LINHARES
OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO POLÍTICA INDUSTRIAL REDUTORA DE DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS NO BRASIL: UMA APRECIAÇÃO CRÍTICA 109

TEMA 2 – DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO NO BRASIL

1º LUGAR
GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA
FREDERICO GONZAGA JAYME JÚNIOR
RICARDO SILVEIRA MARTINS
GASTO PÚBLICO COM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE E CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE PARA OS ESTADOS BRASILEIROS (1986-2003) 163

2º LUGAR
GEDIR SILVA DE SOUZA
SÉRGIO KANNEBLEY JÚNIOR
A POLÍTICA FISCAL COMO DETERMINANTE DO CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO NO BRASIL 187

MENÇÃO HONROSA
JOANA NARITOMI
HERANÇA COLONIAL, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS 231

TEMA 3 – SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

1º LUGAR
CÉZAR MANOEL DE MEDEIROS
OS BANCOS UNIVERSAIS CONTEMPORÂNEOS (BUCs) NO BRASIL – MOTOR DE UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO 279

2º LUGAR
LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA
JOÃO ADELINO DE FARIA JÚNIOR
EFICIÊNCIA BANCÁRIA E EXPANSÃO DO CRÉDITO NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO RECENTE 315

CATEGORIA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

TEMA 1 – MECANISMOS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

1º LUGAR
ALINE MARIA SOUZA MENEZES
DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PESQUISA DE PADRÕES DE VIDA DO IBGE 367

2º LUGAR
ÉRICA MARINA CARVALHO DE LIMA
O QUE EXPLICA A DESIGUALDADE DA RENDA DOMICILIAR NO BRASIL? 415

TEMA 2 – DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO NO BRASIL

1º LUGAR
GRAZIELA DANIELA DE SOUSA BARROS
REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR SOB A ÓTICA
DAS EMPRESAS, DOS SETORES E DOS MERCADOS NO PERÍODO RECENTE 441

2º LUGAR
JAQUESON KINGESKI GALIMBERTI
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO:
O BRASIL NO PERÍODO DE 1989-2005 495

TEMA 3 – SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

1º LUGAR
THAIS RIBEIRO HENRIQUES
O PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO NO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO:
INTRODUÇÃO À DISCUSSÃO A PARTIR DOS DADOS DA PINTEC 2003 543

2º LUGAR
ISABELA TRAVAGLIA SANTOS
BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1995 A 2005 589

Ipea-Caixa 2007.indb 8 5/12/2008 11:46:27

APRESENTAÇÃO

O Prêmio IPEA-CAIXA foi instituído em 2004, no âmbito das comemorações que marcaram o aniversário de 40 anos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com os objetivos de estimular a pesquisa sobre desenvolvimento econômico, social e financeiro, e de divulgar trabalhos de reconhecida qualidade nessas áreas. O êxito de tal parceria até agora configurou-se sob a forma de mais três edições do Prêmio, cujos resultados de 2007 encontram-se reunidos neste volume, composto pelas 14 monografias premiadas no certame.

Os temas selecionados para o concurso em 2007 foram: *mecanismos para a redução das desigualdades no Brasil; determinantes do crescimento de longo prazo no Brasil; e sistema financeiro e desenvolvimento econômico brasileiro* – tanto para a categoria profissionais como para a de estudantes de graduação. A flagrante maioria de inscritos no primeiro tema denota tendência do público alvo à investigação das inquietudes de ordem social propriamente dita. Contudo, o balanço dos premiados revelou equânime a excelência dos estudos concorrentes nos três temas, conforme também pode ser depreendido da leitura da presente coletânea.

O leitor identificará aqui três fatores recorrentes nessas pesquisas: a busca pela melhor fonte de dados e a utilização dos mais evoluídos instrumentais metodológicos para o alcance de resultados os mais robustos possíveis; o vínculo das conclusões dos trabalhos a recomendações efetivas de políticas públicas – tais como o investimento na inovação e na tecnologia e a indicação para uma política de taxas de juros decrescentes, por exemplo; e, à exceção de poucos estudos de fundamentação histórica, regressão do foco temporal até no máximo os anos 1980.

Nesta edição do Prêmio, chama atenção ainda o grande número de instituições representadas, a participação de professores e de trabalhos acadêmicos, em especial monografias de final de curso de graduação, teses de mestrado e doutorado assim como a elevada participação de instituições de ensino superior (IES) – para um total de 45 IES, 22 universidades federais. Participaram do Prêmio trabalhos de todas as regiões do Brasil e 21 Unidades da Federação.

Por fim, o Ipea e a CAIXA cumprimentam os autores de todos os estudos concorrentes pelo alto nível das monografias, ao tempo em que assegura uma leitura profícua daquelas aqui publicadas.

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

Maria Fernanda Ramos Coelho
Presidenta da Caixa

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer um breve diagnóstico da infra-estrutura de transporte no Brasil e discutir, teórica e empiricamente, o papel dos gastos com infra-estrutura nesse setor para o crescimento do país durante o período 1986-2003. A hipótese do trabalho é que os gastos públicos com infra-estrutura de transporte são produtivos e decisivos para a retomada do crescimento sustentado e eqüitativo. A revisão da literatura teórica e empírica mostra que as regiões diretamente beneficiadas com serviços de infra-estrutura de transporte logram externalidades positivas, atraindo indústrias, aumentando a produtividade e o crescimento econômico. As conclusões ressaltam, utilizando um modelo de painel para estados brasileiros no período considerado, que os investimentos públicos em infra-estrutura restringem o crescimento de longo prazo do país.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre gasto público e crescimento econômico é central no debate sobre desenvolvimento e crescimento. Tais preocupações podem ser encontradas em Keynes, Harrod, Domar, Kalecki e Kaldor, até o ressurgimento dos modelos de crescimento baseados na função de produção Cobb-Douglas e inspirados no modelo de Solow. A discussão sobre relações específicas entre gastos públicos com infra-estrutura econômica e crescimento foi revitalizada por Aschauer (1989), motivada, principalmente, com o Estado do Bem-Estar no pós-guerra.

Segundo Banco Mundial (1994), pode-se entender a infra-estrutura econômica, de forma geral, como a composição de setores com características de economias de escala e externalidades positivas. Assim, nessa caracterização, organiza-se a infra-estrutura em três setores: *i)* energia elétrica, telecomunicações, serviços de água e esgoto e coleta de lixo; *ii)* rodovias e sistemas de irrigação e drenagem; e *iii)* sistemas de transporte: portos, serviços de transporte ferroviário urbano e interurbano, transporte rodoviário urbano, hidrovias e aeroportos.

Do exposto, não é difícil encontrar correlação positiva entre infra-estrutura e crescimento (PRESTON, 2001; LEINBACH, 1995). As preocupações sobre a oferta de infra-estrutura são marcantes nos diversos países bem como na literatura econômica. As discussões normalmente permeiam fatores do processo de globalização, colocando a competitividade construída como fator-chave para atração e inserção competitiva das empresas sediadas num país ou região. Nesse contexto, os atributos em discussão estão em torno da qualidade e da quantidade de infra-estrutura.

As externalidades proporcionadas pela infra-estrutura propiciam melhores condições para a ocorrência da atividade econômica. De forma direta, a infra-estrutura, por intermédio de certos serviços públicos, também é considerada como bem final, pois pode melhorar o bem-estar e a qualidade de vida daqueles que a consomem, isso sem contar com o efeito multiplicador keynesiano. De forma indireta, ao criar condições favoráveis para o desenvolvimento de empresas, indústrias

Ipea-Caixa 2007.indb 165 5/12/2008 11:47:08

e empregos, ocorre aumento do produto final, incrementando a produtividade, ao mesmo tempo em que reduz o custo por unidade de insumo. Produtividade mais elevada, por sua vez, estimula o investimento e o emprego via Lei de Verdoorn (McCOMBIE; THIRLWALL, 1994). Ademais, um nível adequado de infra-estrutura pode provocar um *efeito manada* (*crowding in*), na medida em que permite condições atrativas a novos investimentos privados.

Para Sousa (2002), os gastos públicos em infra-estrutura são um dos principais fatores explicativos da localização da indústria brasileira nos anos 1970 e 1980, à frente de outros indicadores convencionais tais como potencial de mercado, subsídios e níveis educacionais. Esse poder de atração gera, no âmbito regional, desequilíbrios que podem ser interpretados também numa perspectiva histórica, a partir de uma relação complexa entre as primeiras atividades econômicas e as interações com as demandas de infra-estrutura pública nacional.

Rocha e Giuberti (2005) analisaram a relação entre o gasto público por setor e o crescimento econômico de longo prazo dos estados brasileiros. O objetivo dos autores foi encontrar os componentes do gasto público que contribuem para o crescimento estadual no período 1986-2002. Para tanto, partiram do modelo desenvolvido por Devarajan, Swaroop e Zou (1996). Seguindo a metodologia destes autores, os gastos públicos foram decompostos de acordo com duas características econômicas e de acordo com sua classificação funcional. Os resultados apontaram que apenas o gasto com saúde não foi estatisticamente significativo. Os gastos com defesa, educação, transporte e comunicação foram significativos e os respectivos coeficientes, positivos. Os gastos correntes, apesar de significativos em alguns casos, apresentaram sinal negativo. Com relação aos gastos com capital, o coeficiente foi positivo e estatisticamente significativo.

O presente trabalho pretende aprofundar a discussão sobre a importância estratégica do setor de transporte para o crescimento da economia brasileira. Seu objetivo é avaliar o argumento de que os gastos públicos com infra-estrutura são determinantes na explicação da produtividade e, portanto, do crescimento de longo prazo dos estados brasileiros a partir de uma perspectiva teórica keynesiana, ou seja, de que gastos em investimentos são peças fundamentais na renda nacional e, conseqüentemente, para o crescimento econômico. Caso a hipótese seja confirmada, tem-se o suporte necessário para crer que os governos estaduais e federal possam, através desses gastos, atuar no sentido de melhorar a *performance* dos estados brasileiros, na medida em que criam um ambiente adequado para estimular os investimentos privados em áreas mais distantes das grandes metrópoles. Assim, pretende-se contribuir para o avanço dessa literatura e da compreensão da realidade brasileira, a partir da hipótese de que especificamente os gastos públicos com infra-estrutura de transporte são produtivos e decisivos para a retomada do crescimento sustentado e mais eqüitativo, com análise em base estadual.

Ipea-Caixa 2007.indb 166 5/12/2008 11:47:08

Observe que tais investimentos afetam o princípio econômico da distância como barreira à integração dos mercados. Para Hesse e Rodrigue (2004), o transporte foi negligenciado na análise regional. Devido às novas formas de produção, aliadas às novas formas de distribuição, a análise regional deve focar cada vez mais na logística, que leva em consideração não só as atividades relacionadas ao transporte, mas também as relacionadas à circulação de bens, os estoques dos materiais de produção e a distribuição. Esta nova abordagem implica reconhecer os transportes não como classicamente *demanda derivada*, mas, sim, como uma das variáveis explicativas do desenvolvimento, como variável da logística que influencia os custos totais e a decisão pela localização (HESSE; RODRIGUE, 2004), e como parâmetro de acessibilidade, que define custos de operação dos sistemas econômicos (RIETVELD; VICKERMAN, 2004).

O trabalho, além desta introdução, foi estruturado da seguinte forma: a seção 2 situa o problema, a seção 3 faz um breve diagnóstico da infra-estrutura do setor de transportes no Brasil; em seguida, na seção 4, desenvolve-se um modelo de crescimento liderado pela demanda que incorpora os gastos em infra-estrutura; a seção 5 analisa os aspectos metodológicos, as variáveis utilizadas e a base de dados; a seção 6 apresenta os resultados empíricos; ao passo que a seção 7 apresenta a conclusão.

2 INFRA-ESTRUTURA, CRESCIMENTO E O PAPEL DO SETOR DE TRANSPORTE[1]

A discussão referente aos efeitos do investimento público sobre o produto e a produtividade da economia não é recente, pois se remete a Keynes, Kaldor e autores keynesianos e kaleckianos. Mais recentemente, Aschauer (1989), a partir de modelos de crescimento neoclássicos, demonstrou a importância dos gastos com infra-estrutura no crescimento e na produtividade da economia. Os resultados indicaram que os gastos públicos com infra-estrutura (construção de estradas, aeroportos, saneamento básico etc.) têm um papel importante na estimulação da produtividade da economia, pois mostraram os efeitos da logística pública sobre os ganhos de produtividade dos investimentos privados: estimou que o aumento em 1% no nível do capital público produz um incremento entre 0,35% a 0,49% na produtividade dos fatores, enquanto a elasticidade do produto total foi estimada entre 0,36% e 0,39%. Esses resultados geraram uma série de debates em torno da relação infra-estrutura pública, produtividade e crescimento.

Morrison e Schwartz (1996) também levantaram a hipótese de que o investimento em infra-estrutura pública está diretamente relacionado ao crescimento

1. Os defensores dos impactos produtivos dos gastos em infra-estrutura acreditam que as diferenças nas taxas de crescimento podem ser explicadas, dentre outras coisas, por diferenças nos gastos em infra-estrutura. Entretanto, convém lembrar que essa literatura não está isenta de controvérsias. Barro (1991) e Levine e Renelt (1993) rejeitam a hipótese dos impactos produtivos dos gastos com infra-estrutura pública no crescimento econômico.

Ipea-Caixa 2007.indb 167 5/12/2008 11:47:08

da produtividade. Para contrapor a abordagem da função de produção freqüentemente utilizada, desenvolveram um modelo teórico com o intuito de explicitar o impacto dos fatores externos (infra-estrutura) nos custos das firmas do setor de manufaturas e na produtividade da economia. Os resultados encontrados mostraram que a infra-estrutura gera um benefício significativo para as firmas. Segundo os autores, o tamanho desse impacto tem implicações importantes para a decisão dos *policy makers* de investir em infra-estrutura e para a avaliação das flutuações do crescimento da produtividade.

A literatura relata outras experiências de estimação em nível macroeconômico da elasticidade do produto em relação aos investimentos na infra-estrutura (tabela 1). Pode-se observar significativa variabilidade nos coeficientes, refletindo diferentes níveis de agregação dos dados e diversidades na estrutura econômica dos países.

TABELA 1
Elasticidade produto-investimentos na infra-estrutura estimada para alguns países

País	Elasticidade do Produto
EUA	0,29-0,64
Holanda	0,48
Japão	0,15-0,39
Alemanha	0,53-0,68
Canadá	0,63-0,77
Bélgica	0,54-0,57
Austrália	0,34-0,70

Fonte: European Conference of Ministers of Transport (2004).

Note que as diferenças encontradas nas elasticidades são significativas, mas os defensores dos impactos produtivos dos gastos em infra-estrutura acreditam que isso pode ser explicado, dentre outras coisas, por diferenças nos gastos em infra-estrutura. Entretanto, convém lembrar que essa literatura não está isenta de controvérsias. Barro (1991) e Levine e Renelt (1993) rejeitam a hipótese dos impactos produtivos dos gastos com infra-estrutura pública no crescimento econômico.

No Brasil, Ferreira (1994; 1996), também a partir de modelos neoclássicos de crescimento, avaliou as relações entre a logística pública e a renda agregada para o período de 1970 a 1993. Além de ter sido constatada co-integração estatística entre o estoque de capital público e produto, as elasticidades-renda atingiram coeficientes de 0,34 a 1,12.

Nesse contexto, como parte da infra-estrutura pública, o sistema de transporte é uma variável estratégica para o desenvolvimento regional e nacional. As externalidades da infra-estrutura de transporte atuam sobre aqueles elementos considerados prioritários em políticas para o desenvolvimento: exploração de recursos, divisão do trabalho, aumento do valor da terra e produção em larga escala. As relações entre transporte e crescimento da economia brasileira foram estimadas por Castro (2001), que encontrou elasticidades da produção agrícola

Ipea-Caixa 2007.indb 168 5/12/2008 11:47:08

do cerrado em relação aos custos de transporte de -0,21 e, em relação à densidade de estradas, 0,33.

O foco do trabalho encontra-se nos investimentos em transportes, por se acreditar que são estratégicos para uma política de desenvolvimento, notadamente nas regiões que se encontram em estágios incipientes de desenvolvimento (BARAT, 1969). Nos países com elevado potencial agrícola, como é o caso do Brasil, o setor de transportes torna-se ainda mais importante no momento atual, onde os impactos de evoluções nos sistemas de transporte, ao lado das telecomunicações, sobre a condição de competitividade das regiões e países nos mercados globais, são extremamente sensíveis. As capacidades de mobilidade de pessoas e cargas estão alterando profundamente alguns aspectos dos quais a competitividade e as vantagens comparativas das regiões são dependentes. Por fim, um destaque especial deve ser dado ao trabalho de Hesse e Rodrigue (2004), que mostra os efeitos de melhorias no sistema de transporte sobre a quase totalidade das atividades, tendo efeitos sobre o meio ambiente, segurança, cultura, pobreza, cidadania e ambiente político e econômico.

3 INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE NO BRASIL: UM PANORAMA GERAL

A situação atual da infra-estrutura no Brasil se deve, em grande medida, à carência de investimento de outros setores considerados estratégicos para a economia e a incapacidade do governo em financiar os seus investimentos. Com efeito, a tendência de queda dos investimentos em infra-estrutura se acentuou a partir da segunda metade da década de 1980. Segundo Pêgo Filho, Cândido Júnior e Pereira (1999), as conseqüências para a economia brasileira da redução dos investimentos do setor público foram significativas, particularmente, o declínio dos investimentos das empresas estatais desde meados dos anos 1980.

Via de regra, o desenvolvimento dos sistemas de transporte não acompanhou as necessidades de infra-estrutura para apoiar os investimentos produtivos no Brasil. Há 80 anos o país conta com, praticamente, a mesma malha ferroviária, concentrada na região centro-sul e de baixo nível de serviço, o que atende a cargas de baixo valor agregado (mineração, siderurgia e agronegócios representaram mais de 90% do total movimentado nas ferrovias brasileiras em 2005); pequena parcela (apenas cerca de 10%) das rodovias é pavimentada e, destas, a maioria (mais de 80%) está em precário estado de conservação, segundo a Confederação Nacional dos Transportes (CNT). O potencial hidroviário é prejudicado pela localização geográfica dos rios, fora dos principais eixos econômicos e sem comunicação direta com o mar, e pela disseminação de hidroelétricas, o que encarece significativamente obras para trafegabilidade; o sistema portuário é bastante defasado tecnologicamente, implicando serviços caros e de baixa produtividade, com acessos congestionados.

Ipea-Caixa 2007.indb 169 5/12/2008 11:47:08

Uma implicação imediata dessas carências é o aumento dos custos logísticos para o deslocamento da produção, resultante dos sistemas de transporte disponíveis. Por exemplo, a malha ferroviária reduzida e de baixa capilaridade implica perdas potenciais, uma vez que os negócios tornam-se extremamente dependentes do modal rodoviário. Por outro lado, Abdelwahab (1998) obteve resultados que sugerem que a demanda de serviços de transporte é elástica em relação ao preço para quase todos os grupos de mercadorias e quase todas as regiões geográficas dos Estados Unidos. Além do mais, as estimativas das elasticidades-cruzadas entre os modais foram positivas, sinalizando para a concorrência efetiva entre os modais. Beuthe *et al.* (2001) demonstram que os produtos agrícolas apresentam alta elasticidade-preço para o transporte ferroviário, o que representa a preferência teórica dessa categoria de produtos pelo modal que, no Brasil, oferece tímidas quilometragem, cobertura do território nacional e capilaridade.

Avaliações recentes têm demonstrado que, para o país não entrar em colapso a ponto do setor de transporte comprometer o crescimento da economia, são necessários gastos iniciais em infra-estrutura na ordem de R$ 10 bilhões anuais ao longo de dez anos.[2] O grau de participação dos investimentos no setor vem decrescendo gradativamente ao longo dos últimos 20 anos. Segundo Pêgo Filho, Cândido Júnior e Pereira (1999), o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 2%, em média, na década de 1970, para 1,5% na de 1980, e menos de 0,7% na de 1990. Dados mais recentes já mostram valores na ordem de 0,4% em 2003. Contudo, uma vez que essa tendência declinante dos investimentos se reverta, as evidências empíricas mostram que as regiões diretamente beneficiadas com serviços de infra-estrutura, como rodovias, observam externalidades positivas significativas, atraindo indústrias, capital humano, aumentando a produtividade e o crescimento econômico, além de atenuar a desigualdade regional.

Em suma, as perspectivas de desenvolvimento da economia brasileira dependem fundamentalmente de uma reversão da tendência declinante do investimento, principalmente no que tange aos investimentos no setor rodoviário (considerado o mais importante para o país). Boa parte desse investimento depende fundamentalmente do gasto público, razão pela qual a relação teórica entre gasto público e crescimento é fundamental para o entendimento dessa questão, que será discutida no próximo item.

4 O MODELO[3]

Nas últimas décadas, investigações sobre os determinantes do crescimento do produto *per capita* têm atraído considerável atenção dos economistas. Os resultados

2. A quantidade de recursos necessária para que a infra-estrutura não comece a travar o crescimento da economia brasileira varia de acordo com cada instituição.

3. Este item é baseado em Souza Júnior (2004) e Jayme Júnior (2003).

Ipea-Caixa 2007.indb 170 5/12/2008 11:47:08

desses estudos, muitas vezes, inspiram os *policy makers* a adotarem caminhos alternativos para a melhoria da *performance* macroeconômica regional no longo prazo.

Diferentes políticas podem influenciar a taxa de crescimento do produto, sendo a taxa de investimento em capital físico e em pesquisa e desenvolvimento as mais consagradas. A literatura que relaciona gasto público e crescimento econômico é vasta e com diferentes desenvolvimentos teóricos. Os modelos neoclássicos de crescimento partem de uma função de produção agregada do tipo Cobb-Douglas e introduzem capital físico e humano. Os modelos keynesianos e kaleckianos que, como o modelo de Solow-Swan, tiveram sua origem nos anos 1950, encontram no modelo de crescimento de Harrod-Domar um importante ponto de partida para estudos subseqüentes.

Sem pretender uma revisão exaustiva dos diversos modelos disponíveis, inclusive de matrizes teóricas distintas, aqui se parte de um modelo simplificado, de inspiração keynesiana, que relaciona investimento em infra-estrutura e crescimento econômico. O objetivo é obter um modelo teoricamente consistente com o desenvolvimento empírico, a ser testado no próximo item deste artigo.

Chenery e Bruno (1962) desenvolveram um modelo de dois hiatos, observando a existência de dois entraves importantes ao investimento e, por conseguinte, ao crescimento econômico de países em desenvolvimento: o hiato de divisas e o hiato de poupança. Tal modelagem foi obtida como uma extensão do modelo de Harrod-Domar a uma economia em desenvolvimento, particularmente incorporando a noção de estrangulamento externo. O modelo de dois hiatos demonstra que um país com acesso limitado ao mercado de capital internacional, usualmente por falta de credibilidade quanto à capacidade de pagamento de sua dívida, passa a ter restrições ao crescimento da economia porque, ao mesmo tempo em que tem suas importações limitadas (hiato de divisas), o país transita da situação de receptor líquido de recursos para a situação em que é forçado a transferir parte da renda doméstica aos credores estrangeiros (poupança externa negativa). Isso pode desestimular o processo de acumulação de capital do país devedor. Sem que haja uma elevação equivalente na poupança doméstica e/ou na produtividade do capital instalado, o envio de recursos ao exterior pode prejudicar a capacidade de crescimento do produto quando forem esgotadas as margens de ociosidade.

Bacha (1990) formaliza a existência de um terceiro hiato, o hiato fiscal, responsável por uma terceira restrição ao investimento, com conseqüências sobre o crescimento econômico. O modelo de hiatos permite relacionar o crescimento econômico ao papel dos investimentos e, por meio deste, obter a relação entre investimento em infra-estrutura e crescimento econômico, objeto do presente estudo. Taylor (1994) apresenta diversas inovações ao modelo de dois hiatos, incluindo a possibilidade de vários hiatos que restringem o crescimento econômico.

Ipea-Caixa 2007.indb 171 5/12/2008 11:47:08

Os modelos de hiatos são úteis para analisar a relação entre crescimento e investimento, pois apontam as principais restrições ao crescimento econômico. Aqui o objetivo é avaliar se a qualidade dos investimentos em infra-estrutura pode gerar uma restrição ao crescimento econômico no país. Mais ainda: ao destacar a importância dos investimentos na demanda agregada, modelos dessa natureza reiteram o papel do gasto como impulsionador do crescimento, recuperando o argumento keynesiano. Ressalte-se, por outro lado, que destacar o papel da demanda não negligencia, por seu turno, o papel da oferta. Apenas observa a relação cumulativa entre investimento, crescimento e produtividade, no sentido da causação circular cumulativa, observado por Myrdal e Kaldor. Naturalmente que modelos dessa natureza são distintos de modelos do tipo Solow-Swan ou de crescimento endógeno por destacar a importância de variáveis estritamente de demanda, como investimentos. Mais ainda, esses modelos não garantem equilíbrio via preços, razão pela qual as restrições ao crescimento econômico não podem ser aliviadas pelas variações de preços ou do câmbio.

O modelo de três hiatos considera que o investimento e, conseqüentemente, o crescimento econômico podem ser limitados por restrições na disponibilidade de poupança privada, pública e externa (hiato de poupança), pela insuficiência de reservas em moedas estrangeiras (hiato de divisas) e/ou pela falta de capacidade de investimento do setor público (hiato fiscal). Desse modo, o nível máximo de investimento (I^*) na economia será limitado pela menor das taxas de investimento impostas pelos hiatos, ou seja:

$$I^* = \min\{IS, IE, IT\} \quad (1)$$

em que IS é o limite do investimento definido pela disponibilidade de poupança, IE é o limite definido pela restrição de divisas e IT é o limite definido pelo hiato fiscal.

O hiato de poupança pode ter efeitos negativos sobre os investimentos produtivos quando não há uma disponibilidade adequada de poupança. Ademais, a oferta de crédito pode ser insuficiente e/ou ter custos excessivamente elevados (juros altos) para atender às necessidades de todos os setores econômicos, principalmente no que se refere a financiamentos de longo prazo.

A formalização do hiato de poupança, inicia-se pela identidade macroeconômica básica:

$$Y = C + I + (X_{nf} - M_{nf}) \quad (2)$$

em que Y é o PIB, C é o consumo privado e do governo e $(X_{nf} - M_{nf})$ são as exportações menos as importações de bens e serviços não-fatores. Da equação 2, obtém-se:

Ipea-Caixa 2007.indb 172 5/12/2008 11:47:08

$$I = (Y - C) + (X_{nf} - M_{nf}) \tag{3}$$

Do balanço de pagamentos, observa-se que:

$$(X_{nf} - M_{nf}) = (F - J) \tag{4}$$

sendo F a entrada líquida de capitais e J o pagamento líquido de serviços relativos a fatores de produção. Substituindo-se 4 em 3:

$$I = (Y - C) + (F - J) \tag{5}$$

Desagregando Y em renda privada (Y^P) e renda do governo (T),[4] assim como C em consumo privado (C^P) e consumo do governo (G), tem-se:

$$I = S^P + (T - G) + (F - J) \tag{6}$$

onde $S^P = (Y^P - C^P)$ é a poupança privada.

Quando a renda atinge seu limite potencial, Y^*, e o consumo privado é dado exogenamente, obtém-se o investimento máximo determinado pelo hiato de poupança:

$$IS = S_*^P + (T - G) + (F - J) \tag{7}$$

em que $S_*^P = Y_*^P - C^P$ é a poupança privada potencial.

Os países em desenvolvimento, em geral, possuem diversas deficiências em suas estruturas produtivas, sendo que uma das mais importantes é verificada no setor de bens de capital. Esse tipo de deficiência torna-se um problema na medida em que, quanto maiores forem os investimentos em aumento da capacidade produtiva da economia em geral, maior deverá ser a oferta de divisas estrangeiras para cobrir as necessidades de importação de máquinas e equipamentos não produzidos em escala suficiente ou simplesmente não produzidos no país. Nesse sentido, as compras externas dividem-se em importações de bens de capital (M_K) e outras importações (M_O):

$$M_K = mI \tag{8}$$

sendo que $0 < m < 1$ é o conteúdo importado dos investimentos.

As exportações líquidas são definidas como:

$$E = X - M_O \tag{9}$$

4. Líquida de pagamentos de juros da dívida interna, de subsídios e de transferências ao setor privado.

Ipea-Caixa 2007.indb 173 5/12/2008 11:47:09

Substituindo-se 8 e 9 em 4, obtém-se:

$$I = (1/m)[E + (F - J)] \tag{10}$$

Assumindo E^* como sendo o nível máximo das exportações líquidas, determinado exogenamente pela demanda mundial, obtém-se o maior investimento possível dado o limite imposto pelo hiato de divisas:

$$IE = (1/m)[E^* + (F - J)] \tag{11}$$

Dessa maneira, E^* pode ser interpretado como a capacidade máxima do esforço exportador para sustentar as importações de bens de capital e, por conseguinte, o investimento. $(F - J)$ representa um acréscimo a essa capacidade e m representa as características da estrutura industrial do país – quanto maior seu valor, maior será a restrição imposta pelo hiato de divisas.

O parâmetro m está diretamente relacionado à elasticidade-renda das importações, que é a relação entre a taxa de crescimento de um país e a taxa de crescimento de suas importações. McCombie e Thirlwall (1999) destacam que países com a mesma taxa de crescimento das exportações podem ter diferentes níveis de restrição externa, uma vez que o crescimento de uma economia com a elasticidade-renda das importações elevada irá demandar aumentos das importações a taxas maiores que as de países com uma elasticidade relativamente baixa. Isso afetará, em última instância, o crescimento econômico. Para esses autores, é o hiato externo o principal limitador do crescimento econômico dos países.

A restrição fiscal baseia-se na hipótese de que os investimentos estatais em infra-estrutura e indústrias básicas desempenham papel central nas economias em desenvolvimento. A formalização desse conceito começa com a divisão dos investimentos em privados (I_P) governamentais (I_G):

$$I = I_P + I_G \tag{12}$$

sendo:

$$I_P = \bar{I} + k^* \cdot I_G, \text{ sendo } k^* > 0 \tag{13}$$

De acordo com a equação 13, o investimento privado é função do investimento público e k^* é o coeficiente que determina a dimensão desse efeito *crowding in*.

Substituindo-se a equação 12 em 6, obtém-se:

$$I_G = (S_P - I_P) + (T - G) + (F - J) \tag{14}$$

Ipea-Caixa 2007.indb 174 5/12/2008 11:47:09

onde se supõe que toda entrada líquida de recursos (F) é destinada para financiar o orçamento do governo, e que todo o pagamento líquido de serviços relativos a fatores de produção (J) é realizado com a receita do governo.

Para financiar seu déficit orçamentário, o governo utiliza a captação do excedente da poupança privada ($S_P - I_P$) por meio do imposto inflacionário (ii) e da emissão de títulos da dívida pública (ΔB):

$$(S_P - I_P) = ii + \Delta B \tag{15}$$

Substituindo-se 15 em 14, e seu resultado em 12, além disso, substituindo-se 13 em 12, encontra-se o investimento máximo permitido pelo hiato fiscal:

$$IT = \bar{I} + (1 + k^*)\,[ii + \Delta B + (F - J) + (T - G)] \tag{16}$$

A introdução do hiato fiscal no modelo abre a possibilidade de que o investimento total fique aquém do nível permitido pelos hiatos de poupança e de divisas. Com efeito, mostra-se que, se houver algum problema no financiamento das despesas do governo que restrinja o investimento do governo estadual, o produto e o crescimento da economia como um todo será prejudicado.

Do exposto, é possível afirmar que o investimento público em infra-estrutura está diretamente relacionado com o produto e o crescimento da economia, permitindo não só testar a hipótese de *crowding in*, como fazem Souza Júnior (2004) e Jayme Júnior (2003), mas também a hipótese de que papel os investimentos em infra-estrutura exercem no crescimento e o desenvolvimento do país.

Para se ter uma idéia do problema enfrentado pela economia brasileira, aproximadamente 95% das exportações são realizadas pelos portos e estes operam no limite de sua capacidade. Com efeito, pode-se inferir que qualquer estratégia de crescimento liderada pelas exportações depende fundamentalmente dos investimentos em infra-estrutura. No Brasil, essa estratégia liderada seria restringida também pela falta de competitividade do setor proveniente do câmbio, que tem sido mantido valorizado em alguns momentos da história recente, sendo considerado um dos pilares da manutenção da inflação sob controle.

Assim, embora sua importância seja notória e reconhecida, a variável externa foi negligenciada num primeiro momento neste estudo, visto que é muito pouco provável que ocorra na atual conjuntura do país, além de não ser objeto do presente estudo. Admitindo o modelo de Thirlwall (1979) como um modelo de apenas um hiato, o hiato externo, no qual o crescimento econômico é restrito pelo balanço de pagamentos, há diversos estudos demonstrando – para diversos países – a restrição externa. No caso brasileiro, para períodos diferentes, confira Jayme Júnior (2003; 2007), Holland, Vieira e Canuto (2004) ou Bértola, Higashi e Porcile (2002).

Ipea-Caixa 2007.indb 175 5/12/2008 11:47:09

Assumindo que o nível efetivo de produção (Y^e) é inferior ao produto potencial da economia (Y^p), então, o produto e o crescimento da economia serão restringidos pela demanda agregada (Y), ou mais especificamente, pelo nível de investimento da economia, conforme mostrado pela expressão 17:

$$Y^e = \min[\, Y(I^*), Y^p] \tag{17}$$

A expressão mostra uma notória relação positiva entre a capacidade do governo de financiar seus gastos com infra-estrutura e o produto efetivo da economia, na medida em que esses gastos podem estimular ou restringir a produtividade (e competitividade) das empresas e, portanto, o produto e o crescimento de longo prazo das economias. Com efeito, os investimentos nos setores estratégicos da economia podem viabilizar, num segundo momento, uma estratégia de crescimento liderada pelas exportações.

Entretanto, sabendo-se que o efeito dos gastos com infra-estrutura sobre o produto e o crescimento da economia não são imediatos, assume-se que esse efeito se dissipa apenas no longo prazo. Por questão metodológica, o longo prazo será considerado como a média de crescimento do produto entre *t+1* e *t+5*. Assim, substituindo-se as equações 16 e 14 em 2, e admitindo-se a hipótese de uma complementaridade entre investimento público e privado, tem-se uma primeira aproximação do modelo que será estimado:

$$\frac{1}{T}\sum_{T=1}^{5} \ln\left(\frac{Y^e_{it+T}}{Y^e_{it+T-1}}\right) = c + \alpha\, i + \beta_1\, Tendência_{it} + \beta_2\, GINF_{it} + \varepsilon_{it} \tag{18}$$

Do exposto, a taxa média de crescimento do PIB do Estado *i* para o período de cinco anos à frente é função das características individuais não observadas de cada estado (localização, dotação de fatores, clima etc.), de uma tendência que mostra a evolução do progresso tecnológico compartilhado pelas economias e da capacidade dos governos estaduais e federal executarem os gastos necessários com infra-estrutura pública, notadamente aqueles destinados ao setor de transporte.

5 MATERIAL E MÉTODOS

A utilização de econometria em painel para os estados brasileiros, com vistas a alcançar os objetivos propostos neste artigo, é o mais indicado, uma vez que é possível cotejar uma série de tempo com variáveis *cross section*. Uma das vantagens da estimação com dados em painel é que a metodologia leva em consideração a heterogeneidade individual. Na presente formulação, assume-se que as

Ipea-Caixa 2007.indb 176 5/12/2008 11:47:09

diferenças entre os estados podem ser captadas no termo constante. O modelo-padrão de regressão com efeitos fixos pode ser representado inicialmente da seguinte forma: [5]

$$Y_{it} = \beta_1 I_{1,it} + d_1\alpha_1 + \ldots + d_i\alpha_n + u_{it} \quad (19)^{6}$$

onde i = 1,..., n-ésimo estado ; t = 1986,..., 2003, o Y é o PIB *per capita,* o $I_{1,it}$ será gasto com infra-estrutura do estado i no período de tempo t, e α_1,..., α_n são os interceptos específicos de cada estado. Cada $d_i\alpha_n$ é tratada como uma incógnita a ser estimada. Matricialmente, o modelo de efeitos fixos é dado por:

$$Y_{it} = \left[(I_{1,it} \quad \ldots \quad I_{n,it}) \quad (d_1 \quad \ldots \quad d_i) \right] \begin{bmatrix} \beta \\ \alpha \end{bmatrix} + \varepsilon \quad (20)$$

onde d_i é a variável *dummy*, indicando a i-ésima Unidade da Federação. Com efeito,

$$Y = X\beta + D\alpha + \varepsilon \quad (21)$$

Para captar a heterogeneidade dos estados, o método de estimação consiste na obtenção de n termos de intercepto (um para cada Unidade da Federação), considerando o coeficiente β como constante para todos os estados. Geralmente, os programas de regressão calculam o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários com Efeitos Fixos em dois passos. Primeiro, extrai-se a média específica de cada variável. Em seguida, a regressão é estimada utilizando as variáveis com *subtração da média de cada estado*.[7]

Assim, para operacionalizar o modelo, aplicou-se o método de MQOVD (*cross section*), principalmente por mostrar as características individuais de cada estado i no período t, além de evitar que os estimadores sejam viesados e inconsistentes, pois existem características específicas de cada estado que geram diferenças nas variáveis da demanda agregada utilizadas. As variáveis *dummies cross-section* foram incorporadas precisamente para captar o comportamento das características individuais (não observadas) de cada estado, ou melhor, apreender os fatores que influenciam o comportamento produtividade marginal do capital do estado i no período considerado no estudo.

A amostra compreendeu todos os estados brasileiros, inclusive o Distrito Federal, para o período de 1986 a 2003, em virtude da disponibilidade das informações.

5. Essa visão tradicional apresenta o modelo de efeitos fixos assumindo que o efeito não observado α_i é um parâmetro a ser estimado para cada estado do país. Mais detalhes sobre a metodologia, consultar Greene (2000).

6. Mínimos Quadrados Ordinários Variáveis *Dummy* (doravante MQOVD).

7. Stock e Watson (2004).

Ipea-Caixa 2007.indb 177 5/12/2008 11:47:09

Cada estado é considerado uma *cross section* e tem-se uma pequena série temporal associada. Os dados sobre os gastos públicos e o PIB estadual foram extraídos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), bem como do Tesouro Nacional.[8] Devido à ausência de informações desagregadas sobre investimentos federais nos estados, os dados utilizados se limitaram a investimentos orçamentários dos estados. Essa limitação certamente pode influenciar nos resultados, mas não os inviabilizam. Assim, as variáveis utilizadas foram:

- g_{y_i} = taxa média de crescimento do PIB *per capita* do estado *i* para o período de cinco anos à frente;
- *Tendência* = mostra a evolução do progresso tecnológico compartilhado pelas economias;
- G_{it} = participação do gasto total no PIB do estado *i* no período *t*;[9]
- $GINF_{it}$ = participação dos gastos com infra-estrutura no gasto total do estado *i* no período *t*;
- $GINFEST_{it}$ = participação dos gastos com transporte, energia e comunicação no gasto total do estado *i* no período *t*;
- $GINFTransp_{it}$ =participação dos gastos com transporte no gasto total do estado *i* no período *t*.

O modelo utilizado apresenta um problema de *endogeneidade* e *causalidade reversa*. Mas, conforme já salientaram Rocha e Giuberti (2005), esses problemas são atenuados, uma vez que as variáveis no período *t* afetam o crescimento de longo prazo. Os gastos públicos foram decompostos, de acordo com duas características econômicas e de acordo com sua classificação funcional, com o objetivo de encontrar quais os componentes do gasto público contribuem significativamente para o crescimento estadual no período considerado.

6 RESULTADOS EMPÍRICOS

O modelo teórico desenvolvido evidencia que os gastos com infra-estrutura estimulam ou restringem a *performance* macroeconômica dos estados. Mais especificamente, um aumento no gasto com infra-estrutura reduz o custo das empresas e, conseqüentemente, estimula o investimento, a produtividade e o crescimento da economia. O argumento implícito é que os governos estaduais não necessariamente geram emprego diretamente, mas criam um ambiente economicamente favorável para o investimento privado se instalar e produzir de

8. <www.ipeadata.gov.br> e <www.tesouro.fazenda.gov.br>.

9. Essa variável foi incluída com o intuito de controlar os efeitos de nível (participação do gasto total no PIB).

Ipea-Caixa 2007.indb 178 5/12/2008 11:47:09

forma competitiva. Ocorre, segundo o modelo apresentado, o fenômeno do *crowding in*, vale dizer, os investimentos públicos têm um potencial de estimular os investimentos privados, principalmente porque são capazes de garantir a infra-estrutura para que os investimentos privados obtenham maior êxito. Esse fato confirma a hipótese do modelo apresentado neste trabalho, qual seja, a de que o investimento privado no Brasil tende a acompanhar o gasto público, ao contrário do que prevê a literatura neoclássica.

As estimativas foram geradas pelos seguintes modelos: Mínimos Quadrados Ordinários – MQO (*pooling* ou dados agrupados), painel de efeitos aleatórios e painel de efeitos fixos. Posteriormente, estimou-se um painel de efeitos fixos por meio de ponderação. A estimação por MQO de dados agrupados aparece apenas como referência, uma vez que ela pode dar alguma idéia do ganho de eficiência em se estimar o modelo por dados em painel.

Na tabela 2, incorporam-se as variáveis tendência, gasto total/PIB e gastos com infra-estrutura/gasto total. A utilização do modelo de efeitos fixos é preferível aos mínimos quadrados ordinários, conforme demonstra o teste de Chow. Esse teste permite selecionar o modelo mais apropriado a partir da soma de quadrados dos resíduos dos modelos restrito (MQO) e irrestrito (MQOVD), considerando os respectivos graus de liberdade. O valor calculado para a estatística F(25,309) = 3.276 é maior que o valor tabelado. Portanto, rejeita-se a hipótese nula de que os coeficientes estimados para o intercepto são iguais para todos os estados, não rejeitando as estimativas obtidas com o modelo irrestrito ou de efeitos fixos.

Ademais, o teste de Hausmann também sugere a utilização de efeitos fixos por estado. Assim, a significativa importância dos efeitos fixos no modelo é notória e reconhecida no presente trabalho, já que melhorou o poder de explicação do modelo para 40%. Os demais modelos estimados mostraram que apenas 15% da variação do crescimento econômico é explicada pelas variáveis do modelo.

As estimações realizadas indicaram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre gastos com infra-estrutura e a *performance* macroeconômica dos estados, mas os coeficientes foram significativamente menores do que os evidenciados pela literatura (vide tabela 2). Nas estimações realizadas no presente estudo, um aumento na participação dos gastos com infra-estrutura em 1% gera um aumento no ritmo de crescimento do PIB *per capita* de pouco mais de 0,1%. Esse coeficiente sinaliza que a incapacidade dos governos em gerar os recursos necessários para financiar os gastos com infra-estrutura pode estar comprometendo o potencial de crescimento do país. O efeito da razão gasto total/PIB é negativo e não significativo no modelo de efeitos fixos.

Ipea-Caixa 2007.indb 179 5/12/2008 11:47:09

TABELA 2
Modelos de dados longitudinais para os gastos com infra-estrutura pública e crescimento econômico
Variável dependente: crescimento do PIB *per capita* estadual (1986-2003)

Variáveis explicativas	MQO	Efeitos fixos	Efeitos aleatórios	*Cross section weights*
Tendência	0,003191* (0,000442)	0,004100* (0,000541)	0,004050* (0,000523)	0,003907* (0,000598)
Git	-0,038658* (0,013031)	-0,027229 (0,040585)	-0,047368** (0,022299)	-0,051946** (0,021900)
GINFit	0,061785* (0,020761)	0,100241* (0,029576)	0,086335* (0,026268)	0,065013** (0,026823)
Constante	-0,021937* (0,006957)	-0,037888* (0,011264)	-0,030093* (0,009298)	-0,022835** (0,009098)
R2 ajustado	0,143691	0,394404	0,178152	0,166942
Estatística F	18,68201 (0,000000)	5,977683 (0,000000)	20,37643 (0,000000)	18,83725 (0,000000)
Teste de Chow	–	3,276017 (0,0000)	–	–
Hausman	–		4,0715 (0,2539)	–
Número de observações	338	286	286	286

Fonte: Resultados da pesquisa.
Nota: As estimações foram extraídas do Eviews 5.1.
Obs.: *, ** e *** indicam que as variáveis são estatisticamente significantes no nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Na tabela 3, são incluídos os gastos nos setores estratégicos, vale dizer, transportes, energia elétrica e comunicação (*GINFEST*). Novamente, o teste de Chow indicou que a utilização do modelo de efeitos fixos é preferível aos mínimos quadrados ordinários. O valor calculado para a estatística F(25,309) = 3,373 é maior que o valor tabelado. Mais uma vez, a utilização do modelo com efeitos fixos é preferível aos demais modelos, como demonstra a estatística *chi-quadrado* do teste de Hausman. O poder de explicação do modelo de efeitos fixos foi de 31%, enquanto 16% da variação da *performance* dos estados estão sendo explicados pelas variáveis incorporadas nos demais modelos.

O efeito da razão dos gastos nesses setores é positivo e significativo em todos os modelos, exceto no *cross section weights*. A tendência foi positiva e significativa, ou seja, existe uma parcela do crescimento das economias que é compartilhada por todas, que ficou em torno de 0,5% no período considerado. Por fim, os coeficientes dos gastos totais foram negativos e significativos em quase todos os modelos.

Observe-se, ainda, que os coeficientes da variável gastos nos setores estratégicos foram relativamente maiores, no caso do MQOVD. O valor do coeficiente é de 0,13, vale dizer, um aumento de 1% na participação dos gastos com infra-estrutura para o setor estratégico pode aumentar o potencial de crescimento médio do PIB *per capita* de longo prazo em no máximo 0,13 ponto percentual. Portanto, aumen-

Ipea-Caixa 2007.indb 180 5/12/2008 11:47:10

tar os gastos nos setores de transporte, energia elétrica e comunicação continua sendo importante para os estados que tenham por objetivo melhorar sua *performance* macroeconômica, ainda que numa magnitude relativamente menor, se comparado às estimativas da literatura para as décadas de 1960 e 1970. Assim, esses resultados reforçam a tese de que a infra-estrutura no país pode estar restringindo o potencial de crescimento dos estados brasileiros.

TABELA 3
Modelos de dados longitudinais para os gastos com setores estratégicos e crescimento econômico
Variável dependente: crescimento do PIB *per capita* estadual (1986-2003)

Variáveis explicativas	MQO	Efeitos fixos	Efeitos aleatórios	Cross section weights
Tendência	0,003060* (0,000440)	0,003257* (0,000433)	0,004039* (0,000517)	0,003754* (0,000598)
Git	-0,038489* (0,013203)	-0,005351 (0,035969)	-0,048768** (0,022111)	-0,050560** (0,021785)
GINFESTit	0,068948** (0,029979)	0,129973* (0,034846)	0,114989* (0,026268)	0,060245 (0,026823)
Constante	-0,011150** (0,004733)	-0,024002* (0,007503)	-0,017139* (0,006474)	-0,006962 (0,009098)
R2 ajustado	0,134687	0,320217	0,179451	0,153201
Estatística F	17,32911 (0,000000)	5,198455 (0,000000)	20,55749 (0,000000)	17,00633 (0,000000)
Teste de redundância de efeitos fixos (Teste de efeitos fixos em *cross-section*) *Likelihood Ratio* (LR)	–	3,373361 (0,0000)	–	–
Hausmann	–	–	5,3548 (0,1476)	–
Número de observações	338	286	286	286

Fonte: Resultados da pesquisa.
Nota: As estimações foram extraídas do Eviews 5.1.
Obs.: *, ** e *** indicam que as variáveis são estatisticamente significantes no nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Na tabela 4, incorporam-se especificamente os gastos no setor de transporte. O teste de Chow indicou que a utilização do modelo de efeitos fixos é preferível aos mínimos quadrados ordinários. O valor calculado para a estatística F(25,309) = 3,201 é maior que o valor tabelado. A estatística *chi-quadrado* do teste de Hausman também indicou que a utilização do modelo com efeitos fixos é preferível ao de efeitos aleatórios. O poder de explicação do modelo de efeitos fixos foi de 31%, enquanto o coeficiente de determinação dos demais modelos permaneceu em torno de 15%.

As estimativas mostram que o efeito da razão gasto total/PIB é negativo e significativo. No que tange os gastos com infra-estrutura de transporte, observa-se que o coeficiente foi positivo e significativo, ou seja, um aumento de 1% na participação dos gastos com infra-estrutura de transporte pode aumentar o potencial

Ipea-Caixa 2007.indb 181 5/12/2008 11:47:10

de crescimento dos estados em apenas 0,13 ponto percentual. Definitivamente, os resultados corroboram a tese de que somente um aumento significativo da participação dos gastos com infra-estrutura de transporte (sistemas portuário, rodoviário, ferroviário e aquaviário) poderia melhorar seu potencial de crescimento, principalmente porque constitui um poderoso instrumento no sentido de reduzir custos, melhorar a competitividade do setor produtivo e o desempenho macroeconômico da economia brasileira.

TABELA 4
Modelos de dados longitudinais para os gastos com infra-estrutura de transporte e crescimento econômico
Variável dependente: crescimento do PIB per capita estadual (1986-2003)

Variáveis explicativas	MQO	Efeitos fixos	Efeitos aleatórios	*Cross section weights*
Tendência	0,003025* (0,000433)	0,003107* (0,000426)	0,003881* (0,000515)	0,003725* (0,000600)
Git	-0,033993* (0,013063)	-0,002779 (0,036129)	-0,045193** (0,022344)	-0,049019** (0,021959)
GINFTRANSPit	0,077580** (0,032426)	0,124488* (0,037902)	0,106379* (0,037662)	0,068044*** (0,041532)
Constante	-0,011029** (0,004630)	-0,021623* (0,007414)	-0,014875** (0,006471)	-0,010416 (0,006437)
R2 ajustado	0,135794	0,313576	0,170080	0,153826
Estatística F	17,49397 (0,000000)	5,041401 (0,000000)	19,26391 (0,000000)	17,08829 (0,000000)
Redundant Fixed Effects Tests (Test cross-section fixed effects) - Likelihood Ratio (LR)	–	3,201212 (0,0000)	–	–
Hausmann	–		2,2753 (0,5173)	–
Número de observações	338	286	286	286

Fonte: Resultados da pesquisa.
Nota: As estimações foram extraídos do Eviews 5.1.
Obs.:*, ** e *** indicam que as variáveis são estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

As evidências encontradas mostram que o setor de transporte merece um pouco mais de atenção por parte dos *policy makers*, pois os resultados encontrados não deixam margem à dúvida de que este é um setor-chave para o estado que deseja melhorar sua *performance* macroeconômica de longo prazo. Um aumento de 10% dos gastos para o setor de infra-estrutura pode gerar um aumento médio no crescimento de longo prazo do PIB *per capita* em torno de 1 ponto percentual, na média. Apesar dos coeficientes parecerem pequenos, pode-se considerá-los satisfatórios, principalmente porque o gasto médio no setor de transporte é relativamente pequeno em relação à média das despesas total e aos PIBs estaduais médios, cerca de 5,73% e 2,44%, respectivamente. Em outras palavras, um au-

Ipea-Caixa 2007.indb 182 5/12/2008 11:47:10

mento médio nos gastos com infra-estrutura de transporte na ordem de 10% tem um impacto no PIB estadual médio na ordem de 1%, o que representa aproximadamente o dobro dos gastos realizados.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou aprofundar a discussão introduzida por Rocha e Giuberti (2005), com ênfase na análise dos impactos dos investimentos públicos no setor transporte para a *performance* macroeconômica dos estados brasileiros. O artigo abordou, como pano de fundo, a colocação econômica da distância como barreira à integração dos mercados.

Em suma, aparentemente, os gastos públicos que visam melhorar a participação dos gastos com infra-estrutura destinada ao setor estratégico, principalmente para o setor de transporte, continuam sendo produtivos e necessários para o Brasil.[10] No modelo de crescimento liderado pela demanda apresentado na seção 4, a importância dos investimentos para o crescimento econômico é nuclear e capaz de gerar aumentos na capacidade produtiva suficientes para garantir eventuais gargalos na oferta. De fato, sem a elevação dos gastos em infra-estrutura pública, as possibilidades de crescimento de longo prazo ficam reduzidas. As conseqüências da falta de gastos na expansão, manutenção e modernização dos serviços básicos de infra-estrutura pública são sensíveis para o país há mais de duas décadas.

Entretanto, dado o elevado volume de recursos necessários para levar a cabo esses investimentos, o papel do Estado acaba sendo fundamental para garantir esse crescimento. As evidências para a economia brasileira nos estados corroboram esta hipótese. Os resultados expostos parecem sinalizar que os estados não conseguem manter um crescimento econômico sustentado, a menos que essa tendência seja revertida, aumentando o volume e melhorando a qualidade dos gastos no setor. Assim, o tão sonhado *espetáculo do crescimento* não consegue virar realidade de forma consistente até que os governos gerem os recursos necessários para desenvolver os projetos de investimentos voltados à eliminação dos gargalos, que comprometem o investimento, a produtividade das empresas e o potencial de crescimento dos estados.

10. Segundo Cândido Júnior (2001), os gastos produtivos são aqueles nos quais os benefícios marginais sociais dos bens públicos ou produtos públicos são iguais aos custos marginais de obtê-los, ou seja, são aqueles utilizados de forma que atendam aos objetivos a que se propõem, com o menor custo possível.

Ipea-Caixa 2007.indb 183 5/12/2008 11:47:10

REFERÊNCIAS

ABDELWAHAB, A. M. Elasticities of Mode Choice Probabilities and Markemand: Evidence from a Simultaneous Mode Choice/Shipment-Sizefreight Transport Model. **Transportation Research – Logistics and Transportation Review**, Oxford, v. 34, n. 4, p. 257-266, 1998.

ASCHAUER, D. Is Public Expenditure Productive? **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p. 177-200, Mar. 1989.

AZEREDO, L. C. L **Investimento em infra-estrutura no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007**. Uma visão geral. Brasília: Ipea, 2004 (Texto para Discussão, n. 1.024).

BARAT, J. O Investimento em transporte como fator de desenvolvimento regional: uma análise da expansão rodoviária no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 25-52, Jul./Set. 1969.

BACHA, E. L. A Three-Gap Model of Foreign Transfers and the GDP Growth Rate in Developing Countries. **Journal of Development Economics**, Oxford, n. 32, p. 279-296, 1990.

BANCO MUNDIAL. **World Development Report 1994**. Infrastructure for development. Washington, World Bank, 1994.

BARRO, R. J. Economic Growth in a Cross Section of Countries. **Quarterly Journal of Economics**, New York, v. 106, p. 407-443, May 1991.

BEUTHE, M. *et al.* Freight Transportation Demand Elasticities: A Geographic Multimodal Transportation Network Analysis. **Transportation Research**, Part E, v. 37, p. 253-266, 2001.

BÉRTOLA, L; HIGASHI, H; PORCILE, G. Balance-of-Payments Constrained Growth in Brazil: A Test of Thirlwall's Law, 1890-1973. **Journal of Post Keynesian Economics**, Estados Unidos, v. 25, n.1, p. 123-140, 2002.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos**? Brasília: Ipea, 2001 (Texto para Discussão, n. 781).

CASTRO, N. P. **Expansão agrícola nos cerrados:** o papel das políticas de preços mínimos, de crédito rural e de transportes. Brasília: Ipea, 2001.

CHENERY, H. B.; BRUNO, M. Development Alternatives in an Open Economy: The Case of Israel. **The Economic Journal**, London, v. 72, n. 285, p. 79-103, Mar. 1962.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Transporte de cargas no Brasil**: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento do país. Disponível em: <http://www.cel.coppead.ufrj.br/pesq-trans/DIAGNOSTICO_e_PLANO_DE_ACAO.pdf>. Acessado em: 28 jun. 2008.

Ipea-Caixa 2007.indb 184 5/12/2008 11:47:10

DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. F. The Composition of Public Expenditure and Economic Growth. **Journal of Monetary Economics**, Boston, v. 37, p. 313-344, 1996.

DUGONJÍC, V. Transportation: benign influence or an antidote to regional inequality? **Papers of the Regional Science Association**, Leed, v. 66, p. 61-76, 1989.

EUROPEAN CONFERENCE OF MINISTERS OF TRANSPORT. **Trends in the Transport Sector**. European Union, 2004.

FERREIRA, P. C. **Infra-estrutura pública, produtividade e crescimento.** Rio de Janeiro: FGV, 1994 (Texto para Discussão, n. 246).

_____. Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 02, p. 231-252, 1996.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

HESSE, M.; RODRIGUE, J. The Transport Geography of Logistic and Freight Distribution. **Journal of Transport Geography**, v. 12, p. 171-184, Manchester, 2004.

HOLLAND, M.; VIEIRA, F.; CANUTO, O. Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint in Latin America. **Investigación Económica**, México, v. LXIII, n. 247, 2004.

HOLL, A. Manufacturing Location and Impacts of Road Transport Infrastructure: Empirical Evidence from Spain. **Regional Science and Urban Economics**, Amsterdam, v. 34, p. 341-363, 2004.

JAYME JÚNIOR, F. G. Balance-of-payments-Constrained Economic Growth in Brazil. **Revista de Economia Política**, v. 23, Jan./Mar. 2003.

_____. Growth Under External Constraints in Brazil: A Post Keynesian Approach. *In:* HOLT, R.; PRESSMAN, S. (Org.) **Empirical Post Keynesian Economics**: Looking at the Real World. New York: M.E. Sharpe, p. 305-328, 2007.

LEINBACH, T. R. Transport and Third World Development: Review, Issues and Prescription. **Transportation Research**, Part A, v. 29, n. 5, p. 337-344, 1995.

LEVINE, R.; RENELT, D. A Sensitivity Analysis of Cross-Country Growth Regressions. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 82, p. 942-963, Sep. 1992.

LIMÃO, N.; VENABLES, A. J. **Infrastructure, Geographical Disadvantage Transport Costs and Trade**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/01/15/000094946_99123006244552/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acessado em: 28 jun. 2008.

MCCOMBIE, J.; THIRLWALL. A. **Economic Growth and the Balance of Payments constraint.** London: St. Martins, 1994.

Ipea-Caixa 2007.indb 185 5/12/2008 11:47:10

MARQUES, L. D. **Modelos dinâmicos com dados em painel**: revisão de literatura. 2000. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp100.PDF>. Acessado em: 19 abr. 2004.

MORRISON, C. J.; SCHWARTZ, E. A. State Infrastructure and Productive Performance. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 86, p. 1.095-1.108, Dec. 1996.

PÊGO FILHO, B.; CÂNDIDO JÚNIOR, J. O.; PEREIRA, F. **Investimento e financiamento da infra-estrutura no Brasil**: 1990/2002. Brasília: Ipea, 1999 (Texto para Discussão, n. 680).

PRESTON, J. Integrating Transport With Socio-Economic Activity: A Research Agenda for the New Millennium. **Journal of Transport Geography**, Manchester, v. 9, p. 13-24, 2001.

RIETVELD, P.; VICKERMAN, R. Transport and Regional Science: The Death of Distance is Premature. **Papers of the Regional Science Association,** Leed, v. 83, p. 229-248, 2004.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. *In*: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais**. Natal, RN, 2005.

SOUSA, F. L. A localização da indústria de transformação brasileira nas últimas três décadas. (Compact Disc). *In*: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS. **Anais**. São Paulo, 2002.

SOUZA JÚNIOR, J. R. C.; JAYME JR, F. G. Constrangimentos ao crescimento no Brasil: um modelo de hiatos (1970-2000). **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2004.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. **Econometria**. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

STURM, J-E; KUPER, G.; HAAN, J. de. Modelling Government Investment and Economic Growth on a Macro Level: a Review. **CCSO Series**, n. 29, 1996. Disponível em: <http://www.eco.rug.nl/ccso/ccsoseries/ccso29.pdf>. Acessado em: 30 jan. 2006.

TAYLOR, L. Gap Models. **Journal of Development Economics**, v. 45, p. 17-34, 1994.

THIRLWALL, A. The Balance of Payments Constraint as an Explanation of International Growth Rates Differences. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review,** Roma, v. 128, 1979.

WOOLDRIDGE, J. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. Cambridge: MIT Press, 2002.

Ipea-Caixa 2007.indb 186 5/12/2008 11:47:10

PROFISSIONAIS

TEMA 2

2º LUGAR

GEDIR SILVA DE SOUZA

A POLÍTICA FISCAL COMO DETERMINANTE DO CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO NO BRASIL

Ipea-Caixa 2007.indb 187 5/12/2008 11:47:10

Organizadores: Luiz Fernando de Paula e José Luís Oreiro

Autores: Adriana Amado • Alexandre Marinho • André de Melo Modenesi • Elisângela Sanches • Fernando Cardim de Carvalho • Gary Dymski • Guilherme Jonas Costa da Silva • João Adelino de Faria • José Luís Oreiro • Marco Crocco • Luiz Fernando de Paula • Manoel Carlos de Castro Pires • Melissa Menezes • Rodrigo Mendes Leal • Rogério Sobreira

SISTEMA FINANCEIRO

Uma análise do setor bancário brasileiro

ELSEVIER

EDITORA CAMPUS

Organizadores: Luiz Fernando de Paula e José Luís Oreiro

Autores: Adriana Amado • Alexandre Marinho • André de Melo Modenesi • Elisângela Sanches • Fernando Cardim de Carvalho • Gary Dymski • Guilherme Jonas Costa da Silva • João Adelino de Faria • José Luís Oreiro • Marco Crocco • Luiz Fernando de Paula • Manoel Carlos de Castro Pires • Melissa Menezes • Rodrigo Mendes Leal • Rogério Sobreira

SISTEMA FINANCEIRO

Uma análise do setor bancário brasileiro

A equipe PRONEX agradece o apoio.

FAPERJ

CT BRASIL
Ministério da Ciência e Tecnologia

Os organizadores e os autores não recebem quaisquer direitos autorais pela publicação das suas pesquisas neste livro.

ELSEVIER

EDITORA CAMPUS

© 2007, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque
Ivone Teixeira

Editoração Eletrônica
Diagrama Ação – Produção Editorial

Revisão Gráfica
Marília Pinto de Oliveira
Marco Antônio Correa

Projeto Gráfico
Elsevier Editora, Ltda.
A Qualidade da Informação
Rua Sete de Setembro, 111 – 16° andar
20050-006 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefone: (21) 3970-9300 Fax: (21) 2507-1991
E-mail: *info@elsevier.com.br*

Escritório de São Paulo
Rua Quintana, 753/8° andar
CEP 04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5105-8555

ISBN 13: 978-85-352-2328-6
ISBN 10: 85-352-2328-2

Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

Central de atendimento
Telefone: 0800-265340
Rua Sete de Setembro, 111, 16° andar – Centro – Rio de Janeiro
e-mail: *info@elsevier.com.br*
site: *www.campus.com.br*

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S636

Sistema financeiro : uma análise do setor bancário / Adriana Amado... [et al.]. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2007.
il.
Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-352-2328-6

1. Instituições financeiras - Brasil. 2. Bancos - Brasil. I. Amado, Adriana.

07-0461. CDD: 332.10981
CDU: 336.7(81)

12.02.07 16.02.07 000484

Sumário

AGRADECIMENTOS VII

PREFÁCIO: *Fernando J. Cardim de Carvalho* IX

APRESENTAÇÃO: *Luiz Fernando de Paula e José Luís da Costa Oreiro* XV

PARTE I: Fundamentos Teóricos e Modelos Keynesianos de Bancos

Capítulo 1 – Sobre a preferência pela liquidez dos bancos
Fernando J. Cardim de Carvalho 3

Capítulo 2 – Taxa de juros convencional e rentismo em um modelo pós-keynesiano de firma bancária
Guilherme Jonas Costa da Silva e José Luís da Costa Oreiro 23

Capítulo 3 – Racionamento de crédito e comportamento da firma bancária: uma abordagem pós-keynesiana
Rogério Sobreira 45

Capítulo 4 – Teoria da intermediação financeira, o modelo ECD e sua aplicação aos bancos: uma resenha
André de Melo Modenesi 61

PARTE II: Competição, Regulação e Eficiência do Setor Bancário Brasileiro

Capítulo 5 – Estrutura e padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese para investigação e alguma evidência preliminar
Fernando J. Cardim de Carvalho 103

Capítulo 6 – Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições
João Adelino de Faria, Luiz Fernando de Paula e Alexandre Marinho 125

Capítulo 7 – Regulação prudencial na encruzilhada: depois de Basiléia II, o dilúvio?
Fernando J. Cardim de Carvalho 155

PARTE III: Determinantes Macroeconômicos do *Spread* Bancário

Capítulo 8 – Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário: uma análise preliminar para economias emergentes
Luiz Fernando de Paula e Manoel Carlos de Castro Pires 171

Capítulo 9 – *Spread* bancário no Brasil: uma avaliação empírica recente
Guilherme Jonas Costa da Silva, José Luís da Costa Oreiro e Luiz Fernando de Paula 191

Capítulo 10 – Estrutura e determinantes do *spread* bancário no Brasil após 1994: uma análise da literatura empírica
Rodrigo Mendes Leal 221

PARTE IV: Exclusão Financeira e Desenvolvimento Regional

Capítulo 11 – Exclusão e eficiência: a transformação global do *core banking*, um estudo de caso sobre o Brasil
Gary Dymski 255

Capítulo 12 – Sistema financeiro e desenvolvimento regional: notas exploratórias
Melissa Menezes, Marco Crocco, Elisângela Sanches e Adriana Amado 285

Autores e Organizadores 307

Demais Autores 308

Capítulo 2

Taxa de Juros Convencional e Rentismo em um Modelo Pós-Keynesiano de Firma Bancária

Guilherme Jonas Costa da Silva e José Luis da Costa Oreiro

2.1 – INTRODUÇÃO

O modelo originalmente desenvolvido por Oreiro (2005) combinou a teoria da preferência pela liquidez dos bancos, o modelo de racionamento de crédito de Stiglitz & Weiss e alguns elementos da firma bancária de James Tobin. A teoria ortodoxa da firma bancária, tal como apresentada nos escritos de Tobin (1998), considera que o problema decisório fundamental enfrentado pelo banco enquanto firma consiste na escolha entre um conjunto de ativos rentáveis e com baixa liquidez (empréstimos e investimentos) e outro conjunto de ativos com baixa rentabilidade e alta liquidez (ativos defensivos).[1] Nessa perspectiva teórica, o banco estará disposto a manter ativos líquidos, mas pouco rentáveis em carteira, como precaução contra uma redução súbita de depósitos à vista e a possibilidade de ter que recorrer ao mercado interbancário ou ao redesconto do banco central.

[1] Deve-se ressaltar que na teoria ortodoxa os ativos defensivos não são constituídos apenas por reservas em papel-moeda (voluntárias ou requeridas), mas também depósitos em outros bancos, empréstimos no mercado interbancário e obrigações do Tesouro. Nas palavras de Tobin: "*Os ativos defensivos são (...) ativos de alta liquidez. O banco sabe que eles podem ser vendidos ou dados como garantia de empréstimos serem perdas ou atrasos. Os ativos defensivos incluem moeda, depósitos no banco central, depósitos em outros bancos, empréstimos no mercado interbancário (conhecido nos Estados Unidos como mercado de fundos federais), notas do Tesouro e outros papéis de qualidade equivalente como colateral*" (1998, p.171).

Para os pós-keynesianos, a teoria ortodoxa da firma bancária é um arcabouço insatisfatório para análise do comportamento dos bancos porque o problema decisório fundamental dos bancos não é apenas escolher entre ativos líquidos ou ilíquidos, mas entre graus de liquidez, rentabilidade e riscos associados aos diversos ativos mantidos em carteira. No Brasil, os títulos públicos que são *a priori* livres de risco, rentáveis e possuem alta liquidez, rompem com a tipologia ortodoxa. Assim, a taxa básica de juros determina um "custo de oportunidade" em relação a empréstimos ao setor privado (cf. Paula e Alves Jr., 2003). Além disso, a manutenção de ativos líquidos na carteira se deve não apenas à segurança, mas à conveniência e à flexibilidade, cujo rendimento implícito é o *prêmio de liquidez*.

Um aspecto importante que não é considerado pela própria teoria pós-keynesiana da firma bancária refere-se ao processo de determinação da taxa de juros dos empréstimos e do *spread* bancário, que é a diferença entre a taxa de juros dos empréstimos e a taxa de juros paga sobre os depósitos. No tocante à taxa de juros dos empréstimos, uma das poucas referências na literatura pós-keynesiana a respeito do processo de determinação dessa taxa é Moore (1988), na qual aparece determinada com base num *mark-up* constante sobre a taxa básica de juros da economia. Apesar de interessante, essa abordagem está incompleta e incompatível com a teoria da preferência pela liquidez da firma bancária, pois assume um comportamento excessivamente passivo dos bancos no que se refere à demanda de crédito. Mais precisamente, essa abordagem assume que os bancos simplesmente acomodam toda a demanda de crédito a uma dada taxa de juros fixada pelo banco central.

Sendo assim, faz-se necessário especificar o processo pelo qual os bancos determinam a taxa de juros dos empréstimos e as possíveis relações dessa variável com a sua estratégia de composição de ativos. Dessa forma, a determinação da taxa de juros dos empréstimos do modelo proposto, tal como sugerido por Stiglitz & Weiss (1981), supõe que essa variável é determinada de forma a maximizar o retorno esperado da carteira de empréstimos do banco. A hipótese básica subjacente ao processo de determinação da taxa de juros dos empréstimos é que a proporção esperada de retorno dos empréstimos pagos é uma função inversa da taxa de juros e do nível percebido de fragilidade financeira. Adicionalmente, supõe-se que a taxa de juros assim determinada é inferior ao valor de equilíbrio dessa variável, ou seja, ao valor da taxa de juros para o qual haveria igualdade entre demanda e oferta de crédito bancário. Do exposto, segue que há possibilidade de racionamento de crédito.

Essa hipótese é de crucial importância para estabelecer o mecanismo pelo qual as variações da taxa de juros básica têm impacto sobre o nível de atividade

econômica. No contexto do modelo aqui proposto, um aumento da taxa básica de juros irá induzir os bancos a *reduzir a oferta de crédito*, aumentando assim o número de projetos de investimento que não conseguem obter financiamento junto ao setor bancário. Trata-se do assim chamado "canal de crédito" da política monetária, enfatizado recentemente pela literatura de inspiração novo-keynesiana.[2]

A teoria pós-keynesiana da firma bancária ainda deixa a desejar no que se refere à capacidade de avaliar o impacto sobre o preço e a disponibilidade do crédito bancário quando há um aumento no grau de concentração do setor bancário. Alguns autores pós-keynesianos, como Dymski (1999), têm ressaltado a importância do processo recente de fusões e aquisições para a "eficiência social"[3] desse setor. Mas, essas conclusões são baseadas nos modelos convencionais de estrutura de mercado e na literatura empírica de discriminação bancária e *redlining* nos mercados urbanos de crédito (ibid, p. 7), e não na teoria da preferência pela liquidez da firma bancária.

Os pós-keynesianos defendem a tese de que uma teoria geral da firma bancária deve levar em consideração o fato de que a preferência pela liquidez afeta não apenas a escolha da carteira de ativos do banco, mas também a sua estrutura de passivo, de tal forma que a preferência pela liquidez seria o elemento fundamental para determinar a estratégia dos bancos quanto à composição de seus balanços. Nessa perspectiva, a estrutura de passivo dos bancos — e, em particular, o volume de depósito à vista — deixa de ser uma variável exógena, determinada pelas preferências dos depositantes — tal como ocorre nos modelos da teoria ortodoxa — e torna-se uma variável endógena, determinada pela preferência pela liquidez dos bancos (cf. Paula, 1999, p. 173). Assim, no modelo proposto por Oreiro, o volume de depósitos à vista depende da taxa de juros que remunera os depósitos. Além disso, o volume de empréstimos concedidos e o grau de concentração do setor bancário influenciam a estratégia de composição dos balanços dos bancos por meio da "função de retenção de depósitos".

O presente capítulo tem por objetivo contribuir para o avanço na elaboração de uma teoria pós-keynesiana da firma bancária introduzindo alguns

---

[2]Alguns exemplos dessa literatura são Gertler (1988), Bernanke & Blinder (1988), Bernanke (1993), Bernanke & Gertler (1995), Ceccheti (1995), Walsh (2001, cap. 7), Stiglitz & Greenwald (2003).

[3]Dymski define "eficiência social" nos seguintes termos: "A eficiência social do sistema bancário mede a extensão na qual uma dada organização ou conjunto de organizações facilitam o acesso ao crédito de grupos de tomadores que se defrontam com barreiras históricas que limitam o acesso dos mesmos" (1999, p. 7).

aspectos relevantes para o caso brasileiro, os quais não foram contemplados no modelo originalmente proposto por Oreiro (2005), a saber:

1. As empresas não-financeiras fazem aplicações em títulos públicos. Dessa forma, a receita financeira dessas empresas aumenta toda vez que o Banco Central aumenta a taxa de juros básica.[4] Daqui se segue que elevações da taxa básica de juros causam, num primeiro momento, uma redução do grau de fragilidade financeira percebida das empresas do setor produtivo da economia. Essa redução da fragilidade financeira percebida das empresas produtivas leva os bancos a aumentarem a taxa de juros dos empréstimos bancários, de acordo com a hipótese de maximização da taxa esperada de retorno da sua carteira de empréstimos, na linha sugerida por Stiglitz e Weiss (1981). Sendo assim, em um aumento da taxa básica de juros pode redundar em um aumento do *spread* bancário.

2. O segundo aspecto incorporado no modelo agora proposto refere-se à noção de taxa de juros convencional. Alguns economistas brasileiros, notadamente Nakano (2005), atribuem o "problema da taxa de juros" no Brasil à existência de uma convenção sobre o valor "seguro" ou "normal" da taxa real de juros no Brasil, o qual se situaria em torno de 9% ao ano. O conceito de taxa de juros convencional foi desenvolvido originalmente por Keynes na sua *Teoria Geral*, servindo como base de referência para a demanda especulativa de moeda.[5] Dessa forma, passa a ser uma questão relevante a análise dos efeitos da introdução de uma taxa de juros convencional sobre a decisão de composição de carteira dos bancos, bem como os seus possíveis efeitos sobre o *spread* bancário ótimo.

Essa nova versão do modelo pós-keynesiano de firma bancária apresentou alguns resultados interessantes. Em primeiro lugar, demonstra-se que o volume ofertado de empréstimos é uma função direta do retorno esperado dos mesmos, do grau de concentração do setor bancário e da taxa básica de juros, mas uma função inversa da alíquota do compulsório e da taxa de juros convencional. Dessa forma, o modelo aqui proposto confirma a intuição de Nakano (2005) de que a indexação dos títulos públicos à taxa básica de juros faz com que uma elevação da taxa de juros por parte do Banco Central seja, na verdade, uma medida de expansão monetária. Em segundo lugar, constata-se que um aumento da taxa básica de juros gera um aumento maior da taxa de juros

[4]Estamos considerando aqui a institucionalidade prevalecente na economia brasileira segundo a qual a taxa de juros básica controlada pelo Banco Central, a Selic, remunera uma parte considerável (cerca de 40%) dos títulos da dívida pública.

[5]A esse respeito, ver Tobin (1971, cap. 15) e Asimakopulos (1991, cap. 5).

dos empréstimos do que da taxa de juros que remunera os depósitos bancários, fazendo com que ocorra um aumento do *spread* bancário. Em terceiro lugar, um aumento da taxa de juros convencional e/ou do grau de concentração do setor bancário induz uma redução da taxa de juros dos depósitos bancários, causando assim um aumento do *spread* bancário. Por fim, um aumento do requerimento compulsório de reservas afeta positivamente o *spread* bancário.

2.2 – A ESTRUTURA BÁSICA DO MODELO

Considere uma firma bancária que possui em seu balanço três classes de ativos, reservas, títulos públicos e empréstimos, e duas classes de passivos, depósitos e capital próprio. No lado do ativo, o banco mantém uma classe de ativos com alta rentabilidade e baixa liquidez, a qual denominou-se empréstimos (L), uma classe de ativos com média rentabilidade e alta liquidez, chamada de títulos públicos (B), e, finalmente, a última classe formada de ativos com baixa rentabilidade e elevada liquidez, denominada reservas. Evidentemente, uma parte das reservas é constituída pelas reservas voluntárias (V) e a outra parte são as reservas compulsórias (C) exigidas pelo banco central, as quais são uma proporção τ do volume de depósito à vista (D) mantidos pelo banco em consideração. A diferença entre o montante de ativos defensivos e as reservas compulsórias constitui a posição líquida defensiva (R) do banco. Em outras palavras, os ativos com alta liquidez, quais sejam, as reservas e os títulos públicos, denominaram-se ativos defensivos. Do exposto, segue que o volume de ativos (A) pelo banco pode ser expresso por:

$$A = L + R + \tau D \tag{1}$$

V = Reservas voluntárias
B = Títulos públicos
$C = \tau D$ = Reservas compulsórias
τ = Alíquota do compulsório
L = Empréstimos bancários
R = Ativos defensivos = $V + B$

No lado do passivo, o banco obtém recursos de duas fontes, depósito à vista (D) e capital próprio (W). Sendo F o volume de recursos obtidos pelo banco, temos então que:

$$F = D + W \tag{2}$$

D = depósitos
W = capital próprio do banco

A condição de solvência do balanço do banco exige que $A = F$, portanto:

$$W = R + L - (1 - \tau)D \tag{3}$$

2.2.1 – Composição da carteira de ativos

2.2.1.1 – Empréstimos

Seja E_L a taxa esperada de retorno da carteira de empréstimos do banco. A taxa esperada de retorno é determinada com base na seguinte expressão:

$$E_L = \gamma\, r_L \tag{4}$$

onde γ é a proporção esperada de retorno dos empréstimos pagos e r_L é a taxa de juros que remunera os empréstimos bancários.

Na equação 4 supõe-se que a proporção esperada dos empréstimos pagos seja uma função inversa da taxa de juros dos empréstimos e da fragilidade financeira dos tomadores, tal como percebida pelo banco. Isto se deve aos problemas de seleção adversa e risco moral — gerados pela assimetria de informação entre os tomadores e emprestadores. Dessa forma, um aumento da taxa de juros irá (i) reduzir a quantidade média dos tomadores de crédito e (ii) reduzir a quantidade média (ou seja, aumentar o risco) dos projetos de investimento. Esses efeitos deverão, portanto, aumentar a proporção de tomadores inadimplentes na carteira total de empréstimos do banco.

Sabendo que a proporção esperada de retorno dos empréstimos irá depender do nível de fragilidade financeira dos tomadores de empréstimos percebido pelo banco, definiu-se a fragilidade tal como Dreizzen (1985), como a razão entre o fluxo de encargos financeiros da firma (juros e amortização sobre o principal) e o fluxo de fundo autogerado pela mesma (lucros). Além disso, as empresas não-financeiras são rentistas, ou seja, fazem aplicações em títulos públicos. Isto posto, pode-se expressar a fragilidade financeira (f) pela seguinte equação:

$$f = \frac{\left(a + r_L\right)L}{r_k K + r_B B} = \frac{a + r_L}{\left(r_k \dfrac{K}{L} + r_B \dfrac{B}{L}\right)} = \frac{a + r_L}{\left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B\right)} \tag{5}$$

onde:

a = amortização sobre o principal;

$\alpha_k = \dfrac{L}{K}$ = grau de endividamento das empresas não-financeiras;

$\alpha_B = \dfrac{B}{K}$ = renda auferida das aplicações em títulos públicos das empresas não-financeiras.

Dado isso, a proporção esperada de retorno dos empréstimos pode ser expressa pela seguinte equação:

$$\gamma = \gamma\,(r_L, f);\ \text{sendo}\ \frac{\partial \gamma}{\partial r_L} < 0,\ \frac{\partial \gamma}{\partial f} < 0 \tag{6}$$

Tendo em vista o tratamento matemático do modelo, supõe-se que a função $\gamma(.)$ é linear do seguinte tipo:

$$\gamma = \gamma_0 - \gamma_1 r_L = \gamma_2 f; \qquad \text{com} \qquad \gamma_0 > 0;\ \gamma_1 > 0;\ \gamma_2 > 0; \tag{7}$$

Substituindo (5) em (7) e a resultante em (4), obtém-se:

$$E_L = \left[\frac{\gamma_0\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) - a\gamma_2}{\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right)}\right] r_L - \left[\frac{\gamma_1\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) + \gamma_2}{\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right)}\right] r_L^2 \tag{8}$$

Da equação 8 nota-se que a taxa esperada de retorno dos empréstimos pagos é uma função não-linear da taxa de juros de empréstimos. Em particular, pode-se verificar que a relação entre E_L e r_L é tal qual aquela apresentada pela Figura 2.1, o que implica dizer que existe um determinado nível da taxa de juros que maximiza o retorno esperado da carteira de empréstimos do banco.

O cálculo do valor que maximiza o retorno esperado da carteira dos empréstimos pagos é imediato, bastando para isso diferenciar a equação 8 com respeito à r_L e igualar a expressão resultante a zero. Assim, o valor é dado por:

$$r_L = \frac{1}{2}\left\{\frac{\gamma_0\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) - a\gamma_2}{\left[\gamma_1\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) + \gamma_2\right]}\right\} \tag{9}$$

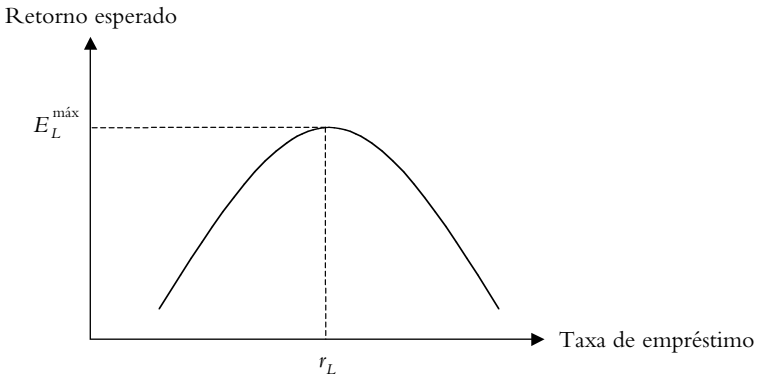


Figura 2.1

A equação 9 mostra que a taxa básica de juros influencia positivamente a taxa de juros que remunera os empréstimos bancários, mas os bancos não assumem um comportamento totalmente passivo no que se refere à demanda por crédito, tal como sugerido por Moore (1988). Isso porque a equação sinaliza a possibilidade de os bancos racionarem crédito; para tanto, uma condição necessária e suficiente é que o nível da taxa de juros que maximiza o retorno esperado da carteira de empréstimos pagos dos bancos seja menor do que o nível da taxa de juros para o qual haveria igualdade entre demanda e oferta de empréstimos. Esse resultado difere dos modelos tradicionais de firma bancária, já que o banco pode escolher r_L e L de forma independente. Em outras palavras, a escolha a respeito do valor a ser fixado da taxa de juros não impõe nenhuma restrição ao montante de crédito que pode ser concedido pelo banco. A única função da curva de demanda dos empréstimos no modelo em consideração é determinar o montante do racionamento de crédito, dados os valores de r_L e L fixados pelo banco.

2.2.1.2 – Ativos defensivos

Os ativos defensivos possuídos pelo banco são constituídos pelas reservas compulsórias e pela posição líquida defensiva do banco, que englobam as reservas em papel-moeda e títulos do governo. Por simplicidade, assume-se que as reservas em papel-moeda e títulos públicos são *substitutos*,[6] de tal forma que a taxa própria de juros (R_R) é igual para esses ativos. Iremos supor que os títulos públicos são *perpetuidades* de tal forma que o preço dos mesmos é determinado pela equação 10.

$$P = \frac{1}{r_B} \tag{10}$$

Onde P é o preço do título público e r_B é a taxa de juros dos títulos públicos.

Sendo l_R o prêmio de liquidez das obrigações do Tesouro e $\left[-\left(\frac{\dot{r}_B}{r_B}\right)\right]$ a taxa esperada de valorização (ou desvalorização) dos títulos públicos ao longo do seu período de retenção, segue-se que a taxa total de retorno dos ativos defensivos será dada pela equação a seguir.

$$R_R = l_R + r_B - \left(\frac{\dot{r}_B}{r_B}\right)^e \tag{11}$$

[6]Conforme Barbosa (2005) para o caso brasileiro.

Tal como Keynes (1936), nós iremos supor que os agentes econômicos e, em particular, os bancos formam uma convenção social a respeito do valor "seguro" ou "normal" da taxa de juros dos títulos públicos.[7] Nesse contexto, se o valor corrente da taxa de juros dos títulos públicos for superior ao valor convencional da referida taxa, os agentes econômicos irão antecipar uma queda futura da taxa de juros e, portanto, um aumento dos preços dos títulos públicos no futuro. Caso o valor corrente da taxa de juros seja inferior ao valor convencional, os agentes irão esperar um aumento futuro da taxa de juros e, portanto, uma redução do preço dos títulos públicos.

Denominando a taxa de juros convencional $\bar{r}_B$, as expectativas quanto à evolução futura dos preços dos títulos públicos podem ser expressas pela seguinte equação:

$$\left(\frac{\dot{r}_B}{r_B}\right)^e = -\varepsilon(r_B - \bar{r}_B) \tag{12}$$

sendo $\varepsilon > 0$.

Substituindo a equação 12 em 11, chega-se à equação da taxa própria de juros da posição líquida defensiva do banco:

$$R_R = l_R + r_B + \varepsilon(r_B - \bar{r}_B) \tag{13}$$

O conceito de taxa própria de juros é particularmente interessante nesse caso porque é uma medida do rendimento de um ativo que inclui não apenas o rendimento monetário explícito devido à sua posse ou uso produtivo do mesmo, mas também o rendimento na forma de conveniência, segurança e flexibilidade (Carvalho, 1992). O rendimento implícito nada mais é do que o prêmio de liquidez do ativo, ou seja, o rendimento que o agente estaria disposto a sacrificar em troca da posse de ativos líquidos.

O prêmio de liquidez da posição líquida defensiva não é constante, mas depende da relação entre o valor da posição líquida defensiva e o volume de depósitos à vista. Quanto maior o volume de depósitos à vista relativamente ao valor da posição líquida do banco, menor será à margem de segurança do banco no caso de uma redução inesperada dos depósitos à vista. Em outras palavras, quanto menor for a relação (R/D), menor será a redução dos depósitos que o

[7]Nas palavras de Keynes: "Seria mais correto, no entanto, dizer que a taxa de juros é um fenômeno altamente convencional, em vez de psicológico. Isso porque o seu valor é largamente determinado pela visão dominante a respeito do valor que se espera que essa variável assuma no futuro. Qualquer nível de taxa de juros que seja tido como permanente com um grau suficiente de convicção será permanente (...)" (apud Asimakopulos, 1991, p. 99 — tradução nossa).

banco pode enfrentar sem ter que recorrer ao redesconto do banco central ou a empréstimos no mercado interbancário. Quanto menor a margem de rendimento que o mesmo estará disposto a sacrificar em troca da posse de ativos líquidos. Sendo assim, o prêmio de liquidez da posição defensiva líquida do banco pode ser expresso por:

$$l_R = l_R\left(\frac{R}{D}\right); \qquad \frac{\partial l_R}{\partial\left(\frac{R}{D}\right)} < 0 \tag{14}$$

Linearizando a equação 14, obtém-se:

$$l_R = l_0 - l_1 R + l_2 D \tag{15}$$

Substituindo 15 em 13, tem-se que o rendimento da posição líquida defensiva do banco (R_R) é dado pela soma dos rendimentos explícito e implícito dos ativos defensivos:

$$R_R = l_0 - l_1 R + l_2 D + r_B + \varepsilon(r_B - \overline{r}_B) \tag{16}$$

Em suma, conforme observado anteriormente, a taxa própria de juros é determinada pela soma do rendimento explícito dos ativos defensivos do banco (r_B) com o prêmio de liquidez (I_R) e a valorização esperada da posição líquida defensiva. Nesse modelo, incorpora-se a discussão de Keynes sobre o grau de divergência do nível absoluto da taxa básica de juros em relação ao que se considera uma taxa de juros segura (de convenção) que importa para a explicação da preferência pela liquidez.

2.2.2 – Estrutura do passivo do banco

2.2.2.1 – Depósito à vista

Para os pós-keynesianos, o volume de depósitos é uma variável endogenamente determinada pelo volume de empréstimos concedidos pelo banco. A criação de depósito pode se dar por intermédio da realização de empréstimos, pois no momento em que o banco concede um empréstimo e o tomador utiliza os recursos emprestados, uma parte do depósito original volta para o banco que emprestou e uma outra parte é transferida para os demais bancos. Evidentemente, a recíproca é verdadeira no caso dos empréstimos dos demais bancos.

De acordo com Tobin (1998, p. 174), a proporção dos depósitos gerados pelas operações de crédito que o banco consegue reter em seu balanço é influenciada também pelo tamanho do *i-ésimo* banco em relação aos demais bancos, ou seja, o *market share*.

Finalmente, a terceira variável que influencia o volume de depósitos à vista que o banco consegue captar é a taxa de juros paga pelo mesmo sobre esses depósitos. A taxa de juros sobre os depósitos à vista influencia a decisão do público em reter moeda pelo motivo transação. Quanto maior a taxa de juros de depósitos, menor será a proporção de saldos transacionais que o público desejará manter na forma de moeda.

Assim, a função de depósito à vista será representada por intermédio da seguinte equação:

$$D = D(r_d) + \phi(L, s_i); \qquad \frac{\partial D}{\partial r_d} > 0,\ \frac{\partial \phi}{\partial L} > 0,\ \frac{\partial \phi}{\partial s_i} > 0\,. \tag{17}$$

ou

$$D = \phi_0 + \phi_1 r_d + \phi_2 L + \phi_3 s_i \tag{18}$$

onde ϕ é a função de retenção de depósitos, ou seja, a função que relaciona o volume de depósitos à vista com o montante de empréstimos concedido pela firma bancária; s_i = fração dos ativos totais do sistema bancário de propriedade do *i-ésimo* banco; e r_d = taxa de juros que remunera os depósitos.

2.2.2.2 – Capital próprio

Supondo que o banco possua um montante de capital próprio igual a W, determinado residualmente pela equação 3, por simplicidade desconsidera-se a existência de requisito mínimo de capital próprio por parte do banco central, de tal forma que W se ajusta precisamente aos valores de R, D e L decididos pelo banco. Contudo, supõe-se que os investidores exigem uma remuneração mínima r_W sobre o capital aplicado no banco. Daqui se segue que o custo do capital próprio para o banco é dado pela seguinte expressão:

$$C_W = r_W(R + L - (1 - \tau)D) \tag{19}$$

2.2.3 – A função custo do banco

A firma bancária é uma empresa que produz serviços para os agentes econômicos, quais sejam, a administração dos mecanismos de pagamentos da economia e o monitoramento do comportamento dos tomadores de empréstimos (cf. Freixas & Rochet, 1997, cap. 3; Klein, 1971, p. 206; Santomero, 1984, p. 577–8). Toda a produção de bens e serviços envolve custos econômicos (implícitos ou explícitos) que podem ser expressos por intermédio da função custo, ou seja, da função que relaciona a quantidade produzida com o custo mínimo de produção dessa quantidade.

No caso da firma bancária, existe uma certa dificuldade em medir com precisão a quantidade que está sendo oferecida pelo banco (Klein, 1971, p. 205). Dessa forma, a melhor maneira de apresentar a função custo do banco é relacionar o custo de produção dos serviços bancários com o volume de depósitos à vista e com o montante de empréstimos concedidos pelo banco. Essas variáveis servem como *proxy* para a quantidade de serviços produzidos pelo banco.

Isto posto, a função custo da firma bancária pode ser expressa por:

$$C = C(D, L); \qquad \frac{\partial C}{\partial D} = c_1 D; \quad \frac{\partial C}{\partial L} = c_2 L \qquad c_1 > 0,\ c_2 > 0 \tag{20}$$

Observe na equação 20 que o custo marginal dos depósitos bancários é crescente no volume de depósitos. De maneira análoga, o custo marginal dos empréstimos é crescente no volume de empréstimos.

2.3 – A ESCOLHA ÓTIMA DA COMPOSIÇÃO DE BALANÇO E DO *SPREAD* BANCÁRIO: O PROBLEMA DE MAXIMIZAÇÃO DO BANCO

Conforme exposto na seção anterior, o banco é considerado uma firma que maximiza lucro; assim, pode se apresentar o problema de maximização do banco a partir da seguinte expressão:

$$\pi = E_L L + R_R R - D r_d - [R + L - (1 - \tau)D] r_W - C(D,L) \tag{21}$$

onde π é o lucro monetário do banco.

O banco possui quatro variáveis de controle, a saber: o volume de empréstimos (L), o volume da posição líquida defensiva (R), a taxa de juros dos empréstimos (r_L) e a taxa de juros dos depósitos à vista (r_d). O volume de depósito à vista não é uma variável de controle porque o mesmo é determinado por L e r_d por intermédio da equação 18.

As variáveis de estado são a participação do banco no total de ativos do setor bancário (s_i), a proporção de reservas requeridas pelo banco central (τ), a taxa básica de juros (r_B), o grau de endividamento das firmas (α_k), a taxa de retorno sobre o capital das empresas não-financeiras (r_k) e a taxa mínima de retorno exigida pelos investidores sobre o capital aplicado no banco (r_W).

Com base na discussão desenvolvida na Seção 2.2, tem-se que o banco escolhe os valores de L, R, r_L e r_d de forma a obter o maior lucro possível. Fazendo as devidas substituições, o problema pode ser apresentado conforme a equação 22:

$$\pi = \left\{ \left[\frac{\gamma_0 \left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right) - a\gamma_2}{\left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right)} \right] r_L - \left[\frac{\gamma_1 \left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right) + \gamma_2}{\left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right)} \right] r_L^2 \right\} L + [r_B + \varepsilon(r_B - \bar{r}_B) + l_0 - l_1 R + l_2(\phi_0 + \phi_1 r_d + \phi_2 L + \phi_3 s_i)] R - [\phi_0 + \phi_1 r_d + \phi_2 L + \phi_3 s_i] r_d - r_W \{R + L - (1-\tau)[\phi_0 + \phi_1 r_d + \phi_2 L + \phi_3 s_i]\} - C\{(\phi_0 + \phi_1 r_d + \phi_2 L + \phi_3 s_i), L\} \quad (22)$$

As condições de primeira ordem para maximização de lucro da firma bancária são dadas pelas seguintes expressões:

$$\frac{\partial \pi}{\partial r_L} = \left[\frac{\gamma_0 \left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right) - a\gamma_2}{\left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right)} \right] - 2 \left[\frac{\gamma_1 \left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right) + \gamma_2}{\left(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B \right)} \right] r_L = 0 \quad (22a)$$

$$\frac{\partial \pi}{\partial r_D} = l_2 \phi_1 R - \phi_0 - \phi_1 r_d - \phi_2 L - \phi_3 s_i - \phi_1 r_d + (1-\tau)\phi_1 r_W - \phi_1 c_1 \phi_0 - \phi_1 c_1 \phi_1 r_d - \phi_1 c_1 \phi_2 L - \phi_1 c_1 \phi_3 s_i = 0 \quad (22b)$$

$$\frac{\partial \pi}{\partial R} = [r_B + \varepsilon(r_B - \bar{r}_B) + l_0 - l_1 R + l_2(\phi_0 + \phi_1 r_d + \phi_2 L + \phi_3 s_i)] - l_1 R - r_W = 0 \quad (22c)$$

$$\frac{\partial \pi}{\partial L} = E_L + l_2 \phi_2 R - \phi_2 r_d - [1 - (1-\tau)\phi_2] r_W - c_2 L - c_1 \phi_2 \phi_0 - c_1 \phi_2 \phi_1 r_d - c_1 \phi_2^2 L - c_1 \phi_2 \phi_3 s_i = 0 \quad (22d)$$

2.3.1 – A composição ótima da posição líquida defensiva do banco

Resolvendo 22c para R, obtém-se a seguinte expressão:

$$R = \frac{l_0 + l_2 \phi_0}{2 l_1} + \frac{1}{2 l_1} r_B + \frac{\varepsilon}{2 l_1} (r_B - \bar{r}_B) + \frac{l_2 \phi_1}{2 l_1} r_d + \frac{l_2 \phi_2}{2 l_1} L + \frac{l_2 \phi_3}{2 l_1} s_i - \frac{1}{2 l_1} r_W \quad (23)$$

A equação 23 apresenta a posição defensiva líquida do banco em função da taxa básica de juros, da taxa de juros convencional, da taxa de juros que remunera os depósitos à vista, do grau de concentração bancária e da taxa mínima de retorno sobre o capital próprio. Além dessas variáveis, a estratégia defensiva do banco depende do volume de empréstimos concedidos, ou seja, quando há um aumento no volume de empréstimos bancários o banco se protege aumentando a posição líquida defensiva.

2.3.2 – A composição ótima dos empréstimos bancários

Colocando L em evidência na equação 23d, determina-se o volume ótimo dos empréstimos bancários. Assim, tem-se que:

$$L = \frac{1}{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)} E_L + \frac{l_2\phi_2}{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)} R - \left[\frac{c_1\phi_2\phi_1 + \phi_2}{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)}\right] r_d - \frac{\left[1-\left(1-\tau\right)\phi_2\right]}{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)} r_W - \frac{c_1\phi_2\phi_3}{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)} s_i \tag{24}$$

A equação 24 mostra que há uma complementaridade entre a posição líquida defensiva e os empréstimos dos bancos, sinalizando que os bancos mantêm uma margem de segurança, na medida em que emprestam uma proporção fixa em relação à posição líquida defensiva. A equação apresenta ainda o volume de empréstimos concedidos pelo banco como uma função do retorno esperado da carteira de empréstimos, da taxa de juros dos depósitos à vista, da participação do banco no volume total de ativos do sistema bancário e da taxa de mínima de retorno sobre o capital próprio.

Substituindo a equação 23 na 24, obtém-se a seguinte expressão:

$$L = L_0 + \frac{2l_1}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} E_L + \frac{l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}\left[r_B + \varepsilon\left(r_B - \bar{r}_B\right)\right] - \ldots$$

$$\ldots - \frac{\left\{l_2^2\phi_2\phi_1 + 2l_1\left[c_1\phi_2\phi_1 + \phi_2\right]\right\}}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} r_D - \frac{2l_1\left[1-\left(1-\tau\right)\phi_2\right] - l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} r_W + \frac{\left(2l_1c_1 - l_2^2\right)\phi_2\phi_3}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} s_i \tag{25}$$

onde $L_0 = \dfrac{l_2\phi_2\left(l_0 + l_2\phi_0\right)}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}$. Assume-se que L_0 é necessariamente maior do que zero, de modo que o denominador é maior do que zero. Para tanto, é necessário apenas que $2l_1c_1 - l_2^2 > 0$ ou $c_1 > \dfrac{l_2^2}{2l_1}$.

Isto posto, pode-se calcular as derivadas parciais de L com respeito às demais variáveis. Os resultados tão expostos nas seguintes expressões:

$$\frac{\partial L}{\partial E_L}\frac{2l_1}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} > 0 \tag{25a}$$

$$\frac{\partial L}{\partial r_B} = \frac{l_2\phi_2\left(1+\varepsilon\right)}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} > 0 \tag{25b}$$

$$\frac{\partial L}{\partial \bar{r}_B} = -\frac{l_2\phi_2\varepsilon}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} < 0 \tag{25c}$$

$$\frac{\partial L}{\partial r_d} = -\frac{\left\{l_2^2\phi_2\phi_1 + 2l_1\left[c_1\phi_2\phi_1 + \phi_2\right]\right\}}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} < 0 \tag{25d}$$

$$\frac{\partial L}{\partial r_W} = \frac{l_2\phi_2 - 2l_1\left[1-\left(1-\tau\right)\phi_2\right]}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} <> 0 \tag{25e}$$

$$\frac{\partial L}{\partial \tau} = -\frac{2l_1\phi_2 r_W}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} < 0 \tag{25f}$$

$$\frac{\partial L}{\partial s_i} = \frac{\left(2l_1c_1 - l_2^2\right)\phi_2\phi_3}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} > 0 \tag{25g}$$

Em suma, a expressão 25a mostra que, quanto maior o retorno esperado do banco, maior o volume de empréstimos concedidos. A expressão 25b é a que apresenta o resultado mais interessante, qual seja: um aumento na taxa básica de juros aumenta a oferta de empréstimos. Dessa forma, o modelo sugere que um aumento da taxa básica de juros por parte do Banco Central é, na verdade, uma medida de expansão monetária, tal como sugerido recentemente por Nakano (2005). Conforme será mostrado mais adiante, esse resultado se deve ao fato de que o aumento da taxa básica de juros aumenta a taxa de juros dos depósitos, induzindo assim um aumento do passivo do banco na forma de depósitos à vista (efeito riqueza). O aumento do passivo do banco torna possível um aumento do volume concedido de empréstimos.

A expressão 25c apresenta os empréstimos bancários como uma função inversa da taxa de juros convencional. O sinal da equação 25d foi negativo, indicando que, quanto maior a taxa de juros que remunera os depósitos, menor será o estímulo a emprestar por parte do banco. A expressão 25f mostra que um aumento na alíquota de compulsório reduz os empréstimos bancários. Por fim, a expressão 25g mostra o coeficiente do grau de concentração com sinal positivo, já que $2l_1c_1 - l_2^2 > 0$.

2.3.3 – O *spread* ótimo do banco

Sabendo-se que o *spread* bancário ótimo é igual à diferença entre a taxa ótima de juros de empréstimos (r_L) e a taxa ótima de juros de depósito (r_d), para encontrá-lo deve-se inicialmente determinar cada uma dessas taxas ótimas de juros. Colocando r_L em evidência na equação 22a, obtém-se a taxa de juros que remunera os empréstimos:

$$r_L = \frac{1}{2}\left\{\frac{\gamma_0\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) - a\gamma_2}{\left[\gamma_1\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) + \gamma_2\right]}\right\} \tag{26}$$

Dessa forma, as únicas variáveis que afetam a taxa de juros de empréstimos que maximiza o lucro do banco são a taxa básica de juros, o coeficiente de amortização das dívidas, a taxa de retorno sobre o capital e do grau de endividamento das empresas não-financeiras. Note que a taxa de juros que remunera os empréstimos bancários é independente de variações no grau de concentração do setor bancário, do coeficiente de reservas requeridas pelo banco central e da taxa de juros de convenção.

Resolvendo a equação 22b para r_d, chega-se à seguinte expressão:

$$r_d = r_0 + \frac{\left(1-\tau\right)\phi_1}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} r_W - \frac{\left(1+\phi_1 c_1\right)\phi_3}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} s_i + \frac{l_2\phi_1}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} R - \frac{\left(1+\phi_1 c_1\right)\phi_2}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} L \tag{27}$$

Para encontrar a taxa ótima de juros que remunera os depósitos, deve-se encontrar antes a posição líquida defensiva ótima. Substituindo a equação 25 em 23, obtém-se a seguinte expressão:

$$R = R_0 + \frac{l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)} E_L + \frac{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}\left(\left(1+\varepsilon\right) r_B - \varepsilon\bar{r}_B)\right) + \ldots$$

$$\ldots + \left[\frac{c_2 l_2\phi_1 - \left(1-\tau\right)\phi_2 l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}\right] r_d - \left\{\frac{\left[1 - \left(1-\tau\right)\phi_2\right] l_2\phi_2 + \left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}\right\} r_w + \ldots$$

$$\ldots + \left[\frac{c_2 l_2\phi_3}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}\right] s_i \tag{28}$$

onde $R_0 = \dfrac{\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right)\left(l_0 + l_2\phi_0\right)}{\left(2l_1\left(c_2 + c_1\phi_2^2\right) - l_2^2\phi_2^2\right)}$

A expressão 28 apresenta a posição líquida defensiva como função inversa do retorno mínimo sobre o capital próprio e da taxa de juros convencional, mas direta do retorno esperado dos empréstimos pagos, da taxa básica de juros, da taxa de juros sobre os depósitos e do grau de concentração.

Substituindo as equações 25 e 28 em 27, e fazendo os algebrismos necessários, chega-se à expressão que representa a taxa ótima de juros que remunera os depósitos bancários:

$$r_d = r_0 + \frac{\left(1-\tau\right)\phi_1}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} r_W - \frac{\left(1+\phi_1 c_1\right)\phi_3}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} s_i + \frac{l_2\phi_1}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} \Bigg\{ R_0 + \ldots$$

$$\ldots + \frac{l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} E_L + \frac{\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} \left(\left(1+\varepsilon\right)r_B - \varepsilon\bar{r}_B\right) + \ldots$$

$$\ldots + \left[\frac{c_2 l_2\phi_1 - \left(1-\tau\right)\phi_2 l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)}\right] r_d - \left\{\frac{\left[1-\left(1-\tau\right)\phi_2\right]l_2\phi_2 + \left(c_2+c_1\phi_2^2\right)}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)}\right\} r_w + \ldots$$

$$\ldots + \left[\frac{c_2 l_2\phi_3}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)}\right] s_i \Bigg\} \frac{\left(1+\phi_1 c_1\right)\phi_2}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]} \Bigg\{ L_0 + \frac{2l_1}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} E_L + \ldots$$

$$\ldots + \frac{l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} \left[r_B + \varepsilon\left(r_B - \bar{r}_B\right)\right] - \frac{\left\{l_2^2\phi_2\phi_1 + 2l_1\left[c_1\phi_2\phi_1 + \phi_2\right]\right\}}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} r_d - \ldots$$

$$\ldots - \frac{2l_1\left[1-\left(1-\tau\right)\phi_2\right]-l_2\phi_2}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} r_W + \frac{\left(2l_1 c_1 - l_2^2\right)\phi_2\phi_3}{\left(2l_1\left(c_2+c_1\phi_2^2\right)-l_2^2\phi_2^2\right)} s_i \Bigg\}$$

Na forma reduzida, a expressão é dada por:

$$A_0 r_d = r_0' - A_1 E_L + A_2 r_W - A_3 s_i + A_4 r_B$$

$$r_d = r_0^* - \frac{A_1}{A_0} E_L + \frac{A_2'}{A_0} r_W - \tau\frac{A_2''}{A_0} r_W - \frac{A_3}{A_0} s_i + \frac{A_4}{A_0} r_B$$

onde r_0' é uma constante dada por $r_0' = \left\{\dfrac{l_2\phi_1 R_0 - \left(1+\phi_1 c_1\right)\phi_2 L_0 - \left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right] r_0}{\left[\left(2+\phi_1 c_1\right)\phi_1\right]}\right\}$ e $r_0^* = \dfrac{r_0'}{A_0}$

Os demais coeficientes podem ser representados conforme as expressões a seguir:

$$A_0 = \left\{ \frac{2\phi_1 l_2^2 \phi_2^2 + c_1 l_2^2 \phi_1^2 \phi_2^2 + c_2 l_2^2 \phi_1^2 + \left[1-(1-\tau)l_2\right]\left[l_2\phi_1\phi_2^2\right] + 2l_1\phi_2^2 + l_2\phi_2^2 c_1 + (1-c_1)(2l_1\phi_1^2\phi_2^2) - (4+2c_1\phi_1^2)(l_1\phi_1 c_2)}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} \right\} > 0$$

$$A_1 = -\left\{ \frac{2\phi_2 l_1 + \phi_1\phi_2(2l_1 c_1 - l_2^2)}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} \right\} < 0$$

$$A_2 = \frac{(1-\tau)\phi_1\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right) + l_2\phi_1\left\{\left[1-(1-\tau)\phi_2\right]l_2\phi_2 + (c_2+c_1\phi_2^2)\right\} + (1+\phi_1 c_1)\phi_2\left(2l_1 + \phi_2\left[l_2 - 2(1-\tau)l_1\right]\right)}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} <> 0$$

$$A_2' = \frac{\phi_1\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right) + l_2\phi_1\left\{\left[1-\phi_2\right]l_2\phi_2 + (c_2+c_1\phi_2^2)\right\} + (1+\phi_1 c_1)\phi_2\left(2l_1 + \phi_2\left[l_2 - 2l_1\right]\right)}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} <> 0$$

$$A_2'' = -\left\{ \frac{2\phi_1 l_1 c_2 - 2\phi_1 l_2^2\phi_2^2 - 2l_1\phi_2^2}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} \right\} < 0$$

$$A_3 = -\left\{ \frac{\left[2(1+\phi_1 c_1)\phi_3\phi_2^2 + \phi_1 c_2\phi_3\right](2l_1 c_1 - l_2^2) + 2l_1 c_2\phi_3}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} \right\} < 0$$

$$A_4 = \left\{ \frac{(1+\varepsilon)l_2\left[c_2\phi_1 - \phi_2^2\right]}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} \right\} <> 0$$

$$A_5 = -\left\{ \frac{\varepsilon\, l_2\left[c_2\phi_1 - \phi_2^2\right]}{\left[(2+\phi_1 c_1)\phi_1\right]\left(2l_1(c_2+c_1\phi_2^2) - l_2^2\phi_2^2\right)} \right\} <> 0$$

O sinal do coeficiente da expressão A_0 é ambíguo, mas para se obter uma intuição sobre qual sinal prevalece basta supor inicialmente que $c_2 = 0$, assim chega-se à conclusão de que $A_0 > 0$. Com efeito, uma condição suficiente para esse resultado é que $c_2 l_2^2 \phi_1^2 > (4 + 2c_1\phi_1^2)(l_1\phi_1 c_2)$ ou $l_1 < \dfrac{l_2^2\phi_1}{4+2c_1\phi_1^2}$. Os sinais observados em A_1 e A_3 são imediatos, ou seja, um aumento no retorno esperado pelos empréstimos ou no grau de concentração reduz a taxa de juros que remunera os depósitos à vista.

No tocante ao retorno mínimo sobre o capital próprio, ainda que o coeficiente de A_2 seja ambíguo, uma condição suficiente para que um aumento em r_w implique um aumento na taxa de juros que remunera os depósitos é que $l_2 > 2(1-\tau)l_1$. De A_2 pode-se separar o efeito do retorno mínimo sobre o capital próprio puro (doravante A_2') e o da alíquota do compulsório (denominado A_2''). Isto posto, nota-se que o *coeficiente puro* de A_2 também é ambíguo, mas a condição $l_2 > 2l_1$ é suficiente para que o sinal seja positivo ($A_2' > 0$). Por outro lado, pode-se extrair de A_2 o coeficiente da alíquota de compulsório (A_2'') e, portanto, obter uma intuição sobre o sinal. Supondo inicialmente que $\phi_1 = 0$, observa-se que $A_2'' > 0$. Diferenciando $\frac{\partial A_2''}{\partial \tau}$ temos que uma condição suficiente para o sinal ser negativo é que $c_2 > \frac{\phi_2^2\left(\phi_1 l_2^2 + l_1\right)}{\phi_1 l_1}$. Esse resultado mostra que, se o custo dos empréstimos bancários for maior do que um certo valor crítico, um aumento da alíquota do compulsório faz com que o banco reduza a taxa de juros que remunera os depósitos e, conseqüentemente, aumente o *spread* bancário.

O modelo permite ainda fazer algumas considerações a respeito dos efeitos das taxas de juros básica e convencional. Dado que A_4 tem um sinal ambíguo, nada se pode afirmar *a priori* sobre o efeito de um aumento da taxa básica sobre a taxa que remunera os depósitos à vista. Esse resultado reforça a tese de que um aumento da taxa básica de juros afeta *positivamente* o *spread* bancário. Contudo, ainda que $A_4 > 0$, ou seja, que $\phi_1 > \frac{\phi_2^2}{c_2}$, bastava ser atendida a condição de que $(\alpha_B \gamma_0 A_0)/\{2\,\gamma_1[(r_k \alpha_k + r_B \alpha_B) + \gamma_2]\} > A_4$ para o aumento na taxa básica de juros afetar positivamente o *spread* bancário. A propósito, assumindo que $\phi_1 > \frac{\phi_2^2}{c_2}$, então $A_5 < 0$, ou seja, o coeficiente taxa de juros convencional é negativo, de modo que o efeito sobre o *spread* bancário é maior do que zero.

Do exposto, o modelo permite extrair alguns aspectos importantes, conforme a expressão a seguir:

$$s_B = r_L - r_D = s_0 + \frac{1}{2}\left\{\frac{\gamma_0\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) - a\gamma_2}{\left[\gamma_1\left(r_k\alpha_k + r_B\alpha_B\right) + \gamma_2\right]}\right\} + \frac{A_1}{A_0}E_L - \frac{A_2'}{A_0}r_W + \frac{A_2''}{A_0}\tau + \frac{A_3}{A_0}s_i + \left[\frac{A_4}{A_0}\right]r_B + \left[\frac{A_5}{A_0}\right]\bar{r}_B \tag{31}$$

Assim, pode-se apresentar implicitamente a equação do *spread* conforme a expressão 32:

$$s_B = r_L - r_D = f\left(\overset{+}{\alpha_k}, \overset{+}{E_L}, \overset{-}{r_w}, \overset{+}{\tau}, \overset{+}{r_B}, \overset{+}{\overline{r}_B}, \overset{+}{s_i}\right) \quad (32)$$

A equação 32 apresenta o *spread* bancário como função do grau de endividamento das empresas, taxa esperada de retorno dos empréstimos, da taxa mínima de retorno sobre o capital próprio, da alíquota do compulsório, do grau de concentração do setor bancário, da taxa de juros básica e da taxa de juros convencional. Assim, esse modelo permite obter algumas conclusões importantes, quais sejam:

i) a primeira conclusão a ser destacada é que o aumento no *grau de endividamento* das empresas afeta positivamente a taxa de juros que remunera os empréstimos bancários e, portanto, o *spread* bancário;

ii) a segunda conclusão importante desse modelo é que um aumento da *taxa básica de juros* induz um aumento da taxa de juros dos empréstimos e da taxa de juros paga sobre os depósitos à vista, sendo que o efeito final sobre *o spread* bancário é positivo, pois a primeira aumenta mais do que a segunda;

iii) a terceira conclusão é que um aumento da *taxa de juros convencional* irá reduzir a taxa de juros dos depósitos e aumentar o *spread* bancário;

iv) a quarta conclusão é que o aumento do *grau de concentração* do setor bancário induz o banco a reduzir a taxa de juros que remunera os depósitos, causando, dessa forma, um aumento do *spread* bancário;

v) a última conclusão fundamental do modelo aqui exposto é que um aumento na *alíquota do compulsório* afeta positivamente o *spread* bancário, de modo que o compulsório pode ser considerado um determinante importante do *spread*.

2.4 – CONCLUSÃO

O presente capítulo teve por objetivo avançar na elaboração de uma teoria pós-keynesiana de firma bancária, considerando que as empresas não-financeiras aplicam em títulos públicos e introduzindo no modelo a discussão sobre a taxa de juros convencional. Nesse contexto, para uma certa constelação de valores dos parâmetros, um aumento na taxa básica de juros afeta positivamente a posição líquida defensiva e o volume ofertado de empréstimos bancários. Esse resultado é interessante por mostrar que um aumento na taxa básica de juros aumenta a taxa de juros que remunera os depósitos e o passivo do banco na forma de depósitos à vista (efeito riqueza), conseqüentemente aumentando a posição líquida defensiva e o volume ofertado de empréstimos bancários. O modelo mostra ainda os empréstimos bancários como função inversa da alíquota do compulsório e da taxa de juros convencional.

Assim como no modelo original, a taxa de juros dos empréstimos não é afetada por variações no grau de concentração do setor bancário, dependendo unicamente de variáveis relacionadas ao nível de "fragilidade financeira" das empresas como, por exemplo, o grau de endividamento e o prazo médio de vencimento dessas dívidas junto aos credores. Entretanto, no presente modelo, acréscimos da taxa básica de juros reduzem a fragilidade financeira percebida pelo banco, tendo em vista que as empresas não-financeiras aplicam em títulos públicos.

No tocante ao *spread* bancário, uma elevação da taxa básica de juros produz um aumento tanto da taxa de juros dos empréstimos quanto da taxa de juros dos depósitos, mas o primeiro efeito prevalece de modo que a taxa básica de juros afeta positivamente o *spread*. O modelo mostra ainda que o grau de concentração do setor bancário, a alíquota do compulsório e a taxa de juros convencional também afetam positivamente o *spread* bancário.

Como corolário dessa argumentação segue-se que uma redução permanente do *spread* bancário pode ser obtida por intermédio de uma política de redução da taxa básica de juros e/ou por intermédio de uma mudança nas convenções sociais a respeito do valor "seguro" ou "normal" da taxa de juros.

2.5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASIMAKOPULOS, A. (1991) *Keynes´s General Theory and Accumulation*. Cambridge University Press.

BALTENSPERGER, E. (1980) "Alternative Approaches to the Theory of the Banking Firm". *Journal of Monetary Economics*, 6.

BARBOSA, F. H. (2005) "The contagion effect of public debt on monetary policy: the Brazilian experience." Disponível em: http://epge.fgv.br/portal/pesquisa/producao/6054.html

BERNANKE, B.S. (1993) "Credit in the Macroeconomy". *Federal Reserve Bank of New York Quarterly Review*, v. 18, n. 1.

BERNANKE, B.S.; BLINDER, A. S. (1988) "Credit, Money and Aggregate Demand", *American Economic Review*, v. 78, n. 2.

BERNANKE, B.S.; GERTLER, M. (1995) "Inside the Black Box: The Credit Channel of Monetary Policy Transmission". *Journal of Economic Perspectives*, vol. 9, n. 4.

CARVALHO, F.C. (1992*) Mr. Keynes and the Post Keynesians*. Edward Elgar: Alderhot.

_____. (1998) "On Bank´s Liquidity Preference". *Papers and Proceedings Fifht International Workshop in Post Keynesian Economics*, Knoxville.

CECCHETTI, S.G. (1995) "Distinguishing Theories of the Monetary Transmission Mechanism". *Federal Reserve of St. Louis Revie*w, v. 77, n. 3.

DREIZZEN, J. (1985) *O Conceito de Fragilidade Financeira num Contexto Inflacionário*. Prêmio BNDES de Economia.

DYMSKI, G. (1989) "A Keynesian Theory of Banking Behavior". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. X, n. 4.

_____. (1999) *The Bank Merger Wave*. Nova York: M.E Sharpe.

FREIXAS, X.; ROCHET, J.-C. (1997) *Economía Bancaria*. Barcelona: Antoní Bosch.

GERTLER, M. (1997) "Financial Structure and Aggregate Activity: An Overview". *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 20, n. 3, parte 2.

KEYNES, J.M. (1936*) The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: MacMillan.

KLEIN, M. (1971) "A Theory of the Banking Firm". *Journal of Money, Credit and Banking*, maio.

MINSKY, H.P. (1975) *John Maynard Keynes*. Nova York: Columbia University Press.

_____. (1982) *Can "It" Happen Aggain?*. Nova York: M.E. Sharpe.

MOORE, B. (1988) *Horizontalists and Verticalists*. Cambridge: Cambridge University Press.

NAKANO, Y. (2005) "O Regime Monetário, a Dívida Pública e a Alta Taxa de Juros". *Revista Conjuntura Econômica,* v. 59*,* n. 11, p. 10–11.

PAULA, L.F. (1999) "A Teoria da Firma Bancária". In: Lima, G.T *et al. Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus.

SANTOMERO, A. (1984) "Modelling the Banking Firm". *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 16, n. 4.

STIGLITZ, J.; GREENWALD, B. (2003) *Towards a New Paradigm in Monetary Economics*, Cambridge: Cambridge University Press.

STIGLITZ, J.; WEISS, A. (1981) "Credit Rationing in Markets with Imperfect Information". *American Economic Review*, 71.

TOBIN, J. (1971) *Essays in Economics*, vol I: Macroeconomics. Amsterdam: North-Holland Publishing Company.

_____. (1998) *Money, Credit and Capital*. Nova York: McGraw-Hill.

WALSH, C.E. (2001) *Monetary Theory and Policy*. Cambridge (Mass.): MIT Press.

Organizadores: Luiz Fernando de Paula e José Luís Oreiro

Autores: Adriana Amado • Alexandre Marinho • André de Melo Modenesi • Elisângela Sanches • Fernando Cardim de Carvalho • Gary Dymski • Guilherme Jonas Costa da Silva • João Adelino de Faria • José Luís Oreiro • Marco Crocco • Luiz Fernando de Paula • Manoel Carlos de Castro Pires • Melissa Menezes • Rodrigo Mendes Leal • Rogério Sobreira

SISTEMA FINANCEIRO

Uma análise do setor bancário brasileiro

ELSEVIER

EDITORA CAMPUS

Organizadores: Luiz Fernando de Paula e José Luís Oreiro

Autores: Adriana Amado • Alexandre Marinho • André de Melo Modenesi • Elisângela Sanches • Fernando Cardim de Carvalho • Gary Dymski • Guilherme Jonas Costa da Silva • João Adelino de Faria • José Luís Oreiro • Marco Crocco • Luiz Fernando de Paula • Manoel Carlos de Castro Pires • Melissa Menezes • Rodrigo Mendes Leal • Rogério Sobreira

SISTEMA FINANCEIRO

Uma análise do setor bancário brasileiro

A equipe PRONEX agradece o apoio.

FAPERJ

CT BRASIL
Ministério da Ciência e Tecnologia

Os organizadores e os autores não recebem quaisquer direitos autorais pela publicação das suas pesquisas neste livro.

ELSEVIER

EDITORA CAMPUS

© 2007, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque
Ivone Teixeira

Editoração Eletrônica
Diagrama Ação – Produção Editorial

Revisão Gráfica
Marília Pinto de Oliveira
Marco Antônio Correa

Projeto Gráfico
Elsevier Editora, Ltda.
A Qualidade da Informação
Rua Sete de Setembro, 111 – 16° andar
20050-006 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefone: (21) 3970-9300 Fax: (21) 2507-1991
E-mail: *info@elsevier.com.br*

Escritório de São Paulo
Rua Quintana, 753/8° andar
CEP 04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5105-8555

ISBN 13: 978-85-352-2328-6
ISBN 10: 85-352-2328-2

Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

Central de atendimento
Telefone: 0800-265340
Rua Sete de Setembro, 111, 16° andar – Centro – Rio de Janeiro
e-mail: *info@elsevier.com.br*
site: *www.campus.com.br*

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S636

Sistema financeiro : uma análise do setor bancário / Adriana Amado... [et al.]. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2007.
il.
Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-352-2328-6

1. Instituições financeiras - Brasil. 2. Bancos - Brasil. I. Amado, Adriana.

07-0461. CDD: 332.10981
CDU: 336.7(81)

12.02.07 16.02.07 000484

Sumário

AGRADECIMENTOS VII

PREFÁCIO: *Fernando J. Cardim de Carvalho* IX

APRESENTAÇÃO: *Luiz Fernando de Paula e José Luís da Costa Oreiro* XV

PARTE I: Fundamentos Teóricos e Modelos Keynesianos de Bancos

Capítulo 1 – Sobre a preferência pela liquidez dos bancos
Fernando J. Cardim de Carvalho 3

Capítulo 2 – Taxa de juros convencional e rentismo em um modelo pós-keynesiano de firma bancária
Guilherme Jonas Costa da Silva e José Luís da Costa Oreiro 23

Capítulo 3 – Racionamento de crédito e comportamento da firma bancária: uma abordagem pós-keynesiana
Rogério Sobreira 45

Capítulo 4 – Teoria da intermediação financeira, o modelo ECD e sua aplicação aos bancos: uma resenha
André de Melo Modenesi 61

PARTE II: Competição, Regulação e Eficiência do Setor Bancário Brasileiro

Capítulo 5 – Estrutura e padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese para investigação e alguma evidência preliminar
Fernando J. Cardim de Carvalho 103

Capítulo 6 – Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições
João Adelino de Faria, Luiz Fernando de Paula e Alexandre Marinho 125

Capítulo 7 – Regulação prudencial na encruzilhada: depois de Basiléia II, o dilúvio?
Fernando J. Cardim de Carvalho 155

PARTE III: Determinantes Macroeconômicos do *Spread* Bancário

Capítulo 8 – Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário: uma análise preliminar para economias emergentes
Luiz Fernando de Paula e Manoel Carlos de Castro Pires 171

Capítulo 9 – *Spread* bancário no Brasil: uma avaliação empírica recente
Guilherme Jonas Costa da Silva, José Luís da Costa Oreiro e Luiz Fernando de Paula 191

Capítulo 10 – Estrutura e determinantes do *spread* bancário no Brasil após 1994: uma análise da literatura empírica
Rodrigo Mendes Leal 221

PARTE IV: Exclusão Financeira e Desenvolvimento Regional

Capítulo 11 – Exclusão e eficiência: a transformação global do *core banking*, um estudo de caso sobre o Brasil
Gary Dymski 255

Capítulo 12 – Sistema financeiro e desenvolvimento regional: notas exploratórias
Melissa Menezes, Marco Crocco, Elisângela Sanches e Adriana Amado 285

Autores e Organizadores 307

Demais Autores 308

Capítulo 9

Spread Bancário no Brasil: uma Avaliação Empírica Recente

Guilherme Jonas Costa da Silva, José Luís da Costa Oreiro e Luiz Fernando de Paula

9.1 – INTRODUÇÃO

Vários estudos internacionais têm destacado a importância dos fatores macroeconômicos na determinação do *spread* bancário, tais como taxa de inflação, taxa de juros e sua volatilidade, PIB, capacidade utilizada etc. No caso do Brasil, considerando a instabilidade macroeconômica que tem caracterizado a economia brasileira — expressa, por exemplo, no movimento de *stop-and-go* da economia e nas elevadíssimas taxas de juros básica —, é de se esperar que tais fatores tenham uma importância significativa na explicação do *spread*. A questão ganha maior relevância ao se constatar que, apesar da queda da taxa de juros que ocorreu a partir de meados de 1999, o *spread* bancário no Brasil ainda se mantém em patamares elevadíssimos em termos internacionais, situando-se ao redor de 40% nos últimos anos. De fato, um dos principais fatores que impede o crescimento do crédito no Brasil são as elevadíssimas taxas de juros dos empréstimos que têm sido praticadas no país, o que explica, ao menos em parte, a alta rentabilidade dos grandes bancos varejistas. Por sua vez, o baixo nível de crédito no Brasil é um dos fatores que têm contribuído para que a economia cresça abaixo de seu potencial.

Neste sentido, Afanasieff et al. (2002), utilizando a abordagem de dois passos de Ho & Saunders (1981), investigaram se os fatores macro e microeconômicos são relevantes para explicar o comportamento do *spread* no país, e concluíram que os resultados sugerem que variáveis macroeconômicas — como a taxa básica de juros e o crescimento do produto — são os fatores mais relevantes para explicar tal comportamento. Esse resultado, contudo, não é surpreendente, considerando que outros estudos internacionais apresentam

evidências de que a incerteza do ambiente econômico que envolve os bancos parece ser uma importante causa dos *spreads* bancários (Saunders & Schumacher, 2000; Brock & Suarez, 2000).

O presente capítulo objetiva aprofundar a discussão sobre a determinação do *spread* bancário no Brasil, procurando, em particular, analisar os determinantes macroeconômicos do *spread* no período recente. Para tanto, o capítulo está estruturado em seis seções, além desta introdução.[1] Na Seção 9.2 é realizada uma revisão na literatura sobre os determinantes do *spread*, enquanto a Seção 9.3 avalia brevemente alguns estudos de caso. A Seção 9.4, por sua vez, efetua uma análise da evolução e dos determinantes do *spread* bancário no Brasil. Já na Seção 9.5 realiza-se uma análise a partir de vetores auto-regressivos com o intuito de identificar as variáveis macroeconômicas que podem estar influenciando direta ou indiretamente o *spread* no país no período 1994/2003. A Seção 9.6 — a título de conclusão — sumaria as principais conclusões do capítulo.

9.2 – OS DETERMINANTES DO *SPREAD* BANCÁRIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA CONVENCIONAL

A literatura teórica convencional sobre os determinantes do *spread* bancário tem se desenvolvido em torno de duas principais abordagens. Na primeira abordagem ("modelos de monopólio"), cujo trabalho seminal é de Klein (1971), o banco é visto como uma *firma* cuja principal atividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários, representada por uma função do tipo custo $C(D,L)$.[2] A atividade da firma bancária se desenvolve, via de regra, num ambiente de mercado que é caracterizado pela presença de concorrência monopolista ou imperfeita, tanto no mercado de crédito como no mercado de depósitos. Isso significa que o banco tem poder de monopólio na fixação da taxa de juros em pelo menos um dos mercados em que opera, normalmente o mercado de crédito, comportando-se como um estabelecedor de preços (*price setter*). Esse poder de monopólio explicaria a escala de operação e as estruturas ativa e passiva do banco, levando em conta que as decisões de um banco individual seriam capazes de afetar as taxas que remuneram os

[1] As seções 2, 3 e 4 deste capítulo estão baseadas em Oreiro et al. (2006).

[2] Onde D é o volume de depósitos "produzido" pelo banco e L é o volume de empréstimos. É feita a suposição tradicional de que o custo marginal dos empréstimos e dos depósitos é positivo e crescente, ou seja, $\frac{\partial C}{\partial D} > 0; \frac{\partial C}{\partial L} > 0; \frac{\partial^2 C}{\partial D^2} > 0; \frac{\partial^2 C}{\partial L^2} > 0$ (cf. Freixas & Rochet, 1999, p. 67–68).

componentes do passivo, assim como aqueles integrantes do ativo bancário. Portanto, o *spread bancário* reflete fundamentalmente — nesta abordagem — o "grau de monopólio" do banco, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos. Nesse contexto, seja r a taxa de juros prevalecente no mercado interbancário, r_l a taxa de juros cobrada dos empréstimos feitos pelo banco, r_d a taxa de juros paga pelos depósitos feitos junto ao banco, α as reservas compulsórias como proporção do volume de depósitos do banco, ε_L a elasticidade-juros da demanda de empréstimos, ε_D a elasticidade-juros da oferta de depósitos, C'_L o custo marginal dos serviços de empréstimos e C'_D o custo marginal dos serviços de depósitos. Supondo que o banco seja *neutro ao risco*,[3] e que o seu comportamento seja pautado pela maximização de lucros, pode-se demonstrar que a margem ótima de intermediação nos empréstimos e nos depósitos é dada por:[4]

$$\frac{1}{\varepsilon_L^*} = \frac{r_L^* - \left(r + C'_L\right)}{r_L^*} \tag{1}$$

$$\frac{1}{\varepsilon_D^*} = \frac{r(1-\alpha) - C'_D - r_D^*}{r_D^*} \tag{2}$$

As equações 1 e 2 estabelecem que a firma bancária, atuando em condições de concorrência monopolista, fixa os preços de seus serviços de empréstimos e de depósitos de tal forma que os *índices de Lerner* sejam iguais ao inverso da elasticidade-juros das funções de demanda de empréstimos e de oferta de depósitos. Daqui se segue que, quanto menos sensíveis forem as funções de demanda de empréstimos e de oferta de depósitos às variações da taxa de juros, maior será a margem de intermediação dos bancos, tanto nas operações de empréstimos como na captação de depósitos e, portanto, maior o *spread* bancário.

Uma implicação importante dessa abordagem é que a eliminação das restrições governamentais referentes à área geográfica de atuação dos bancos pode contribuir para a redução do *spread* bancário. Isso porque a presença de vários bancos numa mesma região atua no sentido de aumentar o grau de substitubilidade entre os serviços de depósitos oferecidos pelos bancos. Dessa forma, a

[3]Isso significa dizer que o banco só se preocupa com o valor esperado dos seus lucros, não dando importância à dispersão dos lucros em torno do valor esperado. Nesse caso, o objetivo do banco será a maximização do lucro esperado, em vez da maximização da utilidade esperada do lucro.

[4]Ver Freixas & Rochet (1999, cap.3).

elasticidade-juros da oferta de depósitos deve aumentar, forçando os bancos a elevar a taxa de juros para a captação de depósitos (cf. Klein, 1971, p. 217). Um resultado semelhante poderia, a princípio, ser obtido por intermédio da eliminação das barreiras legais à atuação de bancos estrangeiros num dado país.

Se a estrutura de mercado for do tipo oligopolista, quer na concessão de empréstimos quer na captação de recursos, então a margem ótima de intermediação dos empréstimos e dos depósitos é dada por:[5]

$$\frac{s}{\varepsilon_L^*} = \frac{r_L^* - \left(r + C_L'\right)}{r_L^*} \tag{3}$$

$$\frac{s}{\varepsilon_D^*} = \frac{r(1-\alpha) - C_D' - r_D^*}{r_D^*} \tag{4}$$

onde s é o *market-share* do n-ésimo banco.

Com base nas equações 3 e 4 podemos constatar que a margem de intermediação do banco nas operações de empréstimo e de captação de depósitos é uma função crescente do *market-share* do banco. Dessa forma, uma redução do número de firmas bancárias em função, por exemplo, da ocorrência de um processo de fusões e aquisições de bancos, irá resultar num aumento da concentração bancária e, portanto, num aumento das margens de intermediação. Daqui se segue que uma das previsões desse modelo é que o *spread bancário* é uma função crescente do *grau de concentração do setor bancário* como um todo.

Na segunda abordagem, cujo trabalho seminal é de Ho & Saunders (1981),[6] o banco é visto não como uma firma, mas como um simples intermediário entre o tomador final (as firmas) e o emprestador último (as famílias). Essa atividade de intermediação está, no entanto, sujeita a dois tipos de incerteza. Em primeiro lugar, existe a incerteza gerada pela falta de sincronização entre depósitos e empréstimos. Essa falta de sincronização impõe um risco de taxa de juros para o banco. Para que possamos entender o porquê disso, consideremos que o banco se defronte com uma demanda inesperadamente alta de empréstimos, demanda essa superior ao volume recebido de depósitos e as suas reservas livres. Nesse caso, ele se verá obrigado a financiar a demanda excessiva de crédito no mercado interbancário, incorrendo assim em um risco de refinanciamento caso haja um aumento da taxa de juros (cf. Maudos & Guevara, 2003, p. 4). Por outro lado, se o banco se defrontar com uma oferta inespera-

[5]Ver Freixas & Rochet (1999, cap.3).

[6]Extensões do modelo básico de Ho & Saunders foram feitas por Allen (1988), McChane & Sharpe (1985), Angbazo (1997) e Maudos & Guevara (2003). No que se segue iremos trabalhar com a extensão mais recente desenvolvida pelos últimos autores.

damente alta de depósitos, cuja magnitude seja superior ao volume de empréstimos concedido pelo banco no mesmo período, então ele deverá aplicar esse excesso de recursos no mercado interbancário. Dessa forma, o banco estará incorrendo em risco de reinvestimento caso haja uma redução da taxa de juros (ibid, p. 4).

Em segundo lugar, a atividade de intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos. Essa incerteza decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida em função da inadimplência voluntária ou não dos tomadores. O percentual de empréstimos em *default*, contudo, não é uma variável conhecida *ex-ante* pelo banco, o qual pode apenas estimar uma probabilidade de *default*.

Uma característica comum entre as abordagens de Klein e Ho & Saunders é a suposição de que os bancos têm poder de mercado, ou seja, assume-se em ambas as abordagens que os bancos têm liberdade para fixar o nível da taxa de juros cobrada sobre as operações de crédito e paga sobre a captação de depósitos. No entanto, ao contrário da abordagem de Klein, se supõe que o banco é um agente *avesso ao risco* na abordagem de Ho & Saunders. Em outras palavras, o objetivo do banco não é a maximização do lucro esperado, mas sim a maximização da utilidade esperada do lucro. Nesse contexto, demonstra-se que o *spread ótimo* (s^*) é dado por:[7]

$$s^* = \frac{1}{2}\left(\frac{\alpha_D}{\beta_D} + \frac{\alpha_L}{\beta_L}\right) + \frac{1}{2}\left(\frac{C(L)}{L} + \frac{C(D)}{D}\right) - \frac{1}{4}\frac{U''(\overline{W})}{U'(\overline{W})}\left[(L + 2L_0)\sigma_L^2 + (L + D)\sigma_M^2 + 2(M_0 - L)\sigma_{LM}\right] \quad (5)$$

onde α_D é o intercepto linear da função de probabilidade de chegada de um depósito no banco, β_D é a sensibilidade da probabilidade de chegada de um depósito no banco às variações da taxa de juros de captação, α_L é o intercepto linear da função de chegada de um pedido de empréstimo no banco, β_L é a sensibilidade da probabilidade de chegada de um pedido de empréstimo às variações da taxa de juros cobrada sobre as operações de crédito; *C(L)/L* é o custo médio das operações de crédito; *C(D)/D* é o custo médio das operações de captação de depósitos; $\overline{W}$ é o estoque final de riqueza do banco; $-\left[\frac{U''(\overline{W})}{U'(\overline{W})}\right]$ é o grau de aversão absoluta ao risco do banco;[8] σ_L^2 é o desvio-padrão da taxa de retorno dos empréstimos (medida do risco de crédito do banco); σ_M^2 é o

[7]Ver Maudos & Guevara (2003).

[8]Note que $U'(.) > 0$ e $U''(.) < 0$ em função da hipótese de aversão ao risco.

desvio-padrão da taxa de retorno das aplicações/empréstimos no mercado interbancário (medida do risco de taxa de juros do banco); σ_{LM} é a co-variância entre o risco de crédito e o risco de taxa de juros; L_0 é o estoque inicial de empréstimos do banco; M_0 é a posição líquida inicial do banco no mercado interbancário.

Com base na equação 5, podemos concluir que os determinantes do *spread* bancário são:

- *a estrutura competitiva dos mercados*: quanto maior for a elasticidade-juro da demanda de empréstimos e da oferta de depósitos (ou seja, quanto menores forem os valores de β_L e β_D), menor será o *spread* ótimo;
- *o custo médio operacional do banco*: $\left[\frac{C(L)}{L} + \frac{C(D)}{D}\right]$;
- *o grau de aversão ao risco do banco*: $-\left[\frac{U''(\overline{W})}{U'(\overline{W})}\right]$;
- *a volatilidade da taxa de juros dos empréstimos interbancários*: σ_M^2
- *o risco de crédito*: σ_L^2
- *a co-variância entre o risco de crédito e o risco de taxa de juros*: σ_{LM}
- *o tamanho médio das operações de crédito e de depósitos do banco*: $(L + D)$.

Um aspecto importante da abordagem Ho & Saunders é que ela abre um espaço para a influência de variáveis macroeconômicas na determinação do *spread* bancário (cf. Saunders & Schumacher, 2000, p. 815). De fato, a volatilidade da taxa de juros cobrada sobre os empréstimos realizados no mercado interbancário é reflexo direto da *estabilidade macroeconômica* do país. Quanto mais instável for a economia de um dado país — por exemplo, quanto maior for a variabilidade da taxa de inflação e da taxa de câmbio —, maior será a volatilidade resultante da taxa básica de juros[9] e, por conseguinte, maior deverá ser o *spread* bancário.[10] Nesse contexto, o *spread* pode ser reduzido por intermédio de políticas macroeconômicas que diminua a *volatilidade da taxa básica de juros*.

---

[9]Principalmente no caso em que a política monetária é conduzida com base no sistema de *metas de inflação*.

[10]O risco de taxa de juros está relacionado ao risco de um banco ter um *spread* pequeno ou mesmo negativo em suas operações de intermediação financeira, devido às oscilações das taxas de juros de mercado: no momento de refinanciamento do ativo pode ocorrer uma variação nos custos de captação que pode ser incompatível com o rendimento esperado das aplicações. Conseqüentemente, os lucros podem ser reduzidos, caso um banco com uma grande quantidade de ativos com taxas de juros fixas venha a se deparar com um grande aumento nos custos de captação de curto prazo.

A instabilidade macroeconômica pode afetar o *spread* bancário por mais dois outros canais. O primeiro deles é o grau de aversão ao risco. Com efeito, a aversão ao risco dos bancos deve, em alguma medida, refletir a própria instabilidade do ambiente de mercado no qual eles operam. Quanto mais instável for esse ambiente, maior deve ser a aversão ao risco dos bancos. Sendo assim, um país que possua um histórico de grande instabilidade macroeconômica deverá possuir bancos que tenham um elevado grau de aversão ao risco.

O segundo canal é a co-variância entre o risco de taxa de juros e o risco de crédito. Uma elevada volatilidade da taxa básica de juros deve se traduzir, em alguma medida, numa alta variabilidade do nível de produção real. Nesse contexto, os lucros das firmas também deverão apresentar uma grande variabilidade, o que aumenta a probabilidade de *default* nos momentos em que os lucros estiverem abaixo do seu valor esperado. Daqui se segue que a instabilidade macroeconômica se reflete não apenas numa alta volatilidade da taxa de juros, como também num elevado risco de crédito, ou seja, essa instabilidade gera uma grande co-variância entre o retorno dos empréstimos e o retorno das aplicações no mercado interbancário. Com base na equação 5, observa-se que, quanto maior for essa co-variância, maior será o *spread* bancário.

Uma observação final é necessária a respeito da equação 5. O *spread* determinado por essa expressão deve ser entendido como o *spread bancário puro* (cf. Maudos & Guevara, 2003, p. 7). Na prática existem outras variáveis que explicam a margem de intermediação dos bancos mas cuja incorporação a um modelo teórico é difícil, quando não impossível. Essas variáveis estão relacionadas com os aspectos institucionais e regulatórios da atividade bancária. Daqui se segue que a margem efetiva de intermediação bancária é composta por dois elementos: o *spread* bancário puro (s^*) e a margem "suja" de intermediação (f), explicada por fatores institucionais e regulatórios.

9.3 – ESTUDOS DE CASOS INTERNACIONAIS

Nos últimos anos, uma vasta literatura empírica sobre os determinantes do *spread* bancário tem sido desenvolvida. Uma primeira vertente dessa literatura tem procurado testar empiricamente o modelo teórico de *spread* bancário desenvolvido por Ho & Saunders (1981). Alguns dos trabalhos mais importantes nessa linha de pesquisa são McShane & Sharpe (1985), Angbazo (1997), Saunders & Shumacher (2000) e Maudos & Guevara (2003).

A maior parte desses trabalhos utiliza a metodologia de estimação do "*spread* puro" desenvolvida pioneiramente por Ho & Saunders. Essa metodologia parte do pressuposto de que o *spread* efetivo é composto pelo *spread* puro ajustado

para cima ou para baixo pelo pagamento implícito de juros (isenção de tarifas para certas classes de clientes), pelo custo de oportunidade de retenção das reservas e pelas exigências de capital próprio advindas das normas de regulação e de supervisão bancária. Nesse contexto, o *spread* puro é estimado por intermédio de um processo em duas etapas. Na primeira etapa roda-se uma regressão *cross-section* da margem líquida de intermediação de cada banco do país selecionado em um determinado ano (cf. Saunders & Shumacher, 2000). Essa equação é dada por:

$$NIM_{ic} = \gamma_c + \sum_i \delta_j X_{jic} u_i \quad (6)$$

onde NIM_{ic} é a margem de intermediação do banco i no país c no período t; X_{jic} é o vetor de variáveis de controle (pagamento implícito de juros, custo de oportunidade das reservas e requerimento de capital próprio) do banco i no país c no período t; γ_c é a constante da regressão, a qual é uma estimativa do *spread puro* para todos os bancos do país c no período t.

Nessa primeira etapa roda-se a equação 6 para cada país da amostra selecionada ao longo do período de análise. No artigo de Saunders & Schumacher (2000), por exemplo, utiliza-se uma amostra com 746 bancos de sete países (Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Suíça) no período 1988–1995. Ao se repetirem essas regressões *cross-section* para os anos 1–8 do período em consideração obtêm-se oito estimativas de *spread puro* para cada país. Dessa forma, obtém-se uma série de oito períodos para o *spread* puro.

As estimativas de *spread puro* obtidas ao longo da primeira etapa variam ao longo do tempo e entre os países. Sendo assim, na segunda etapa roda-se uma regressão com dados em painel das estimativas do *spread puro* obtidas na primeira etapa contra uma série de variáveis que refletem a estrutura de mercado e os riscos da atividade de intermediação financeira. A equação a ser estimada é dada por:

$$\gamma_{tc} = \theta_0 + \sum_{c-1} \eta_c + \theta_1 \sigma_c \quad (7)$$

onde γ_{tc} é a série de tempo de *spread* puro (t = 1,...,8) para 7 países (c = 1,...,7); η_c é uma série de variáveis *dummy* que refletem os efeitos da estrutura de mercado sobre o *spread*; θ_1 é a sensibilidade do *spread* puro aos efeitos do risco de intermediação, σ_c é a volatilidade da taxa de juros prevalecente no mercado interbancário.

Essa metodologia tem a vantagem de separar a influência sobre o *spread puro* das variáveis macroeconômicas (como, por exemplo, a volatilidade da taxa de juros) da influência das variáveis microeconômicas (como, por exemplo, a estrutura de mercado do setor bancário).

Os resultados obtidos por Saunders & Schumacher (2000) foram os seguintes:

- entre as variáveis microeconômicas, aquela que tem maior impacto sobre o *spread* bancário é o pagamento implícito de juros. Em outras palavras, os bancos compensam a renúncia de receita na forma de isenção de tarifas com maior margem de intermediação financeira. O requerimento de capital próprio também apresentou uma influência positiva e estatisticamente significativa sobre o *spread* puro;
- a estrutura de mercado do setor bancário tem pouca influência sobre os *spreads*. Com efeito, apenas 0,20% das margens de intermediação pode, na média, ser explicada pelo poder de mercado dos bancos;
- a volatilidade da taxa de juros tem um impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o *spread* bancário. Isso significa que, quanto maior for a volatilidade da taxa básica de juros, maior será, em média, o *spread* cobrado pelos bancos.

Uma outra linha de investigação empírica sobre os determinantes do *spread* bancário em nível mundial é conduzida por Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999). Esses autores investigam os determinantes dos *spreads* através do uso de estatísticas bancárias desagregadas de 7.900 bancos comerciais de 80 países no período 1988–1995. As variáveis independentes utilizadas refletiram as características bancárias, as condições macroeconômicas,[11] a taxação dos bancos, os depósitos compulsórios e a estrutura financeira geral, incluindo indicadores institucionais. A equação de regressão usada no estudo é dada por:

$$I_{ijt} = \alpha_0 + \alpha_i B_{ijt} + \beta_j X_{jt} + \gamma_t T_t + \delta_j C_j + \varepsilon_{ijt} \qquad (8)$$

onde I_{ijt} é a margem líquida de intermediação ou a rentabilidade do banco i no país j no período t; B_{ijt} é o vetor de características do banco i no país j no período t; X_{jt} é o vetor de características do país j no período t; T_t e C_t são variáveis *dummy* para o período e o país, respectivamente; ε_{ijt} é um resíduo aleatório.

Segundo os autores, os *spreads* bancários são influenciados positivamente pela relação entre o capital próprio e os ativos totais defasados, pela razão entre os empréstimos e os ativos totais, por uma variável *dummy* relativa ao controle estrangeiro, pelo tamanho do banco (medido pelos ativos totais), pela razão entre os custos indiretos e os ativos totais, pela taxa de inflação e pela taxa real de juros

[11]As variáveis macroeconômicas incluem o PIB *per capita*, a taxa de crescimento do PIB real, a taxa de inflação e a taxa real de juros.

de curto prazo. Por outro lado, a razão entre os ativos que não rendem juros, como ativos fixos, e os ativos totais têm um impacto negativo sobre os *spreads*.

No que se refere às variáveis macroeconômicas, os autores concluem que a taxa de crescimento do PIB real e o PIB *per capita* não parecem ter, em nível mundial, qualquer impacto estatisticamente significativo sobre os *spreads*. A inflação, medida pelo deflator implícito do PIB, tem um impacto positivo, porém estatisticamente insignificante sobre a margem líquida de intermediação dos bancos. Por fim, a taxa real de juros tem um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre os *spreads*, mas esse efeito é menor nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento.

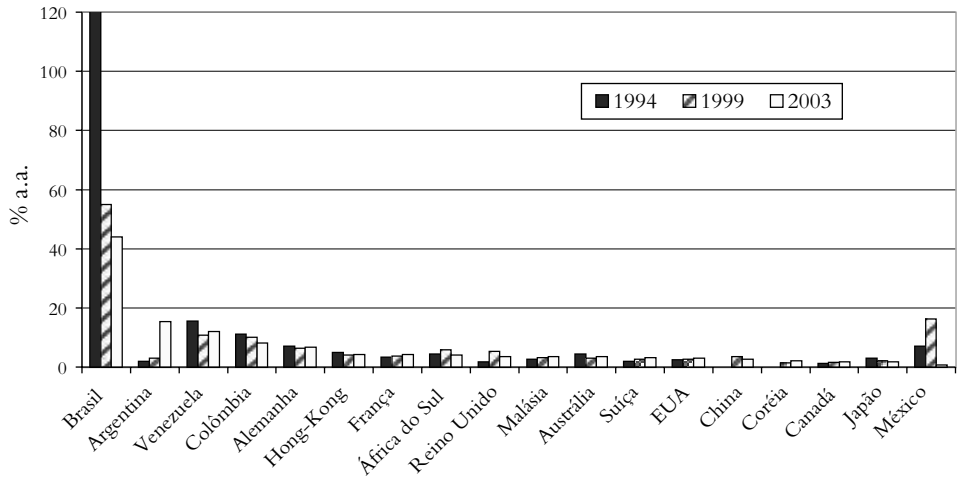
Uma análise empírica usando dados em painel sobre os determinantes do *spread* bancário nos países da América Latina é feita por Brock & Rojas-Suárez (2000). Nesse estudo, os autores utilizam uma amostra de bancos de seis países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, México e Peru) no período 1992–1996. A principal conclusão desse estudo é que a influência das variáveis microeconômicas — como, por exemplo, o risco de crédito e o requerimento de capital próprio — é condicional ao estado de solidez ou fragilidade dos sistemas bancários domésticos. Nesse contexto, observa-se que, para o subgrupo de países latino-americanos com sistemas bancários fracos/inadequadamente regulados,[12] o risco de crédito tem um *impacto negativo* e estatisticamente significativo sobre os *spreads* bancários. Em outras palavras, um aumento do percentual de empréstimos em atraso é seguido por uma *redução* dos *spreads*. No que diz respeito ao requerimento de capital próprio, no caso do México e do Peru — ambos com sistemas bancários fracos —, não se observa uma relação (positiva ou negativa) entre essa variável e o *spread* bancário.

As variáveis macroeconômicas também apresentaram um impacto diferenciado de acordo com o país. Dessa forma, a volatilidade da taxa de juros apresentou um impacto positivo e forte sobre o *spread* bancário na Bolívia e no Chile, mas um efeito negligenciável no México. A taxa de crescimento do PIB real teve um impacto negativo sobre os *spreads* no Chile e na Argentina, e negligenciável nos demais países. Por fim, a taxa de inflação não teve impacto estatisticamente significativo em nenhum dos países estudados.

9.4 – PANORAMA GERAL DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL

O *spread* nas operações bancárias é definido como a diferença entre a taxa de aplicação nas operações de empréstimo e a taxa de captação de recursos pelas

[12]Esse subgrupo é constituído por Argentina, Bolívia, México e Peru.



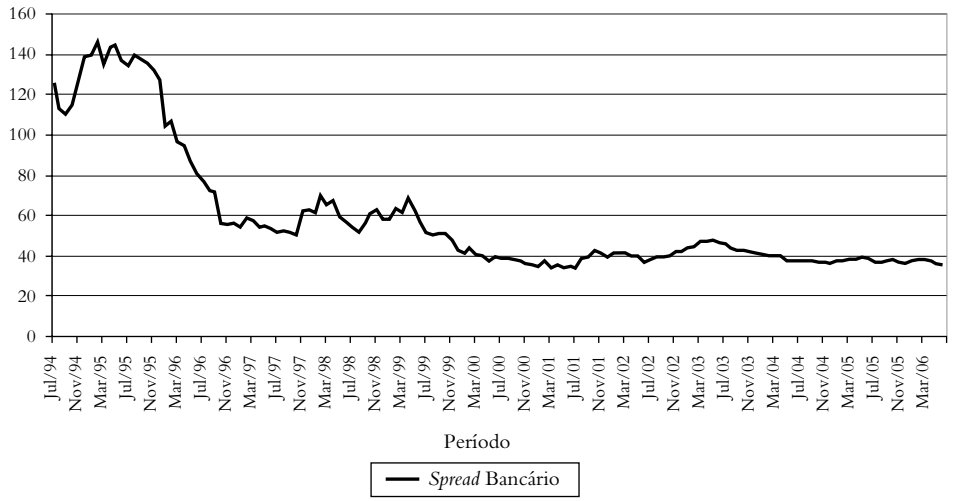
Fonte: IEDI, Carta n. 100, 2004, a partir de dados do FMI e do BCB.

Figura 9.1 *Spread* Bancário no Brasil e no Mundo.

instituições financeiras.[13] As taxas de juros cobradas no Brasil apresentam-se como as mais elevadas do mundo, segundo dados do FMI. Na Figura 9.1, constatamos que o *spread* médio dos empréstimos para pessoas físicas e jurídicas praticados no sistema bancário brasileiro, em 1994, era de aproximadamente 120%, um valor aproximadamente oito vezes maior do que o país que possuía a segunda maior taxa cobrada, dentre os selecionados.[14] Passados os primeiros anos de implantação do Plano Real, o *spread* cobrado pelas instituições financeiras do país continuam elevados, cerca de 55% em 1999, embora tenha reduzido a diferença com relação aos demais países aqui. Em 2003, o *spread* médio no Brasil foi de 44%, uma taxa aproximadamente três vezes maior se

[13]Ao tratarmos de *spreads* bancários no Brasil, estamos adotando a mesma definição do Banco Central, segundo o qual "o *spread* bancário é definido como sendo a diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação de CDB [certificado de depósito bancário]. A taxa média de CDB para o conjunto das instituições financeiras foi calculada a partir de uma média das taxas individuais ponderada pela captação líquida de cada instituição" (Banco Central do Brasil, 2002, p. 50).

[14]Deve ser ressalvado que os dados do FMI, calculados de forma tradicional com base no *spread* médio (diferença entre taxa de empréstimos e taxa paga sobre depósitos), são fortemente contaminados pelo nível da taxa de juros observada em cada país e não consideram duas dimensões importantes: a natureza e a abrangência das operações utilizadas para o cálculo do *spread* e o segmento de tomadores utilizados para apurar a taxa de juros de empréstimo. Por isso, os dados relativos ao Brasil estão sobredimensionados comparativamente a outros países. Uma alternativa, para efeito de comparação internacional, é adotar o índice de Lerner. Ver, a respeito, Nakane e Costa (2005).



Fonte: Banco Central do Brasil.

Figura 9.2 Evolução do *Spread* Bancário no Brasil (1994–2005)

compararmos aos países latino-americanos e dez vezes maior do que a taxa cobrada nos países do leste asiático.

Uma segunda observação importante sobre o comportamento do *spread* bancário no Brasil é que o mesmo apresentou uma nítida tendência de queda até o início do ano 2000. Conforme pode ser visualizado na Figura 9.2, o *spread* médio cobrado pelos bancos brasileiros alcançou um valor máximo de 150% ao ano no início de 1995, em função das medidas de política monetária fortemente contracionistas implementadas pelo BCB no período após a implementação do Plano Real,[15] reduzindo de forma significativa no decorrer de 1996, em função de um relaxamento das medidas de arrocho monetário e uma diminuição da desconfiança dos agentes em relação ao processo de contágio da crise mexicana, até atingir o patamar de aproximadamente 40% ao ano no início de 2000. Cabe ressaltar que ele manteve-se nesses patamares — ainda elevadíssimos — desde então.

Apesar do grande tamanho do sistema bancário brasileiro (veja a coluna ativos/PIB na Tabela 9.1) em comparação a outros países latino-americanos, os empréstimos bancários em proporção ao PIB são muito modestos, especialmente quando confrontados com países desenvolvidos.

[15]Além da política de juros reais positivos, essas medidas incluíram inicialmente o estabelecimento de um compulsório de 100% sobre depósitos à vista e, a partir de dezembro de 1994, 30% sobre depósitos a prazo e 15% sobre qualquer operação de crédito.

Tabela 9.1 Sistema Financeiro em Alguns Países Selecionados, 2000 (% do PIB)

País	Setor Bancário[1]			Capitalização no Mercado Acionário
	Depósitos	Empréstimos	Ativos	
Brasil	29,3	24,8[2]	77,1	35,0
Argentina	27,8	21,4	57,4	58,2
México	18,3	21,6	25,0	22,1
Chile	54,9	70,0	98,4	86,4
Estados Unidos	42,6	45,3	77,3	152,0
Japão[3]	94,8	84,7	142,0	68,0
Zona do euro	78,9	103,7	258,3	89,0

[1]Somente bancos depositários.
[2]Dado inclui operações de *leasing* comercial.
Fonte: Belaish (2003, p. 4)

Com o sucesso do Plano Real no que se refere à estabilização de preços, se poderia esperar um aumento substancial dos empréstimos em proporção ao PIB, já que baixas taxas de inflação sinalizariam um ambiente macroeconômico mais estável. Contudo, isso não ocorreu. Na verdade, houve uma redução do crédito como proporção do PIB[16] e constatou-se uma elevada volatilidade das taxas de juros nesse período, devido em grande parte aos impactos das crises financeiras internacionais em contexto de elevada vulnerabilidade externa, constituindo-se em uma fonte de instabilidade econômica. Como já assinalamos, apesar da redução em relação aos níveis de 1994, os *spreads* bancários permaneceram em níveis elevados nos últimos anos.

Uma primeira hipótese explicativa para o porquê dos elevados *spreads* praticados no Brasil seria o poder de mercado dos bancos, evidenciado pelo aumento da concentração bancária no período recente. Com efeito, alguns estudos recentes sobre o setor bancário brasileiro — como, por exemplo, Belaisch (2003) — mostram que a estrutura de mercado prevalecente nesse setor é *essencialmente não-competitiva*.[17] Nesse contexto, os bancos teriam poucos incentivos para aumentar a sua eficiência operacional, operando com *spreads* elevados, quer como forma de gerar receita suficiente para cobrir os seus cus-

[16]Conforme dados do Banco Central do Brasil, a relação crédito total/PIB, que era de 40% em junho de 1995, passou a ser menor do que 30% em praticamente todo o período 2000–3.
[17]Nakane (2002), usando séries temporais agregadas durante o período 1994–1998, encontrou evidências da existência de uma estrutura de mercado não-competitiva no setor bancário brasileiro. Entretanto, os resultados alcançados rejeitam a hipótese de que os bancos brasileiros formam um cartel.

Fonte: Coutinho (2003, p. 20).

Figura 9.3: Participação dos 15 Maiores Bancos Privados no Ativo Total do Sistema Bancário (1988–2003).

tos elevados, quer como resultado da capacidade de precificar os seus serviços em um patamar bastante superior ao custo marginal de produção dos serviços bancários.

Um fator que daria suporte à hipótese de que o problema do *spread* no Brasil é resultado do poder de mercado dos bancos é a tendência recente de aumento da concentração do setor bancário. Com efeito, no período 1988–2003 o *market-share* dos 15 maiores bancos privados no ativo total do sistema bancário aumentou de cerca de 29%, em junho de 1988, para aproximadamente 47%, em janeiro de 2003 (cf. Figura 9.3).

Se a hipótese de poder de mercado dos bancos estiver correta, então os índices de concentração teriam que ter impacto sobre as taxas de empréstimo cobradas pelos bancos, resultando em elevados índices de rentabilidade. De fato, pelo menos no segmento varejista privado do setor bancário, as evidências poderiam sugerir que esse seria o caso, considerando que a rentabilidade média dos três maiores bancos privados brasileiros — Bradesco, Itaú e Unibanco — foi de 17,3% no período 1994/2001, bem superior à média de 11,8% de três grandes empresas não-financeiras nacionais — Petrobras, Votorantim e CVRD (Málaga et al., 2003, p. 12).

A literatura brasileira que trata dos determinantes do *spread* bancário não tem sido conclusiva a respeito do assunto. Os estudos realizados apresentam

evidências de que a estrutura de mercado do setor bancário brasileira é imperfeita, mas não caracterizando a existência de cartel. Com efeito, a revisão da literatura empírica, referente ao caso brasileiro, feita por Nakane (2003) aponta para as seguintes conclusões: (i) a concentração do setor bancário brasileiro, medida pelo índice de Herfindahl, não é elevada em comparação com a prevalecente em outros países; (ii) os índices de concentração de mercado não têm um impacto estatisticamente significativo sobre as taxas de juros cobradas pelos bancos.; (iii) a estrutura de mercado do setor bancário não é representada por nenhuma das estruturas de mercado extremas (concorrência perfeita e cartel) e, portanto, caracteriza-se como uma estrutura imperfeita.[18]

9.4.3 – Estudos empíricos sobre *spread* bancário no Brasil

Um dos estudos pioneiros sobre os determinantes do *spread* bancário no Brasil foi feito por Aronovich (1994). Esse autor verificou, através de uma regressão por mínimos quadrados em dois estágios, os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* para a economia brasileira entre o primeiro trimestre de 1986 e o quarto trimestre de 1992. Os resultados encontrados indicam que a inflação tende a ampliar a diferença entre as taxas de juros de empréstimo e de captação, ou seja, o *spread*. O autor sugere como causas desse fenômeno a possibilidade de uma redistribuição entre as operações do ativo ou, ainda, a incorporação ao *mark-up* do prêmio de risco envolvido no crédito. Nesse sentido, a inflação teria um efeito negativo sobre o nível de atividade ao induzir um aumento das taxas de juros para empréstimos bancários. Por outro lado, os testes estatísticos sugerem que um aumento na utilização da capacidade produtiva reduziria o *spread*, indicando assim um efeito pró-cíclico.

Em um outro estudo realizado por Afanasieff et al. (2002) foram identificados dois fatos estilizados sobre o comportamento dos *spreads* após o Plano Real, a saber: (a) a queda pronunciada das taxas de juros após 1995;[19] (b) uma dispersão elevada e persistente entre as taxas de empréstimos praticadas pelos

[18]Cabe destacar que "em princípio não existe uma relação um para um entre concentração de mercado e grau de competição [no mercado bancário] e que "algumas das mesmas forças que promovem a consolidação em países emergentes, tais como a entrada maior de bancos estrangeiros, são também aquelas que estimulam a competição" (IMF 2001, p. 158).

[19]O ambiente internacional mais estável, a queda na taxa de *overnight* e medidas adotadas pelo Banco Central contribuíram para a redução dos *spreads* (Paula & Alves Jr. 2003, p. 358). Em relação a estas últimas, devemos destacar a redução do compulsório sobre depósitos à vista de 75% para 45% e dos depósitos a prazo de 20% para 0%, novas regras para o provisionamento de créditos de liquidação duvidosa, redução da alíquota do IOF de 6% para 1,5% e o desenvolvimento da central de risco de crédito.

bancos. Esses fatos justificaram a utilização da metodologia primeiramente empregada por Ho & Saunders (1981) para a determinação dos *spreads* bancários. Em um primeiro passo, utilizou-se um painel de dados para 142 bancos comerciais entre fevereiro de 1997 e novembro de 2000, de forma a captar a influência individual (por banco) de variáveis microeconômicas[20] sobre o *spread,* ou seja, aquelas relacionadas às características específicas dos bancos. A partir desse painel, foi possível obter uma estimativa do *spread puro* (ver seções 2 e 3 do presente capítulo). Numa segunda etapa, estimou-se, através de um modelo estrutural, a influência de longo prazo de variáveis macroeconômicas (taxa de juros de mercado, uma medida de prêmio de risco: *spread* do *C-bond* sobre um título do Tesouro dos Estados Unidos com a mesma maturidade, taxa de inflação, taxa de crescimento do produto, depósito compulsório sobre depósitos à vista e taxa de imposto financeiro — isto é, IOF, Pis-Cofins e CPMF) sobre o *spread* puro calculado anteriormente.

Os resultados das regressões no primeiro passo mostram que as seguintes variáveis apresentam significância estatística: razão entre os depósitos que não rendem juros e os ativos totais, custos operacionais, razão entre receita de serviços e receitas operacionais totais – tendo todas essas variáveis um efeito positivo sobre o *spread* bancário –, além de uma *dummy* para os bancos estrangeiros, cujo resultado negativo indica que esses bancos cobram *spreads* menores em média.

Os coeficientes estimados no segundo passo foram significativos, sugerindo a relevância dos aspectos macroeconômicos como principais determinantes dos *spreads* no Brasil. Os resultados da regressão sugerem que o *spread* tende a aumentar com a elevação da taxa básica de juros, do prêmio de risco, do crescimento do produto e dos impostos. Ao contrário do esperado, a taxa de inflação afeta negativamente o *spread*, possivelmente devido ao fato de que a inflação possa estar capturando o efeito da apropriação da senhoriagem do banco sobre o *spread*.

Um outro estudo importante sobre os determinantes do *spread* bancário no Brasil tem sido conduzido pelo Banco Central no contexto do projeto "Juros e *spread* bancário".[21] Nesse estudo, publicado na forma de relatórios anuais a

[20]As variáveis selecionadas por Afanasieff et al. (2002) foram: (a) número de agências bancárias; (b) razão entre os depósitos que não rendem juros e os ativos operacionais totais; (c) razão entre os ativos que rendem juros e os ativos totais; (d) custos operacionais; (e) liquidez do banco; (f) razão entre a receita de serviços e as receitas operacionais totais; (g) valor líquido do banco; e (h) alavancagem do banco.

[21]Ver, entre outros, Banco Central do Brasil (1999; 2002; 2004).

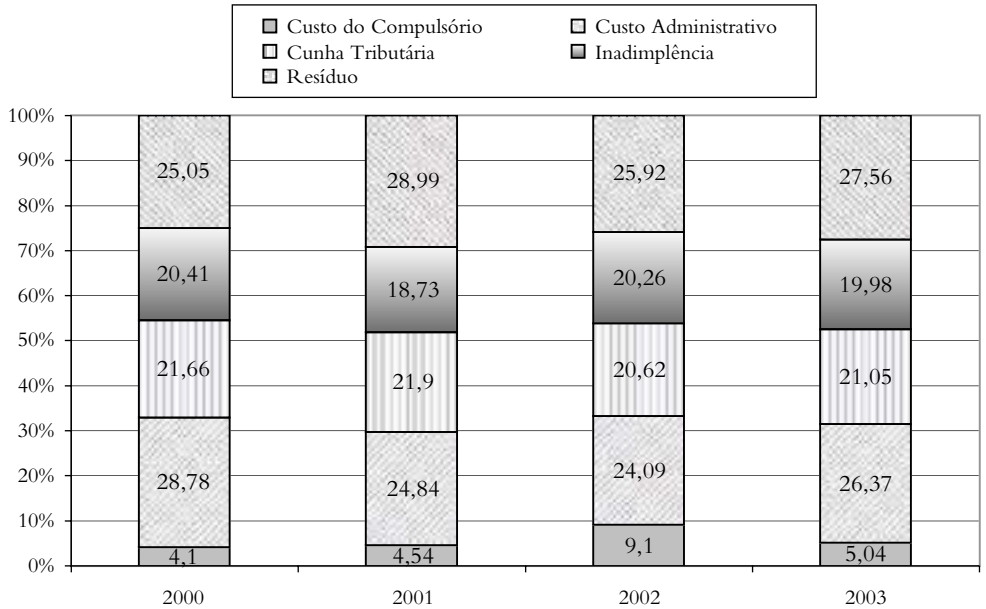
partir de 1999, é feita uma decomposição contábil do *spread*,[22] além de outros estudos econométricos sobre os determinantes do *spread* no Brasil. O *spread* bancário no Brasil é decomposto a partir das margens cobradas pelos bancos contemplados em uma amostra — que a partir de 2004 ampliou-se, trabalhando-se com um universo maior de bancos (comerciais, múltiplos, CEF e Banco do Brasil) que engloba todos os bancos atuantes no país em cada data-base e para os quais as informações necessárias estão disponíveis — referida em suas operações de créditos livres contratadas apenas sob taxas de juros prefixadas. São considerados os seguintes componentes: (a) resíduo, que corresponde, *grosso modo*, à margem líquida do banco; (b) cunha tributária, que inclui impostos diretos (IR e CSLL) e impostos indiretos (PIS, Cofins e IOF); (c) Fundo Garantidor de Crédito (FGC); (d) custo administrativo; e (e) inadimplência (despesas de provisão).

A Figura 9.4 apresenta a participação de cada um desses componentes no *spread* praticado pelos bancos no Brasil, entre 2000 e 2003, já levando em conta a metodologia revista em 2004.[23] Com base na decomposição contábil do *spread*, os fatores mais importantes na formação do mesmo são, respectivamente, a margem líquida de intermediação (26,9%, em média, em 2000/2003) e custo administrativo (26%), seguidos da cunha tributária (21,6%) e inadimplência (19,9%). Os compulsórios, o item de menor peso na decomposição

---

[22]A decomposição contábil do *spread* pode ser feita por intermédio de identidades contábeis simples como as que apresentaremos a seguir (cf. Demirgüç-Kunt & Huizinga, 1999, p. 381). Defina-se a margem líquida de intermediação dos bancos (NIM) como a razão entre o valor contábil da renda de juros e o valor dos ativos do banco. Seja BTA o lucro antes dos impostos, ATP o lucro após os impostos, TA o valor dos ativos do banco e TX o montante de imposto pago pelo banco. Temos que $\frac{BTA}{TA} \equiv \frac{ATP}{TA} + \frac{TX}{TA}$. Seja OV os custos administrativos do banco, LLP a provisão para empréstimos de liquidação duvidosa e NII a receita extrajuros do banco. A rentabilidade como proporção do ativo do banco pós-impostos pode ser expressa por $\frac{BTA}{TA} \equiv NIM + \frac{NII}{TA} - \frac{OV}{TA} - \frac{LLP}{TA}$. Daqui se segue que a margem líquida de intermediação do banco (NIM) pode ser expressa por $NIM = \frac{ATP}{TA} + \frac{TX}{TA} - \frac{NII}{TA} - \frac{OV}{TA} - \frac{LLP}{TA}$. Dessa forma, a margem líquida de intermediação pode ser calculada residualmente, uma vez que se conheçam os valores da rentabilidade (pré-impostos) como proporção do ativo do banco, os impostos pagos como proporção do ativo, a receita extrajuros como proporção do ativo, os custos operacionais como proporção do ativo e a provisão para empréstimos de liquidação duvidosa como proporção do ativo do banco.

[23]Na Figura 9.3 o "Custo do FGC" é somado à "Cunha Tributária", por ter valores abaixo de 0,30%. A metodologia revista em 2004 estabelece uma nova forma de calcular o *custo administrativo*, fugindo à hipótese de alocação de custos com base em geração de receita, como era feito anteriormente, utilizando para tanto o cálculo de preços de Aumann-Shapley. Ver, a respeito, Banco Central do Brasil (2004, cap. III).



Fonte: Banco Central do Brasil (2004, p. 11).

Figura 9.4: Descomposição do *Spread* no Brasil.

contábil, passaram a apresentar um peso relativamente maior em 2002 (9,1% do *spread*), em função da imposição de exigibilidades adicionais de recolhimentos compulsórios no ano.

Para a decomposição econométrica do *spread* supõe-se a validade da seguinte equação estrutural:

$$\ln spread = \beta_0 \text{ trend} + \beta_1 \ln selic + \beta_2 \ln adm + \beta_3 \ln risk + \beta_4 \ln imp + \beta_5 \ln comp \quad (9)$$

Em que β_{it} (i = 0,..., 5) são os parâmetros estimados, o *trend* é uma tendência determinista, que controla outras variáveis que podem ter efeito sobre o *spread* mas que não estão apresentados na equação.[24] Os regressores são a *Selic*, que é a taxa básica de juros; *adm*, uma medida da despesa administrativa dos bancos; *risk*, uma próxi para o risco de crédito, medido através do *spread* do *C-Bond* sobre o rendimento dos títulos do Tesouro americano de mesma maturidade; *imp*, são impostos indiretos e o *comp*, o percentual de encaixes compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos.

[24]Tais quais a taxa de inflação, o nível de atividade econômica, as mudanças estruturais na indústria bancária decorrentes das políticas de juros, a entrada de bancos etc.

Foram feitas oito defasagens em todas as variáveis da estimação, incluindo variáveis *dummies* para janeiro de 1996, novembro de 1997 e dezembro de 1997, de forma a gerar resíduos normais. Isso posto, a equação estimada pelo Banco Central foi a seguinte:

$$ln\ spread = -0{,}0003\ \text{trend} + 0{,}503\ ln\ \text{Selic} + 1{,}554\ ln\ \text{adm} + 0{,}219\ ln\ \text{risk} + 0{,}723\ ln\ \text{imp} \quad (10)$$

Com base nessa equação, podemos concluir que o *spread* médio dos bancos brasileiros depende positivamente da taxa básica de juros, das despesas administrativas dos bancos, do risco e dos impostos.

Como as variáveis foram expressas em logaritmo natural, segue-se que os coeficientes da equação estimada nada mais são do que as elasticidades do *spread* a cada uma dessas variáveis. Nesse contexto, o que mais chama a atenção no estudo do Banco Central é a elevada sensibilidade do *spread* bancário a variações nas despesas administrativas dos bancos. De fato, com base na equação estimada pelo Banco Central, uma redução de 1% nas despesas administrativas dos bancos geraria uma redução de 1,55% no *spread* médio cobrado pelos bancos. Ademais, vale destacar a crescente participação dos lucros dos bancos na composição dos *spreads*.

A partir da metodologia adotada pelo Banco Central para a decomposição do *spread*, Koyama & Nakane (2001) analisam o impacto esperado sobre o *spread* de alguma alteração em seus componentes, quais sejam: despesas administrativas, despesas de inadimplência, impostos indiretos, impostos diretos e margem líquida do banco. Com o intuito de estimar um vetor auto-regressivo, os autores desagregam o *spread* bancário nos seguintes fatores: (i) taxa básica de juros (taxa Selic *overnight*), que é utilizada como uma aproximação do *mark-up* bruto dos bancos, uma vez que os depósitos a prazo e as taxas no *overnight* apresentam um comportamento similar; (ii) uma medida do prêmio de risco país (o retorno dos títulos *C-Bonds* em relação ao retorno de títulos do Tesouro americano com o mesmo prazo de maturidade); (iii) a razão das despesas administrativas sobre o volume de crédito; e (iv) impostos indiretos (IOF, PIS, Cofins e CPMF).

Os autores testaram a existência de co-integração entre as variáveis e encontraram as seguintes importâncias relativas para setembro de 2001: componente de risco (45%), despesas administrativas (20%), impostos indiretos (19%) e taxa Selic *overnight* (16%). Nessa análise dos *spreads* bancários, a participação das variáveis de relativas ao risco foi maior do que a participação das despesas com inadimplência, conforme o estudo rotineiramente realizado pelo Banco Central. Isso pode ser explicado pela característica expectante (*forward-looking*) das variáveis de risco com respeito a cenários futuros, enquanto as despesas com inadim-

plência têm um caráter retrospectivo, referente a perdas passadas. Desse modo, uma vez que 2001 foi um ano marcado pela incerteza na economia brasileira, a importância do componente de risco sobre o *spread* previsivelmente elevou-se. Já a importância da taxa Selic na determinação do *spread* pode ser compreendida diferentemente. Uma vez que os títulos do governo são *a priori* livres de risco, então a taxa básica de juros determina um custo de oportunidade em relação a empréstimos ao setor privado (cf. Paula e Alves Jr., 2003, p. 361).

9.5 – OS DETERMINANTES MACROECONÔMICOS DO *SPREAD* NO BRASIL: 1994–2005

O método econométrico utilizado neste capítulo é o de vetores auto-regressivos (doravante VAR), em que uma variável é definida como sendo função de seus próprios valores defasados e de defasagens das demais variáveis consideradas na análise. A hipótese básica do modelo VAR, segundo Sims (1980), o criador do método, é que as séries devem ser estacionárias, mas geralmente as séries macroeconômicas não são. Com efeito, para decidir a melhor especificação de um modelo desse tipo, deve-se levar em consideração dois aspectos: a perda da eficiência ou a perda de informação. Três possibilidades se apresentam como solução para o problema. A primeira, recomendada por Sims, é fazer a estimação com todas as variáveis em nível, mesmo na presença de raiz unitária, justificando que o objetivo da análise através de VAR é determinar as relações existentes entre as variáveis e não os parâmetros estimados. Entretanto, critica-se essa opção devido à perda de eficiência na estimação. A segunda alternativa é tornar as séries estacionárias, mas o ganho de eficiência na estimação se dá em detrimento da perda de informações quanto aos relacionamentos de longo prazo entre as séries. A terceira seria estimar o modelo com vetor de correção de erro (VEC) quando há evidências concretas de relações de co-integração entre as variáveis. Com essa especificação, ganha-se eficiência na estimação sem perder as importantes relações de longo prazo (Matsumoto, 2000).

Contudo, Ramaswamy & Sløk (1998) e Matsumoto (2000) argumentam que nem sempre esta última opção garante os melhores resultados, tendo em vista que impor um tratamento de co-integração pode levar a estimação tendenciosa e, portanto, enviesar as funções impulso-resposta. Segundo os autores, não havendo suficiente fundamento teórico *a priori* que possa dar respaldo tanto às relações de longo prazo quanto ao modo correto de interpretá-las, o mais aconselhável é não impor nenhuma restrição de correção ao modelo VAR. Entretanto, conforme será mostrado no presente trabalho, parece haver razões teóricas e empíricas suficientes para acreditar na existência de relações de lon-

go prazo no caso das variáveis macroeconômicas consideradas, o que torna imprescindível impor uma restrição de correção ao modelo VAR para não cometer erro de especificação.

Assim, para o exercício econométrico realizado, utilizaram-se as seguintes variáveis: *spread* bancário, taxa básica de juros, produto industrial brasileiro, taxa de câmbio e índice de preços ao consumidor. A escolha dessas variáveis baseou-se, em larga medida, nos resultados obtidos por Afanasieff et al. (2002), pelos quais conclui que as variáveis macroeconômicas (taxa básica de juros e taxa de inflação) são mais relevantes na determinação do *spread* do que as variáveis microeconômicas (número de empregados, razão entre os depósitos que não rendem juros e os ativos operacionais, razão entre os ativos que rendem juros e os ativos totais, custos operacionais, liquidez do banco, razão entre as receitas de serviços e as receitas operacionais totais, valor líquido do banco, grau de alavancagem etc.).

Dessa forma, as variáveis utilizadas foram:

- *spread bancário*, segundo o Banco Central (definido como a série 3955 — *spread* médio das operações de crédito com recursos livres 'prefixados' — total geral);
- *produto industrial brasileiro (PIB)* do IBGE utilizado como uma *proxy* para o nível de atividade econômica (definido como a tabela 2295 do IBGE: Produção Física Industrial por tipo de índice e seções e atividades industriais);
- *taxa de juros Selic* do Banco Central (definida como a série 4189: taxa de juros Selic acumulada no mês, anualizada);
- *taxa de inflação* medida a partir da variação mensal do IPCA do IBGE (definida como a série 433 do Banco Central: Índice Nacional de Preços ao Consumidor — amplo);
- *taxa de câmbio – R$/US$* — comercial — compra — média (extraída do Ipeadata).

A Figura 9.5 mostra o comportamento das variáveis selecionadas em nível no período de julho de 1994 a dezembro de 2005. O intervalo escolhido refere-se ao período de estabilidade de preços no Brasil até o período recente.

9.5.1 – Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário: evidências empíricas recentes

O objetivo deste tópico é encontrar os determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil. Acredita-se que o *spread* seja determinado, entre outras variáveis, pela produção industrial, pela taxa de inflação, pela taxa de câmbio e pela taxa básica de juros (efeito da taxa média de juros).

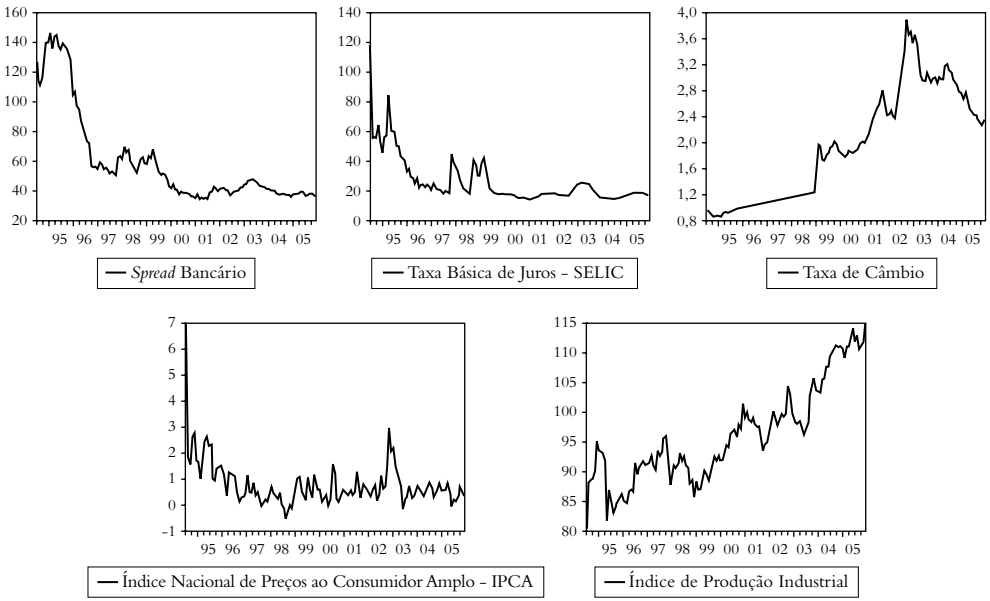


Figura 9.5 As Variáveis Macroeconômicas em Nível.

Para a aplicação empírica, verificou-se através do teste de Dickey-Fuller aumentado (ADF), da análise gráfica e do diagrama da função de autocorrelação a hipótese de estacionariedade das séries econômicas. Contudo, percebeu-se que nenhuma das variáveis consideradas foi estacionária em nível. (Tabela 9.2)[25]

Após verificar a ordem de integração das variáveis, realizou-se o teste de co-integração de Johansen, com tendência determinística linear nos dados, com intercepto e sem tendência na equação de co-integração.[26] As estatísticas traço (LR_{trace}) e máximo autovalor ($LR_{máx}$) apontaram a presença de um vetor de co-integração, como se pode observar na Tabela 9.3.

Apesar de existir uma relação de longo prazo entre as variáveis, alguns desequilíbrios de curto prazo podem ocorrer. Nesse caso, deve-se estimar um modelo com correção de erros, ou seja, o VAR incluindo um vetor de co-integração para corrigir esses desequilíbrios de curto prazo, com o intuito de conduzi-lo de volta ao equilíbrio. Portanto, no presente trabalho, a estimação

[25]Apesar de o teste ADF ter sinalizado que as séries IPCA, *Spread* e Juros são estacionários, a análise gráfica e principalmente do correlograma apontaram na direção oposta, por isso não foram consideradas estacionárias em nível.

[26]Essa especificação parece ser a mais apropriada para as séries macroeconômicas analisadas neste trabalho.

Tabela 9.2 Teste de Estacionariedade de Dickey-Fuller Aumentado[27]

Discriminação	Defasagem	Constante	Tendência	Estatística *t*	Valor Crítico 1%
*Spread***	0	Sim	Não	−2.499733	−2.581951
GSpread*	1	Sim	Não	−6.801178	−2.582204
Juros*	0	Não	Não	−4.311254	−2.581951
GJuros*	0	Não	Não	−13.11215	−2.582015
Câmbio	1	Sim	Não	−1.307095	−3.478911
GCâmbio*	0	Não	Não	−7.800221	−2.582204
PIB	0	Sim	Sim	−2.944967	−4.026429
GPIB*	0	Não	Não	−13.72341	−2.582076
IPCA*	0	Sim	Não	−9.552496	−3.478547
GIPCA*	0	Não	Não	−10.13972	−2.582076

Fonte: Elaboração própria a partir da saída do Eviews 5.
*Significativo a 1%.
**Significativo a 5%.
Nota: Para seleção da defasagem foi utilizado o critério de informação de Schwarz (SC).

Tabela 9.3 Resultados dos Testes de Co-integração de Johansen e Valores para LR_{trace} e $LR_{\text{máx}}$

Hipótese Nula	Hipótese Alternativa	Eigenvalue	LR_{trace}	$CV_{trace,\ 5\%}$	Prob**
$r = 0$	$r > 0$	**0.374345**	**104.9376***	**69.81889**	**0.0000**
$r \leq 1$	$r > 1$	0.171706	41.62855	47.85613	0.1694
$r \leq 2$	$r > 2$	0.068009	16.19631	29.79707	0.6984
$r \leq 3$	$r > 3$	0.030479	6.687948	15.49471	0.6142

Hipótese Nula	Hipótese Alternativa	Eigenvalue	$LR_{máx}$	$LR_{máx\ 5\%}$	Prob**
$r = 0$	$r = 1$	**0.374345**	**63.30900***	**33.87687**	**0.0000**
$r = 1$	$r = 2$	0.171706	25.43225	27.58434	0.0919
$r = 2$	$r = 3$	0.068009	9.508357	21.13162	0.7894
$r = 3$	$r = 4$	0.030479	4.178729	14.26460	0.8400

Fonte: Elaboração própria a partir da saída do Eviews 5.
*Denota rejeição da hipótese ao nível 0.05.
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values.

[27]A letra G à frente das variáveis refere-se à taxa de variação.

Tabela 9.4 Critério de Seleção do Número de Defasagens

Discriminação	Critério de Informação de Schwarz (SC)
1 defasagem	**−5.88906**
2 defasagens	−5.48896
3 defasagens	−5.26309
4 defasagens	−4.74989

Fonte: Elaboração própria a partir da saída do Eviews 5.
Nota: Periodicidade dos dados é de jul./1994 – dez./2005.

do VAR restrito (com um mecanismo de correção de erro) faz-se necessário para corrigir os desvios de curto prazo da trajetória de equilíbrio de longo prazo.

Para desenvolver um modelo bem especificado é necessário, entre outras coisas, a escolha adequada do número de defasagens para fazer as estimações. Para tanto, tomam-se como base os critérios de informação de Schwarz (SC).[28] A estatística sinalizou o número de defasagens a incluir no VAR (Tabela 9.4).

Segundo Mendonça (2005), considerando que os erros são ortogonalizados pela decomposição de Cholesky para a estimação do VEC, isso implica que o ordenamento das variáveis torna-se relevante para a análise da função impulso-resposta e da decomposição da variância. Para tanto, utilizou-se o teste de precedência temporal de Granger (1969). É uma alternativa para ordenar as variáveis das "mais exógenas" — afetadas contemporaneamente apenas pelo seu próprio choque estrutural — para as variáveis "mais endógenas" — afetadas contemporaneamente por todos os choques. Isto posto, os resultados estão apresentados na Tabela 9.5.

De acordo com esse critério, a ordenação adequada é a seguinte: GIPCA, GCâmbio, GJuros, GPIB e GSpread. Assim, a taxa de variação do *spread* bancário (variável de interesse nesse estudo) é a mais endógena, respondendo contemporaneamente às variações do produto, da taxa de inflação, da taxa de câmbio e da taxa de juros.

Para analisar os resultados do modelo VAR (restrito ou irrestrito) é comum fazê-lo por meio da função de impulso-resposta e da decomposição da variân-

[28]Sua fórmula é a seguinte: $SC = -(l/T) + k\log(T)/T$, onde l é o valor do log da função de verossimilhança com k parâmetros estimados usando T observações. A análise do número de defasagens se baseou no critério de Schwarz e na análise da ausência de correlação serial dos resíduos.

Tabela 9.5 Teste de Precedência Temporal de Granger

VEC (1)			
Hipótese Nula	Nº Observações	Estatística F	Probabilidade
GJUROS does not Granger Cause GIPCA	136	0.13832	0.71055
GIPCA does not Granger Cause GJUROS		1.67346	0.19804
GPIB does not Granger Cause GIPCA	136	0.00775	0.92998
GIPCA does not Granger Cause GPIB		0.06274	0.80260
GSPREAD does not Granger Cause GIPCA	136	1.85078	0.17599
GIPCA does not Granger Cause GSPREAD		1.22444	0.27049
GCAMBIO does not Granger Cause GIPCA	136	2.41605	0.12247
GIPCA does not Granger Cause GCAMBIO		0.81543	0.36815
GPIB does not Granger Cause GJUROS	136	0.84506	0.35962
GJUROS does not Granger Cause GPIB		15.7833	0.00012
GSPREAD does not Granger Cause GJUROS	136	4.57062	0.03435
GJUROS does not Granger Cause GSPREAD		6.14345	0.01444
GCAMBIO does not Granger Cause GJUROS	136	4.3457	0.03902
GJUROS does not Granger Cause GCAMBIO		1.95435	0.16445
GSPREAD does not Granger Cause GPIB	136	2.8919	0.09136
GPIB does not Granger Cause GSPREAD		1.41018	0.23714
GCAMBIO does not Granger Cause GPIB	136	0.54734	0.46071
GPIB does not Granger Cause GCAMBIO		1.15918	0.28359
GCAMBIO does not Granger Cause GSPREAD	136	1.81582	0.1801
GSPREAD does not Granger Cause GCAMBIO		0.89514	0.34581

Fonte: Elaboração própria a partir da saída do Eviews 5.

cia. Dada a freqüência mensal dos dados utiliza-se para as análises um período de 12 meses após a ocorrência dos choques.

A função de impulso-resposta é utilizada para fazer uma análise da sensibilidade de determinadas variáveis a certos choques, sendo útil principalmente para conhecer o tempo, a direção, o padrão de reação das respostas aos impulsos (choque) de um desvio-padrão sobre os valores contemporâneos e futuros das variáveis endógenas do sistema. Isso posto, a resposta do sistema aos choques estão apresentadas na Figura 9.6.

O primeiro gráfico mostra que o efeito de um choque no crescimento da inflação sobre o crescimento do *spread* bancário tende a provocar uma elevação

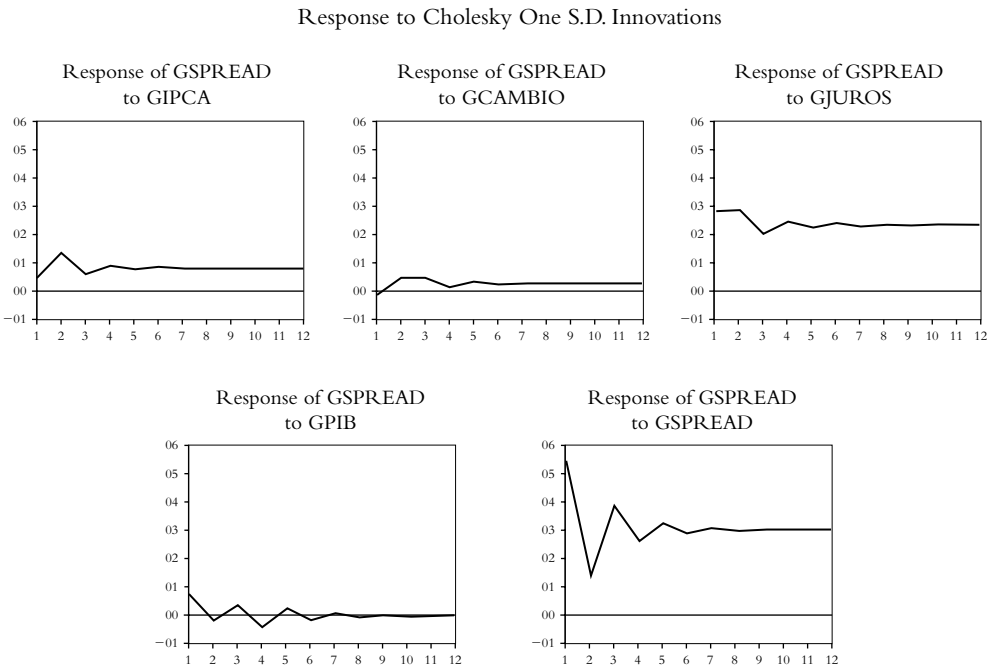


Figura 9.6 Função Resposta do Crescimento do *Spread* a um Impulso no Crescimento das Variáveis Macroeconômicas

persistente. Este resultado está em consonância com o resultado obtido por Aronovich (1994), o qual já havia mostrado que elevações da taxa de inflação estão associadas com um aumento do *mark-up* do setor bancário. O gráfico seguinte apresenta o efeito de um choque no crescimento do câmbio sobre o crescimento do *spread* bancário, que também foi positivo ainda que pouco significante. No último gráfico da primeira linha encontra-se o efeito de um choque no crescimento da taxa média de juros sobre o crescimento do *spread*, que foi positivo, e pode ser considerado o choque que teve o maior impacto sobre o crescimento do *spread* bancário. Esse resultado confirma a hipótese de *preferência pela liquidez dos bancos* (cf. Paula e Alves Jr., 2003), segundo a qual os bancos no Brasil — diante da existência de uma aplicação livre de risco que combina liquidez e rentabilidade, como no caso de títulos públicos indexados — passam a incorporar um elevado prêmio de liquidez nas operações de concessão de empréstimos. Acrescente-se que, como assinalado na Seção 9.2, elevações nas taxas de juros básicas podem ocasionar uma maior variabilidade no nível da produção real e na lucratividade das firmas, elevando o risco de crédito, o que pode resultar em taxas de empréstimos e *spreads* maiores.

Antes de explicar o resultado do gráfico seguinte, é interessante destacar que o impacto negativo do PIB sobre o *spread* bancário pode ser atribuído ao "efeito inadimplência", no sentido de que um maior (menor) crescimento do produto e da renda nacional resulta em uma diminuição (aumento) na inadimplência bancária (e no risco do crédito) que tende a acarretar uma redução (aumento) no *spread*, enquanto o impacto positivo sobre o crescimento do *spread* se deve provavelmente ao efeito "poder de mercado" dos bancos. Nesse último caso, os bancos, em uma conjuntura de aumento na demanda por crédito, podem responder a esse estímulo elevando a taxa de empréstimos e mantendo a taxa de depósitos inalterada.

Isso posto, observe no primeiro gráfico da segunda linha que um choque na taxa de crescimento do PIB causa um efeito oscilante convergente sobre a taxa de crescimento do *spread* bancário. O segundo gráfico da segunda linha mostra o impacto que um choque positivo do *spread* bancário tende a provocar na própria variável. Podemos observar que o *spread*, tal como outras variáveis econômicas, possui um forte componente inercial, o que fica demonstrado pelo fato de que choques nessa variável (ou na sua taxa de crescimento) no tempo *t* têm efeito sobre os valores dessa variável em períodos subseqüentes.

A Tabela 9.6 apresenta a decomposição da variância, que tem por objetivo mostrar a importância de uma determinada variável quando se observa o erro de previsão de uma outra variável. Os resultados foram obtidos a partir de uma simulação de Monte Carlo com 1.000 repetições. Note que o crescimento na taxa de inflação respondeu por aproximadamente 4% da variância do crescimento do *spread* bancário. Os resultados mostraram que o crescimento da taxa de juros é a variável mais relevante, pois tem uma importância grande sobre a variância do crescimento do *spread* bancário, ou seja, cerca de 33%. No tocante à importância do crescimento do *spread* bancário na explicação dele mesmo, constatou-se que representa aproximadamente 61%, confirmando a hipótese de haver um forte componente inercial. A importância relativa das demais variáveis sobre o crescimento do *spread* é desprezível.

Em suma, as evidências recentes parecem indicar que a taxa básica de juros é a variável mais relevante na explicação do crescimento do *spread* bancário no país. Adicionalmente, constatou-se que a taxa de inflação tem um efeito positivo sobre o crescimento do *spread* bancário, resultado que está associado com um aumento do *mark-up* do setor bancário, mas atualmente não pode ser considerado um dos principais determinantes do elevado *spread* bancário no Brasil. No que tange às demais variáveis, crescimento da taxa de câmbio e da produção industrial, não há evidências concretas (no período considerado) de que são relevantes na determinação do *spread* bancário cobrado no país.

Tabela 9.6 Decomposição da Variância (%) – Taxa de Variação do *Spread* Bancário

Período	GIPCA	GCâmbio	GJuros	GPIB	GSpread
1	0.490944	0.023440	20.94865	1.377739	77.15923
2	3.956152	0.464427	31.87199	1.109975	62.59746
3	3.324432	0.627901	28.57153	0.996260	66.47988
4	3.658873	0.549939	31.05942	1.033745	63.69802
5	3.625943	0.573453	31.02841	0.928944	63.84325
6	3.748606	0.561272	31.95413	0.820816	62.91518
7	3.773342	0.565717	32.20051	0.727486	62.73295
8	3.820436	0.560330	32.59733	0.652313	62.36959
9	3.846327	0.559770	32.83500	0.590334	62.16857
10	3.874389	0.558033	33.06895	0.538990	61.95964
11	3.894406	0.557093	33.24848	0.495813	61.80421
12	3.913239	0.556036	33.40838	0.459029	61.66331

Fonte: Elaboração própria a partir da saída do Eviews 5.
Nota: Ordem Cholesky GIPCA, GCâmbio, GJuros, GPIB e GSpread.

9.6 – CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste capítulo evidenciaram — em consonância com a literatura internacional empírica — que os fatores macroeconômicos são importantes no Brasil na explicação da determinação do *spread* bancário. Em particular, destacam-se (i) o nível da taxa de juros, que serve tanto como piso para as taxas de empréstimos como "custo de oportunidade" para as operações de empréstimos, em função da indexação à Selic de parte da dívida pública; (ii) em menor grau, a taxa de inflação, uma vez que elevações da taxa de inflação estão associadas com um aumento do *mark-up* do setor bancário.

Por fim, para os propósitos de propostas de políticas para redução do *spread* bancário no Brasil, os resultados deste trabalho parecem indicar que a redução na taxa Selic é condição *sine qua non* para que se possa obter uma diminuição mais pronunciada e duradoura no *spread* no País.

9.7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFANASIEFF, T.S.; LHACER, P.M.; NAKANE, M.I. (2002) "The Determinants of Bank Interest *Spread* in Brazil". *Money Affairs*, v. XV, n. 2, p.183–207

ALLEN, L. (1988) "The determinants of bank interest margins: a note". *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 23, p. 231–235.

ANGBAZO, L. (1997) "Commercial bank net interest margins, default risk, interest-rate risk, and off-balance sheet banking". *Journal of Banking and Finance*, v. 21, p. 55–87.

ARONOVICH, S. (1994) "Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* bancário". *Revista Brasileira de Economia*, v. 48, n.1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BCB. (1999) Juros e *Spread* Bancário no Brasil (disponível em http://www.bcb.gov.br, acessado em 11 de maio de 2004).

_____. (2002) Economia Bancária e Crédito: avaliação de 3 anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário (disponível em http://www.bcb.gov.br, acessado em 11 de maio de 2004).

_____. (2004) Economia Bancária e Crédito: avaliação de 5 anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário (disponível em http://www.bcb.gov.br, acessado em 21 de setembro de 2005).

BELAISCH,A. (2003) "Do Brazilian banks compete?". *IMF Working Paper* WP/03/113.

BROCK, P. L.; SUAREZ, L.R. (2001) "Understanding the behavior of bank *spreads* in Latin America". *Journal of Development Economics*, v. 63, p. 113–134.

COUTINHO, R. (2003) "*Spread*" e *Concentração Bancária no Brasil*. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas. Curitiba: CSA/UFPR.

DEMIRGUÇ-KUNT, A.; HUIZINGA, H. (1999) "Determinants of commercial bank interest margins and profitability: some international evidence". *The World Bank Economic Review*, v. 13, n. 2, p. 379–408.

ENDERS, W. (1995) *Applied Econometric Times Series*. 2 ed. Nova York: John Wiley & Sons, Inc.

FREIXAS, X.; ROCHET, J. (1999) *Economía Bancaria*. Barcelona: Antoní Bosch.

GRANGER, C. W. J. (1969) "Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods". *Econometrica*, v. 37, p. 424–438.

HAMILTON, J. (1994) *Time Series Analysis*. Princeton: Princeton University Press.

HO, T. S. Y.; SAUNDERS, A. (1981) "The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence". *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 16, p. 581–600.

IBGE/DECNA (1997) *Sistema Financeiro: uma análise a partir das contas nacionais*, 1990–1995. Rio de Janeiro: IBGE/DECNA.

IEDI (2004) *Spread* no Brasil e no Mundo. *Carta n. 100* (disponível em http://www.iedi.org.br, acessado em 18 de maio de 2004).

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. (2001) *International Capital Markets: Developments, Prospects, and Key Policy Issues*. Washington: IMF.

JOHNSTON, J.; DINARDO, J. (2001) *Métodos Econométricos*, 4 ed. São Paulo: McGraw-Hill.

KLEIN, M.A. (1971) "A Theory of the Banking Firm". *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 3, n 2, p. 205–218.

KOYAMA, S. M.; NAKANE, M. I. (2001) "Os determinantes do *spread* bancário no Brasil". In: *Banco Central do Brasil, Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 2 Anos do Projeto*, Brasília: Banco Central do Brasil, p. 27–30.

MADDALA, G.S.; KIM, I. (1998) *Unit Roots, Cointegration and Structural Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAIA, S. F. (2001) Modelos de Vetores Auto-regressivos (VAR): uma Introdução. *Texto para Discussão* Maringá: Universidade Estadual de Maringá. n. 60.

MALAGA, T.; MAZIERO, P.; WERLANG, S.R.C. (2003) *Estudo de Rentabilidade Bancária*. Consultoria Econômica do Banco Itaú – Informe Especial. São Paulo: Banco Itaú.

MATSUMOTO, K. (2000) *Efeitos Reais da Transmissão de Política Monetária*: Comparação Empírica entre Brasil e Argentina. Dissertação de Mestrado, FGV-RJ.

MAUDOS, J.; GUEVARA, J. F. (2004) "Factors explaining the interest margin in the banking sectors of the European Union", *Journal of Banking and Finance,* v. 28, n. 9, p. 2259–2281.

MCSHANE, R. W.; SHARPE I. G. (1985) "A time series/cross section analysis of the determinants of Australian trading bank loan/deposit interest margins: 1962–1981". *Journal of Banking and Finance*, v. 9, p. 115–136.

MENDONÇA, H. F. (2005) Metas para inflação e variáveis macroeconômicas: uma avaliação empírica. Acessado em 1/8/2006. Disponível em www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A040.pdf.

NAKANE, M. I. (2003) "Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil". In: *Banco Central do Brasil, Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 4 Anos do Projeto*, Brasília: Banco Central do Brasil, p. 58–67.

NAKANE, M. I. (2002) "A test of competition in Brazilian banking". *Estudos Econômicos*, 32, p. 203–224.

NAKANE, M. I.; COSTA, A. C. A. (2005) "*Spread* bancário: os problemas da comparação internacional". *Risk Update*, ano 1, n. 3, p. 9–14.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F.; SILVA, G. J; ONO, F. (2006) "Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidência recente". *Economia Aplicada*, v. 10, n. 4, no prelo.

PAULA, L. F.; ALVES JR., A. J. (2003) "Banking behaviour and the Brazilian economy after the Real Plan: a post-Keynesian approach". *Banca Nazionale del Lavoro Quaterly Review*, n. 227, p. 337–365.

RAMASWAMY, R; SLØK, T. (1998) The real effects of monetary policy in the European union: what are the differences? IMF *Staff Papers*, v. 45, n. 2.

SAUNDERS, A.; SCHUMACHER, L. (2000) "The determinants of bank interest rate margins: an international study". *Journal of International Money and Finance*, v. 19, p. 813–832.

SIMS, C. (1980) "Macroeconomics and reality". *Econometrica*, v. 48, n. 1, p. 1–48.

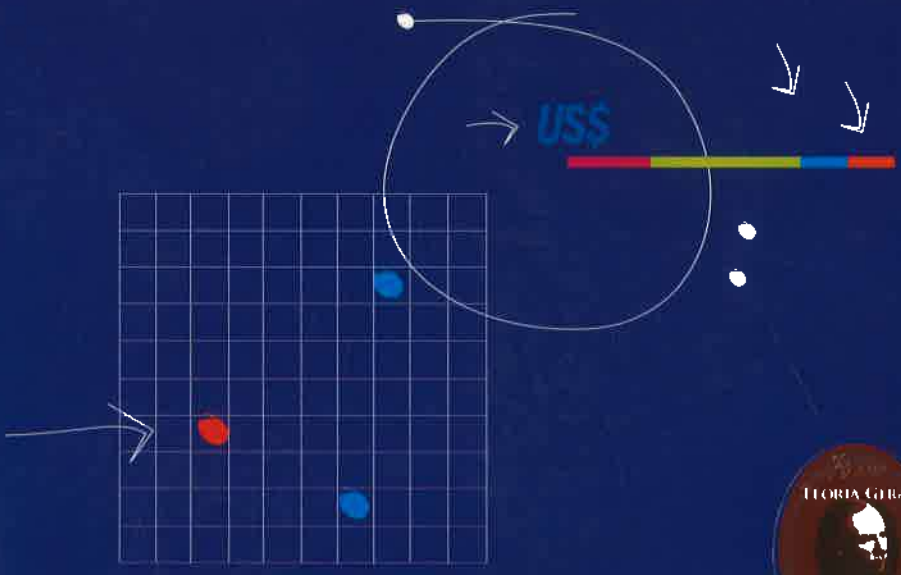
SIMS, C.; STOCK, J.; WATSON, M.W. (1990) "Inference in Linear Times Series Models with some Unit Roots". *Econometrica*, 58, p. 113–44.

Organizadores João Sicsú
e Fernando Ferrari Filho

Autores Adriana Amado
André de Melo Modenesi
Fabio Hideki Ono
Fernando Ferrari Filho
Fernando J. Cardim de Carvalho
Guilherme Jonas Costa da Silva
Jennifer Hermann
José Luís Oreiro
João Sicsú
Luiz Fernando de Paula
Manoel Carlos de Castro Pires
Rui Lyrio Modenesi

Câmbio e Controles de Capitais

Avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos



ELSEVIER

EDITORA CAMPUS

© 2006, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Copidesque: Cláudia Mello Belhassof
Editoração Eletrônica: Estúdio Castellani
Revisão Gráfica: Marília Pinto de Oliveira
Marco Antonio Correa

Elsevier Editora Ltda.
A Qualidade da Informação.
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar
20050-006 Rio de Janeiro RJ Brasil
Telefone: (21) 3970-9300 FAX: (21) 2507-1991
E-mail: *info@elsevier.com.br*
Escritório São Paulo:
Rua Quintana, 753/6º andar
04569-011 Brooklin São Paulo SP
Tel.: (11) 5105-8555

ISBN 13: 978-85-352-2088-9
ISBN 10: 85-352-2088-7

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

Central de atendimento:
Tel.: 0800-265340
Rua Sete de Setembro, 111, 16º andar – Centro – Rio de Janeiro
e-mail: info@elsevier.com.br
site: www.campus.com.br

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S568c Sicsú, João
Câmbio e controle de capitais : avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos / João Sicsú e Fernando Ferrari Filho. – Rio de Janeiro : Elsevier, 2006
il.

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 85-352-2088-7

1. Câmbio. 2. Capital (Economia). 3. Mercado de capitais. 4. Macroeconomia. I. Ferrari Filho, Fernando. II. Título.

06-1650. CDD 339
CDU 330.101.541

Sumário

	Prefácio	**ix**
	Agradecimentos	**xv**
	Apresentação	**xvii**
CAPÍTULO 1	**Controvérsias recentes sobre controles de capitais** *Fernando Cardim de Carvalho* *João Sicsú*	**1**
CAPÍTULO 2	**Autonomia, fragilidade e equilíbrio: a teoria dos controles de capitais** *José Luís Oreiro*	**29**
CAPÍTULO 3	**Controle de capitais: uma proposta da esquerda?*** *André de Melo Modenesi* *Rui Lyrio Modenesi*	**57**
CAPÍTULO 4	**Controle de capitais e instabilidade financeira: uma abordagem pós-keynesiana** *Adriana M. Amado*	**86**

CAPÍTULO 5 **Uma avaliação empírica da proposta de conversibilidade do real** 105
Fabio Hideki Ono
Guilherme Jonas Costa da Silva
José Luís Oreiro
Luiz Fernando de Paula

CAPÍTULO 6 **A política fiscal no Brasil em contexto de liberalização da conta de capital** 125
Manoel Carlos de Castro Pires

CAPÍTULO 7 **Experiências de controles do fluxo de capitais: focando o caso da Malásia** 142
João Sicsú
Fernando Cardim de Carvalho

CAPÍTULO 8 **Crescimento, restrição externa e fluxos de capital: uma análise da experiência brasileira nos anos 1990-2000** 157
Jennifer Hermann

CAPÍTULO 9 **Regime cambial, conversibilidade da conta de capital e performance econômica: a experiência recente de Brasil, Rússia, Índia e China** 184
Fernando Ferrari Filho
Luiz Fernando de Paula

CAPÍTULO 10 **A liberalização financeira brasileira no período 1988-2002** 222
João Sicsú

CAPÍTULO 11 **Controles de capitais: uma agenda de pesquisa** 246
Fernando Cardim de Carvalho

Autores e organizadores 263

CAPÍTULO 5

Uma avaliação empírica da proposta de conversibilidade do real[1]

Fabio Hideki Ono
Guilherme Jonas Costa da Silva
José Luís Oreiro
Luiz Fernando de Paula

5.1 INTRODUÇÃO

Recentemente, alguns economistas brasileiros têm defendido a tese de que o Brasil deveria adotar a plena conversibilidade da conta de capital do balanço de pagamentos. Argumenta-se que a desregulamentação total da conta de capital reduziria a percepção de risco por parte dos agentes econômicos, pois permitiria o envio de recursos para o exterior sem o risco de retenção (*ad hoc*) desses recursos pelo Banco Central. Nesse contexto, o prêmio de risco seria reduzido em função da zeragem do risco de conversibilidade, permitindo, assim, uma redução expressiva do patamar de equilíbrio da taxa de juros doméstica e, dessa forma, um aumento do investimento e uma aceleração do crescimento econômico.

Esses argumentos foram levantados, inicialmente, por Arida (2003a, 2003b) e Bacha (2003) em artigos publicados em jornais de grande circulação nacional, tendo sido posteriormente publicados pela *Revista de Economia Política*. A crítica acadêmica à tese de plena conversibilidade da conta de capital foi feita, entre outros, por Beluzzo e Carneiro (2004) e por Oreiro, Paula e Silva (2004).

Nesse último artigo, argumentou-se que (i) os supostos efeitos da plena conversibilidade da conta de capital sobre o prêmio de risco-país não encontram respaldo ou antecedente na literatura internacional especializada

[1] Este capítulo é uma versão modificada de Ono *et al*. (2005).

sobre o tema, o que sinalizaria a ausência de uma fundamentação teórica mais consistente; e (ii) testes econométricos preliminares sobre a relação entre prêmio de risco Brasil e o grau de conversibilidade da conta de capital, tal como medido pelo índice proposto por Cardoso e Goldfajn (1998), mostram que o nível de conversibilidade da conta de capitais não tem nenhum impacto *estatisticamente significativo* sobre o prêmio de risco.

A proposta de Arida e Bacha foi ressuscitada, pelos autores com novos argumentos, no início de 2004, em um documento de circulação restrita que foi escrito por Arida, Bacha e Lara Resende (2003) e em um artigo escrito por Arida (2004). No primeiro artigo, os autores reiteram a tese de que a plena conversibilidade da conta de capitais não só é uma proposta factível de política econômica para o Brasil – em função da solidez dos "fundamentos macroeconômicos" (câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação) – como, além de tudo, desejável, pois atuaria no sentido de reduzir o prêmio de risco-país, contribuindo para a queda da taxa de juros e para a aceleração do crescimento econômico. Os possíveis efeitos colaterais dessa medida – como, por exemplo, o aumento da vulnerabilidade da economia a mudanças no "humor" dos mercados financeiros internacionais – poderiam ser combatidos com políticas como a compra de reservas em moeda estrangeira por parte do Banco Central. No segundo artigo, Arida detalha suas críticas à possibilidade de introdução de controles de capital no Brasil, que segundo ele agrava os desajustes no mercado de câmbio, com efeitos negativos tanto para a gestão macroeconômica, quanto para o próprio crescimento do país.[2]

Nesse contexto, o presente capítulo tem por objetivo avaliar empiricamente a tese de que a plena conversibilidade da conta de capitais poderia atuar no sentido de reduzir a volatilidade da taxa de câmbio, reduzir a taxa de juros doméstica e estimular o crescimento econômico.

Para tanto, apresentamos inicialmente um modelo de vetores auto-regressivos com o objetivo de avaliar a relação entre controles de capitais, taxa de câmbio e taxa de juros. Nesse contexto, utiliza-se o índice de controles de capitais desenvolvido por Cardoso e Goldfajn (1998) para medir o nível dos controles de capitais na economia brasileira. Os resultados do modelo VAR mostram que (i) a taxa de juros responde negativamente aos controles de capitais, ou seja, um aumento nesses controles gera uma *redução da*

[2] Para uma crítica mais ampla à proposta de conversibilidade plena da conta de capital no Brasil feita por Arida, ver Ferrari Filho *et al.* (2005).

taxa de juros; e (ii) a taxa de câmbio não responde a variações no índice de controles de capitais. Esses testes econométricos nos permitem concluir que (a) a plena conversibilidade da conta de capitais, defendida por Arida, poderia atuar no sentido de aumentar o nível da taxa de juros doméstica; e (b) não existem evidências sólidas que justifiquem a idéia de que os controles de capitais produzem e/ou acentuam a volatilidade da taxa de câmbio.

Em um segundo exercício econométrico, utilizando-se dados em painel, avalia-se o efeito do regime de plena conversibilidade da conta de capital sobre a taxa de crescimento da renda *per capita* em um grupo de 74 países no período 1985-1999. Os resultados da regressão com dados em painel mostram que a relação entre conversibilidade da conta de capital e crescimento é estatisticamente não significativa tanto para países da OCDE como para países fora da OCDE. Dessa forma, não há nenhuma razão objetiva para se acreditar que a adoção de um regime de plena conversibilidade da conta de capital em uma economia emergente como a brasileira poderia atuar no sentido de acelerar o ritmo de crescimento econômico.

5.2 CONTROLE DE CAPITAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA ESTIMAÇÃO COM VETORES AUTO-REGRESSIVOS (VAR) A PARTIR DA EXPERIÊNCIA RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Desde a crise da dívida externa, no final de 1982, que provocou, entre outras coisas, a interrupção das concessões de empréstimos voluntários, a economia brasileira contou apenas com recursos acordados em processos de renegociação da dívida. Nesse período, os empréstimos voluntários restringiram-se a uma reduzida parcela de desembolsos de matriz para filial.

Entretanto, a crescente liberalização da conta de capital implementada durante a década de 1990 foi marcante para a economia brasileira. O retorno do fluxo de capitais para as economias emergentes refletiu uma maior integração financeira do mercado mundial, aliada a um amplo processo de desregulamentação do sistema financeiro. A captação dos fluxos de capitais justificava-se pelos benefícios teóricos desses fluxos para a performance macroeconômica de um país, mas embora as evidências empíricas mostrem que tais fluxos poderiam trazer sérios problemas para as contas externas.[3]

[3] Para um aprofundamento desta questão, ver Paula *et al.* (2003).

Em virtude da elevada instabilidade financeira/cambial, a economia brasileira apresentou sérias dificuldades para administrar a política econômica. Considerando-se os problemas que a excessiva volatilidade dos fluxos de capitais acarretam para a condução da política econômica, tem-se defendido o uso do controle seletivo de capitais. Segundo Cardoso e Goldfajn (1998) e Cardoso (2000), a adoção dessas medidas de controle de capitais desencoraja certas formas de capitais.

Para avaliar a evolução das medidas implementadas sobre o fluxo de capitais ocorridas na economia brasileira ao longo da década de 1990, utiliza-se o Índice de Controle de Capitais (ICC) elaborado por Cardoso e Goldfajn (1998). Esses autores construíram indicadores com o intuito de medir as mudanças mensais ocorridas na legislação que afetam o fluxo de capital por intermédio das alterações ocorridas no controle à entrada e à saída de capital.

Conforme Cardoso e Goldfajn (1998), há duas medidas de controle de capital, definidas como combinações lineares de mudanças nas restrições sobre fluxos de saída e fluxos de entrada de capitais:[4]

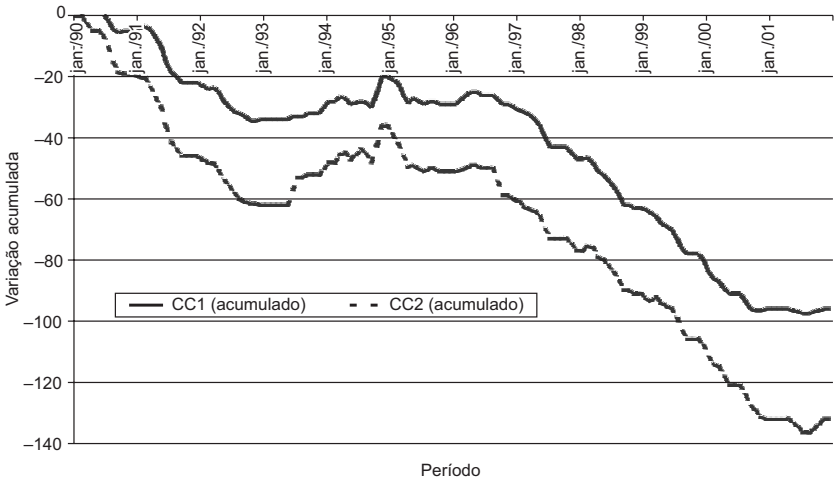
$$\Delta CC_1 = \Delta RI - 0{,}5\ .\Delta RO \quad (1)$$

$$\Delta CC_2 = \Delta RI + 0{,}5\ .\Delta RO \quad (2)$$

sendo que: (i) ΔRI é uma medida imposta sobre o fluxo de entrada de capitais, em que uma mudança na legislação que venha a reduzir tais fluxos, como um aumento no IOF sobre entrada de capitais, recebe valor igual a 1, enquanto uma mudança na legislação direcionada para estimular o fluxo de entrada de capitais recebe um valor igual a –1; (ii) ΔRO é uma medida que capta variação na legislação sobre a saída de capitais, em que qualquer mudança na legislação que vise afetar a redução nos fluxos de saída de capitais recebe valor igual a 1, e qualquer mudança que liberalize a saída de capitais recebe valor igual a –1.

Analisando-se a evolução dos dois indicadores acima em 1990/2001 na Figura 5.1, pode-se observar que houve – como tendência geral – uma gradual e crescente abertura da conta de capital da economia brasileira no pe-

[4] Ambos os indicadores, $\Delta CC1$ e $\Delta CC2$, permitem respostas contrárias nos fluxos de entrada e saída de capitais à mudança em ΔRO ao estabelecer um peso neste de 0,5: a primeira medida assume que restrições sobre saída de capitais têm um impacto maior sobre a saída do que sobre a entrada de capitais, enquanto a segunda medida assume que o impacto sobre os fluxos de entrada das restrições sobre saída de capitais domina os efeitos dessas restrições sobre os fluxos de saída.



Fonte: Elaborado a partir de Soihet (2002).

Figura 5.1 *Índice de controle de capitais: 1990-2001.*

ríodo, confirmando os achados de Cardoso e Goldfajn (1998), Soihet (2002) e Oreiro, Paula e Silva (2004).

Em termos gerais, os controles de capitais no Brasil foram utilizados para assegurar que a implantação do Plano Real fosse tranqüila, sem que o ambiente econômico mais estável e seguro para os investidores pressionasse a taxa de câmbio. Essas e outras medidas restritivas sobre o fluxo de capitais tinham por objetivo melhorar a qualidade do fluxo de capitais que ingressavam no país. Nas palavras de Ariyoshi *et al*. (2000), de certa forma, as medidas adotadas pelo governo brasileiro objetivavam:

> *(...) aprimorar a qualidade dos fluxos de capitais para o Brasil, procurando mudar sua composição de curto para longo prazo, seja através da restrição ou impedimento de investimentos em certos ativos, aumentando o imposto sobre a entrada de certos tipos de capitais de portfólio, seja usando outras medidas para aumentar a maturidade dos investimentos permitidos no Brasil. Restrições foram impostas sobre volume e maturidade do crédito à exportação, que tem sido um canal para driblar as restrições sobre fluxos de entrada de capitais. Fluxos de saída foram totalmente liberalizados* (Ariyoshi *et al*., 2000, p. 45-46).

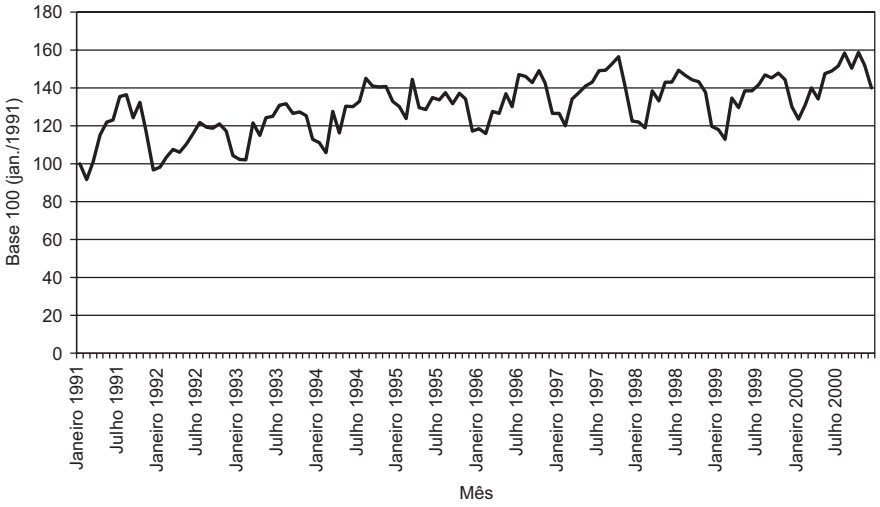
Contudo, ao longo dos primeiros anos da década de 1990, a eficiência das medidas restritivas sobre o fluxo de capitais no Brasil foi limitada. Nas palavras de Ariyoshi *et al*. (2000, p. 46):

> *A principal lição da experiência brasileira parece ser que a efetividade dos controles de capitais pode ser limitada por um ambiente onde a sofistificação dos mercados financeiros reduz o custo de 'driblar' os controles em relação aos incentivos para tanto. A longo prazo, as tentativas repetidas das autoridades de restringir os fluxos de entrada de capitais não foi bem-sucedida, uma vez que o capital continuou a encontrar formas de entrar na economia, particularmente na perspectiva dos persistentes incentivos dados pelo diferencial de taxas de juros que permaneceu alto na ausência de um ajuste fiscal.*

Para avaliar o comportamento das medidas incidentes sobre o fluxo de capitais ao longo da década de 1990, divide-se a análise da seguinte forma (Soihet, 2002, Seção 3.2): entre janeiro de 1990 e julho de 1994, a maioria das medidas relacionadas a controle de capitais foi liberalizante; no período de agosto de 1994 a dezembro de 1996, houve um misto de medidas liberalizantes com medidas restritivas; a partir de 1997, percebeu-se um claro predomínio de medidas liberalizantes.

De fato, como se pode perceber com base na Figura 5.1, o caráter endógeno dos controles de capitais parece bastante evidente, sendo que, em particular, a partir de 1997, em função das sucessivas pressões especulativas sobre o *real*, houve um nítido incentivo por parte do governo a favorecer a entrada e manutenção do capital no país. A experiência recente da economia brasileira mostrou que o país caminhou para uma liberalização crescente da conta de capital, sem que houvesse uma tendência de melhora no desempenho macroeconômico.

Como já destacado, houve, desde o início dos anos 90, uma crescente liberalização da conta de capital no Brasil. Com efeito, segundo Oreiro, Paula e Silva (2004), esse processo foi acompanhado por um aumento da variação da taxa de câmbio e da taxa de juros, o que resultou no comprometimento do desempenho macroeconômico da economia brasileira, principalmente no período pós-Plano Real. O comportamento do produto industrial ao longo da década de 1990 mostra uma tendência crescente, mas oscilou significativamente (ver Figura 5.2).



Fonte: IBGE.

Figura 5.2 *Produção física industrial no Brasil na década de 1990.*

Para efeito do exercício econométrico, com intuito de observar, entre outras coisas, o impacto dos controles de capitais sobre a taxa de câmbio e a taxa de juros, utiliza-se a metodologia Vetores Auto-Regressivos (VAR). Essa metodologia é útil por possibilitar a análise das relações dinâmicas entre variáveis endógenas, sem definir *a priori* a ordem de determinação e causalidade.

A discussão do modelo de Vetores Auto-Regressivos foi introduzida por Christopher Sims (1980), em seu trabalho seminal intitulado "*Macroeconomics and Reality*". Uma das principais contribuições do trabalho de Sims (1980), entre outras coisas, foi tornar os modelos de equações simultâneas capazes de analisar as inter-relações entre as variáveis macroeconômicas e seus efeitos a partir de "choques" que provocam ciclos na economia, isto é, esses modelos foram capazes de analisar a importância relativa de cada "surpresa" (ou inovações) sobre as variáveis do sistema macroeconômico. Esta é a abordagem empírica que possibilita um maior entendimento de como as variáveis macroeconômicas respondem a esses "choques" simultaneamente.[5]

[5] Maia (2001, p. 2-3).

Cada equação definida pelo VAR nada mais é que uma regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) de uma determinada variável em variáveis defasadas de si própria e de outras variáveis componentes do modelo. Dessa forma, a metodologia VAR permite verificar quais as defasagens de uma variável são significativas na determinação do comportamento de uma outra, e vice-versa.

O exercício a ser realizado tem por objetivo estimar um modelo de Vetores Auto-Regressivos (VAR) de forma a analisar a influência da liberalização sobre as variáveis macroeconômicas-chave do Brasil, e vice-versa, no período de julho/1994 a dezembro/2001. Para tanto, selecionamos dados mensais no período em consideração das seguintes variáveis: Índice de Controle de Capitais, da Taxa Básica de Juros e da Taxa de Câmbio.[6]

Inicialmente, foram realizados os testes de ADF para detectar a estacionariedade ou não das séries temporais. Observe que nenhuma das variáveis apresentou estacionariedade em nível, dessa forma, foram diferenciadas e mostraram-se integradas de 1ª ordem, conforme a Tabela 5.1.

Tabela 5.1 *Teste de raiz unitária – ADF*

Discriminação	Defasagens	Constante	Tendência	ADF	DW	Nº Observações	1% Critical Value	5% Critical Value
TxCâmbio	2	sim	sim	–2,25	1,96	87	–4,07	–3,46
DTxcâmbio	1	não	não	–7,86*	1,96	87	–2,59	–1,94
ICC_{1t}	11	sim	sim	–2,81	2,00	78	–4,08	–3,47
DICC1	2	não	não	–3,12*	1,99	86	–2,59	–1,94
$JuroSelic_t$	2	sim	não	–2,14	1,96	77	–3,50	–2,90
Djuroselic	0	não	não	–15,29*	2,19	88	–2,59	–1,94

Nota: * e indicam significância aos níveis de 1% e 5% respectivamente. "D" indica a primeira diferencial da variável.
Os valores críticos para a rejeição da hipótese nula de raiz unitária foram gerados no aplicativo econométrico Eviews 3.1.

onde ICC_{1t} mostra o Índice de Controle de Capitais, calculado pelos autores a partir de Soihet (2002); $JuroSelic_t$ é a taxa de juros Selic acumulada no mês anualizada – Banco Central do Brasil; $Txcambio_t$ é a taxa de câmbio comercial para venda (média) – Banco Central do Brasil.

Para selecionar o melhor modelo VAR para as quatro variáveis, toma-se como base o Critério de Schwarz (CS). Essa estatística é útil para determi-

[6] O período de análise foi escolhido pela disponibilidade de dados.

nar o número de defasagens a incluir no VAR, já que leva em consideração a soma dos quadrados dos resíduos, o número de observações e o número de estimadores do parâmetro. Portanto, quanto menor o valor do *SC*, melhor será o modelo.[7] Dessa forma, a Tabela 5.2 indica que o melhor modelo é aquele com uma defasagem que toma como referência principal o Critério de Schwarz.

Tabela 5.2 *Seleção do modelo para o VAR*

Discriminação	Critério de Schwarz
5 Defasagens	18,88
4 Defasagens	18,62
3 Defasagens	18,47
2 Defasagens	18,34
1 Defasagem	18,20

As variáveis utilizadas na análise foram: Índice de Controle de Capitais, Taxa Básica de Juros e Taxa de Câmbio Comercial. Amostra corresponde a julho/1994 – dezembro/2001.

O Teste de Causalidade de Granger examina se os valores defasados de uma determinada variável ou grupo de variáveis desempenham algum papel na determinação de outras variáveis no sistema. Dessa forma, a rejeição da hipótese indica que tais defasagens são importantes na previsão de uma determinada variável. Sob a hipótese de que a variável X não causa Granger, o PIB podia ser testado simplesmente por meio da regressão do PIB sobre os valores defasados do próprio PIB e da variável X, examinando, em seguida, se o coeficiente da última variável é significativamente diferente de zero (Johnston e Dinardo, 2000).

A Tabela 5.3 nos mostra que a taxa de câmbio determinou, no período considerado, a taxa de juros, o que é razoável se pensarmos que as taxas de juros foram utilizadas, em um primeiro momento, para atenuar as crises internacionais/cambiais e, após 1999, a taxa de juros passou a ser utilizada para combater a inflação (regime de metas de inflação).

[7] O Critério de Schwarz minimiza os erros de forma logarítmica e o critério de informação de Akaike, de forma linear.

Tabela 5.3 *Causalidade de Granger*

Discriminação	DICC[1]	DSELIC	DTXCAMBIO
DICC[1]	—	0.19785	0.97573
DSELIC	0.29862	–	0.48680
DTXCAMBIO	0.46433	0.06430	–

Nota: Os valores menores que 10% indicam a rejeição da hipótese nula, ou seja, aceita-se a hipótese que a variável na coluna causa, no sentido de Granger, a variação discriminada na 1ª linha.

Segundo Johnston e Dinardo (2000), as funções resposta ao impulso permitem calcular as reações em cadeia de um determinado choque. A idéia é supor um sistema de 1ª ordem com duas variáveis:

$$y_{1t} = a_{11}\, y_{1,\,t-1} + a_{12}\, y_{2,\,t-1} + \varepsilon_{1t} \tag{1}$$

$$y_{2t} = a_{21}\, y_{1,\,t-1} + a_{22}\, y_{2,\,t-1} + \varepsilon_{2t} \tag{2}$$

Uma alteração em ε_1 tem um efeito imediato de um para um em y_{1t}, mas não tem efeito em y_{2t}. No período seguinte, essa alteração em y_{1t} afeta $y_{t,t+1}$ através da primeira equação, mas também afeta $y_{2,t+1}$ por meio da segunda equação. Esses efeitos em cadeia se repercutem no tempo. Esse vetor estabelece um choque de um desvio-padrão na primeira equação, mantendo todos os outros choques constantes.

As respostas a um impulso de um desvio-padrão no ICC estão representadas na Figura 5.3. Em suma, os resultados mostram que a taxa básica de juros (Selic) responde negativamente a um impulso no ICC e, portanto, um aumento nos controles de capitais pode diminuir a variação na taxa de juros no curto prazo. A idéia evidenciada é a de que os controles podem ajudar as autoridades monetárias a reduzir a taxa de juros sem que haja uma fuga maciça de capitais do país. Observou-se, também, que a taxa de câmbio não respondeu a um choque no ICC, contrariando a tese de Arida (2004) de que as medidas restritivas sobre o fluxo de capitais causariam um desajuste no mercado cambial, podendo até precipitar um ataque especulativo.

Em suma, pode-se afirmar, a princípio, que o Índice de Controle de Capitais (ICC) influencia as variações na taxa de câmbio e na taxa de juros. Portanto, caso as autoridades monetárias intensificassem o uso dos controles de capitais no Brasil, tanto a taxa de câmbio quanto a taxa de juros do-

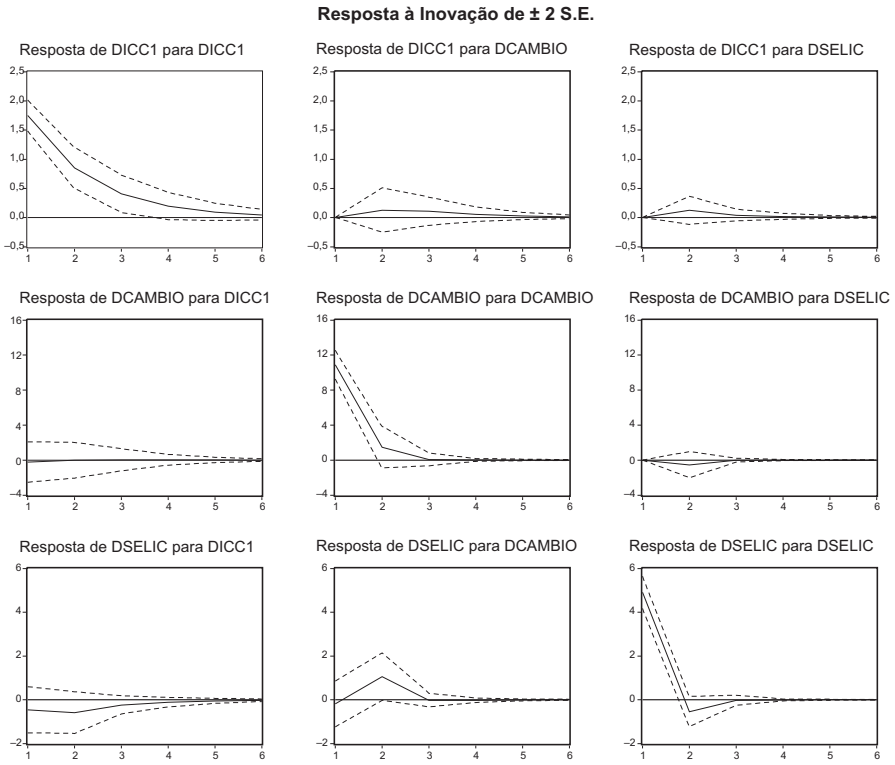


Figura 5.3 *Funções impulso-resposta ($DICC_t$, $DSELIC_t$, $DTXCAMBIO_t$).*[8]

méstica poderiam ficar mais estáveis. Dessa forma, uma redução do grau de conversibilidade da conta de capital no Brasil, não a sua plena conversibilidade, seria a política econômica adequada com vistas a um aumento da performance macroeconômica da economia brasileira.

[8] Convém lembrar que a ordem das variáveis foi desconsiderada por não afetar os resultados encontrados.

5.4 CONVERSIBILIDADE DA CONTA DE CAPITAIS E PERFORMANCE MACROECONÔMICA: UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL

Tendo como base os modelos neoclássicos de crescimento detalhados por Barro e Sala-i-Martin (1995),[9] nesta seção, incorporaremos a conversibilidade da conta de capital[10] como uma variável explicativa para o crescimento do PIB *per capita*. Os referidos autores fazem uma análise empírica para 87 países entre 1965-1975 e 97 países entre 1975-1985 e utilizam a metodologia de dados em painel para avaliar os determinantes da variação do PIB *per capita*. A base de dados primária foi a chamada "*Penn World Tables*",[11] um trabalho desenvolvido por Alan Heston e Robert Summers e as variáveis explicativas utilizadas no modelo foram:

- **PIB *per capita***: aplicou-se o logaritmo natural com o intuito de atenuar os problemas de escala decorrentes da grande discrepância do produto *per capita* entre os países do mundo. O coeficiente captaria a velocidade de convergência condicional.[12]

[9] O objetivo desse exercício econométrico é observar a relação entre conversibilidade da conta de capitais e crescimento da renda *per capita*. Dessa forma, não pretendemos reproduzir integralmente a metodologia adotada por Barro e Sala-i-Martin, mas apenas utilizá-la como referencial teórico.

[10] Trata-se de uma variável *dummy*: 1 (se o país possui conversibilidade parcial da conta de capital) e 0 (se o país possui controles aos fluxos de capitais). Os dados foram coletados do documento editado anualmente pelo FMI e intitulado "*Annual Report on Exchange Arrangements and Exchange Restrictions*". Verificamos neste documento, para cada país da amostra, o campo "E.2. *restrictions on payments for capital transactions*". A partir de 1997, as informações sobre controles de capitais foram desmembradas em dez subitens, indicando, por exemplo, a existência de controles nos mercados de ações e sobre investimento direto. Dessa forma, consideramos a não-existência de controles de capitais caso um país apresentasse restrições em menos de quatro subitens e a existência de controles em caso de cinco ou mais restrições. Ressaltamos que tal metodologia parece não ter criado uma quebra estrutural na série de tempo, uma vez que não houve súbitas mudanças na série entre 1996 e 1997.

[11] Barro e Sala-i-Martin utilizaram a base de dados em sua versão 5.5. A versão atual desses dados é a 6.1 e pode ser encontrada no *site http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt_index.php*.

[12] Segundo Barro e Sala-i-Martin (1995, p. 431), "a convergência é condicional uma vez que ela prediz um crescimento maior em resposta a um baixo PIB *per capita* inicial somente se outras variáveis explanatórias são mantidas constantes."

- **Anos de escolaridade:** esta variável, juntamente com a expectativa de vida, pretende captar o chamado capital humano.
- **Expectativa de vida:** esta variável serve como uma *proxy* para uma performance da sociedade, refletindo, por exemplo, as condições de saúde da população. Novamente foi aplicado o logaritmo natural.
- **Interação entre PIB e capital humano:** nos modelos de crescimento endógeno com dois setores (tal qual Uzawa-Lucas),[13] o efeito do capital humano sobre o crescimento é assumido como equivalente ao do PIB *per capita*. Com o intuito de aplicar uma ponderação às variáveis do capital humano, é feita a multiplicação do Log(PIB) pela soma dos desvios dos anos de escolaridade e expectativa de vida em relação à média.
- **Gastos públicos com educação:** trata-se da razão entre os gastos nominais do governo com educação e o PIB.
- **Taxa de investimento:** trata-se de uma razão entre o investimento doméstico bruto (tanto o público como privado) e o PIB real.
- **Consumo do governo:** é a razão entre a média do consumo do governo em relação ao PIB real menos a razão entre os gastos com defesa e educação em porcentagem do PIB.
- **Prêmio nos "mercados negros" de câmbio:** esta variável foi desenvolvida pelo "*International Currency Analysis*" e serviria como uma *proxy* para as distorções do governo nos mercados financeiros.
- **Instabilidade política:** esta variável captaria a probabilidade de ameaças à propriedade privada, supondo-se que a instabilidade reduz os incentivos ao investimento. Trata-se de uma média ao longo da década das revoluções por ano e dos assassinatos políticos por milhões de habitantes.
- **Termos de troca:** trata-se da taxa anual de crescimento dos termos de troca.[14]

[13] Ver Barro e Sala-i-Martin (1995, Capítulo 5).
[14] Os termos de troca referem-se à capacidade de importação de bens e serviços subtraída da capacidade de exportação, em preços constantes.

No presente estudo, selecionou-se uma amostra[15] de 74 países para o período de 1985 a 1999 a partir da base de dados do Banco Mundial (*World Development Indicators*, 2001). Na Tabela 5.4, são apresentados os resultados do painel envolvendo as seguintes variáveis explicativas:

- PIB *per capita* (LNPIB: aplicou-se o logaritmo ao PIB, em dólares de 1995, dividido pela população na metade do ano);
- Taxa de alfabetização (ALFAB: esta medida da situação educacional do país foi utilizada devido à insuficiência de dados para os anos de escolaridade);
- Expectativa de vida (LNEV: aplicou-se o logaritmo à expectativa de vida ao nascer de homens e mulheres);
- Interação entre PIB e capital humano (PIBKH: multiplicou-se o logaritmo do PIB *per capita* à soma dos desvios da taxa de alfabetização e da expectativa de vida em relação a suas médias);
- Taxa de investimento (INV: foi utilizada a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB);
- Consumo do governo (CG: são os gastos do governo em consumo final como porcentagem do PIB, excluindo os gastos militares em capital fixo);
- Taxa de poupança (POUP: trata-se do PIB menos os gastos com consumo como porcentagem do PIB. Esta variável é fundamental para o crescimento da renda *per capita* nos modelos de crescimento endógeno);
- Convertibilidade da conta de capitais (CONV: foi incorporada ao modelo como uma *Dummy*);
- Valor **1** para os países com plena conversibilidade da conta de capital e **0** para os países que possuem conversibilidade **parcial** da conta de capital.

[15] A indisponibilidade integral de uma série, por exemplo, os gastos públicos com educação e a variação dos termos de troca foram os principais empecilhos à ampliação do escopo da análise. Além disso, o Banco Mundial não mantém quaisquer dados referentes à instabilidade política ou ao prêmio de risco nos "mercados negros" de câmbio.

Geralmente, deseja-se verificar as relações entre algumas variáveis dispersas entre um determinado número de países (unidades *cross-section*) e ao longo de uma série temporal. Por exemplo, tem-se por objetivo fazer uma regressão do PIB durante uma série de tempo para uma amostra de países. Quando os dados estão dispostos dessa forma, o instrumento analítico de *Dados em Painel* é o mais indicado.

Uma das vantagens da estimação com dados em painel é que a metodologia leva em consideração a heterogeneidade individual. Assim, os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadas dos países. Essas características podem ou não ser constantes ao longo do tempo. Por outro lado, os dados em painel proporcionam uma quantidade maior de informação, maior variabilidade dos dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação (Marques, 2000).

Para captar a heterogeneidade dos países da amostra, estimamos coeficientes fixos (α_i) distintos para cada país.[16] Tais efeitos fixos são calculados por meio da subtração das médias de cada uma das variáveis, utilizando os dados transformados para estimar os mínimos quadrados ordinários:

$y_i - \bar{y} = \alpha_i + (x_i - \bar{x}_i)'\beta + (\varepsilon_i - \bar{\varepsilon}_i)$, onde

$\bar{y}_i = \sum_t y_i / T, \bar{x}_i \sum_t x_i / T, \bar{\varepsilon}_i = \sum_t \varepsilon_i / T$ e T é o número de períodos observados (Marques, 2000; Manual do Eviews, 2002).

Ao estimarmos o modelo a partir dos dados em nível, nos deparamos com um problema de autocorrelação entre os países, revelado pela estatística Durbin-Watson. Para contornar tal situação, fizemos uso do procedimento da quase diferença,[17] que consiste em utilizar o modelo abaixo:

$$y_{it} - y_{i,t-1} = \alpha_i(1-\rho) + (x_{it} - \rho \cdot x_{i,t-1})'\beta + \varepsilon_{it} - \rho \cdot x_{i,t-1} + \mu_i \cdot (1-\rho)$$

onde ρ é o coeficiente de autocorrelação, obtido a partir de um processo AR(1), $\varepsilon_{it} - \rho \cdot x_{i,t-1} + \nu_{it}$. Com isso, obtivemos o resultado expresso na Tabela 5.4:

[16] "Uma forma de conjugar a parcimônia com a heterogeneidade e a interdependência é admitir que os coeficientes β são idênticos para todos os indivíduos, com exceção do termo independente β_i, que é específico a cada indivíduo, mantendo-se a hipótese da homogeneidade das observações" (Marques, 2000, p. 6).

[17] Veja Greene (2003, p. 317).

Tabela 5.4 *Variável dependente: taxa anual de crescimento da renda* per capita *(em US$ constantes de 1995). Dados em painel (1985–1999)*

	Todos	**OCDE**	**Não OCDE***
$LNPIB_{t-1}$	–34,249	–61,325	–29,943
	(0,000)	(0,000)	(0,000)
$LNEV_{t-1}$	–23,602	339,796	–65,217
	(0,181)	(0,079)	(0,039)
$ALFAB_{t-1}$	–0,193	0,313	–0,403
	(0,150)	(0,769)	(0,073)
$PIBKH_{t-1}$	0,089	–0,079	0,192
	(0,023)	(0,742)	(0,025)
CONVERT	**0,407**	**0,228**	**–0,026**
	(0,202)	**(0,437)**	**(0,956)**
CG	–0,355	–0,998	–0,297
	(0,000)	(0,000)	(0,000)
INV	0,125	0,325	0,078
	(0,017)	(0,001)	(0,103)
POUP	0,124	0,116	0,118
	(0,009)	(0,315)	(0,007)
R^2	0,30	0,54	0,29
Durbin Watson	1,90	1,40	1,84
Nº de Países	74	21	53
Nº de Observ.	962	273	742

* Modelo para dados em nível.
Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial/FMI.

Na pesquisa realizada anteriormente (Ono *et al.*, 2004), para uma amostra de 61 países entre 1996 e 1999, observamos um sinal negativo para o coeficiente que mede o efeito da conversibilidade da conta de capital sobre o crescimento da renda *per capita*. Dessa forma, concluímos que *países com a conta de capital conversível tenderiam a apresentar reduções na renda* per capita. Evidentemente, o número reduzido de países e o período extremamente curto privaram o trabalho de uma conclusão mais robusta.

Ao estendermos a quantidade de países e o período da análise e empregando a mesma metodologia previamente utilizada, a partir de Barro

e Sala-i-Martin (1995), obtivemos resultados, na Tabela 5.4, que não corroboraram a conclusão anterior, visto que o coeficiente relativo à conversibilidade demonstrou-se estatisticamente não significativo e próximo de 0. Poderíamos inferir que a relação entre conversibilidade da conta de capital e crescimento econômico seria positiva para alguns países e negativa para outros. Contudo, ao secionarmos a amostra em dois grupos, entre países-membros da OCDE e não-membros da OCDE, os resultados permaneceram *inconclusivos*.[18] No caso dos países-não-membros da OCDE, o coeficiente apresentou um sinal ligeiramente negativo, mas não significativo estatisticamente (p-valor: 0,956). Outras variáveis utilizadas na regressão também apresentaram coeficientes não significativos (a 5% ou 10%) e, ainda uma variabilidade de sinais entre as regressões,[19] como ocorreu, por exemplo, com o logaritmo da expectativa de vida (LNEV).

A exemplo dos resultados obtidos por Rodrik (1998), não encontramos evidências, a partir de nossas regressões, de que os países sem controles de capitais cresceram mais rapidamente. Ou, mais além, a liberalização da conta de capital parece não guardar nenhuma relação significativa com o desempenho macroeconômico no longo prazo.

5.4 CONCLUSÕES

A análise feita neste capítulo indica a não-desejabilidade de se adotar a proposta de plena conversibilidade da conta de capital no Brasil.

De fato, os resultados obtidos ao longo do presente trabalho rejeitam a tese defendida por Arida e Bacha de que os controles de capitais poderiam

[18] Não há um consenso na literatura empírica sobre a relação entre diferentes regimes da conta de capital e a performance macroeconômica. Dentre os principais motivos estão as diferentes metodologias para o cálculo da liberalização, o tamanho e a heterogeneidade da amostra. Entre os autores que apontam para uma relação positiva entre liberalização da conta de capitais e crescimento econômico estão Quinn (1997), Edwards (2001), Eichengreen e Lebrang (2002), e Tornell, Westermann e Martinez (2004). Ainda assim, com ressalvas: a liberalização pode ser benéfica somente a economias industrializadas e países emergentes mais ricos, e, ainda, haveria evidências de que controles de capitais são importantes em momentos de instabilidade financeira. Há, ainda, autores como Rodrik (1998) e Prassad *et al*. (2003) que não encontraram qualquer relação significativa entre liberalização da conta de capital e desempenho macroeconômico no longo prazo.

[19] Levine e Renelt (1992) criticam as regressões de crescimento econômico, apontando a falta de robustez de algumas variáveis devido à sensibilidade dos coeficientes ao tamanho da amostra (países e períodos selecionados).

atuar no sentido de desajustar o mercado cambial, aumentar a taxa de juros e comprometer a performance macroeconômica das economias, inclusive a brasileira. Em suma, os exercícios mostraram que: (i) os controles de capitais podem atenuar a volatilidade da taxa de câmbio e reduzir a taxa de juros; e (ii) a regressão utilizando dados em painel para uma amostra de 74 países no período (1985-1999) mostrou que a plena conversibilidade da conta de capital não foi significativa na determinação do nível de renda *per capita* dos países que a adotaram.

Os testes econométricos feitos no presente capítulo, ainda são preliminares. A análise realizada na Seção 5.3, para um período de 14 anos (1985-1999), indicou uma rejeição da hipótese da relação entre a conversibilidade da conta de capital e o crescimento da renda *per capita*. Para uma análise mais consistente, deve-se, contudo, trabalhar com uma amostra maior do que a utilizada no presente trabalho. Em estudos futuros, pretende-se ampliar o período de análise, através da coleta de mais informações relativas à conversibilidade da conta de capital.

REFERÊNCIAS

Arida, P. "Ainda a conversibilidade". *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3, p. 135-142, 2003a.

_____. "Por uma moeda plenamente conversível". *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3, p. 151-154, 2003b.

_____. "Aspectos macroeconômicos da conversibilidade: uma discussão do caso brasileiro", mimeo, 2004.

_____. Bacha, E.; Lara-Resende, A. "High Interest Rates in Brazil: Conjectures on the Jurisdictional Uncertainty", mimeo, 2003.

Bacha, E. "Reflexões pós-cepalinas sobre inflação e crise externa". *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3, p. 143-150, 2003.

Banco Central do Brasil (BCB). Relatório Anual. Brasília, vários anos.

Banco Mundial. *World Development Indicators*, 2001.

Barro, R. J.; Sala-i-Martin, X. *Economic Growth*. Princeton: McGraw-Hill, 1995.

Beluzzo, L.G.; Carneiro, R. "O mito da conversibilidade". *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 218-222, 2004.

Calvo, G.; Mendoza, E. G. "Rational Contagion and the Globalization of Securities Markets". *Journal of International Economics,* v. 51, p. 79-113, 2000.

Cardoso, E. "Fluxos de capitais para América Latina na década de 90". *In*: Fontes, R.; Arbex M. (Orgs.). *Economia Aberta*. Viçosa: UFV, 2000.

_____. Goldfajn, I. "Capital flows to Brazil: the endogeneity of capital controls". *IMF Staff Papers*, v. 45, n. 1, p. 161-202, 1998.

Castellar, P.V. *A Política Cambial Brasileira: o caráter endógeno dos controles de capitais de curto prazo no Brasil (1994-1999)*. Dissertação de Mestrado, IE-UFRJ, 2001. Disponível em: *http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/Papers/RiscoBrasilPPE0107192* PDF. Acessado em: 19/4/2004.

Edwards, S. "Capital Mobility and performance: are emerging economies different?". *National Bureau of Economic Research*, Working Paper Series, WP n. 8.076, 2001.

Eichengreen, B., Legland, D. "Capital account liberalization and growth: was Mr. Mahathir right?". *NBER Working Paper Series*, n. 9.427, 2002.

Ferrari Filho, F.; Jayme, F.G.; Lima, G.T.; Oreiro, J.L.; Paula, L.F. "Uma avaliação crítica a proposta de conversibilidade plena do real". *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1, p. 133-151, 2005.

Fundo Monetário Internacional (FMI). *Annual Report on Exchange Arrangements and Exchange Restrictions*, vários anos.

Greene, W. *Econometric Analysis*. 5. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

Johnston, J.; Dinardo, J. *Métodos econométricos*. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

Levine, R.; Renelt, D. "A sensitivity analysis of cross-country growth regressions". *American Economic Review*, v. 82, n. 4, p. 942-963, 1992.

Maia, S. F. "Modelos de Vetores Auto-regressivos (VAR): uma Introdução". *Texto para Discussão*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, n. 60. 2001.

Mankiw, N.G.; Romer, D.; Weil, D. "A Contribution to the Empirics of Economic Growth". *Quarterly Journal of Economics* v. 107, n. 2, p. 407-437, 1992.

Manual do Eviews. "EViews 4 User's Guide", 2002. Disponível em: *http://www.eviews.com/eviews4/eviews4/EViews41PDF.zip* Acessado em: 22/4/2004

Marques, L.D. Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: revisão de literatura, 2000. Disponível em *http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp100* PDF. Acessado em: 19/4/2004.

Ono, F.; Silva, G.J.; Oreiro, J.; Paula, L. "Conversibilidade da conta de capitais e seus desdobramentos: evidências a partir da experiência recente da economia brasileira e mundial". *In*: *Anais da VII Encontro de Economia da Região Sul*, p. 197-218, 2004.

_____. Silva, G.J.; Oreiro, J.; Paula, L. "Conversibilidade da conta de capital, taxa de juros e crescimento econômico". *Revista de Economia Contemporânea*, v. 9, n. 2, p. 232-261, 2005.

Oreiro, J. L.; Paula, L. F.; Silva, G.J. "Por uma moeda parcialmente conversível: uma crítica a Arida e Bacha". *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 223-237, 2004.

Paula, L. F.; Oreiro, J. L.; Silva, G.J. "Fluxos e controle de capitais no Brasil: avaliação e proposição de política". *In* Sicsú, J.; Oreiro, J. L.; Paula, L.F. (Org.). *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*. Barueri/SP: Editora Manole, 2003.

Prassad, E.; Rogoff, K.; Wei, S.; Kose, M. *Effects of financial globalization on development countries: some empirical evidence,* mimeo (*www.imf.org*), 2003.

Quinn, D. "The Correlates of Change in International Financial Regulations". *American Political Science Review*, v. 91, n. 3, 1997.

Rodrik, D. "Who need Capital Account Convertibility?". *Princeton Essays in International Finance, International Finance Section*, n. 207, 1998.

Romer, D. *Advanced Macroeconomics*. Princeton: McGraw-Hill, 1996.

Sims, C. "Macroeconomics and reality". *Econometrica*, v. 48, n. 1, p. 1-48, 1980.

Soihet, E. *Índice de Controle de Capitais: uma análise da legislação e dos determinantes de fluxo de capital no Brasil no período 1990-2000*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 2002.

Tornel, A.; Westermann, F.; Martinez, L. "The Positive Link Between Financial Liberalization Growth and Crises". *National Bureau of Economic Research*, Working Paper Series, WP n. 10.293, 2004.

NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Um projeto nacional de crescimento com eqüidade social

PREFÁCIO

José Alencar
Vice-Presidente da República

ORGANIZADORES

João Sicsú
Luiz Fernando de Paula
Renaut Michel

AUTORES

Carlos Eduardo Carvalho
Cláudio Salm
David Kupfer
Fábio Hideki Ono
Fernando J. Cardim de Carvalho
Frederico G. Jayme Jr.
Guilherme Jonas Costa da Silva
J. Carlos de Assis
Jennifer Hermann
João Saboia
João Sicsú
José Cláudio Ferreira da Silva
José Luís Oreiro
Leda Maria Paulani
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Luiz Fernando de Paula
Marcelo Paixão
Marco Crocco
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo
Paulo Nogueira Batista Jr.
Renaut Michel

Manole

Konrad-Adenauer-Stiftung

Copyright © 2005 Editora Manole Ltda., por meio de contrato de co-edição com a Konrad Adenauer Stiftung.

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Luargraf Serviços Gráficos Ltda.-ME

Capa: Departamento de Arte da Editora Manole

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP

Novo-desenvolvimentismo : um projeto nacional de crescimento com eqüidade social / organizadores João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Renaut Michel. – Barueri : Manole; Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2005.

Vários autores
Bibliografia
ISBN 85-98416-04-5 (Manole)

1. Brasil – Política econômica. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Economia – Aspectos sociológicos. 4. Estabilização econômica – Brasil. 5. Macroeconomia.
I. Sicsú, João. II. Paula, Luiz Fernando de. III. Michel, Renaut.

04-7251 CDD-339.50981

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida,
por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores.
É proibida a reprodução por xerox.

Direitos adquiridos pela:
Editora Manole Ltda.
Avenida Ceci, 672 – Tamboré
06460-120 – Barueri – SP – Brasil
Tel.: (11) 4196-6000 – Fax: (11) 4196-6021
www.manole.com.br
info@manole.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Prefácio XXI
José Alencar, vice-presidente da República

Apresentação XXVII
Michael Fritsche

Introdução XXXIII

Estrutura do Livro LIII

PARTE I – Redirecionando a Macroeconomia

1. Macroeconomia Pós-Plano Real: as relações básicas 3
Luiz Carlos Bresser-Pereira

2. Sem Esperança de Ser País: o governo Lula, dezoito meses depois 49
Leda Maria Paulani

3. A Macroeconomia do Pleno Emprego 77
J. Carlos de Assis

PARTE II – Reconquistando a Soberania Nacional

4. Blindando a Economia Brasileira: existe alternativa aos programas do FMI? 97
João Sicsú

5. As Negociações da Alca no Governo Lula 117
Paulo Nogueira Batista Jr.

6. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil 133
Luiz Carlos Bresser-Pereira

7. Vulnerabilidade Externa e Saldos Comerciais no Brasil. 145
Frederico G. Jayme Jr. e Marco Crocco

PARTE III – Transformando a Realidade Socioeconômica

8. A Macroeconomia da Concentração de Renda e da Estagnação. 165
José Cláudio Ferreira da Silva e Renaut Michel

9. Estagnação Econômica, Desemprego e Exclusão Social 189
Cláudio Salm

10. Mercado de Trabalho no Brasil: fatos e alternativas 217
João Saboia

11. Tecnologia e Emprego São Realmente Antagônicos? 239
David Kupfer

12. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda: possibilidades e limites 271
Jennifer Hermann

13. Nada Haver ou Tudo a Ver? Diálogos entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil 301
Marcelo Paixão

PARTE IV – Reformando o Sistema Financeiro

14. O Sistema Financeiro Brasileiro: a modernização necessária 329
Fernando J. Cardim de Carvalho

15. *Spread* Bancário no Brasil: determinantes e proposições de política 347
Fábio Hideki Ono, Guilherme Jonas Costa da Silva, José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula

16. Dívida Pública: um debate necessário 379
Carlos Eduardo Carvalho

17. Por uma Dinâmica Monetária e Financeira menos Excludente 401
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 345

15

Spread Bancário no Brasil: determinantes e proposições de política*

Fábio Hideki Ono
Guilherme Jonas Costa da Silva
José Luís Oreiro
Luiz Fernando de Paula

Introdução

No Brasil, em razão do sucesso do processo de estabilização de preços, da maior abertura e integração ao mercado financeiro internacional e, mais recentemente, da adoção de um regime de taxa de câmbio flutuante, esperava-se que os *spreads* bancários – a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos – iria, em algum grau, convergir aos níveis internacionais. Todavia, há no presente um certo desapontamento com relação aos resultados alcançados. Apesar da queda da taxa de juros que ocorreu a partir de meados de 1999, o *spread* bancário no Brasil ainda se mantém em patamares elevadíssimos em termos internacionais, situando-se ao redor de 40% nos últimos anos.[1]

* O apoio do Pronex/CNPq/Faperj é reconhecido.

[1] Segundo Afanasieff Lacher e Nakane (1, p.7), o *spread* bancário anual era de 11,96% no México, 2,75% na Argentina, 5,64% no Chile, 2,77% nos Estados Unidos e 3,15% na Zona do Euro.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 346

De fato, um dos principais fatores que impedem o crescimento do crédito no Brasil – cuja relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB) tem caído de forma acentuada de 1994 aos dias de hoje – são as elevadíssimas taxas de juros dos empréstimos que têm sido praticadas no país, as quais explica, ao menos em parte, a alta rentabilidade dos grandes bancos varejistas. Por sua vez, o baixo nível de crédito no Brasil é um dos fatores que têm contribuído para que a economia cresça abaixo de seu potencial.

Embora já se tenham alguns estudos acadêmicos sobre a determinação do *spread* no Brasil, a explicação sobre o nível do elevado *spread* bancário ainda é uma questão em aberto. Alguns estudos procuraram aferir se o *spread* bancário elevado estaria relacionado à baixa concorrência existente no setor, mas os resultados estão longe de ser conclusivos.[2] Por outro lado, tem sido bastante veiculado – por exemplo, pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) – que os altos *spreads* resultam fundamentalmente do *crowding out* do governo no mercado de títulos, em razão de sua elevada dívida, dos níveis elevados de compulsório sobre os depósitos dos bancos, da tributação excessiva sobre as operações de crédito, e ainda do elevado volume de créditos direcionados, tudo isso fazendo com que os bancos tenham menos recursos para emprestar e a um custo artificialmente mais alto.[3]

Um estudo no Brasil – que tem passado despercebido na discussão brasileira – fugiu à regra. Afanasieff, Lhacer e Nakane (1), utilizando a abordagem de dois estágios de Ho e Saunders (12), investigam se os fatores macro e microeconômicos são relevantes para explicar o comportamento do *spread* no país, e concluem que os resultados sugerem que variáveis macroeconômicas – como a taxa básica de juros e o crescimento do produto – são os fatores mais relevantes para explicar tal comportamento. Esse resultado, contudo, não é surpreendente, considerando que outros estudos internacionais apresentam evidências de que a

[2] Ver, por exemplo, a resenha sobre concorrência e *spread* bancário no Brasil feita por Nakane (23).

[3] Para uma análise sobre os argumentos da Febraban em relação ao *spread* bancário, ver Mendes (21).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 347

incerteza do ambiente econômico que envolve os bancos parece ser uma importante causa na determinação dos *spreads* bancários (9; 31). No caso do Brasil, dada a instabilidade macroeconômica que tem caracterizado a economia desde o início da década de 1980, é de esperar que os fatores macroeconômicos tenham uma importância fundamental na determinação do *spread* no país.

O presente capítulo objetiva aprofundar a discussão sobre a determinação do *spread* bancário no Brasil, procurando, em particular, aprofundar a análise dos determinantes macroeconômicos do *spread* no período recente. Para tanto, o capítulo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2, é realizada uma revisão na literatura sobre os determinantes do *spread*, enquanto a seção 3 avalia brevemente alguns estudos de caso. A seção 4 efetua uma análise da evolução e dos determinantes do *spread* bancário no Brasil. A seção 5 – conclusiva – discute algumas medidas que poderiam ser adotadas para redução do *spread* bancário.

Os Determinantes do *Spread* Bancário: Uma Breve Revisão da Literatura Convencional

A literatura teórica convencional sobre os determinantes do *spread* bancário tem se desenvolvido em torno de duas principais abordagens. Na primeira abordagem – "modelos de monopólio" –, cujo trabalho seminal é de Klein (15), vê-se o banco como uma *firma* cuja principal atividade é produzir serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários, representada por uma função custo do tipo *C(D, L),* onde *D* é o volume de depósitos "produzido" pelo banco e *L* é o volume de empréstimos.[4] A atividade da firma bancária se desenvolve, via de regra, num ambiente de mercado que é caracterizado pela presença de concorrência monopolista ou imperfeita, tanto no mercado de crédito como no

[4] Faz-se a suposição tradicional de que o custo marginal dos empréstimos e dos depósitos é positivo e crescente.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 348

mercado de depósitos. Isso significa que o banco tem poder de monopólio na fixação da taxa de juros em pelo menos um dos mercados em que opera, normalmente o mercado de crédito, comportando-se como um formador de preços – *price setter*. Esse poder de monopólio explicaria a escala de operação e as estruturas ativa e passiva do banco, levando em conta que as decisões de um banco individual seriam capazes de afetar as taxas que remuneram os componentes do passivo, assim como aqueles integrantes do ativo bancário. Portanto, o *spread* bancário reflete fundamentalmente, nessa abordagem, o "grau de monopólio" do banco, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos.

Na segunda abordagem, cujo trabalho seminal é de Ho e Saunders (12),[5] o banco é visto não como uma firma, mas como um simples intermediário entre o tomador final – as firmas – e o emprestador último – as famílias. Essa atividade de intermediação está, no entanto, sujeita a dois tipos de incerteza. Em primeiro lugar, existe a incerteza gerada pela falta de sincronização entre depósitos e empréstimos. Essa falta de sincronização impõe um risco de taxa de juros para o banco.[6] Para que possamos entender o porquê disso, consideremos que o banco se defronte com uma demanda inesperadamente alta de empréstimos, demanda essa superior ao volume recebido de depósitos e às suas reservas livres. Nesse caso, ele se verá obrigado a financiar a demanda excessiva de crédito no mercado interbancário, incorrendo, assim, num risco de refinanciamento caso haja um aumento da taxa de juros (19, p.4). Por outro lado, se o banco se defrontar com uma oferta inesperadamente alta de depósitos, cuja magnitude seja superior ao volume de empréstimos

[5] Extensões do modelo básico de Ho e Saunders foram feitas por Allen (1), McShane e Sharpe (20), Angbazo (4) e Maudos e Guevara (19).

[6] O risco de taxa de juros está relacionado ao risco de um banco ter um *spread* pequeno ou mesmo negativo em suas operações de intermediação financeira, devido às oscilações das taxas de juros de mercado: no momento de refinanciamento do ativo pode ocorrer uma variação nos custos de captação que pode ser incompatível com o rendimento esperado das aplicações. Conseqüentemente, os lucros podem ser reduzidos, caso um banco com uma grande quantidade de ativos com taxas de juros fixas venha a se deparar com um grande aumento nos custos de captação de curto prazo.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 349

concedidos pelo banco no mesmo período, então ele deverá aplicar esse excesso de recursos no mercado interbancário. Dessa forma, o banco estará incorrendo em um risco de reinvestimento caso haja uma redução da taxa de juros (19, p.4).

Em segundo lugar, a atividade de intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos. Essa incerteza decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida em função da inadimplência, voluntária ou não, dos tomadores. O percentual de empréstimos em *default*, contudo, não é uma variável conhecida *ex-ante* pelo banco, o qual pode apenas estimar uma probabilidade de *default*.

Um aspecto importante da abordagem Ho e Saunders é que ela abre espaço para a influência de variáveis macroeconômicas na determinação do *spread* bancário (31, p.815). De fato, a volatilidade da taxa de juros cobrada sobre os empréstimos realizados no mercado interbancário é reflexo direto da *estabilidade macroeconômica* do país. Quanto mais instável for a economia de um dado país – por exemplo, quanto maior for a variabilidade da taxa de inflação e da taxa de câmbio –, maior será a volatilidade resultante da taxa básica de juros[7] e, por conseguinte, maior será o *spread* bancário. Nesse contexto, o *spread* pode ser reduzido por intermédio de políticas macroeconômicas que diminuíam a *volatilidade da taxa básica de juros.*

A instabilidade macroeconômica pode afetar o *spread* bancário por mais dois outros canais. O primeiro deles é o grau de aversão ao risco. Com efeito, a aversão ao risco dos bancos deve, em alguma medida, refletir a própria instabilidade do ambiente de mercado no qual eles operam. Quanto mais instável for esse ambiente, maior deve ser a aversão ao risco dos bancos. Sendo assim, um país que possua um histórico de grande instabilidade macroeconômica deverá possuir bancos que tenham um elevado grau de aversão ao risco.

O segundo canal é a existência de uma relação de longo prazo entre o risco de taxa de juros e o risco de crédito. Uma elevada volatili-

[7] Principalmente no caso em que a política monetária é conduzida com base no sistema de *metas de inflação*.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 350

dade da taxa básica de juros deve se traduzir, em alguma medida, numa alta variabilidade do nível de produção real. Nesse contexto, os lucros das firmas também deverão apresentar uma grande variabilidade, o que aumenta a probabilidade de *default* nos momentos em que os lucros estiverem abaixo do seu valor esperado. Daqui se segue que *a instabilidade macroeconômica se reflete não apenas numa alta volatilidade da taxa de juros, como também num elevado risco de crédito*, ou seja, essa instabilidade gera uma forte relação de longo prazo entre o retorno dos empréstimos e o retorno das aplicações no mercado interbancário.

Alguns Estudos de Casos Internacionais

Nos últimos anos, uma vasta literatura empírica sobre os determinantes do *spread* bancário tem sido desenvolvida. Uma primeira vertente dessa literatura tem procurado testar empiricamente o modelo teórico de *spread* bancário desenvolvido por Ho e Saunders (12).[8] A maior parte desses trabalhos utiliza a metodologia de estimação do "*spread* puro" desenvolvida pioneiramente por esses dois autores. Essa metodologia parte do pressuposto de que o *spread* efetivo é composto pelo *spread* puro ajustado para cima ou para baixo pelo pagamento implícito de juros – isenção de tarifas para certas classes de clientes –, pelo custo de oportunidade de retenção das reservas e pelas exigências de capital próprio advindas das normas de regulação e de supervisão bancária. Nesse contexto, o *spread* puro é estimado por intermédio de um processo em duas etapas, tal como detalhado pelos autores.[9] No artigo de Saunders e Schumacher (31), por exemplo, utiliza-se uma

[8] Alguns dos trabalhos mais importantes nessa linha de pesquisa são os de McShane e Sharpe (20), Angbazo (4), Saunders e Schumacher (31), e Maudos e Guevara (19).

[9] O *spread* puro é estimado por intermédio de um processo em duas etapas. Na primeira etapa roda-se uma regressão *cross-section* da margem líquida de intermediação de cada banco do país selecionado em um determinado ano. Já na segunda etapa roda-se uma regressão com dados em painel das estimativas do *spread puro* obtidas na primeira etapa contra uma série de variáveis que refletem a estrutura de mercado e os riscos da atividade de intermediação financeira.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 351

amostra com 746 bancos de sete países – Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Suíça – no período 1988-1995.

Essa metodologia tem a vantagem de separar a influência sobre o *spread* puro das variáveis macroeconômicas – por exemplo, a volatilidade da taxa de juros – da influência das variáveis microeconômicas – por exemplo, a estrutura de mercado do setor bancário.

Os resultados obtidos por Saunders e Schumacher foram os seguintes:

- entre as variáveis microeconômicas, aquela que tem maior impacto sobre o *spread* bancário é o pagamento implícito de juros. Em outras palavras, os bancos compensam a renúncia de receita na forma de isenção de tarifas com uma maior margem de intermediação financeira. O requerimento de capital próprio também apresentou uma influência positiva e estatisticamente significativa sobre o *spread* puro;
- a estrutura de mercado do setor bancário tem pouca influência sobre os *spreads*. Com efeito, apenas 0,2% das margens de intermediação podem, na média, ser explicadas pelo poder de mercado dos bancos;
- a volatilidade da taxa de juros tem um impacto positivo e estatisticamente significativo sobre o *spread* bancário. Isso significa que quanto maior for a volatilidade da taxa básica de juros maior será, em média, o *spread* cobrado pelos bancos (31).

Uma análise empírica, usando dados em painel sobre os determinantes do *spread* bancário nos países da América Latina, é feita por Brock e Suarez (9). Nesse estudo, os autores utilizam uma amostra de bancos de seis países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, México e Peru) no período 1992-1996. A principal conclusão desse estudo é que a influência das variáveis microeconômicas – por exemplo, o risco de crédito e o requerimento de capital próprio – é condicional ao estado de solidez ou fragilidade dos sistemas bancários domésticos. Nesse contexto, observa-se que, para o subgrupo de países latino-americanos com sistemas bancários fracos/inadequadamente

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 352

regulados,[10] o risco de crédito tem um *impacto negativo* e estatisticamente significativo sobre os *spreads* bancários. Em outras palavras, um aumento do percentual de empréstimos em atraso é seguido por uma *redução* dos *spreads*. No que diz respeito ao requerimento de capital próprio, no caso do México e do Peru – ambos com sistemas bancários fracos –, não se observa uma relação positiva ou negativa entre essa variável e o *spread* bancário.

As variáveis macroeconômicas também apresentaram um impacto diferenciado de acordo com o país. Dessa forma, a volatilidade da taxa de juros apresentou um impacto positivo e forte sobre o *spread* bancário na Bolívia e no Chile, mas um efeito negligenciável no México. A taxa de crescimento do PIB real teve um impacto negativo sobre os *spreads* no Chile e na Argentina, e negligenciável nos demais países. Por fim, a taxa de inflação não teve impacto estatisticamente significativo em nenhum dos países estudados.

Panorama Geral do *Spread* Bancário no Brasil

Uma breve contextualização histórica

O período analisado na amostra selecionada (1994-2003) é interessante por um conjunto de razões. Em primeiro lugar, a economia brasileira com a implementação do Plano Real, ainda que à custa de alguns desequilíbrios macroeconômicos, saiu de um contexto de alta para baixa inflação. Considerando que os bancos tinham mais de 30% de suas receitas derivadas dos ganhos com o *float* (13), era de esperar que o novo contexto resultasse em importantes mudanças no comportamento dos bancos. Isso de fato aconteceu num primeiro momento – mais especificamente no segundo semestre de 1994 –, quando as operações de crédito ganham importância nas aplicações dos bancos, mas esse comportamento se altera a partir do contágio da crise mexicana em

[10] Esse subgrupo é constituído por Argentina, Bolívia, México e Peru.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 353

1995, que levou a uma ameaça de insolvência do setor bancário. Com o crescimento da dívida pública, em particular a partir de 1997, os bancos rapidamente retornam à sua estratégia de flexibilidade patrimonial que foi típica do período de alta de inflação, contraindo crédito e aumentando suas aplicações em títulos públicos, predominantemente indexados à taxa de *overnight* e à taxa de câmbio (29). Assim, o governo brasileiro tem sido impelido a oferecer um *hedge* cambial e de taxa de juros para cobrir os elevados prêmios de risco para rolagem de sua dívida pública. O comportamento dos bancos nesse contexto acaba por ter influência no *spread* bancário, uma vez que os bancos passam a ter nos títulos públicos uma alternativa de aplicação de menor risco em relação aos empréstimos ao setor privado, o que faz com que se aumente o prêmio de risco nas suas operações de crédito.

Em segundo lugar, e relacionado ao anterior, a economia brasileira, em particular a partir de 1997, tem se caracterizado por uma tendência à semi-estagnação econômica e por movimento de *stop and go*, resultado de sua elevada vulnerabilidade externa em contexto de alta instabilidade nos mercados financeiros internacionais. Nesse contexto, a arquitetura de política econômica vigente tem resultado em forte instabilidade em variáveis macroeconômicas-chave, como a taxa de juros e a taxa de câmbio. De fato, anteriormente à mudança no regime cambial, em janeiro de 1999, todo movimento mais forte de saída de capitais de curto prazo, em razão de mudanças nas expectativas dos agentes financeiros domésticos e internacionais, ocasionava uma perda de reservas por parte do Banco Central do Brasil (BCB), ameaçando a manutenção do sistema de câmbio semifixo. Para impedir o colapso da política cambial, o BCB elevava a taxa de juros doméstica de forma a induzir reversão do movimento de saída de capitais. Após a mudança do regime cambial em janeiro de 1999, os movimentos de saída de capitais de curto prazo, induzidos por mudanças nas expectativas dos agentes financeiros, passaram a refletir não somente perda de reservas internacionais e elevação da taxa de juros, mas também desvalorizações acentuadas da taxa de câmbio. Mais especificamente, os movimentos de saída de capitais de curto prazo induziam – e podem induzir – uma grande desvalorização da taxa nominal de câmbio, a qual, se repassada para os

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 354

preços domésticos por intermédio do efeito *pass-through*, poderia provocar efeitos deletérios sobre a trajetória da inflação e sobre o estado de ânimo dos empresários. Dessa forma, o BCB tem fundamentalmente utilizado a taxa de juros para reverter o fluxo de saída de capitais e impedir assim o aumento da inflação devido à desvalorização do câmbio, acabando por afetar tanto o crescimento econômico quanto o volume da dívida pública relativa ao PIB. Nesse contexto, a política monetária fica "prisioneira" do objetivo único de estabilidade de preços, tendo ao mesmo tempo efeitos macroeconômicos desestabilizadores sobre a economia brasileira – em termos do nível do produto e emprego.[11]

Evolução do *spread* no período recente

Como já assinalado, o *spread* nas operações bancárias é definido como a diferença entre a taxa de aplicação nas operações de empréstimo e a taxa de captação de recursos pelas instituições financeiras.[12] As taxas de juros cobradas no Brasil apresentam-se como as mais elevadas do mundo, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na Figura 15.1, constatamos que o *spread* médio dos empréstimos para pessoas físicas e jurídicas praticados no sistema bancário brasileiro, em 1994, era de aproximadamente 120%, um valor cerca de oito vezes maior do que o país que possuía a segunda maior taxa cobrada, dentre os selecionados. Passados os primeiros anos de implantação do Plano Real, o *spread* cobrado pelas instituições financeiras do país continuavam elevados, cerca de 55% em 1999, embora tenha sido reduzida a diferença em relação aos demais países. Em 2003, o *spread* médio no Brasil foi de 44%, uma taxa aproximadamente três vezes maior se com-

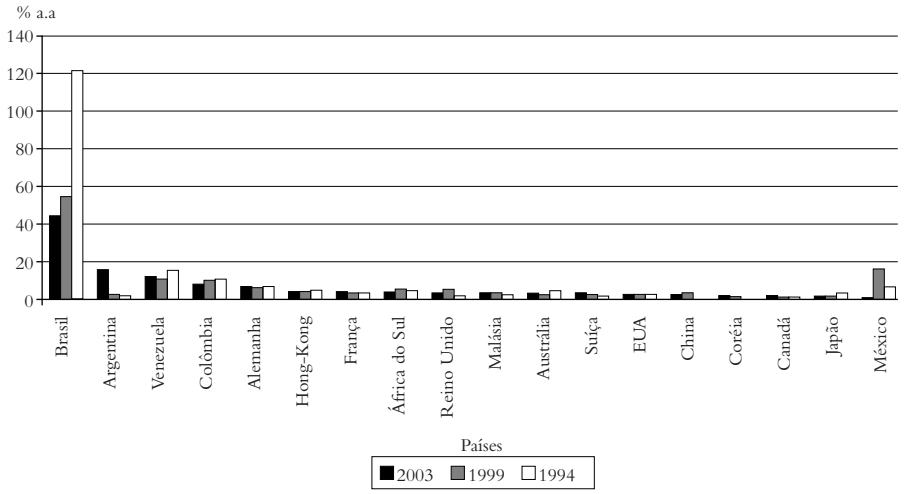
[11] Para uma análise dos impasses atuais da economia brasileira, ver Oreiro; Sicsú e Paula (26).

[12] Ao tratarmos de *spreads* bancários no Brasil, estamos adotando a mesma definição do BCB, segundo o qual "o *spread* bancário é definido como sendo a diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação de CDB [Certificado de Depósito Bancário]. A taxa média de CDB para o conjunto das instituições financeiras foi calculada a partir de uma média das taxas individuais ponderada pela captação líquida de cada instituição"(BCB, p.50).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 355

FIGURA 15.1

SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO



FONTE: *Internacional Finance Statistics* do Fundo Monetário Internacional, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) (14) e BCB.

parada com a prevalente nos países latino-americanos e dez vezes maior do que a taxa cobrada nos países do leste asiático.

Uma segunda observação importante sobre o comportamento do *spread* bancário no Brasil é que o mesmo apresentou uma nítida tendência de queda até início do ano 2000. Conforme pode ser visualizado na Figura 15.2, o *spread* médio cobrado pelos bancos brasileiros alcançou um valor máximo de 150% ao ano no início de 1995, em razão das medidas de política monetária fortemente contracionistas implementadas pelo BCB no período após a implementação do Plano Real,[13] reduzindo de forma significativa no decorrer de 1996, em razão de um relaxamento das medidas de arrocho monetário e uma diminuição da desconfiança dos agentes em relação ao processo de contágio

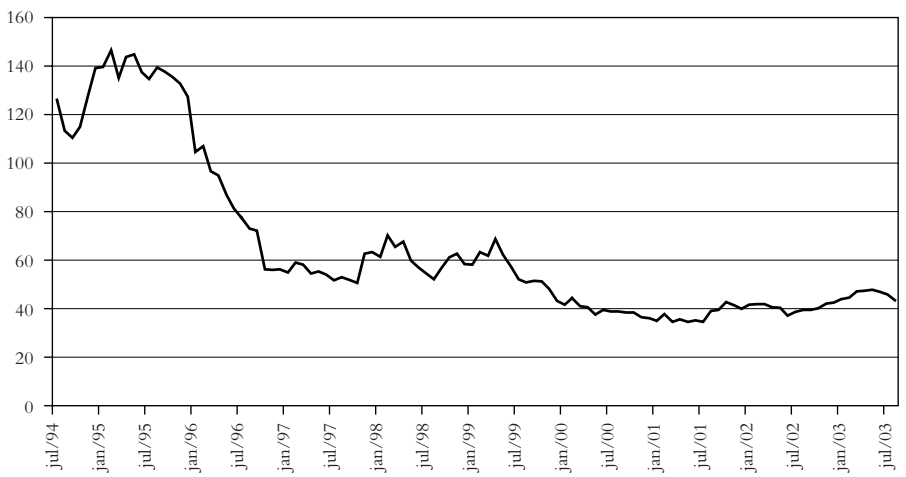
[13] Além da política de juros reais positivos, essas medidas incluíram inicialmente o estabelecimento de um compulsório de 100% sobre depósitos à vista, e, a partir de dezembro de 1994, 30% sobre depósitos a prazo e de 15% sobre qualquer operação de crédito.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 356

da crise mexicana, até atingir o patamar de aproximadamente 40% ao ano no início de 2000. Cabe ressaltar que ele manteve-se nesses patamares – ainda elevadíssimos – desde então, inclusive com uma leve tendência ascendente a partir de meados de 2001.

FIGURA 15.2

EVOLUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO (1994-2003)



FONTE: Coutinho (10).

Ao analisar a trajetória do *spread* bancário após o Plano Real, Oliveira resume as características principais desta trajetória:

I) os *spreads* bancários caíram vertiginosamente desde a implantação do Plano Real, porém ainda permanecem em níveis muito elevados;

II) os recolhimentos compulsórios sobre as operações ativas dos bancos no período logo após o Plano Real foram determinantes para os elevadíssimos níveis alcançados pelos *spreads* bancários logo após o Plano Real;

III) em geral, os *spreads* cobrados nas operações com pessoas físicas são bem superiores aos praticados com empresas;

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 357

IV) as margens cobradas pelos bancos em suas operações de empréstimos são bastantes suscetíveis a mudanças do cenário macroeconômico, sejam elas provenientes de choques externos ou domésticos;

V) descontada a trajetória do *spread* antes de outubro de 1999, a queda observada mostra-se bem menos pronunciada, mas ainda assim significativa (25, p.69).

Apesar do grande tamanho do sistema bancário brasileiro – veja a coluna ativos/PIB na Tabela 15.1 – em comparação a outros países latino-americanos, os empréstimos bancários em proporção ao PIB são muito modestos, especialmente quando confrontados com países desenvolvidos.

TABELA 15.1

SISTEMA FINANCEIRO EM ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS, 2000 (% DO PIB)

País	Depósitos	Setor Bancário[a] Empréstimos	Ativos	Capitalização no Mercado Acionário
Brasil	29,3	24,8[b]	77,1	35
Argentina	27,8	21,4	57,4	58,2
México	18,3	21,6	25	22,1
Chile	54,9	70	98,4	86,4
EUA	42,6	45,3	77,3	152
Japão[c]	94,8	84,7	142	68
Zona do Euro	78,9	103,7	258,3	89

[a] Somente bancos depositários.

[b] Dado inclui operações de *leasing* comercial.

[c] ? ? ? ? ? ?

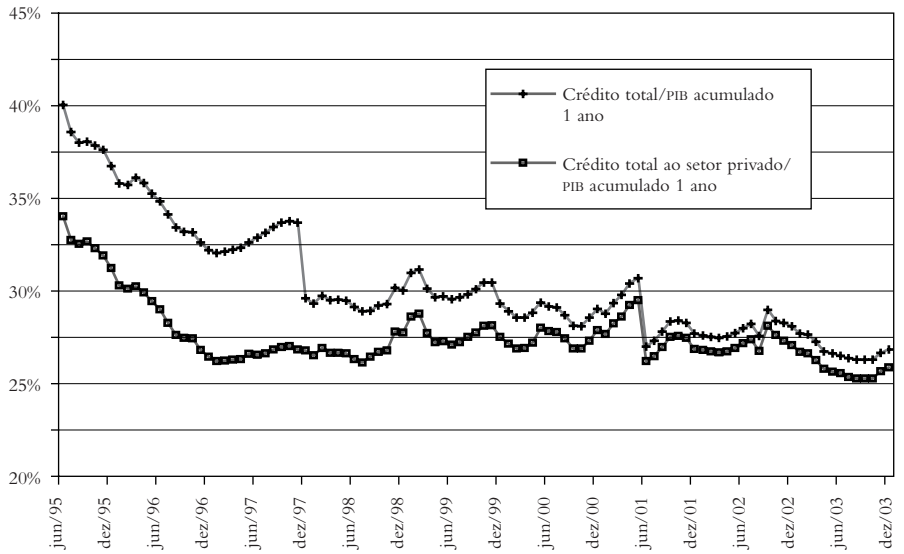
FONTE: Belaisch (8, p.4)

Com o sucesso do Plano Real no que se refere à estabilização de preços, poderia se esperar um aumento substancial dos empréstimos em proporção ao PIB, já que baixas taxas de inflação sinalizariam um ambiente macroeconômico mais estável. Contudo, isso não ocorreu.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 358

FIGURA 15.3

CRÉDITO TOTAL/PIB



FONTE: Elaboração dos autores com base em dados do BCD.

Na verdade, houve uma redução do crédito como proporção do PIB[14] e constatou-se uma elevada volatilidade das taxas de juros nesse período, devido em grande parte aos impactos das crises financeiras internacionais em contexto de elevada vulnerabilidade externa, constituindo-se uma fonte de instabilidade econômica. Como já assinalamos, apesar da redução em relação aos níveis de 1994, os *spreads* bancários permaneceram em níveis elevados nos últimos anos.

Uma primeira hipótese explicativa para o porquê dos elevados *spreads* praticados no Brasil seria o poder de mercado dos bancos, evidenciado pelo aumento da concentração bancária nos últimos anos. Com efeito, alguns estudos recentes sobre o setor bancário brasileiro – por exemplo, Belaisch (8) – mostram que a estrutura de mercado preva-

[14] Como pode ser visto na Figura 15.3, a relação crédito total/PIB, que era de 40% em junho de 1995, passou a ser menor do que 30% em praticamente todo o período 2000-2003.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 359

lente nesse setor é *essencialmente não-competitiva*.[15] Nesse contexto, os bancos teriam poucos incentivos para aumentar a sua eficiência operacional, operando com *spreads* elevados quer como forma de gerar receita suficiente para cobrir os seus custos elevados, quer como resultado da capacidade de precificar os seus altos custos num patamar bastante superior ao custo marginal de produção.

Um fator que daria suporte à hipótese de que o problema do *spread* no Brasil é resultado do poder de mercado dos bancos é a tendência recente de aumento da concentração do setor bancário. Com efeito, no período 1988-2003 o *market share* dos quinze maiores bancos privados no ativo total do sistema bancário aumentou de cerca de 29%, em junho de 1988, para aproximadamente 47%, em janeiro de 2003 (10, p.20).

Se a hipótese de poder de mercado dos bancos estiver correta, então os índices de concentração teriam que ter impacto sobre as taxas de empréstimo cobradas pelos bancos, resultando em elevados índices de rentabilidade. De fato, pelo menos no segmento varejista privado do setor bancário, as evidências poderiam sugerir que esse seria o caso, considerando que a rentabilidade média dos três maiores bancos privados brasileiros – Bradesco, Itaú e Unibanco – foi de 17,3% no período 1994-2001, bem superior a média de 11,8% de três grandes empresas não-financeiras nacionais – Petrobras, Votorantim e Companhia Vale do Rio Doce (18, p.12).

A literatura brasileira que trata dos determinantes do *spread* bancário, contudo, não tem sido conclusiva a respeito do assunto.[16] Os estudos realizados apresentam evidências de que a estrutura de mercado brasileira do setor bancário é imperfeita, mas não caracterizando a existência de cartel. Com efeito, a revisão da literatura empírica, referente ao caso brasileiro, feita por Nakane (23) aponta para as seguintes conclusões:

---

[15] Nakane (22), usando séries temporais agregadas durante o período 1994-1998, encontrou evidências de que existe uma estrutura de mercado não-competitiva no setor bancário brasileiro. Entretanto, os resultados alcançados rejeitam a hipótese de que os bancos brasileiros formam um cartel.

[16] Para esse propósito cabe registrar que é lamentável que o BCB, embora os tenha, não disponibilize dados individualizados de *spread* bancário por banco, dados esses que são fundamentais para realizar qualquer estudo empírico mais aprofundado sobre o assunto.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 360

I) a concentração do setor bancário brasileiro, medida pelo índice de Herfindahl, não é elevada em comparação com a prevalente em outros países;

II) os índices de concentração de mercado não têm um impacto estatisticamente significativo sobre as taxas de juros cobradas pelos bancos;

III) a estrutura de mercado do setor bancário não é representada por nenhuma das estruturas de mercado extremas (concorrência perfeita e cartel), e, portanto, caracteriza-se como uma estrutura imperfeita.[17]

Estudos empíricos sobre *spread* bancário no Brasil

Um dos estudos pioneiros sobre os determinantes do *spread* bancário no Brasil foi feito por Aronovich (5). Esse autor verificou, em um estudo empírico, os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* para a economia brasileira entre o primeiro trimestre de 1986 e o quarto trimestre de 1992, em um período caracterizado por elevadíssimas taxas de inflação no país. Os resultados encontrados indicam que a inflação tende a ampliar a diferença entre as taxas de juros de empréstimo e de captação, ou seja, o *spread*. O autor sugere como causas desse fenômeno a possibilidade de uma redistribuição entre as operações do ativo, ou ainda, a incorporação ao *mark-up* do prêmio de risco envolvido no crédito. Nesse sentido, a inflação teria um efeito negativo sobre o nível de atividade ao induzir um aumento das taxas de juros para empréstimos bancários. Por outro lado, os testes estatísticos sugerem que um aumento da utilização de capacidade produtiva reduziria o *spread*, indicando assim um efeito pró-cíclico.

Em um outro estudo realizado por Afanasieff, Lhacer e Nakane (1) foram identificados dois fatos estilizados sobre o comportamento dos

[17] Cabe destacar que "em princípio […], não existe uma relação um para um entre concentração de mercado e grau de competição [no mercado bancário]" e que "alguma das mesmas forças que promovem a consolidação nos mercados emergentes, tais como a forte entrada de bancos estrangeiros, são também prováveis de fomentar a competição" (11, p.158).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 361

spreads após o Plano Real, a saber: I) a queda pronunciada das taxas de juros após 1995;[18] II) a dispersão elevada e persistente entre as taxas de empréstimos praticadas pelos bancos. Esses fatos justificaram a utilização da metodologia pioneiramente empregada por Ho e Saunders (12) para a determinação dos *spreads* bancários. Em um primeiro passo, utilizou-se um painel de dados para 142 bancos comerciais entre fevereiro de 1997 e novembro de 2000, de forma a captar a influência individual – por banco – de variáveis microeconômicas[19] sobre o *spread*. A partir desse painel, foi possível obter uma estimativa do *spread puro*. Numa segunda etapa, estimou-se, por intermédio de um modelo estrutural, a influência de longo prazo de variáveis macroeconômicas – taxa de juros, volatilidade dos juros, taxa de inflação e taxa de crescimento do produto – sobre o *spread* puro calculado anteriormente.

Os resultados alcançados no primeiro passo mostraram-se estatisticamente insignificantes, levando os autores a descartar os fatores microeconômicos como determinantes do *spread* bancário. Por outro lado, os coeficientes estimados no segundo estágio foram significativos, sugerindo a maior relevância de aspectos macroeconômicos na explicação dos *spreads* no Brasil. Os resultados alcançados sugerem que o *spread* tende a aumentar com a elevação da taxa básica de juros e da inflação, e a se reduzir quando o produto cresce. Ao contrário do que sugere a teoria de *spread* bancário apresentada na seção 2 deste capítulo, os estudos empíricos feitos pelos autores mostram que a volatilidade da taxa de juros afeta negativamente o *spread* puro.

[18] O ambiente internacional mais estável, a queda na taxa de *overnight* e as medidas adotadas pelo Banco Central contribuíram para a redução dos *spreads* (28, p.358). Em relação a estas últimas, devemos destacar a redução do compulsório sobre depósitos à vista de 75% para 45% e dos depósitos a prazo de 20% para 0%, novas regras para o provisionamento de créditos de liquidação duvidosa, redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% para 1,5% e o desenvolvimento da central de risco de crédito.

[19] As variáveis selecionadas por Afanasieff, Lhacer e Nakane foram: I) o número de empregados, II) a razão entre os depósitos que não rendem juros e os ativos operacionais totais, III) a razão entre os ativos que rendem juros e os ativos totais, IV) os custos operacionais, V) a liquidez do banco, VI) a razão entre a receita de serviços e as receitas operacionais totais, VII) o valor líquido do banco, e VIII) a alavancagem do banco.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 362

Um outro estudo importante sobre os determinantes do *spread* bancário no Brasil tem sido conduzido pelo BCB no contexto do projeto "Juros e *spread* bancário".[20] Nesse estudo publicado na forma de relatórios anuais ao longo do período 1999-2003, faz-se uma decomposição contábil do *spread*,[21] além de outros estudos empíricos sobre os determinantes do *spread* no período 1994-2002. O *spread* bancário no Brasil é decomposto a partir das margens cobradas pelos bancos contemplados em uma amostra[22] referida em suas operações de créditos livres contratadas apenas sob taxas de juros prefixadas. São considerados os seguintes componentes:

I) margem líquida do banco;
II) impostos diretos: Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
III) impostos indiretos: Programa de Interação Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e IOF mais Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
IV) despesa administrativa;
V) despesa de inadimplência.

[20] Ver, entre outros, BCB (6; 7).

[21] Define-se a margem líquida de intermediação dos bancos (NIM) como a razão entre o valor contábil da renda de juros e o valor dos ativos do banco. A margem líquida de intermediação – a partir da decomposição contábil do *spread* – pode ser calculada residualmente, uma vez que se conheçam os valores da rentabilidade (pré-impostos) como proporção do ativo do banco, os impostos pagos como proporção do ativo, a receita extrajuros como proporção do ativo, os custos operacionais como proporção do ativo e a provisão para empréstimos de liquidação duvidosa como proporção do ativo do banco. Nesse contexto, a decomposição contábil do *spread* nada mais é do que um cálculo simples da participação em termos percentuais de cada um desses fatores na formação da margem líquida de intermediação.

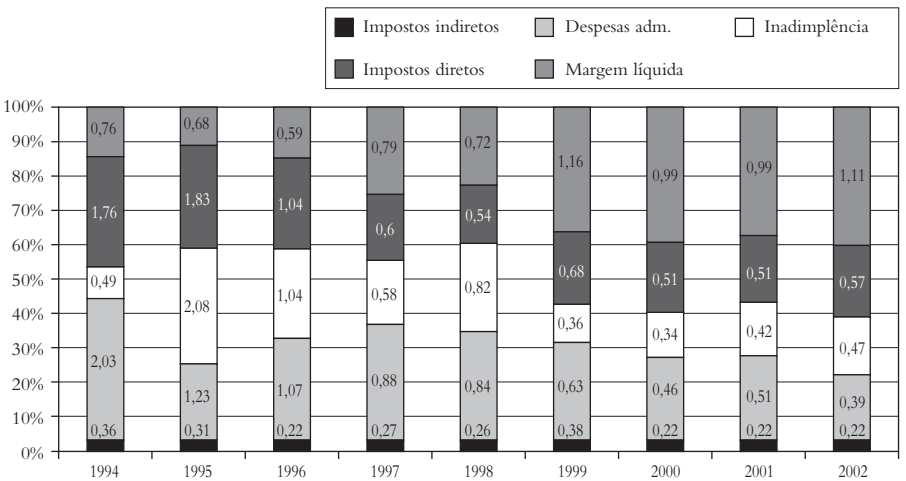
[22] Os dados são calculados a partir de informações coletadas nos demonstrativos mensais de dezessete grandes bancos privados que operam no país, a saber: Bradesco, Itaú, Real, Safra, BCN, Sudameris, BBA, ABN-AMRO, Mercantil Finasa, CCF-Brasil, Citibank, Bozano Simonsen, BankBoston, BFB (a partir de janeiro de 1997), HSBC e Santander (a partir de janeiro de 1998) e Unibanco (a partir de julho de 1996). Esse conjunto de bancos serviu de *proxy* para a mensuração do *spread* bancário (6; 7).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 363

A Figura 15.4 apresenta a participação de cada um desses componentes no *spread* praticado pelos bancos no Brasil, entre 1994 e 2003.

FIGURA 15.4

DECOMPOSIÇÃO CONTÁBIL DO *SPREAD* MÉDIO DOS BANCOS BRASILEIROS (1994-2002)



FONTE: Coutinho (10) e Banco Central do Brasil (BCB).

Com base na decomposição contábil do *spread*, os fatores mais importantes na formação do mesmo são, respectivamente, a margem líquida de juros, os impostos diretos e despesas administrativas, tal como pode ser visualizado na Figura 15.4. As despesas com inadimplência, obtidas a partir dos fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito, se elevam, em particular, quando o ambiente macroeconômico se torna mais instável, bem como por conta da elevação da taxa de juros, como no ano de 1995.

A partir da metodologia adotada pelo Banco Central para a decomposição do *spread*, Koyama e Nakane (16) analisam o impacto esperado sobre o *spread* de alguma alteração em seus componentes, ou seja: despesas administrativas, despesas de inadimplência, impostos indi-

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 364

retos, impostos diretos e margem líquida do banco. Com o intuito de estimar seu modelo, os autores desagregam o *spread* bancário nos seguintes fatores:

I) taxa básica de juros (taxa Selic *overnight*), que é utilizada como uma aproximação do *mark-up* bruto dos bancos, uma vez que os depósitos a prazo e as taxas no *overnight* apresentam um comportamento similar;
II) medida do prêmio de risco-país: o retorno dos títulos *C-Bonds* em relação ao retorno de títulos do tesouro americano com o mesmo prazo de maturidade;
III) a razão das despesas administrativas sobre o volume de crédito;
IV) impostos indiretos: IOF, PIS, Cofins e Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

Os autores testaram a existência de uma relação de longo prazo entre as variáveis e encontraram as seguintes importâncias relativas para setembro de 2001: componente de risco (45%), despesas administrativas (20%), impostos indiretos (19%) e taxa Selic *overnight* (16%). Nessa análise dos *spreads* bancários, a participação das variáveis relativas ao risco foi maior do que a participação das despesas com inadimplência, conforme o estudo rotineiramente realizado pelo BCB. Isso pode ser explicado pela característica expectante (*forward-looking*) das variáveis de risco com respeito a cenários futuros, enquanto as despesas com inadimplência têm um caráter retrospectivo, referente a perdas passadas. Desse modo, uma vez que 2001 foi um ano marcado pela incerteza na economia brasileira, a importância do componente de risco sobre o *spread* previsivelmente elevou-se. Já a importância da taxa Selic na determinação do *spread* pode ser compreendida diferentemente. Uma vez que os títulos do governo são *a priori* livres de risco, então a taxa básica de juros determina um custo de oportunidade em relação a empréstimos ao setor privado (29, p.361).

Por fim, Oreiro e colaboradores (27), utilizando a metodologia empregada por Ho e Saunders (12) para a determinação dos *spreads*

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 365

bancários, procuram avaliar a influência das variáveis macroeconômicas na determinação do *spread* bancário no Brasil no período de julho de 1994 a dezembro de 2003.[23] Foram coletados os seguintes dados mensais:

I) *spread* bancário médio;
II) índice de produção industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
III) taxa de juros Selic do BCB;
IV) taxa de inflação – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE;
V) volatilidade da taxa Selic;
VI) alíquota do compulsório sobre depósitos à vista;
VII) proporção entre crédito com recursos livres e PIB;
VIII) proporção entre crédito com recursos livres e ativos totais do sistema bancário (com dados do BCB).

Os resultados obtidos no referido trabalho mostraram *fortes evidências de que a elevada volatilidade da taxa de juros no país é um dos determinantes principais do elevado* spread *bancário no Brasil*. Os resultados das estimações realizadas mostraram que apenas a volatilidade da Selic foi significativa em todos os exercícios feitos. A produção industrial também se mostrou importante na determinação do *spread* bancário cobrado no país, no sentido de que o crescimento da produção industrial está associado à redução do *spread*, possivelmente pelo efeito significativo que o crescimento econômico tem sobre a inadimplência dos empréstimos.[24] O impacto da inflação sobre o *spread* foi inexpressivo, além de

[23] Para tanto, os autores utilizam uma análise de regressão múltipla com o intuito de identificar as variáveis macroeconômicas que podem estar influenciando direta e/ou indiretamente o *spread* bancário no Brasil, estimando, além disso, um modelo de Vetores Autoregressivos (VAR), de modo a analisar as relações dinâmicas entre variáveis endógenas.

[24] Em grau teórico, um aumento da produção industrial ou do PIB real deveria ter dois impactos distintos sobre o *spread* bancário. Em primeiro lugar, o aumento do PIB real está associado a aumento dos lucros das empresas e da folha de salários. Dessa forma, deve ocorrer

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 366

mostrar-se não-significativo. No que tange às relações de longo prazo entre o *spread* e as demais variáveis, observa-se que apenas a taxa de juros Selic tem uma relação significativa.

À Guisa de Conclusão: Medidas para a Redução dos Juros ao Tomador de Empréstimos

Propostas do governo

Em 1999, o Banco Central instituiu o projeto "Juros e *spread* bancário", com o intuito primordial de fazer um reconhecimento dos determinantes dos juros no Brasil e propor medidas visando à redução dos *spreads* e à democratização do acesso ao crédito no país. O diagnóstico preliminar apontou a inadimplência e o reduzido nível de alavancagem do sistema bancário como os principais elementos explicativos para os elevados *spreads* praticados. Com base nesse reconhecimento, seguiram-se propostas no campo institucional tendo em vista o aumento da concorrência, a transparência no setor, e a redução dos custos das operações de empréstimos e do risco de crédito. Na visão do BCB, o sucesso na redução das taxas de juros praticadas no sistema bancário brasileiro está condicionado a:

- estabilidade macroeconômica: um ambiente econômico favorável, reduziria o prêmio de risco e encorajaria os bancos a ampliar o volume de crédito e reduzir o *spread*;
- adoção de medidas fiscais, monetárias e de regulação bancária: a desoneração do custo dos empréstimos – por meio de, por

uma redução do nível de inadimplência, causando assim uma redução do risco de crédito dos bancos. Essa redução do risco de crédito deve levar os bancos, de acordo com o modelo de Ho e Saunders (12), a reduzir o *spread*. Em segundo lugar, o crescimento do PIB real deve aumentar a demanda de crédito das empresas para o financiamento do seu capital de giro. Dessa forma, a elasticidade-juro da demanda de crédito deve diminuir, aumentando assim o poder de mercado dos bancos. Como resposta a esse aumento no poder de mercado, os bancos aumentariam o *spread*.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 367

exemplo, redução dos compulsórios, do IOF e do imposto de renda sobre provisionamento de créditos – depende não só de uma reforma tributária mais ampla, como também de condições macroeconômicas e fiscais favoráveis;

- aumento da transparência e qualidade das informações: com o objetivo de reduzir os custos de transferência[25] e aumentar a competitividade no mercado bancário, o BCB almeja ampliar o escopo da central de risco e divulgar continuamente informações relativas às instituições financeiras e às taxas médias de juros praticadas;
- leis mais eficientes na cobrança junto a tomadores inadimplentes: espera-se que a nova Lei de Falências proporcione uma redução do risco de crédito ao criar um arcabouço legal do processo de recuperação de empresas ou para a venda de ativos, no caso de empresas falidas ou em dificuldade.

Em que pese, várias medidas já adotadas pelo governo visando reduzir de forma direta ou indireta os juros dos empréstimos e o *spread* bancário – como a implementação no novo sistema de pagamentos, melhoria da supervisão bancária, diminuição nos recolhimentos compulsórios,[26] maior transparência nas informações sobre as operações dos bancos, instituição da Central do Risco de Crédito etc. –,[27] os *spreads* bancários continuam excessivamente elevados, tendo mesmo se elevado em vários momentos no período recente, refletindo a maior instabilidade da economia brasileira.

É evidente que para o Banco Central a questão do elevado *spread* bancário no Brasil decorre predominantemente de problemas no atual marco institucional e regulador do sistema financeiro brasileiro. A con-

[25] Uma medida importante com o objetivo de facilitar a transferência de contas entre as instituições financeiras partiu da Resolução n.2.808 de 21/12/2000, que introduziu a portabilidade de informações relativas ao cadastro dos clientes.

[26] Estes voltaram a se elevar no decorrer do ano de 2001, em função da adoção de uma política monetária restritiva por parte do Banco Central.

[27] Para uma descrição detalhada dessas medidas, ver BCB (7, seção III).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 368

dução da política monetária e aspectos macroeconômicos como os regimes cambiais e o grau de liberalização financeira não foram considerados como variáveis importantes na determinação dos *spreads* bancários, ainda que Afanasieff, Lhacer e Nakane (1) e Oreiro e colaboradores (27) tenham observado justamente o contrário.

Uma agenda alternativa para redução do *spread* bancário

Os resultados obtidos a partir da literatura empírica sobre *spread* bancário no Brasil apresentada na seção 4 evidenciaram – em consonância com a literatura internacional empírica – que os fatores macroeconômicos são importantes para explicar a determinação do *spread* bancário. Em particular, destaca-se a elevada volatilidade da taxa de juros, que, como vimos, eleva o risco de taxa de juros enfrentado pelo banco e aumenta o seu grau de aversão ao risco, além da produção industrial, cujo baixo crescimento afeta negativamente o nível de inadimplência dos empréstimos, bem como a demanda por crédito, diminuindo as economias de escala que poderiam ser obtidas nas operações de empréstimos.

Desse modo, a incerteza no ambiente macroeconômico que envolve os bancos é uma importante causa dos elevados *spreads* no Brasil. Se isso é verdade, então *a adoção de políticas macroeconômicas consistentes que criem condições para um crescimento econômico sustentável e financeiramente estável poderá ter um efeito positivo em reduzir os* spreads *bancários no Brasil*. Sem isso, medidas de natureza microeconômica visando à diminuição do *spread* poderão, mais uma vez, se revelar inócuas. Nas palavras de Saunders e Schumacher:

> se uma significativa proporção das margens dos bancos em um certo país é determinada pela volatilidade da taxa de juros em vez do comportamento monopolístico dos bancos, a atenção da política pública deve ser melhor focada nas políticas macroeconômicas como um instrumento para reduzir o custo de serviços de intermediação (31, p.815).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 369

Em nossa avaliação, não há razões para supor que a economia brasileira está numa rota de crescimento sustentado. Como destacamos na seção 4, o comportamento da economia brasileira tem se caracterizado nos últimos anos por uma tendência a semi-estagnação econômica e por movimento de *stop and go*, resultado de sua elevada vulnerabilidade externa em contexto de alta instabilidade nos mercados financeiros internacionais. De fato, o funcionamento de um sistema de metas de inflação com regime de câmbio flutuante, em condições de alto endividamento externo e de elevada abertura na conta de capital do balanço de pagamentos, tem gerado forte instabilidade na taxa de câmbio, com impacto negativo sobre os níveis de investimento no Brasil. Nesse contexto, a política monetária tem que responder a variações na taxa de câmbio à medida que estas afetam o cumprimento da meta inflacionária. Desse modo, o regime de política econômica vigente tem resultado em forte instabilidade em variáveis macroeconômicas-chave, como a taxa de juros e a taxa de câmbio, com efeitos negativos sobre o *spread* bancário, sobre o crédito bancário, e, conseqüentemente, sobre o próprio processo de crescimento econômico.

O alcance de um crescimento econômico sustentado e financeiramente estável para o Brasil requer, a nosso juízo, *a adoção de uma política macroeconômica efetivamente estabilizadora*.[28] Uma estratégia alternativa para o crescimento sustentado e financeiramente estável para a economia brasileira requer um esforço sistemático e planejado para diminuir a vulnerabilidade externa e a dependência do país em relação a capitais estrangeiros. Uma estratégia de crescimento com estabilidade para a economia brasileira que vise estabelecer uma alternativa que permita um crescimento econômico sustentável deve procurar compatibilizar equilíbrio interno com equilíbrio externo, de modo a superar o comportamento de *stop and go* e a tendência à semi-estagnação que têm caracterizado a economia brasileira nos últimos anos. Por *equilíbrio interno* entende-se a manutenção da inflação sob controle sem a adoção de

[28] O objetivo da política econômica deve se voltar para a *estabilidade macroeconômica*, um conceito mais amplo do que o de estabilidade de preços, ou seja, deve procurar compatibilizar equilíbrio interno com equilíbrio externo, conforme análise feita a seguir.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 370

políticas contracionistas de demanda agregada, bem como o estabelecimento de condições para um gerenciamento da dívida pública, entendido como fundamental para a retomada da condição do governo para realizar políticas fiscais contracíclicas. Por *equilíbrio externo*, entende-se a manutenção de déficits em conta corrente em níveis relativamente baixos a longo prazo e financiados predominantemente com capitais de longo prazo, além da criação de condições para maior estabilidade no mercado de câmbio, de modo a diminuir os impactos de mudanças nas condições e humores do mercado financeiro internacional sobre a economia brasileira.

Uma estratégia dessa natureza requer diminuição no grau de conversibilidade da conta de capital do balanço de pagamentos, com a introdução de controles seletivos de capitais que permitam:

I) maior autonomia da política monetária ao se desvincular um pouco mais a taxa de juros doméstica do valor estabelecido pela "paridade descoberta da taxa de juros";
II) contribuir para melhorar o equilíbrio do saldo em transações correntes do balanço de pagamentos, ao impedir que a entrada de grandes fluxos de capital no país gere uma forte apreciação da taxa real de câmbio;
III) diminuir a volatilidade no mercado cambial, visando melhorar as condições de administração da política monetária e cambial.[29]

Em segundo lugar, *os bancos públicos federais podem e devem ser usados para a implementação de uma política financeira que vise a uma ampliação do crédito no país*, seja para consumidores como empresas, levando concomitantemente a *uma diminuição nos patamares das taxas de empréstimos bancários*, pelo efeito da maior concorrência no setor bancário. Como se sabe, esses bancos têm tradicionalmente uma participação importante no crédito agrícola, crédito imobiliário e crédito para aquisição de bens

[29] Uma proposta mais detalhada para adoção de controle de capitais no Brasil, que foge ao escopo deste capítulo, é feita por Paula; Oreiro e Silva (30).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 371

de capitais, sendo que ainda no caso do BCB e da Caixa Econômica Federal (CEF), esses têm alguma importância no financiamento do capital de giro de pequenas e médias empresas, e, em menor grau, no financiamento ao consumidor.

Não há razões para que os grandes bancos federais – Banco do Brasil, CEF e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – sejam administrados de acordo com uma lógica puramente privada, que tenha como única prioridade proporcionar lucros elevados capazes de gerar recursos para o Tesouro Nacional. Na década de 1970, os bancos federais cumpriram um papel contracíclico importante, e esse papel deve, em alguma medida, ser resgatado.

A importância relativa dos grandes bancos federais é ainda bastante destacada no sistema financeiro brasileiro. Dados dos balanços dos bancos obtidos no *site* do BCB mostram que o Banco do Brasil e a CEF – que são bancos no sentido estrito do termo –, juntos, tinham, 33,4% do total de ativos, 40,7% do total de depósitos e 29,1% do total de empréstimos do setor bancário em março de 2004. Adicionando o BNDES, os três grandes bancos federais alcançam um *market share* de 40,1%, 42,% e 38,2%, do total de ativos, depósitos e empréstimos do setor bancário, respectivamente, em março de 2004.

Para ilustrar o possível impacto que a atuação mais ativa desses bancos poderia causar no mercado de crédito no Brasil, vamos reproduzir, de forma bastante simplificada, uma simulação numérica feita por Alves Jr., Dymski e Paula (3).[30] Suponhamos a existência de dois bancos hipotéticos: o banco "K" e o banco "I". Por hipótese, ambos os bancos têm a mesma capacidade de absorção de depósitos, isto é, igual a 50%, e que, ademais, os bancos tenham o mesmo tamanho. A razão de reservas sobre o total de depósitos é também inicialmente igual para o banco K e o banco I, ou seja, de 0,5. Agora, suponhamos que o banco K adote uma política agressiva de expansão de empréstimos, enquanto o banco I não altere seu comportamento. Em outras palavras, o banco K altera

[30] Os detalhes metodológicos da simulação numérica estão detalhados no trabalho de Alves Jr.; Dymski e Paula (2), disponível em URL: http//www.ie.ufrj.br/moeda.

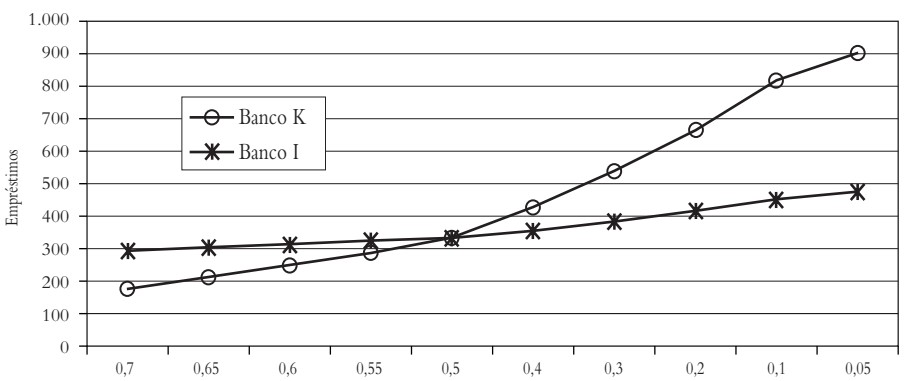
Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 372

sua razão de reservas, diminuindo-a para dar suporte à sua política de expansão de empréstimos, enquanto o banco I mantém a mesma razão de reservas (0,5).

Quando a razão de reservas do banco K diminui, os empréstimos dos dois grupos de bancos crescerão, em razão do aumento no multiplicador bancário e monetário.[31] Ainda que os empréstimos do banco K cresçam mais rápido do que os do banco I, ambos os bancos terão seus empréstimos aumentados, por causa da conexão existente entre os bancos, conforme mostra a Figura 15.5. O banco K, contudo, aumentará seu *market share* nos mercado de empréstimos. É possível que, num segundo momento, o banco I reaja e passe também a adotar uma política de empréstimos mais agressiva. Aqui cabe um famoso comentário do economista britânico Keynes, que disse que "os banqueiros preferem permanecer unidos do que permanecer separados".

FIGURA 15.5

EMPRÉSTIMOS DO BANCO "K" E DO BANCO "I" PARA DIFERENTES RAZÕES DE RESERVA DO BANCO "K"



FONTE: Alves Jr. et al. (2004, p.11).

[31] Sendo o multiplicador monetário z**z,** temos que z**z** = 1/(1-D(1-R)), onde, conseqüentemente, DDM1 = z**z**DDB, dado que B = base monetária (papel moeda em poder do público + reservas bancárias); D = depósitos à vista/M1; e R = reservas/depósitos à vista.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 373

O que estamos sugerindo a partir desse exemplo numérico simplificado é que os bancos federais atuem como se fossem o banco K, considerando sua forte participação no setor bancário brasileiro, enquanto que os demais seriam o banco I, atuando em termos macroeconômicos de forma contracíclica e dando início a um novo ciclo de crédito e crescimento na economia brasileira.

Por último, o governo brasileiro deve, além disso, adotar *medidas que venham a reforçar a concorrência no setor bancário brasileiro*, de modo a evitar possíveis práticas monopolistas. A Lei n. 4.595/64 – que dispõe sobre a política e as instituições monetárias e creditícias – confere ao BCB a competência para fiscalizar e aplicar as regras de defesa da concorrência no setor bancário. Por outro lado, a Lei n. 8.894/94, que dá ao Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade) a competência de julgar quaisquer matérias que digam respeito a danos à concorrência, esbarra, no caso do setor bancário, na referida lei acima, recepcionada ainda pela Constituição Federal de 1988. Para que a Lei n. 8.884/94 possa ser colocada em vigência no ordenamento financeiro, uma lei complementar deve ser promulgada revogando o disposto na Lei n. 4.595/64.

No caso da entrada da recente onda de fusões e aquisições (F&AS) bancárias que ocorreu no Brasil no período 1996-2003, as motivações do BCB para aprovar as F&AS estiveram relacionadas, sobretudo no período 1996-1998, ao objetivo de fortalecimento financeiro do setor bancário brasileiro, sendo, em vários casos, em detrimento de considerações relacionadas a um (possível) poder de mercado excessivo que possa levar a práticas monopolistas. Uma vez passada a fase de consolidação bancária do setor bancário brasileiro torna-se necessário, cada vez mais, levar em conta questões relacionadas à defesa da concorrência nesse setor.

Ainda que não haja evidências da existência de um cartel no setor no Brasil, como já assinalado anteriormente, o setor bancário tem uma estrutura de mercado de competição imperfeita. A experiência internacional mostra a existência de diferentes modelos institucionais de arranjo antitruste no sistema financeiro (24). Países como Austrália, Finlândia, Suécia e Grã-Bretanha adotam o *modelo de competências complementares*,[32] que parece ser o mais adequado para o caso brasileiro, considerando o arranjo e a experiência institucional já existente. Nesse

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 374

caso, o BCB instruiria os processos administrativos visando à apuração de conduta infratora à ordem econômica, bem como emissão de pareceres técnicos sobre os efeitos de mudanças na estrutura de mercado, e o Cade, por sua vez, apreciaria, como instância decisória administrativa, os processos instaurados pelo BCB.

Referências Bibliográficas

1. AFANASIEFF, T. S.; LHACER, P. M. & NAKANE, M. I. "The determinants of bank interest spread in Brazil". In: *Anais do XXIX Encontro Nacional da Anpec*. Salvador, Anpec, 2001.

2. ALLEN, L. "The determinants of bank interest margins: a note". In: *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v.23, 1988, p.231-35.

3. ALVES JR., A. J.; DYMSKI, G. & PAULA, L. F. *Banking strategy and credit expansion*: a Post Keynesian approach. Texto apresentado no Eighth International Post Keynesian Conference. Kansas City, 2004. Disponível em URL: http://www.ie.ufrj.br/moeda.

4. ANGBAZO, L. "Commercial bank net interest margins, default risk, interest-rate risk, and off-balance sheet banking". In: *Journal of Banking and Finance*, v.21, 1997, p.55-87.

5. ARONOVICH, S. "Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* bancário". In: *Revista Brasileira de Economia*, v.48, n.1, jan-mar/1994.

6. BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. *Juros e* spread *bancário no Brasil*. Disponível em URL: http://www.bcb.gov.br, acessado em 11/maio/2004.

7. _____. *Economia bancária e crédito*: avaliação de três anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário. Disponível em URL: http://www.bcb.gov.br, acessado em 11/maio/2004.

8. BELAISCH, A. "Do Brazilian banks compete?". In: *IMF Working Paper*, 2003.

9. BROCK, P. L. & SUAREZ, L. R. "Understanding the behavior of bank spreads in Latin America". In: *Journal of Development Economics*, v.63, 2001, p.113-34.

[32] Nesse modelo, as autoridades reguladoras se especializam em regulação técnica e econômica, enquanto que as autoridades de defesa da concorrência se especializam na aplicação da Lei Antitruste. Para uma análise da regulação e defesa da concorrência no setor bancário, ver Lima (17).

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 375

10. COUTINHO, R. Spread *e concentração bancária no Brasil*. Curitiba, 2003. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Econômicas). Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

11. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. *International capital markets*: developments, prospects, and key policy issues. Washington, FMI.

12. HO, T. S.Y. & SAUNDERS, A. "The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence". In: *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v.16, 1981, p.581-600.

13. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE/DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS – DECNA *Sistema financeiro*: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995. Rio de Janeiro, IBGE/DECNA, 1997.

14. INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. Spread *no Brasil e no mundo*. Carta n.100. Disponível em URL: http://www.iedi.org.br, acessado em 18/maio/2004.

15. KLEIN, M. A. "A theory of the banking firm". In: *Journal of Money, Credit and Banking*, v.3, n.2, 1971, p.205-18.

16. KOYAMA, S. M. & NAKANE, M. I. "Os determinantes do *spread* bancário no Brasil". In: BCB. *Juros e* spread *bancário no Brasil:* avaliação de dois anos do Projeto. Brasília, BCB, 2001, p.27-30.

17. LIMA, C. R. S. *Regulação e defesa da concorrência no setor bancário*. Rio de Janeiro, 2003. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

18. MALAGA, T.; MAZIERO, P. & WERLANG, S. R. C. "Estudo de rentabilidade bancária". In: *Informe Especial*. Consultoria Econômica do Banco Itaú. São Paulo, Banco Itaú, 2003.

19. MAUDOS, J. & GUEVARA, J. F. "Factors explaining the interest margin in the banking sectors of the European Union". In: *Journal of Banking and Finance*, set/2003.

20. MCSHANE, R.W. & SHARPE, I. G. "A time series/cross section analysis of the determinants of Australian trading bank loan/deposit interest margins: 1962-1981". In: *Journal of Banking and Finance*, v.9, 1985, p.115-36.

21. MENDES, R. *Taxas de empréstimos e* spreads *bancários no Brasil*: implicações e causas do alto nível dos *spreads*. Rio de Janeiro, 2004. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

22. NAKANE, M. I. "A test of competition in Brazilian banking". In: *Estudos Econômicos*, v.32, 2002, p. 203-24.

Desenv15 (345-376) 3/1/04 14:36 Page 376

23. _____. "Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil". In: BCB. *Juros e* spread *Bancário no Brasil*: avaliação de quatro anos do Projeto. Brasília, BCB, 2003, pp.58-67.

24. OLIVEIRA, G. *Defesa da concorrência e regulação*: o caso do setor bancário. São Paulo, EAESP/FGV/NPP, 2000.

25. _____ *Análise do* spread *bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003)*. São Paulo, 2004, Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

26. OREIRO, J. L.; SICSÚ, J. & PAULA, L. F. "Controle da dívida pública e política fiscal: uma alternativa para um crescimento auto-sustentado da economia brasileira". In: SICSÚ, J.; OREIRO, J. L. & PAULA, L. F. (orgs.). *Agenda Brasil*: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços. Barueri, Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2003.

27. OREIRO, J. L. et al. *Determinantes macroeconômicos do* spread *bancário no Brasil*: teoria e evidência recente. Disponível em URL: http://www.ie.ufrj.br/moeda.

28. PAULA, L. F.; ALVES JR., A. "Banking behavior and the Brazilian economy after the Real Plan: a post-Keynesian approach". In: *Banca Nazionale Del Lavoro Quaterly Review*, n.227, 2004, p.337-65.

29. PAULA, L. F.; ALVES JR., A. & MARQUES, M. B. L. "Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados durante o Plano Real (1994/98)". In: *Estudos Econômicos*, v.31, n.2, 2001, p.285-319.

30. PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. & SILVA, G. J. "Fluxos e controle de capitais no Brasil: avaliação e proposição de política". In: SICSÚ, J.; OREIRO, J. L. & PAULA, L. F. (orgs.). *Agenda Brasil*: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços. Barueri, Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2003.

31. SAUNDERS, A. & SCHUMACHER, L. "The determinants of bank interest rate margins: an international study". In: *Journal of International Money and Finance*, v.19, 2000, p.813-32.

Agenda Brasil

Políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços

ORGANIZADORES

João Sicsú

José Luís Oreiro

Luiz Fernando de Paula

AUTORES

Carmem Feijó

Fernando Ferrari Filho

Fernando J. Cardim de Carvalho

Guilherme Jonas Costa da Silva

Helder Ferreira de Mendonça

Jennifer Hermann

João Sicsú

José Luís Oreiro

Luiz Fernando de Paula

Marco Crocco

Renaut Michel

Rogério Sobreira

Sidney de Castro Oliveira

Manole

Konrad-Adenauer-Stiftung

Copyright © 2003 Editora Manole Ltda., por meio de contrato de co-edição com a Konrad Adenauer Stiftung.

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Verba Agência Editorial

Capa: Tema Propaganda S/C Ltda.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A21

Agenda Brasil : políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços
. organizadores João Sicsú, José Luís Oreiro, Luiz Fernando de Paula. – Barueri, SP : Manole : Fundação Konrad Adenauer, 2003

Inclui bibliografia
ISBN 85-204-2087-7

1. Brasil – Política econômica. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Estabilização econômica – Brasil.
I. Sicsú, João. II. Oreiro, José Luís. III. Paula, Luiz Fernando de. IV. Konrad-Adenauer-Stiftung.

03-2456 CDD 338.981
CDD 338.2(81)

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida,
por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores.
É proibida a reprodução por xerox.

1ª edição brasileira – 2003

Direitos adquiridos pela:
Editora Manole Ltda.
Avenida Ceci, 672 – Tamboré
06460-120 – Barueri – SP – Brasil
Fone: (0_ _11) 4196-6000 – Fax: (0_ _11) 4196-6021
www.manole.com.br
info@manole.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Agradecimentos xv

Prefácio xvii
João Sicsú, José Luís Oreiro e
Luiz Fernando de Paula

1. A Influência do FMI na Escolha de Políticas Macroeconômicas em uma Economia Emergente: o caso do Brasil 1
Fernando J. Cardim de Carvalho

2. Taxa de Juros e Controle da Inflação no Brasil 29
João Sicsú e Sidney de Castro Oliveira

3. Fluxos e Controle de Capitais no Brasil: avaliação e proposta de política 65
Luiz Fernando de Paula, José Luís Oreiro e
Guilherme Jonas Costa da Silva

4. Controle da Dívida Pública e Política Fiscal:
uma alternativa para um crescimento
auto-sustentado da economia brasileira 117
José Luís Oreiro, João Sicsú e Luiz Fernando de Paula

5. Proposta de Regime Cambial para
a Economia Brasileira 153
Fernando Ferrari Filho, Helder Ferreira de Mendonça e Rogério Sobreira

6. Produtividade do Trabalho e Emprego:
o duplo desafio para os próximos anos 201
Carmem Feijó

7. Financiamento de Longo Prazo:
revisão do debate e propostas para o Brasil 241
Jennifer Hermann

8. Financiamento do Desenvolvimento Regional
no Brasil: diagnósticos e propostas 295
Marco Crocco

9. Distribuição de Renda e Pobreza no Brasil:
uma proposta de agenda 331
Renaut Michel

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 65

3

Fluxos e Controle de Capitais no Brasil: Avaliação e Proposição de Política*

Luiz Fernando de Paula
José Luís Oreiro
Guilherme Jonas Costa da Silva

A discussão sobre o controle de capitais no Brasil tem sido feita, em geral, por uma ótica ideológico-econômica – argumenta-se que sua adoção representaria uma exclusão dos fluxos de capitais mundiais e, conseqüentemente, dos benefícios do processo de globalização financeira – ou por uma ótica exclusivamente técnica, que advoga a impossibilidade de uma efetiva implementação de qualquer forma de controle, dado a capacidade de os investidores driblarem as regulamentações estabelecidas. Tal discussão não parece levar em consideração que algumas experiências recentes de controle de capitais lograram – em algum grau – sucesso nos objetivos a ser alcançados em alguns países, como Chile e Malásia, como foi reconhecido por um estudo recente feito por técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI)

* Os autores agradecem a Elena Soihet, Fernando Cardim de Carvalho e Fernando Rocha, pelo esclarecimento de alguns aspectos técnicos e discussões sobre o tema. Erros e omissões são de nossa inteira responsabilidade.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 66

(**1**). Em outras palavras, os argumentos contra a intervenção do Estado nos movimentos de capitais entre fronteiras parecem se apoiar mais em preconceitos de natureza ideológica do que em sólidos argumentos teóricos e empíricos.

Hoje em dia, considerando a instabilidade financeira/cambial típica da experiência mundial recente, mesmo órgãos conservadores, como o FMI, defendem a possibilidade, em certas circunstâncias, do uso temporário de certos tipos de controle de capitais. No próprio *mainstream*, vários economistas têm criticado os benefícios do processo de liberalização financeira (**29**, **33**, **34**, **35**) e defendido o controle de capitais para aumentar a autonomia da política monetária e reduzir a vulnerabilidade externa das economias emergentes. Stiglitz, por exemplo, afirma que:

> Mercados voláteis são uma realidade inescapável. Países em desenvolvimento precisam administrá-los. Eles terão de considerar políticas que ajudem a estabilizar a economia. Essas podem incluir políticas do estilo chileno que coloca alguns limites sobre os fluxos de capitais (**33**, p. 12).

No caso brasileiro, a experiência recente de instabilidade cambial, desde a crise asiática, tem revelado as dificuldades de administração das políticas macroeconômicas em um país com elevada dependência de capitais externos, moeda fraca e conta capital aberta. Um novo estilo de política econômica torna-se necessário para criar condições para um crescimento econômico sustentável e financeiramente estável. A adoção de alguns mecanismos de controle de capitais pode ajudar no estabelecimento dessa política, em conjunto com outras políticas.[1] No que segue, desenvolveremos e analisaremos argumentos teóricos e empíricos que favorecem a adoção de controle de capitais no

[1] Ver, a propósito, os outros capítulos do livro, em especial os capítulos 2, 4 e 5.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 67

Brasil, assim como iremos apresentar uma proposta preliminar para o país.

1. Mobilidade de Capitais, Autonomia de Política Econômica e Crises do Balanço de Pagamentos: a Teoria Econômica do Controle de Capitais

1.1. Problemas na gestão macroeconômica nos países emergentes

As recentes propostas de introdução de controle de capitais nas economias emergentes têm como fundamento teórico a idéia de que a mobilidade (excessiva) de movimentação de capitais de curto prazo gera três tipos de problemas para a gestão macroeconômica, a saber: perda de autonomia na condução da política monetária, aumento da fragilidade externa da economia e tendência à apreciação cambial devido aos grandes fluxos de capitais.

1.1.1. Perda de autonomia na condução da política monetária

O fluxo excessivo de capitais e sua volatilidade podem acarretar uma perda de autonomia na condução da política econômica e, de forma particular, uma redução na capacidade dos bancos centrais de conduzir a política monetária com vistas ao atendimento de objetivos domésticos como, por exemplo, a manutenção de um elevado nível de emprego e a estabilidade da taxa de inflação.

No caso da adoção de um regime de câmbio fixo – em especial, em um regime extremo de *currency board*[2] – não há espaço para polí-

[2] No *currency board* a taxa de câmbio é fixada pela autoridade monetária que está obrigada

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 68

ticas monetárias autônomas ou políticas fiscais expansionistas, já que a emissão de moeda doméstica deve ser 100% coberta por reservas internacionais. A defesa da taxa de câmbio em um regime dessa natureza requer que a política monetária seja devotada unicamente à manutenção da taxa de câmbio, não podendo ser usada para alcançar objetivos relacionados a emprego, por exemplo. A perda de autonomia da política monetária impossibilita que a mesma seja usada para contra-restar os efeitos de choques exógenos sobre a economia doméstica. Adiciona-se, ainda, que fluxos excessivos de capitais podem acarretar problemas relacionados à esterilização dos recursos entrantes, resultando em custos fiscais elevados, dependendo da magnitude de recursos e do tamanho do diferencial de taxa de juros *vis-à-vis* as taxas externas.

Por outro lado, como Tobin argumenta (**35**), a perda da autonomia das políticas econômicas nacionais, em particular da política monetária, ocorre também sob o regime de câmbio flexível, uma vez que a excessiva volatilidade na taxa de câmbio – sobretudo no caso de países emergentes – impõe uma série de dificuldades para o gerenciamento macroeconômico de um país, como por exemplo no controle da inflação:[3] "Eu acredito que o problema básico hoje não é o regime cambial, se fixo ou flutuante. O debate sobre regimes obscurece o problema essencial, que é a excessiva mobilidade internacional [...] do capital financeiro privado" (**35**, p. 153). Ademais, a variação cambial é um elemento que aumenta a incerteza dos tomadores de decisão, uma vez que a taxa de câmbio é um dos preços básicos que balizam as expectativas empresariais, arrefecendo conseqüentemente o *animal spirits* dos empresários, com efeitos negativos sobre o nível dos investimentos (**8**).

por lei a manter um volume de reservas internacionais igual ao valor da base monetária, e a emissão de moeda está atrelada às variações nas reservas internacionais.

[3] Ver também o artigo de Oreiro e Rangel (**23**).

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 69

1.1.2. Aumento da fragilidade externa da economia e crises cambiais

A fragilidade externa de uma economia está relacionada à sua maior (ou menor) suscetibilidade à ocorrência de crises do balanço de pagamentos ou, mais especificamente ao "grau de vulnerabilidade de uma economia às mudanças nas condições de financiamento oriundas de alterações nas taxa de juros externas" e nas condições de liquidez do mercado financeiro internacional (**26**, p. 78).

Num contexto de grande mobilidade de capitais de curto prazo, essas crises podem ocorrer por razões não diretamente relacionadas com a situação da conta de transações correntes do balanço de pagamentos (**5**). Em outras palavras, países que possuem pequenos déficits em transações correntes como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) – e que, portanto, são *solventes* do ponto de vista externo (**11**) – podem se defrontar com uma reversão súbita da entrada de capitais de curto prazo em função de uma mudança nas expectativas dos investidores internacionais.[4] Essa mudança de expectativas pode ser induzida por eventos não fundamentais (*sunspots*), pode resultar de comportamentos de manada (*herding behavior*) ou, ainda, do chamado efeito contágio.

O contágio ocorre quando os investidores internacionais optam por não coletar informações custosas a respeito dos "fundamentos macroeconômicos" de um determinado país, sendo assim influenciados por "rumores" (fundamentados ou não) a respeito da situação do mesmo. A ocorrência de algum rumor negativo sobre a situação financeira de um determinado país poderá levar os investidores inter-

[4] A relação entre mobilidade de capitais de curto prazo e crise do balanço de pagamentos foi estabelecida por Rodrik e Velasco (**30**), inspirados no modelo de corridas bancárias de Diamond e Dybig (**10**), as quais mostram que o acúmulo de um grande passivo externo de curto prazo, resultante de um grande fluxo de entrada de capitais de curto prazo, pode criar as condições necessárias para a ocorrência de uma crise cambial gerada por profecias auto-realizáveis.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 70

nacionais a fazer uma realocação de portfólio de âmbito mundial, na qual os recursos aplicados nos títulos das empresas e do governo desse país sejam reaplicados em títulos considerados mais seguros. Dessa forma, o "consenso pessimista" pode se formar como resposta à divulgação de algum rumor negativo sobre a economia do país em consideração, num contexto em que os investidores internacionais são *deliberadamente ignorantes* a respeito da real situação econômica. Daqui se segue que eventos não fundamentais (*sunspots*) – como rumores – podem desencadear uma crise externa de graves conseqüências sobre as economias dos países nos quais não há restrições ao movimento de entrada e saída de capitais de curto prazo.

Outro elemento que pode induzir a emergência de um consenso pessimista é o chamado *comportamento de manada* (*herding behavior*), definido como uma situação na qual o comportamento de um determinado grupo de agentes é *imitado* por todos os demais agentes (**21**, p. 117).

1.1.3. Apreciação do câmbio real e desequilíbrio em transações correntes

Um terceiro problema associado aos fluxos de capitais de curto prazo está relacionado aos efeitos desses fluxos sobre a taxa real de câmbio e, por conseguinte, sobre o saldo em transações correntes do balanço de pagamentos. Em regimes de câmbio flutuante, um movimento mais intenso de entrada de capitais de curto prazo resultará numa *apreciação do câmbio nominal*. Em função da rigidez de curto prazo dos preços domésticos e internacionais, essa apreciação do câmbio nominal será acompanhada por uma apreciação do câmbio real, levando a uma deterioração do saldo em transações correntes do país que estiver absorvendo esses fluxos.

No caso dos países emergentes, o problema é ainda mais grave devido ao reduzido tamanho dos mercados de capitais desses países com relação aos fluxos de capitais de curto prazo que ingressam nesses mercados (**17**, p. 57). Tal fato faz com que a apreciação do câm-

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 71

bio real seja muito maior nos mercados emergentes do que nos países desenvolvidos.

A apreciação do câmbio real também ocorre em países que operam com regime de câmbio fixo. Com efeito, a entrada maciça de capitais de curto prazo resulta numa grande expansão do volume de meios de pagamento, em função do comprometimento dos bancos centrais desses países com o sistema de câmbio fixo. Essa expansão monetária será acompanhada, em geral, por um aumento dos preços dos ativos financeiros e dos preços dos bens domésticos (*tradables* e *non-tradables*). Portanto, mesmo num regime de câmbio fixo, um grande fluxo de entrada de capitais de curto prazo resultará numa apreciação da taxa real de câmbio.[5]

O grande problema associado ao aumento do déficit em transações correntes é que esse fenômeno – se suficientemente forte – pode comprometer a solvência externa da economia. Com efeito, a capacidade de pagamento dos compromissos externos de uma economia é medida usualmente pela razão dívida externa/exportações. Pode-se facilmente demonstrar[6] que a relação dívida externa/exportações aumentará de forma contínua ao longo do tempo se a seguinte condição for atendida:

$$h < (i - x)\, z,$$

onde h é a transferência líquida de recursos para o exterior (igual ao saldo da balança comercial + saldo dos serviços não-fatores) como proporção das exportações, i é a taxa de juros internacional, x é a taxa

[5] Esse foi precisamente o caso dos países do Sudeste Asiático (Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Coréia do Sul) durante a década de 1990. Com efeito, houve um grande movimento de entrada líquida de capitais privados nessas economias dos países no período entre 1994 e1996. Esse fluxo de entrada de capitais foi acompanhado por um aumento do déficit em transações correntes desses países e por uma considerável apreciação da taxa real de câmbio. Ver, a respeito, o trabalho de Radelet e Sachs (**27**).

[6] Ver *Macroeconomia* (**30**, pp. 96-7).

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 72

de crescimento das exportações e z é a razão dívida externa/exportações. Nesse contexto, uma forte apreciação do câmbio real pode resultar numa dinâmica explosiva para a relação dívida externa/PIB na medida em que gera uma redução na relação transferência líquida de recursos para o exterior/exportações.

Do exposto, segue-se que os fluxos de entrada de capitais de curto prazo podem colocar as condições necessárias para a ocorrência de uma crise de endividamento externo, em virtude de seus efeitos sobre a taxa real de câmbio e o saldo em transações correntes.

1.2. Controle de capitais: custos e benefícios

De acordo com a análise da seção anterior, pode-se concluir que a obtenção dos objetivos de autonomia da política monetária, a redução da fragilidade externa e a manutenção do equilíbrio em transações correntes requerem para os países emergentes, *ceteris paribus*, a *adoção de controles permanentes à entrada e saída de capitais*. Apesar dos benefícios que o controle de capitais pode proporcionar para os países em termos de autonomia de política monetária, redução da fragilidade externa e manutenção do equilíbrio em transações corrente, alguns autores afirmam que os custos desses controles poderiam ser maiores do que os benefícios (**14**, pp. 3-4). Argumenta-se que a redução da mobilidade de capitais associada à introdução desses controles geraria uma diminuição do bem-estar da sociedade, uma vez que:

I) Os controles, se bem-sucedidos, aumentam o valor da taxa de juros externa (*offshore rate*) com base na qual os residentes domésticos podem levantar empréstimos no exterior. Tal acréscimo atua no sentido de reduzir *o conjunto de possibilidades de consumo futuro*, restringindo as escolhas que os residentes domésticos têm à sua disposição no que se refere ao *padrão intertemporal de consumo*.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 73

II) A existência de controle de capitais limita a capacidade do país de sustentar seu padrão de consumo em face de um choque exógeno que gere uma redução do nível de produção. Por exemplo, a mobilidade internacional de capitais permitiria um país manter seu padrão de consumo inalterado em função da ocorrência de distúrbios cíclicos em termos de comércio, produto ou demanda externa, ou um desastre natural, com a venda de ativos ou da tomada de empréstimos no exterior.

III) A redução do acesso ao mercado internacional de capitais deve resultar numa diminuição das perspectivas de crescimento de longo prazo do país, uma vez que atua no sentido de reduzir a capacidade dos residentes domésticos de tomar empréstimos para aumentar sua capacidade de produção de bens no futuro (**20**).

Segundo essa linha de argumentação, os benefícios de controle de capitais devem ser comparados com os custos dos mesmos em termos de redução da eficiência e do bem-estar econômicos. Nas palavras de Fisher:

> Em suma, a liberalização da conta de capital pode trazer benefícios significativos para os países. Residentes e governos são capazes de tomar emprestado em termos mais favoráveis, e os mercados financeiros domésticos tornam-se mais eficientes como resultado da introdução de tecnologias financeiras mais avançadas, resultando em uma melhor alocação de poupanças e investimentos [...] Ao mesmo tempo, a liberalização da conta capital aumenta a vulnerabilidade da economia a mudanças no sentimento. Geralmente, essas mudanças têm base racional, mas elas podem ser na ocasião excessivas, e podem algumas vezes resultar em efeitos de contágio (**14**, p. 3).

Isso posto, uma questão teórica fundamental no debate a respeito da desejabilidade de controle de capitais é determinar se os benefícios

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 74

advindos da introdução dos mesmos são maiores do que os custos que impõem para o sistema econômico. No que se refere a esse ponto deve-se ressaltar que os *críticos* da adoção de controle de capitais não ofereceram nenhuma evidência empírica que comprovasse que os custos da redução da mobilidade de capitais superam os benefícios (**6**, **29**). Nas palavras de Rodrik:

> Os dados não oferecem nenhuma evidência de que países em desenvolvimento sem controle de capitais tenham crescido mais rápido, investido mais, ou experimentado inflação menor. Controles de capitais são essencialmente não correlacionados com o desempenho econômico no longo-termo, uma vez que controlemos outros determinantes (**29**, p. 61).

Nessa mesma linha de argumentação, conclui Stiglitz :

> Uma vez que se reconheça que os fluxos de capitais de curto prazo podem aumentar a instabilidade econômica, existe um verdadeiro caso para intervenção: a instabilidade associada com o movimento de capitais de curto prazo resulta em uma clara discrepância entre riscos e retornos privado e social. Os fluxos de capitais impõem uma enorme externalidade negativa. De fato, deveria ser óbvio que a crise que resultou desses fluxos voláteis tem afetado muitos outros além dos tomadores e emprestadores [...] (**34**, p. 1981).

Tal como ocorre com a questão correlata da intervenção governamental nos mercados financeiros (**22**), os argumentos contra a intervenção do Estado na movimentação dos capitais entre as fronteiras nacionais se apóiam mais em *preconceitos de natureza ideológica* do que em sólidos argumentos teóricos ou empíricos. Nas palavras de Carvalho e Sicsú:

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 75

> Os defensores da liberalização se apóiam, na verdade, na sabedoria convencional corrente da comunidade dos economistas (...) que reconhece nos mecanismos de mercado eficiência superior em promover o bem-estar do que a de qualquer mecanismo alternativo, especialmente aqueles que envolvem alguma intervenção do Estado (**6**, p.12).

Um outro aspecto a ser ressaltado no debate sobre controle de capitais é indagar se não existiriam formas alternativas de se obter os benefícios proporcionados pelos mesmos sem, contudo, incorrer nos custos associados à introdução desses controles. Uma resposta afirmativa a essa pergunta foi dada recentemente por Calvo (**4**; **5**). Para esse autor, a fragilidade externa das economias resulta fundamentalmente da existência de *governos soberanos*.

Com efeito, a possibilidade de crises externas geradas por profecias auto-realizáveis é uma *decorrência da própria autonomia de formulação de política econômica por parte desses governos*. Essa maior autonomia tem como contrapartida maior incerteza a respeito da rentabilidade dos projetos de investimento, principalmente no caso dos países emergentes. Isso leva os investidores a enfrentar custos fixos mais altos para obter a informação macroeconômica relevante para sua tomada de decisão. Maiores custos para a obtenção de informação atuam no sentido de estimular os agentes a se guiar por "rumores", facilitando dessa forma a ocorrência de contágio e comportamento de manada. Nas palavras de Calvo:

> Os custos do aprendizado sobre um determinado país aumentam devido à existência de um governo soberano que não está bem comprometido com regras claras de política econômica restritiva, tornando o país vulnerável a crises financeiras auto-realizáveis (**5**, p. 90).

Nesse contexto, a solução seria adotar mecanismos que reduzissem ou eliminassem a autonomia da política econômica doméstica.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 76

Um mecanismo possível seria a adoção de um *regime de câmbio fixo irreversível* como, por exemplo, o *currency board* ou a *dolarização* (**4**, p. 13).

A crítica a essa tese de Calvo é feita por Rigobon. Para este último, a idéia de que a "flexibilidade na condução da política econômica é algo intrinsecamente ruim é uma hipótese apriorística e não uma dedução lógica do modelo de contágio" (**28**, p. 114). Na verdade, pode-se pensar situações nas quais a autonomia na condução da política econômica facilitaria a tarefa do governo de "suavizar" os efeitos dos choques externos sobre a economia, reduzindo assim a incerteza e a perda de bem-estar resultantes dos mesmos. Em suas palavras:

> Um exemplo interessante é o caso das crises financeiras de meados dos anos 80, no Estado do Texas. Em 1986, o preço do petróleo caiu para níveis históricos, e a maioria dos bancos no Texas teve problemas. No mesmo período, a Venezuela, que tinha uma economia semelhante à do Estado do Texas em termos de tamanho e dependência do petróleo, desvalorizou sua moeda e evitou uma crise financeira. Estou certo de que a razão pela qual os bancos sobreviveram na Venezuela não foi a melhor regulação. A evidência mostra o contrário. Nesse caso, o fato de que o país poderia desvalorizar e reconhecer as perdas devido aos choques externos reduziu as pressões sobre o setor financeiro (**28**, p. 114, n. 5).

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 77

2. Experiência Internacional de Controle de Capitais: uma breve avaliação

2.1. Tipos de controle de capitais[7]

Controle de capitais envolve diretamente o constrangimento de uma ou mais categorias relacionado principalmente à conta de capital do balanço de pagamentos: investimento direto estrangeiro, investimento de portfólio, empréstimo ou tomada de empréstimo por residentes e não residentes, transações efetivadas por contas de depósito e outras transações diversas (por exemplo, transferências unilaterais). Controle de capitais é usado para diferentes propósitos, entre os quais destacam-se:

i) manter a estabilidade da taxa de câmbio, reduzindo as pressões sobre esta;
ii) permitir a implementação de políticas monetárias domésticas autônomas (nesse caso, se os controles são efetivos, os fluxos de capitais tornam-se menos sensíveis às taxas de juros, o que permite que as autoridades se voltem para objetivos econômicos domésticos);
iii) preservar a estabilidade monetária e financeira em face de fluxos persistentes de capital (inclusive para deter saídas de capitais em contexto de crise do balanço de pagamentos).[8]

Controle de capitais pode ser dividido em *controle seletivo*, que cobre alguma(s) modalidade(s) de operação financeira relacionada a

[7] Esta seção está baseada na análise de L. F. Paula (**25**, seção 2).

[8] Para uma análise e avaliação dos objetivos da adoção de controle de capitais, ver os trabalhos de Ariyoshi e colaboradores (**1**) e de Carvalho e Sicsú (**6**).

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 78

fluxos de capitais externos, e *controle extensivo*, que cobre todas as operações financeiras. E, ainda, entre *controle sobre a entrada* de capitais externos e *controle sobre saída* de capitais: o primeiro é justificado pela função preventiva, visando evitar um fluxo excessivo de entrada de capitais durante os períodos de *boom* (e conseqüentemente evitando uma apreciação real excessiva da taxa de câmbio); o segundo, por sua vez, justifica-se pela imposição de constrangimentos sobre saída de capitais que permitam quebrar a ligação entre as taxas de juros domésticas e as taxas internacionais, e também como forma de reduzir a velocidade da saída de capitais (ou mesmo evitá-la) quando um país se defronta com a possibilidade de uma retirada repentina e instabilizante de capitais em momentos de maior incerteza.

Tomando como ponto de partida que controles sobre os fluxos de capitais tomam a forma sobre as restrições sobre ativos transacionados ou sobre pagamentos relacionados à aquisição de ativos, eles podem ser classificados em *controles diretos ou administrativos sobre capitais*, tais como limites quantitativos (por exemplo, estabelecimento de limites ou de autorização especial para empréstimos novos ou existentes tomados no exterior por parte de residentes) ou proibição de certas transações pela imposição de limites mínimos de maturidade, que visam afetar diretamente o volume das transações financeiras entre países; e em *controles indiretos ou baseados em preços*, que são estabelecidos pela cobrança de impostos sobre os fluxos entre fronteiras, podendo ser diferenciados de modo a desestimular certos tipos de transação ou maturidades, ou por meio de requerimentos de reservas não remuneradas[9] (compulsórios) que tornam as transações financeiras mais custosas de ser efetuadas, podendo limitar a saída de capitais de modo a torná-los mais sensíveis às taxas de juros domésticas.

[9] Os requerimentos de reserva obrigam as partes estrangeiras que desejam depositar dinheiro em uma conta bancária doméstica (ou outra forma de fluxo) a depositar uma percentagem desse fluxo no banco central por um período mínimo determinado.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 79

2.2. A experiência internacional: o caso do Chile, da Malásia e da Tailândia

As experiências de países com controle de capitais podem ser classificadas de acordo com as circunstâncias em que este foi adotado:

i) experiências com o uso de controle de capitais para limitar as entradas de capital de curto prazo (Brasil – 1993-97, Chile – 1991-98, Colômbia – 1993-98, Malásia – 1994, e Tailândia – 1995-97);

ii) experiências com o uso de controle na saída durante crises financeiras (Malásia – a partir de 1998, Espanha – 1992, e Tailândia – 1997-98);

iii) experiências de controle extensivo de câmbio durante crises financeiras (Romênia – 1994-96, Rússia – 1998-99, e Venezuela – 1994-96);

iv) experiências com controles extensivos e permanentes (China e Índia);

v) experiências de rápida liberalização de controle de capitais (Argentina – 1991, Quênia – 1991-95, e Peru – 1990-91).[10]

Para efeito da discussão que realizamos neste capítulo, iremos nos centrar na análise do caso do Chile (1991-98), que tem sido citado freqüentemente com um caso de uso efetivo de controle de capitais para limitar fluxos de curto prazo; da Malásia (a partir de 1998), cuja experiência de uso de controle na saída durante uma crise financeira, apesar de muito criticada na época de sua adoção, tem sido mais recentemente avaliada de forma positiva em função dos resultados alcançados; e, por fim, da Tailândia (1997-98), que, como a Malásia, adotou controles na saída no contexto da crise asiática, mas que não

[10] Para uma análise ampla dessas experiências, ver *Capital controls* (**1**).

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 80

somente foram malsucedidos em inibir a especulação cambial, como tiveram vida curta.[11]

O Chile combinou controles com base no mercado (por meio da taxação indireta sobre os fluxos de capitais via requerimentos de reserva) com controles administrativos (requerimento de tempo mínimo para os fluxos de capitais entrantes) e outras medidas regulatórias (como a obrigatoriedade de um *rating* mínimo para a tomada de empréstimos externos). Os objetivos desses controles eram:

i) diminuir o volume de capitais entrantes no país, de modo a reduzir ou retardar a apreciação na taxa de câmbio real;
ii) desencorajar a entrada de capitais especulativos de curto prazo no país, sem afetar os investimentos estrangeiros de longo prazo, permitindo assim alongar a composição dos capitais externos; e
iii) proporcionar uma maior autonomia na política monetária, de modo a permitir que o Banco Central chileno mantivesse um elevado diferencial entre taxa de juros doméstica e internacional (**12**,**19**).

Mais especificamente, as autoridades chilenas estabeleceram um período mínimo de um ano de manutenção dos capitais externos entrantes de não residentes, e, ainda, como medida de controle extensivo, adotou taxas implícitas – sob a forma de um compulsório não remunerado a ser depositado no Banco Central por um determinado período (um ano) e a uma dada proporção (30% na maior parte da década de 1990) – sobre todos os fluxos de portfólio entrantes.[12] Ins-

[11] O caso brasileiro é analisado na seção 3.

[12] Tais constrangimentos tinham um caráter contracíclico, sendo apertado durante períodos de confiança quando havia um aumento nos fluxos de entrada de capitais e relaxado quando os fluxos diminuíam. De fato, o *encaje* – um depósito de um ano no banco central, obrigatório e não remunerado – era inicialmente, quando criado em 1991, de

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 81

tituíram, ademais, que os títulos emitidos pelas empresas locais nos mercados internacionais deveriam ter uma maturidade mínima média de quatro anos, além da obrigatoriedade de ter uma classificação de risco não menor do que "BB". De modo complementar, o Banco Central procurou fortalecer a estrutura prudencial do sistema financeiro doméstico, no contexto de um programa de reformas econômicas, incluindo uma supervisão seletiva de ativos e um devido provisionamento por parte dos bancos, além de estabelecer regras para classificação dos empréstimos e limitar a exposição dos bancos ao risco cambial.

Ainda que não haja evidências conclusivas de que houve uma redução na magnitude do influxo de capitais no Chile,[13] e que, conseqüentemente, tenha tido efeito sobre a taxa de câmbio real, há consenso de que o controle de capitais ajudou a alongar a maturidade média desses fluxos (**12**, **37**), e também permitiu, por meio dos requerimentos de reserva não remunerados, aumentar, em algum grau, a autonomia da política monetária, ao ajudar a manter uma separação entre as condições monetárias doméstica e internacional (**1**, cap. 5). Adiciona-se que os controles de capitais não foram evadidos no Chile, onde a capacidade de coletar impostos sobre fluxos de capitais foi crescente com o tempo, com as autoridades fechando as brechas e utilizando controles seletivos de capitais que desencorajaram significativamente alguns tipos particulares de créditos de curto prazo. Uma crítica que tem sido feita ao controle de capitais no Chile é que ele não foi capaz de evitar os efeitos de contágios de choques externos no período 1997-98 (**12**). Este

20%, se elevando para 30% em 1993, devido ao crescimento no fluxo de capitais, e caindo para 10% em 1998, no contexto dos efeitos da crise asiática e, depois, da crise russa, sendo eliminado completamente em setembro daquele ano.

[13] Embora, segundo Massad (**19**, p. 43), uma comparação entre países mostre que o Chile recebeu, em média, fluxos de capitais líquidos equivalentes a 6% do PIB em 1990-95; um montante significativamente menor do que o fluxo de países emergentes que não regularam suas contas de capital, como no caso da Tailândia e Malásia (ambas com cerca de 10% do PIB) antes de 1998.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 82

último resultado, contudo, deve ser relativizado, tendo em vista que o controle de capitais no Chile funcionou relativamente bem até 1997, permitindo uma melhor gestão da política macroeconômica do país, mas não foram instituídos para neutralizar contágios externos, sobretudo em momentos de maior instabilidade no mercado financeiro mundial, como ocorrido em 1997/98. Sob essas novas condições, como observou Freench-Davis, deveria haver um aumento e mudanças nas restrições ao fluxos de capitais no Chile, de modo a torná-las mais adequadas ao novo contexto (**15**).

Um controle sobre saída de capitais durante crise de balanço de pagamentos foi utilizado na Malásia a partir de setembro de 1998, quando ficou evidente que as políticas existentes eram insustentáveis por causa da intensa e contínua pressão especulativa contra a moeda malaia – o *ringgit*. Os elevados diferenciais entre as taxas de juros *onshore* e *offshore* haviam iniciado uma intensa saída de capital e um subseqüente *credit crunch*. Na ocasião, o governo malaio anunciou um conjunto de controle de capitais amplos e seletivos, por intermédio de constrangimentos quantitativos sobre fluxos de saídas, principalmente sobre portfólio e contas de depósito, mas sem restringir os pagamentos relativos a transações correntes e investimento direto estrangeiro. Objetivava, com isso, conter a especulação com o *ringgit* e a saída de capitais por intermédio da eliminação do mercado *offshore* e estabilizar os fluxos de capital de curto prazo. Tais medidas incluíram a liquidação forçada de contas *offshore* em *ringgit* por residentes e não residentes, um banimento na provisão de facilidades de crédito para não residentes, e o bloqueio de repatriação do capital de portfólio retido pelos não residentes por doze meses, além da restrição de transferências de capital por residentes. As autoridades malaias também fixaram a moeda doméstica ao dólar americano, depois de deixá-la flutuar desde julho de 1997, e ao mesmo tempo adotaram políticas monetárias e fiscais mais relaxadas, além de acelerar as reformas do setor financeiro e corporativo, que haviam sido iniciadas no começo de 1998, de modo a fortalecer o sistema bancário.

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 83

A combinação da virtual eliminação do mercado *offshore* em *ringgit* junto com as restrições sobre repatriação de capital de portfólio de não residentes e sobre os investimentos externos de residentes foi bem-sucedida em conter as saídas de capital na Malásia. Os controles de capital, em conjunção com outras políticas financeiras, contribuíram para diminuir as pressões especulativas e estabilizar a taxa de câmbio, apesar do acentuado relaxamento nas políticas monetárias e fiscais que visaram dar suporte ao débil nível de atividade econômica do país. (1, pp. 24-5) Ademais, eles deram às autoridades malaias algum tempo para enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos e implementar reformas no sistema bancário. Kaplan e Rodrik (18) compararam a recuperação da Malásia, após a adoção de controle de capitais, com a experiência da Coréia e da Tailândia após aceitarem o programa do FMI, e concluíram que a Malásia conseguiu melhores resultados, tanto no lado real da economia, com uma recuperação econômica mais rápida e perdas menores em termos de emprego e salários reais, quanto no lado financeiro, com o mercado de capitais reagindo melhor, as taxas de juros caindo mais e a inflação ficando em patamares mais baixos do que daqueles países. Os autores concluem que "controles de capital funcionaram [na Malásia] para revitalizar a demanda não somente porque eles deram ao governo uma maior autonomia fiscal e monetária, mas provavelmente porque permitiram o retorno de uma certa estabilidade aos mercados financeiros" (18, p. 27).

No caso da Tailândia, um controle sobre saída de capitais durante uma crise de balanço de pagamentos foi adotado após uma forte especulação contra a moeda tailandesa – *bath* – em maio de 1997, depois de uma década de estabilidade na taxa de câmbio e de um expressivo crescimento econômico. Os ataques especulativos foram facilitados pela sistema cambial relativamente aberto da Tailândia na época, pela presença de um bem desenvolvido mercado à vista e de *swap*, e pela liberdade de não residentes em obter crédito em *bath* dos bancos locais. Nesse contexto, a especulação contra o *bath* tomou a forma de tomada de posições diretas no mercado futuro, que criou

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 84

pressões para baixo na taxa futura, e o uso de empréstimos em *bath* que, ao serem convertidos em moeda estrangeira, criaram posições curtas contra a moeda doméstica.

A imposição de medidas de controle de capitais na Tailândia em 1997 – com a criação de um mercado de câmbio duplo segmentado em um mercado *onshore* e outro *offshore*, e com a imposição pelo governo de que os bancos tailandeses suspendessem todas as transações com não residentes que pudessem facilitar o estabelecimento de posições em *bath* no mercado *offshore*, além da proibição dos investidores estrangeiros no mercado de ações de repatriarem seus fundos em *bath* – não foi bem-sucedida como no caso malaio. Algumas importantes exceções de controles foram permitidas, relacionadas a fluxos de investimento direto estrangeiro e a vários investimentos em portfólio. Os controles de capital não evitaram a saída de capitais pelos canais alternativos. Da mesma forma, o forte aumento no *spread* entre as taxas de juros *onshore* e *offshore* criou oportunidades de arbitragem e incentivos para driblar os controles. Devido às expectativas persistentes de desvalorização do *bath* diante da saída de capitais, as reservas internacionais permaneceram sob pressão, e as autoridades acabaram abandonando o regime de câmbio fixo, deixando o *bath* flutuar no início de julho de 1997, em vista do alto custo de defendê-lo. Segundo Ariyoshi e outros,

> os controles de capital da Tailândia tiveram uma vida curta. Não há evidência sólida sobre as razões da erosão da efetividade dos controles, nem sobre os canais usados para driblar os controles. Evitar controles foi facilitado, entretanto, pelo fato de que eles não foram de amplo alcance e não eliminaram o mercado *offshore*, que continuou a proporcionar oportunidades de arbitragem (**1**, p. 58).

Um balanço final da discussão – a partir da análise efetuada nesta seção, com base na literatura internacional – parece indicar que os controles de capitais mais eficazes envolvem a monitoração de ope-

Agenda03 01.01.04 1:54 Page 85

rações com câmbio em geral que sejam abrangentes em seus alcances e fortemente impostos, de modo a evitar a possibilidade de redenominação artificial de operações com o fim específico de evitar as restrições existentes. Devem cobrir, sobretudo, as entradas de capital de não residentes, sendo capaz ao mesmo tempo de monitorar e controlar as saídas de capitais de residentes. Podem, portanto, ser usados como um instrumento de viabilização de políticas econômicas mais autônomas e de geração de maior estabilidade no mercado cambial, ou mesmo, em casos excepcionais, como um instrumento temporário em momentos de crises agudas de balanço de pagamentos, mas não devem ser usados como instrumento permanente para "cobrir" políticas econômicas inconsistentes. Nesse caso, devem ser acompanhados por mudanças da política econômica e/ou por introdução de reformas (por exemplo, aprimoramento da supervisão bancária), como mostra os casos bem-sucedidos da Malásia e do Chile.

3. Fluxos de Capitais e Movimentos Especulativos no Brasil

3.1. Vulnerabilidade externa e volatilidade cambial

A economia brasileira, do ponto de vista do setor externo, tem apresentado dois problemas básicos: uma elevada vulnerabilidade externa, o que torna a economia vulnerável às mudanças nas condições e humores do mercado financeiro internacional, e uma alta volatilidade no mercado de câmbio, evidenciada pela forte oscilação na taxa de câmbio, que resulta em efeitos negativos tanto para a formação das expectativas empresariais quanto para o gerenciamento da política monetária.[14]

[14] Como pode ser visto no Capítulo 4, o Banco Central reage às oscilações na taxa de

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 86

GRÁFICO .I

TAXA DE CÂMBIO NOMINAL (COMPRA), JAN/2001 A ABR/200 .

FONTE: Banco Central do Brasil.

O Gráfico 3.1 mostra o comportamento da taxa de câmbio nominal de janeiro de 2001 a abril de 2003. Antecedido por um período de relativa estabilidade na taxa de câmbio, quando o mercado financeiro internacional esteve mais estável e a economia brasileira teve um bom desempenho econômico (taxa de crescimento do PIB em 4,4% em 2000), observa-se que a taxa de câmbio, a partir de 2001, passou a ter, além de maior variabilidade no curto prazo, um

câmbio movimentando a taxa de juros, reduzindo esta quando a volatilidade e a tendência da taxa de câmbio nominal são favoráveis, e aumentando quando são desfavoráveis. Além disso, o Banco Central é obrigado a elevar a taxa de juros de curto prazo por ocasião de uma desvalorização mais persistente na taxa de câmbio de modo a procurar garantir que a meta de inflação fique dentro do intervalo estabelecido.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 87

movimento mais oscilatório, inicialmente passando por um processo de desvalorização, seguido a partir do final de 2001 de uma revalorização do câmbio, para a partir de maio de 2002 ter um acentuado e contínuo processo de desvalorização na taxa de câmbio. Esse período de maior oscilação na taxa de câmbio foi marcado por um conjunto de fatores que instabilizaram o mercado cambial, entre os quais, os efeitos de 11 de setembro de 2002, a crise argentina e, enfim, a incerteza das eleições presidenciais que marcou o ano de 2002.

A volatilidade cambial no Brasil resulta, fundamentalmente, de três fatores:

i) um fator estrutural relacionado ao fato de que países emergentes com conta capital aberta enfrentam uma assimetria derivada da pequena magnitude do mercado financeiro cambial doméstico frente ao volume de recursos que são girados diariamente no mercado financeiro internacional, o que resulta em uma elevada oscilação nos fluxos de divisas, tanto na conta capital quanto nas rendas relacionadas aos serviços financeiros da conta corrente;

ii) o crescimento no passivo externo do país, evidenciado, por exemplo, pelo crescimento de relação dívida externa/PIB, que tem se situado em mais de 40% desde o segundo semestre de 2001 (ver Tabela 3.1), que resulta no pagamento de elevado montante de divisas relacionadas à amortização e serviço da dívida;

iii) o fato de que, após a mudança no regime cambial, em janeiro de 1999, os movimentos de saída de capitais de curto prazo, induzidos por mudanças nas expectativas dos agentes internacionais, passaram a refletir, não somente em perda de reservas internacionais, mas também sobre o próprio comportamento da taxa de câmbio.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 88

Neste particular, a experiência brasileira recente mostrou que os movimentos de saída de capitais de curto prazo, observados a partir do segundo semestre de 2001, acabaram por induzir a uma grande desvalorização na taxa de câmbio nominal que, repassada aos preços, colocou em risco a estabilidade da taxa de inflação.

A experiência geral com regimes de taxa de câmbio flexível tem mostrado que:

I) a substituição de regimes de câmbio fixo por flutuante tem produzido maior variabilidade, mesmo quando os fundamentos não se modificam;
II) os fundamentos não podem explicar o comportamento da taxa de câmbio no horizonte de curto e médio prazo;
III) as taxas de câmbio têm freqüentemente exibido oscilações no longo prazo, com nenhuma aparente e significativa mudança que as justifiquem.[15]

Esses problemas são mais sérios quando se trata de países emergentes, uma vez que:

I) não têm uma experiência histórica de taxas de câmbio determinadas pelo mercado;
II) há poucos especuladores estabilizadores atuando no mercado de câmbio, ou seja, há uma ausência de *players* desejosos a atuar em posições cambiais contrárias a da média do mercado, além desses mercados serem propensos a exibir uma mentalidade de manada (*herd behavior*);
III) apresentam fluxos de capitais muito maiores e mais voláteis em relação ao tamanho dos mercados de capitais domésticos (17).

[15] Essas conclusões foram extraídas por Grenville (17, p. 56), tendo como referência vários trabalhos acadêmicos.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 89

A recente experiência brasileira de instabilidade cambial parece ilustrar as dificuldades de administração do balanço de pagamentos de um país com alta vulnerabilidade externa diante das mudanças nos humores dos investidores de mercado.

Com efeito, esperava-se que, com a adoção de um regime de câmbio flutuante, a partir de janeiro de 1999 a economia brasileira superasse sua vulnerabilidade externa, em função da extinção do alvo do ataque especulativo (um regime de câmbio semifixo) e também dos efeitos estabilizadores para o balanço de pagamentos da própria flutuação cambial. Contudo, a experiência recente mostrou que tal não foi o caso, como evidenciou a instabilidade macroeconômica que o país viveu em 2001 e principalmente em 2002, em conseqüência da forte saída de capitais externos e do movimento especulativo no mercado de câmbio, o que resultou tanto em baixo crescimento econômico quanto, a partir do segundo semestre de 2002, em aceleração na taxa de inflação.

A Tabela 3.1 mostra o comportamento de alguns indicadores conhecidos de vulnerabilidade externa. Em que pese a melhoria recente nos resultados na conta corrente do balanço de pagamentos, ainda é bastante elevada a vulnerabilidade externa do país. Apesar do rápido ajuste na balança comercial em 2002, resultado combinado de uma excessiva desvalorização na taxa de câmbio com uma economia semi-estagnada, a relação dívida externa bruta/exportações continua em torno de 4 (quatro), um número que o economista Mário Henrique Simonsen definia como próximo a um ponto crítico. O Brasil estaria, assim, na fronteira entre uma situação duvidosa e uma situação crítica. Simonsen definiu a situação externa de país da seguinte forma: um país devedor com uma relação dívida externa/exportações inferior a 2 (dois) está em situação confortável, entre 2 (dois) e 4 (quatro) está em situação duvidosa, e se for superior a 4 (quatro) está em situação crítica (**31**).[16]

[16] Avaliando pesquisas empíricas recentes a respeito da existência de um limite para o

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 90

O índice dívida externa/exportações é particularmente relevante porque ele permite comparar o estoque da dívida com a capacidade de geração de dólares da economia, de modo a que se possa fazer uma avaliação da capacidade de pagamento dos compromissos externos por um país. Por outro lado, a relação dívida externa bruta/reservas internacionais mostra que o país dispõe de liquidez internacional para se opor a mudanças nas condições de rolagem da dívida. As reservas internacionais funcionam como uma espécie de colchão de liquidez de um país para enfrentar as dificuldades no balanço de pagamentos. A Tabela 3.1 mostra que, embora essa última relação tenha diminuído a partir de 2001, ela ainda encontra-se em um patamar bastante elevado e estável nos últimos trimestres, sendo a dívida externa cinco vezes maior que o volume de reservas internacionais. Isso impõe um limite ao uso de um sistema de câmbio administrado, a não ser que o país faça uso mais intenso de mecanismos de controle de capitais, acompanhado de medidas que estimulem o desempenho da balança comercial.

endividamento externo, Bresser Pereira e Nakano assinalam que: "O Banco Mundial descobriu que esse limite está em 220% das exportações e 80% do PIB, porque a maior parte dos episódios de crise da dívida e de renegociação aconteceu dentro desses limites. Cohen encontrou números mais baixos: quando a relação dívida/exportações atinge 200% e a relação dívida/PIB, 50%, a probabilidade de reescalonamento aumenta e o efeito sobre o crescimento se torna significativamente negativo" (**3**, p. 12).

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 91

TABELA .1

INDICADORES DE VULNERABILIDADE EXTERNA, 1994-2002.

Trimestre	Dívida Externa Bruta/PIB	Dívida Bruta/ Exportações	Dívida Bruta/ Reservas Internacionais	Conta Corrente/PIB
1T 1994	32,63%	387,27%	386,63%	-0,04%
2T 1994	31,48%	373,00%	350,49%	0,15%
3T 1994	29,42%	354,58%	343,56%	0,56%
4T 1994	27,31%	340,56%	382,15%	-0,33%
1T 1995	25,88%	343,96%	452,61%	-1,32%
2T 1995	24,75%	350,03%	468,92%	-2,41%
3T 1995	23,51%	348,15%	324,76%	-2,92%
4T 1995	22,58%	342,44%	307,21%	-2,61%
1T 1996	22,98%	348,24%	293,95%	-2,27%
2T 1996	23,15%	351,36%	280,87%	-1,90%
3T 1996	23,14%	361,57%	296,43%	-2,29%
4T 1996	23,20%	376,85%	299,34%	-3,03%
1T 1997	23,51%	384,37%	313,58%	-3,14%
2T 1997	23,82%	382,74%	329,72%	-3,55%
3T 1997	24,28%	378,02%	314,84%	-3,70%
4T 1997	24,76%	377,39%	383,34%	-3,77%
1T 1998	26,16%	387,89%	306,75%	-3,97%
2T 1998	27,51%	407,52%	311,46%	-3,92%
3T 1998	29,00%	438,12%	504,75%	-4,13%
4T 1998	30,67%	472,52%	542,34%	-4,24%
1T 1999	30,14%	445,34%	648,36%	-4,50%
2T 1999	34,65%	482,15%	555,20%	-4,92%
3T 1999	40,20%	512,24%	562,00%	-4,85%
4T 1999	45,00%	502,94%	664,43%	-4,72%
1T 2000	43,86%	484,94%	618,72%	-4,31%
2T 2000	40,81%	449,19%	821,82%	-4,17%
3T 2000	39,66%	427,36%	739,36%	-3,95%
4T 2000	39,22%	428,71%	715,39%	-4,02%
1T 2001	34,95%	359,16%	593,18%	-4,61%
2T 2001	36,98%	359,04%	556,68%	-4,73%
3T 2001	40,34%	372,93%	540,58%	-4,90%

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 92

TABELA .1 (*continuação*)

INDICADORES DE VULNERABILIDADE EXTERNA, 1994-2002.

Trimestre	Dívida Externa Bruta/PIB	Dívida Bruta/ Exportações	Dívida Bruta/ Reservas Internacionais	Conta Corrente/PIB
4T 2001	41,13%	360,57%	585,33%	-4,55%
1T 2002	42,70%	374,22%	574,00%	-4,01%
2T 2002	45,82%	403,03%	521,53%	-3,83%
3T 2002	45,90%	371,07%	554,63%	-2,85%
4T 2002	46,72%	349,08%	557,10%	-1,71%

FONTE: Elaborada a partir dos dados do BCB-DEPEC.

3.2. Fluxos de capitais e movimentos especulativos

O Brasil, no contexto do retorno dos fluxos voluntários de capitais para a América Latina, observou a partir de 1992 uma retomada nos fluxos de capitais estrangeiros para o país, em níveis bem superiores ao verificado na década de 1970. Diferentemente do fluxo de capitais dos anos de 1970, quando predominou claramente o endividamento externo, a composição do fluxo de capitais no Brasil (e nos maiores países latino-americanos) se diversificou na década de 1990, com participação importante dos capitais de portfólio (aplicações em títulos de renda fixa e variável) e do Investimento Direto Estrangeiro (IDE).[17]

[17] Essa afluência de capital externo proporcionou o financiamento necessário para remover a restrição externa vigente em vários países latino-americanos, contribuindo

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 93

O aumento do fluxo de capitais no Brasil resultou, basicamente, da conjugação de quatro fatores:

i) normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional, por meio da regularização da renegociação da dívida externa com os bancos credores e da conclusão, em abril de 1994, da regularização dos empréstimos atrasados nos moldes do Plano Brady;

ii) advento do Plano Real a partir de julho de 1994, que resultou, inicialmente, em uma maior estabilidade macroeconômica ao país;

iii) queda da taxa de juros internacional nos países desenvolvidos, levando-os a procurar oportunidades mais atraentes em países em desenvolvimento;

iv) maior abertura no que diz respeito à movimentação de capital, com a liberalização na estrutura normativa que rege a entrada e a saída de capitais estrangeiros no Brasil (**32**, p. 10).

Os fluxos líquidos de capitais que representavam apenas 163 milhões de dólares em 1991 cresceram celeremente desde então, vindo a atingir seu ápice em 1998, quando alcançaram o valor de 29,4 bilhões de dólares, e caindo abruptamente em 2002 para a cifra de apenas 8,8 bilhões.[18] A partir do segundo semestre de 1997, o fluxo de

para adoção de planos de estabilização com algum tipo de ancoragem cambial, mas também gerou problemas relacionados à gestão macroeconômica desses países, entre os quais a tendência à valorização da taxa de câmbio, redução nos superávits comerciais, aumento no déficit em conta corrente, e o risco de contração abrupta na oferta de recursos externos determinado pelas percepções de risco e pelas políticas dos países receptores. Não é objetivo deste capítulo analisar os efeitos macroeconômicos dos fluxos de capitais na América Latina e Brasil. Ver, a respeito, os artigos de Devlin e outros (**9**) e de Freitas e Prates (**16**).

[18] A Tabela 3.2 detalha os fluxos de capitais no Brasil no período recente.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 94

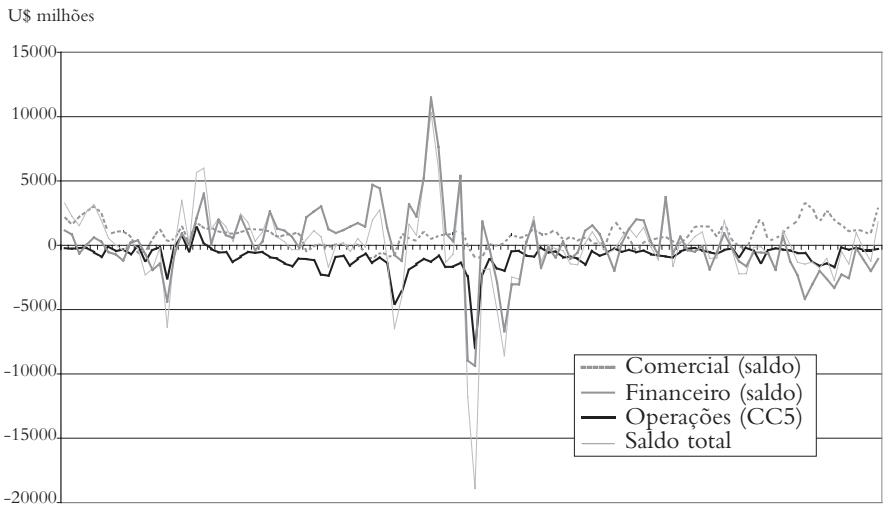
capitais para o Brasil se torna bem mais instável, apresentando inclusive valores líquidos reduzidos ou mesmo negativos em determinados trimestres. O período recente, como já apontado, caracterizou-se pelos impactos das mudanças nas condições e humores dos investidores no mercado financeiro internacional sobre o fluxo de capitais para o Brasil, em função da vulnerabilidade externa do país em contexto de uma conta capital aberta.

O Gráfico 3.2 apresenta o movimento de câmbio contratado nos segmentos comercial, financeiro e operações com instituições no exterior (CC5) no período de 1994 a 2003. O segmento câmbio flutuante, que inclui compra de divisas para turismo, foi desconsiderado no gráfico porque seus valores são bem inferiores aos dos outros segmentos. O primeiro fato que chama a atenção no comportamento do mercado cambial no Brasil no período recente é a elevada volatilidade nos fluxos cambiais, tanto durante o período em que se adotou um regime de câmbio semifixo quanto após a adoção de um regime de câmbio flutuantes (a partir de janeiro de 1999). Em particular, observa-se uma acentuada queda nos fluxos de capitais nos momentos de crises externas, como em maio de 1995, final de 1997, final de 1998/início de 1999 e, mais recentemente, durante o ano de 2002, seguidos, com freqüência, de uma rápida retomada nesses fluxos. Acrescente-se que o movimento cambial tem sido determinado fundamentalmente pelos fluxos de câmbio financeiro, evidenciando que o comportamento do mercado cambial é pouco influenciado pelo câmbio comercial, apesar deste ganhar importância a partir de 2002 por conta da geração de superávites comerciais no período. Os fluxos financeiros são normalmente mais intensos, rápidos e bem mais sensíveis às mudanças de expectativas do que os fluxos comerciais.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 95

GRÁFICO .2

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO JAN/94 A ABRIL/200



FONTE: Banco Central do Brasil.

O Gráfico 3.3 e a Tabela 3.2 mostram o comportamento dos principais componentes da conta financeira do balanço de pagamentos no Brasil, para o período entre 1995 e 2003, seguindo a nova metodologia do balanço de pagamentos, adotada a partir de janeiro de 2001, cujos critérios de classificação seguem a metodologia do Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional.[19] Os dados foram agregados trimestralmente, o que permite uma análise mais detalhada do fluxo de capitais no período recente. Uma das diferenças da nova metodologia é a supressão da rubrica "capital de curto prazo", que fica agora agregada na rubrica "outros investi-

[19] As explicações sobre os critérios de classificação das transações e na nomenclatura das contas do balanço de pagamentos podem ser vistas nas notas técnicas do Banco Central do Brasil (2).

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 96

mentos". O comportamento desses fluxos permite-nos extrair os seguintes fatos relevantes para a discussão efetuada neste capítulo:

A) Em termos gerais, observa-se uma forte oscilação no movimento de capitais, alternando períodos de crises externas com melhoria nas condições do mercado financeiro internacional para os países emergentes e na confiança dos investidores (residentes e não residentes). O fluxo é negativo em vários momentos a partir do final de 1997.

B) O movimento do fluxo total da conta financeira é fortemente determinado pelo comportamento de "outros investimentos" (empréstimos e financiamento em geral) e, secundariamente, dos investimentos em carteira. Os primeiros, que incluem empréstimos de curto e longo prazo e moedas e depósitos (inclusive CC5[20]), têm queda acentuada em momentos de crises, em parte em função das dificuldades de rolagem ou renovação de dívidas em moeda estrangeira das empresas nesses momentos, em parte devido à saída de capitais especulativos. Os últimos (investimentos em carteira) tiveram um movimento bastante oscilatório, tendendo, em particular, a acentuar as saídas de capitais nos momentos de pressões especulativas.

C) O investimento direto líquido (estrangeiros e brasileiros) não tem seu movimento determinado pelas mudanças de curto prazo no mercado financeiro internacional, mas sim por determinantes gerais de longo prazo – relacionado, entre outros, às perspectivas de crescimento do mercado nacional

[20] CC5 abrange operações realizadas a partir de contas em moeda nacional cujo titular é um não residente. A conta deve ser aberta e movimentada por um banco credenciado a operar no mercado de câmbio a taxas flutuantes. Para movimentações superiores a 10 mil reais é obrigatória a identificação da proveniência e destinação de recursos, bem como das partes.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 97

e/ou regional – e por fatores estruturais (por exemplo, programas de privatização). Como visto, o IDE, que se manteve elevado até início de 2002, atenuou a diminuição nos fluxos de capitais no período posterior a 1997.

D) Comparando os investimentos estrangeiros com investimentos brasileiros – que ambos englobam investimento direto, investimento em carteira e outros investimentos (empréstimos, financiamentos e moedas e depósitos) – observa-se que o movimento (e montante) dos investimentos totais é determinado principalmente pelo comportamento dos investimentos estrangeiros, cuja magnitude é bem superior a dos investimentos brasileiros. Verifica-se, contudo, que, em termos gerais, o comportamento dos investimentos brasileiros tende a exacerbar as quedas nos fluxos de investimentos, sobretudo em momentos de maiores pressões especulativas sobre o câmbio. Isso parece evidenciar que em momentos de maior especulação cambial, como ocorrido ao final de 1998 e início de 1999, a especulação teve uma importante participação de residentes, por exemplo, por meio de variações nos depósitos externos dos bancos comerciais e depósitos relativos ao excesso de posição comprada dos bancos residentes depositadas no Banco Central. Esse movimento permite levantar a hipótese de que nos momentos críticos de saída de capitais, quando normalmente se observa um comportamento de manada dos investidores, os investidores estrangeiros tendem a seguir o comportamento dos residentes, o que resulta em uma aceleração na saída de capitais do país.

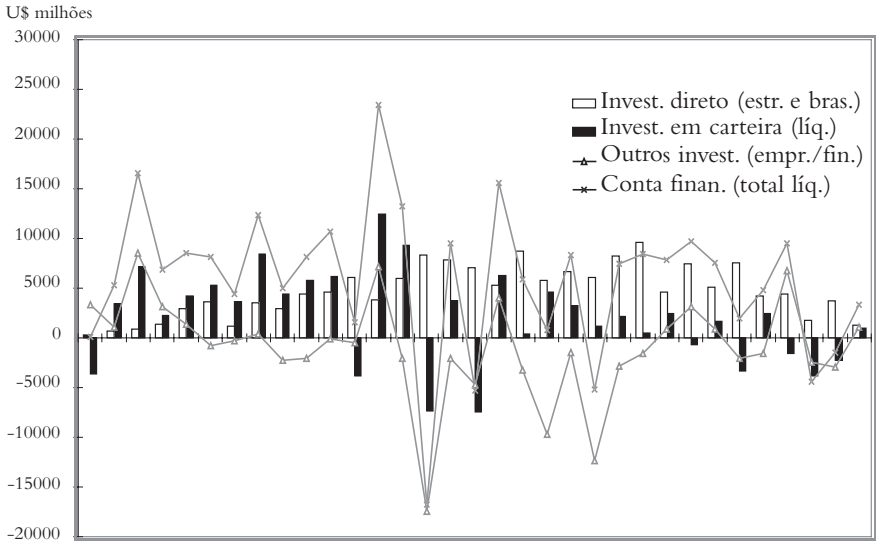
E) Por fim, como mostra a Tabela 3.2 , o comportamento dos investimentos brasileiros é determinado fundamentalmente pela rubrica "outros investimentos", e não pelo investimento direto, o que é coerente com a análise acima. No caso dos

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 98

investimentos estrangeiros, seu montante é determinado tanto pelo IDE, que como visto é mais estável do que outros tipos de capitais, quanto por "outros investimentos", que oscilam bem mais e, por isso, acabam determinando o movimento dos investimentos estrangeiros totais. Note-se que na rubrica "outros investimentos" está incluída a conta CC5, que embora seja de não residentes, uma boa parte é, na realidade, de titularidade de residentes, que utilizam os depósitos nesta conta em nome de terceiros, usando-a na prática como um importante canal de saída de capitais em momentos de maior especulação cambial.

GRÁFICO .

CONTA FINANCEIRA – PRINCIPAIS COMPONENTES



FONTE: Banco Central do Brasil.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 99

Em conclusão, o movimento dos fluxos de capitais no Brasil no período recente mostra a forte volatilidade desses fluxos, com impactos instabilizadores sobre o comportamento e a determinação da taxa de câmbio nominal, e a dominância dos empréstimos, financiamentos e investimentos em carteira nesses fluxos. Em particular, os capitais de curto prazo e os capitais de portfólio são bastante sensíveis a mudanças nas condições de risco e liquidez do mercado financeiro internacional e foram responsáveis por fortes saídas de capitais em momentos críticos de especulação cambial. Por fim, a participação de residentes nos movimentos especulativos nesses momentos de maior instabilidade também deve ser destacada.

TABELA .2

CONTA FINANCEIRA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS, POR ORIGEM DO CAPITAL (US$ MILHÕES)

	Investimentos Brasileiros			
Trimestre	Invest. brasil. direto	Invest. brasil. em carteira	Outros invest. brasileiros	Invest. brasileiros (total)
1T1995	198	-293	-253	-744
2T1995	-295	-209	-1856	-2360
3T1995	-571	-101	2959	2287
4T1995	-31	-553	-2668	-3252
1T1996	1353	-208	-1985	-840
2T1996	-107	-63	-4518	-4688
3T1996	-333	-95	-756	-1184
4T1996	-443	-37	-3057	-3537
1T1997	-122	-61	-1499	-1682
2T1997	-394	477	-481	-398
3T1997	-272	34	339	101
4T1997	-328	1257	-345	584
1T1998	-178	3	-1540	-1715
2T1998	-292	-74	-780	-1146
3T1998	-1654	-1061	-7792	-10507

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 100

TABELA .2 (*continuação*)

Trimestre	Investimentos Brasileiros			
	Invest. brasil. direto	Invest. brasil. em carteira	Outros invest. brasileiros	Invest. brasileiros (total)
4T1998	-729	674	-1281	-1336
1T1999	-596	-454	-247	-1297
2T1999	-381	857	-236	240
3T1999	-226	128	-768	-866
4T1999	-488	-272	-3145	-3905
1T2000	-322	-141	414	-49
2T2000	-406	-117	-974	-1497
3T2000	-990	-1580	116	-2454
4T2000	-564	142	-2546	-2968
1T2001	-120	-398	72	-446
2T2001	2303	78	-2189	192
3T2001	-313	-480	-3564	-4357
4T2001	388	5	-905	-512
1T2002	-526	-213	289	-450
2T2002	-507	-119	-1250	-1876
3T2002	-1264	-55	-1280	-2599
4T2002	-185	65	-970	-1090
1T2003	-696	-81	319	-458

Trimestre	Investimentos Estrangeiros				
	Invest. estrang. direto	Invest. estrang. em carteira	Outros invest. estrangeiros	Invest estrang. (total)	Conta financeira
1T1995	538	-3343	3613	808	66
2T1995	1012	3660	2975	7647	5319
3T1995	1458	7212	5590	14260	16529
4T1995	1397	2844	5842	10083	6832
1T1996	1625	4466	3340	9431	8574
2T1996	3731	5344	3749	12824	8125

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 101

TABELA .2 (*continuação*)

	Investimentos Estrangeiros				
Trimestre	Invest. estrang. direto	Invest. estrang. em carteira	Outros invest. estrangeiros	Invest estrang. (total)	Conta financeira*
3T1996	1472	3741	444	5657	4460
4T1996	3964	8471	3456	15891	12356
1T1997	3019	4451	-729	6741	5031
2T1997	4769	5351	-1536	8584	8138
3T1997	4837	6160	-417	10580	10648
4T1997	6368	-5054	-164	1150	1591
1T1998	3959	12480	8733	25172	23413
2T1998	6295	9407	-1247	14455	13243
3T1998	9990	-6321	-9621	-5952	-16798
4T1998	8612	3016	-758	10870	9524
1T1999	7622	-7020	-4482	-3880	-5278
2T1999	5668	5420	4274	15362	15578
3T1999	8980	231	-2472	6739	5931
4T1999	6308	4912	-6543	4677	751
1T2000	6965	3350	-1919	8396	8308
2T2000	6440	1252	-11375	-3683	-5174
3T2000	9226	3719	-2917	10028	7466
4T2000	10148	330	998	11476	8452
1T2001	4738	2882	775	8395	7839
2T2001	5163	-794	5375	9744	9746
3T2001	5381	2158	4402	11941	7543
4T2001	7176	-3374	-1200	2602	1960
1T2002	4695	2660	-1860	5495	4770
2T2002	4922	-1424	7973	11471	9502
3T2002	3048	-3723	-1196	-1871	-4418
4T2002	3901	-2310	-1938	-347	-1478
1T2003	1977	1080	746	3803	3326

FONTE: Elaboração dos autores com base em dados primários do Banco Central do Brasil

* Total da conta financeira inclui, além da soma de investimentos brasileiros e investimentos estrangeiros, derivativos.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 102

3.3. Controle de Capitais no Brasil (1994-1999)

Desde o início do Plano Real, o comportamento das reservas internacionais no Brasil esteve relacionado, em parte, à política cambial implementada pela autoridade monetária. O Banco Central atuava no mercado controlando o desequilíbrio entre oferta e demanda de divisas. Apesar dos altos custos associados à manutenção de grandes níveis de reservas internacionais, essa política foi utilizada como um instrumento para atenuar movimentos especulativos contra a moeda nacional, além de construir uma garantia para a liquidação dos compromissos da dívida externa com os credores internacionais, minimizando os riscos de *default*. Nesse contexto, as autoridades monetárias perceberam a necessidade de intervir de forma preventiva nos fluxos de capitais que ingressavam na economia brasileira, com o objetivo de reduzir a entrada de capitais de curto prazo e alterar a composição dos fluxos de aplicações em renda fixa por investimentos diretos e em ações.[21]

No primeiro semestre de 1994, o Banco Central adotou uma política de acúmulo de reservas, com vistas a obter melhores condições para introduzir a nova moeda – o real – em 1/7/1994. Durante todo o ano, houve um aumento da entrada de capitais externos no país, gerando uma elevada oferta de divisas, a qual não era totalmente absorvida pelo mercado, em função da demanda por divisas estar reprimida. Após a introdução do real – acompanhado de uma âncora monetária e um sistema cambial de bandas assimétricas (que estabelecia preço máximo para a taxa de câmbio, mas deixava o mercado livre para apreciar o câmbio) – a manutenção de uma política de juros reais elevados no contexto de uma conta capital aberta resultou

[21] Uma descrição sucinta sobre controle de capitais adotado no Brasil no período de 1994 a 1999 encontra-se na tese de Castellar (7), cujas informações e dados são utilizados na análise que se segue. Para uma análise, ver *Capital controls* (1, cap. 5).

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 103

em uma forte entrada de capitais de curto prazo, e, conseqüentemente, em uma forte apreciação do real, que, por sua vez, contribuiu para a rápida deterioração na conta corrente. O influxo de capitais passou a ser necessário para financiar os déficits crescentes das transações correntes.[22]

Nesse contexto, foram adotadas medidas relacionadas às operações de empréstimos externos e investimentos em portfólio. O Banco Central aumentou a alíquota do Imposto sobre Operação Financeira (IOF), por intermédio da Portaria nº 534 de 10/10/1994, no tocante à entrada de recursos externos:

- De 3% para 7%, no caso de aporte sob a forma de empréstimos;
- De 5% para 9%, no caso de aplicações direcionadas aos Fundos de Renda Fixa – Capital Estrangeiro (FRFCE);
- De zero para 1%, quando se tratasse de investimento em títulos e aplicações em valores mobiliários.

Ao final do ano de 1994, com a eclosão da crise cambial mexicana, houve uma reversão do fluxo de capitais, ocasionando uma fuga dos investidores estrangeiros para o mercado norte-americano, expressa na saída de capitais de portfólio. Essa forte saída de capitais do mercado brasileiro ocorreu devido às expectativas pessimistas dos investidores em relação aos países emergentes, no contexto do contágio da crise mexicana. Em março de 1995, a política cambial sofreu uma considerável mudança, quando a autoridade monetária brasileira adotou um regime de *crawling peg* com reajuste de câmbio nominal prefixado, por meio do qual procurou-se executar um processo gradual e controlado de desvalorizações reais no câmbio. A fim de

[22] Para uma análise sobre a política econômica e o comportamento da economia durante o Plano Real, ver o artigo de Ferrari Filho e Paula (**13**).

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 104

neutralizar e evitar novos movimentos especulativos contra a moeda nacional, o banco central buscou incentivar o ingresso de capitais com a redução das alíquotas do IOF sobre o influxo de recursos estrangeiros em conjunto com reduções do prazo mínimo para captação, renovação ou prorrogação de empréstimos em moeda estrangeira.

A nova política cambial – combinada com forte elevação na taxa de juros por parte do Banco Central – conseguiu normalizar os mercados financeiros e retomar o fluxo de capitais externos. No segundo semestre de 1995, houve um aumento da oferta de divisas, que começava a ameaçar a condução da política econômica, devido à expansão monetária associada a essa entrada de capitais. Em função disso, o Banco Central aumentou a alíquota do IOF sobre várias operações financeiras.

No ano de 1996 houve um significativo ingresso de recursos externos, o que se transformou num empecilho para a condução das políticas cambial e monetária. Visando disciplinar o influxo e melhorar a qualidade do capital que ingressava no país, o Banco Central estabeleceu alíquotas do IOF inversamente proporcionais ao prazo das operações sobre os empréstimos em moeda estrangeira, estimulando os investimentos diretos e de carteira de maior prazo de permanência, visando aumentar a participação desses na composição dos fluxos de capitais.[23]

No segundo semestre de 1996, a crescente deterioração da balança comercial gerou rumores de que haveria a necessidade de ajustes cambiais para minimizar o desequilíbrio comercial, que culminaram em uma desvalorização média de 0,56% ao mês. Paralelamente, o governo procurou incentivar o crescimento das exportações para melhorar o desempenho da balança comercial, com políticas de isen-

[23] Segundo Pastore e Pinotti, controles sobre fluxo de capitais, no contexto de um câmbio semifixo, "tinham a função de preservar uma parte da eficácia da política monetária para o objetivo de atuar sobre a demanda agregada, e não de evitar ataques especulativos" (**24**, p. 23).

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 105

ção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e medidas que melhoravam as condições de financiamento. Essas medidas, contudo, tiveram efeitos limitados, considerando o aumento das importações e outros itens da conta serviços, o que resultou num crescimento do déficit em conta corrente de 3% do PIB no primeiro trimestre de 1997 para 4% no primeiro trimestre de 1998 (Tabela 3.1).

A condução da política cambial em 1997 não sofreu muitas alterações: apenas em uma ocasião os limites de flutuação da banda cambial foram modificados. Nesse contexto, o Banco Central adotou diversas medidas para garantir a atratividade do mercado doméstico ao capital estrangeiro, com o objetivo de aumentar a captação de recursos externos. Dentre outras, a principal medida foi reduzir as alíquotas do IOF de diversos tipos de operações. A partir do segundo semestre de 1997, a deflagração da crise asiática levou a equipe econômica a tomar medidas para atenuar os impactos sobre a economia brasileira. Entre tais medidas, o Banco Central elevou significativamente a taxa de juros e anunciou um pacote de medidas de austeridade fiscal. Essas medidas acabaram conseguindo manter a flutuação cambial dentro da tendência almejada, revertendo as expectativas dos agentes econômicos com relação às mudanças na política cambial e movimentos de perda de reservas. Em abril de 1998, pouco depois da crise asiática, a economia brasileira retornou ao nível de reservas pré-crise asiática, chegando a alcançar 70 bilhões de dólares em julho de 1998.

Em agosto de 1998, a economia brasileira viveu novamente momentos de instabilidade, agora provenientes do contágio da crise russa. Em razão dos impactos sobre a economia brasileira, o governo procurou incentivar o ingresso de capitais e aumentou a taxa de juros doméstica, reduziu o prazo médio mínimo de amortização dos empréstimos externos e a incidência de IOF sobre os ingressos de moeda estrangeira. Tais medidas visavam o restabelecimento de um volume de reservas que proporcionasse uma maior confiança dos agen-

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 106

tes econômicos, mas acabou não logrando êxito, dada a percepção dos operadores de mercado de que o país tinha sérios desequilíbrios macroeconômicos, além do fato de que o governo não havia executado as medidas fiscais que havia prometido ao final de 1997.

A conjugação desses fatores internos com a conjuntura externa desfavorável, a despeito do programa de assistência financeira coordenado pelo FMI, levou os agentes econômicos a apostar que a política cambial do governo não seria capaz de reverter a trajetória de rápida queda nas reservas internacionais a partir de setembro de 1998. Nesse contexto, em janeiro de 1999 a equipe econômica foi obrigada a mudar a política cambial, introduzindo o novo regime de flutuação cambial.

A partir da mudança do regime cambial, o Banco Central adotou medidas para adequar o funcionamento do mercado à nova característica da política cambial, evitando flutuações cambiais bruscas num curto espaço de tempo, segurando com isso uma desvalorização maior do real. Entretanto, essas políticas foram tímidas e tiveram impactos limitados, tendo em vista que os investidores mantiveram-se retraídos, à espera do desenrolar dos acontecimentos. Como observado nos meses seguintes, a escassez relativa de dólares continuou pressionando a taxa de câmbio, atingindo em março o pico de 2,17 reais por dólar. Nesse contexto, adotaram-se medidas voltadas para incentivar o retorno e a permanência de capitais, inclusive os de curto prazo, principalmente via isenção do Imposto de Renda sobre Fundos de Renda Fixa para investidores estrangeiros, e redução da alíquota do IOF de 2% para 0,5% para aplicações em Fundos de Renda Fixa. As diversas medidas implementadas pelo governo após a crise cambial brasileira conseguiram, aos poucos, restabelecer a confiança dos investidores, reforçando a tendência de entrada de dólares no país.

Com base nesse histórico podemos concluir que os controles de capitais adotado no Brasil entre 1994 e 1999 foram essencialmente *endógenos*, aplicados sobre *a entrada de recursos estrangeiros* e

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 107

feitos fundamentalmente por intermédio da cobrança de IOF sobre os ganhos das aplicações financeiras no país. Portanto, eram principalmente controles com base em preços, sob a forma de uma taxação direta sobre a entrada de capitais externos, que foram continuamente revistos.

Nesse contexto, os movimentos de saída de capitais do país induziam o Banco Central a *reduzir* o controle de capitais com o objetivo *de estimular a entrada de recursos por meio de um aumento da rentabilidade pós-impostos das aplicações financeiras dos residentes no exterior*. Em outras palavras, o governo reagia à entrada de capital aumentando o controle nos períodos de *boom* e liberalizando nos períodos de crise. Por outro lado, os movimentos de entrada de capitais levavam o Banco Central a aumentar o nível de controle de capitais para desestimular a entrada de recursos no país. Dessa forma, *os fluxos externos de recursos acabavam por determinar o nível de controle de capitais, em vez de serem determinados pelo nível dos referidos controles*.

Adicionam-se a essas observações dois achados de estudos recentes sobre controle de capitais no Brasil:

i) segundo estudo econométrico feito por Soihet (**32**), no curto prazo a variável que atraiu o fluxo de capitais no período 1991/2000 foi a paridade de juros coberta, enquanto que as variáveis que diminuíram o fluxo, devido ao contágio, foram as crises da Ásia e da Rússia; a legislação sobre fluxo de capitais, entretanto, não teve efeito significativo sobre o comportamento dos fluxos, o que revela sua pouca efetividade;

ii) de acordo com a avaliação de Ariyoshi e outros (**1**, cap. 5), nem os controles sobre a entrada nem a liberalização da saída de capitais alcançaram seus objetivos de reduzir o volume de entrada líquida de capitais no Brasil no período de 1993 a 1997, uma vez que fluxos intensos de capital continuaram a entrar no país. O estudo conclui ainda que a ex-

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 108

periência brasileira, sugere que o uso de controle sobre entrada de capitais pode não prover uma proteção última contra reversões nos fluxos de capital, se eles não forem acompanhados pelos necessários ajustamentos nas políticas macroeconômicas e fortalecimento do sistema financeiro.

4. UMA PROPOSTA DE CONTROLE DE CAPITAIS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: À GUISA DE CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos teóricos desenvolvidos na seção 1 do presente capítulo, a experiência bem-sucedida de controle de capitais no Chile e na Malásia e o comportamento dos fluxos de capitais na economia brasileira no período de 1994 a 2002, apresentaremos uma proposta de introdução de controle de capitais no Brasil.

Os objetivos fundamentais da proposta de política de controle de capitais para o Brasil são:

I) permitir maior autonomia da política monetária ao se desvincular a taxa de juros doméstica do valor estabelecido pela "paridade descoberta da taxa de juros";

II) garantir o equilíbrio do saldo em transações correntes do balanço de pagamentos ao impedir que a entrada de grandes fluxos de capital no país gere uma forte apreciação da taxa real de câmbio;

III) diminuir a volatilidade no mercado cambial, visando melhorar as condições de administração da política monetária e cambial.

O alto grau de abertura da conta de capitais no Brasil é um dos fatores que colocam a *taxa nominal e real de juros do Brasil entre as mais altas do mundo*. Sendo válida a "paridade descoberta da taxa de juros",

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 109

segue-se que a taxa de juros nominal doméstica deve ser igual a soma da taxa de juros internacional com o risco-país e a expectativa de desvalorização da taxa de câmbio.

No caso brasileiro, a taxa de juros internacional de referência é a taxa de juros dos bônus de três anos do governo americano.[24] Essa taxa era de 2,06% a.a. (ao ano) em abril de 2003 (cf. dados do Ipeadata). No final do primeiro semestre de 2003, o risco-país estava situado em cerca de 800 (oitocentos) pontos-base, o que significa um "prêmio de risco" de cerca de 8% a.a. Por fim, supondo válida a hipótese da paridade do poder de compra, então a expectativa de desvalorização do câmbio nominal é igual à diferença entre a inflação doméstica e a inflação internacional. A expectativa de inflação no Brasil para 2003, tomando como base a meta de inflação desse ano, é de 8,5%. A inflação nos Estados Unidos, por sua vez, deve ser inferior a 2% em 2003, de tal forma que o diferencial entre as taxas de inflação deve se situar em 6,5%. Daqui se segue que o valor da taxa nominal de juros que iguala a rentabilidade esperada ajustada pelo risco dos títulos americanos e dos títulos brasileiros é igual a 16,5% a.a. no caso da economia brasileira. Esse valor gera uma taxa real de juros igual a 8% a.a.

A proposta de crescimento sustentado para a economia brasileira apresentada no Capítulo 4 prevê uma taxa real de juros de 6% a.a. Isso significa que existe uma incompatibilidade entre o valor da taxa real de juros que garantiria o equilíbrio interno da economia brasileira – ou seja, um crescimento igual ao potencial de 4,5% a.a. – e o valor da taxa real de juros para o qual se garante o equilíbrio na conta de capitais do balanço de pagamentos. Especificamente, *a taxa real*

[24] Isso porque o prazo médio de vencimento dos títulos emitidos pelo governo e pelas empresas brasileiras no exterior está em torno de três anos. Dessa forma, o rendimento na maturidade dos títulos americanos seria a taxa de referência para o cálculo do rendimento na maturidade dos títulos brasileiros.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 110

de juros que garante o equilíbrio interno é duzentos pontos-base menor do que a taxa de juros que garante o equilíbrio externo.

Nesse contexto, a fixação da taxa nominal de juros num patamar compatível com o equilíbrio interno da economia brasileira iria gerar, na ausência de controle de capitais, um movimento de fuga de capitais em direção a outros mercados financeiros. Tal movimento geraria, num regime de câmbio flutuante, uma forte depreciação do câmbio nominal que, por sua vez, seria transmitida para os preços domésticos, gerando um forte aumento da taxa de inflação. Num regime de *crawling peg*, tal como o que está sendo proposto no Capítulo 5, haveria uma significativa redução das reservas internacionais do país e, por conseguinte, uma grande redução da base monetária. Na ausência de operações de esterilização, essa contração monetária teria fortes efeitos recessivos sobre a economia, impedindo a retomada do crescimento.

Do exposto, segue-se que a compatibilização entre equilíbrio interno e externo da economia brasileira requer a imposição de restrições à abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos da economia brasileira. Em outras palavras, faz-se necessária a introdução de *controles de saída* para impedir que a redução da taxa doméstica de juros – necessária para a retomada do crescimento – seja seguida por uma fuga de capitais do país. Uma proposta concreta nesse sentido é introduzir um período mínimo de permanência dos capitais no Brasil, *período esse válido para todo o estoque de capital externo existente na economia brasileira*. Esse período seria igual a um ano.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 111

TABELA .

UMA PROPOSTA DE ALÍQUOTA DO IOF SOBRE GANHOS FINANCEIROS DE INVESTIDORES ESTRANGEIROS

Alíquota do IOF (%)	Período de Permanência
20	1- 2 anos
15	2-3 anos
10	3-4 anos
5	4-5 anos
0	Mais do que 5 anos

Além do período mínimo de permanência, propomos que a alíquota do IOF cobrado sobre os ganhos financeiros (de qualquer natureza) obtidos pelos investidores estrangeiros nos mercados brasileiros seja inversamente proporcional ao período de permanência dos capitais no país. Essa medida teria como objetivo incentivar o alongamento das aplicações estrangeiras no Brasil. Um exemplo concreto é apresentado na Tabela 3.3, onde se observa que o *desconto marginal do IOF é crescente no tempo*, ou seja, cada ano a mais de permanência no país gera uma redução mais do que proporcional na alíquota do imposto, até um período máximo de cinco anos, ao término do qual a alíquota é fixada em zero. Trata-se de um mecanismo cujo objetivo é contrabalançar a "impaciência intertemporal" dos agentes, estimulando-os a alongar o perfil de suas aplicações.

A proposta de controle de capitais não se limita a introdução de controles de saída: ela prevê também controles de entrada. Com efeito, a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira a taxas de 5% a.a. e a redução da dívida como proporção do PIB para um patamar inferior a 50% devem ter como contrapartida uma substan-

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 112

cial redução no risco-país. Nesse novo cenário é possível que o risco-país chegue à casa dos 300 (trezentos) pontos-base. Dessa forma, mantidos os valores citados anteriormente para a taxa de juros internacional e a expectativa de desvalorização cambial, o valor da taxa nominal de juros doméstica compatível com o equilíbrio externo seria de 11,5% a.a. Contudo, o equilíbrio interno da economia brasileira, para o caso de uma taxa anual de inflação da ordem de 8,5%, seria obtido com uma taxa nominal de juros de 14,5% a.a. Ou seja, a taxa de juros interna seria maior do que a externa em cerca de 300 (trezentos) pontos-base.

Nesse contexto, poderia haver um grande fluxo de entrada de capitais no país, o que comprometeria a autonomia da política monetária e a estabilidade da taxa real de câmbio. Com efeito, se os investidores internacionais mantiverem seus capitais no país por um prazo maior do que cinco anos, a alíquota do IOF cobrada na saída será igual a zero, e eles poderão se apropriar de um diferencial de retorno superior a 15% em termos nominais ao final desse período. O mesmo incentivo seria válido para as empresas brasileiras que desejassem captar recursos no exterior. Nesse cenário ainda existe um forte incentivo a entrada de capitais no país.

Sendo assim, propomos a introdução de controles à entrada de capitais no Brasil, os quais poderiam assumir a forma de um *requerimento de depósito compulsório* sobre todos os fluxos de entrada de capitais no país, com exceção do *investimento externo direto*. Esse depósito poderia ser fixado entre 20% a 30% do valor ingresso no país, ficando o mesmo indisponível ao investidor por um prazo de um ano, sem qualquer tipo de remuneração.

Por fim, como medidas complementares, propomos ainda:

i) para desestimular as empresas brasileiras a captar recursos no exterior e/ou melhorar a qualidade desses recursos, apenas as empresas brasileiras com uma boa avaliação de risco por parte das agências internacionais de *rating* poderiam fazer

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 113

emissões de títulos no exterior, respeitando uma maturidade mínima a ser estabelecida pelo Banco Central, que também definiria o *rating* mínimo para a captação de recursos no exterior, de acordo com a circunstância;[25]

ii) limitar a exposição dos bancos ao risco cambial, obrigando-os a estabelecer uma determinada relação capital próprio/posições de carteira em dólar (ativo dos bancos), sendo essa relação "calibrada" pelo Banco Central em função do próprio comportamento dos fluxos de capitais externos para o país, sendo aumentada, particularmente em momentos críticos de especulação;

iii) estabelecer limites e regras para movimentação de recursos da conta CC5, que, como visto, tem sido utilizada por não residentes e, principalmente, por residentes em momentos de especulação mais intensa contra o real.

Referências Bibliográficas

1. Ariyoshi, A. *et al*. *Capital controls*: country experiences with their use and liberalization. Washington, fmi, 2000.

2. Brasil. Banco Central. "Notas metodológicas do balanço de pagamentos". *In*: *Notas Técnicas do Banco Central do Brasil*. Brasília, Banco Central do Brasil, n. 1, jun./ 2001.

3. Bresser Pereira, L. C. & Nakano, Y. "Crescimento econômico com poupança externa". *In*: *Revista de Economia Política*, v. 23, n.2, pp. 3-27.

[25] Como o *rating* é definido pelas agências internacionais e não pelo Banco Central, trata-se de um critério impessoal de *exclusão* de acesso ao mercado internacional de capitais. Assim, ele não estimula a corrupção. O caráter discricionário do critério tem por objetivo proporcionar ao Banco Central mais flexibilidade para conter grandes fluxos de entrada de capitais, sem comprometer o equilíbrio interno da economia.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 114

4. CALVO, G. "Rational contagion and the globalization of securities markets". *In*: *NBER Working Paper*, n. 6606, jun./1999.

5. CALVO, G. "Crises de balanços de pagamentos em mercados emergentes". *In*: KRUGMAN, P. (org.). *Crises monetárias*. São Paulo, Makron Books, 2001.

6. CARDIM DE CARVALHO, F. C. & SICSÚ, J. *Controvérsias recentes sobre controle de capitais*. s.e. 2003 (Mimeo.)

7. CASTELLAR, P. V. *A política cambial brasileira*: o caráter endógeno dos controles de capitais de curto prazo no Brasil (1994-1999). Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

8. DAVIDSON, P. *International money & the real world*. 2.ed. Londres, Macmillan, 1982.

9. DEVLIN, R.; FREENCH-DAVIS, R. & GRIFFITH-JONES, S. "Fluxos de capital e desenvolvimento". *In*: FREENCH-DAVIS, R. & GRIFFITH-JONES, S. (orgs.). *Os fluxos financeiros na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

10. DIAMOND, D. & DYBIG, P. "Bank runs, liquidity and deposit insurance. *In*: *Journal of Political Economy*, n. 91, 1983, pp. 410-19.

11. EATON, J. "Soveirgn debt: a primer". *In*: *The World Bank Economic Review*, vol. 7, n .2, 1993.

12. EDWARDS, S. *How effective are controls on capital flows? An evaluation of Chile's experience*. s.e., 1999. (Mimeo.)

13. FERRARI-FILHO, F. & PAULA, L. F. "The legacy of the Real Plan and an alternative agenda to the Brazilian economy". *In*: INVESTIGACIÓN ECONÓMICA, v. LXII, n. 244, abr./jun./2003, pp. 57-92.

14. FISCHER, S. "Capital account liberalization and the role of the IMF". *In*: *Essays in International Finance*, n. 207, Princeton, 1998, pp. 1-10.

15. FREENCH-DAVIS, R. "Stabilizing capital surges and macroeconomic balances in emerging economies". *In*: FENDT, R. & LINS, M. A. T. (orgs.). *Uneven architecture*: the space of emerging countries in the international financial system. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer/FGV, 2002.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 115

16. Freitas, M. C. P. & Prates, D. M. "La experiencia de apertura financiera en Argentina, Brasil y México". *In*: *Revista de la CEPAL* n. 70, abr./2000.

17. Grenville, S. "Exchange rate regimes for emerging markets". *In*: *Reserve Bank of Australia Bulletin*, nov./2000, pp. 53-63.

18. Kaplan, E. & Rodrik, D. *Did the Malaysian capital controls work?* s.e., 2001. (Mimeo.)

19. Massad, C. "The liberalization of the capital account: Chile in the 1990s". *In*: *Essays in International Finance*, n. 207, Princeton, 1998, pp. 34-46.

20. Neely, C. J. "An introduction to capital controls". *In*: *Federal Reserve Bank of St. Louis*, nov./dez./1999, pp. 13-30.

21. Oreiro, J. L. "Incerteza, comportamento convencional e surpresa potencial". *In*: *Econômica*, vol. ii, n. 4, 2000, pp. 111-38.

22. Oreiro, J. L. "Acumulação de capital, mercado financeiro e regulação governamental". *In*: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 12, jun./2003, pp. 107-32.

23. Oreiro, J. L. & Rangel, F. D. "Crises cambiais, profecias auto-realizáveis e o Imposto Tobin". *In*: *Revista de Economia*, ano 26, n. 24, 2000, pp. 7-25.

24. Pastore, A. C. & Pinotti, M. C. "Globalização, fluxos de capitais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil". *In*: *Estudos Econômicos*, v. 30, n. 1, jan./mar./2000, pp. 5-26.

25. Paula, L. F. "Controle de capitais: lições para o Brasil". *In*: Benecke, D. W. & Nascimento, R. (orgs.). *Opções de política econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2003.

26. Paula, L. F. & Alves Jr., A. J. "Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no Real". *In*: *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 1, jan./mar./1999, pp. 72-93.

27. Radelet, S. & Sachs, J. "O despontar da crise financeira do Leste Asiático". *In*: Krugman, P. (org.). *Crises monetárias*. São Paulo, Makron Books, 2001.

Agenda03 01.01.04 1:55 Page 116

28. RIGOBON, R. Comentário ao artigo "Crises de balanços de pagamentos em mercados emergentes". *In*: KRUGMAN, P. (org.). *Crises monetárias*. São Paulo, Makron Books, 2001.

29. RODRIK, D. "Who needs capital-account convertibility?". *In*: *Essays in International Finance*, n. 207, Princeton, 1998, pp. 55-65.

30. RODRIK, D. & VELASCO, A. "Short term capital flows". *In*: *NBER Working Paper*, n. 7364, 1998.

31. SIMONSEN, M. H & CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. São Paulo, Atlas, 1995.

32. SOIHET, E. *Índice de controle de capitais*: uma análise da legislação e dos determinantes de fluxo de capital no Brasil no período 1990-2000. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado). Escola de Pós-graduação em Economia, Fundação Getulio Vargas.

33. STIGLITZ, J. "Bleak growth prospects for the developing world". *In*: *International Harold Tribune*, 10/abr./1999, p. 6.

34. STIGLITZ, J. "Capital market liberalization, economic growth and instability". *In*: *World Development*, v. 28, n. 6, 2000, pp. 1075-86.

35. TOBIN, J. "A proposal for international monetary reform". *In*: *Eastern Economic Journal*, v. 4, 1978.

36. TOBIN, J. "Financial globalization". *In*: *World Development*, v. 28, n. 6, 2000, pp. 1101-4.

37. VALDÉS, S. & SOTO, M. "Es el control selectivo de capitales efectivo en Chile? Su efecto sobre el tipo de cambio real". *In*: *Cuadernos de Economía*, v. 33, n. 98, 1996, pp. 77-108.

INICIADOS

EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB

pibic 10 ANOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

INICIADOS
8

Editora Universitária
João Pessoa
2002

E 56i	Encontro de Iniciação Científica (9.: 2001: João Pessoa). Iniciados, 8 – João Pessoa; Editora Universitária / UFPB, 2002. 683p.: cl. Trabalhos premiados apresentados no VIII Encontro de Iniciação Científica. 1. Trabalhos Científicos. UFPB/BC 2. Pesquisa Científica. CDU 001.891

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor:
JADER NUNES DE OLIVEIRA
Vice-Reitor:
MÚCIO ANTÔNIO SOBREIRA SOUTO

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Pró-Reitora:
MARIA JOSÉ LIMA DA SILVA
Coordenadora Geral de Pesquisa:
MARIA DE FÁTIMA VANDERLEI DE SOUZA
Coordenadora Geral de Capacitação Docente
NEIDE MIELE
Coordenador Geral de Pós-Graduação
SEVERINO RODRIGUES DE ARAÚJO

ORGANIZAÇÃO
MARIA DE FÁTIMA VANDERLEI DE SOUZA

FORMATAÇÃO
MARINALDA ADJUTO PALMEIRA
ROGÉRIO OLIVEIRA BARBOSA

SUMÁRIO

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PROJETO: Avaliação da Composição Botânica, Produção de Matéria Seca e Condição de Pastagens em Areia-PB. 15

ORIENTADOR: Divan Soares da Silva

PROJETO: Comportamento Biológico de Amostras de Vírus Rábico Isolado de Raposas (Dusicyon Vetulus) da Região do Semi-árido do Nordeste. 23

BOLSISTA: Theonys Diógenes Freitas

ORIENTADOR: Prof. Dr. Clebert José Alves

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

PROJETO: Etnomedicina e Farmacobotânica das Passifloraceae da Caatinga Paraibana, Brasil.....

BOLSISTA: Kiriaki Nurit Silva 33

ORIENTADOR: Maria de Fátima Agra

PROJETO: Estudo da Leishmaniose Visceral em Pacientes Atendidos no Hospital Lauro Wanderley/UFPB : Diagnóstico Parasitológico , Correlação entre Parasitismo e Quadro Clínico e Isolamento dos Parasitas. 46

BOLSISTA: Venturielson Ventura Gomes.

ORIENTADOR: Márcia Rosa de Oliveira.

ERRATA DO LIVRO INICIADOS/ ANO 2000

PROJETO: Caracterização Fenotípica e Genotípica de Bactérias Mesofílicas de Solo da Caatinga na Região de Taperoá-PB..... 56

BOLSISTA: Kellyanne dos Anjos Carvalho

ORIENTADOR: Krystyna Gorlach -Lira.

PROJETO: Estudo Estacional de Comunidade de substrato duro da região de entremarés da Ponta do Cabo Branco, João Pessoa, Paraíba. 64

BOLSISTA: Petrônio Bezerra Gama

ORIENTADOR: Rosa Maria Veiga Leonel.

ENGENHARIAS

PROJETO: Determinação dos Parâmetros Cinéticos de Crescimento e Produção da Fermentação Alcoólica..... 87

BOLSISTA: Flávia Cavalcanti Souto

ORIENTADOR: Flávio Luiz Honorato da Silva

PROJETO: Ligações Semi-rígidas para Estruturas Pré-moldadas de Concreto Armado..... 96

BOLSISTA: Rogério Santos da Silva

ORIENTADOR: Pablo Aníbal López-Yanez

PROJETO: Obtenção de Membranas de Zircônia Suportadas em Alumina – Método Sol-Gel..... 108

BOLSISTA: José Barbosa Maia Neto

ORIENTADOR: Hélio de Lucena Lira

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

PROJETO: Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o índice de desenvolvimento Humano (IDH) no período de 1970 – 1991..... 119

BOLSISTA: Guilherme Jonas Costa da Silva

ORIENTADOR: Guilherme de Albuquerque Cavalcanti

PROJETO: Migrações e desigualdade: Uma análise centrada na Região Nordeste no período de 1950 – 1991..... 141

BOLSISTA: José Luiz da Silva Netto Junior

ORIENTADOR: Ivan Targino Moreira

CIÊNCIAS EXATAS

PROJETO: Análise Espacial em Sistemas de Informação Geográfica..... 159

BOLSISTA: Mônica Maria Ferreira Teles

ORIENTADOR: João Agnaldo do Nascimento.

PROJETO: Um Estudo Quimiométrico de Propriedades vibracionais de Complexos de Hidrogênio Acetileno-HX e Ciclo Propano –HX com X=F, CI, CN, NC e CCH..... 174

BOLSISTA: Flávia da Silva Pereira

ORIENTADOR: Regiane de Cássia M. Ugulino de Araújo.

PROJETO: Métodos de Recuperação de Reservatórios Petrolíferos..... 183

BOLSISTA: Cherlane Michele Ferreira Moura

ORIENTADOR. Aparecido Jesuíno de Souza.

ERRATA DO LIVRO INICIADOS / ANO 2000

PROJETO: Sistemas Automáticos de Adições-Padrão para Determinação de Cobre em Aguardentes de Cana 186

BOLSISTA: Pablo Nogueira Teles Moreira

ORIENTADOR: Mário César Ugulino de Araújo

CIÊNCIAS DA SAÚDE

PROJETO: Primeiras Flavonas Polioxigenadas isoladas de *Herissantia tiubae* (k. Shum)..... *207.*

BOLSISTA: Françualdo Bozano Pereira da Nóbrega

ORIENTADOR: Maria de Fátima Vanderlei de Souza

PROJETO: Investigação da Atividade Espamolítica de *Solanum Paludosum* Moric. (SOLANACEAE): Estudo Comparativo entre os Extratos Etánolico e Metaníloco... 223

BOLSISTA: Joelmir Lucena Veiga da Silva

ORIENTADOR: Bagnólia Araújo da Silva

PROJETO: Avaliação do Método Mãe-Canguru: Aceitação Materna, Laços Psico-Afetivos, Tempo de Internação Hospitalar e Intercorrências. 238

BOLSISTA: Camila Melo Gadelha

ORIENTADOR: João Gonçalves de Medeiros Filho.

LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

PROJETO: NO MEU TEMPO: DANÇA E MEMÔRIA EM TAMBAÚ..... 251

BOLSISTA: Cleomar Felipe Cabral

ORIENTADOR: Maria Ignêz Ayala.

PROJETO: Mulher, Igreja, Estado e Sociedade: Um Estudo do Núcleo Noelista da Paraíba – 1940 / 1950. 276

BOLSISTA: Simone da Silva Costa

ORIENTADOR: . Martha Maria Falcão

DESEMPENHO DA ECONOMIA PARAIBANA NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) NO PERÍODO DE 1970-1991

Guilherme Jonas Costa da Silva
email: Guilhermejonas@yahoo.com.br
Guilherme de Albuquerque Cavalcanti
email: guial@ccsa.ufpb.br

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho é aprofundar a análise sobre o desempenho da economia paraibana e seus desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em comparação aos resultados das economias nordestina e brasileira, no período de 1970-1991. A hipótese norteadora do estudo afirma que, durante o período analisado, o desempenho da economia estadual conduziu a um processo de convergência do IDH para os níveis observados na região e no país. Para proceder o estudo, extraiu-se dados secundários, objetivando levantar informações sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano dos Estados nordestinos, do Nordeste e do Brasil afim de mensurar, a partir do indicador elaborado, o grau de convergência/divergência dos IDH's. A evolução dos Produtos Interno Bruto (PIB's) e dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's) deram suporte às seguintes conclusões: i) o desempenho econômico da Paraíba foi inferior ao desempenho logrado pela região e superior ao observado para o Brasil, mas os rebatimentos do desempenho da economia paraibana no IDH foi superior aos demais conjuntos econômicos estudados; ii) Aplicando o modelo de convergência/divergência adotado, os resultados mostraram que houve uma tendência convergente dos IDH's , implicando em dizer que o desempenho da economia paraibana conduziu a um processo de convergência do IDH estadual ao nível regional e nacional; iii) No tocante a hipótese norteadora do trabalho, esta foi confirmada.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira apresentou fases bem distintas no período em estudo. O crescimento econômico logrado principalmente na década de 70, acarretou uma maior necessidade dos recursos naturais, e este se traduz numa maior deterioração do meio ambiente. Se este crescimento se refletisse em melhorias na qualidade de vida da população de forma homogênea, segundo SAMPAIO (2000), está se promovendo o desenvolvimento sustentável. Partindo desta idéia, testaremos a hipótese norteadora do trabalho: *O desempenho da economia paraibana conduziu a um processo de convergência do IDH estadual ao nível regional e nacional no período de 1970-91.*

Neste trabalho, analisa-se o comportamento da economia paraibana no contexto regional e nacional, procurando explica-lo. Pretende-se chegar á compreensão das causas que proporcionaram uma melhoria do Desenvolvimento Humano, que entendemos por crescimento econômico, aliado a um processo de ampliação tanto das oportunidades quanto dos níveis de bem estar social , obtidos a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e calculados com base nos indicadores de saúde, educação e renda.

O objetivo geral do trabalho é *analisar o desempenho da economia paraibana (no contexto regional e nacional), buscando apreender seus rebatimentos sobre os IDH's*, tendo como objetivo específico, *aplicar um modelo de convergência/divergência capaz de estimar o grau de desigualdade dos IDH's, mensurados a partir do impacto dos crescimentos nos conjuntos econômicos especificados.*

Para atingir os objetivos definidos, o trabalho foi dividido em três partes: Na primeira serão apresentados alguns elementos que caracterizam o desempenho econômico da Paraíba no contexto regional e nacional. Na segunda, trata de examinar a evolução dos IDH`s da Paraíba, do Nordeste (Estados nordestinos) e do Brasil no período de 1970 á 1991, e em seguida, confrontaremos os resultados encontrados aplicando o modelo para extrair as conclusões da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento econômico tem sido o foco de grandes discussões e não há um consenso entre as diversas correntes do pensamento econômico no Brasil. Os principais objetivos são os de estabelecer um novo padrão de crescimento, com industrialização eficiente, de forma a proporcionar melhorias nas condições de vida da sociedade. Alguns autores confundem crescimento com desenvolvimento econômico. Portanto, antes de qualquer coisa, é importante destacar tal diferença. Segundo Furtado:

> "O desenvolvimento econômico significa bem mais do que crescimento econômico. A sua base seria o processo de acumulação de capital e o avanço tecnológico, elevando a produtividade e, com isso gerando um crescente excedente econômico. Mas o desenvolvimento só se consubstanciaria quando a democratização dos frutos do progresso econômico se desse por toda a sociedade." (FURTADO, *apud* POLARI, 1996, p.10)

A corrente desenvolvimentista do setor público advoga inversões estatais em setores considerados estratégicos para a continuidade do processo de industrialização, acreditando que geraria um aumento por mão-de-obra, dinamizando o mercado interno. O crescimento daí advindo resultaria em melhorias do padrão de vida da população. Em outras palavras, a corrente estruturalista acredita que a homogeneidade produtiva ocasionaria uma homogeneidade social. O problema dessa corrente, é que objetivava uma industrialização a qualquer custo, ou seja, não se preocupava com os limites que o meio ambiente impunha a continuidade do crescimento.

Em contraponto, a corrente ambientalista defende um crescimento equilibrado, ou seja, desenvolvimento sustentável, onde procura-se atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Busca-se também uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente instaurado pela modernidade.

A proposta é que a humanidade possa ter um desenvolvimento socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz. Assim as considerações que envolvem o conceito de equidade foram aqui incorporadas e medido a partir dos PIB's "per capita". Apesar de ser um indicador problemático, é adequado para se obter uma impressão inicial do nível relativo de degradação ambiental, pois existe um "trade-off" entre o crescimento econômico e a conservação ambiental, ou seja, estamos supondo que quanto maior o produto maiores são os danos causados ao meio ambiente.

Em suma, o que estamos afirmando é que o crescimento econômico, realmente tende a melhorar a educação, a saúde, e a renda das pessoas, mais as tende também a prejudicar o meio ambiente.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foram adotados alguns procedimentos metodológicos como leitura, fichamento de textos sobre o tema. Extraiu-se dados secundários sobre o PIB e o IDH, onde o IDH é um indicador lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. O IDH é dividido em IDH-longevidade, IDH-educação e IDH-renda. O IDH varia de 0 - 1.

i)Quando o IDH for menor do que 0,500, o país, região ou Estado tem baixo desenvolvimento humano;

ii) País, região ou Estado de médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800;

iii) País, região ou Estado de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

Esse índice tem problemas, por não levar em consideração os limites do meio ambiente (a degradação) e a concentração de renda, portanto, torna-se difícil verificar se o espaço econômico está promovendo o desenvolvimento sustentável. Este acontecerá quando os estados participarem de forma homogênea dos benefícios do crescimento econômico. Tentaremos verificar este fato a partir da convergência dos IDH's, através do modelo adotado. Para Elaborar esse modelo, partiu da idéia introduzida pelos estruturalistas, de que a homogeneidade produtiva ocasiona uma homogeneidade social.

$\Psi / \Psi i = Y / Yi \Rightarrow \Psi = \Psi i . Y / Yi$ (1)

onde, Ψi e Ψ são respectivamente o IDH do i-ésimo Estado e o da região ou do país, enquanto o Yi e Y são respectivamente o PIB "per capita" do i-ésimo Estado e o da região ou do país. Assim, considerações que envolvem o conceito de *equidade* foram aqui incorporados (GREMAUT, 1999) e medidos a partir dos PIB's "*per capita*". Apesar deste ser um indicador problemático, é adequado para se obter uma impressão inicial do nível relativo de degradação ambiental, pois existe um "trade off" entre o crescimento econômico e a conservação ambiental (ESTADO DA PARAÍBA, 1997), ou seja, estamos supondo que quanto maior o produto maiores são os danos causados ao meio ambiente.

Para a consecução do modelo a ser adotado nesse trabalho, partiu-se da medida de dispersão dada pela expressão :

$Dt = (\Psi n - \Psi)^2 / \Psi$ (2)

Aplicando a identidade (1) na equação (2), temos

$Dt = (\Psi n - \Psi)^2 x.(1/\Psi n).x\ (Yn / Y)$ (3)

$DPn = \alpha\ (1/\Psi n) + \beta\ (Yn/Y)$

onde,

- *(1/Ψn) **coeficiente de desenvolvimento***, mede a influência do nível de desenvolvimento do n-*ésimo* Estado no processo de convergência, ou seja, se o Estado está tendendo a se aproximar do IDH da região ou do país, por isso a importância de verificar se o Estado é caracterizado por ter um alto desenvolvimento humano (1 – 1,2), um médio desenvolvimento (1,2 – 2) ou um baixo desenvolvimento humano (≥2)[1];

- *(Yn /Y) **coeficiente de sustentabilidade***, mede o grau de heterogeneidade produtiva do n-*ésimo* Estado em relação à da região ou do país e conseqüentemente a intensidade de exploração ambiental desse Estado em relação à da região ou do país;

- A variável α é a ***sensibilidade do desenvolvimento*** e o β é a ***sensibilidade da renda,*** que mostram o quanto o estimador reage a uma variação nas estimativas. Torna-se conveniente enfatizar que o α assume valores positivos (devido ao efeito multiplicador do coeficiente de sustentabilidade que representa os benefícios sociais do crescimento), enquanto o β assume valores negativos (sensibilidade proveniente do custo de oportunidade de manter um nível de crescimento econômico, ou seja, são os efeitos perversos dessa escolha).

Como foi mencionado anteriormente, a preocupação da presente análise é ressaltar as diferenças entre o IDH do Estado da Paraíba e os IDH's regional e nacional para um determinado ano. Por isso adotou-se um indicador de convergência/divergência na tentativa de testar a validade

[1] A idéia presente no coeficiente no que se refere a mensuração dos estágios de desenvolvimento, é uma adaptação dos níveis propostos anteriormente na metodologia de cálculo do IDH usadas pela PNUD, ou seja: entre 0 e0,500, temos um coeficiente de desenvolvimento assumindo valores > ou = a 2; entre 0,500 e 0,800; temos valores que variam de 2 a 1,2; e entre 0,800 e 1 temos valores variando de 1,2 a 1. Portanto, quanto mais próxima de um estiver o coeficiente de desenvolvimento, mais desenvolvida é a unidade espacial em estudo.

da assertiva de que o desempenho do Estado conduziu a um processo de convergência dos IDH's, empregando-se um modelo para a medição do grau de desigualdade estadual DPn.

Introduziremos neste trabalho uma abordagem alternativa o **Modelo do Custo Crescente (MCC)** no intuito de mensurar os custos de se promover o desenvolvimento, ou seja, tentaremos mostrar que para auferir incrementos de desenvolvimento é necessário crescer relativamente mais, e esta escolha traz conseqüências drásticas ao meio ambiente.

A determinação do coeficiente de desenvolvimento dado pelo coeficiente de sustentabilidade, pode ser deduzida algebricamente. Para tal, lembremos que tanto o nível de desenvolvimento, quanto o de crescimento econômico em relação à média podem ser representados através de uma função convexa, ou seja, teremos uma taxa de troca negativa (inversamente proporcional). Desta feita, a idéia que será incorporada na demonstração algébrica é a de que para se atingir melhores níveis de desenvolvimento será necessário crescer proporcionalmente mais.

Nestas condições, tentaremos achar o valor da Taxa de troca (Tt) a partir da identidade:

$$DPn = \alpha\,(1/\Psi n) + \beta\,(Yn/Y)$$

Admitindo $DPn = 0$ (hipótese da convergência), temos:

$$(1/\Psi n) = -\,(\beta / \alpha).(Yn/Y)$$

Derivando $(1/\Psi n)$ em relação a (Yn/Y), teremos:

$$\frac{\partial\,(1/\Psi n)}{\partial\,(Yn/Y)} = -\,\frac{\beta}{\alpha}$$

Essa condição equivale a dizer que Tt será dada por $(-\beta / \alpha)$ que mostra o custo de oportunidade crescente, pois um incremento no nível de bem-estar (medido por expansões no coeficiente de desenvolvimento), cada vez mais requer um maior crescimento econômico, e conseqüentemente uma maior destruição do meio ambiente (medido a partir do coeficiente de sustentabilidade).

A mensuração do grau de degradação ambiental propriamente dita não é introduzida neste trabalho, pois queremos apenas mostrar a visualização gráfica deste fato empiricamente comprovado a partir das Curvas de Nível de Desenvolvimento, que deve ser entendida como sendo uma curva que nos permite ordenar o estágio de desenvolvimento de uma determinada economia e o grau de disparidade sócio-econômica nas mais variadas localidades desta unidade espacial em estudo – como, por exemplo, os Estados brasileiros e o país como um todo. Porém, utiliza-se como aproximação do grau de degradação ambiental o coeficiente de sustentabilidade, que nos permite ordenar a partir dos valores relativos quais Estados degradam mais o meio ambiente.

A taxa de troca ideal ocorre quando $(-\beta / \alpha)$ é igual a 1, ou seja, quando o crescimento econômico logrado pelo Estado for proporcionalmente repassado para a sociedade sob a forma de níveis de bem-estar social, ou seja, o valor do desenvolvimento adicional obtido ao se crescer um pouco mais deve ser exatamente igual ao nível de degradação que é necessário para gerar esse crescimento.

A ECONOMIA PARAIBANA NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

Este capítulo é uma tentativa de avaliar o desempenho da economia paraibana no período de 1970-1991. As condições gerais das atividades econômicas mostraram que a economia paraibana e nordestina sempre acompanharam a tendência apresentada pelo país, evidenciando a idéia dos desequilíbrios regionais,

onde em período de crescimento acelerado as desigualdades tendem a aumentar, e em períodos de recessão as desigualdades tendem a se reduzir.

A ação governamental, desempenhou um papel fundamental através de estímulos diretos a atividade produtiva. notadamente no período do milagre, evidenciando o processo de desconcentração da atividade. Alguns autores afirmam que esses investimentos foram direcionados para os Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia.

É importante frisar que as economias periféricas se industrializaram, mas tinham que se especializar naqueles produtos que eram necessários para a moderna estrutura produtiva do Sudeste.

No período de maior dinamismo da economia regional, o Nordeste ao expandir sua capacidade produtiva, transformou significativamente sua estrutura econômica, favorecendo, sobretudo, as atividades urbanas, notadamente as indústrias. Reduzindo a participação na geração do produto no setor agropecuário, reduz-se também significativamente, a participação da força de trabalho rural no total da força de trabalho nordestina, acelerando, portanto, a urbanização. Isto significa que no período dinâmico da economia houve um forte processo de concentração da atividade produtiva e da força de trabalho no meio urbano.

Na literatura econômica, aceita-se dizer que foi a partir da década de 50 que se iniciou as primeiras tentativas de planejamento regional efetivamente implementadas. Estas objetivavam atenuar as desigualdades regionais de desenvolvimento, através da redução das disparidades de qualidade de vida entre brasileiros que ocupam diferentes espaços geográficos. Estas tentativas visavam perceber as origens dos problemas nordestinos, onde se atribuiu a culpa do atraso relativo da região a determinantes de natureza econômica e social que têm não só origens endógenas, mas que se vinculam também à natureza da sua inserção e interação com o centro hegemônico da economia brasileira que se consolidava no Sudeste, em particular no Estado de São Paulo. (JATOBÁ,1979, *passim*)

O comportamento da economia brasileira e nordestina no período de 1970-1991, apresentou fases bem distintas, onde houveram períodos de crise e de auge. Neste trabalho observou-se que o desempenho econômico da Paraíba foi mais estável, levando em consideração a taxa de crescimento do PIB. A evolução da economia paraibana no período de 1970-1991 foi significativa, tendo em vista as grandes adversidades econômicas e climáticas ocorridas.

A TAB. 1 nos mostra que a economia brasileira logrou uma taxa de crescimento na ordem de 168,4%, enquanto a nordestina e paraibana, evoluíram na ordem de 284,8% e 229,4%. O desempenho relativamente melhor da região, se deve ao fato de que seis dos nove Estados obtiveram taxas de crescimento superiores à média regional, e todos lograram crescimento superior à média nacional.

TABELA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO PIB DA PARAIBA, DO NORDESTE E DO BRASIL NO PERIODO DE 1970-1991 (EM %)

Discriminação	Brasil	Nordeste	Paraíba
1970-80	128,8	134,8	86,9
1980-91	17,3	61,9	76,2
1970-91	168,4	284,8	229,4

FONTE: Elaboração própria a partir de MELO (1998).

Os efeitos da integração econômica não foram muito bons para a economia paraibana, já que na década de 70, o Estado logrou a menor taxa de crescimento da região, com 86,9%, bem inferior ao incremento do PIB global nordestino e brasileiro, que foram de 134,8% e 128,8%, respectivamente. (TAB. 2)

TABELA 2 - VALOR DO PRODUTO INTERNO BRUTO(PIB) E DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL, DO NORDESTE E DOS ESTADOS NORDESTINOS NO PERÍODO DE 1970-1980 (R$ 1.000.000 de 1996)

Discriminação	Anos		Taxa de crescimento do PIB (%)
	1970	1980	1970/1980
Brasil	238.703	546.236	128,8
Nordeste	26.439	62.082	134,8
Paraíba	2.141	4.002	86,9
Maranhão	1.577	3.837	143,3
Piauí	976	2.391	145.0
Ceará	3.104	8.694	180,1
Rio Grande do Norte	1.086	2.896	166,7
Pernambuco	5.588	12.730	127,8
Alagoas	1.338	3.185	133,1
Sergipe	957	2.531	164,5
Bahia	9.350	21.642	131,5

FONTE: Elaboração própria a partir de MELO (1998).

Alguns autores afirmam que o fator determinante para o desempenho pouco expressivo do Nordeste e da Paraíba pode estar relacionado com o não aproveitamento de vantagens comparativas regionais no comércio exterior. A especialização em produtos com poucas vantagens comparativas estava limitando o crescimento das exportações. Sabe-se que tanto na região quanto no Estado, o fator trabalho é relativamente abundante, portanto, teria vantagem na produção e exportação de produtos intensivos nesse fator. Entretanto, a política industrial e de comércio exterior, bem como o sistema de incentivos, tem permitido tanto o desenvolvimento de indústrias relativamente intensivas em capital, quanto o de indústrias empregadoras de recursos naturais. Isso poderia estar indo de encontro à vantagem natural da região.

As ações governamentais implementadas no Estado da Paraíba no período eram direcionadas basicamente aos perímetros dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, visando criar pólos de crescimento, pois estas regiões iriam adquirir matérias-primas e produtos intermediários de regiões vizinhas e assim produziriam um efeito dinamizador da economia. Mas a ordem dos acontecimentos não caminhou conforme o previsto, pelo contrário, criou uma sociedade deformada, face ao elevado grau de concentração e de monopólio. As atividades produtivas – a agropecuária e a indústria – seguiram caminhos relativamente independentes em termos de estímulos ao seu desenvolvimento.

Foi observado que o fraco desempenho relativo do setor agrícola na Paraíba foi atenuado devido ao setor sucroalcooleiro, pois foi o segmento que apresentou os melhores níveis de crescimentos durante a década de 70 (e de 80). Para tanto este setor contou com o PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool, desenvolvido pelo Estado brasileiro como alternativa minimizadora da crise energética da década de 70. Esse programa veio a subsidiar a produção interna de álcool de forma a aliviar o consumo interno de gasolina, diminuindo os custos que os altos preços atingidos pelo petróleo provocava sobre a balança de comércio do país.

Apesar dos incentivos dados, o setor industrial paraibano também sofreu uma queda relativa, aumentando o exército de desempregados, pois a política industrial adotada foi enfática no estímulo à modernização ou implementação de ramos produtivos que incorporassem os processos modernos de produção, portanto, poupadores de mão-de-obra.

Na virada da década para os anos oitenta, percebe-se, portanto, que três fatores concorreram como forças adversas ao processo de crescimento: o literal desaparecimento do algodão como cultura comercial tradicional, prejudicada pela entrada em cena dos produtos sintéticos substitutivos, pelas importações internacionais a menores preços e pela praga do bicudo. Além, desse também concorreram para essa decadência, uma seca duradoura que se abateu sobre todo o semi-árido nordestino e o impacto da crise econômica e fiscal no Brasil sobre a economia estadual[2], fato este que reduziu o volume de inversões.

[2] Ver MELO (1997) para obter mais informações.

Como podemos constatar, apesar de ter sido o Estado da região que menos cresceu, o desempenho da economia paraibana no período de 1970-80 foi satisfatório. Este desempenho relativamente fraco frente às economias nordestina e brasileira deve-se a alguns fatores adversos que ocorreram no período de 1975-80.

A economia brasileira na década de 80 caracterizou-se pelo agravamento de um quadro marcado por dificuldades em que a aceleração inflacionária e os problemas relacionados ao endividamento externo e ao déficit público contribuíram para o estado de crises e incertezas que se instalava no país, com o PIB registrando taxas de crescimento baixíssimas.

Como não poderia deixar de ser, a economia paraibana enfrentou alguns problemas, em sua maioria decorrentes do agravamento da crise geral que afetou sensivelmente as economias nordestinas, em virtude do forte grau de interdependência que mantém com a economia do Sudeste. Mas é importante enfatizarmos que apesar do ambiente conturbado a economia paraibana conseguiu se sair relativamente bem dessa fase de retração, ou seja, sem registrar grandes perdas.

As atividades relacionadas ao comércio externo paraibano contribuíram de forma decisiva para amortecer, em certa medida, os efeitos negativos da crise que foi se prolongando ao longo da década. Certamente, o resultado favorável experimentado pelas exportações locais pode ser creditado, em parte, à política do governo voltada para o setor.

A economia da Paraíba na década de 1980, apresentou um crescimento relativamente superior ao das economias do Nordeste e do Brasil, na ordem de 76,2%, muito próximo da taxa de crescimento da década anterior. O crescimento do Produto Interno Bruto na década de 80 se deu basicamente no período de 1983 a 1987. Apesar de o cenário adverso, o crescimento econômico da Paraíba foi relativamente estável, se comparado com o Nordeste e o Brasil. O desempenho da economia paraibana foi prejudicado pelas constantes secas ocorridas. Os choques externos e a recessão nas economias nordestina e brasileira, ocorridas nos períodos 1980-1983 e de 1987-1990, foram fatores agravantes para o modesto crescimento econômico da Paraíba e os fracos desempenhos dos PIB's do Nordeste e Brasil. A expansão das economias brasileira e nordestina foram modestas se comparada à década anterior, onde a queda na taxa de crescimento foi significativa, de 128,8% para 17,3% em relação ao Brasil e de 134,8% para 61,9% no caso da região. (TAB. 3)

TABELA 3 – VALOR DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL, DO NORDESTE E DOS ESTADOS NORDESTINOS NO PERÍODO DE 1980-1991 (R$ 1000.000 de 1996)

Discriminação	Anos		Taxa de crescimento do PIB (%)
	1980	1991	1980/1991
Brasil	546.236	640.734	17,3
Nordeste	62.082	100.517	61,9
Paraíba	4.002	7.052	76,2
Maranhão	3.837	9.140	138,2
Piauí	2.391	4.952	107,1
Ceará	8.694	15.319	76,2
Rio Grande do Norte	2.896	6.315	118,1
Pernambuco	12.730	17.274	36,0
Alagoas	3.185	5.866	84,2
Sergipe	2.531	3.860	52,5
Bahia	21.641	30.732	42,0

FONTE: Elaboração própria a partir de MELO (1998).

Os resultados da economia paraibana não poderiam ser diferentes nessa década, diante da involução da participação no PIB do setor agropecuário. Segundo o IBGE, a produção agrícola foi afetada principalmente pela queda em algumas culturas de considerável peso na formação do produto agrícola, notadamente o milho, o feijão, a batata inglesa e o arroz. Este fato deve-se à chamada "seca verde" que reduziu de forma significativa a produção das principais culturas alimentares cultivadas nas regiões semi-áridas. Por seu turno, a produção de algodão declinou, senão pela estiagem, em decorrência da praga do "bicudo" que desde 1984

veio prejudicando drasticamente a cultura algodoeira paraibana. O fraco desempenho do setor agrícola, deve-se às 4 secas ocorridas no primeiro qüinqüênio da década de 80[3].

Os resultados deste tópico, nos mostram que houve uma redução das desigualdades regionais, pois a economia nordestina e paraibana cresceram mais do que a economia brasileira. A economia paraibana teve uma evolução significativa, tendo em vista que seu PIB cresceu relativamente mais do que o crescimento da economia regional e nacional.

A partir da análise do desempenho da economia paraibana no contexto regional e nacional, tentaremos mensurar seus reflexos sobre a qualidade de vida da sociedade. Para tanto utilizaremos o Índice de Desenvolvimento Humano lançado no Relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

DESENVOLVIMENTO HUMANO DA PARAÍBA NO CONTEXTO NORDESTINO E BRASILEIRO

Neste capítulo, tentamos verificar os desdobramentos do crescimento econômico sobre o IDH no período de 1970-1991. No tópico anterior, fizemos um breve esboço do desempenho econômico da Paraíba no contexto nordestino e brasileiro, a partir da evolução do PIB no período considerado, onde observamos que o Estado teve um crescimento superior à média nacional e inferior à média regional. O que questiona-se nesse tópico é: será que o crescimento econômico da Paraíba se refletiu em melhorias na qualidade de vida da população?

A partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tentaremos responder se o crescimento econômico fez o Estado se desenvolver, já que o crescimento econômico é condição essencial para que haja desenvolvimento econômico.

As aspirações do mundo moderno e as novas realidades históricas, políticas e sociais da população dos países subdesenvolvidos convergem para a busca do desenvolvimento integral, com a formação do capitalismo industrial moderno.

É notório que a iniciativa privada e o Estado têm funções importantes na condução do crescimento da economia, tendo o setor público um papel essencial na organização do esforço de desenvolvimento, na implementação da infra-estrutura básica e, sobretudo, em relação às áreas que mais lhe compete, como saúde, educação, enfim, aumentando a oferta desses serviços sociais básicos à população, a fim de melhorar os indicadores de desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), propôs aos países subdesenvolvidos, uma sugestão para alcançarem o seleto grupo das nações que possuem uma ordem social eqüitativa, que seria melhorar os indicadores básicos de desenvolvimento : Educação, Saúde e Renda.

Com base nesses novos paradigmas, conseguiu-se formular o que se pode chamar uma "Nova Regionalização", pois parte de outras dimensões do desenvolvimento humano. Possui o aspecto prático da divisão político-administrativa, já que os objetivos são caracterizar as graves desigualdades regionais e apontar áreas prioritárias de atuação, estimando iniciativas por parte do governo e da sociedade civil no sentido de aperfeiçoar o desenvolvimento.

Com esse "novo" índice, o IDH, é possível obter uma nova classificação regional que distingue com maior clareza a escala de diferenciação regional no país, possibilitando visualizar se as desigualdades regionais se reduziram ou se ampliaram.

Um estudo ao longo do tempo indica que de 1970 a 1991, tanto o país quanto todas as regiões e unidades da federação tiveram sensível e sistemática melhoria na área do desenvolvimento humano, quando esse processo é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Quanto ao crescimento do IDH da Paraíba no período de 1970-1991, este foi superior ao regional e nacional. A TAB. 4 nos mostra que a economia brasileira logrou a menor taxa de crescimento, que foi de 59,3%, enquanto a nordestina e paraibana, evoluíram 86,3% e 94,6%, respectivamente. Observa-se na tabela

[3] Ver POLARI (1995)

que, seis estados, dentre eles a Paraíba, lograram taxas de crescimento superiores à média regional e todos os estados nordestinos com taxas superiores á média nacional.

TABELA 4 – TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO IDH DA PARAIBA, DO NORDESTE E DO BRASIL NO PERIODO DE 1970-1991 (EM %)

Discriminação	Brasil	Nordeste	Paraíba
1970-80	48,6	61,5	70,7
1980-91	7,2	15,3	14,0
1970-91	59,3	86,3	94

FONTE: Elaboração própria a partir da PNUD (1998).

Portanto, no que diz respeito à evolução do IDH nos subperíodos, as diferenças são marcantes, uma vez que na década 1970-1980, por exemplo, o componente Renda foi o maior responsável pelo crescimento do IDH brasileiro, respondendo por dois terços do total do incremento.

No extremo oposto, encontra-se o Nordeste, cuja contribuição no IDH é decorrente do indicador de saúde, que contribuiu com dois quintos do incremento. A Paraíba, assim como sua região, cresceu devido ao IDH-L que contribuiu com pouco mais da metade do incremento.

A TAB.5, apresenta-nos o Índice de Desenvolvimento Humano da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, além das taxas de crescimento no período de 1970-1980. Como podemos observar, em 1970, a Paraíba, o Nordeste e o Brasil eram caracterizados por baixo Índice de Desenvolvimento Humano, tendo o Brasil o índice de 0,494 , o Nordeste de 0,299 e a Paraíba de 0,259 , onde este era o menor IDH entre os Estados nordestinos, sendo o maior pertencente a Bahia, com 0,338.

Em 1980, a situação melhorou significativamente, pois o Brasil alcançou o índice de 0,734 , o Nordeste chegou a 0,483 e a Paraíba de 0,442 (TAB.5). O maior IDH entre os Estados nordestinos continuou sendo da Bahia em 1980, com 0,533 e o menor passou a ser do Maranhão, com um índice de 0,408. A Paraíba, apesar de não ter um índice elevado, foi um dos Estados com maior taxa de crescimento da região com 70,7%, perdendo apenas para o Ceará e o Rio Grande do Norte, que obtiveram taxas de 73,5% e 88,3% , respectivamente. É importante enfatizar que o aumento nos índices regionais fizeram o Brasil alcançar um nível de médio desenvolvimento humano, enquanto o Nordeste e a Paraíba continuaram no nível de baixo desenvolvimento humano.

TABELA 5 – EVOLUÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DOS IDH's DA PARAÍBA, DO NORDESTE E DO BRASIL NO PERÍODO DE 1970-1980

Discriminação	Anos		Tx de cresc. do IDH de
	1970	1980	1970-1980 (%)
Brasil	0,494	0,734	48,6
Nordeste	0,299	0,483	61,5
Paraíba	0,259	0,442	70,7
Maranhão	0,292	0,408	40,0
Piauí	0,288	0,416	47,5
Ceará	0,275	0,477	73,5
Rio Grande do Norte	0,266	0,501	88,3
Pernambuco	0,315	0,509	61,6
Alagoas	0,263	0,437	66,2
Sergipe	0,320	0,493	54,1
Bahia	0,338	0,533	57,7

FONTE: PNUD, 1998.

Uma análise semelhante pode ser conduzida em relação ao segundo período considerado no estudo, de 1980-1991. Observa-se a princípio que nesse período, todas as unidades espaciais tiveram evoluções no IDH, mas com taxas de crescimento significativamente inferiores do que aquelas observadas no período anterior (1970-1980).

A TAB.6, apresenta-nos dados referentes ao desenvolvimento humano que ratificam a afirmação acima, de que a Paraíba, o Nordeste e o Brasil melhoraram seus IDH's. Em 1980, a Paraíba era caracterizada por baixo índice de desenvolvimento humano, já em 1991 alcançou o médio desenvolvimento, pois esse índice chegou a 0,504, assim como o Nordeste e o Brasil, que obtiveram os índices 0,557 e 0,787, respectivamente. O Estado de Sergipe logrou a maior taxa de crescimento de 1980-1991, passando, a ter o maior índice de desenvolvimento humano em 1991, com 0,655 e o menor continuou sendo do Maranhão, com 0,489. A taxa de crescimento do IDH de 1980-1991 da Paraíba foi de 14%, enquanto do Nordeste foi de 15,3% e do Brasil de apenas 7,2%.

TABELA 6 – EVOLUÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DO IDH's DA PARAÍBA, DO NORDESTE E DO BRASIL NO PERÍODO DE 1980-1991.

Discriminação	Anos		Tx de cresc. do IDH de
	1980	1991	1980-1991 (%)
Brasil	0,734	0,787	7,2
Nordeste	0,483	0,557	15,3
Paraíba	0,442	0,504	14,0
Maranhão	0,408	0,489	19,9
Piauí	0,416	0,494	18,7
Ceará	0477	0,537	12,6
Rio Grande do Norte	0,501	0,620	23,8
Pernambuco	0,509	0,590	15,9
Alagoas	0,437	0,506	15,8
Sergipe	0,493	0,655	32,9
Bahia	0,533	0,593	11,3

FONTE: PNUD, 1998.

A Paraíba não logrou um índice de desenvolvimento melhor, devido ao IDH-R, o valor continuou baixo, o que fez o Estado permanecer no patamar de baixo desenvolvimento. Além disso, a renda no Estado cresceu de forma concentrada nos perímetros urbanos de João Pessoa e Campina Grande.

A década 1980-1991 caracterizou-se por um quadro totalmente diferente da década anterior para o Brasil, tendo em vista que o indicador de saúde passou a representar quase metade do incremento do IDH, enquanto o indicador de Renda contribuiu com menos de um quinto do total. Evidentemente, a contribuição do Nordeste e da Paraíba seguiram a tendência nacional, onde o IDH-L representava cerca de 40% a 50% do total.

CONVERGÊNCIA/DIVERGÊNCIA DOS IDH's: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS

A partir de meados da década de 50, começou a ganhar importância no âmbito dos estudos sobre tendências espaciais e regionais do desenvolvimento econômico, o debate sobre a relação entre as etapas de desenvolvimento e a tendência convergente ou divergente dos indicadores nas diferentes unidades espaciais

(FERREIRA & DINIZ, 1995). Tentaremos nesse tópico, analisar os rebatimentos do desempenho econômico sobre o IDH, para sabermos se ocorreu de forma homogênea nos conjuntos econômicos estudados, na tentativa de avaliar se o desenvolvimento sustentável foi verificado. Neste capítulo fizemos uma análise comparativa dos resultados para sabermos se o estado da Paraíba convergiu ou não com a região e o país.

Como foi mencionado anteriormente, a preocupação da presente análise é ressaltar as diferenças entre o IDH do Estado da Paraíba (e demais estados nordestinos) em relação ao Nordeste e ao Brasil no período considerado. Por isso adotou-se um indicador de convergência/divergência na tentativa de testar a validade da assertiva de que o desempenho do Estado da Paraíba conduziu a um processo de convergência do IDH estadual ao nível regional e nacional, capaz de mensurar o grau de desigualdade estadual DPn[4]:

$$DPn = \alpha(1/\Psi n) + \beta(Yn/Y)$$

onde,

- *(1/Ψn) coeficiente de desenvolvimento(CD);*
- *(Yn /Y) coeficiente de sustentabilidade(CS);*
- *A variável α é a **sensibilidade do desenvolvimento** e o β é a **sensibilidade da renda.***

Ao aplicar o indicador de convergência/divergência no período considerado neste trabalho, encontraremos os resultados que estão reproduzidos nas TAB.7 e TAB.8. Como podemos perceber, no período de 1970-1980, o índice manteve um comportamento com tendência convergente da Paraíba tanto em relação ao Nordeste, variando de 0,005 para 0,003, como em relação ao Brasil, variando de 0,07 para 0,05, evidenciando claramente uma redução das disparidades da Paraíba em relação ao Nordeste e ao Brasil. Essa tendência não permaneceu na década seguinte, pois os valores dos índices DPn subiu de 0,003 para 0,004 em relação ao Nordeste e de 0,05 para 0,06 em relação ao Brasil, mostrando a inversão das tendências em relação ao período anterior. É importante enfatizar que no período de 1970-1991, houve uma tendência à convergência do índice que se aproximou de zero.

TABELA 7 – GRAU DE DESIGUALDADE DOS ESTADOS NORDESTINOS EM RELAÇÃO Á MÉDIA DO NORDESTE SEGUNDO O ÍNDICE DPnNE NO PERÍODO DE 1970-1991

DISCRIMINAÇÃO	70	80	91
MA	0,0001	0,0086	0,0056
PI	0,0002	0,0056	0,0048
CE	0,0019	0,0001	0,0006
RN	0,0035	0,0006	0,0083
PB	0,0053	0,0026	0,0043
PE	0,0011	0,0016	0,0022
AL	0,0051	0,0047	0,0045
SE	0,0015	0,0002	0,0224
BA	0,0051	0,0063	0,0025

FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998).

Como podemos perceber na TAB.7, quatro estados do Nordeste tiveram tendência divergente da região na década de 70, sendo eles o Estado do Maranhão, do Piauí, de Pernambuco e da Bahia. Na década

[4] Para avaliar a convergência/divergência dos IDH's a partir do indicador DPn, admite-se que quanto mais próximo de zero, maior convergente será o Estado em relação a região ou ao país.

seguinte, cinco Estados mantiveram a tendência divergente em relação ao Nordeste, que são os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Sergipe. A partir do indicador, conclui-se que apenas o Ceará, a Paraíba, Alagoas e a Bahia convergiram com a região no período de 1970-91, o que implica em dizer que, a maioria dos Estados divergiram, mas em média os índices dos estados nordestinos se aproximaram do zero.

TABELA 8 – GRAU DE DESIGUALDADE DOS ESTADOS NORDESTINOS EM RELAÇÃO Á MÉDIA DO BRASIL SEGUNDO O ÍNDICE DPnBR NO PERÍODO DE 1970-1991

DISCRIMINAÇÃO	70	80	91
NE	0,047	0,054	0,045
MA	0,035	0,067	0,050
PI	0,028	0,052	0,048
CE	0,055	0,048	0,048
RN	0,061	0,044	0,028
PB	0,067	0,055	0,057
PE	0,051	0,049	0,037
AL	0,076	0,081	0,065
SE	0,041	0,048	0,019
BA	0,032	0,042	0,035

FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998)

Observando-se a TAB.8, podemos verificar que na década de 70, cinco estados divergiram do Brasil segundo o indicador DPn, enquanto Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco convergiram. Já na década de 80, apenas dois estados divergiram em relação ao Brasil, o Ceará e a Paraíba. No período compreendido de 1970-91, seis estados convergiram e apenas Maranhão e Piauí e Bahia divergiram com relação ao país, o que implica em dizer que, a maioria dos índices se aproximaram de zero.

Com base nos valores obtidos nas TAB.'s 7 e 8, podemos fazer uma observação final que refere-se as desigualdades existentes entre os conjuntos econômicos, onde a disparidade do Estado em relação ao Brasil mostrou-se relativamente maior do que em relação ao Nordeste – implicando em dizer que o IDH estadual tende a ser mais homogêneo entre os Estados de sua região do que entre os Estados do Brasil, já que os índices situam-se mais próximos de zero quando comparamos com o Nordeste, enquanto que se compararmos com o Brasil, os valores dos índices situam-se mais distantes de zero.

Muito embora os Estados Nordestinos apresentem uma homogeneidade nos ritmos de seu desenvolvimento, como visto a partir dos valores do indicador DPn, não podemos a princípio admitir um desenvolvimento sustentável nos conjuntos econômicos estudados, já que este se dará a nível nacional e não apenas regional, pois as disparidades sócio-econômicas existentes dos Estados Nordestinos frente aos Estados brasileiros são evidentes.

MODELO DO CUSTO CRESCENTE (MCC)

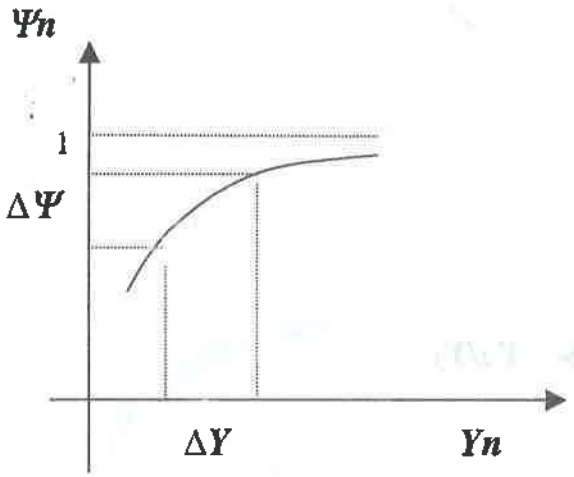
Introduziremos neste subtópico uma abordagem alternativa no intuito de mensurar os custos de se promover o desenvolvimento, ou seja, tentaremos mostrar que para auferir incrementos de desenvolvimento é necessário crescer relativamente mais, e esta escolha traz conseqüências drásticas ao meio ambiente. Esse é um princípio que deve ser ressaltado quando objetiva-se auferir o desenvolvimento socialmente justo, que advém do crescimento econômico, pois este significa sempre, irrefutavelmente, alguma forma de degradação do meio ambiente. É inegável que, no discurso sobre desenvolvimento em um país como o Brasil, subenten-

de-se sempre aumentar a renda per capita indefinidamente, e isto representa crescimento. Seria bom se o último implicasse redução verdadeira e permanente ou eliminação da pobreza, proporcionando um desenvolvimento eqüitativo, e assim promovendo o desenvolvimento sustentável.

A política econômica não pode desconhecer os limites do meio ambiente. O problema torna-se mais agudo quando evidências empíricas mostram o efeito econômico do aumento da escassez de recursos naturais, medido a partir do custo de oportunidade, que mostra o quanto a sociedade deve descartar para obter um incremento no nível de desenvolvimento[5].

Ante ao exposto, tentaremos deduzir geometricamente a análise do custo de oportunidade de se promover o desenvolvimento sustentável. A determinação do coeficiente de desenvolvimento é dado pelo coeficiente de sustentabilidade, ou seja, para fazer uma determinada unidade espacial desenvolver é necessário crescer a economia relativamente. Para tal, lembremos que tanto o nível de desenvolvimento, quanto o de crescimento econômico em relação à média podem ser representados através de uma função convexa, ou seja, teremos uma taxa de troca negativa (inversamente proporcional). Desta feita, a idéia que será incorporada na demonstração algébrica é a de que para se atingir melhores níveis de desenvolvimento será necessário crescer proporcionalmente mais. Vejamos graficamente com se comporta:

Gráfico da relação entre o Crescimento e Desenvolvimento



Nestas condições, tentaremos achar o valor da Taxa de troca (Tt) a partir da identidade:

$$DPn = \alpha(1/\Psi n) + \beta(Yn/Y)$$

Admitindo $DPn = 0$, temos:

$$(1/\Psi n) = -(\beta/\alpha).(Yn/Y)$$

Derivando $(1/\Psi n)$ em relação a (Yn/Y), teremos:

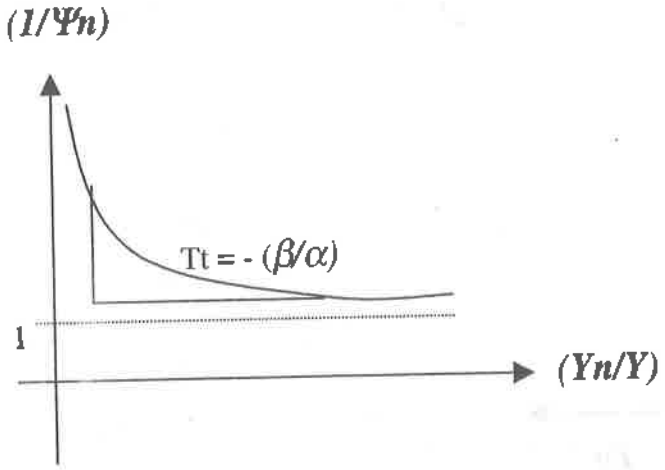
$$\frac{\Delta(1/\Psi n)}{\Delta(Yn/Y)} = -\frac{\beta}{\alpha}$$

[5] CLEVELAND & RUTH (1999).

Essa condição equivale a dizer que Tt será dada por (- β/α) onde mostra o custo de oportunidade crescente, pois um incremento no nível de bem-estar (medido por expansões no coeficiente de desenvolvimento), cada vez mais requer um maior crescimento econômico, e consequentemente uma maior destruição do meio ambiente (medido a partir do coeficiente de sustentabilidade).

A mensuração do grau de degradação ambiental propriamente dita não é objetivo deste trabalho, pois queremos apenas mostrar a visualização gráfica deste fato empiricamente comprovado a partir das Curvas de Nível de Desenvolvimento, esta deve ser entendida como sendo uma curva que nos permite ordenar o estágio de desenvolvimento de uma determinada economia e o grau de disparidade sócio-econômica nas mais variadas localidades desta unidade espacial em estudo – como por exemplo, os Estados brasileiros e o Brasil como um todo. Porém utiliza-se como aproximação do grau de degradação ambiental o coeficiente de sustentabilidade, que nos permite ordenar a partir dos valores relativos quais Estados degradam mais o meio ambiente.

Gráfico das Curvas de Nível de Desenvolvimento (CND)

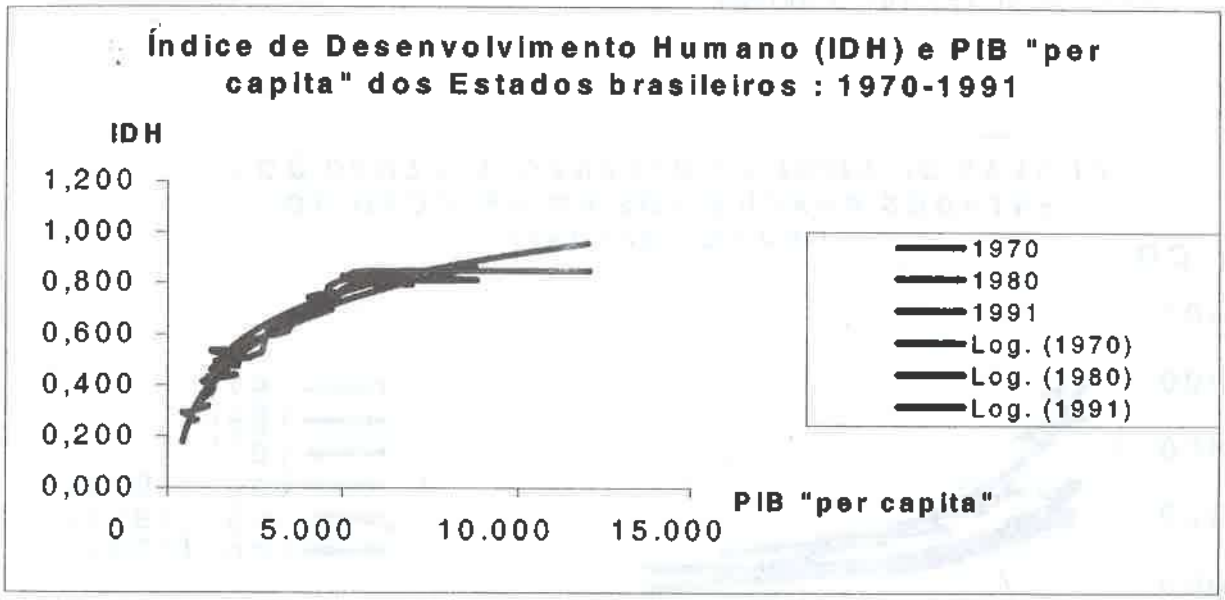


A taxa de troca ideal ocorre quando (- β/α) é igual a 1, ou seja, quando o crescimento econômico logrado pelo Estado for proporcionalmente repassado para a sociedade sob a forma de níveis de bem-estar social, ou seja, o valor do desenvolvimento adicional obtido ao se crescer um pouco mais deve ser exatamente igual ao nível de degradação que é necessário para gerar esse crescimento.

MODELO DO CUSTO CRESCENTE (MCC) : UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Aplicando-se os dados referentes aos Estados brasileiros, percebeu-se claramente uma tendência crescente dos custos de se promover um maior nível de bem-estar social, pois, como vemos nos gráficos 1 e 2, que relaciona o desenvolvimento humano a partir dos valores do IDH's com a razão dos PIB's "per capita", evidências claras de que incrementos adicionais de bem-estar requerem níveis relativamente maiores de crescimento econômico, e consequentemente de degradação ambiental, confirmando a idéia anteriormente introduzida.

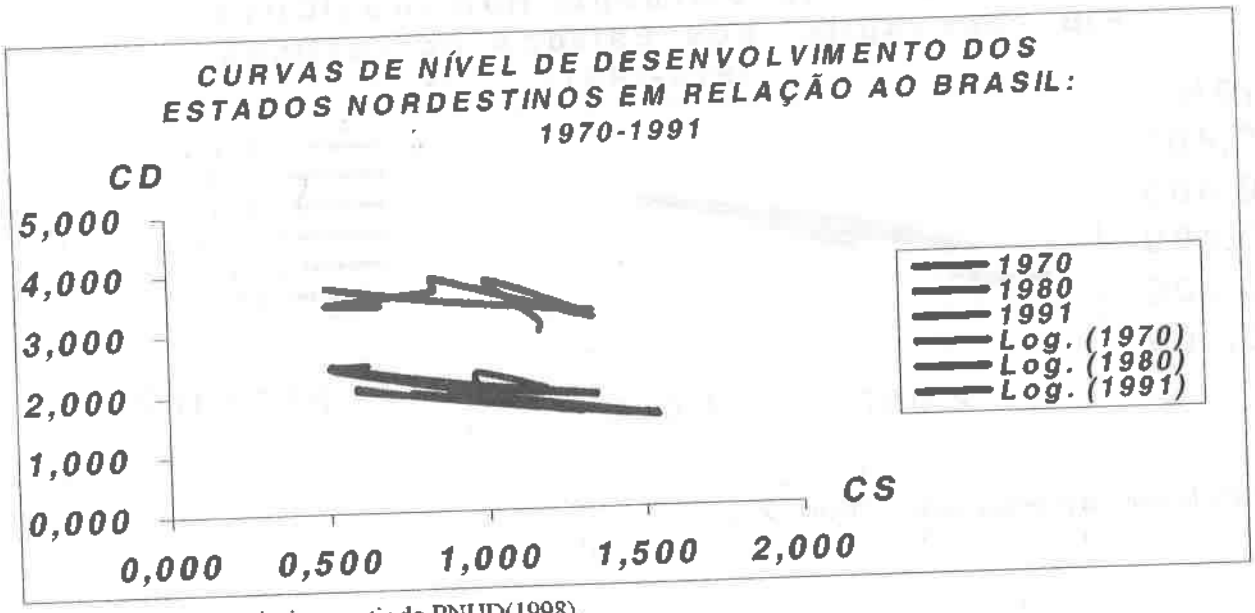
FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998).



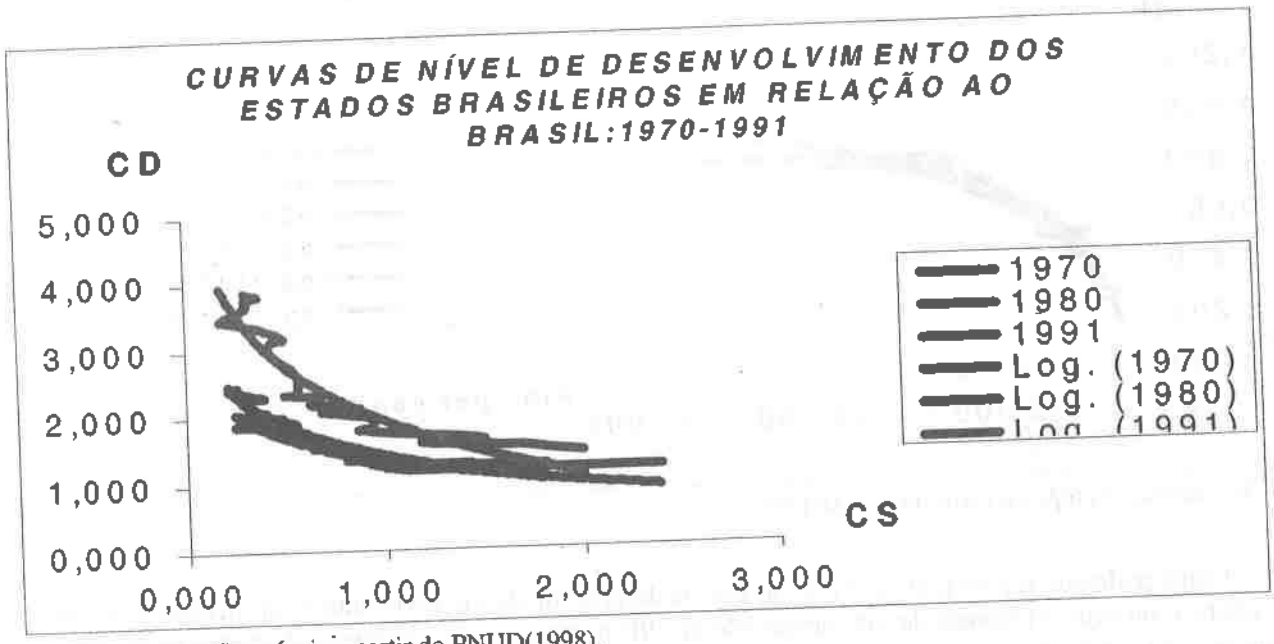
FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998).

Como podemos ver no gráfico 3 e 4 , as curvas do nível de desenvolvimento estão ficando cada vez mais elástica, ou seja, a resposta de um incremento do PIB na consecução do desenvolvimento se dá numa proporção cada vez menor.

GRÁFICO 3 e 4



FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998).



FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998).

A partir da evidência de que a curva do nível de desenvolvimento está ficando menos inclinada e a dispersão dos Estados está ficando cada vez menor, pode-se inferir à primeira vista que os IDH's dos Estados estão convergindo em relação ao Brasil, além disso podemos visualizar que a taxa de troca está ficando cada vez mais próxima de um em termos absolutos, validando a hipótese de que a homogeneidade produtiva ocasiona a homogeneidade social.

TABELA 9 – O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA EM RELAÇÃO AO BRASIL A PARTIR DA TAXA DE TROCA (- β / α) NO PERÍODO DE 1970-1991

	Taxa de Troca (- β / α)		
	1970	1980	1991
NE	7,52	4,42	3,49
MA	11,41	7,60	6,31
PI	15,29	9,20	6,28
CE	9,35	5,37	4,01
RN	9,46	4,46	2,52
PB	9,56	6,64	4,79
PE	**5,51**	3,61	2,86
AL	7,92	4,76	4,14
SE	6,25	4,39	**2,05**
BA	**6,09**	**3,12**	2,85

FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998)

Como podemos ver na TAB.9 todos os estados estão tendo o seu indicador tendendo a unidade, apesar de que a maioria dos Estados nordestinos tem taxas de troca relativamente elevadas, indicando que a região ainda está aquém da média nacional. Antes de analisar a TAB.9, é importante lembrar de que, quando o IDH é relativamente menor, temos que a taxa de troca é mais elevada (em termos absolutos), pois a sensibilidade do desenvolvimento a uma variação no PIB será maior, e consequentemente, o custo de se promover o desenvolvimento nessas áreas está relativamente menor. Quando o IDH do Estado é relativamente mais elevado, temos que a taxa de troca é menor em termos absolutos e, consequentemente, o custo de se promover o desenvolvimento nessas áreas está relativamente mais elevado.

Se observarmos bem esses valores e relacioná-los com o IDH, veremos que a taxa de troca dos Estados mais desenvolvidos é sempre menor, já que torna-se relativamente mais caro incrementar uma unidade adicional de desenvolvimento nessas áreas. A TAB. 9 nos mostra que o Estado da Bahia era o mais desenvolvido nos anos de 1970 e 1980, por isso a taxa de troca era a menor (em termos absolutos), enquanto o Estado do Piauí foi o menos desenvolvido no período considerado, por isso teve sempre a maior taxa de troca.

Vale a pena observar que o Estado de Pernambuco obteve a menor taxa de troca no ano de 1970, este fato se deve ao PIB "per capita", que foi o maior da região, fazendo a sensibilidade do desenvolvimento cair e a sensibilidade da renda aumentar em termos absolutos.

UMA INTERPRETAÇÃO SUGESTIVA PARA O MODELO DE CONVERGÊNCIA / DIVERGÊNCIA (DPn)

Torna-se importante fazermos novas considerações sobre o modelo, tendo em vista a dificuldade de nos libertarmos das velhas ideologias e formas habituais de pensamento e expressão das correntes dominantes.

Sendo assim, estamos propondo uma maneira de validar o modelo que mostra ordinalmente quais os Estados que mais degradam o meio ambiente em busca de um incremento no nível de desenvolvimento. Esta idéia baseia-se no cálculo de limites de várias variáveis, onde partimos do pressuposto de que a homogeneidade produtiva acasionará uma homogeneidade social. Desta feita, afirmaremos que a economia tende à homogeneidade, fazendo com que tanto o coeficiente de desenvolvimento quanto o coeficiente de sustentabilidade serão iguais a um (1). Efetuando-se o cálculo do limite quando o CD e CS tendem a 1, temos que

$$DPn = \alpha (CD) + \beta (CS)$$

Admitindo-se a hipótese da convergência (DPn = 0), obtemos

$$\lim_{\substack{CD \to 1 \\ CS \to 1}} DPi = \alpha + \beta = 0$$

Portanto, quando estiver ocorrendo a homogeneidade, ou seja, quando CD e CS forem iguais a um, a soma $\alpha + \beta$ provavelmente nos mostrará essa tendência, tornando-se cada vez mais próxima de zero. Vejamos uma aplicação dessa nova interpretação sugerida para os Estados nordestinos em relação Brasil.

TABELA 10 – O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA/DIVERGÊNCIA A PARTIR DO CÁLCULO DO LIMITE DO INDICADOR DPi NO PERÍODO DE 1970-1991

	$\alpha + \beta$		
	1970	1980	1991
NE	-0,60	-0,76	-0,73
MA	-0,64	-0,92	-0,91
PI	-0,65	-0,94	-0,91
CE	-0,64	-0,81	-0,78
RN	-0,65	-0,75	-0,58
PB	-0,65	-0,87	-0,85
PE	-0,55	-0,69	-0,64
AL	-0,63	-0,81	-0,81
SE	-0,56	-0,75	-0,47
BA	**-0,54**	**-0,63**	-0,64

FONTE: Elaboração própria a partir do PNUD(1998)

Como podemos observar na TAB. 10, os Estados que obtiveram somatório mais próximo de zero em cada período, foram aqueles que lograram os melhores níveis de IDH no correspondente ano, como aconteceu com o Estado da Bahia em 1970 e 1980. Já em 1991, o Estado que logrou o melhor IDH foi o de Sergipe, por isso a soma das sensibilidades foi a menor. Analogamente, deve ser feita a mesma análise com os Estados que obtiveram os piores IDH's no período de 1970-1991.

Ante ao exposto, percebemos que as desigualdades intra e inter-regionais se reduziram gradativamente ao longo do período em estudo, na medida em que a redução de tais desequilíbrios foi sendo verificado, subtende-se que está se promovendo o desenvolvimento sustentável, já que os diferenciais relativos dos IDH's e dos PIB's se reduziram. É importante frizar que na década de 70, as desigualdades inter-regionais se ampliaram, como postula a teoria das desigualdades regionais em períodos de auge, já na década de 80, as desigualdades inter-regionais se reduziram, devido a recessão da economia, que afeta intensamente as economia estaduais mais desenvolvidas.

CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o desempenho da economia paraibana, (no contexto das economias nordestina e brasileira), buscando apreender seus desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvendo uma compreensão comparativa com os IDH's regional e nacional.

O objetivo específico foi o de aplicar um modelo de convergência/divergência capaz de mensurar o grau de convergência ou divergência dos IDH's dos três conjuntos econômicos em estudo.

A hipótese básica do trabalho é a de que o desempenho da economia estadual conduziu a um processo de convergência do IDH estadual ao nível regional e nacional no período de 1970-91.

Diante dos resultados, percebeu-se que o desempenho da economia paraibana no período de 1970-1991 foi mais estável do que a economia regional e nacional, apesar de lograr uma taxa de crescimento acumulado do PIB inferior à média nordestina. Este fato deveu-se aos efeitos da integração econômica, provenientes da intensidade desta em alguns Estados, proporcionando efeitos relativamente maiores ou menores. No caso da Paraíba, os efeitos não eram tão intensos porque o estado não era um grande receptor de investimentos.

Quanto aos rebatimentos sobre o IDH, observou-se que a taxa de crescimento desse índice na Paraíba esteve superior à taxa regional e nacional. O fraco desempenho da economia paraibana no período de 1970-91 deve-se principalmente ao IDH-R, que esteve sempre enquadrada no nível caracterizado por baixo desenvolvimento.

Aplicando-se o modelo de convergência/divergência do IDH da Paraíba em relação ao Nordeste e ao Brasil, percebeu-se que no período de 1970-1991 houve uma tendência convergente do indicador, já que os reflexos do crescimento da economia paraibana no IDH foram relativamente superiores no Estado. Com relação aos Estados nordestinos, observou-se que 3 (três) Estados, além da Paraíba, convergiram e 5 (cinco) Estados divergiram da média regional. Já em relação ao Brasil, percebeu-se que 5 (cinco) Estados, além da Paraíba, convergiram e apenas três divergiram. Portanto, a hipótese lançada no trabalho foi confirmada.

Esta tendência no período considerado, deve-se ao impacto da grande expansão econômica na década de 70 ter sido relativamente superior ao impacto da recessão ocorrida na década de 80, pois o efeito do primeiro é no sentido de ampliar o processo de divergência, enquanto o segundo tem um impacto no sentido de conduzir a um processo de convergência. É importante enfatizar que, mesmo diante de uma convergência, isso não implica a consecução do desenvolvimento sustentável na região, pois, na verdade, o que percebeu-se foi uma diminuição das desigualdades, não por via de ações e políticas planejadas, mas por meio de uma recessão que afetou relativamente menos os Estados pouco desenvolvidos, como postula a teoria dos desequilíbrios regionais.

Apesar de termos observado que no período em consideração (1970-91) cinco estados nordestinos divergiram da região, os dados confirmaram que o crescimento econômico das economias nordestinas também conduziram a um processo de convergência dos IDH's no período considerado tanto a nível regional quanto ao nível nacional.

Vale a pena salientar que, na análise desenvolvida no trabalho, do impacto do crescimento econômico estadual sobre o desenvolvimento econômico no período de 1970-1991 confirmou a hipótese do trabalho não apenas a nível estadual, pois a tendência convergente dos IDH's estaduais ao nível regional e nacional

também foi confirmada, haja vista que a convergente apresentada pelos Estados em relação ao Nordeste e ao Brasil no período de 1970-1980 superou a divergente apresentada no período de 1980-1991. Este fato deve-se principalmente ao elevado grau de integração regional com o centro dinâmico da economia.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Desenvolvimento Social. O Progresso Social do Nordeste: Um Balanço de Quase Meio Século. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 469-490, out./dez, 1997.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti, CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. Desenvolvimento Regional no Brasil. 2.ed.. Brasília: IPEA, 1978. p. 29-38.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudança da Agenda 21. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BEZERRA, Maione Rocha. Economia do Meio Ambiente e a Indústria Brasileira: Análise das Inter-relações entre as Políticas Ambientais e a Política Industrial. João Pessoa, UFPB, 2001. 100p. (Monografia, Graduação em Ciências Econômicas)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.(Série-PNPE,19).

BOSIER, Sérgio. El Desarrollo Territorial a partir de la construccion de capital sinergético. REDES, Santa Cruz do Sul, v4, n.1, p. 61-78, jan./abr. de 1999.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. Recife-PE, Ed. Cortez, 2ª edição. 1999.

_____. Política de Governo para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Introdução ao Tema e a esta Obra Coletiva. (in. CAVALCANTI (Org.): 1999).

CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque; SILVA, Guilherme Jonas Costa da. Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramento sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no período de 1970-1991. Paraíba - Relatório Anual (PIBIC-CNPq /UFPB 2000).

CLEVELAND, Cutler J; e RUTH, Mathias. Capital Humano, Capital Natural e Limites Biofísicos no processo econômico.(in CAVALCANTI (org.): 1999).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DALLABRIDA, Valdir Roque. O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. 152P.

_____. Sustentabilidade e Endogeneização como Princípios Balizadores do Desenvolvimento Regional: Análise Da Estratégia de Desenvolvimento Proposta para a Área da Bacia do Rio Uruguai. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998 b, 116p. (coleção trabalhos acadêmicos-científicos. Série dissertações de mestrado)

DUARTE, Renato. Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 20, n. 4, p. 339-378, out/dez, 1989.

_____. A seca no Nordeste: de Desastre a Calamidade Pública. (in LIMA (org.): 1999)

DUARTE, Emeide Nóbrega. Manual Técnico Para Realização de Trabalhos Monográficos. 3ª ed.. João Pessoa: Editora Universitária -UFPB, 1998. 80p.

ESTADO DA PARAÍBA. Secretaria de Planejamento. Plano de Desenvolvimento Sustentável. 1996- 2010. João Pessoa: 1997.

FERNANDES, Irene Rodrigues. Atividades Produtivas na Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999. v. 2, p. 61-100.

FERREIRA, Afonso Henrique Borges, DINIZ, Clélio Campolina. Convergência entre as Rendas per capita Estaduais no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, v.15, n. 4 (60), p. 38-55, out./dez, 1995.

F.IBGE. Censo Demográfico- Brasil. Rio de Janeiro: 1970.

_____. Censo Demográfico- Brasil. Rio de Janeiro: 1980.

_____. Censo Demográfico- Brasil. Rio de Janeiro: 1991.

_____. Censo Demográfico- Dados gerais dos estados do Nordeste. Rio de Janeiro: 1970.

_____. Censo Demográfico- Dados gerais dos estados do Nordeste. Rio de Janeiro: 1980.

_____. Censo Demográfico- Dados gerais dos estados do Nordeste. Rio de Janeiro: 1991.

_____. Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1955 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: F.IBGE, 1990.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 1992. Rio de Janeiro, FGV e Banco Mundial, 1992.

FURTADO, Celso. Capitalismo Global. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 1999. p.64-81.

JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas e controvérsias. In Sayad (1979).

LEITE, Pedro Sisnando. Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais. Fortaleza: Imp. Universitária, 1983.184p. ilust.

LIMA, Ricardo. Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação do Mercado de trabalho. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, abr. 1980, p. 217- 245.

LIMA, João Policarpo Rodrigues (org.). Economia e Região, Nordeste e Economia Regional: Ensaios. Recife; Editora Universitária da UFPE, 1999. 304p.

MELO, Ademir Alves de. Indicadores Econômicos - sociais. Paraíba. 1970-1997. João Pessoa: SEPLAN/PB, 1998.50p.

MULLER, Charles C. Avaliação das duas correntes da economia ambiental: a escola neoclássica e a economia da sobrevivência. Revista de Economia Política, v. 18, n. 2 (70), p. 66-89, abr./ jan. 1998.

NETO, Leonardo Guimarães (Org.). Tecnologia, Estratégia Empresarial e Processo de Trabalho. João Pessoa: Ed. Universitária. 1999, p. 117-139.

POLARI, Rômulo Soares. A Involução da Economia Paraibana no Contexto Nordestino. Revista Econômica do Nordeste , Fortaleza, v.26, n.1, p. 59-101, Jan./mar. 1995.

_____. Saudação Acadêmica Proferida na Assembléia Universitária, a entrega do Título de Doutor Honoris Causa do Economista Celso Furtado. João Pessoa: Ed. União, 1996. p.9-11.

PNUD. Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros. Brasília: PNUD/ IPEA/ Fundação João Pinheiro, 1998.140p.

ROMÃO, Maurício Costa. Uma proposta de extensão do "Índice de Desenvolvimento Humano" das Nações Unidas. Revista de Economia Política, v. 13, n. 4, p. 97 – 111, out./ dez. 1993.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip; Leonardi, MARIA Lucia Azevedo. Economia do Meio Ambiente: Teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas, SP : IE.UNICAMP, 1999.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. 7. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável. Itajaí – Santa Catarina : Editora Univali, 2000. p.15-65.

SAYAD, João. Resenhas de Economia Brasileira. Série ANPEC de Leituras econômicas. São Paulo: Saraiva, 1979.

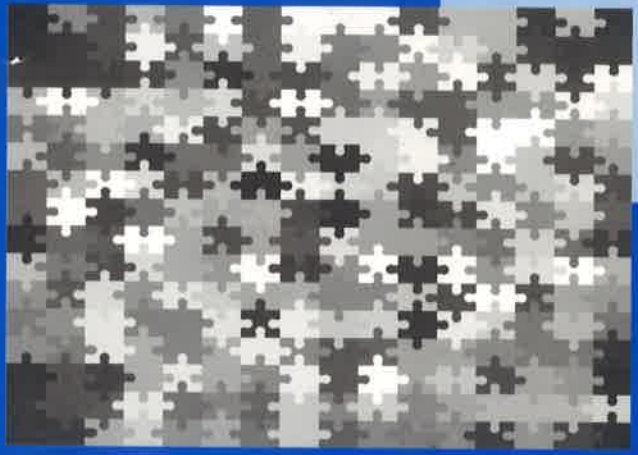
SILVA FILHO, Guerino Edésio da. A Interpretação para o Atraso Relativo do Nordeste a partir da Teoria do Desenvolvimento Econômico Periférico da CEPAL. Revista Econômica do Nordeste , Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 433-450, out./ dez. 1997.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. 3 ed. rev. amp. São Paulo: Atlas. 1997. p.15-44.

SUDENE. Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste. Recife-PE, SUDENE, 1984. 320p.

VARGAS, Alessandra Müller. Diferenciais de Crescimento Econômico e de Desenvolvimento Social no Nordeste na Década de 1980. João Pessoa: UFPB, 1995. 40p. (*monografia, graduação em Ciências Econômicas*)

série extensão



PRÊMIO ELO CIDADÃO 1999

EDITORA UFPR

21

PRÊMIO ELO CIDADÃO 1999

Editora Universitária
João Pessoa
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

JÁDER NUNES DE OLIVEIRA
Reitor
MARCOS ANTÔNIO GONÇALVES BRASILEIRO
Vice- Reitor

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

ROSSANA MARIA SOUTO MAIOR SERRANO
Pró-Reitora
LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA
Pró-Reitora Adjunto e Coordenadora de Cursos e Programas de Extensão
FERNANDO ABATH CANANÉIA
Coordenador de Extensão Cultural
MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE
Coordenadora de Programas de Ação Comunitária
KLEBER SALGADO BANDEIRA
Coordenador de Assistência e Promoção Estudantil

ORGANIZAÇÃO
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Iraci Araújo Ferreira

REVISÃO
Ivaldo de Medeiros Nóbrega

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
João Batista Veras

FICHA CATALOGRÁFICA

P925 Prêmio Elo cidadão 1999/organização Lucia de Fátima guerra Ferreira, Iraci Araújo Ferreira. -- João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.
196p. (Série Extensão; v. 21)

1. Universidade Federal da Paraíba – Trabalhos de extensão. 2. Universidade Federal da Paraíba – Pesquisa I. Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra. II. Ferreira, Iraci Araújo

UFPB/BC

CDU: 378.4

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

AÇÃO COMUNITÁRIA
Ação Comunitária Interdisciplinar 13
Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária 25
Assessoria Sócio-Econômica a Projetos de Assentamento 33

ASSISTÊNCIA JURÍDICA
Núcleo de Atendimento às Curadorias da Capital 45
Rotinas Trabalhistas e Assessoria às Organizações Sociais de Sousa 55

CULTURA
Capacitação de Animadores Culturais na Organização de Eventos Folclóricos 63
Meninos na Música 77
Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi 81

EDUCAÇÃO
Educação de Jovens e Adultos na Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba 95
Educação Indígena: Uma Nova Lição 105
Apoio Instrumental a Professores(as) de Química dos Ensinos Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino de Cajazeiras – Paiquímica 113
Conhecendo a Paraíba: O Atendimento a Alunos e Professores do Ensino Fundamental e Médio 127
Programa de Apoio às Escolas Normais Municipais 137

SAÚDE

Programa de Saúde do Trabalhador do HULW-UFPB: Desencadeando Processos 147
Programa de Prevenção e Controle da Osteoporose 153
Educação Popular Gerontológica em Saúde para os Idosos do Estado da Paraíba 163

SETOR PRODUTIVO

Comuninet - Comunicação Social na Internet: Webdifusão de um Serviço de Áudio e Vídeo para a UFPB 175
Difusão de Abelhas sem Ferrão, Jandaíra (Melipona Subnitida), no Semi-Árido Nordestino 185
Uso de Cactáceas Nativas: Uma Alternativa de Produção Sustentável para o Semi-Árido Brasileiro 189

ASSESSORIA SÓCIO-ECONÔMICA A PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Acídio Pereira Furtado (colaborador de abril/99 a dezembro/99)
Aurisônia Lisboa (bolsista de abril/98 a agosto/99)
Gláucio do Nascimento Morais (bolsista de agosto/99 a dezembro/99)
Guilherme Jonas Costa da Silva (bolsista de abril /98 a agosto/99)
Juliana Pacheco Barbosa (bolsista de abril/ 98 a agosto/99)
Odésio Rodrigues da Silva (bolsista de agosto/99 a dezembro/99)
Genysson Marques Evangelista (Professor membro da equipe)
Ivan Targino (Coordenador do Projeto)

RESUMO:
O trabalho de extensão teve como objetivo prestar assessoria na elaboração de projetos bem como na organização social dos assentamentos de Barra de Gramame, Gurugi II, Itabatinga e Engenho Santana, nos anos de 1998 e 1999. Em 1998, a equipe atuou na elaboração de projetos de custeio (nos 4 assentamentos) e de investimento (Itabatinga). Em 1999, em virtude de dificuldades operacionais, o projeto ficou restrito aos dois primeiros assentamentos, sendo elaborados 3 projetos relacionados à implantação de um minhocário, um posto de comercialização e a proposta de capacitação técnica para jovens. Foram realizadas ainda reuniões periódicas com as diretorias dos assentamentos para acompanhamento e orientação da gestão financeira; acompanhamento de um grupo de mães em cada assentamento; implantação de um "clube de leitura" enquanto atividade de mobilização e organização das crianças e dos jovens, congregando, em média, 40 participantes em cada P.A.; organização de eventos festivos; conclusão da "Caderneta do Produtor" e aplicação do formulário do SIPRA (Sistema de Informação para a Reforma Agrária) cujos dados serviram de base para elaboração de trabalhos apresentados na 51ª Reunião Anual da SBPC. Ao longo da implementação do projeto de extensão puderam ser observados alguns avanços no pro-

cesso organizativo, em particular, no tocante à gestão financeira e à organização das crianças e dos jovens.

I - INTRODUÇÃO

Desde 1995, o CRUB vem mantendo contatos com o INCRA objetivando delinear um campo de atuação das Universidades no Programa de Reforma Agrária do Governo Federal. Os contatos iniciais evoluíram para a realização de dois seminários em 1996. Desses seminários resultaram a criação de um GT de Reforma Agrária nas Universidades e a assinatura de um convênio de cooperação técnica entre aquelas duas Instituições. Durante o ano de 1997, o INCRA lançou o Projeto Lumiar, objetivando a prestação de assistência técnica permanente e sistemática a Projetos de Assentamento. Nessa iniciativa, a participação das Universidades se deu através da disponibilização de professores para integrarem as equipes de supervisão, consoante cláusula de cooperação técnico-científica estabelecida no supracitado convênio.

No caso específico da Paraíba, durante os anos de 1997 e 1998, quatro professores da UFPB*, inclusive o coordenador desse projeto, compuseram a equipe de supervisão estadual. Cada supervisor era responsável pelo acompanhamento de uma equipe técnica, formada por dois técnicos de nível superior (um da área agronômica e outro da área social) e dois técnicos em agronomia de nível médio. A equipe técnica atendia a aproximadamente 300 famílias de trabalhadores assentados. Em 1998, foram contratadas mais 7 equipes, dobrando o número das equipes técnicas que passaram a prestar assistência a 56 Projetos de Assentamento no Estado, atendendo a aproximadamente 4.200 famílias.

* Os professores da UFPB que integraram inicialmente a equipe de supervisão eram Genaro Ieno Neto, Fernando Garcia, Robério Ferreira dos Santos e Ivan Targino Moreira. O Prof. Genysson Marques Evangelista participou da equipe desde 1998 na qualidade de colaborador e a partir de 1999, na qualidade de integrante efetivo.

O trabalho realizado pela equipe de supervisão consistia nas seguintes tarefas: organização e coordenação de cursos e encontros das equipes técnicas, acompanhamento e orientação dos diagnósticos e dos planos de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento integrantes do Lumiar, bem como dos planos de trabalho, acompanhamento da programação, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos técnicos. Além dessas atividades de extensão, os professores supervisores desenvolveram um trabalho de pesquisa sobre os impactos do Projeto Lumiar na organização e no desenvolvimento das áreas de assentamento objeto de sua atuação, referente ao primeiro ano de atividade.

Entre as necessidades maiores que foram detectadas ao longo da implementação do Projeto Lumiar destacavam-se aquelas referentes à assessoria na elaboração de projetos de custeio e de investimento, e nos aspectos sociais com destaque para a organização e gerenciamento dos assentamentos. O presente projeto foi pensado como uma resposta àquelas necessidades. Além de responder a essa demanda concreta das áreas de assentamento, o trabalho justificava-se também pela contribuição para a integração entre a teoria e a prática no processo de ensino/aprendizagem. Isto é, os alunos participantes do projeto teriam oportunidade de aplicar os ensinamentos recebidos em disciplinas como Elaboração de Projeto, Economia Agrícola, Desenvolvimento Econômico, Pesquisa Econômica Aplicada e Economia Paraibana. Por outro lado, os levantamentos que fossem sendo feitos para elaborar os projetos alimentariam um banco de dados sobre a pequena produção agrícola bem como forneceriam elementos para a elaboração de um banco de casos, que serviria de subsídio para o ensino, em particular, das disciplinas Economia Agrícola e Elaboração de Projetos.

Desse modo, pode-se afirmar que o trabalho teve como objetivo geral prestar assessoria a Assentamento Rurais nas áreas de elaboração de projetos sócio-econômicos e de organização gerencial e social. Além do objetivo acima, eram objetivos específicos:

a) permitir um intercâmbio entre a academia e os problemas enfrentados pelo processo de reforma agrária em curso no país;
b) possibilitar aos alunos bolsistas e voluntários uma oportunidade de treinamento técnico, seja na elaboração de projetos, seja no acompanhamento organizacional de associações comunitárias;
c) viabilizar o armazenamento de informações, através da criação de um banco de casos sobre a organização social e econômica das áreas de assentamento.

A ação extensionista foi desenvolvida nos assentamentos de Barra de Gramame (77 famílias) e Gurugi II (74 famílias), ambos localizados no município do Conde. Durante o ano de 1998, foram também atendidos os assentamentos de Itabatinga (107 famílias), no município de Pedras de Fogo, e Engenho Santana (55 famílias), no município de Cruz do Espírito Santo, desenvolvendo atividades orientadas tanto para os adultos quanto para as crianças e os jovens.

II - METODOLOGIA

A literatura tem apontado a falta de assistência técnica como um dos pontos de estrangulamento para a pequena produção agrícola e, em particular, para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento (LAMARCHE:1993; CAMARGO: 1995; MARCONI: 1997). Ao destacar-se a problemática da assistência técnica, não se está restringindo-a apenas a aspectos agronômicos, mas estendendo o conceito de modo a englobar também normas e procedimentos organizacionais relacionados seja com o processo de gerenciamento dos assentamentos e dos lotes familiares, assim como aspectos relacionados à produção e à sua comercialização.

No entanto, para que a assistência técnica possa efetivamente desempenhar a função que dela se espera, ela não pode ser exercida de fora para dentro ou de cima para baixo. Isto é, a contribuição dos técnicos tem que ser o resultado de uma proposta de construção participativa. A identificação dos problemas e as propostas de superação devem se

circunscrever numa dinâmica de troca permanente de saberes e de visões.

O saber técnico deve dialogar com o saber popular, resultado de um longo processo de elaboração. Para que o diálogo ocorra de forma construtiva, os agentes desses saberes têm de se conscientizar de que são diferentes sim, mas que a diferenciação não implica necessariamente em superioridade. É bom lembrar que a verdadeira posição dialógica não se restringe apenas a escutar o diferente. O escutar deve implicar em um processo de interiorização do escutado e de questionamento/redefinição das visões e do entendimento daquele que escuta. Em uma palavra, em um processo de construção participativa o escutar tem que ser uma posição ativa.

Dentro dessa visão, mesmo aquelas ações, tradicionalmente consideradas como estritamente técnicas, a exemplo da elaboração de um projeto de investimento ou de custeio, não poderão resultar de atividades desenvolvidas em gabinetes. A discussão permanente com as comunidades a respeito das necessidades e dos encaminhamentos é o procedimento que deve nortear toda intervenção técnica.

É bom que fique explícito que não se está propondo uma acomodação ou subordinação dos técnicos aos interesses ou aos costumes das comunidades. Propõe-se uma postura de construção coletiva dos rumos a serem palmilhados pelos assentados.

Portanto, o princípio norteador de todas as ações desenvolvidas pelo projeto foi o da participação, tanto na elaboração dos projetos econômicos quanto nas atividades de caráter gerencial e social. Essa participação foi construída em dois níveis: participação da comunidade e participação interna na equipe. Para tanto foram adotados os seguintes procedimentos:

* visita aos assentamentos para conhecimento da realidade e levantamento de dados e informações;
* participação em reuniões da associação de assentados para acompanhar as discussões sobre as decisões de investimento e de custeio;
* participação em reuniões da diretoria para discussão dos problemas dos assentamentos;

* ministração de curso sobre organização e gerenciamento com base numa dinâmica participativa;
* aplicação de dinâmicas de grupo para implantação do clube do livro;
* leituras e discussão sobre a questão agrária no interior da equipe, sob responsabilidade dos diferentes membros;
* intercâmbio com outros projetos de extensão;
* reuniões semanais com a equipe do projeto para avaliação e programação das atividades.

III - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, vale ressaltar que o desenvolvimento do projeto de extensão não ocorreu sem atropelos. Entre as dificuldades enfrentadas para a sua execução, duas ordens de problemas podem ser ressaltadas:

a) Em primeiro lugar, dificuldades de ordem externa, decorrentes das mudanças nos mecanismos de financiamento da política de reforma agrária por parte do Governo Federal:

* ainda no início de 1999, em decorrência do programa de ajuste macroeconômico implementado pelo governo federal, houve uma forte redução dos recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), de modo que muitos projetos que tinham sido aprovados em 1998 (por exemplo, o projeto de investimento de Itabatinga) não tiveram os recursos liberados, desestimulando os trabalhadores a apresentarem novas propostas de financiamento ao Banco do Nordeste;
* a extinção do PROCERA pelo Governo Federal implicou, num primeiro momento, no fim do crédito subsidiado para os assentados (abate de 50% do valor do empréstimo caso o pagamento fosse feito nas datas previstas), reduzindo o interesse dos assentados em encaminhar propostas de empréstimo para custeio e para investimento; os assentados passaram a ter acesso aos recursos do PRONAF (Progra-

ma Nacional de Agricultura Familiar), concorrendo em pé de igualdade com os demais pequenos proprietários do país;
* o progressivo nível de endividamento dos assentados quando não foi um fator impeditivo, segundo as normas do PRONAF, para possibilitar novos empréstimos, inibiu a iniciativa dos assentados em relação à elaboração de novos projetos quer de custeio quer de investimento.

Essas mudanças limitaram bastante a atuação da equipe em relação à elaboração de projetos de custeio e de investimento, tal como inicialmente previsto. Donde a necessidade de redirecionar a ação, no sentido de elaborar alguns projetos mais focalizados em alguns aspectos da vida do assentamento, tais como educação de jovens, posto de comercialização e minhocário.

b) Em segundo lugar, ocorreram dificuldades de ordem interna que limitaram a ação da equipe, podendo-se destacar:
* falta de recursos financeiros foi fator fortemente limitante para a execução do planejado, pois todo custo do projeto foi bancado integralmente pela equipe;
* concessão de apenas duas bolsas dificultou a amplitude inicialmente prevista para o projeto; com efeito, este fato associado ao anteriormente citado obrigou a um redimensionamento espacial, restringindo a intervenção, no ano de 1999, a apenas dois assentamentos (Barra de Gramame e Gurugi II);
* mudança na composição da equipe dos alunos na metade do segundo ano de execução do projeto que dificultou o andamento dos trabalhos.

Não obstante as dificuldades acima apontadas, durante os anos de 1998 e 1999, foi possível realizar uma série de atividades que, certamente, contribuíram para o processo de consolidação da pequena produção nas áreas trabalhadas. Dentre essas ações podem ser enumeradas:
- realização de um curso de treinamento para os bolsistas sobre as normas do PROCERA para elaboração de projetos de custeio e de investimento;

- elaboração da agenda do pequeno produtor rural, enquanto mecanismo de auxiliar o pequeno produtor a acumular informações de custo e de receita referentes à sua produção;
- elaboração e implantação de ficha de cadastro e de carteira de associado como forma da diretoria ter sob controle as contribuições dos associados;
- participação na elaboração do projeto de investimento de Itabatinga, objetivando a instalação de um sistema de irrigação atrelado à difusão da fruticultura e da horticultura no assentamento;
- participação na elaboração dos projetos de custeio relativo ao ano de 1998, auxiliando a equipe técnica do LUMIAR, para os quatro assentamentos inicialmente atendidos;
- elaboração do projeto para implantação de um minhocário no assentamento de Barra de Gramame, esperando com isso iniciar a difusão de práticas de agricultura " orgânica";
- elaboração de uma cartilha sobre o minhocário a fim de divulgar a prática da agricultura natural entre os agricultores;
- elaboração do projeto do núcleo de comercialização da produção do assentamento de Barra de Gramame, tendo em vista utilizar a estrada que liga João Pessoa às praias do litoral sul enquanto canal de comercialização;
- elaboração do projeto de capacitação de jovens em técnicas agrícolas, visando desenvolver o gosto pela agricultura entre essa clientela;
- acompanhamento das contas relativas dos bens do assentamento de Gurugi II;
- ministração de curso sobre gerenciamento de associações para os assentados de Gurugi II; o curso objetivou dar uma sacudidela na comunidade daquele assentamento para tentar ajudar a comunidade a refletir e a discutir os graves problemas de ordem interna ali existentes;
- implantação do clube do livro, envolvendo: estímulo à leitura; empréstimos de livros e atividades lúdicas; realização de atividades sociais; essas atividades dirigiram-se basicamente às crianças e aos

adolescentes de Barra de Gramame e de Gurugi II, atendendo cerca de 40 crianças em cada um daqueles assentamentos;
- início do banco de dados com o registro das ações desenvolvidas;
- aplicação do formulário do SIPRA (Sistema de Informação para a Reforma Agrária), nos dois assentamentos;
- elaboração e apresentação de dois trabalhos na 51ª reunião anual da SBPC (BARBOSA:1999; COSTA: 1999), a partir dos dados coletados para o SIPRA;
- realização de dois relatórios de pesquisa: a) Condições de vida e de trabalho em áreas de Assentamento e; b) Impactos da ação do Projeto LUMIAR no Estado da Paraíba.

IV - CONCLUSÃO

A realização do projeto de extensão de alguma forma contribuiu para o atendimento da demanda das comunidades no tocante à elaboração de projetos, bem como serviu de ajuda no processo de organização dos assentados. Na oportunidade convém destacar que esse é ponto fundamental para a consolidação da pequena produção reformada. Os contatos mantidos com as comunidades durante todo o período de execução do projeto forneceram elementos suficientes para identificar o processo organizativo dos assentamentos como um dos principais problemas que exigem encaminhamentos urgentes (MOREIRA: 2000).

O contato com a realidade permitiu aos membros da equipe aprofundar a sua compreensão sobre a realidade agrária do país e, particularmente, da Paraíba. Isto sem falar na contribuição que o projeto trouxe para a formação acadêmica dos integrantes da equipe no tocante à elaboração de projetos econômicos. Para além da contribuição para a formação acadêmica, integrando as atividades de pesquisa, ensino e extensão, deve ser sublinhada a importância da ação extensionista realizada para a formação política dos participantes, vale dizer, para a formação da cidadania.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J., LISBOA, A. Vida e trabalho em áreas de assentamento rural. In *Resumos da 51ª Reunião da SBPC*. Porto Alegre: CD-ROM, julho de 1999.

CAMARGO, R. *Da luta pela terra à sobrevivência na terra*. João Pessoa: Curso de Mestrado em Sociologia, Dissertação de Mestrado, 1995.

COSTA, G.J., MORAIS, G., TARGINO, I. Impactos da política agrária no estado da Paraíba. In: *Resumos da 51ª Reunião da SBPC*. Porto Alegre: CD-ROM, julho de 1999.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARCONI, T. *Acampamento natalino*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997

MOREIRA, E. TARGINO, I., e IENO NETO, G. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. In: NERA, *Série Estudos*, Nº 3, Presidente Prudente: UNESP, 2000.

TARGINO, I. (Coord). *Impactos da ação do Projeto Lumiar no Estado da Paraíba*. João Pessoa: CME/UFPB, 1999.

Infra-estrutura a reboque

GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA
WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO

Economistas, alunos do Programa de Pós-graduação em Economia da UFMG

A situação da infra-estrutura da economia brasileira é notoriamente delicada, resultado da incapacidade histórica do governo em financiar seus investimentos. Estudos recentes mostram evidências contundentes de que a escassez desses gastos nas últimas décadas comprometeu o potencial de crescimento do país e gerou diversos pontos de estrangulamento. A crise enfrentada pelo setor de energia elétrica em 2001, que culminou na política de racionamento de energia, evidenciou esse problema, o que intensificou o debate em torno da capacidade de produção e transmissão de energia do Brasil. A incapacidade de o país prover o volume de energia elétrica necessário para acompanhar o crescimento da demanda tem constituído um sério entrave ao crescimento da economia. Embora tenha havido avanços a partir de então, o problema ainda persiste, já que algumas projeções indicam que ainda há um risco de apagão nos próximos anos.

O setor de transportes é outro que expressa bem a situação atual da infra-estrutura da economia brasileira. Os portos brasileiros têm operado em sua capacidade máxima, causando sérios desafios ao escoamento das exportações do país. Pode-se observar isso, por exemplo, por meio de um fato que se tornou recorrente: enormes congestionamentos de caminhões carregados de soja nas vias de acesso a portos, por falta de capacidade dos mesmos em processar o elevado volume do produto. Além disso, temos que conviver com os graves problemas da malha rodoviária nacional e um potencial pouco explorado das ferrovias e hidrovias. Contudo, os gastos com infra-estrutura continuam sendo um dos pilares para reverter a semiestagnação observada recentemente na economia brasileira, mas os recursos devem ser alocados eficientemente e pensados em nível regional, com intuito de atender demandas regionais.

Para encontrar quais são, uma pesquisa desenvolvida recentemente pelos autores, mostrou evidências de que os gastos destinados ao setor de transportes são mais produtivos nas regiões menos desenvolvidas, enquanto que os gastos nos setores de energia e comunicações são produtivos nas regiões mais desenvolvidas do país, em função da maior concentração da atividade industrial. No caso específico da região Nordeste, esses gastos são estratégicos e devem ser usados pelo governo federal como política de redução das desigualdades regionais, já que há um certo consenso de que as regiões diretamente beneficiadas com serviços de infra-estrutura atraem mais indústrias, investimentos privados e trabalhadores qualificados, conseqüentemente, mais crescimento econômico.

Evidentemente, o governo federal está ciente dos graves problemas da infra-estrutura do país e seus efeitos negativos sobre o crescimento da economia brasileira. Há seis meses, o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que pretende investir, em quatro anos, R$ 503,9 bilhões, na tentativa de prover a economia do país de uma infra-estrutura econômica que viabilize uma performance macroeconômica significativamente maior do que aquela que vem sendo observada recentemente. Embora o volume de recursos seja expressivo, para o setor de transportes, por exemplo, segundo a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base, o montante está aquém do necessário para corrigir distorções existentes e sustentar um crescimento continuado da economia. Além disso, o PAC não dá importância necessária à dimensão regional, o que tende a produzir poucos resultados em termos de redução das desigualdades regional no país.

OPINIÃO

Capital e propriedade

GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA
Doutorando em economia pela UFMG

RANIDSON GLEYCK AMÂNCIO E SOUZA
Advogado com MBA pela FGV-RJ

No início da década de 1990, era quase consensual a importância do processo de abertura econômica para a economia brasileira voltar a crescer, pois se acreditava que os benefícios da livre movimentação de capitais superariam os custos, ao permitir a alocação internacional de capitais mais eficientes que fluiria dos países desenvolvidos, para os em desenvolvimento. As implicações do processo de abertura financeira para o Brasil são conhecidas, já que tornou o país dependente dos fluxos de capitais, que são voláteis e refletem as condições da liquidez internacional, gerando vulnerabilidade externa.

Os capitais de curto prazo são sensíveis às mudanças nas condições de risco e liquidez do mercado financeiro internacional e foram responsáveis por diversos momentos de instabilidade do país. Nesse contexto, a intervenção estatal é fundamental para manter um ambiente estável e seguro, a fim de melhorar o crescimento e a distribuição da renda na economia. Na ausência de alternativa viável no curto prazo, alguns economistas defendem a adoção preventiva de medidas de controle de capitais. O problema é se tal política pode ser considerada como atentatória à propriedade privada, assegurada pela vigente Carta Magna e lei extravagante (Código Civil/2002).

> Intervenção estatal é fundamental para manter um ambiente estável e seguro

A Carta Magna, em seu artigo 5º, XXIII, rege a garantia à propriedade privada, desde que esta atenda sua função social. Entende-se que a função social se manifesta, quando, por justificado interesse da coletividade, o Estado expropria o particular em prol do bem comum. Ante tais previsões legais, percebe-se que a propriedade perde seu aspecto privado e passa a ser utilizada como ferramenta de ordem econômica, para alcançar a justiça social constitucionalmente prevista.

Seria incorreto falar em caráter absoluto da propriedade, pois, mesmo havendo o direito absoluto, exclusivo e perpétuo sobre ela, prevalecem limitações sobre o proprietário, que deve ceder parte de seu direito para atender a função social, o que dá margem à adoção do controle de capitais. Portanto, o controle em nada fere os princípios da propriedade privada e vai além, apresentando-a como uma ferramenta de grande utilidade para o Estado quando visa proporcionar o bem-estar social. Em outras palavras, a análise da Carta Magna sinaliza que não há impedimento à adoção das medidas restritivas à livre movimentação dos capitais de curto prazo, quando o estado as utiliza se fundamentando na promoção do bem-estar social e manutenção da ordem econômica.

UMA PUBLICAÇÃO DA ALGAR MÍDIA

CORREIO DE UBERLÂNDIA

ROGÉRIO MONTALVÃO ELIAN
Presidente Executivo

JOSÉ INÁCIO PEREIRA
Diretor Superintendente

AR HONÓRIO TEIXEIRA
Ordenador de Conteúdo

SÔNIA BERNARDES
Coordenadora Comercial

Chefe de Reportagem
Roberta Guimarães

Editores
Adreana Oliveira, Arthur Fernandes, Carlos Guimarães Coelho, Ivan Santos, Kléber dos Santos, Luis Antonio Figueira, Margareth Castro, Roberta Mello, Selma Silva, Walace Torres

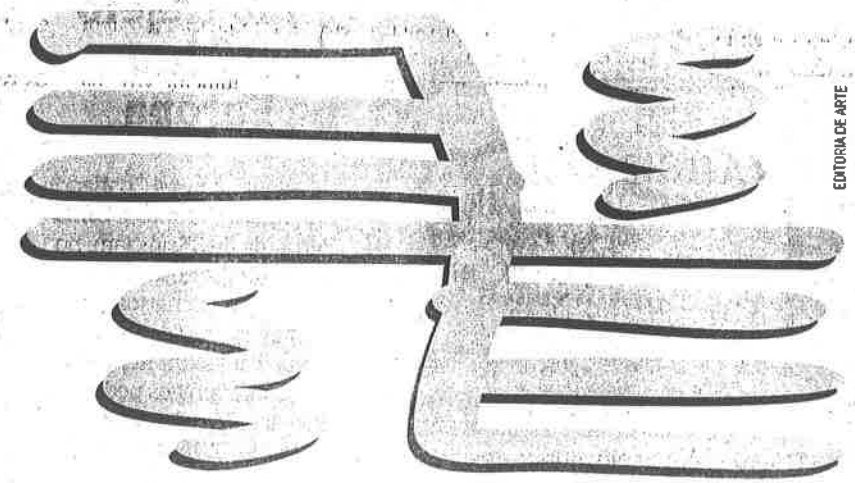
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(01234) 3218-7710

Av. José Andraus Gassani, 4.555
Industrial · Uberlândia, MG · CEP 38402-324
Telefones (01234) 3218-7881 / 3218-7886 · Fax (01234) 3218-7811
e-mail correiodeuberlandia@correiodeuberlandia.com.br
www.correiodeuberlandia.com.br

PONTO DE VISTA

Controles de capitais em 2008

GUILHERME JONAS C. DA SILVA



EDITORIA DE ARTE

A economia brasileira tem enfrentado frequentemente períodos de grande instabilidade no mercado financeiro internacional. As incertezas e a excessiva volatilidade do fluxo de capitais se devem, em boa medida, aos constantes choques ocorridos na economia mundial e à elevada vulnerabilidade externa derivada da necessidade de financiar os déficits em transações correntes e a dívida interna. Assim, medidas de controles de capitais eficazes são necessárias para atenuar a instabilidade econômica inerente ao processo de integração financeira.

Os problemas relacionados ao movimento de capital ocorrem quando há uma fuga repentina de capital, desvalorizando a moeda local. Caso o país possua condições sólidas, com dívida interna e externa em patamares sustentáveis, as consequências não são tão significativas. Mas, havendo a possibilidade de calote da dívida devido à estrutura do endividamento ser essencialmente de curto prazo, as implicações macroeconômicas podem ser intensas.

As experiências dos anos 1990 sugerem que as economias emergentes não possuem as condições necessárias para se beneficiar dos níveis atuais de inserção no mercado financeira internacional. Sendo assim, torna-se fundamental pensar em medidas eficazes de controle de capitais. Ciente disso, o governo brasileiro decretou a imposição de uma alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) na ordem de 1,5% sobre os ingressos de recursos estrangeiros no país no final de 2007, quando a crise mundial já dava seus primeiros sinais e, no ano seguinte, aumentou para 2%, com o intuito de reduzir ainda mais o fluxo de capitais.

O resultado inicial dessa política foi um aumento da arrecadação governamental decorrente do IOF em 2008, na ordem de R$ 20 bilhões, portanto, um crescimento de 258%. Em 2009, com o acréscimo de 0,5% na alíquota, essa arrecadação ultrapassou os R$ 25 bilhões. Contudo, tais medidas não tiveram repercussões significativas sobre os fluxos de capitais, haja vista que o câmbio permaneceu volátil e o saldo em transações correntes continuou deficitário.

Com efeito, a eficácia dos controles de capitais no Brasil durante a crise mundial de 2008 é questionável, já que não atenuou os problemas relacionados à instabilidade no mercado financeiro. Ademais, a taxa básica de juros estava subindo, comprometendo ainda mais a eficácia dessas medidas restritivas. Entretanto, com a crise do subprime, houve uma queda na demanda interna e externa, fazendo com que as autoridades monetárias percebessem a necessidade de reduzir imediatamente a taxa de juros para minimizar a queda no produto interno bruto e melhorar as relações de endividamento prevalecentes na economia brasileira.

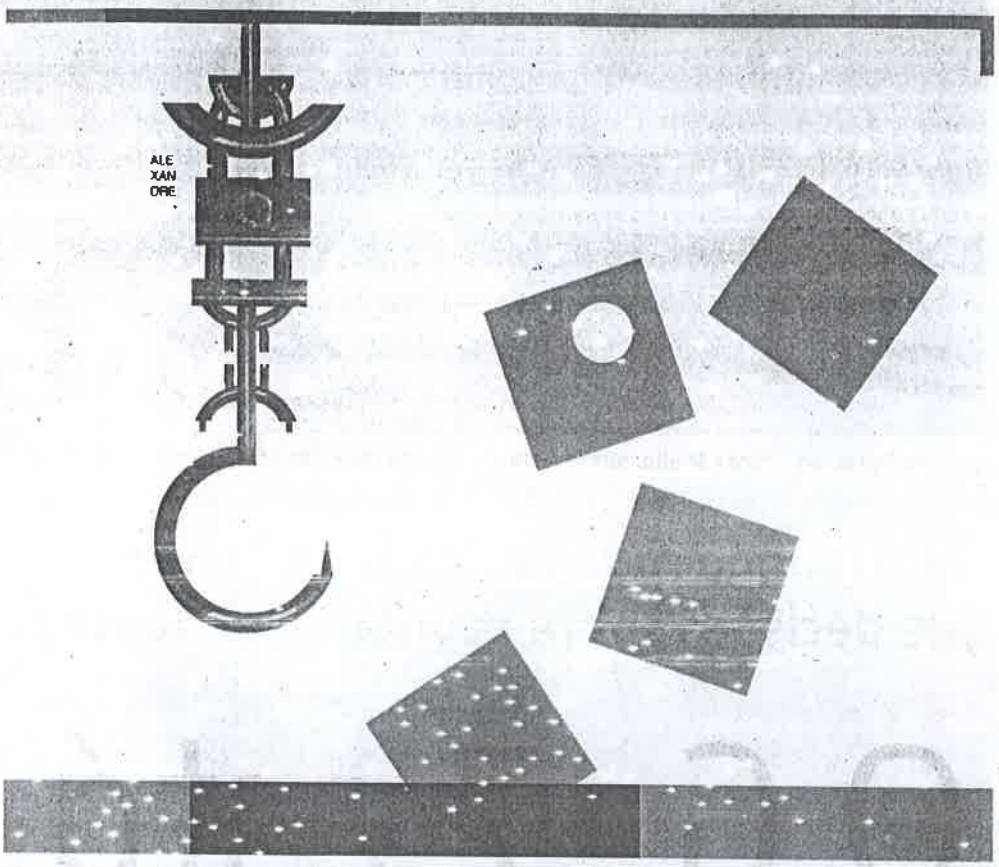
Segue, portanto, que a pouca efetividade da política de controles de capitais no Brasil durante a crise do subprime se deve fundamentalmente ao descolamento da política monetária, a baixa magnitude das alíquotas do IOF e a ausência de um planejamento adequado dessas medidas restritivas sobre determinados fluxos de capitais. Evidentemente, se tais recomendações fossem observadas, o governo seria capaz de tornar essa política mais eficaz para manter a taxa de câmbio num patamar adequado, de modo a sustentar o saldo em transações correntes equilibrado, exigindo um superávit primário menor e garantindo uma margem de manobra maior para as autoridades monetárias utilizarem a taxa básica de juros para estimular o crescimento econômico sustentável.

Professor-doutor
Uberlândia (MG)

Crise? E agora?

MARCO FLÁVIO DA CUNHA RESENDE

Professor-adjunto do Departamento de Economia da UFMG, diretor da Associação Keynesiana Brasileira



Não raro encontramos a avaliação de que a economia brasileira está preparada para enfrentar a crise econômica mundial. Porém, a natureza da inserção externa do país e tímidas políticas de melhorias do seu Sistema Nacional de Inovações (doravante SI) sugerem cautela em relação a esta assertiva. A crise é grave e está afetando o lado real da economia brasileira. A política econômica deve considerar este contexto. Para o curto prazo, sugere-se a adoção de políticas de controles de capitais para atenuar a volatilidade cambial. Para o longo prazo, políticas de desenvolvimento do SI são necessárias devido aos efeitos positivos do sistema sobre a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade do crescimento econômico. Ao afetar a competitividade da economia, o desenvolvimento do SI sinaliza a capacidade de o país gerar as divisas externas necessárias para honrar seus compromissos financeiros internacionais.

As economias emergentes são aquelas que apresentam SIs menos desenvolvidos. Em função disso, nos períodos de reversão cíclica do nível da liquidez mundial, o sistema financeiro internacional apresenta comportamento assimétrico: o racionamento de crédito é mais intenso para as economias em desenvolvimento (economias com SI incipiente), aguçando, em vez de contornar, sua tendência à escassez de divisas externas. A crise cambial e financeira, que então se instala nessas economias, muitas vezes, amplificada pela sua abertura financeira, alimenta as expectativas quanto à desvalorização de suas taxas de câmbio, intensificando a fuga dos capitais de curto prazo.

É nesse cenário que se instalou a crise financeira mundial. A reversão da liquidez internacional está intensificando o racionamento de crédito para a economia brasileira. Além disso, a turbulência leva à redução dos preços das commodities, cujas exportações ajudam a atenuar os recentes déficits em conta corrente do Brasil. Com efeito, o país poderá penetrar em zona de risco conhecida, em que fugas de capitais e ataques especulativos à moeda nacional podem ocorrer, comprometendo o crescimento da economia. Nesses termos, a política de controles de capitais no curto prazo seria estratégica para minimizar os impactos deletérios da crise mundial sobre nosso crescimento econômico. Essa política garante maior autonomia às diretrizes monetárias, reduz a vulnerabilidade externa da economia e ajuda a estabilizar as taxas de câmbio e de juros, garantindo um ambiente mais estável e seguro para a retomada dos investimentos produtivos no país. Se essa proposta for implementada, devem ser evitados erros do passado.

As economias em desenvolvimento são aquelas que apresentam sistemas de inovações menos desenvolvidos

Os controles de capitais adotados no Brasil nos anos 1990 eram endógenos, aplicados sobre a entrada de recursos estrangeiros e feitos por meio da cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os ganhos das aplicações financeiras no país. Esses controles eram principalmente baseados em preços, sob a forma de taxação direta sobre a entrada de capitais externos. O governo reagia aumentando o controle nos períodos de boom e liberalizando nos períodos de crise. Assim, os fluxos de recursos externos acabavam por determinar o nível dos controles de capitais, em vez de serem determinados pelo nível dos referidos controles – daí a endogenia desses controles.

Dada a crise financeira mundial e seus estímulos à fuga de capitais no país, propõe-se que os controles de capitais sejam implementados na saída, e devem ser exógenos, adotados preventivamente para guiar as expectativas dos agentes. As evidências demonstram que os controles exógenos são relativamente mais eficientes do que aqueles assimilados recentemente pelo Brasil. Em períodos de normalidade econômica, os controles de capitais contribuiriam para reduzir a volatilidade dos fluxos de capitais, típica em economias cujo SI é menos desenvolvido. De outro lado, nos momentos de grande instabilidade financeira, tais controles são relevantes para se evitar uma crise cambial e seus nefastos efeitos sobre o crescimento econômico e o emprego. Por fim, devem-se considerar os controles quantitativos, que se referem à proibição de toda e qualquer movimentação de capitais de cunho especulativo em um determinado período de tempo, notadamente nos períodos como o atual, de grande instabilidade macroeconômica. *(Com Guilherme Jonas Costa da Silva, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, doutorando em economia pela UFMG)*

Open in app ↗ Sign up Sign in

Medium Search

O debate acerca do papel dos BRICS na configuração da Nova Ordem Mundial

Editoria Mundorama · Follow
Published in Mundorama
6 min read · Nov 15, 2024

Share

Guilherme Jonas Costa da Silva e Richard Rodrigues de Souza Silva

Fonte: Logotipo dos países do BRICS.

Resumo: *Este artigo observa como a expansão dos BRICS em 2024 ocasionou o surgimento de narrativas que caracterizaram o grupo como uma ameaça à segurança internacional. Verifica-se a disseminação desse discurso em correlato com o aumento da percepção de insegurança no âmbito global.*

O debate recente em torno da relevância dos BRICS e a aferição da capacidade do bloco em atuar conjuntamente no cenário internacional — somado a deflagração da Guerra da Ucrânia e a expansão do grupo em 2024 — começou a aventar a possibilidade de que o seu processo de inserção internacional não mais estaria vinculado aos seus princípios fundacionais. Nesse sentido, o grupo estaria

expandindo a sua atuação no âmbito internacional em função de interesses escusos de alguns membros, tornando-se progressivamente mais enfático em seu posicionamento em relação ao Ocidente.

Do exposto, observa-se uma alteração dos preceitos utilizados para a interpretação dos BRICS, que acabaram por levar a uma crescente perspectiva de que o bloco possui capacidades militares conjuntas que, em última instância, podem ser colocadas à disposição de Moscou ou de Pequim em um conflito internacional. Neste sentido, passa-se a aventar a possibilidade de uma transformação dos BRICS em uma aliança que vai além da dimensão econômica.

Essa narrativa tem ganhado força e paulatinamente começa solapar a interpretação tradicional do papel dos BRICS, promovendo um acirramento do debate entre analistas e acadêmicos do sul e do norte global. A partir desse panorama, há uma crescente clivagem de interpretação sobre o bloco, com os países desenvolvidos vislumbrando o bloco como um potencial ator disruptor e beligerante no cenário internacional (Boyer, 2024; NATO, 2024). Em contraste, o sul global postula os BRICS como um grupo que se limita apenas à reestruturação pacífica do sistema internacional sem que haja a adoção de meios militares ou coercitivos para tal (Hurrel, 2009; Stuenkel, 2017). Esses elementos, apesar de controversos, expandem os vieses de interpretação desse grupo no espectro das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos.

Com o crescimento da importância do bloco no cenário internacional, coloca-se em xeque a neutralidade do grupo no âmbito global, como evidenciado no debate entorno do artigo de Roger Boyer — intitulado "*BRICS expansion should worry NATO*" — relativo ao posicionamento dos BRICS no tocante à segurança internacional contemporânea. De acordo com Boyer (2024), "Os BRICS, na sua nova forma [BRICS+], têm uma caraterística que deveria alarmar seriamente o Ocidente. O clube já tem potencial para criar um cartel de metais estratégicos necessários para a guerra [...]". Seguindo essa linha de raciocínio, o autor também pontua posteriormente no seu artigo alguns elementos que demonstram sua perspectiva sobre os BRICS caracterizar-se como uma aliança, inclusive militar, sob a primazia de Pequim e Moscou:

[...] O cartel dos metais raros não se limita a fixar o preço de uma revolução energética. Ele também define as perspectivas de modernização das armas. A Arábia Saudita investiu numa empresa brasileira que produz esponja de titânio, um material importante para os

submarinos russos que procuram mergulhar mais fundo, para os motores dos aviões e para a colocação de satélites no espaço. Quanto às ligas de platina, que fazem parte dos motores de aviões e foguetões e são muito utilizadas no revestimento magnético dos discos rígidos dos computadores, estão firmemente nas mãos da Rússia (12,8% da produção mundial) e da África do Sul (66,7%). Mesmo que não se chegue ao pesadelo de ficção científica de um exército conjunto russo-chinês, os países BRICS+ estão a preparar o caminho para uma superioridade militar decisiva (Boyer, 2024).

Essa visão pontuada por Roger Boyer, por mais caricata e simplista que possa ser, representa uma vertente de pensamento acerca dos BRICS que começa a ganhar uma relevância expressiva, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Essa interpretação tem ganhado espaço no debate internacional, passando a ditar a tônica de atuação de vários países ocidentais no âmbito internacional.

Nesse sentido, antes mesmo da publicação do referido artigo, torna-se marcante o pronunciamento do presidente da Finlândia, Alexander Stubb, em um evento conjunto com Jens Stoltenberg (Secretário geral da OTAN) — que seguindo a mesma linha retórica adotada por Roger Boyer — postulou a atuação internacional dos BRICS nos seguintes termos:

[…] Eu diria agora que fomos além disso é que estamos naquilo a que se poderia chamar um mundo multi-alinhado, onde temos parcerias estratégicas em todos os continentes. Algumas delas são alianças profanas como os BRICS, não há nada que mantenha esta combinação de letras unida, que tenha a ver com valores, é puro interesse e o interesse é minar o Ocidente e as instituições internacionais e a ordem atual […] (NATO, 2024).

Em suma, a partir de perspectivas convergentes em conteúdo, embora distintas na forma de expressão de diversos atores internacionais, a interpretação de que os BRICS representam ou podem se tornar uma aliança militar de escopo global se disseminou rapidamente, principalmente, por serem uma aliança geopolítica-econômica estabelecida, com capacidade de gerar um impacto profundo na ordem mundial. Por mais que essa perspectiva pareça ideológica ou infundada, devido a fragilidade estrutural e institucional dos BRICS no âmbito militar, não se pode desmerecer o debate em torno da configuração de uma nova arquitetura internacional, ou seja, de uma mudança significativa nas relações internacionais e na estrutura de poder global liderada pelo bloco.

Se o BRICS, após sua expansão em 2024, passou a possuir aproximadamente 30% do PIB global, 43% da produção internacional de petróleo e 45% da população global, isso por si só não é responsável para explicar inteiramente o aumento da percepção negativa do grupo nos países desenvolvidos (Banco Mundial, 2024; U.S Energy Information Administration, 2024). Assim, deve-se ponderar que essa alteração do entendimento internacional quanto a natureza do grupo delonga-se além da sua própria acumulação de capacidades, abarcando também a crescente sensação de insegurança dos Estados no cenário internacional (SIPRI, 2024). Com a disseminação de conflitos no âmbito global — vistos principalmente na Guerra da Ucrânia e a Guerra da Palestina — e a retomada da securitização internacional no mundo do pós Guerra Fria, cada vez mais os BRICS poderão ser caracterizados sob essa perspectiva militar pelos países desenvolvidos (SIPRI, 2024).

É notável também que essas novas interpretações sobre um "BRICS militarizado", correlacionam diretamente com o temor de que haja — no futuro — disputas concernentes ao reordenamento do poder global (transição hegemônica) que possam a vir ocorrer entre Estados Unidos e a República Popular da China. Diante desse panorama, os BRICS passam a ser observados como um ator de fundamental importância nos eventos vindouros do cenário internacional e que caso, de *facto*, tenha suas capacidades militares devidamente capitalizadas por China e Rússia poderiam representar uma ameaça a hegemonia américa em espectros anteriormente não vislumbrados ao Ocidente, como no âmbito militar.

Referências

BOYES, Roger. **Expanding Brics alliance should worry Nato.** The Times, 2024. Disponível em: https://www.thetimes.com/comment/columnists/article/expanding-brics-alliance-should-worry-nato-pvgtd7hf6. Acesso em: 12 out. 2024.

HURREL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes?. *In:* HURREL, Andrew et al. **Os BRICS e a ordem global.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 9–42.

SIPRI. **Role of nuclear weapons grows as geopolitical relations deteriorate — new SIPRI Yearbook out now.** SIPRI, 2024. Disponível em: https://www.sipri.org/media/press-release/2024/role-nuclear-weapons-grows-geopolitical-relations-deteriorate-new-sipri-yearbook-out-now. Acesso em: 14 out. 2024.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.

THE WORLD BANK. **Worldwide Governance Indicators.** The World Bank, 2024. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/worldwide-governance-indicators/interactive-data-access. Acesso em: 12 out. 2024.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Petroleum and other liquids.** EIA, 2024. Disponível em: https://www.eia.gov/international/data/world/petroleum-and-other-liquids/annual-petroleum-and-other-liquids-production?pd=5&p=000000000000000000000000000000000o&u=0&f=A&v=heatmap&a=-&i=none&vo=value&vb=170&t=C&g=none&l=249-0g000202000011000000a0000000000000000500000000002&s=1577836800000&e=1704067200000&ev=false. Acesso em: 16 out. 2024.

Sobre os Autores

Guilherme Jonas Costa da Silva: Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Pesquisador de Pós-Doutorado em Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Richard Rodrigues de Souza Silva: Graduando em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Brics | Brics Expansion | International Relations | Relacoes Internacionais | International Order

Follow

Published in Mundorama

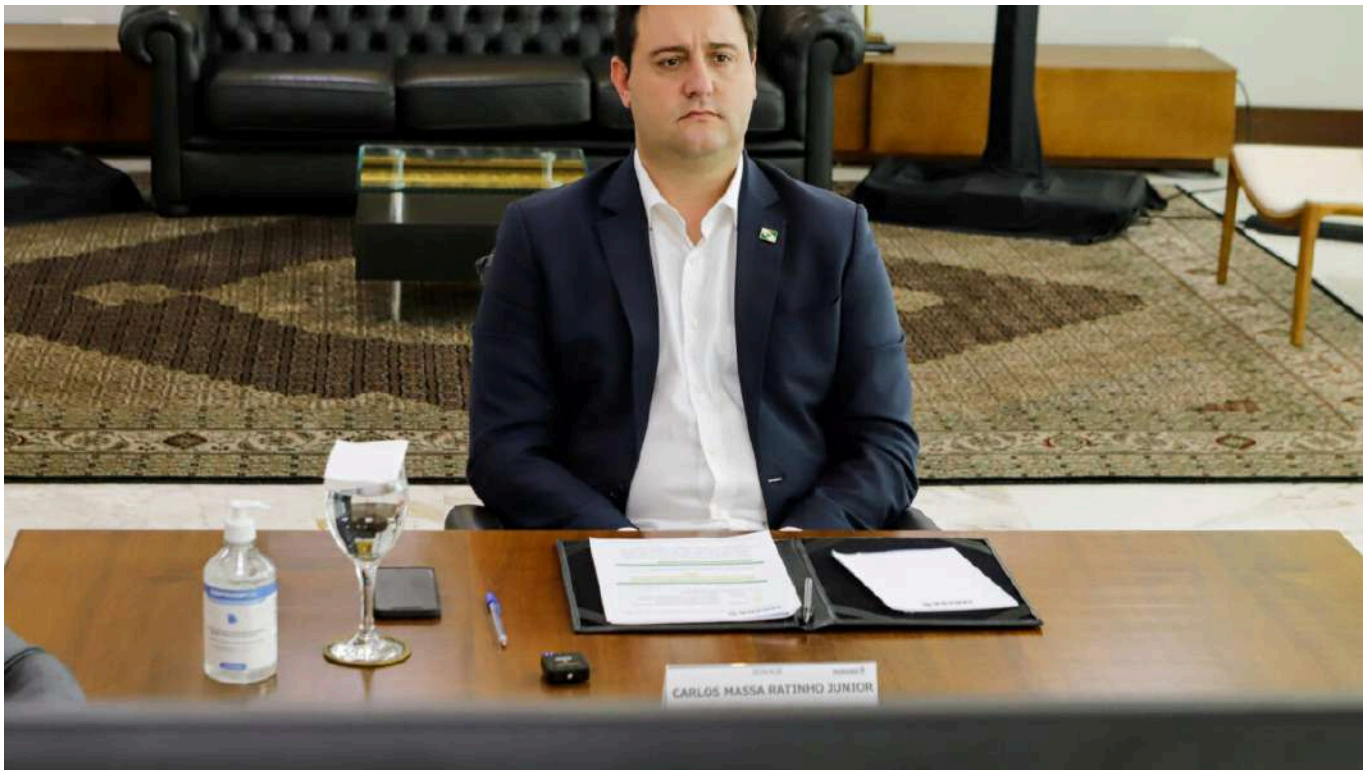
88 Followers · Last published 3 days ago

Mundorama é uma publicação do Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília

Planejamento de longo prazo é um avanço, mas gestão Ratinho podia ser mais audaciosa

Professores de Economia analisam o plano "Rota do Progesso", lançado pelo Governo do Paraná

11 de julho de 2024 / Por João Basílio Pereima / 1 Comentário / Artigos



Ratinho Jr.. Foto: Roberto Dziura/AEN

Hugo Iasco-Pereira, Professor do Departamento de Economia da UFPR
João Basílio Pereima Neto, Professor do Departamento de Economia da UFPR
Guilherme Jonas Costa da Silva, Professor do Insitituto de Economia da UFU

Recentemente, o Governo do Paraná lançou o programa "Rota do Progresso". O objetivo desta política pública é fomentar ações em diversos eixos para estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico de 80 municípios paranaenses, com investimentos previstos de R$ 2,1 bilhões, distribuídos em alguns setores. Os detalhes ainda não estão muito claros, pois o governo ainda não publicou o documento na íntegra.

Um aspecto notável do plano é o delineamento de municípios a partir de um critério técnico e objetivo – isto é, o Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM). Os municípios escolhidos são aqueles com os menores valores deste indicador de desenvolvimento econômico e social.

O Programa prevê investimentos em alguns eixos, a saber: infraestrutura produtiva e social, transferência de crédito para novas atividades industriais, educação e formação de capital humano, e, por fim, um plano de desenvolvimento econômico a ser feito para cada uma destas cidades. Com

efeito, o governo espera que o IPDM melhore como resultado destes investimentos.

Há muito que não se vê no Estado uma preocupação estratégica com o longo prazo. Portanto, o fato de se lançar um "Plano de desenvolvimento" já é uma notícia alvissareira, num país que abandonou as políticas de Estado, bem como as políticas industriais que impulsionem o ecossistema de inovação, açodado pelos problemas de curto prazo e pelas polarizações políticas. Ações como esta são fundamentais para o desenvolvimento produtivo do Paraná como um todo articulado setorial e espacialmente. Reconhecidamente, cabe aos governos a tarefa de planejar políticas para fomentar o surgimento de novas atividades produtivas e a geração de bons empregos, renda e, com isso, elevar os padrões de vida da população.

Ao estabelecer uma linha de corte, selecionando os 80 municípios mais atrasados em termos de IPDM, o plano, ao fim, parece ser mais um plano de redução de desigualdades intrarregionais (nos termos do IPDM), do que um plano mais amplo de desenvolvimento econômico, que potencialize as vocações e oportunidades de diversificação produtiva da economia paranaense. O que não lhe tira os méritos, haja vista que é de fato algo necessário no contexto atual de uma economia em transformação, com a agricultura e a indústria ganhando importância no Paraná.

Por outro lado, o programa "A Rota do Progresso" é uma aplicação de recursos que, naturalmente, se exaurirá nos próximos anos, quando as obras e incentivos previstos consumirem o montante alocado no orçamento e, na hipótese de sucesso, alcançarem seu propósito. No entanto, o programa, de alcance regional limitado, poderá ser o embrião de algo maior para o Paraná, podendo se transformar em uma "Política de Estado", como já aconteceu

entre os anos 1960 e 1990, durante o grande processo de industrialização. Neste sentido, "A Rota do Progresso" pode ser aperfeiçoada com a utilização de uma metodologia inovadora e moderna a partir da abordagem da complexidade econômica.

Um plano mais audacioso deveria ser voltado para o desenvolvimento de novos elos produtivos que são "estratégicos" e particulares para cada uma das regiões e municípios, explorando suas vocações locais, mas considerando aspectos regionais e setoriais mais amplos do que os previstos no programa "Rota do Progresso".

O termo "estratégico" aqui é utilizado em dois sentidos. Primeiro, para denotar que algumas atividades produtivas são relativamente mais importantes, e mais fáceis de serem "ativadas" no processo de diversificação produtiva e geração de novos negócios. Estes setores são mais importante porque são mais complexos e possuem maior efeito sistêmico sobre outras partes da estrutura produtiva. À medida que a estrutura produtiva se torna mais diversificada, maior é acumulação de conhecimento produtivo da economia. Este é o motor do processo de desenvolvimento econômico.

Segundo, para indicar que o "caminho do desenvolvimento" é particular à cada localidade, em específico, ao tipo de conhecimento produtivo que já existente em cada município. A diversificação produtiva, ou ganhos de complexidade econômica, se dá em direção a atividades econômicas não muito distantes das que já existem na economia local. Por exemplo, não é de se esperar que uma economia produtora de soja passe a produzir carros. Na verdade, a diversificação produtiva deve ser feita em direção a setores com alguma proximidade daqueles que produzem soja (como complexos industriais de beneficiamento da soja etc). Neste sentido, a estrutura produtiva deve ir aos poucos, passo-a-passo, incorporando novos conhecimentos produtivos. Por exemplo, a partir do surgimento de um complexo industrial de beneficiamento da soja, a economia municipal pode se diversificar em direção à setores industriais alimentícios, e depois destes para outros novos produtos que aparecerão no radar, e assim sucessivamente.

Estimular a diversificação da estrutura produtiva em direção a produtos mais complexos é desejável. A literatura moderna sobre desenvolvimento econômico revela que é esta mudança estrutural que explica o diferencial de taxas de crescimento entre economias que possuem o conhecimento necessário para produzi-los das que não possuem. Assim, identificar quais são os setores e produtos que devem ser fomentados por uma política pública voltada à diversificação produtiva é fundamental para o desenvolvimento de uma economia que opera com restrição de recursos.

Por isso, argumentamos que o sucesso da "Rota do Progresso" está associado, em partes, com a identificação dos setores com maior complexidade econômica e das atividades econômicas "mais próximas" em cada um dos 80 municípios em questão e, por outro lado, com a capacidade de reverberação destes investimentos ao longo do teritório paranaense e de ativação de novos elos da cadeia produtiva. Não obstante, entendemos que o Paraná, pelo seu histórico, pelas competências acumuladas, pela sua posição geográfica, pelas características de solo, fronteiras internacionais e conformação de centros urbanos dinâmicos e articulados, tem condições de realizar um planejamento econômico mais ambicioso, transformando a "Rota do Progresso" em um plano de desenvolvimento econômico mais amplo em termos setoriais e regionais.

Sobre o/a autor/a

Anexo 6 - Atividades Administrativas e de Gestão

- Certificados de Participação em Comissões e Colegiados
- Portaria Coordenação de Extensão
- Declaração Tutor do PET Economia
- Comprovante Comitê Editorial de Revistas

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia

PORTARIA IE-UFU Nº. 06-A/09

O Diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o que preceituam o Art. 77, inciso II, do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia e o Art. 27, inciso II, do Regimento Interno do Instituto de Economia,

CONSIDERANDO o resultado das eleições ocorridas na 3ª reunião do Conselho do Instituto de Economia, realizada no dia 13 de Maio de 2009,

RESOLVE

Art. 1º. - Designar os Professores **Soraia Aparecida Cardozo (IEUFU)**; **Aderbal de Oliveira Damasceno (IEUFU)**; **Guilherme Jonas Costa da Silva (IEUFU)**; **Ana Paula Macedo de Avellar (IEUFU)** e o discente **André Baccili (IEUFU)** para, junto com o Coordenador, exercerem a função de membros do Colegiado do Curso de Graduação Bacharelado em Ciências Econômicas.

Art. 2º. - O mandato dos professores ora designados tem duração de 02 (dois anos), com início a partir de 01 de Junho de 2009 e seu término previsto para 31 de maio de 2011.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Cumpra-se.

Uberlândia, 31 de Maio de 2009.

Clésio Lourenço Xavier

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
GABINETE DO REITOR

PORTARIA R Nº. 940, de 24 de julho de 2009.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a necessidade de designar substituto para o Coordenador do Curso em Ciências Econômicas do Instituto de Economia; e ainda

CONSIDERANDO o preceituado no Art. 75 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia e o MI 096/2009-IEUFU, de 17 de julho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1° – Designar o professor **GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA**, CPF nº. 027.111.624-27 para substituir o Coordenador do Curso em Ciências Econômicas do Instituto de Economia, desta Universidade, em caso de afastamentos, ausências e impedimentos do Coordenador do referido Curso.

Art. 2° – Revoga-se a Portaria R No. 475/07.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a partir de 17 de julho de 2009.

Alfredo Júlio Fernandes Neto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO

Declaração

Declaramos para os devidos fins que o docente GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA inscrito no CPF 027.111.624-27, exerceu a função de tutor do Grupo PET ECONOMIA da Universidade Federal de Uberlândia, perfazendo um total de 10 (dez) horas semanais, durante o período de 01/09/2014 a 01/09/2020.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Uberlândia, 08 de setembro de 2020.

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Guilherme Saramago de Oliveira
DIRETOR DE ENSINO

Secretaria de Educação Superior — Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - DIRETORIA DE ENSINO
DIVISÃO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET

D E C L A R A Ç Ã O

A PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA declara que o professor **GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA** participou como membro do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAAA) dos Grupos PET (Programa de Educação Tutorial) da Universidade Federal de Uberlândia no período de setembro de 2016 a abril de 2018.

Por ser verdade, firma-se a presente.

Uberlândia, 27 de abril de 2018

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PORTARIA/PROGRAD Nº. 019 de 21 de novembro de 2017

O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria R n. 066, de 04 de janeiro de 2017, do Reitor da instituição e,

CONSIDERANDO a Portaria MEC n.º 976, de 27 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial – PET;

CONSIDERANDO a Portaria MEC n.º 343, de 24 de abril de 2013, que altera dispositivos da Portaria MEC n.º 976, de 27 de julho de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de um Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) dos Grupos PET da UFU;

CONSIDERANDO o desligamento dos professores ADRIANO MOTA LOYOLA (Faculdade de Odontologia), MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA MAGRINI (Faculdade de Ciências Integradas do Pontal), SILVANA MALUSÁ (Faculdade de Educação) e VANESSA STEFANI SUL MOREIRA (Instituto de Biologia); do discente integrante de grupo PET DANIEL MARIANO MACEDO (Curso de Graduação em Engenharia Civil),

RESOLVE

Art. 1º Nomear como membros do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) dos Grupos PET da UFU, os professores tutores de grupo PET SESU, ADÉLIO JOSÉ DE MORAES (Faculdade de Engenharia Elétrica), CARLOS ROBERTO LOBODA (Faculdade de Ciências Integradas do Pontal), GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA (Instituto de Economia), GUILHERME MORAIS PUGA (Faculdade de Educação Física), MARCUS VINICIUS COUTINHO COSSI (Faculdade de Medicina Veterinária) e MARCELO GONÇALVES OLIVEIRA VIEIRA (Faculdade de Ciências Integradas do Pontal); o professor tutor de grupo PET Institucional PAULO HENRIQUE RIBEIRO GABRIEL (Faculdade de Computação); o discente integrante de grupo PET PEDRO HENRIQUE SOUSA PIRES PEREIRA (Curso de graduação em Engenharia Civil); os representantes da Pró-Reitoria de Graduação, JESIEL CUNHA (Faculdade de Engenharia Civil), MÔNICA DE FARIA E SILVA (Pró-Reitoria de Graduação) e NATÁLIA LUIZA DA SILVA (Pró-Reitoria de Graduação); a representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, MARINA RODRIGUES BARBOSA (Faculdade de Medicina); e os representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, ANA ANGÉLICA BELÓRIO (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) e FERNANDO MARTINS MENDONÇA (Instituto de Filosofia)

§ 1º. O professor JESIEL CUNHA exercerá a função de Presidente do Comitê ora constituído.

§ 2º Na impossibilidade do professor JESIEL CUNHA de exercer as atividades de Presidência do Comitê, fica designado o professor GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA, como seu suplente.

Art. 2º Esta portaria tem efeitos retroativos à 11/10/2017 e revoga a PORTARIA/PROGRAD Nº. 018 de 13/11/2017.

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
Pró-reitor de Graduação

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia

PORTARIA IE-UFU Nº. 21/15

O Diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o que preceituam o Art. 77, inciso II, do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia e o Regimento Interno do Instituto de Economia,

CONSIDERANDO o resultado das eleições ocorridas na 3ª reunião do Conselho do Instituto de Economia, realizada no dia 29 de Maio de 2015,

RESOLVE

Art. 1º - Designar os Professores **Niemeyer Almeida Filho(IEUFU); Marisa dos Reis Azevedo Botelho(IEUFU); Aderbal Oliveira Damasceno (IEUFU); Guilherme Jonas Costa da Silva (IEUFU) e** o discente **Wander Marcondes Moreira Ulhoa (IEUFU)** para, junto com o Coordenador, exercerem a função de membros do **Colegiado do Programa de Pós Graduação em Economia (PPGE).**

Art. 2º - O mandato dos professores ora designados tem duração de 02 (dois) anos, com início a partir de 01 de Junho de 2015 e seu término previsto para 31 de maio de 2017.

Art. 3º - O mandato do representante discente ora designado tem duração de 01 (um) ano, com início a partir de 01 de junho de 2015 e seu término previsto para 31 de maio de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data

Publique-se. Cumpra-se.

Uberlândia, 01 de junho de 2015

Clésio Lourenço Xavier

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

JORNAL DE PORTARIAS

edição 360 | 28 de agosto de 2015

PORTARIAS DA REITORIA

PORTARIA R Nº 756, de 09/07/2015

Designar LEONARDO CAIXETA DE CASTRO MAIA, Siape nº 2685516, para substituir o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Faculdade de Gestão e Negócios, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 29 de junho de 2015.

PORTARIA R Nº 757, de 09/07/2015

Designar JOSÉ GUSTAVO DE SOUZA PAIVA, Siape nº 2615901, para substituir o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Faculdade de Computação, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 1064/2012. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 18 de junho de 2015.

PORTARIA R Nº 758, de 09/07/2015

Designar ANA CLAUDIA PATROCINIO, Siape nº 1807511, para substituir o Coordenador do Curso de Graduação em Engenharia Biomédica da Faculdade de Engenharia Elétrica, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 1619/2013. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 26 de maio de 2015.

PORTARIA R Nº 759, de 09/07/2015

Designar CLEBER MARCOS RIBEIRO, Siape nº 1454687, para substituir o Coordenador da Divisão de Gestão de Farmácia do Hospital de Clínicas, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2015.

PORTARIA R Nº 760, de 09/07/2015

Designar ALEXANDRE ECHEVERRIA RIBEIRO, Siape nº 1123637, para substituir o Diretor do Centro de Tecnologia da Informação, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

PORTARIA R Nº 761, de 09/07/2015

Designar LUÍS FERNANDO FAINA, Siape nº 6413559, para substituir o Coordenador do Curso de Graduação em Sistemas de Informação da Faculdade de Computação, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 893/2014. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 18 de junho de 2015.

PORTARIA R Nº 762, de 09/07/2015

Designar EDGAR JOSE PEREIRA, Siape nº 1454428, para substituir o Coordenador de Materiais do Hospital de Clínicas, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2015.

PORTARIA R Nº 777, de 14/07/2015

Designar WILLIAM RODRIGUES FERREIRA, Siape nº 1285861, para substituir o Coordenador do Curso de Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 17/2014. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 08 de julho de 2015.

PORTARIA R Nº 825, de 28/07/2015

Designar PAULO CÉSAR DE FREITAS SANTOS FILHO, Siape nº 2609725, para substituir o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Faculdade de Odontologia, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 556/2013. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

PORTARIA R Nº 826, de 28/07/2015

Designar DEIVY FERREIRA CARNEIRO, Siape nº 1664222, para substituir o Coordenador *pro tempore* do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 144/2014. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 09 de julho de 2015.

PORTARIA R Nº 827, de 28/07/2015

Designar GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA, Siape nº 1466030, para substituir o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 1298/2013. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 08 de julho de 2015.

PORTARIA R Nº 831, de 28/07/2015

Designar EMERSON FERNANDO RASERA, Siape nº 1461879, para substituir a Diretora do Instituto de Psicologia, desta Universidade, em casos de afastamentos, ausências e impedimentos. Revoga-se a Portaria R nº 880/2014. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 22 de julho de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4157 - www.ie.ufu.br - ieri@ufu.br

PORTARIA DIRIERI Nº 16, DE 17 DE JUNHO DE 2021

Designa Membros do Colegiado de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais

O DIRETOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 69 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, pelo art. 22 do Regimento Interno do Instituto de Economia e Relações Internacionais, e conforme o Art. 3º da Resolução CONIERI nº 1/2018;

CONSIDERANDO a Portaria no. 7, de 31 de maio de 2021, que designa a Coordenadora de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais;

CONSIDERANDO que o Conselho do Instituto de Economia e Relações Internacionais expressou por unanimidade dos presentes, com 49 votos favoráveis, a composição do Colegiado de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, em sua 7ª reunião ordinária, no dia 16 de junho de 2021;

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os professores **Guilherme Jonas Costa da Silva**, **Marrielle Maia Alves Ferreira** e o economista **Welber Tomás de Oliveira** para compor o Colegiado de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Art. 2º Estabelecer o mandato dos membros ora designados pelo período de 17 de junho de 2021 a 31 de maio de 2023.

Art. 3º O Colegiado de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais passa a ser composto pelos professores Sabrina Faria de Queiroz (presidente), **Guilherme Jonas Costa da Silva**, **Marrielle Maia Alves Ferreira e** o economista **Welber Tomás de Oliveira**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de hoje.

HAROLDO RAMANZINI JUNIOR
Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Portaria R nº 2088/2021

Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior**, **Diretor(a)**, em 24/06/2021, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2843560** e o código CRC **DE158720**.

Referência: Processo nº 23117.039068/2021-18 SEI nº 2843560

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4157 - www.ie.ufu.br - ieri@ufu.br

PORTARIA DE PESSOAL UFU Nº 2828, DE 26 DE MAIO DE 2023

Designa Membros do Colegiado do Programa de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais

O DIRETOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 69 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia e pelo art. 22 do Regimento Interno do Instituto de Economia e Relações Internacionais, e

CONSIDERANDO o disposto nos art. 72 e 247 do dito Regimento Geral e no art. 27 do dito Regimento Interno; e

CONSIDERANDO a realização de eleições para a composição do Colegiado do Programa de Extensão no dia 17 de maio de 2023, na 6ª reunião do Conselho do Instituto de Economia e Relações Internacionais;

R E S O L V E :

Art. 1º Designar os professores **Dra. Sabrina Faria de Queiroz** (IERI), coordenadora do Programa de Extensão, **Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva** (IERI), **Dra. Sandra Aparecida Cardozo** (IERI), e a Economista **Dra. Ester William Ferreira** (IERI) para compor como membro titulares, o Colegiado do Programa de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Art. 2º Estabelecer o mandato dos membros ora designados pelo período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2025.

HAROLDO RAMANZINI JUNIOR
Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Portaria R nº 2088/2021

Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior**, **Diretor(a)**, em 26/05/2023, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4525798** e o código CRC **BF3CB8F7**.

Referência: Processo nº 23117.039068/2021-18 SEI nº 4525798

Boletim de Serviço Eletrônico em 27/07/2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4157 - www.ie.ufu.br - ieri@ufu.br

PORTARIA DIRIERI Nº 31, DE 21 DE JULHO DE 2022

Designa o substituto eventual da Coordenação de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais

O **DIRETOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a indicação de substituto eventual para a Coordenação de Extensão pelo Conselho do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em caráter ordinário, em sua 8ª reunião, a 20 de julho de 2022, por 33 votos favoráveis, unanimidade,

R E S O L V E :

Art. 1º Designar o **Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva**, SIAPE **1466030**, para exercer a função de substituto eventual da Coordenação de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 27 de julho de 2022

Haroldo Ramanzini Junior
Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Portaria R nº 2088/2021

Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior**, **Diretor(a)**, em 27/07/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3778068** e o código CRC **AB9CCDD6**.

Referência: Processo nº 23117.052282/2022-32 SEI nº 3778068

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4157 - www.ie.ufu.br - ieri@ufu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23117.030322/2020-23

Interessado: Guilherme Jonas Costa da Silva

O DIRETOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, dispostas no Art. 69 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia,

DECLARA para os devidos fins que o Prof. Guilherme Jonas Costa da Silva, matrícula SIAPE nº 1466030, atuou como Coordenador Substituto da Coordenação de Extensão do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU durante o período de 01 de agosto de 2022 a 27 de janeiro de 2023.

Uberlândia, 04 de julho de 2023

HAROLDO RAMANZINI JUNIOR
Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Portaria R nº 2088/2021

Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior**, **Diretor(a)**, em 04/07/2023, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4623529** e o código CRC **231C325A**.

Referência: Processo nº 23117.030322/2020-23 SEI nº 4623529

CONTEXTUS REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Editorial Team

Editor-in-chief

Diego de Queiroz Machado, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Assistant Editor

Márcia Zabdiele Moreira,Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Associate Editors

Adriana Rodrigues Silva, Polytechnic Institute of Santarém (IPSantarém), Portugal

Alessandra de Sá Mello da Costa, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brazil

Allysson Allex Araújo, Federal University of Cariri (UFCA), Brazil

Andrew Beheregarai Finger, Federal University of Alagoas (UFAL), Brazil

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio,Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC-MG), Brazil

Brunno Fernandes da Silva Gaião, State University of Paraíba (UEPB), Brazil

Carlos Enrique Carrasco Gutierrez, Catholic University of Brasilia (UCB), Brazil

Cláudio Bezerra Leopoldino, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Dalton Chaves Vilela Júnior, Federal University of Amazonas (UFAM), Brazil

Elionor Farah Jreige Weffort, Álvares Penteado School of Commerce Foundation (FECAP), Brazil

Ellen Campos Sousa, Gardner-Webb University, United States

Gabriel Moreira Campos, Federal University of Espírito Santo (UFES), Brazil

Guilherme Jonas Costa da Silva, Federal University of Uberlândia (UFU), Brazil

Henrique César Muzzio de Paiva Barroso, Federal University of Pernambuco (UFPE), Brazil

Jorge de Souza Bispo, Federal University of Bahia (UFBA), Brazil

Keysa Manuela Cunha de Mascena, University of Fortaleza (UNIFOR), Brazil

Manuel Aníbal Silva Portugal Vasconcelos Ferreira, Nove de Julho University (UNINOVE), Brazil

Marcos Cohen, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brazil

Marcos Ferreira Santos, Universidad de La Sabana, Colômbia

Mariluce Paes-de-Souza, Federal University of Rondônia (UNIR), Brazil

Minelle Enéas da Silva, La Rochelle Business School (La Rochelle), França

Pedro Jácome de Moura Jr., Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Rafael Fernandes de Mesquita, Federal Institute of Piauí (IFPI), Brazil

Rosimeire Pimentel, Federal University of Espírito Santo (UFES), Brazil

Sonia Maria da Silva Gomes, Federal University of Bahia (UFBA), Brazil

Susana Jorge, University of Coimbra (UC), Portugal

Thiago Henrique Moreira Goes, Federal University of Paraná (UFPR), Brazil

Editorial Board

Ana Sílvia Rocha Ipiranga, State University of Ceará (UECE), Brazil

Conceição de Maria Pinheiro Barros, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Danielle Augusto Peres, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Diego de Queiroz Machado, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Editinete André da Rocha Garcia, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Emerson Luís Lemos Marinho, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Eveline Barbosa Silva Carvalho, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Fátima Regina Ney Matos, Superior Institute Miguel Torga (ISMT), Portugal

Mario Henrique Ogasavara, School of Advertising and Marketing (ESPM), Brazil

Paulo Rogério Faustino Matos, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Rodrigo Bandeira-de-Mello, Getúlio Vargas Foundation (FGV), Brazil

Vasco Almeida, Superior Institute Miguel Torga (ISMT), Portugal

Scientific Editorial Board

Alexandre Reis Graeml, Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Brazil

Augusto Cezar de Aquino Cabral, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Denise Del Pra Netto Machado, Regional University of Blumenau (FURB), Brazil

Ednilson Bernardes, Georgia Southern University, United States

Ely Laureano Paiva, School of Business Administration of São Paulo (FGV-EAESP), Brazil

Eugenio Ávila Pedrozo, Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil

Francisco José da Costa, Federal University of Paraíba (UFPB), Brazil

Isak Kruglianskas, University of São Paulo (FEA-USP), Brazil

José Antônio Puppim de Oliveira, University College London (UCL), England

José Carlos Barbieri, School of Business Administration of São Paulo (FGV-EAESP), Brazil

José Carlos Lázaro da Silva Filho, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

José Célio de Andrade, Federal University of Bahia (UFBA), Brazil

Luciana Marques Vieira, University of Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brazil

Luciano Barin-Cruz, Ecole des Hautes Etudes Commerciales - Montreal, Canada

Luis Carlos Di Serio, School of Business Administration of São Paulo (FGV-EAESP), Brazil

Marcelle Colares Oliveira, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Maria Ceci Araujo Misoczky, Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil

Mônica Cavalcanti Sá Abreu, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Mozar José de Brito, Federal University of Lavras (UFL), Brazil

Renata Giovinazzo Spers, University of São Paulo (FEA-USP), Brazil

Sandra Maria dos Santos, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Walter Bataglia, Mackenzie Presbyterian University, Brazil

Ad hoc evaluators

List of ad hoc evaluators - 2024

List of ad hoc evaluators - 2023

List of ad hoc evaluators - 2022

List of ad hoc evaluators - 2021

List of ad hoc evaluators - 2020

List of ad hoc evaluators - 2019

List of ad hoc evaluators - 2018

Administrative and Publishing Support

Heloísa de Paula Pessoa Rocha, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Faculty of Economics, Administration, Actuaries and Accounting - FEAAC (Board of Directors)

Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

José Carlos Lázaro da Silva Filho, Federal University of Ceará (UFC), Brazil

Make a Submission

Language

English

Português (Brasil)

Español (España)

Evaluators Registration

Information

For Readers

For Authors

For Librarians

Open Journal Systems

Platform & workflow by OJS / PKP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4157 - www.ie.ufu.br - ieri@ufu.br

PORTARIA DE PESSOAL UFU Nº 5345, DE 08 DE AGOSTO DE 2025

Recompõe o corpo editorial da Revista Economia Ensaios

O DIRETOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 5º da Resolução nº 3/2007 do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia, considerando os termos da Portaria de Pessoal nº 5251 de 2023 e considerando a deliberação pelo Conselho do Instituto de Economia e Relações Internacionais em sua 5ª reunião, em caráter ordinário, a 22 de maio de 2024,

R E S O L V E :

Art. 1º Dispensar a Profa. Ana Paula Macedo de Avelar da função de editora-chefe da Revista Economia Ensaios.

Art. 2º Designar o Prof. Cleomar Gomes da Silva para a função de editor-chefe da Revista Economia Ensaios.

Art. 3ª Designar os Profs. Érica Imbirussú de Azevedo e Guilherme Jonas Costa da Silva para função de editores adjuntos.

Art. 4º O corpo editorial da revista Economia Ensaios fica composto pelos docentes **Cleomar Gomes da Silva** (editor-chefe), **Ana Paula Macedo de Avellar, Benito Adelmo Salomão Neto, Clésio Marcelino de Jesus, Érica Imbirussú de Azevedo, Guilherme Jonas Costa da Silva, Humberto Eduardo de Paula Martins e Leonardo Segura Moraes**.

Art. 5º Revogar o Art. 4º da Portaria DIRIERI Nº 56/2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 30 de agosto de 2025, data de sua publicação.

Marcelo Sartorio Loural
Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Portaria de Pessoal UFU nº 3492/25

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Sartorio Loural**, **Diretor(a)**, em 25/08/2025, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6577024** e o código CRC **097D640B**.

Anexo 7 - Premiação e Homenagens

- Comprovantes das Premiações

IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança

Crescimento sustentável do crédito imobiliário: análise de cenário com custo de captação de poupança e de mercado

Segurança jurídica e custos de transação no crédito imobiliário

IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança

IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança

Crescimento sustentável do crédito imobiliário: análise de cenário com custo de captação de poupança e de mercado

Segurança jurídica e custos de transação no crédito imobiliário

ABECIP

2015 © Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
ISBN 978-85-60910-06-9

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização da Abecip.

Os trabalhos publicados não traduzem a opinião da Abecip. Sua publicação obedece ao propósito de ampliar o diálogo com a sociedade e promover um intercâmbio de ideias, visando à adaptação de melhores práticas rumo ao desenvolvimento sustentável do País.

Realização:

Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485 – 13° andar – Torre Norte – Jd. Paulistano
CEP 01452-921 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3286-4855
www.abecip.org.br

Coordenação:

Zuleica Ferreira Passini

Produção editorial e gráfica:

Et Cetera Editora
Fones: (11) 3565-0226 / 3565-0231
www.etceteraeditora.com.br
etcetera@etceteraeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

4° Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança. — São Paulo : ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, 2015.

Vários autores.
Bibliografia

1. Crédito imobiliário – Brasil 2. Financiamento imobiliário – Brasil 3. Poupança e investimento.

15-09474 CDD-332.720981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Crédito imobiliário : Economia financeira 332.720981
2. Crédito imobiliário brasileiro : Economia financeira 332.720981

Sumário

Apresentação 7
Octavio de Lazari Junior

Prefácio 9
Sérgio Darcy da Silva Alves

TEMA I – CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO: ANÁLISE DE CENÁRIO COM CUSTO DE CAPTAÇÃO DE POUPANÇA E DE MERCADO

1° colocado

Securitização com originação segura, como alternativa de *funding* para o crescimento sustentável do crédito imobiliário no Brasil . . . 15
Herbert Henrique Nobrega Padilha

2° colocado

O *puzzle* do crescimento sustentável do crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal: uma análise com vetores autorregressivos . . . 99
Guilherme Jonas Costa da Silva
Mariana de Melo Valadão

TEMA II – SEGURANÇA JURÍDICA E CUSTOS DE TRANSAÇÃO NO CRÉDITO IMOBILIÁRIO

1° colocado

Acesso ao crédito imobiliário como meio de efetivação do direito à moradia sob a ótica da análise econômica do direito 159
Andréa Queiroz Fabri

2° colocado

Crédito imobiliário e preço dos imóveis: o impacto do aumento da segurança jurídica 209
Marina Moreira de Aguiar

Prêmio SOF de Monografias 2007

Certificado

Certificamos que **GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA** conquistou a segunda colocação no Prêmio SOF de Monografias 2007 no Tema II – Promovendo a Qualidade do Gasto Público, com o trabalho em grupo "Gasto Público com Infra-estrutura, Acumulação Privada de Capital e Crescimento de Longo Prazo: uma avaliação teórica e empírica para o Brasil (1985-2003)".

Brasília, 2 de julho de 2008

CÉLIA CORRÊA
Secretária de Orçamento Federal - SOF

MAURO SÉRGIO BOGÉA SOARES
Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária

PATROCÍNIO: Banco do Brasil

APOIO: ABOP

REALIZAÇÃO: ESAF

IDEALIZAÇÃO: SOF Orçamento Federal

Ministério do Planejamento

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Prêmio IPEA-CAIXA 2007

Certificado

Certificamos que **Guilherme Jonas Costa da Silva**, *no concurso de monografias – Prêmio Ipea – Caixa 2007, instituído com a finalidade de estimular o estudo e a pesquisa nas áreas econômica, social e financeira, conquistou o primeiro lugar, na categoria Profissionais, no desenvolvimento do tema Determinantes do Crescimento de Longo Prazo no Brasil com o trabalho em equipe "Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Crescimento: uma análise para os estados brasileiros (1986-2003)".*

Brasília, 28 de novembro de 2007.

Mauro Sérgio Bogéa Soares
Diretor-Geral da Esaf

Maria Fernanda Ramos Coelho
Presidenta da Caixa

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

anpec associação nacional de centros de pós-graduação em economia

ESAF

CAIXA Para você. Para todos os brasileiros.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL

Certificado

O Conselho Federal de Economia confere ao Ilustríssimo Sr.:

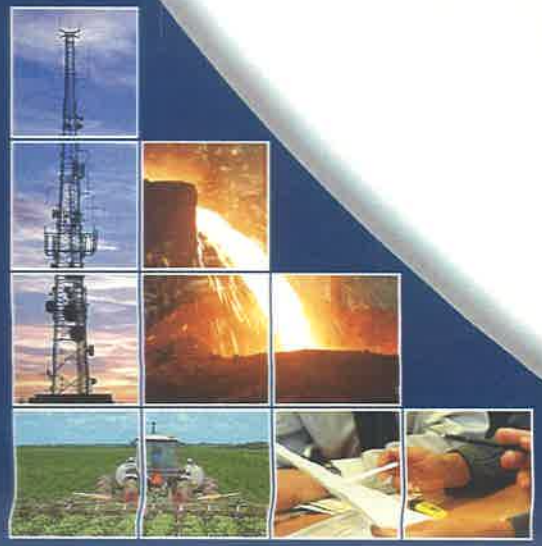
Guilherme Jonas Costa da Silva

o Certificado pelo 2º Lugar referente ao XIII Prêmio Brasil de Economia, na categoria Artigo Técnico ou Científico pelo trabalho intitulado :

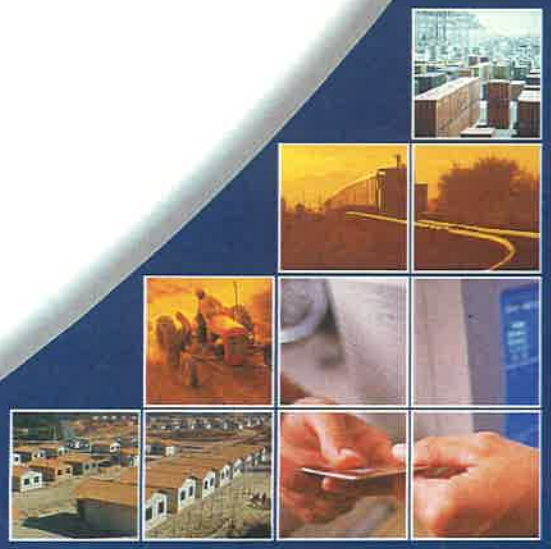
"Conversibilidade da conta de capital, taxa de juros e crescimento econômico: uma avaliação empírica da proposta de plena conversibilidade do real."

Vitória-ES, 27 de julho de 2006.

Econ. Synésio Batista da Costa
Presidente do Cofecon



XIII 2006
PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA



PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL

cofecon
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Certificado

O Conselho Federal de Economia confere ao Ilustríssimo Sr.:

Guilherme Jonas Costa da Silva

o Certificado pelo 2º Lugar referente ao XII Prêmio Brasil de Economia, na categoria Artigo, pelo trabalho intitulado:

"Por uma moeda parcialmente conversível: uma crítica a Arida e Bacha."

Florianópolis, 5 de outubro de 2005.

Econ. Sidney Pascoutto da Rocha
Presidente do Cofecon

IX ENIC

Figueiredo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo do Registro Imobiliário
Rua Monsenhor Walfredo Leal, 123
Cabedelo - PB - CEP 58310-000
Fax: (83) 228-1142
FIGUEIREDO DORNELAS
10 JAN. 2002
AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé
(Art. 365 - III do CPC)

SAPIENTIA ÆDIFICAT

Universidade Federal da Paraíba
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação Geral de Pesquisa

CERTIFICADO

Certificamos que GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA orientado(a) pelo(a) professor(a) **GUILHERME DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI**, recebeu o Prêmio **"Jovem Pesquisador"**, na área de CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS, com o trabalho "Desenvolvimento da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre os Índices de Desenvolvimento Humano no Período de 1970 – 1991", durante o **IX Encontro de Iniciação Científica da UFPB**, realizado no período de 11 a 13 de Dezembro de 2001, na Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 13 de Dezembro de 2001

PRÊMIO JOVEM PESQUISADOR

Profª. Maria José Lima da Silva
Pró-Reitora

Profª. Maria de Fátima Vanderlei de Souza
Coordenadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

IV ENCONTRO UNIFICADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFPB
V ENCONTRO DE EXTENSÃO

Certificado

Certificamos que o trabalho **ASSESSORIA SÓCIO-ECONÔMICA A PROJETOS DE ASSENTAMENTO** de autoria dos expositores **Aurisônia Lisboa de Oliveira, Genysson Marques Evangelista, Gláucio N. Morais, Guilherme Jonas C. da Silva, Ivan Targino Moreira, Juliana Pacheco Barbosa** e **Odésio Rodrigues da Silva** foi contemplado com o Prêmio **"Elo Cidadão"** no V Encontro de Extensão, realizado no período de 03 a 05 de novembro de 1999.

João Pessoa, 5 de novembro de 1999

Kleber Salgado Bandeira
COORDENADOR DE APOIO E PROMOÇÃO ESTUDANTIL

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
COORDENADORA PROGRAMAS DE EXTENSÃO

Rossana Maria Souto Maior Serrano
PRÓ-REITORA PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Figueirêdo Dornelas Serviço Notarial e Registral
1º Ofício de Notas e Privativo do Registro Imobiliário
Rua Monsenhor Walfredo Leal, 123
Cabedelo - PB - CEP 58310-000
Fone/Fax: (083) 228-1142
10 JAN. 2002
AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.
(Art. 365 - III do CPC)

Anexo 8 - Currículo

- Curriculum Vitae (Plataforma Lattes)

Guilherme Jonas Costa da Silva

Endereço para acessar este CV: **https://lattes.cnpq.br/0306216108885949**

Última atualização do currículo em 25/09/2025

Concluiu o Doutorado em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (2009). Atualmente é Professor Associado IV do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Tutor do Grupo "PET Economia" da Universidade Federal de Uberlândia (2014-2020). Tem Experiência na Área de Economia, com Ênfase em Economia Aplicada, Atuando Principalmente nos Seguintes Temas: Macroeconomia, Crescimento e Planejamento Econômico. Ganhou Prêmios e Publicou Vários Artigos em Revistas Científicas Como, Por Exemplo, na Investigación Económica, CEPAL Review, EconomiA, Estudos Econômicos, Revista Economia e Sociedade, Revista de Economia Aplicada, Revista de Economia Política, Revista de Economia e Sociologia Rural, International Review of Economic Policy, Brazilian Keynesian Review, Revista Econômica do Nordeste e Revista de Economia (UFPR). Ademais, é Co-Autor dos Livros "Agenda Brasil", "Novo Desenvolvimentismo", "Câmbio e Controles de Capitais", "Sistema Financeiro", "Sistema Financeiro e Política Econômica em uma Era de Instabilidade", "A Crise Financeira Internacional", "A Nova Cara da Pobreza Rural" e "Indústria, Crescimento e Desenvolvimento". **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Guilherme Jonas Costa da Silva

Nascimento 03/11/1976 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Lattes ID 0306216108885949

Orcid ID https://orcid.org/0000-0002-0947-0821

Nome em citações bibliográficas SILVA, G. J. C.;SILVA, GUILHERME JONAS COSTA DA;SILVA, GUILHERME JONAS COSTA;SILVA, GUILHERME JONAS;JONAS SILVA, GUILHERME;Costa da Silva , G. J.

Endereço

Endereço residencial Avenida Nicomedes Alves dos Santos, 4550
Morada da Colina - Uberlândia
38411106, MG - Brasil
Telefone: 34 988445264
Celular 34 988445264

Endereço profissional Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia, Bloco J
Santa Mônica - Uberlândia
38400902, MG - Brasil
Telefone: 34 32309564

Endereço eletrônico E-mail para contato : guilhermejonas@yahoo.com.br
E-mail alternativo : guilhermejonas@gmail.com

Idiomas

Inglês Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente , Escreve Bem , Lê Bem

Espanhol Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente , Escreve Bem , Lê Bem

Português Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

2014 IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança - 2º Lugar na Categoria Profissionais, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

2008 I Prêmio SOF de Monografias (2007) - 2º Lugar, Secretaria de Orçamento Federal - SOF

2007 Prêmio IPEA CAIXA - 1º Lugar Categoria Profissionais, IPEA & Caixa Econômica Federal

2006 XIII Prêmio Brasil de Economia - 2º Lugar Categoria Artigo, Conselho Federal de Economia

2005 XII Prêmio Brasil de Economia - 2º Lugar Categoria Artigo, Conselho Federal de Economia

2001 Jovem Pesquisador, Programa de Iniciação Científica/CNPq/UFPB

1999 Elo Cidadão, Programa de Bolsas de Extensão/UFPB

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2009 Doutorado em Economia.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, Brasil
Título: Ensaios em Teoria da Firma Bancária: Estratégia de Localização, Dinâmica do Spread Bancário e suas Implicações em um Modelo Baseado em Agentes, Ano de obtenção: 2009

Orientador: Frederico Gonzaga Jayme Jr
Co-orientador: Ricardo Machado Ruiz
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG, Brasil.

2002 - 2004 Mestrado em Desenvolvimento Econômico.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil
Título: Poupança Externa, Controle de Capitais e Performance Macroeconômica: Teoria e Evidência, Ano de obtenção: 2004
Orientador: José Luís da Costa Oreiro
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

1997 - 2001 Graduação em Ciências Econômicas.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Joao Pessoa, Brasil
Título: Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991
Orientador: Guilherme de Albuquerque Cavalcanti
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Pós-doutorado

2024 - 2025 Pós-Doutorado .
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Economia Monetária e Fiscal / Especialidade: Política Fiscal do Brasil.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia

Formação complementar

1999 - 1999 Curso de curta duração em Cenários Estratégicos em Macroeconomia. (Carga horária: 15h).
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Joao Pessoa, Brasil

1999 - 1999 Curso de curta duração em Tópicos de Econometria Moderna. (Carga horária: 15h).
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Joao Pessoa, Brasil

Atuação profissional

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

2008 - 2009 Vínculo: Servidor Público , Enquadramento funcional: Professor Assistente , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2009 - 2011 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto I , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2011 - 2013 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto II , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2013 - 2015 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto III , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2015 - 2017 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto IV , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2017 - 2019 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado I , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2019 - 2021 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado II , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2021 - 2023 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado III , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

2023 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado IV , Carga horária: 40, Regime: Universidade Federal de UberlândiaDedicação exclusiva

Atividades

08/2008 - 12/2011 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Macrodinâmica

08/2008 - 12/2010 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Economia Neoclássica I

06/2009 - 05/2011 Direção e Administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Economia

Cargos ocupados:
Coordenador Substituto e Membro do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

06/2011 - 06/2013 Direção e Administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Núcleo de Economia Aplicada

Cargos ocupados:
Coordenador

01/2011 - 04/2013 Graduação, Relações Internacionais

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia II

08/2012 - 12/2019 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia Moderna

01/2012 - 07/2012 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Laboratório em Economia I

01/2012 - 07/2012 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia II

08/2013 - 12/2013 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada II - Macroeconomia do Desenvolvimento

03/2013 - 07/2013 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia Pós-Keynesiana

09/2014 - 09/2020 Direção e Administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Economia

Cargos ocupados:
Tutor do Grupo PET Economia

08/2014 - 12/2014 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada I - Macrodinâmica Pós-Keynesiana

04/2014 - 08/2014 Graduação, Relações Internacionais

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia II

06/2015 - 05/2018 Direção e Administração, Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação

Cargos ocupados:
Membro do CLAA - Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação dos Grupos PET (Programa de Educação Tutorial) da Instituição

06/2015 - 05/2017 Direção e Administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Economia

Cargos ocupados:
Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia , Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

08/2015 - 12/2015 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada I - Macrodinâmica Pós-Keynesiana

03/2015 - 07/2015 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada II - Macroeconomia do Desenvolvimento

03/2016 - 07/2016 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Laboratório de Pesquisa Em Economia I

03/2016 - 07/2016 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Macrodinâmica II

03/2018 - 12/2018 Graduação, Administração

Disciplinas ministradas:
Introdução a Macroeconomia

08/2019 - 12/2019 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada II - Macroeconomia do Desenvolvimento

03/2019 - 08/2019 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada I - Macrodinâmica Pós-Keynesiana

08/2020 - 04/2022 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia Moderna no Âmbito das Atividades Acadêmicas Remotas

08/2020 - 12/2020 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada I no Âmbito das Atividades Acadêmicas Remotas

03/2021 - 04/2022 Graduação, Administração

Disciplinas ministradas:
Introdução a Macroeconomia no Âmbito das Atividades Acadêmicas Remotas

05/2022 - 01/2024 Graduação, Relações Internacionais

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia II

05/2022 - 02/2023 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia Moderna

08/2023 - 12/2023 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Desenvolvimento I

03/2023 - 07/2023 Pós-graduação, Economia

Disciplinas ministradas:
Tópicos Especiais em Economia Aplicada II

06/2025 - Atual Graduação, Administração

Disciplinas ministradas:
Introdução a Macroeconomia

01/2025 - Atual Graduação, Ciências Contábeis

Disciplinas ministradas:
Macroeconomia

01/2025 - 09/2025 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Tópicos em Macrodinâmica

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

2012 - 2012 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Pesquisador, Regime: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Parcial

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás - SEGPLAN

2011 - 2011 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Consultor Externo , Carga horária: 6

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

2010 - 2011 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Consultor , Carga horária: 6

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

2010 - 2011 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Parcial , Carga horária: 6

Universidade Federal do Paraná - UFPR

2004 - 2005 Vínculo: Contrato Temporário , Enquadramento funcional: Professor Substituto , Carga horária: 20, Regime: Universidade Federal do Paraná Parcial

Atividades

08/2004 - 01/2005 Graduação, Ciências Econômicas

Disciplinas ministradas:
Economia , Estatística Econômica e Introdução a Econometria

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

1998 - 2001 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Bolsista e Pesquisador , Carga horária: 20, Regime: Universidade Federal da Paraíba Parcial
Outras informações:
Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX), no Período de 08/1998 a 12/1999. Projetos: i) Assessoria Econômica e Gerencial à Projetos de Assentamentos; e ii) Assessoria Sócio-Econômica à Projetos de Assentamentos. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) no Período de 08/1999 a 07/2001. Projetos: i) Desempenho da Economia Paraibana e Convergência/Divergência dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal: 1970 -2001; e ii) Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no Período de 1970-1991.

Projetos

Projetos de pesquisa

2024 - Atual Padrão de Especialização Comercial, Complexidade Econômica e Crescimento Desigual

Descrição: Hidalgo et al. (2007) e Hidalgo e Hausmann (2009) destacam que o crescimento e o desenvolvimento econômico dependem da capacidade de uma economia acumular competências necessárias para a produção de bens e serviços, especialmente os mais sofisticados e complexos. Contudo, os dados mostram uma expressiva heterogeneidade estrutural e produtiva, refletida na disparidade de produtividade entre regiões centrais e periféricas. Dessa forma, esta pesquisa busca compreender os determinantes da complexidade econômica e avaliar seus impactos nas desigualdades regionais.
Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (1); Doutorado (3);
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Fernando Motta Correia; João Basílio Pereima Neto

2020 - 2024 Fragilidade Financeira, Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Descrição: O presente trabalho tem por objetivo é analisar a heterogeneidade estrutural e produtiva da economia brasileira, bem como seus efeitos sobre o crescimento desigual e a desigualdade regional no país.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (1); Doutorado (1);
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Cesar Ricardo Leite Piorski; Kelmaisteis Wanderson Rodrigues Correa do Amaral; Fabíola Sousa Oliveira

2017 - 2019 Grow th Acceleration: A Theoretical and Empirical Analysis

Descrição: This research proposal aims to analysis a theoretical model for the grow th acceleration. The pioneering Silva and Hermida (2016)'s Model, w hich w as developed from the seminal w orks of Thirlw all (1979) and Fagerberg (1988), present some new findings, since it show s that the grow th acceleration of a given country depends primarily on its international competitiveness, w hich is given for the capacity for imitation and technological innovation, beyond grow th of physical production capacity of the economy and grow th acceleration of w orld income. The proposal is to improve the model, introducing the role of human capital and the real exchange rate.

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (1); Doutorado (1);
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Camila do Carmo Hermida; Mariana Oliveira Galindo

2015 - 2017 Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo dos Estados Brasileiros no Período Recente: Uma Abordagem Multissetorial Usando Simulações Computacionais

Descrição: De acordo com Thirlw all (1979), o crescimento de longo prazo de um país depende das elasticidades – renda das exportações e importações. O debate em torno dessa lei evoluiu para uma abordagem multissetorial, tal como desenvolvido por Araújo e Lima (2007). Segundo esses autores, as análises setoriais possibilitam identificar aquele(s) setor(es) que pode(m) contribuir relativamente mais na estratégia de crescimento do país, basta que este priorize o(s) setor(es) com a(s) maior(es) razões das elasticidades-renda das exportações quando comparadas as elasticidades-renda das importações. O objetivo é avançar no desenvolvimento do modelo matemático proposto originalmente por Araújo e Lima e analisar empiricamente a relação do Brasil com Rússia, Índia, China e Africa do Sul (BRIC'S). A hipótese é que uma estratégia conduzida pelo setor industrial/manufatureiro pode melhorar o saldo comercial e o crescimento de longo prazo do Brasil. Esta pesquisa pretender contribuir para o debate em dois pontos fundamentais: i) desenvolvendo o modelo matemático que incorpora a taxa de câmbio real e o fluxos de capitais; e ii) apresentando uma nova abordagem das relações comerciais, que é inédita, portanto, uma contribuição em termos dos resultados a serem obtidos, podendo em alguma medida ajudar na construção de políticas mais eficientes, com intuito de reduzir o hiato do produto, da economia brasileira, em relação aos parceiros comerciais estratégicos do país.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (1); Doutorado (1);
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Júlio Fernando Costa Santos
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

2013 - 2015 A Lei de Thirlw all Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com os Principais Parceiros Comerciais (China, Estados Unidos e Argentina) no Período Recente

Descrição: De acordo com Thirlw all (1979), o crescimento de longo prazo de um país depende das elasticidades renda das exportações e importações. O debate em torno dessa lei evoluiu para uma abordagem multissetorial, tal como desenvolvido por Araújo e Lima (2007). Segundo esses autores, as análises setoriais possibilitam identificar aquele(s) setor(es) que pode(m) contribuir relativamente mais na estratégia de crescimento do país, basta que este priorize o(s) setor(es) com a(s) maior(es) razões das elasticidades-renda das exportações quando comparadas as elasticidades-renda das importações. O objetivo é analisar empiricamente a relação do Brasil com seus principais parceiros comerciais. Esta pesquisa pretender apresentar essa visão estratégica das relações comerciais que é inédita, portanto, uma contribuição em termos dos resultados a serem obtidos, podendo em alguma medida ajudar na construção de políticas mais eficientes, com intuito de reduzir o hiato do produto, da economia brasileira, em relação às principais economias do mundo.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Henrique Dantas Neder; Camila do Carmo Hermida; Helenise Sarno Santos
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

2012 - 2012 Infraestrutura de Transportes e Desenvolvimento Regional no Brasil: Uma Análise dos Impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Descrição: Descrição: O trabalho tem por objetivo analisar a importância dos gastos com infraestrutura de transporte para o crescimento de longo prazo das regiões brasileiras, bem como dimensionar o potencial da infraestrutura de transporte para reduzir as desigualdades regionais no período recente.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Humberto Eduardo de Paula Martins
Financiador(es): Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia-ANPEC

2011 - 2011 Os Pólos Econômicos do Estado de Goiás

Descrição: O trabalho tem por objetivo demonstrar a existência e a localização de municípios considerados pólos econômicos regionais no Estado de Goiás, com o intuito de orientar as políticas públicas. Mais especificamente, pretende-se: i) avaliar se há clusters intersetoriais (e/ou intrasetoriais) significativos ou alguma recente formação destes nos Municípios do Estado de Goiás; ii) delimitar os pólos econômicos no Estado de Goiás e suas áreas de influência; e iii) caracterizar os municípios em termos de contribuição para a economia estadual.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva; Eduiges Romanatto (Responsável); Marcos Fernando Arriel
Financiador(es): Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás-SEGPLAN

2010 - 2011 Governança Institucional das Cidades

Descrição: O Projeto "Governança Institucional das Cidades" tem por objetivo criar instrumentos de coordenação entre as várias unidades da federação (união, estados e municípios) para planejar e operar a carteira de investimentos.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva; Ricardo Machado Ruiz (Responsável); Bernardo Campolina; Gustavo Brito; Edson Domingues; João Bosco Tonucci; Mauro Borges Lemos; Ricardo Alexandrino; Rodrigo Ferreira Simões
Financiador(es): Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE, Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República-SAE/PR

2010 - 2011 A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: Transformações, Perfil e Desafios para as Políticas Públicas

Descrição: O Projeto "A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: Transformações, Perfil e Desafios para as Políticas Públicas" tem a finalidade de analisar, sob uma perspectiva multidimensional, a evolução e o perfil da pobreza no Brasil, bem como formular proposições para seu enfrentamento. O projeto, inicialmente, focalizará três dimensões principais: (i) conceitual e metodológica; (ii) empírica, inclusive com estudo de caso; e (iii) a formulação de políticas.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva; Henrique Dantas Neder; Antônio Márcio Buainain (Responsável); Claudio Dedecca
Financiador(es): Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA

Projeto de extensão

2025 - Atual Educação Financeira

Descrição: A ausência de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais tem contribuído para o aumento do endividamento e da instabilidade financeira familiar, comprometendo sua qualidade de vida. No contexto atual, torna-se fundamental desenvolver ações de educação financeira que possibilitem a organização do orçamento, o planejamento de gastos e a tomada de decisões conscientes. Neste sentido, a presente proposta visa oferecer conteúdos e atividades práticas voltadas à gestão financeira individual e familiar, de forma acessível e contextualizada.
Situação: Em andamento Natureza: Projeto de extensão
Alunos envolvidos: Graduação (1); Mestrado acadêmico (1);

Integrantes: Guilherme Jonas Costa da Silva (Responsável); ; Sabrina Faria de Queiroz; Vitor Hugo Santos Pinto; Valdomiro da Silva Nunes; Vitória Coutinho

Revisor de periódico

2024 - Atual PSL QUARTERLY REVIEW

2024 - Atual Investigacion Economica

2020 - Atual CONTEXTUS (FORTALEZA)

2017 - Atual REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (IMPRESSO)

2017 - Atual Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)

2016 - Atual Revista de Economia do Centro Oeste

2016 - Atual ANÁLISE ECONÔMICA (UFRGS)

2015 - Atual Economia (Brasília)

2015 - Atual RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE

2015 - Atual Brazilian Keynesian Review

2014 - Atual História Econômica & História de Empresas

2012 - Atual Horizonte Científico (Uberlândia)

2012 - Atual Revista de Economia (Curitiba)

2011 - Atual Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)

2010 - Atual Economia Ensaios (UFU. Impresso)

2010 - Atual Nova Economia (UFMG. Impresso)

Membro de corpo editorial

2025 - Atual ECONOMIA ENSAIOS (UFU. IMPRESSO)

2020 - Atual CONTEXTUS - REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

2015 - Atual Conjuntura Econômica Goiana

2012 - Atual Economia & Tecnologia (UFPR)

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia

Producão

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. CAMACHO, T. S.; **SILVA, G. J. C.**. Central Bank Digital Currencies (CBDCs) and Instant Payments: Alternatives to Global Digital Asset Markets for Brazil and India. Brazilian Journal of Political Economy (Online). v.45, p.551 - 569, 2025.
2. MARTINS, H. B. O.; **SILVA, G. J. C.**. Debt Dynamics under the New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Evidence from Vector Autoregressions. Revista de Economia (UFPR). v.46, p.1 - 20, 2025.
3. PEREIMA NETO, J. B.; **SILVA, G. J. C.**; PEREIRA, H. C. I.; BEZERRA, C. A.. Mudança Estrutural Urbana e Complexidade em Curitiba: Seguindo Caminhos Próprios. Revista de Economia (UFPR). v.46, p.1 - 20, 2025.
4. NHANOMBE, M. A.; **SILVA, G. J. C.**. Taxa de Câmbio Real Efetiva, Crescimento Econômico e Inflação: Evidências para Moçambique (1980-2022). Geosul. v.40, p.99 - 128, 2025.
5. PEREIRA, D. C. N.; **SILVA, G. J. C.**. Technological Progress, Human Capital and Employment Rate. Brazilian Journal of Political Economy (Online). v.45, p.86 - 103, 2025.
6. **SILVA, G. J. C.**. 'Development Macroeconomics: A Keynesian Perspective' (Reseña). Investigacion Economica. JCR, v.83, p.209 - 216, 2024.
7. MELLINI, A.; **SILVA, G. J. C.**. Economic Complexity and Elasticity Ratio: A Theoretical and Empirical Approach. Brazilian Journal of Political Economy (Online). v.44, p.730 - 752, 2024.
8. CAMACHO, T. S.; **SILVA, G. J. C.**. Instant Payments and Brazilian PIX: Lessons From the Indian Experience In the 2010's. BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW. v.10, p.287 - 311, 2024.
9. **SILVA, G. J. C.**; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M.. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)sustainable Fiscal Regim. International Review of Economic Policy. v.6, p.50 - 68, 2024.
10. MELLINI, A.; **SILVA, G. J. C.**. A Teoria dos Déficits Gêmeos em um Modelo Stock-Flow Consistent Dinâmico para uma Economia Aberta. Brazilian Journal of Political Economy (Online). v.42, p.761 - 784, 2022.

11. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**. An Alternative Algorithm for Mapping Stable Parameters in Stock-Flow Consistent (SFC) Models. BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW. v.8, p.184 - 208, 2022.

12. RICARDO PIORSKI, CESAR; **JONAS SILVA, GUILHERME**. Risco de Crise Fiscal nos Municípios de Minas Gerais: Uma Análise com Modelo Painel Probit. ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. v.10, p.95 - 117, 2022.

13. LOPES, M. C.; **SILVA, G. J. C.**. Crise Econômica, Fragilidade Fiscal e Gestão Eficiente no Período de 2012 e 2018: A Experiência Recente do Município de Bebedouro (SP). REFLEXÕES ECONÔMICAS. v.6, p.44 - 61, 2021.

14. SOUZA, K. C. Q.; **SILVA, G. J. C.**. Taxa de Câmbio Real e Produtividade da Indústria Brasileira: Teoria, Modelo e Evidências. Brazilian Journal of Political Economy (Online). v.41, p.657 - 678, 2021.

15. OREIRO, J. L. C.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.. The Debate About Sraffian Supermultiplier Model and The Future of Heterodox Grow th Models. Brazilian Journal of Political Economy (Impresso). v.40, p.510 - 531, 2020.

16. ARAUJO, R. S. A.; PAIVA, M. S.; **SILVA, G. J. C.**. Causação Cumulativa, Progresso Tecnológico Endógeno e Taxa De Câmbio em Uma Abordagem Dinâmica de Mudança Estrutural. Economia e Sociedade (UNICAMP). v.28, p.71 - 87, 2019.

17. SALOMAO, B. A.; **SILVA, G. J. C.**. Consolidação Fiscal, Multiplicadores Fiscais e a Curva de Laffer Ampliada: uma Abordagem a partir das Receitas e Despesas Públicas. REVISTA DE ECONOMIA DO CENTRO-OESTE. v.5, p.35 - 48, 2019.

18. SALOMÃO NETO, BENITO ADELMO; **SILVA, GUILHERME JONAS COSTA DA**. Desaceleração, Indústria e Demografia no Brasil: Uma Investigação Sobre a Estagnação da Economia Brasileira. Revista de Desenvolvimento Econômico (Impresso). v.2, p.136 - 160, 2019.

19. SILVA, C. G. R. S.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA, F. F.. The Irrationality of Petrobras ' Divestments in Refining. BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW. v.5, p.69 - 98, 2019.

20. SILVA, G. J. C.; PIRTOUSCHEG, L. A. S.; FAVARO, F. F. F.. Bureaucracy, External Trade and Long-Term Grow th in a Balance-of-Payments Constrained Grow th Model. A ECONOMIA EM REVISTA. v.26, p.79 - 93, 2018.

21. SILVA, G. J. C.; DIAS, D. B.. Commodity Prices and Exchange Rate in Export-Led Grow th Model: An Analysis of Bilateral Trade Betw een Brazil and China. Revista de Economia (UFPR). v.39, p.1 - 22, 2018.

22. CAMACHO, T. S.; **SILVA, G. J. C.**. Criptoativos: Uma Análise do Comportamento e da Formação do Preço do Bitcoin. Revista de Economia (UFPR). v.39, p.1 - 26, 2018.

23. SILVA, G. J. C.; SILVA, I. S.. Guerra Cambial e Competitividade do Setor Exportador Brasileiro no Período Recente: Uma Avaliação a Partir da Teoria de Relações Internacionais. REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA). v.22, p.485 - 524, 2018.

24. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.. Industry, Competitiveness, External Trade and Grow th Acceleration. Investigacion Economica. JCR, v.77, p.94 - 124, 2018.

25. SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; BAPTISTA, L. N.. A Lei de Thirlw all Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (IMPRESSO). v.37, p.636 - 655, 2017.

26. ARAUJO, R. S. A.; PAIVA, M. S.; SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**. Economic Grow th and Structural Change in a Multilateral Approach to the Balance-of-Payments Constrained Grow th. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (IMPRESSO). v.37, p.894 - 915, 2017.

27. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; PIORSKI, C. R. L.. Índice de Defasagem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos Municípios de Minas Gerais: Um Estudo de Caso para Uberlândia. ESPACIOS (CARACAS). v.38, p.25 - 39, 2017.

28. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**. Transferências Unilaterais em um Modelo de Crescimento Conduzido Pelas Exportações: Uma Análise Para os Países Africanos a Partir de Simulações Computacionais. RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE. v.8, p.81 - 96, 2017.

29. SILVA, G. J. C.; SOUZA, E. C.. A Economia Agropecuária Mineira na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial. Argumentos (Unimontes). v.12, p.7 - 43, 2016.

30. SILVA, G. J. C.; ALMEIDA, F. F.. Cadeias Globais de Valor em um Modelo Multissetorial de Crescimento: Uma Análise do Setor de Equipamento de Transporte. Revista Econômica do Nordeste. v.47, p.131 - 149, 2016.

31. SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.; NEDER, H. D.. Investimentos em Infraestrutura de Transportes e Desigualdades Regionais no Brasil: Uma Análise dos Impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Revista de Economia Política (Impresso). v.36, p.840 - 863, 2016.

32. **SILVA, G. J. C.**. Macroeoconomia do Desenvolvimento: Uma Perspectiva Keynesiana. Cadernos do Desenvolvimento. v.11, p.221 - 224, 2016.

33. SILVA, G. J. C.; MILANI, R. U.. Taxa de Câmbio Real, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira no Período Recente. RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE. v.7, p.64 - 79, 2016.

34. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.; SANTOS, H. S.. The Verdoorn-Kaldor-Thirlw all's Law : An Empirical Analysis. Revista Econômica do Nordeste. v.47, p.149 - 166, 2016.

35. SILVA, G. J. C.; PIRTOUSCHEG, L. A. S.. Basic Interest Rate, Bank Competition and Bank Spread in Personal Credit Operations in Brazil: a Theoretical and Empirical Analysis. Revista Economia da ANPEC. v.16, p.32 - 45, 2015.

36. SILVA, G. J. C.; MOTTA, F.; SANTOLIN, R. S.. Fluxo de Capitais e Crescimento Econômico de Longo Prazo: Teoria, Modelo e Evidências Recentes Para as Economias Emergentes. Revista de Economia do Centro-Oeste. v.1, p.2 - 25, 2015.

37. PAIVA, M. S.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.. Investimento em Infraestrutura Logística, Comércio Internacional e Crescimento Econômico de Longo Prazo: Uma Análise a Partir de Simulações Computacionais. Revista de Economia do Centro-Oeste. v.1, p.70 - 86, 2015.

38. SILVA, G. J. C.; MENEZES, L. B.; NEDER, H. D.. Qualidade da Malha Rodoviária, Custos Econômicos Associados e Determinantes dos Acidentes de Trânsito no Brasil: Avaliação e Proposição de Política. Revista de Politicas Publicas (UFMA). v.19, p.327 - 247, 2015.

39. ROMANATTO, E.; ARRIEL, M. F.; **SILVA, G. J. C.**. Aglomeração, Caracterização e Dinâmica Econômica Setorial dos Municípios do Estado de Goiás em 2008: Avaliação Empírica e Proposição de Política. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA). v.1, p.95 - 113, 2014.

40. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.; SANTOS, H. S.. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo dos Estados Brasileiros no Período Recente. Argumentos (Unimontes). v.9, p.201 - 224, 2014.

41. ORTEGA, A. C.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.. Transformações Recentes da Produção Agropecuária no Cerrado. Ensaios FEE (Impresso). v.35, p.555 - 584, 2014.

42. SILVA, G. J. C.; VIANA, A. P. C.; TERRA, F. H. B.. Uma Leitura Pós-Keynesiana da Dinâmica de Preços e da Política Monetária no Brasil Pós-Metas de Inflação: uma Análise por Vetores Autorregressivos. Economia Ensaios (UFU. Impresso). v.29, p.133 - 158, 2014.

43. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais. Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso). v.22, p.729 - 764, 2013.

44. SILVA, G. J. C.; COSTA, P. H.. Infraestrutura Portuária, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico Brasileiro: Uma Análise Empírica Para o Período de 2006 a 2011. Revista de Politicas Publicas (UFMA). v.17, p.303 - 318, 2013.

45. SILVA, G. J. C.; SOUZA, E. C.; MARTINS, H. E. P.. Dinâmica Espacial da Produção Agropecuária em Minas Gerais entre 1996 e 2006: Padrões de Distribuição, Especialização e Associação em Nível Municipal. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso). v.50, p.331 - 348, 2012.

46. SILVA, G. J. C.; SANTOLIN, R. S.. Gastos Públicos e Crescimento Econômico Recente dos Estados Brasileiros. Revista de Economia e Tecnologia. v.8, p.19 - 38, 2012.

47. PAULA, L. F. R.; OREIRO, J. L. C.; SILVA, G. J. C.; SOUZA, G.. Por Que as Taxas de Juros São Tão Elevadas no Brasil? Uma Avaliação Empírica. Revista de Economia Política (Impresso). v.32, p.557 - 579, 2012.

48. OREIRO, J. L. C.; NAKABASHI, L.; SILVA, G. J. C.; SOUZA, G.. The Economics of Demand-Led Growth. Theory and Evidence for Brazil. Cepal Review. JCR, v.106, p.151 - 168, 2012.

49. FERREIRA, L. M.; **SILVA, G. J. C.**. Fluxo de Capitais, Valorização Cambial e a Ineficácia Recente dos Impostos Sobre Capitais Externos no Brasil. Revista de Economia e Tecnologia. v.7, p.49 - 58, 2011.

50. FERREIRA, L. M.; **SILVA, G. J. C.**. Impactos da Crise do Subprime nos Setores Automobilístico e da Construção Civil do Brasil. Economia Ensaios. v.26, p.85 - 106, 2011.

51. SOUZA, E. C.; **SILVA, G. J. C.**. Dinâmica Espacial e Formação de Clusters Significativos no Setor Agropecuário de Minas Gerais. Revista de Economia e Tecnologia. v.6, p.99 - 106, 2010.

52. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C.. Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa. Estudos Econômicos (USP. Impresso). v.40, p.617 - 649, 2010.

53. MOREIRA, B. D.; MARTINS, R. S.; **SILVA, G. J. C.**. Perspectivas da Contribuição do Transporte Ferroviário à Eficiência da Distribuição de Combustíveis em Minas Gerais. E & G. Economia e Gestão. v.9, p.44 - 75, 2009.

54. **SILVA, G. J. C.**. Controle de Capitais, Dinâmica das Exportações e Performance Macroeconômica das Economias Emergentes. Economia e Desenvolvimento (Recife). v.7, p.7 - 43, 2008.

55. GLEYCK, Ranidson; **SILVA, G. J. C.**. Controle de Capitais e o Direito à Propriedade no Brasil: Reflexões Acerca da Garantia Constitucional à Propriedade Privada e do Interesse Nacional. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. v.40, p.121 - 132, 2008.

56. **SILVA, G. J. C.**. Inserção Externa Defensiva e Crescimento Econômico de Longo Prazo. Revista de Economia e Tecnologia. v.4, p.145 - 150, 2008.

57. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.. Crescimento Endógeno, Endividamento Externo e Controle de Capitais. Análise Econômica (UFRGS). v.1, p.161 - 182, 2006.

58. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SILVA, G. J. C.; ONO, F. H.. Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário: Teoria e Evidência Recente. Economia Aplicada (Impresso). v.10, p.609 - 634, 2006.

59. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.. Conversibilidade da Conta de Capital, Taxa de Juros e Crescimento Econômico: uma Avaliação Empírica da Proposta de Plena Conversibilidade do Real. Revista de Economia Contemporânea. v.1, p.231 - 261, 2005.

60. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; **SILVA, G. J. C.**. Por Uma Moeda Parcialmente Conversível: Uma Crítica a Arida e Bacha. Revista de Economia Política (Impresso). v.24, p.223 - 237, 2004.

Artigos aceitos para publicação

1. CAMACHO, T. S.; **SILVA, G. J. C.**Bitcoin Halvings and Institutional Investors: A Wavelet Analysis. PSL QUARTERLY REVIEW. JCR, 2026.

2. NHANOMBE, M. A.; **SILVA, G. J. C.**Financial Integration, Capital Flows, and Exchange Rate Stability in Mozambique: Empirical Evidence with ARDL Models (1996-2023). REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA. , 2026.

3. MELLINI, A.; **SILVA, G. J. C.**External Insertion, Competitiveness, and the Growth of the Brazilian Economy (1999 - 2021): Theory and Empirical Evidences. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA. , 2025.

Capítulos de livros publicados

1. SILVA, G. J. C.; VALADAO, M. M.. O Puzzle do Crescimento Sustentável do Crédito Imobiliário da Caixa Econômica Federal: Uma Análise com Vetores Autorregressivos In: IV Prêmio ABECIP de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança, ed.1. São Paulo: Etcetera, 2015, v.I, p. 99 - 155.

2. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.; SANTOS, H. S.. Indústria, Padrão de Especialização Comercial e Crescimento dos Estados Brasileiros no Período Recente: Uma Estratégia Multissetorial In: Indústria, Crescimento e Desenvolvimento, ed.1ª. Campinas: Alínea, 2014, v.1, p. 175 - 196.

3. BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.. A Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem de Mensuração Multidimensional In: A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional, ed.1ª. Brasília: IICA, 2013, v.17, p. 461 - 504.

4. TERRA, F. H. B.; **SILVA, G. J. C.**. Crise na Europa ? Políticas Econômicas Contracíclicas Para o Brasil In: Sistema Financeiro e Política Econômica em uma Era de Instabilidade: Tendências Mundiais e Perspectivas Para a Economia Brasileira, ed.1ª. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2012, v.1, p. 153 - 159.

5. TERRA, F. H. B.; **SILVA, G. J. C.**. Previnir é Melhor do Que Remediar: Alternativas de Políticas Econômicas Pós-Keynesianas Para a Prevenção de Crises Financeiras In: A Crise Financeira Internacional: Origens, Desdobramentos e Perspectivas, ed.1ª. São Paulo: Editora Unesp, 2012, v.1, p. 191 - 195.

6. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.; MARTINS, R. S.. Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Crescimento: Uma Análise Para os Estados Brasileiros (1986-2003) In: Prêmio IPEA-CAIXA-2007: Monografias Premiadas, ed.1ª. Brasília: IPEA, 2008, v.1, p. 163 - 186.

7. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.. Spread Bancário no Brasil: Uma Avaliação Empírica Recente In: Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro, ed.1ª. São Paulo: Campus, 2007, v.1, p. 191 - 220.

8. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.. Taxa de Juros Convencional e Rentismo em um Modelo Pós-Keynesiano de Firma Bancária In: Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro, ed.1ª. São Paulo: Campus, 2007, v.1, p. 23 - 44.

9. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.. Uma Avaliaçao Empírica da Proposta de Conversibilidade do Real In: Câmbio e Controle de Capitais, ed.1ª. Rio de Janeiro: Campus, 2006, v.1, p. 105 - 124.

10. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.. Spread Bancário no Brasil: Determinantes e Proposições de Política In: Novo Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social, ed.1ª. São Paulo: Manole, 2004, v.1, p. 347 - 378.

11. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; **SILVA, G. J. C.**. Fluxos e Controle de Capitais no Brasil: Avaliação e Proposição de Política In: Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços, ed.1ª. Rio de Janeiro: Manole, 2003, v.1, p. 65 - 115.

12. SILVA, G. J. C.; CAVALCANTI, G. A.. Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o IDH: 1970-1991 In: Trabalhos Premiados Apresentados no XI Encontro de Iniciação Científica - Série Iniciados, ed.1ª. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, v.9, p. 119 - 140.

13. FURTADO, A. P.; OLIVEIRA, A. L.; MORAIS, G. N.; SILVA, G. J. C.; BARBOSA, J. P.; SILVA, O. R.; EVANGELISTA, G. M.; MOREIIRA, I. T.. Assessoria Sócio-Econômica a Projetos de Assentamento In: Trabalhos Premiados Apresentados no V Encontro de Extensão- Série Extensão, ed.1ª. João Pessoa: Editora Universitária, 2000, v.21, p. 33 - 42.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. GOMES-SILVA, L.; **SILVA, G. J. C.**. Economic Complexity and Income Inequality in Brazilian States: A Nonlinear Empirical Analysis (2003 - 2021) In: XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2025, **XVIII Encontro AKB**. 2025,

2. **SILVA, G. J. C.**; ORSOLIN-TEIXEIRA, F.. Industrial Policy, Economic Complexity and Regional Grow th of the Brazilian Economy: The Challenge of the Lula III Government (2023-2026) In: 53º Encontro Nacional de Economia, 2025, São Paulo. **53º Encontro da ANPEC**. 2025,

3. **SILVA, G. J. C.**; ORSOLIN-TEIXEIRA, F.. Industrial Policy, Economic Complexity and Regional Grow th of the Brazilian Economy: The Challenge of the Lula III Government (2023-2026) In: XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2025, Curitiba. **XVIII Encontro da AKB**. 2025,

4. VICA, P. M.; **SILVA, G. J. C.**. Structural Change, Governance Quality, and Export-Led Grow th: The Challenge of Economic Complexity in African Countries (2006–2020) In: XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2025, Curitiba. **XVIII Encontro AKB**. 2025,

5. SILVA, R. R. S.; **SILVA, G. J. C.**. The BRICS+ and the Genesis of the 'New Cold War: The Multilateralism of Interests w ithin an Economic Group In: 53º Encontro Nacional de Economia, 2025, São Paulo. **53º Encontro da ANPEC**. 2025,

6. ALMEIDA, F. F.; NAKABASHI, L.; **SILVA, G. J. C.**. Determinants of Sectoral Participation in Global Value Chains: Some Empirical Evidence In: 52º Encontro Nacional de Economia, Natal/RN. **52º Encontro da ANPEC**. 2024,

7. SOUZA, K. C. Q.; **SILVA, G. J. C.**. New -Developmentalism in a Stock-Flow -Consistent Model for an Open Economy: Theory, Model, and Evidence Based on Computer Simulations In: XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2024, Maceió / AL. **XVII Encontro da AKB**. 2024,

8. SOUZA, K. C. Q.; **SILVA, G. J. C.**. New -Developmentalism in a Stock-Flow -Consistent Model for an Open Economy: Theory, Model, and Evidence Based on Computer Simulations In: XXIX Encontro Regional de Economia, 2024, Maceió / AL. **XXIX Anpec Nordeste**. 2024,

9. NHANOMBE, M. A.; **SILVA, G. J. C.**. Real Effective Exchange Rate, Economic Grow th and Inflation: Evidence for Mozambique (1980-2022) In: XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2024, **XVII Encontro da AKB**. 2024,

10. **SILVA, G. J. C.**; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M.. The New Fiscal Framew ork of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim In: XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, 2024, Maceió / AL. **XVII Encontro AKB**. 2024,

11. **SILVA, G. J. C.**; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M.. The New Fiscal Framew ork of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim In: XXIX Encontro Regional de Economia, 2024, João Pessoa / PB. **XXIX Anpec Nordeste**. 2024,

12. **SILVA, G. J. C.**; PINTO, V. H. S.; CORREIA, F. M.. The New Fiscal Framew ork of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim In: 52º Encontro Nacional de Economia, 2024, Natal/RN. **52º Encontro da ANPEC**. 2024,

13. MELLINI, A.; **SILVA, G. J. C.**. Complexidade Econômica e Crescimento Desigual dos Países: Uma Abordagem Teórica e Empírica a Partir da Lei de Thirlw all In: XXVI Encontro de Economia da Região Sul, 2023, Curitiba. **XXVI Encontro da Anpec Sul**. 2023,

14. CAMACHO, T. S.; **SILVA, G. J. C.**. Bitcoin, Finanças Corporativas e Grandes Players: Uma Abordagem Empírica Linear e Não-Linear In: Encontro Brasileiro de Finanças, 2022, Vitória - ES. **XII Encontro Brasileiro de Finanças**. 2022,

15. **SILVA, G. J. C.**; CAMACHO, T. S.. Pagamentos Instantâneos, Pix e Unified Payments Interface (UPI): Um Estudo de Caso In: Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2022, Salvador - Bahia. **VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**. 2022,

16. PEREIRA, D. C. N.; **SILVA, G. J. C.**. Progresso Tecnológico, Capital Humano e Taxa de Emprego: Uma Análise Empírica a partir de Modelos P-ARDL no Período de 1960-2019 In: Encontro Internacional da AKB, 2022, Belo Horizonte. **XV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2022,

17. AMARAL, K. W. R. C.; **SILVA, G. J. C.**. Dinâmica Macroeconômica, Receitas Tributárias e Fragilidade Financeira: Uma Análise Empírica Recente do Estado de Pernambuco In: XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2020, São Paulo. **Anais do XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. São Paulo: Even3, 2020, v.13, p.1 - 19

18. SOUZA, K. C. Q.; **SILVA, G. J. C.**. Taxa de Câmbio e Produtividade da Indústria no Brasil: Uma Nova Abordagem Teórica e Empírica Para o Período Recente In: 48º Encontro Nacional de Economia, 2020, **48º Encontro Nacional de Economia**. 2020,

19. SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; BAPTISTA, L. N.. A Lei de Thirlw all Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais In: XXI Encontro da ANPEC NORDESTE, Fortaleza (CE). **XXI Encontro Regional de Economia**. 2016,

20. BAPTISTA, L. N.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.. A Lei de Thirlw all Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais In: 44° Encontro da ANPEC, Foz do Iguaçu (PR). **44° Encontro Nacional de Economia**. 2016,

21. SANTOS, J. F. C.; SILVA, G. J. C.; BAPTISTA, L. N.. A Lei de Thirlw all Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais In: XIX Encontro da ANPEC SUL, Florianópolis (SC). **XIX Encontro de Economia da Região Sul**. 2016,

22. ALMEIDA, F. F.; **SILVA, G. J. C.**.. Cadeias Globais de Valor em um Modelo Multissetorial de Crescimento: Uma Análise do Setor de Equipamento de Transporte In: Encontro Internacional da AKB, São Paulo (SP). **IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2016,

23. HERMIDA, C. C.; XAVIER, C. L.; **SILVA, G. J. C.**.. Fragmentação Internacional da Produção, Cadeias Globais de Valor e Crescimento Econômico: Uma Nova Abordagem Empírica In: 44° Encontro da ANPEC, Foz do Iguaçu (PR). **44° Encontro Nacional de Economia**. 2016,

24. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; SANTOS, J. F. C.; PIORSKI, C. R. L.. Índice de Defasagem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos Municípios de Minas Gerais: Um Estudo de Caso In: IV SINAPEQ, Ituiutaba (MG). **IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades**. 2016, p.556 - 579

25. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.. Industry, Competitiveness and External Trade: A Proposal to Grow th Acceleration of Brazilian Economy In: XIX Encontro da ANPEC SUL, Florianópolis (SC). **XIX Encontro de Economia da Região Sul**. 2016,

26. SILVA, G. J. C.; HERMIDA, C. C.. Industry, Competitiveness and External Trade: A Proposal to Grow th Acceleration of Brazilian Economy In: IX Encontro Internacional da AKB, São Paulo (SP). **IX Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2016,

27. LIMA JUNIOR, G. F.; **SILVA, G. J. C.**.. Investimento em Infraestrutura Rodoviária e Crescimento Econômico Setorial: Uma Análise Multissetorial dos Efeitos do Programa de Aceleração do Crescimento no Brasil In: 44° Encontro da ANPEC, Foz do Iguaçu (PR). **44° Encontro Nacional de Economia**. 2016,

28. FAVARO, F. F. F.; **SILVA, G. J. C.**.. Bureaucracy, External Trade and Long-Term Grow th in a Balance-of-Payments Constrained Grow th Model In: 43° Encontro da ANPEC, Florianópolis (SC). **43° Encontro Nacional de Economia**. 2015,

29. ANTUNES, T. S.; SANTOS, J. F. C.; PAIVA, M. S.; **SILVA, G. J. C.**.. Emprego Setorial, Produtividade Industrial e Crescimento Econômico de Longo Prazo em um Modelo Pós-Keynesiano com Mudança Estrutural In: 43º Encontro da ANPEC, Florianópolis (SC). **43º Encontro Nacional de Economia**. 2015,

30. ANTUNES, T. S.; SANTOS, J. F. C.; PAIVA, M. S.; **SILVA, G. J. C.**.. Emprego Setorial, Produtividade Industrial e Crescimento Econômico de Longo Prazo em um Modelo Pós-Keynesiano com Mudança Estrutural In: XXI CBE, Curitiba (PR). **XXI Congresso Brasileiro de Economia**. 2015,

31. SILVA, G. J. C.; DIAS, D. B.. Taxa de Câmbio e Preço das Commodities num Modelo de Crescimento Conduzido Pelas Exportações In: VIII Encontro Internacional da AKB, Uberlândia (MG). **VIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2015,

32. MILANI, R. U.; **SILVA, G. J. C.**.. Taxa de Câmbio, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira In: XXI CBE, Curitiba (PR). **XXI Congresso Brasileiro de Economia**. 2015,

33. SILVA, G. J. C.; MILANI, R. U.. Taxa de Câmbio, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica Para a Economia Brasileira In: VIII Encontro Internacional da AKB, Uberlândia (MG). **VIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2015,

34. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.; SANTOS, H. S.. The Verdoorn-Kaldor-Thirlw all's Law : An Empirical Analysis of the Export-Led Grow th Strategy Multisectoral in the Brazil China Bilateral Relationship In: XI International Colloquium, Brasília - Brazil. **XI International Colloquium: Global Crisis and Changes of Paradigms: Current Issues**. 2014,

35. SILVA, G. J. C.; TERRA, F. H. B.; VIANA, A. P. C.. Uma Leitura Pós-Keynesiana da Dinâmica de Preços e da Política Monetária no Brasil Pós-Metas de Inflação In: VII Encontro da AKB, São Paulo (SP). **VII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2014,

36. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.. Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem de Mensuração Multidimensional In: 50º Congresso da SOBER, Vitória (ES). **L Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. 2012,

37. MARTINS, H. E. P.; SILVA, G. J. C.; ORTEGA, A. C.. Transformações da Produção Agropecuária no Cerrado: Distribuição Espacial e Especialização em Nível Municipal na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba In: XVII ENEP, Rio de Janeiro (RJ). **XVII Encontro Nacional de Economia Política**. 2012,

38. ROMANATTO, E.; ARRIEL, M. F.; **SILVA, G. J. C.**.. Aglomeração, Caracterização e Dinâmica Econômica Setorial dos Municípios do Estado de Goiás em 2008: Avaliação Empírica e Proposição de Política In: II CODE / IPEA, Brasília (DF). **II Conferência do Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2011,

39. SOUZA, E. C.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.. Produção Agropecuária em Minas Gerais (1996 2006): Padrões de Distribuição, Especialização e Associação Espacial em Nível Municipal In: Encontro da ANPEC, Foz do Iguaçu (PR). **XXXIX Encontro Nacional de Economia**. 2011,

40. SOUZA, E. C.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.. Produção Agropecuária em Minas Gerais (1996 2006): Padrões de Distribuição, Especialização e Associação Espacial em Nível Municipal In: XIX CBE, Bonito (MS). **XIX Congresso Brasileiro de Economia**. 2011,

41. NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; **SILVA, G. J. C.**.. Rural Poverty in Brazil: a Multidimensional Measurement Approach In: Encontro da SBE, Foz do Iguaçu. **XXXIII Encontro Brasileiro de Econometria**. 2011,

42. SOUZA, E. C.; **SILVA, G. J. C.**.. A Economia Agropecuária Mineira na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial In: XIV Seminário de Diamantina, Diamantina (MG). **Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira**. 2010,

43. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais In: Encontro da ANPEC, Salvador (BA). **XXXVIII Encontro Nacional de Economia**. 2010,

44. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C.. Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa In: Encontro da ANPEC, Foz do Iguaçu (PR). **Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia**. 2009,

45. SILVA, G. J. C.; MOTTA, F.; SANTOLIN, R. S.. Liberalização Financeira e Crescimento Econômico de Longo Prazo In: II Encontro da AKB, Porto Alegre (RS). **II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. 2009,

46. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C.. Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, João Pessoa (PB). **Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política**. 2008,

47. OREIRO, J. L. C.; SILVA, G. J. C.; FORTUNATO, W. L. L.. Gasto Público com Infra-Estrutura, Acumulação Privada de Capital e Crescimento de Longo Prazo In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, João Pessoa. **Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política**. 2008,

48. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; NAKABASHI, L.; LEMOS, B. P. A Macroeconomia do Crescimento Puxado pela Demanda Agregada: Teoria e Aplicações ao Caso Brasileiro In: Encontro da ANPEC, Recife (PE). **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia**. 2007,

49. MARTINS, R. S.; SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.. Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Performance dos Estados Brasileiros: 1986-2003 In: Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro (RJ. **Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração**. 2007,

50. SILVA, G. J. C.; FORTUNATO, W. L. L.. Infra-Estrutura e Crescimento Regional: uma Avaliação do Caso Brasileiro no Período de 1985-1998 In: Encontro da ANPEC-NE, Fortaleza (CE). **Anais do XII Encontro de Economia da Região Nordeste**. 2007,

51. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; SOBREIRA, R.. Macroeconomic Determinants of Banking Spread In Brazil: An Empirical Evaluation In: Encontro da ANPEC, Recife (PE). **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia**. 2007,

52. NEVES, A. L.; PAULA, L. F. R.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; AMARAL, R. Q.. Por que o Custo do Capital no Brasil é Tão Alto? In: Encontro da ANPEC, Recife (PE). **Anais da XXXV Encontro Nacional de Economia**. 2007,

53. PAULA, T. H. P.; AFONSO, M. A. C.; SILVA, G. J. C.; BRITO, M. L. A.. Um Modelo de Diferenciação das Taxas de Crescimento Regionais a Partir de Variáveis Financeiras In: Encontro da ANPEC, Salvador (BA). **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia**. 2006,

54. SILVA, G. J. C.; ONO, F. H.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.. Conversibilidade da Conta de Capitais e seus Desdobramentos In: Encontro da ANPEC-SUL, Maringá (PR). **Anais do VII Encontro de Economia da Região Sul**. 2004,

55. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.. Crescimento Endógeno, Endividamento Externo e Controle de Capitais In: Encontro da ANPEC, João Pessoa (PB). **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**. 2004,

56. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; **SILVA, G. J. C.**. Por uma Moeda Parcialmente Conversível: uma Crítica a Arida e Bacha In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, Uberlândia (MG). **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**. 2004,

57. SILVA, G. J. C.; ONO, F. H.. Dinâmica Recente da Balança Comercial Paranaense In: II ECOPAR, Maringá (PR). **Anais do II Encontro de Economia Paranaense**. 2003,

58. SILVA, G. J. C.; CAVALCANTI, G. A.. Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991 In: Encontro do PIBIC, **Anais do IX Encontro de Iniciação Científica**. João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB, 2001,

59. SILVA, G. J. C.; BARBOSA, J. P.; MORAIS, G. N.; OLIVEIRA, A. L.; SILVA, O. R.; MOREIRA, I. T.; EVANGELISTA, G. M.. Assessoria Sócio-Econômica a Projetos de Assentamento In: V Encontro de Extensão, João Pessoa (PB). **Anais do IV Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2000,

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. SILVA, G. J. C.; MORAIS, G. N.; MOREIRA, I. T.. Impactos da Política Agrária no Estado da Paraíba: 1986-1996 In: Encontro da SBPC, Porto Alegre (RS). **Anais da 51ª Reunião da SBPC**. 1999,

Artigos em jornal de notícias

1. **SILVA, G. J. C.**; SILVA, R. R. S.. O debate acerca do papel dos BRICS na configuração da Nova Ordem Mundial. Mundorama, , 2024.

2. PEREIMA NETO, J. B.; PEREIRA, H. C. I.; **SILVA, G. J. C.**. Rota do Progresso: Planejamento de longo prazo é um avanço. Jornal Plural, , 2024.

3. **SILVA, G. J. C.**. Controles de Capitais em 2008. Correio de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, p.A2 - A2, 2010.

4. SILVA, G. J. C.; GLEYCK, Ranidson. Capital e Propriedade. Estado de Minas, Minas Gerais, Brasil, p.11 - 11, 2008.

5. RESENDE, M. F. C.; **SILVA, G. J. C.**. Crise ? E Agora ?. Estado de Minas, Minas Gerais, Brasil, p.9 - 9, 2008.

6. SILVA, G. J. C.; FORTUNATO, W. L. L.. Infra-Estrutura a Reboque. Estado de Minas, Minas Gerais, Brasil, p.17 - 17, 2007.

Apresentação de trabalho e palestra

1. **SILVA, G. J. C.**. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)sustainable Fiscal Regim, 2025. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

2. **SILVA, G. J. C.**. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)Sustainable Fiscal Regim, 2024. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

3. **SILVA, G. J. C.**. The New Fiscal Framework of the Brazilian Economy: Theory, Model, and Empirical Evidence of an (Un)sustainable Fiscal Regim, 2024. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

4. **SILVA, G. J. C.**; MELLINI, A.. Complexidade Econômica e Crescimento Desigual dos Países: Uma Abordagem Teórica e Empírica a Partir da Lei de Thirlwall, 2023. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

5. **SILVA, G. J. C.**. Industry, Competitiveness, External Trade and Growth Acceleration, 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

6. **SILVA, G. J. C.**. Growth Acceleration, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

7. **SILVA, G. J. C.**. A Lei de Thirlwall Multissetorial com Fluxos de Capitais: Uma Análise do Plano Nacional de Exportações (2015-2018) Usando Simulações Computacionais, 2016. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

8. **SILVA, G. J. C.**. Industry, Competitiveness and External Trade: A Proposal to Growth Acceleration of Brazilian Economy, 2016. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

9. **SILVA, G. J. C.**. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Pós-keynesiana no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Viçosa, 2016. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

10. **SILVA, G. J. C.**. Emprego Setorial, Produtividade Industrial e Crescimento Econômico de Longo Prazo em um Modelo Pós-Keynesiano com Mudança Estrutural, 2015. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

11. **SILVA, G. J. C.**. Taxa de Câmbio, Indústria e Crescimento Setorial de Longo Prazo: Uma Análise Empírica

Para a Economia Brasileira. In: XXI CBE, 2015. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

12. **SILVA, G. J. C.**. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Pós-keynesiana no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2014. (Seminário,Apresentação de Trabalho)
13. **SILVA, G. J. C.**. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Pós-keynesiana no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. (Seminário,Apresentação de Trabalho)
14. **SILVA, G. J. C.**. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Pós-keynesiana no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Paraná, 2014. (Seminário,Apresentação de Trabalho)
15. **SILVA, G. J. C.**. Padrão de Especialização Comercial, Mudança Estrutural e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Pós-keynesiana no XXVIII Congresso da ANGE, 2014. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
16. SOUZA, E. C.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.. Produção Agropecuária em Minas Gerais (1996 2006): Padrões de Distribuição, Especialização e Associação Espacial em Nível Municipal., 2011. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
17. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais, 2010. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
18. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C.. Controles de Capitais no Brasil: uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa, 2009. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
19. MARTINS, R. S.; SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.. Gasto Público com Infra-Estrutura de Transporte e Performance dos Estados Brasileiros: 1986-2003, 2007. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
20. SILVA, G. J. C.; FORTUNATO, W. L. L.. Infra-Estrutura e Crescimento Regional: uma Avaliação do Caso Brasileiro no Período de 1985-1998, 2007. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
21. ONO, F. H.; SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.. Conversibilidade da Conta de Capitais e seus Desdobramentos, 2004. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
22. SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.. Crescimento Endógeno, Endividamento Externo e Controle de Capitais, 2004. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
23. OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. R.; **SILVA, G. J. C.**. Por uma Moeda Parcialmente Conversível: uma Crítica a Arida e Bacha, 2004. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
24. SILVA, G. J. C.; ONO, F. H.. Dinâmica Recente da Balança Comercial Paranaense, 2003. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
25. SILVA, G. J. C.; CAVALCANTI, G. A.. Desempenho da Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional e seus Desdobramentos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: 1970-1991, 2001. (Congresso,Apresentação de Trabalho)
26. SILVA, G. J. C.; BARBOSA, J. P.; MORAIS, G. N.; OLIVEIRA, A. L.; SILVA, O. R.; MOREIRA, I. T.; EVANGELISTA, G. M.. Assessoria Sócio-Econômica a Projetos de Assentamento, 1999. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Outras produções bibliográficas

1. SILVA, G. J. C.; JAYME JR, F. G.. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais. Texto para Discussão. Belo Horizonte:CEDEPLAR/UFMG, 2010. (Outra produção bibliográfica)
2. TERRA, F. H. B.; **SILVA, G. J. C.**. Prevenir é Melhor que Remediar: alternativas de políticas econômicas keynesianas para a prevenção de crises financeiras. Dossiê da Crise II. Porto Alegre:Associação Keynesiana Brasileira, 2010. (Outra produção bibliográfica)
3. JAYME JR, F. G.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, R. S.. Public Expenditure on Infrastructure and Economic Grow th Across Brazilian States. Texto para Discussão. Belo Horizonte:CEDEPLAR/UFMG, 2009. (Outra produção bibliográfica)
4. SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C.. A Crise está Aí ? E Agora ?. Dossiê da Crise. Porto Alegre & Curitiba:Associação Keynesiana Brasileira & Federação das Indústrias do Estado do Paraná, 2008. (Outra produção bibliográfica)

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2015
2. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2015
3. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2015
4. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2015
5. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CAPES, 2014
6. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2014
7. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2014
8. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2014
9. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2014
10. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2013
11. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2013
12. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2011
13. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2011
14. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - CNPq, 2011
15. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - FAPEMIG, 2011

16. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - FAPEMIG, 2011
17. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - FAPEMIG, 2010
18. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - FAPEMIG, 2010
19. **SILVA, G. J. C.**. Parecer Ad Hoc - FAPEMIG, 2010

Demais produções técnicas

1. SILVA, G. J. C.; NEDER, H. D.. Curso de Econometria Espacial na Universidade Federal de Viçosa, 2012. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Dissertações de mestrado: orientador principal

1. Leone Gomes Silva. **Complexidade Econômica, Distribuição de Renda e Crescimento dos Estados Brasileiros: Uma Análise Empírica (2003 - 2021)**. 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
2. Kelmaisteis Wanderson Rodrigues Correa do Amaral. **Dinâmica Macroeconômica, Receitas Tributárias e Fragilidade Financeira: Uma Análise Empírica Recente para a Cidade de Uberlândia/MG**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
3. Francielly de Fátima Almeida. **Cadeias Globais de Valor, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico de Longo Prazo: Uma Abordagem Multissetorial**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
4. Guilherme Ferreira de Lima Júnior. **Infraestrutura Multissetorial em um Modelo de Crescimento Conduzido pelas Exportações**. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5. Mônica Heloisa Coutinho. **A Lei de Thirlwall: Uma Teoria Sobre a Sua Origem**. 2016. Dissertação (Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
6. André Mellini. **Dinamica da Dívida Pública Num Modelo Stock-Flow Consistent (SFC)**. 2016. Dissertação (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
7. Theo Santini Antunes. **Dinâmica das Exportações, Progresso Tecnológico Induzido e Crescimento de Longo Prazo: Uma Abordagem Passinetiana**. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
8. Matheus Silva de Paiva. **Causação Cumulativa, Taxa de Câmbio Real e Progresso Tecnológico Endógeno em uma Abordagem Dinâmica de Mudança Estrutural Multilateral**. 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
9. Rafael Uhrigshardt Milani. **Taxa de Câmbio e Crescimento de Longo Prazo na Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento**. 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
10. Helenise Sarno Santos. **A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades – Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral Brasil – China**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
11. Livia Abrão Steagall Pirtouscheg. **Taxa Básica de Juros, Competição Bancária e Spread nas Operações de Crédito Pessoal no Brasil: Uma Análise Teórica e Empírica**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
12. Anderson Carlos de Souza. **Sistema Bancário Sob a Crise Internacional de 2008: O Caso Brasileiro**. 2013. Dissertação (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

Teses de doutorado: orientador principal

1. André Mellini. **Complexidade Econômica, Integração Comercial e Crescimento Desigual dos Países**. 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
2. Daisy Caroline Nascimento Pereira. **Ensaios Sobre Desemprego, Capital Humano e Progresso Tecnológico**. 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
3. Tatiana Silveira Camacho. **Financial and Payment Innovations: Cryptoassets, Instant Payments and Central Bank Digital Currencies**. 2022. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
4. Kayo Cicero Quirino de Souza. **Efeitos da Taxa de Câmbio na Produtividade da Economia Brasileira em um Modelo Stock-Flow Consistent (SFC)**. 2021. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
5. Cesar Ricardo Leite Piorski. **Fragilidade Financeira, Ciclo Fiscal e Crise Municipal: Uma Análise dos Municípios Mineiros**. 2020. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

6. Júlio Fernando Costa Santos. **Ensaios sobre Crescimento, Restrição ao Balanço de Pagamentos, Distribuição de Renda em Abordagem Stock-Flow Consistent**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Felipe Medeiros Buso. **A Revolução da Moeda do BRICS: Da Subordinação à Soberania na Nova Ordem Mundial**. 2025. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
2. Lara Schiavon Menezes Damato de Araújo. **Dependência e Assimetria na Relação Brasil-China no Período Recente: Uma Análise Empírica à Luz da Lei de Thirlwall (1997-2023)**. 2025. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
3. Henrique Bárbaro Ontivero Martins. **Dinâmica da Dívida sob o Novo Arcabouço Fiscal da Economia Brasileira: Evidências Recentes a partir de Vetores Autorregressivos**. 2025. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
4. Marcela Santos Galvão. **Modelo de Crescimento Conduzido pelas Exportações dos Tigres Asiáticos: Algumas Lições para o Brasi**. 2025. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
5. Lucas Gutierrez Viana. **Modelos de Crescimento Econômico e Oferta de Crédito por Bancos Públicos e Privados: Uma Análise da Política Contracíclica Brasileira (2000-2024)**. 2025. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
6. João Gabriel de Paula. **A Expansão dos BRICS e o Desafio à Hegemonia dos Estados Unidos: Teoria e Evidência da Nova Ordem Mundial**. 2024. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
7. Ana Vitória Guimarães Barbosa de Sousa. **Estratégias de Crescimento do Brasil e Coreia do Sul no Período de 1960-2022: Teoria e Evidências Empíricas**. 2024. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
8. Gustavo Dias Duarte. **Finanças Públicas Municipais de Ipameri/Go (2019-2022): Teoria, Modelo e Evidências Recentes**. 2024. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
9. Richard Rodrigues de Souza Silva. **The BRICS+ and the Genesis of the 'New Cold War': The Multilateralism of Interests within an Economic Group**. 2024. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
10. Hugo Cardoso Rodrigues e Silva. **Finanças Públicas de Minas Gerais: Uma Análise do Impacto do ICMS no PIB Estadual**. 2022. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
11. Marina Carmagnani Lopes. **Finanças Públicas Municipais: Características e Peculiaridades do Município de Bebedouro (SP) entre os Anos 2012 e 2018**. 2021. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
12. Fabíola Sousa Oliveira. **Finanças Públicas Municipais na Década de 2010: Uma Análise da Situação Fiscal e Financeira do Município de Franca/SP**. 2021. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
13. Hugo Cardoso Rodrigues e Silva. **Finanças Públicas: O Impacto Socioeconômico da Alíquota Única de Icms**. 2021. Curso (Economia) - Universidade Federal de Uberlândia
14. Mariana Oliveira Galindo. **O Papel do Capital Humano na Aceleração do Crescimento**. 2020. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
15. Ramon Gabriel Rodrigues Marçal. **O Modelo IS-PC-MR: Uma Análise para a Economia Brasileira**. 2018. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
16. Bruna Vaz Morato. **Infraestrutura logística e crescimento econômico: uma análise comparativa de países selecionados**. 2017. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
17. Maria Victoria Garcia Rosa. **Política fiscal e monetária no brasil: uma análise da crise no período recente (2011-2016)**. 2017. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
18. Thábata Iarine De Alcantara Macedo. **Reindustrialização: um debate das possíveis políticas que dinamizariam a indústria e podem levar a volta do crescimento econômico**. 2017. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
19. Altiellys Luiz dos Santos. **A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades – Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com os Principais Parceiros Comerciais (Russia, Índia, China e África do Sul) no Período Recente**. 2016. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
20. Maria Victoria Garcia Rosa. **Politica Econômica no Brasil: Uma Análise do Período Recente**. 2016. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
21. Nathália de Paula Aquino e Melo. **Produção e Exportação de Nióbio no Brasil: Uma Análise Alternativa**. 2016. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
22. Lucas Machado Ferreira. **A Economia Brasileira Pós-Crise Internacional: Um Estudo de Caso Usando Vetores Autoregressivos (VAR) e de Correção de Erros (VEC)**. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
23. Vivian Ganim Oliveira. **Infraestrutura Portuária e Dinâmica do Setor Exportador do Brasil: Uma Análise Empírica Recente**. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
24. Vinícius dos Santos Abreu. **Lei de Thirlwall: Teoria e Evidência Recente para os Estados Brasileiros**. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
25. Alex Cotrim de Ávila. **Polígono de Exportação: Uma Proposta Para Melhorar a Eficiência Logística no Brasil**. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
26. Thábata Iarine de Alcantara Macêdo. **Reindustrialização: Um Debate das Possíveis Políticas que Dinamizariam a Indústria e Podem Levar a Volta do Crescimento Econômico Brasileiro**. 2015. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia
27. Lauro de Souza Faria. **Burocracia Para Exportação, Competitividade e Crescimento Econômico Brasileiro**. 2014. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
28. Ana Paula Coutinho Viana. **Dinâmica da Inflação na Economia Brasileira: Uma Análise Empírica por Vetores Autoregressivos**. 2014. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia
29. Inês dos Santos Silva. **Guerra Cambial e Competitividade do Setor Exportador Brasileiro no Período Recente: Uma Avaliação a Partir da Teoria de Relações Internacionais**. 2014. Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia

30. Bruna Vaz Morato. **Infraestrutura Logística, Produtividade e Crescimento de Longo: Uma Análise Comparativa do Brasil - Japão**. 2014. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

31. Benito Adelmo Salomão Neto. **Política Tributária e Planejamento Urbano no Município de Uberlândia: Avaliação e Proposição de Política**. 2014. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

32. Matheus Silva de Paiva. **Estratégia de Localização Ótima do Setor Bancário Público: Uma Modelagem Alternativa**. 2013. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

33. Natália Arduini Ribeiro. **Tarifa Energética, Capacidade Utilizada e Demanda Industrial: Uma Análise Empírica**. 2013. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

34. Renato César de Souza Júnior. **A Crise na Zona do Euro: Origem, Desdobramentos e Conseqüências Futuras Para a Economia Brasileira**. 2012. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

35. Ana Maruiah Oliveira e Silva. **Spread Bancário, Oferta de Crédito e Crescimento da Economia Brasileira no Período Recente**. 2012. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

36. Mariana de Melo Valadão. **Estratégia Competitiva dos Bancos: uma Análise sobre Linhas de Crédito no Período Recente**. 2011. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

37. Paulo Henrique Costa. **Infra-Estrutura Portuária e Crescimento Econômico dos Estados Brasileiros no Período Recente**. 2011. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

38. Elysa de Faria Batista. **Abertura Comercial, Controle de Capitais e Crescimento Econômico na China: Teoria e Evidência Empírica**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

39. Livia Boaventura Menezes. **Custos e Determinantes Econômicos dos Acidentes Rodoviários no Brasil: uma Análise com Dados em Painel**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

40. Rodrigo Brandão. **Gastos Públicos com Infra-Estrutura de Transporte e Crescimento Recente da Economia Brasileira: uma Análise com Dados em Painel**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

41. Esdras Cardoso de Souza. **O Setor Agropecuário de Minas Gerais na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

42. Eduardo Rosa da Silva. **Os Desdobramentos da Crise do Subprime Para a Economia Brasileira em 2008-2009**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

43. Eduardo Araújo. **Posição Financeira do Setor Público e Crescimento Recente da Economia Brasileira**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

44. Roberto Célio Alves. **Regimes Cambiais, Dinâmica das Exportações e Crescimento Econômico: Uma Análise com Dados em Painel Aplicada aos Países da América Latina**. 2010. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

45. Evandro Bertoncello. **Desempenho Recente da Balança Comercial Brasileira: Impactos da Abertura Econômica e da Política Cambial**. 2004. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná

46. Flauzino Antunes Neto. **História, Desenvolvimento e Potencialidades Econômicas do Município de Itapeva (SP)**. 2004. Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná

Iniciação científica

1. Altiellys Luiz dos Santos. **A Lei de Thirlwall Multissetorial: Uma Análise das Elasticidades – Renda das Exportações e Importações na Relação Bilateral do Brasil com os Principais Parceiros Comerciais (Russia, Índia, China e África do Sul) no Período Recente**. 2016. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

2. Henrique Ferreira de Souza. **Dinâmica do Spread Bancário no Brasil: Uma Análise Empírica dos Determinantes Macroeconômicos**. 2012. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

3. Inês dos Santos Silva. **Guerra Cambial e Competitividade do Setor Exportador Brasileiro no Período Recente: Avaliação e Proposição de Política a Partir da Teoria de Relações Internacionais**. 2012. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

4. Matheus Silva de Paiva. **Estratégia de Localização e Dinâmica Espacial do Setor Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Empírica**. 2011. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

5. Lucas Machado Ferreira. **Inserção Externa e Controles de Capitais no Brasil**. 2010. Iniciação científica (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Orientação de outra natureza

1. João Puttinato. **Monitoria de Macroeconomia Moderna**. 2016. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

2. Altiellys Luiz dos Santos. **Monitoria de Macroeconomia Moderna**. 2015. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

3. Rodrigo Pileggi Bueno de Oliveira. **Monitoria de Macroeconomia Moderna**. 2014. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

4. Luíza Fernandes de Rezende. **Monitoria de Macroeconomia II**. 2013. Orientação de outra natureza (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia

5. Inês dos Santos Silva. **Monitoria de Macroeconomia II**. 2012. Orientação de outra natureza (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia

6. Matheus Silva de Paiva. **Monitoria de Macroeconomia II.**. 2012. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

7. Túlio Assis Souza. **Monitoria de Macrodinâmica I**. 2011. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

8. Matheus Silva de Paiva. **Monitoria de Microeconomia**. 2010. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

9. Hermano Caixeta Ibrahim. **Monitoria de Microeconomia**. 2010. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

10. Henrique Roge Batista. **Monitoria de Microeconomia**. 2009. Orientação de outra natureza (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia

Orientações e supervisões em andamento

Dissertações de mestrado: orientador principal

1. Carlos Gabriel da Roza Sousa. **Dinâmica da Inflação no Brasil: Teoria e Evidências Recentes**. 2025. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia. Inst. financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Teses de doutorado: orientador principal

1. Paulo Miguel Vica. **Concentração Setorial, Complexidade Econômica e Crescimento da África Subsaariana: Teoria e Evidências Recentes**. 2023. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia

2. Moisés Albino Nhanombe. **Taxa de Câmbio, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico: Uma Análise Empírica dos Países da África Subsaariana no Período Recente**. 2023. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. **Pobreza Rural, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Desafios e Alternativas**, 2011. (Seminário) .

2. Moderador no(a) **XVI Encontro Nacional de Economia Política**, 2011. (Encontro) A Indústria Brasileira em Diferentes Momentos.

Organização de evento

1. AMARAL, M. S.; SILVA, G. J. C.; PAULA, G. M.; LUIZ, A.. XV Seminário de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. (Congresso, Organização de evento)

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. PAIVA, M. S.; **SILVA, G. J. C.**; STREIT, R. E.. Participação em banca de Carlos Leonardo Fernandes da Silva. **O Efeito do CHATGPT na Produtividade do Trabalho: Uma Análise Econométrica Recente para o Caso Brasileiro**, 2025. (Economia) Universidade Católica de Brasília.

2. GARCIA, J. R.; **SILVA, G. J. C.**; ARAUJO, E. L.. Participação em banca de Ébano Ambrosio. **Sistema Monetário Financeiro Internacional e a Inserção Externa da Economia Brasileira: 2003-2016**, 2025. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal do Paraná.

3. PAIVA, M. S.; **SILVA, G. J. C.**; SILVA, T. C.. Participação em banca de Carlos Alexandre de Souza Lima. **Os Impactos da Pandemia da COVID-19 no Acesso de Pessoas Físicas à BOVESPA: Uma Análise Econométrica**, 2022. (Economia) Universidade Católica de Brasília.

4. DAMASCENO, A. O.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Fellipe Suzuki. **Episódios Atípicos de Fluxos de Capitais e Crises Financeiras**, 2020. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

5. VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Valdecy Caetano de Sousa Júnior. **Pass-Through do Câmbio para a Inflação na Economia Brasileira (2003-2018): Modelos ARDL**, 2020. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

6. ARAUJO, E. C.; SILVA, G. J. C.; COUTO, A. C. L.. Participação em banca de Thamirys Figueredo Evangelista. **A Eficácia do Crédito Como Canal de Transmissão da Política Monetária no Brasil: Fundamentos Teóricos e Evidências Empíricas**, 2016. (Economia) Universidade Estadual de Maringá.

7. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; RODRIGUES, A. M.. Participação em banca de Julliene de Jesus Andrade. **Dinâmica Industrial, Emprego e Pobreza no Brasil: Uma Abordagem Alternativa**, 2016. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

8. NASCIMENTO, C. A.; SILVA, G. J. C.; SILVA, K. A. O.. Participação em banca de Douglas Dias Braz. **Termos de Troca, Preço das Commodities e o Crescimento Brasileiro**, 2016. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

9. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; LIMA, J. E. . Participação em banca de Henrique Rogê Batista. **Ensaios Sobre a Redução da Pobreza Rural no Brasil: Contexto Histórico, Definição e Estimativas**, 2014. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

10. BIAGE, M.; SILVA, G. J. C.; SEABRA, F.; LOURENCO, F. C. P.. Participação em banca de Bernardo Monteiro dos Anjos Almeida. **Política Fiscal e a Coordenação de Políticas Macroeconômicas: A Dinâmica da Dívida Pública e o Modelo Brasileiro de Gestão Fiscal**, 2014. (Economia) Universidade Federal de Santa Catarina.

11. MARTINS, H. E. P.; SILVA, G. J. C.; LINS, H. N.. Participação em banca de Paulo Vinícius Menezes de Medeiros. **Políticas de Infraestrutura de Transportes no Brasil: Investimentos, Multimodalidade e Configuração Regional no Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT)**, 2014. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

12. CURADO, M. L.; SILVA, G. J. C.; MOTTA, F.. Participação em banca de Eduardo Santos Araújo. **Ajuste Fiscal e Qualidade da Gestão Pública dos Municípios de Goiás entre 2000-2010**, 2013. (Ciências Econômicas) Universidade Federal do Paraná.

13. PETRELLI, V.; SILVA, G. J. C.; DELGADO, G.. Participação em banca de Ana Carla Santos. **Armadilha Macroeconômica e Impactos Sobre a Dinâmica da Dívida Pública Brasileira Pós 1994**, 2011. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

14. MOTTA, F.; SILVA, G. J. C.; SAMPAIO, A. V.. Participação em banca de Cleiton Silva de Jesus. **Metas de Inflação: Teoria e Modelagem Macrodinâmica para uma Economia Aberta**, 2011. (Ciências Econômicas) Universidade Federal do Paraná.

Doutorado

1. VIZCAINO, C. A. C.; PAIVA, M. S.; **SILVA, G. J. C.**; AMARAL, M. A.; MELO, M. A.; FERRAZ, R. C. M.. Participação em banca de Leandro Marques da Silva. **Policy Effectiveness in Development: Modeling Money Laundering and Solid-Waste Systems**, 2025. (Economia) Universidade Católica de Brasília.

2. NAKABASHI, L.; PEROBELLI, F. S.; GOMES, F. A. R.; VALE, V. A.; HERMIDA, C. C.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Francielly de Fatima Almeida. **Uma Investigação dos Efeitos e dos Determinantes da Participação nas Cadeias Globais de Valor: Aspectos Teóricos e Empíricos**, 2022. (PPGE-FEARP/USP) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP (RP).

3. BIAGE, M.; SILVA, G. J. C.; PEREIMA NETO, J. B.; BONINI, P.; CARIO, S. A. F.; CARVALHO JUNIOR, L. C.. Participação em banca de Guilherme Ferreira de Lima Júnior. **Ensaios Sobre o Crescimento Econômico: Uma Análise da Dinâmica Econômica Brasileira**, 2021. (Economia) Universidade Federal de Santa Catarina.

4. XAVIER, C. L.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Luzélia Calegari Santos Moizinho. **Ensaios sobre Trajetória do Câmbio, Investimento Direto Estrangeiro e Crescimento Econômico no Leste Europeu e no Brasil**, 2020. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

5. BIAGE, M.; SILVA, G. J. C.; BONINI, P.; SILVA JUNIOR, G. G.; NUNES, M. S.; CARIO, I. A. F.. Participação em banca de Pierre Joseph Nelcide. **Uma Análise das Políticas Fiscal e Monetária no Brasil Via um Modelo Macrodinâmico**, 2020. (Economia) Universidade Federal de Santa Catarina.

6. XAVIER, C. L.; VIEIRA, F. V.; SILVA, G. J. C.; CASTILHO, M. R.; PINHO, M.. Participação em banca de Maria Inês Cunha Miranda. **Fluxos de Comércio e Competitividade da China e Brasil no Mercado da ALADI**, 2017. (Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

7. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.; QUEIROZ, S. F.; LIMA, J. E. . Participação em banca de Fernanda Ferreira Fernandes. **Estrutura Produtiva e Pobreza Rural: Um Estudo Para o Estado de Minas Gerais no Ano de 2010**, 2016. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

8. XAVIER, C. L.; VERISSIMO, M. P.; SILVA, G. J. C.; VIDEIRA, R. A.; CUNHA, S. F. E.. Participação em banca de Camila do Carmo Hermida. **Padrão de Especialização Comercial e Crescimento Econômico: Uma Análise sobre o Brasil no Contexto da Fragmentação da Produção e das Cadeias Globais de Valor**, 2016. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

9. XAVIER, C. L.; SILVA, G. J. C.; VIEIRA, F. V.; VIEIRA, F. A. C.; SILVA, K. A. O.. Participação em banca de Edson Roberto Vieira. **Efeitos do Aumento da Participação da China Sobre as Exportações Brasileiras: 1983-2013**, 2015. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

10. VIEIRA, F. V.; XAVIER, C. L.; NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; SALLES, A. O. T.; ALMEIDA, A. N.. Participação em banca de Maria Elza de Andrade. **Estudo Sobre as Exportações dos Estados do Nordeste**, 2015. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

11. PETRELLI, V.; AMADO, A. M.; ROSSI, P. L.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Vanessa de Paula Pereira. **Fluxos de Capitais com Viés de Curto Prazo e Vulnerabilidade Externa no Brasil**, 2015. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

12. PETRELLI, V.; AMADO, A. M.; ROSSI, P. L.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Vanessa de Paula Pereira. **Nova Configuração da Vulnerabilidade Externa de Países Periféricos e o Perfil da Componente Financeira do Balanço de Pagamentos – Uma Análise do Caso Brasileiro no Período 2000-2014**, 2015. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

13. NEDER, H. D.; ORTEGA, A. C.; SILVA, G. J. C.; MAIA, A. G.; PINHEIRO, L. I. F.. Participação em banca de Cristiane Aparecida de Cerqueira. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Rural**, 2015. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

14. VIEIRA, F. V.; RESENDE, M. F. C.; VIEIRA, F. A. C.; SILVA, G. J. C.; DAMASCENO, A. O.. Participação em banca de Vinícius Spirandelli Carvalho. **Desequilíbrios Globais: Uma Investigação sobre o Comportamento das Transações Correntes**, 2014. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

15. MOTTA, F.; SILVA, G. J. C.; SAMPAIO, A. V.; FONSECA, M. W.; BITTENCOURT, M. V. L.. Participação em banca de Karlo Marques Junior. **Coordenação das Políticas Monetária e Fiscal em Economias Emergentes sob o Regime de Metas de Inflação**, 2013. (Ciências Econômicas) Universidade Federal do Paraná.

16. JAYME JR, F. G.; HERMETO, A. M.; SILVA, G. J. C.; LOURENÇO, A. L. C.; AFONSO, M. A. C.; SIMOES, R. F.. Participação em banca de Tânia Marta Maia Fialho. **Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Pobreza no Brasil: 1995-2008**, 2012. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Minas Gerais.

17. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; ORTEGA, A. C.; LIMA, J. E. ; SILVA, J. L. M.. Participação em banca de Sabrina Faria de Queiroz. **Uma Investigação dos Impactos do PRONAF Sobre as Condições Produtivas, Econômicas e Sociais dos Agricultores Familiares das Regiões Sul e Nordeste, no Período de 1996 a 2006**, 2012. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

Exame de qualificação de doutorado

1. PETRELLI, V.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Henrique Ferreira de Souza. **Fluxos de Capitais e Vulnerabilidade Externa: Estudo da Dinâmica Financeira dos Investimentos Diretos nos Países dos BRICS (2000-2019)**, 2017. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

2. XAVIER, C. L.; SILVA, G. J. C.; VERISSIMO, M. P.. Participação em banca de Maria Inês Cunha Miranda. **Fluxos de Comércio e Competitividade da China e Brasil na América Latina no Século XXI**, 2015. (Doutorado em Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

3. NASCIMENTO, C. A.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Alzemar José Delfino. **Um Estudo Comparativo Entre os Sistemas de Produção Empresarial e Familiar na Cooperativa**

Agropecuária Limitada de Uberlândia (CALU), 2015. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

4. XAVIER, C. L.; SILVA, G. J. C.; VIEIRA, F. V.. Participação em banca de Camila do Carmo Hermida. **Comércio e Crescimento: Ensaios Sobre Fragmentação, Especialização Comercial e Integração Produtiva do Brasil e Países Selecionados da América Latina**, 2014. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

5. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Fernanda Ferreira Fernandes. **Estrutura Produtiva Rural, Emprego e Pobreza Rural no Estado de Minas Gerais no Período Recente**, 2014. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

6. XAVIER, C. L.; SILVA, G. J. C.; VIEIRA, F. V.. Participação em banca de Edson Roberto Vieira. **Impactos das Exportações do Brasil Para a China e Para o Resto do Mundo no Período de 1980-2012**, 2014. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

7. ORTEGA, A. C.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Teodolo Augusto Campelo de Vasconcelos. **Políticas Públicas, Capital Social e Governança no Desenvolvimento dos Territórios**, 2014. (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.

8. VIEIRA, F. V.; SILVA, G. J. C.; DAMASCENO, A. O.. Participação em banca de Maria Elza de Andrade. **Exportações e Crescimento: Uma Análise Para os Estados do Nordeste**, 2013. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

9. VIEIRA, F. V.; SILVA, G. J. C.; DAMASCENO, A. O.. Participação em banca de Vinícius Spirandelli Carvalho. **Ensaios Sobre Desequilíbrios Globais**, 2012. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

10. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; PETRELLI, V.. Participação em banca de Sabrina Faria de Queiroz. **Um Estudo Sobre a Avaliação do PRONAF**, 2011. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

11. JAYME JR, F. G.; HERMETO, A. M.; SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C.; AFONSO, M. A. C.. Participação em banca de Tânia Marta Maia Fialho. **Sistema Financeiro, Exclusão Financeira e Pobreza no Brasil**, 2010. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Minas Gerais.

Graduação

1. SALOMAO, B. A.; **SILVA, G. J. C.**; ALVES, T. G.. Participação em banca de Julio Cesar de Souza Uyehara. **Análise da Dinâmica Inflacionária Brasileira (2003 - 2024)**, 2025. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

2. ALVES, T. G.; **SILVA, G. J. C.**; QUEIROZ, S. F.. Participação em banca de Giovanna Carla Nogueira Moreira. **A Dependência Brasileira em Relação à China como Principal Parceiro Comercial no Setor de Bens Primários**, 2025. (Relações Internacionais) Universidade Federal de Uberlândia.

3. ALVES, T. G.; **SILVA, G. J. C.**; TCHINHAMA, L. P. R.. Participação em banca de Diego Fernandes Pereira Pinto. **A Estratégia Chinesa de Desdolarização: Medidas e Consequências na Economia Global**, 2025. (Relações Internacionais) Universidade Federal de Uberlândia.

4. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; LOURAL, M. S.. Participação em banca de Gabriel Alves de Oliveira. **Modelos Midas Aplicados ao PIB: Integração de Nowcasting e Análise de Sentimento para Previsões Econômicas**, 2025. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

5. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; SALOMAO, B. A.. Participação em banca de Stela Domingues Clemente. **Sentimentos que Movem Mercados: Uma Análise da Narrativa Econômica em Relatórios de Casas de Análise sob a Ótica da Economia Comportamental**, 2025. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

6. VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**; MARTINS, H. E. P.. Participação em banca de Heitor Mazucchi Saes. **Análise Financeira, Fiscal e de Desempenho dos Clubes de Futebol da Série A do Campeonato Brasileiro (2011 – 2020)**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

7. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; MUNHOZ, V. C. V.. Participação em banca de André Luiz Barbosa de Souza. **Backtesting do Efeito de Volatilidade em Portfólios no Mercado Acionário Brasileiro entre 2000 e 2020**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

8. LOURAL, M. S.; **SILVA, G. J. C.**; SANTOS, J. F. C.. Participação em banca de Eduardo Candiotto Guimarães. **Capital de Giro e Investimento: a relação entre a duração do Ciclo Operacional e as restrições financeiras ao investimento das empresas brasileiras de capital aberto entre 2007 e 2020**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

9. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; SALOMAO, B. A.. Participação em banca de Mateus Oliveira Bernardes. **Dinâmicas de Crescimento Econômico Cumulativo e Determinantes Não-Preço: Uma Análise sob a Perspectiva Kaldoriana entre 1985 e 2015**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

10. MUNHOZ, V. C. V.; **SILVA, G. J. C.**; QUEIROZ, S. F.. Participação em banca de Rodrigo Miranda Figueira. **Fintechs: Impacto do Crédito ao Empresário Brasileiro**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

11. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; QUEIROZ, S. F.. Participação em banca de Josué Costa Alves. **Um Comparativo entre o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) da Empresa Prio e as demais empresas do Setor Petroquímico de Capital Aberto na B3**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

12. MUNHOZ, V. C. V.; SILVA, G. J. C.; LOURAL, M. S.. Participação em banca de Maria Clara Silva Costa. **Uma Análise da Dinâmica Bancária e da Desigualdade da Oferta de Crédito no Triângulo Mineiro no Período de 2002-2020**, 2023. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

13. VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**; MUNHOZ, V. C. V.. Participação em banca de Marcelo Lynce Ribeiro Chaves Júnior. **Distribuição Funcional da Renda e Demanda Agregada: Uma Análise Empírica para o Caso Brasileiro**, 2022. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

14. MUNHOZ, V. C. V.; **SILVA, G. J. C.**; PAULA, G. M.. Participação em banca de Tadeu de Oliveira Arantes. **Fundos de Investimento em Direitos Creditórios: Uma Análise Descritiva e Histórica**, 2022. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

15. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; SILVA, C. G. R. S.. Participação em banca de Carolina Lima Montiel. **Produtividade e Determinantes: Uma Análise Setorial Comparativa do Vietnã Com a Coreia do Sul (1990 a 2020)**, 2022. (Relações Internacionais) Universidade Federal de Uberlândia.

16. SANTOS, J. F. C.; SILVA, G. J. C.; TERRA, F. H. B.. Participação em banca de Guilherme Zana Valente. **Determinantes da Produtividade no Brasil e no Chile a Partir do Final do Século XX**, 2021. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

17. ALVES, T. G.; **SILVA, G. J. C.**; NASCIMENTO, C. A.. Participação em banca de Marco Túlio Bezerra Custódio. **Dominância fiscal ou monetária? Uma Análise no Brasil para o Período 2003-2016**, 2019.

(Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

18. BOTELHO, M. R. A.; SILVA, G. J. C.; SILVA, C. G. R. S.. Participação em banca de Jonatas Rabelo Mendes. **Evolução do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro e Comparações Internacionais Para Indicadores Selecionados**, 2017. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

19. VIEIRA, F. V.; SILVA, G. J. C.; ALVES, T. G.. Participação em banca de Raquel Lino de Morais. **Uma Análise das Alterações da Participação da China nos Fluxos Comerciais de Países Latino Americanos Selecionados**, 2017. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

20. ALVES, T. G.; SILVA, G. J. C.; AMARAL, M. S.. Participação em banca de Habnner Rodrigues Amaro. **Uma Breve Análise do Desenvolvimento Econômico do Brasil e da Coreia do Sul a Partir da Decada de 1950**, 2017. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

21. PAULA, G. M.; SILVA, G. J. C.; SAIANI, C. C. S.. Participação em banca de Sávio de Carvalho. **Composição do Investimento e o Padrão Produtivo da Indústria Brasileira Pós Retomada das Políticas Industriais**, 2016. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

22. TERRA, F. H. B.; SILVA, G. J. C.; MUNHOZ, V. C. V.. Participação em banca de Welber de Oliveira Rabelo. **Empecilhos ao Investimento no Brasil no Período Recente**, 2016. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

23. SILVA, C. G.; SILVA, G. J. C.; TERRA, F. H. B.. Participação em banca de Matheus Alexandre Borges Mundim. **Mercado de Capitais e Decisões de Investimento: O Caso Brasileiro**, 2016. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

24. SILVA, G. J. C.; NASCIMENTO, C. A.; MARTINS, H. E. P.. Participação em banca de Vinícius dos Santos Abreu. **Crescimento Econômico Brasileiro e Restrição Externa no Período Recente: Uma Análise da Relação Brasil-China com Base na Lei de Thirlwall**, 2015. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

25. ALVES, T. G.; MUNHOZ, V. C. V.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Victor de Ávila Caixeta. **Fluxo de Capitais de Curto Prazo e a Dinâmica da Taxa de Câmbio: Uma Análise Sobre a Economia Brasileira no Período de 2003-2013**, 2015. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

26. RIBEIRO, R. A.; SILVA, G. J. C.; CARDOZO, S. A. . Participação em banca de Patrycia Olivo Moreira. **Indústria Automobilística Brasileira: Emprego e Reconfiguração Espacial**, 2015. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

27. DAMASCENO, A. O.; SILVA, G. J. C.; SILVA, C. G.. Participação em banca de Gilberto Oliveira Boaretto. **Inflação no Brasil: Uma Análise Desagregada em Preços Livres e de Serviços**, 2015. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

28. SILVA, C. G.; SILVA, G. J. C.; MUNHOZ, V. C. V.. Participação em banca de Gustavo Henrique Alves da Silva Hruska. **Os Determinantes das Transações Correntes Brasileiras**, 2015. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

29. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; MARTINS, H. E. P.. Participação em banca de Mariana Lacerda Furlanetto. **A Infraestrutura Logística de Integração do Transporte Rodoviário no Triângulo Mineiro: Passos e Descompassos**, 2014. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

30. TERRA, F. H. B.; SILVA, G. J. C.; VIEIRA, F. V.. Participação em banca de Glória Carolina Tanferre Teles Alves. **Da Marola à Ressaca: A Conjuntura Econômica Brasileira Após a Crise Financeira Mundial de 2008**, 2014. (Relações Internacionais) Universidade Federal de Uberlândia.

31. MUNHOZ, V. C. V.; SILVA, G. J. C.; CARDOZO, S. A. . Participação em banca de Lucas Henrique de Oliveira. **A Importância de Variáveis Monetárias Para o PIB de Minas Gerais e do Brasil: Uma Análise do Período de 2002-2012**, 2013. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

32. VIEIRA, F. V.; SILVA, G. J. C.; DAMASCENO, A. O.. Participação em banca de Natalia Saccomani Manfrin. **Crise Financeira Internacional e os Impactos Sobre a Economia Brasileira e Países Selecionados da Zona do EURO no Período de 2007 a 2012**, 2013. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

33. MUNHOZ, V. C. V.; SILVA, G. J. C.; ANDRADE, D. C.. Participação em banca de Fernanda Barbosa Camargos. **Bancos Públicos e Oferta de Crédito na Economia Brasileira: Uma Análise da Atuação Durante e Depois da Crise de 2008-2009**, 2012. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

34. MARTINS, H. E. P.; SILVA, G. J. C.; FERNANDES FILHO, J. F.. Participação em banca de Paula Marcolino Váz de Andrade. **Infraestrutura de Transportes e Produção Agrícola no Brasil: PNLT, PAC e os Eixos Modais de Escoamento da Produção de Soja**, 2012. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

35. VERISSIMO, M. P.; SILVA, G. J. C.; VIEIRA, F. V.. Participação em banca de Túllio Assis Souza. **Pauta Exportadora Brasileira: Um Estudo Sobre o Comportamento das Commodities no Período 1999-2011**, 2012. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

36. MUNHOZ, V. C. V.; SILVA, G. J. C.; TERRA, F. H. B.. Participação em banca de Vitor Hugo Conrado Lopes. **A Evolução do Mercado de Capitais Brasileiro e Seus Impactos Sobre o Desempenho Econômico Entre os Anos 2000-2010**, 2011. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

37. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; NASCIMENTO, C. A.. Participação em banca de Julienne de Jesus Andrade. **A Nova Face da Pobreza Rural**, 2011. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

38. TERRA, F. H. B.; SILVA, G. J. C.; JULIANO, A. A.. Participação em banca de Damiana Naves Ferreira Silva. **Gastos Públicos em Políticas Sociais no Brasil Pós-Real: Principais Modalidades e Impactos**, 2011. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

39. AVELLAR, A. P. M.; SILVA, G. J. C.; DAMASCENO, A. O.. Participação em banca de Victor Frederiko Vieira Mamede. **O Funcionamento do Crédito Subprime e sua Relação com a Crise Financeira Norte-Americana Recente**, 2010. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

40. MUNHOZ, V. C. V.; SILVA, G. J. C.; FERNANDES FILHO, J. F.. Participação em banca de Lidiane Cassiano Gaspar. **O Impacto da Volatilidade dos Fluxos de Capitais na Oferta de Crédito da Economia Brasileira**, 2010. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

41. MUNHOZ, V. C. V.; SILVA, G. J. C.; PETRELLI, V.. Participação em banca de Thiago de Ávila Marques. **O Papel dos Bancos e do Crédito na Atividade Econômica**, 2010. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

42. COUTO, E. P.; SILVA, G. J. C.; FERNANDES FILHO, J. F.. Participação em banca de Cláudia Alves de Almeida. **Trajetória e Evolução da Cana de Açúcar na Economia Brasileira e os Impactos da Produção de Biocombustível na Oferta de Alimentos**, 2009. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

43. MARTINS, H. E. P.; SILVA, G. J. C.; BORGES, M. S.. Participação em banca de Fernanda Amaral da Silva. **Diversificação na Indústria da Construção Civil Brasileira: uma Análise de Empresas em Ribeirão Preto**, 2008. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

Exame de qualificação de mestrado

1. MARTINS, H. E. P.; **SILVA, G. J. C.**; CARDOZO, S. A. . Participação em banca de André Mateus Firmino da Silva. **Crescimento Econômico, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais: Uma Análise do Nordeste Brasileiro no Período Recente**, 2025. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
2. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; PEREIRA, H. C. I.. Participação em banca de Fabricio Neves Condé. **Uma Análise Empírica dos Regimes de Crescimento Wage-Led ou Profit-Led para o Brasil**, 2025. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
3. VERISSIMO, M. P.; VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Leonardo Bruno Afonso da Silva. **Complexidade Econômica e seus Determinantes para os Países da América Latina**, 2023. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
4. SANTOS, J. F. C.; **SILVA, G. J. C.**; PEREIRA, H. D. L. B.. Participação em banca de Vitor Hugo Santos Pinto. **O Modelo de Três Equações (IS-PC-MR) em uma Estrutura Dinâmica Neo-Kaleckiana para uma Pequena Economia Aberta**, 2023. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
5. VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**; SANTOS, J. F. C.. Participação em banca de Bibiana Pessôa Trevizan. **Volatilidade Cambial: uma análise para os BRICS (2009 a 2022)**, 2023. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
6. DAMASCENO, A. O.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Fellipe Suzuki. **Episódios Atípicos de Fluxos de Capitais e Crises Financeiras**, 2020. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
7. VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Valdecy Caetano de Souza Junior. **Pass-Through do Câmbio para a Inflação na Economia Brasileira (2003-2018): Modelos ARDL**, 2019. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
8. VIEIRA, F. V.; **SILVA, G. J. C.**. Participação em banca de Matheus Rissa Peroni Ribeiro. **Os Determinantes das Exportações Convencionais e das Cadeias Globais de Valor: Uma Análise em Painel**, 2018. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
9. PETRELLI, V.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Weber Luiz Torniziello Filho. **Distribuição de Recursos via Bancos Públicos para o Financiamento do Programa "Minha Casa Minha Vida"**, 2016. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
10. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Julienne de Jesus Andrade. **Dinâmica Industrial, Emprego e Pobreza no Brasil: Uma Abordagem Alternativa**, 2015. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
11. NASCIMENTO, C. A.; SILVA, G. J. C.; ALMEIDA FILHO, N.. Participação em banca de Douglas Dias Braz. **Impacto do Investimento Direto Estrangeiro Sobre o Crescimento de Longo Prazo Brasileiro: Uma Análise Sob a Ótica da Restrição Externa**, 2015. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
12. VERISSIMO, M. P.; SILVA, G. J. C.; VIEIRA, F. V.. Participação em banca de Heldrino Joteminga Correia. **Perfil Exportador e Crescimento Econômico: Uma Análise de Painel para Economias Africanas**, 2015. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
13. SILVA, G. J. C.; XAVIER, C. L.; VERISSIMO, M. P.. Participação em banca de Theo Santini Antunes. **Taxa de Câmbio, Composição Setorial da Produção e Mudança Estrutural no Modelo Pós-Keynesiano de Crescimento de Longo Prazo: Modelo, Teoria e Evidências a Partir de Simulações Computacionais**, 2015. (Programa de Pós-Graduação em Economia) Universidade Federal de Uberlândia.
14. NEDER, H. D.; SILVA, G. J. C.; NASCIMENTO, C. A.. Participação em banca de Henrique Rogê Batista. **Políticas Sociais, Inclusão Produtiva e Pobreza Rural no Brasil**, 2013. (Ciências Econômicas) Universidade Federal de Uberlândia.

Participação em banca de comissões julgadoras

Concurso público

1. **Banca Examinadora do Concurso Público para a Carreira do Magistério Superior, na Área de Conhecimento de Economia Brasileira**, 2024. Universidade Federal do Paraná.
2. **Concurso Público de Provas e Títulos Para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior na Área de Macroeconomia**, 2014. Universidade Federal do Paraná.
3. **Concurso Público de Provas e Títulos Para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior na Área de Macroeconomia**, 2013. Universidade Federal do Paraná.
4. **Concurso Público de Provas e Títulos Para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior na Área de Teoria Econômica**, 2009. Universidade Federal de Goiás.

Outra

1. **Comissão Científica do 53° Encontro Nacional de Economia na Área 7 - Economia Internacional**, 2025. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
2. **Comissão Científica do 51° Encontro Nacional de Economia na Área 6 - Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições**, 2023. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
3. **Comissão de Análise e Julgamento do Prêmio CAPES de Tese Edição 2021**, 2021. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
4. **Comissão Científica do 47° Encontro Nacional de Economia na Área 6 - Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições**, 2019. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
5. **X Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2017. Associação Keynesiana Brasileira.
6. **XXII Encontro Regional de Economia**, 2017. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
7. **XVIII Encontro Regional de Economia**, 2013. Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia.
8. **Avaliador do Prêmio Ruy Miller Paiva - Melhor Artigo da Revista SOBER**, 2011. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

9. **Avaliador do Prêmio Ruy Miller Paiva - Melhor Artigo da Revista SOBER**, 2010. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

10. **Comissão Científica do IX Seminário de Economia**, 2008. Universidade Federal de Uberlândia.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	60
Artigos aceitos para publicação	3
Capítulos de livros publicados	13
Jornais de Notícias	6
Trabalhos publicados em anais de eventos	60
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	3
Apresentações de trabalhos (Congresso)	18
Apresentações de trabalhos (Seminário)	5
Outras produções bibliográficas	4

Produção técnica

Trabalhos técnicos (parecer)	19
Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento)	1

Orientações

Orientação concluída (dissertação de mestrado - orientador principal)	12
Orientação concluída (tese de doutorado - orientador principal)	6
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação)	46
Orientação concluída (iniciação científica)	5
Orientação concluída (orientação de outra natureza)	10
Orientação em andamento (dissertação de mestrado - orientador principal)	1
Orientação em andamento (tese de doutorado - orientador principal)	2

Eventos

Participações em eventos (seminário)	1
Participações em eventos (encontro)	1
Organização de evento (congresso)	1
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado)	14
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado)	17
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado)	11
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação)	43
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público)	4
Participação em banca de comissões julgadoras (outra)	10